UNIVERSIDADE DA SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Marcelo Rosanova Ferraro

A Economia Política da Violência na Era da Segunda Escravidão:
Brasil e Estados Unidos, 1776-1888
(Versão Corrigida)

São Paulo

2021

UNIVERSIDADE DA SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Marcelo Rosanova Ferraro

**A Economia Política da Violência na Era da Segunda Escravidão:
Brasil e Estados Unidos, 1776-1888**
(Versão Corrigida)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História Social do Departamento de História
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

F376 e Ferraro, Marcelo Rosanova
A Economia Política da Violência na Era da Segunda
Escravidão: Brasil e Estados Unidos, 1776-1888 /
Marcelo Rosanova Ferraro; orientador Rafael de Bivar
Marquese - São Paulo, 2021.
429 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. Escravidão. 2. Direito Penal. 3. Resistência
Escrava. 4. Pena de Morte. 5. Linchamento. I.
Marquese, Rafael de Bivar, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Marcelo Rosanova Ferraro

Data da defesa: 04/06/2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Rafael de Bivar Marquese

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 04/07/2021

(Assinatura do (a) orientador (a))

Resumo: Essa tese analisa a construção das justiças criminais no Brasil e nos Estados Unidos e examina os crimes capitais cometidos por réus escravizados no Vale do Paraíba e no Vale do Mississippi, as mais importantes regiões de plantation desses países no século XIX. O objetivo foi iluminar as múltiplas dimensões da violência escravista, dos castigos privados às penas públicas, assim como as suas interfaces com as dinâmicas das políticas nacionais e do mercado mundial. Os julgamentos no tribunal do júri revelaram o compromisso do direito com os interesses da classe escravista, mas também as contradições entre o cativo e o Estado de Direito, que foram exploradas pelos escravizados em juízo. Por fim, essa investigação demonstra como os legados da escravidão prevaleceram no pós-abolição, dentro das instituições repressivas do Brasil e dos Estados Unidos e nas diversas expressões de violência racial nas Américas.

Palavras-Chave: Escravidão; Direito Penal; Resistência Escrava; Pena de Morte; Linchamento.

Abstract: This dissertation analyzes the making of criminal justice systems in Brazil and the United States and it examines the capital crimes committed by enslaved defendants in the Parahyba Valley and the Mississippi Valley, the most important plantation regions of these counties in the nineteenth century. The main purpose was to illuminate the multiple dimensions of violence against the enslaved, from private punishment to public penalties, as much as their connection to the dynamic of national politics and the world market. Jury trials revealed the entanglement between the law and slaveholding classes' interests, but also the contradictions between slavery and the Rule of Law, which were explored by the enslaved in court. Finally, this investigation demonstrates how the legacy of slavery prevailed in the post-abolition era within the repressive institutions of Brazil and the United States and in the diverse expressions of racial violence across the Americas.

Keywords: Slavery; Criminal Law; Slave Resistance; Death Penalty; Lynching.

Agradecimentos

A Rafael Marquese, por ter me aberto os caminhos da história e pela paciência com os meus descaminhos como historiador. A Dale Tomich, pela inspiração e por ter me motivado a transgredir seus passos. A Ricardo Salles e Mariana Muaze, pelo incentivo no início dessa empreitada. A Sven Beckert e Charles Maier, que mais uma vez me acolheram na Universidade de Harvard como integrante da *Weatherhead Initiative on Global History*. A Marial Iglesias Utset, pela generosidade ímpar desde o primeiro encontro em Cambridge. A Laurindo Dias Minhoto, Antonio Sérgio Guimarães, Lilia Schwarcz e Carlos Alberto Zeron, cujas aulas na Universidade de São Paulo me instigaram na construção desse projeto. A Walter Johnson, pela oportunidade de acompanhar seu curso. A Ariela Gross, pelo apoio na incursão a Natchez e pelos comentários aos meus resultados preliminares. A Sidney Chalhoub, pela sugestão de um outro olhar sobre o tema. A Keila Grinberg e Silvio Luiz de Almeida, pela leitura dessa tese e por aceitarem participar da banca de defesa. A Alejandro de la Fuente, por ter me aberto as portas do *Afro-Latin American Research Institute*, pelo apoio ao longo da pesquisa e por ter aceitado acompanhar o seu último momento.

A Alain El Youssef e Rodrigo Goyena Soares, parceiros incondicionais que leram e releam mais do que deviam os rascunhos e devaneios dessa tese. A eles se deve a coerência entre os capítulos; a eles devo mais do que poderei retribuir. A Mandy Izadi, por me desvendar o ofício da escrita, reinscrever os marcos do tema e abrir os novos horizontes dessa pesquisa e de minha jornada. A Tâmis Parron e Waldomiro da Silva Junior, companheiros de trajetória, por terem desbravado o caminho e me apontado o norte. A Leonardo Marques, por ter me conduzido por outros campos da historiografia. Aos colegas e amigos do *Lab-Mundi* (Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial), pelos diálogos ao longo desses anos e pelas críticas e sugestões ao primeiro capítulo dessa tese. Entre eles, agradeço em especial a João Paulo Pimenta, Felipe Loureiro, Alexandre Moreli, Breno Moreno, Bruno Miranda, Marco Aurelio dos Santos, Bruno Lima, Felipe Alfonso, Roberta Quirino, Fernanda Guerrelhas, Luiz Laurindo, Mariana Paulino, Priscila Ferrer, Clemente Penna, José Evando de Melo e Paulo Pereira. Foi um privilégio desbravar o fazer-se da história em suas companhias.

Aos integrantes da *Global History Network* e do grupo *O Vale do Paraíba e a Segunda Escravidão*, pelos debates e interlocuções. Aos membros do *Weatherhead Initiative on Global History*, do *Afro-Latin American Research Institute*, do *Hutchins Center* e do *Atlantic Workshop*, pelas oportunidades de apresentar os primeiros resultados

dessa pesquisa. A Victor Pavlenkov, que por duas vezes me recebeu e me instigou em Eustis. A Mimi Miller e Ron Miller por me terem aberto as portas do arquivo e de seu lar no Mississippi. A Magno Fonseca Borges, que me introduziu ao ofício do historiador no trato das fontes em Vassouras. A Camila Agostini, cuja generosidade me revelou o mundo dos documentos judiciais. Aos funcionários das bibliotecas e arquivos, que fizeram possíveis essa e tantas outras pesquisas.

Aos meus queridos amigos de juventude, da São Francisco, da FFLCH e de Harvard; aos meus queridos amigos professores, que dividem comigo o desafio e o alento das salas de aula; aos meus queridos alunos, fontes de inspiração; agradeço a todos o carinho e a paciência nessa jornada. A Rogério Piccinin, pela parceria, e a Juliana Kobata, pelo companheirismo de sempre. Ao meu primo André Romitelli, pelo cuidado com as imagens dessa tese. A Foca e Quizzy, Bartolomeu e Madalena, por terem feito a vida mais doce. Às minhas avós, Guiomar e Laís (que quase chegou até aqui), à minha querida Damaris, aos meus irmãos, Felipe e Luiza, e aos meus pais, Sandra e Paulo, não há agradecimentos à altura. Eles estiveram ao meu lado em cada momento, apoiaram-me nas escolhas mais temerárias e celebraram efusivamente as menores conquistas. Minha trajetória e a escrita dessa tese não teriam sido possíveis sem eles.

Índice

Introdução.

A Economia Política da Violência	1
----------------------------------	---

Parte I

O Oligopólio da Violência Legítima na Era da Segunda Escravidão

Introdução

Capitalismo, Liberalismo e a Segunda Escravidão	14
---	----

Capítulo 1

Constitucionalismo, Codificação e Silêncios	18
---	----

Capítulo 2

A Justiça Senhorial e a Economia do Castigo	60
---	----

Capítulo 3

A Resistência Escrava e o Império da Lei	97
--	----

Capítulo 4

Crime e Castigo no Tribunal do Júri Escravista	138
--	-----

Conclusão

Escravidão e Violência nas Américas	182
-------------------------------------	-----

Parte II

A Economia Moral da Violência na Segunda Era da Abolição

Introdução

O Capitalismo Histórico e a Segunda Era da Abolição	189
---	-----

Capítulo 5

A Política da Resistência e a Pena da Morte no Vale do Mississippi	192
--	-----

Capítulo 6

A Crise da Pena de Morte e a Política da Resistência no Vale do Paraíba	239
---	-----

Capítulo 7

A Revolução Negra e a Redenção de Lynch nos Estados Unidos	291
--	-----

Capítulo 8

A Lei de Lynch e a Dialética da Abolição no Brasil	337
--	-----

Conclusão

Abolição e Violência nas Américas	389
-----------------------------------	-----

Fontes e Bibliografia

395

Índice de Tabelas e Gráficos

Gráfico 1. Média de Libras de Algodão colhidas por Trabalhador (1800 -1860).....	81
Gráfico 2. Número de Pés de Café por Trabalhador em Vassouras (1821 - 1880).....	84
Gráfico 3. População do Condado de Adams (1810 - 1860).....	230
Gráficos 4 e 5. População Escravizada e Área Cultivada em Natchez (1850 - 1860).....	231
Gráfico 6. População do Município de Vassouras (1840 - 1884).....	281
Gráfico 7. Número de Pés de Café por Trabalhador em Vassouras (1821 - 1880).....	282
Tabela 1. Crimes Capitais e Pena de Morte em Natchez (1825 - 1849).....	163
Tabela 2. Dados Demográficos do Condado de Adams, Mississippi (1810 - 1860).....	164
Tabela 3. Dados Demográficos da Cidade de Natchez, Mississippi (1810 - 1860).....	165
Tabela 4. Crimes Capitais e Pena de Morte em Vassouras (1835 - 1866).....	172
Tabela 5. Dados Demográficos do Município de Vassouras (1840 - 1872).....	174
Tabela 6. Condenações e Pena de Morte no Brasil (1833 - 1876).....	178
Tabela 7. Crimes Capitais e Pena de Morte em Natchez (1825 - 1859).....	229
Tabela 8. Sentenças e Penas dos Crimes Capitais em Natchez (1825 - 1859).....	235
Tabela 9. Crimes Capitais e Pena de Morte em Vassouras (1835 - 1886).....	280
Tabela 10. Crimes Capitais e Pena de Morte em Campinas (1830 - 1888).....	280
Tabela 11. Crimes Capitais em Juiz de Fora (1850 - 1888).....	281
Tabela 12. Origem e Tempo de Residência dos Feitores Vitimados em Vassouras.....	284
Tabela 13. Origem e Tempo de Residência dos Réus Escravizados em Campinas.....	285
Tabela 14. Origem e Tempo de Residência dos Réus Escravizados em Vassouras.....	285
Tabela 15. Sentenças e Penas dos Crimes Capitais em Vassouras (1835 - 1886).....	288

Introdução

A Economia Política da Violência

Esta é uma história de violência. E, no entanto, a história humana é essencialmente violenta e a violência está na essência da escravidão. Nenhuma tese sobre esse tema deveria tomar mais do que duas linhas para dizê-lo. Contudo, as páginas que seguem tratam de um capítulo particular da história atlântica. Elas narram como cativo de africanos e de seus descendentes costurou os tecidos sociais e as instituições da justiça à violência racial no Brasil e nos Estados Unidos. É um lugar comum entre acadêmicos e ativistas atribuir as mazelas que hoje assolam as populações negras desses países, como a brutalidade policial e o encarceramento em massa, aos legados da escravidão. O leitor que se aventurar por essa tese saberá que ela apenas reforça esse postulado. Com uma diferença, entretanto. Ao percorrerem mais de um século da história da escravidão nas Américas, os capítulos atam os nós entre tempos e espaços, e trazem esses pressupostos abstratos à vida. Eles revelam as raízes e o tronco firme do cativo negro, de cujos galhos ainda pendem os estranhos frutos de nossa era.

Ainda no calor da luta pela abolição no Império do Brasil, Joaquim Nabuco contestou os mitos do escravismo nacional e indicou um caminho para que se expusessem as suas vísceras.

Diz-se que entre nós a escravidão é suave, e os senhores são bons. A verdade, porém, é que toda escravidão é a mesma, e quanto à bondade dos senhores, esta não passa da resignação dos escravos. Quem se desse o trabalho de fazer uma estatística dos crimes ou de escravos ou contra escravos; quem pudesse abrir um inquérito sobre a escravidão e ouvir as queixas dos que a sofrem, veria que ela no Brasil ainda hoje é tão dura, bárbara e cruel como foi em qualquer outro país da América.¹

Por outras vias, a pesquisa que originou essa tese aceitou o desafio do abolicionista e abriu o seu inquérito sobre a escravidão, a justiça criminal e a violência racial nas Américas. Naqueles idos da década de 1880, a segregação e os conflitos entre brancos e negros nos Estados Unidos serviram à retórica dos adversários de Nabuco, como contraprova da suposta benevolência do cativo no Brasil. O argumento sobreviveu à crise da escravidão e foi incorporado às ideologias raciais que, ainda hoje, obliteram nosso olhar. Nada mais justo, portanto, que testar a assertiva de Nabuco, de que toda a escravidão era a mesma, colocando as justiças criminais dessas duas sociedades escravistas no banco dos réus, ou melhor, sob as lentes do historiador. Essa investigação adentrou os salões do judiciário e se debruçou sobre os crimes capitais cometidos por réus

¹ Joaquim Nabuco. *O Abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 124.

negros escravizados no Vale do Paraíba e no Vale do Mississippi, as mais importantes regiões de plantation desses países no século XIX. Pelos caminhos e descaminhos da justiça, essa pesquisa percorreu as décadas que se estenderam das independências às abolições, revelando nos bastidores dos crimes e castigos o drama de duas nações.

Essa história se inicia na Era das Revoluções Atlânticas, que deram início a um primeiro ciclo das abolições nas Américas. As independências dos Estados Unidos e do Brasil poderiam ter trilhado esse caminho, rompendo com as heranças do escravismo colonial. Mas os interesses econômicos e políticos que prevaleceram instituíram dois regimes constitucionais comprometidos com o cativo e que lhe deram sobrevida no continente. A cidadania e os direitos políticos se espalharam pelo mundo dos livres, enquanto os homens e mulheres negros escravizados foram estigmatizados como inimigos domésticos e submetidos a um permanente estado de exceção. Foram esses os princípios fundantes das instituições de Estado nesses jovens países. Os mais sensíveis direitos de uns exigiam a subserviência de outros e a justiça estava a postos, a serviço de uma classe e de uma raça.²

A disciplina absoluta dos subalternos, todavia, não passou de uma utopia senhorial. A resistência dos escravizados foi tão intrínseca ao cativo quanto a violência senhorial. Vítimas das redes do tráfico, milhares de homens e mulheres cruzaram, por mar e por terra, os caminhos que levavam aos campos de algodão do Vale do Mississippi e às lavouras de café do Vale do Paraíba. Em suas lutas cotidianas, eles contaram com os precedentes daqueles que os antecederam nas senzalas. No entanto, dentro dos territórios da República dos Estados Unidos e do Império do Brasil, eles ampliaram seus repertórios de resistência ao jogar com as contradições entre a escravidão e o princípio do Estado de Direito. O judiciário era um território inimigo, comprometido com os direitos dos livres. Mas isso não impediu que os escravizados levassem as suas lutas das fazendas aos tribunais, onde disputaram os seus próprios sentidos da justiça.

A lei, contudo, tinha lado e os réus tinham cor. Para a segurança dos cidadãos livres, a resistência frontal dos escravizados foi tipificada como mais do que um delito comum—era um crime capital. As constituições dos Estados Unidos e do Brasil aderiram

² Sobre os usos do conceito estado de exceção nessa tese, ver Giorgio Agamben. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004; e do mesmo autor *Homo Sacer: o Poder Soberano e a Vida Nua I*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007. Ver ainda Carl Schmitt. *A Crise da Democracia Parlamentar*. São Paulo: Scritta, 1996, pp. 81-130, com destaque para a definição de Soberania entre as páginas 95 e 108; e Hannah Arendt. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 147-336. Ver também a referência ao conceito em relação às sociedades escravistas em Achille Mbembe. *Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção, Política da Morte*. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

aos preceitos do iluminismo penal e proibiram as punições cruéis à moda do Antigo Regime. O suplício dos condenados não teria vez nos territórios independentes das Américas, ao menos na letra e na forma da lei. A pena de morte, por outro lado, foi mantida, ainda que desprovida da ritualística de outrora. E os castigos corporais contra pessoas escravizadas, domésticos ou judiciais, foram contemplados pelos silêncios constitucionais e pelos incisos dos códigos e leis de exceção. O cadafalso não foi uma exclusividade dos réus negros e escravizados, mas foram eles as suas principais vítimas no Vale do Paraíba e no Vale do Mississippi, principalmente quando suas violações contestaram a hierarquia e a ordem nas fazendas. Em pleno século XIX, a pena capital preservou a essência de um rito punitivo exemplar que expiava a culpa do condenado e inscrevia no corpo negro rebelde o poder da escravidão.³

A violência era endêmica na escravidão, mas em meio ao aparente caos havia ordem. Essa investigação se estendeu dos tribunais às fazendas de algodão e de café, e identificou padrões de resistência e de violência que variaram com o passar do tempo, acompanhando as dinâmicas da demografia, das políticas nacionais e do mercado mundial. É nesse sentido que essa tese desnudou a lógica subjacente a uma economia política dos castigos. Enquanto as punições nas fazendas respondiam aos imperativos da hierarquia doméstica e da produtividade dos trabalhadores, a justiça criminal e a violência de Estado se provaram instrumentos comprometidos com a preservação da ordem e das economias escravistas. Ao longo das décadas, a frequência e o rigor das penas impostas pelos tribunais do Vale do Paraíba e do Vale do Mississippi responderam tanto à gravidade dos delitos quanto aos ventos da política e aos ritmos do mercado. O açoite e o cadafalso foram os artífices de uma política da violência destinada à disciplina e à economia dos corpos escravizados.

Os crimes e castigos revelaram mais do que previra Nabuco. A escravidão se provou, de fato, tão cruel no Brasil quanto no Sul dos Estados Unidos, mas ela nem sempre foi a mesma. O estudo comparado realçou os contrastes entre o Vale do Mississippi e o Vale do Paraíba, especialmente quando os crimes-limite expuseram as múltiplas faces da violência racial. As conspirações e insurreições de escravizados

³ Sobre as tecnologias punitivas, ver Michel Foucault. *Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Vozes, 2018. Sobre as adaptações dessa perspectiva à escravidão nas Américas, ver Sílvia Lara. *Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Sobre as punições sobre os corpos dos escravizados, ver ainda Diana Paton. "Punishment, Crime, and the Bodies of Slaves in Eighteenth-Century Jamaica". *Journal of Social History*, 34(4), 2001, 923-954; e Vincent Brown. *The Reaper's Garden: Death and Power in the World of Atlantic Slavery*. Cambridge: Harvard University Press, 2008.

instauravam um estado de guerra e as comunidades livres suspendiam, tacitamente, o império da lei. Mas a justiça sumária assumiu diferentes formas em cada território. Enquanto os fazendeiros brasileiros a preservaram como uma prerrogativa de classe, as multidões brancas estadunidenses fizeram dela o expurgo de uma raça. Um fenômeno semelhante se expressou no fim do século. Durante a crise da escravidão, o Vale do Paraíba sediou um breve ensaio dos linchamentos de negros, mas eles perderam fôlego no pós-abolição, precisamente quanto se espalhavam pelo Mississippi. Foram essas distinções, entre outras, que serviram aos propósitos dos adversários de Nabuco e também dos ideólogos que, décadas depois, fundariam nossos mitos raciais.

As diferenças, contudo, eram de forma, e não de grau. Elas remontam à formação histórica dessas sociedades e às suas características demográficas, culturais e políticas que deram origem a dois regimes escravistas e raciais distintos. Enquanto a democracia e as ideologias segregacionistas reforçaram a solidariedade racial entre os brancos da América do Norte, a monarquia e a classe escravista brasileiras se beneficiaram de discursos oblíquos que preservaram a hierarquia social e racial, silenciando sobre as raças. Consequentemente, a violência extrajudicial foi mais explicitamente racista nos espetáculos da justiça popular nos Estados Unidos, e nem por isso menos eficaz nas variantes veladas do racismo à brasileira. Assim como contrapôs Nabuco, a escravidão foi cruel por toda a América. E talvez tenha sido mais perversa no país que mais vitimou africanos e seus descendentes, e que, ainda assim, autoproclamou-se a democracia das raças.

Essa história avança até o último quartel do século XIX, quando os tempos de crise anunciaram uma segunda era das abolições nas Américas. Nas fazendas e tribunais do Vale do Mississippi e do Vale do Paraíba, a última geração do cativo travou algumas das batalhas derradeiras pelo fim da escravidão atlântica, no que contaram com a militância aguerrida dos abolicionistas. As emancipações criaram uma rara oportunidade para a refundação dos regimes constitucionais nos Estados Unidos e no Brasil, mas prevaleceram as forças da reação. Os egressos do cativo logo descobriram a diferença entre liberdade e cidadania. Salvo pelo breve período da Reconstrução na América do Norte, os libertos de ambos os países tiveram seus direitos políticos cerceados e foram submetidos à marginalidade, às novas legislações criminais e ao arbítrio das forças policiais. Os capítulos dessa tese se encerram no fim do século, mas essa história, não. Ela continua costurada aos passos daqueles que viveram e ainda vivem nos regimes de

exceção subjacentes às maiores repúblicas do continente. A justiça criminal permanece a postos, a serviço de uma classe e de uma raça.⁴

Essa tese defende, entre outras eventuais contribuições, três hipóteses de maior fôlego. Elas se referem aos regimes de exceção imanentes às justiças criminais dos Estados Unidos e no Brasil; à economia política dos castigos no Vale do Mississippi e no Vale do Paraíba; e às diferentes expressões da violência racial nas Américas. O fazer-se dessa pesquisa se inspirou em três campos teórico-metodológicos: a economia política da escravidão, a história social do direito e a sociologia da punição. É preciso, portanto, percorrê-los, a fim de se justificar os fundamentos dessa interpretação.

No final dos anos 1980, Dale Tomich publicou um texto programático na contramão das matrizes que então imperavam na historiografia da escravidão. Enquanto seus pares privilegiavam as experiências dos sujeitos no cativeiro, ele revisitou o debate clássico sobre as relações entre o capitalismo e a escravidão. Por décadas, a dupla tese de Eric Williams marcara o campo, ao ressaltar as contribuições do escravismo colonial para a Revolução Industrial e, dialeticamente, descrever como capitalismo maduro repercutiu na abolição nas Américas. Tomich refutou em parte a segunda tese de Williams e relacionou o advento das fábricas inglesas à expansão de novas fronteiras da escravidão em Cuba, nos Estados Unidos e no Brasil no século XIX. Respondendo às demandas do mercado mundial, as lavouras de açúcar, algodão e café inovaram em relação às práticas agrícolas do período colonial, atingindo patamares inéditos de produtividade. Do ventre do capitalismo industrial, nascera uma *Segunda Escravidão*.⁵

A princípio, o conceito não encontrou espaço na historiografia. Na virada do século, entretanto, historiadores brasileiros como Rafael Marquese e Ricardo Salles encamparam o referencial teórico de Tomich e alargaram a categoria da Segunda Escravidão para incluírem as dimensões da política. Tâmis Parron e Alain Youssef seguiram pelo mesmo caminho ao se debruçarem sobre as relações entre o mercado mundial e as estratégias políticas das classes escravistas, que fizeram prevalecer seus interesses dentro de instituições liberais como o parlamento e a imprensa. O historiador

⁴ Sobre a perspectiva da abolição como uma oportunidade perdida para a repactuação política, ver W. E. B. Du Bois. *Black Reconstruction in America: An Essay Toward a History of the Part which Black Folk played in the Attempt to Reconstruct Democracy in America, 1860-1880*. New York: Oxford University Press, 2007.

⁵ Dale Tomich. “A ‘Segunda Escravidão.’” In: *Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho Capital e Economia Mundial*. São Paulo: Edusp, pp. 81-97; Eric Williams. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Waldomiro da Silva Junior, por sua vez, investigou o papel do direito no escravismo oitocentista, com destaque para a justiça cível e a questão da alforria. Na esteira desses historiadores, essa tese reivindicou a perspectiva da economia política da escravidão e insistiu em relacionar a experiência dos escravizados nas fazendas e nos tribunais do Vale do Paraíba e do Vale do Mississippi à dinâmica política dos Estados Nacionais e aos influxos do capitalismo industrial. Em segundo lugar, ela avançou com essa agenda de pesquisa dentro das instâncias do poder judiciário, iluminando o papel do direito penal e da justiça criminal na preservação das ordens escravistas no Sul dos Estados Unidos e no Brasil no século XIX.⁶

Ao dar esse segundo passo, essa pesquisa se aventurou pelo campo da história social do direito. Ainda na década de 1940, Frank Tannenbaum publicou seu estudo clássico sobre a escravidão e o racismo nas Américas, comparando os regimes jurídicos coloniais. Influenciado por Eric Williams, ele descreveu o escravismo anglo-saxão como sendo mais capitalista e racialmente cindido do que no colonialismo ibérico, que foi interpretado à luz de Gilberto Freyre. A obra deixou um legado ambíguo, contribuindo para o combate às historiografias racistas nos Estados Unidos ao mesmo tempo em que reforçou o paradigma freyreano sobre as relações raciais na América Latina. Além disso, Tannenbaum restringiu suas fontes às normas jurídicas dos poderes metropolitanos, em detrimento das experiências materiais do cativo nas colônias. Por razões políticas e

⁶ Ver o balanço sobre o conceito do capitalismo e da *Segunda Escravidão* na historiografia brasileira em Rafael Marquese. “As Desventuras de um Conceito: Capitalismo Histórico e a Historiografia sobre a Escravidão Brasileira”. *Revista de História* (USP), v. 169, p. 223-253, 2013. Ver ainda, do mesmo autor, *Feitores do Corpo, Missionários da Mente: Senhores, Letrados e o Controle dos Escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; e ainda, em coautoria com Dale Tomich, “O Vale do Paraíba Escravista e a Formação do Mercado Mundial do Café no Século XIX”. In: Keila Grinberg & Ricardo Salles (orgs.). *O Brasil Imperial. Volume II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 339-383. Ver ainda Ricardo Salles. *E o Vale era Escravo, Vassouras, Século XIX, Senhores e Escravos no Coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; Tâmis Parron. *A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; e do mesmo autor *A Política da Escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*. Tese de Doutorado defendida na Universidade de São Paulo em 2015; Alain El Youssef. *Imprensa e Escravidão: Política e Tráfico Negro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2016; e do mesmo autor *O Império do Brasil na Segunda Era da Abolição, 1861-1880*. Tese de Doutorado defendida na Universidade de São Paulo em 2019; e Waldomiro da Silva Junior. *Entre a Escrita e a Prática: Direito e Escravidão no Brasil e em Cuba, c. 1760-1871*. Tese de Doutorado defendida na Universidade de São Paulo em 2015. Ver ainda Rodrigo Goyena Soares. “Benefícios e Limites da Segunda Escravidão como Método para uma Razão Dialética.” In: Muaze, Mariana; Salles, Ricardo. (Org.). *A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em Perspectiva Histórica*. 1ed. São Leopoldo: Casa Leiria / CNPq, 2020, p. 223-241.

metodológicas, a história social do direito tornou *Slave and Citizen* o contraexemplo de seu fazer historiográfico.⁷

Ao inverter o modelo de Tannenbaum para oferecer uma história do direito vista de baixo, essa matriz historiográfica recorreu ao referencial de Edward Thompson. Inspirados em seus estudos sobre camponeses e trabalhadores urbanos na Inglaterra, historiadores se valeram de fontes jurídicas para reconstituir as experiências cotidianas dos sujeitos escravizados e alargaram o conceito do direito para integrar não apenas as leis, mas também as práticas jurídicas e os costumes disputados cotidianamente dentro e fora dos tribunais. Os estudos matriciais de Sidney Chalhoub e Rebecca Scott privilegiaram as alforrias e ações de liberdade, no campo do direito civil, enquanto o direito penal escravista e da violência foram objeto das pesquisas pioneiras de Silva Lara. As experiências dos réus escravizados nos salões da justiça criminal do século XIX foram exploradas primeiramente por Maria Helena Machado, Hebe Mattos e, mais recentemente, pelos estudos sobre a pena de morte de João Luis Ribeiro e Ricardo Pirola. Essa pesquisa se inspirou nesses estudos e na perspectiva teórica de Thompson, mas com uma diferença. Ela recuperou a dimensão da economia política do capitalismo, que sempre esteve subjacente aos estudos do historiador inglês e que foi escanteada na história social da escravidão. Ao fazê-lo, essa tese procurou combinar as contribuições metodológicas dessas duas linhas historiográficas, integrando a macroeconomia do cativeiro atlântico e a micropolítica das fazendas e tribunais.⁸

É preciso, no entanto, voltarmos a *Slave and Citizen*. Os críticos de Tannenbaum foram mais felizes em apontar os equívocos metodológicos de seu estudo do que em oferecer explicações alternativas à sua interpretação. Essa pesquisa não defende nem os

⁷ Frank Tannenbaum. *Slave and Citizen: The Negro in the Americas*. New York: Alfred A. Knopf, 1947; Gilberto Freyre. *Casa Grande e Senzala: Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil*. São Paulo: Global, 2004.

⁸ Ver Edward Thompson. *Senhores e Caçadores: A Origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; e do mesmo autor *Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; e *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 3 Volumes. São Paulo: Paz e Terra, 2011. Ver ainda Sidney Chalhoub. *Visões da Liberdade: Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; Rebecca Scott. *Degrees of Freedom. Louisiana and Cuba after Slavery*. Cambridge: Harvard University Press, 2008. Sobre o estudo das ações de Liberdade, ver ainda Hebe Mattos. *Das Cores do Silêncio: Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; e Keila Grinberg. *Liberata, a Lei da Ambiguidade. Ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no Século XIX*. Rio de Janeiro: Relumã/Dumará, 1994. Sobre o direito penal e as punições, ver Sílvia Lara. *Campos da Violência*, 1988; Maria Helena Machado. *Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas Lavours Paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Edusp, 2014; João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão: A Lei de 10 de Junho de 1835, os Escravos e a Pena de Morte no Império do Brasil (1822 - 1889)*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2005; e Ricardo Pirola. *Escravos e Rebeldes nos Tribunais do Império: Uma História Social da Lei de 10 de Junho de 1835*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

pressupostos e nem as conclusões de Tannenbaum, mas encampa sua ambição em promover um estudo comparado capaz de explicar as diferenças entre os regimes escravistas e raciais nas Américas. O mesmo desafio foi abraçado recentemente pelos historiadores Ariela Gross e Alejandro de la Fuente. Seguindo os passos da história social, eles narraram as experiências de pessoas negras que enfrentaram as cortes cíveis para defender a sua liberdade na Virgínia, na Louisiana e em Cuba. Em suas palavras, não foi o direito da escravidão, mas o direito da liberdade que foi crucial para a criação dos diferentes regimes raciais. De forma complementar, essa pesquisa adentrou os tribunais criminais do Vale do Mississippi e do Vale do Paraíba e revelou a experiência de réus negros que disputaram os sentidos da lei e da justiça. Mas foi no direito escravista e nas prerrogativas à violência que essa tese encontrou um dos veios que originou as diferenças entre os regimes e as violências raciais no Brasil e nos Estados Unidos.⁹

A violência é uma constante na história, mas a história não se destaca entre as ciências humanas no estudo da violência. Essa pesquisa, portanto, recorreu às ciências sociais e se inspirou nos referenciais teóricos da Sociologia da Punição. Esse campo contou com as contribuições e a sistematização de David Garland que, em sintonia com a Criminologia Crítica, propôs a desnaturalização da relação crime-castigo e a interpretação da punição como uma instituição social. Revisitando os clássicos da teoria social, essa pesquisa incorporou a perspectiva de Michel Foucault sobre as tecnologias punitivas e o poder disciplinar, assim como o corolário marxista de Georg Rusche e Otto Kirchheimer, e de Dario Melossi e Massimo Pavarini, em seus estudos sobre as relações entre capitalismo e violência de Estado. Por fim, o filósofo Achille Mbembe ofereceu importantes contribuições a essa tese, ao mobilizar o repertório conceitual de Foucault e enxergar, por trás da biopolítica dos corpos, uma *necropolítica*—uma política da morte regida pelo signo da raça. Nem sempre explícitos, esses aportes teóricos estão presentes nas entrelinhas de cada capítulo e permitiram que o ofício do historiador não prescindisse de uma imaginação sociológica.¹⁰

⁹ Sobre o debate do legado de Tannenbaum, ver Alejandro de la Fuente. “Slavery and Claims-Making in Cuba: The Tannenbaum Debate Revisited”. *Law and History Review*, vol. 22, 2004, pp. 339-69; e Keila Grinberg. “Alforria, Direito e Direitos no Brasil e nos Estados Unidos.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 27, 2001, pp. 63-83. Ver ainda Ariela Gross & Alejandro de la Fuente. *Becoming Free, Becoming Black: Race, Freedom, and Law in Cuba, Virginia, and Louisiana*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020; e dos mesmos autores, “Comparative Studies of Law, Slavery and Race in the Americas”. *University of Southern California Legal Studies Working Paper Series*, 2010.

¹⁰ David Garland. *Punishment and Modern Society: A Study in Social Theory*. Oxford: Oxford University Press, 1990; Michel Foucault. *Vigiar e Punir*, 2018; Georg Rusche & Otto Kirchheimer. *Punishment and Social Structure*. New York: Columbia University Press, 1939; Dario Melossi, & Massimo Pavarini. *O Cárcere e a Fábrica: As Origens do Sistema Penitenciário*. Rio de Janeiro: Revan, 2006. Achille

Inicialmente, essa tese se chamaria *A Economia Política do Castigo* e seu objetivo era analisar a violência escravista em suas faces públicas e privadas por meio do referencial teórico da Sociologia da Punição. A imersão no campo levou à escolha de Vassouras e Natchez como cidades representativas do Vale do Paraíba e do Vale do Mississippi, respectivamente, tanto pela importância histórica quanto pela qualidade de seus arquivos. Os processos criminais se mostraram as fontes ideais para essa pesquisa, pois enquanto os depoimentos descreviam os conflitos e castigos nas fazendas, as sentenças acionavam a violência de Estado. Os diários de fazendas e manuais agrônômicos contribuíram para a reconstituição da lógica das punições privadas, enquanto os jornais ofereceram o melhor complemento à interpretação da experiência do judiciário e das penas públicas. Por fim, a análise de discursos parlamentares e das legislações permitiu que a pesquisa percorresse um jogo de escalas entre as fazendas e as altas instâncias da política, enquanto os dados econômicos possibilitaram a transposição dos espaços nacionais e o alcance do mercado mundial.

Os crimes capitais revelaram os encontros e desencontros entre a soberania doméstica dos fazendeiros e a jurisdição pública do Estado, assim como os limites do império da lei nos territórios da escravidão. Ao legitimar os castigos privados dos proprietários, os regimes constitucionais brasileiro e estadunidense abdicaram do monopólio do uso da força e delegaram parte da responsabilidade pela manutenção da ordem pública às classes escravistas. Em relação à população negra cativa, eles instituíram, portanto, um *oligopólio da violência escravista*. A análise seriada das fontes ao longo do tempo revelou a dinâmica complementar e contraditória dessas duas soberanias. Os castigos privados e as penas públicas exibiram padrões e mudanças em sintonia os movimentos da política e da economia. Por sua vez, a análise qualitativa das fontes do Vale do Mississippi e do Vale do Paraíba realçou os contrastes entre o escravismo e o racismo nos Estados Unidos e no Brasil. De todo modo, a interpretação integrada desses dados permitiu reconstituir uma experiência unificada, ainda que

Mbembe. *Necropolítica*, 2018. Loic Wacquant criticou a perspectiva marxista de Rusche e Kirchheimer, que classificou como uma economia política da punição, por preterir as dimensões simbólicas da violência. Essa tese se beneficiou das contribuições de Wacquant, e ainda de Norbert Elias e Peter Spierenburg, mas nem por isso abdicou da terminologia e do conceito da economia política, por considerá-la compatível com as variáveis culturais, que foram, de fato, contempladas. Ver Loic Wacquant. *Punir os Pobres: A Nova Gestão da Miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Renavan, 2003; Norbert Elias. *O Processo Civilizador, vol. II, Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993; e Peter Spierenburg. *The Spectacle of Suffering: Executions and the Evolution of Repression: From a Preindustrial Metropolis to the European Experience*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

diversa, da violência escravista nas Américas. Em outros termos, a pesquisa desvendara uma economia política dos castigos.

Mas a história é caprichosa, assim como o são as fontes do historiador. Os crimes capitais trouxeram à luz as experiências de pessoas escravizadas que, em situações-limite, contestaram os poderes privados nas fazendas e disputaram nos espaços públicos dos tribunais o seu direito à violência ou à legítima defesa. Em paralelo ao cotidiano das propriedades rurais e das cortes de justiça, o avanço dos movimentos abolicionistas contribuiu para a deslegitimação dos castigos domésticos e das penas corporais e capitais. Os ativistas mais radicais foram além. Durante a crise final da escravidão, eles defenderam a ação direta dos escravizados na luta pela liberdade, por quaisquer meios necessários. O título definitivo dessa tese reverbera essas forças históricas, subjacentes às fontes, que disputaram os termos de uma *economia moral da violência* durante a crise da escravidão no Sul dos Estados Unidos e no Brasil. É nesse sentido dialético, entre as economias do castigo e as políticas da resistência, que os capítulos que seguem narram a *Economia Política da Violência na Era da Segunda Escravidão*.

Essa tese se divide em duas partes, que seguem os movimentos históricos de convergência e de divergência entre as experiências do escravismo brasileiro e estadunidense no longo do século XIX. A Parte I, intitulada *O Oligopólio da Violência Legítima na Era da Segunda Escravidão*, trata do avanço das fronteiras agrícolas pelo Vale do Mississippi e pelo Vale do Paraíba, da resistência dos escravizados e da ascensão das novas classes escravistas, que prevaleceram politicamente e comprometeram as instituições da justiça nos Estados Unidos e no Brasil com o cativo. Os quatro capítulos que a compõem narram de forma integrada e comparada esses processos históricos regionais e nacionais que convergiram no mundo Atlântico na primeira metade do século XIX. A Parte II, por sua vez, foi intitulada *A Economia Moral da Violência na Segunda Era da Abolição* e descreve como a crise unificada da escravidão nas Américas, marcada pela ação orquestrada de abolicionistas e escravizados, expressou-se de formas particulares no Vale do Mississippi e no Vale do Paraíba. Os quatro capítulos finais abordam separadamente as experiências de cada região, mimetizando o processo de distanciamento entre as experiências escravistas e raciais no Sul dos Estados Unidos e do Brasil na segunda metade do século. No entanto, eles devem ser lidos aos pares, pois as interpretações contidas em cada um deles só adquirem sentido dentro de um quadro comparativo e de uma perspectiva integradora. Essa tese possui duas conclusões, que se

encontram ao fim de cada uma das partes e que estabelecem as pontes entre elas, assim como entre os tempos da escravidão e do pós-abolição nas Américas.

Essa é, de fato, uma história de violência. Ela percorre os caminhos tortuosos que entrelaçaram as instituições de justiça dos Estados Unidos e do Brasil à escravidão, e selaram o destino de milhões de africanos e de seus descendentes nascidos nas Américas. Mas essa é também a história dessas pessoas que viveram e morreram sob o jugo das correntes e das leis, e de muitas que resistiram, como puderam, às injustiças de seu tempo.

Mapa do Médio Vale do Mississippi com destaque para a região de Natchez

Mapa da Província do Rio de Janeiro com destaque para a região do Vale do Paraíba e de Vassouras

Parte I

O Oligopólio da Violência Legítima na Era da Segunda Escravidão

Introdução

Capitalismo, Liberalismo e a Segunda Escravidão

As primeiras naus que deixaram o continente europeu e se lançaram no oceano Atlântico, ainda no século XV, carregavam consigo mais do que o anseio de investidores, monarcas e capitães. Eram a ponta de lança de uma economia-mundo em expansão, até então circunscrita aos mundos do Mediterrâneo. O convés se tornara um território itinerante dos reinos europeus, estendendo por mar e por terra as suas soberanias. O pioneirismo ibérico deu origem a dois impérios coloniais distintos. Enquanto os espanhóis fizeram dos povos nativos sua força de trabalho das minas de prata, os portugueses costuraram as duas costas de seu império Atlântico Sul ao tecido da escravidão negra. O avanço tardio de holandeses, franceses e ingleses pôs fim à hegemonia lusitana, mas fez do cativo de africanos a espinha dorsal de novos regimes coloniais que se sobrepuseram ao império espanhol no Caribe e na América do Norte. Foram os interesses econômicos que regeram, acima de tudo, as fronteiras da escravidão nas Américas. Mas a conquista e o domínio de terras e povos exigiram a força do Estado e a forma do direito.¹¹

O colonialismo e a escravidão instauraram um permanente estado de guerra. Submetidos à força, indígenas e africanos foram assimilados aos impérios coloniais como súditos de segunda categoria, reduzidos em sua subjetividade e objetificados enquanto força de trabalho. Os colonizadores latinos se beneficiaram de suas tradições jurídicas, recorrendo a dispositivos do direito romano no trato com a escravidão. Os ingleses não puderam se dar ao mesmo luxo. O insulamento geográfico e cultural da Bretanha fez dela uma província longínqua do Mediterrâneo antigo, onde as raízes romanas cederam à forma jurídica anglo-saxã. Enquanto a América Ibérica usufruiu dos institutos de uma sociedade escravista madura do passado, as colônias inglesas gestaram no cotidiano das plantations e dos tribunais os seus próprios saberes normativos. As assembleias locais redigiram os seus *Statutes* e *Slave Codes*, que progressivamente cindiram o mundo dos brancos e o dos negros. Embora as *Siete Partidas* espanholas se fundassem no princípio da *limpieza de sangre*, a experiência colonial e a tradição romanista flexibilizaram as fronteiras entre as chamadas repúblicas de espanhóis e de indígenas. Os ibéricos ofereceram um modelo ao direito colonial francês, mas a experiência cotidiana da

¹¹ Sobre a economia-mundo mediterrânica, ver Fernand Braudel. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II. Volume I*. São Paulo: Edusp, 2016. Sobre os sistemas coloniais ibérico e do noroeste europeu, ver Marcia Berbel; Rafael Marquese & Tâmis Parron. *Escravidão e Política, Brasil e Cuba, c.1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010, pp. 21-95.

escravidão aproximou o *Code Noir* do regime inglês. Os portugueses jamais redigiram o seu código negro, primando pela simplicidade. A interpretação flexível das normas permitiu que as ordenações do reino, Manuelinas e Filipinas, cruzassem os mares e orquestrassem o cativo.¹²

Os diferentes sistemas coloniais e seus respectivos regimes jurídicos não deram origem a duas Américas, mas a várias. O contraste entre os povos e raças nunca foi absoluto nas colônias inglesas e nem o mundo português o diluiu por completo. A prática da alforria e a miscigenação foram mais comuns nos recantos ibéricos, mas eles jamais se tornaram o paraíso das raças. Por todo o continente, discursos e práticas coloniais identificaram na paleta de cores e na pretensa pureza de sangue, os signos da hierarquia e da ordem. As escolhas políticas deram origem a diferentes arranjos sociais e raciais, com vultuosos resultados econômicos—nenhum deles menos desigual e violento. A economia-mundo dos europeus não criou a distinção entre os povos, mas se beneficiou dos marcos da diferença e os reproduziu a seu gosto.

As legislações coloniais se fundavam no direito do conquistador. Sobre terras e povos, realizavam a fantasia de domínio, mas os corpos de pele não branca resistiam. As diferentes legislações e práticas divergiam na esfera civil apenas para convergir no rigor penal. A autoridade dos reinos emanava da Coroa, mas cada microcosmo continha em si os atributos da hierarquia e da ordem. As monarquias do Antigo Regime não pressupunham o abstrato monopólio da força. Em cada corpo social, como a família, a autoridade incorporava a soberania. O poder do monarca/patriarca cruzou o Atlântico, onde os senhores se fizeram absolutos em seus impérios particulares. À luz do princípio da soberania doméstica, coube aos proprietários de pessoas escravizadas fazerem as vezes da lei e da justiça. Seus poderes eram quase ilimitados. Embora os excessos tenham atraído críticas de religiosos e autoridades, elas se limitaram ao plano do espírito e ao campo moral. A violência desmedida era antes pecado do que crime, uma vez que a

¹² Sobre a relação entre direito e escravidão, ver Frank Tannenbaum. *Slave and Citizen: The Negro in the Americas*. New York: Alfred A. Knof, 1947. E para um contraponto recente, ver Ariela Gross & Alejandro de la Fuente. *Becoming Free, Becoming Black: Race, Freedom, and Law in Cuba, Virginia, and Louisiana*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020. Sobre o direito anglo-saxão e o direito escravista nas colônias britânicas, ver Edward Rugemer. *Slave Law and the Politics of Resistance in the Early Atlantic World*. Cambridge: Harvard University Press, 2018. Sobre o *Code Noir*, ver Malick Ghachem. "Montesquieu in the Caribbean: The Colonial Enlightenment between 'Code Noir' and 'Code Civil'." *Historical Reflections*, 25(2), 1999, 183-210. Sobre o Direito Escravista Ibérico, ver Silvia Hunold Lara. "Legislação sobre Escravos Africanos na América Portuguesa". In: José Andrés-Gallego (coord.). *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*, Colección Proyectos Históricos Tavera, Madrid, 2000; e ainda Waldomiro da Silva Júnior. *História, Direito e Escravidão: A Legislação Escravista no Antigo Regime Ibero-Americano*. São Paulo: Annablume, 2013.

intervenção estatal no seio da escravidão ameaçaria todo o edifício colonial. Eram os senhores os principais responsáveis pela ordem doméstica e pública, mas quando a resistência dos subalternos lhes era irresistível, o Estado colonial exibia sua face mais obscura.¹³

Da leitura das leis penais do Antigo Regime se depreende uma justiça draconiana, mas ao rigor literal se contrapunha o beneplácito da dádiva real. Enquanto a lei condenava o corpo e a Igreja sacramentava o espírito, a Coroa detinha a prerrogativa última da graça. O perdão humanizava o poder do patriarca, severo e humano. Apenas as violações mais graves eram expiadas no teatro do suplício. Se o parricídio e a lesa-majestade eram os crimes capitais por excelência nas monarquias europeias, o mesmo valia para os microcosmos do outro lado do Atlântico, onde a resistência dos escravizados ameaçava outro poder soberano. A despeito das diferenças formais entre o Livro V das Ordenações Filipinas e os institutos penais dos *Slave Codes* e do *Conde Noir*, o que estava em jogo em todos os casos era uma justiça de guerra, na forma de tribunais de exceção. As precárias garantias processuais eram suspensas e o rigor penal dava asas à crueldade. Na violência ostensiva havia lógica. O espetáculo da tortura e da morte fazia da destruição do corpo negro rebelado um exemplo para a disciplina de seus iguais. Na pele do condenado, restaurava-se a segurança jurídica dos investimentos além-mar.¹⁴

Foram séculos de idas e vindas das naus sobre as águas do Atlântico, carregando mercadorias e pessoas mercantilizadas, até que se anunciou a tempestade perfeita dos tempos. Das profundezas da economia-mundo emergiam forças contraditórias, enquanto novas ideias pairavam no ar. O outono das monarquias absolutas na Europa em pouco tempo se fez inverno nas Américas; ou quiçá o verão das independências. Na esteira da ilustração, as palavras liberdade e igualdade ecoaram por todo o Atlântico revolucionário, adquirindo diferentes sentidos. Era o ocaso do colonialismo europeu, mas seria o do

¹³ Sobre a doutrina corporativa das monarquias do Antigo Regime e o poder de punir, ver Antonio Manuel Hespanha. “Da Iustitia à Disciplina, Textos, Poder e Política Penal no Antigo Regime.” *Anuario de Historia del Derecho Español*, (57), 1987, 493-578. Sobre o princípio da soberania doméstica, ver Yvan Debbash. “Au Coeur du ‘Gouvernement des Esclaves’, la Souveraineté Domestique aux Antilles Françaises (XVIe-XVIIIe siècles)”. *Revue Française d’Histoire d’Outre-Mer*. LXXII, n° 266, 1985. Para a sua aplicação para todas as Américas escravistas do século XVII ao XIX, ver Rafael Marquese, *Feitores do Corpo, Missionários da Mente: Senhores, Letrados e o Controle dos Escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Sobre o monopólio da violência ou da coação física legítima, ver o conceito de Max Weber em *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva, Volume 1*. Brasília: Editora UnB, 1999, p. 34; e ainda a referência aos determinantes públicos e privados da escravidão em Orlando Patterson. *Escravidão e Morte Social*. São Paulo: Edusp, 2008, com destaque para o capítulo 7, pp. 249-299.

¹⁴ Sobre o espetáculo do suplício, ver Michel Foucault. *Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Vozes, 2018, pp. 9-69.

cativeiro? As origens escravistas da economia global eram um fato consumado, mas o futuro da ordem liberal estava em aberto. A fortuna sorria a torto e a direito. Faltava saber quem deteria a *virtù*—e a força para domá-la.

Capítulo 1

Constitucionalismo, Codificação e Silêncios

A Dialética da Resistência

Em novembro de 1791, Dutty Boukman e seus comandados foram cercados por tropas da cavalaria francesa na Planície do Norte de São Domingos. Em seu cativeiro Atlântico, ele havia sobrevivido à travessia entre a África e o Caribe, assim como à escravidão na Jamaica, antes de chegar à colônia francesa. Seu papel de liderança entre os negros foi notório desde o início. Em um dos inúmeros engenhos de açúcar da ilha, os administradores brancos tentaram cooptá-lo, nomeando-o capataz. À luz do dia e à vista de seus superiores, ele comandava os trabalhos na lavoura. Sob o véu da noite, ele se tornou o sacerdote e o general de uma revolução nas senzalas. Em agosto daquele mesmo ano, Boukman conduziu uma cerimônia religiosa clandestina nas matas de Bois Caïman, onde conclamou seus irmãos a se levantarem contra os brancos. A revolta se espalhou como o fogo pelo norte da colônia e as autoridades francesas reagiram de pronto, enviando tropas e prometendo recompensas a quem trouxesse as cabeças dos líderes da insurreição.¹⁵

Sobre o corpo de Boukman recaíram as contradições de um tempo. Em plena era revolucionária na França, seu crime foi expiado com o rigor punitivo do Absolutismo Bourbônico, os requintes raciais do *Code Noir* e a licença poética dos tempos de guerra. Morto a tiros no campo de batalha, o primeiro líder da revolução de São Domingos foi decapitado e teve seu corpo incendiado à vista do acampamento das forças rebeldes. Findo o espetáculo, sua cabeça foi levada e exposta em uma estaca na entrada da praça principal de Le Cap-Français. Sob as ordens da Assembleia Colonial, foram erguidos três patíbulos na cidade, símbolos de uma justiça de exceção. Nos dias seguintes, dezenas de negros foram diariamente torturados na roda e executados. O suplício ostentava o poder absoluto no Antigo Regime. Na pele negra de Boukman e de seus pares, as autoridades de São Domingos pretendiam inscrever os signos da ordem colonial e racial, mas o espetáculo do poder branco não surtiu o efeito imaginado. A profanação do corpo rebelde fez nascer um mártir da revolução.¹⁶

¹⁵ Ver James, Cyril. *Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 91-92; e ainda Laurence Dubois. *Avengers of the New World: The Story of the Haitian Revolution*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2004, pp. 99-102.

¹⁶ Ver detalhes da morte e da profanação do cadáver de Boukman Dutty e as demais execuções e torturas em James, Cyril. *Os Jacobinos Negros*, p. 100; e Laurence Dubois. *Avengers of the New World*, pp. 123-124. Para um outro exemplo, ver o suplício de Vincent Ogé, em fevereiro de 1791, em John Garrigus. "Vincent Ogé "jeune" (1757-91): Social Class and Free Colored Mobilization on the Eve of the Haitian

Por três dias e três noites, os negros insurretos realizaram a *calenda*, dançando e celebrando o general tombado. Comandados por outros líderes, como François-Dominique Toussaint, os rebeldes avançaram pela ilha e jogaram com as rivalidades imperiais no Caribe, pressionando o governo jacobino a abolir a escravidão em 1794. Sob o governo colonial de Toussaint, autointitulado L'Ouverture, foi promulgada a Constituição de 1801, que proibiu expressamente o cativeiro humano. O refluxo veio com a ascensão de Napoleão Bonaparte e a invasão da ilha por suas tropas. Toussaint Louverture foi capturado e enviado à França, onde, sem julgamento ou condenação, pereceu na cela fria de uma masmorra em 1803. A tentativa de reescravização dos negros de São Domingos fez de Jean-Jacques Dessalines o comandante da resistência final, que não apenas derrotou as forças armadas francesas, mas cortou em definitivo o vínculo colonial. Em 1805, uma segunda Constituição foi promulgada e aboliu, de uma vez por todas, a escravidão no jovem país agora batizado Haiti—como era conhecido pelos Taínos nativos da ilha antes de serem dizimados com a chegada dos europeus. O massacre dos franceses remanescentes inverteu o teatro do poder sobre os corpos. Vingou-se o extermínio de indígenas e a escravização de africanos, inscrevendo-se na pele branca o teor do artigo 14^a da constituição: eram todos os haitianos, de agora em diante, negros.¹⁷

São Domingos foi um dos epicentros do Atlântico revolucionário na virada entre os séculos XVIII e XIX. O evento concentrou em si as crises, limites e possibilidades de um tempo. De suas entranhas emergiram forças contraditórias. De um lado, abria-se um novo horizonte. O discurso da liberdade entrelaçara a independência de um território americano à emancipação dos sujeitos escravizados, como um atestado de óbito do cativeiro colonial. Era o precedente de um repertório constitucional abolicionista. Por outro lado, a queda abrupta na oferta mundial de commodities agrícolas tropicais, combinada à reconfiguração dos mercados pela Revolução Industrial, estimulou a

Revolution.” *The Americas* (Washington, 1944), 68(1), 2011, 33-62. Os detalhes da execução também foram retratados em Carolyn Fick. *The Making of Haiti: The Saint Domingue Revolution from Below*. Knoxville: University of Tennessee Press, 1990, pp. 83-84. Sobre as tecnologias punitivas do Antigo Regime, ver Michel Foucault. *Vigiar e Punir*, pp. 9-69; Peter Spierenburg. *The Spectacle of Suffering: Executions and the Evolution of Repression: From a Preindustrial Metropolis to the European Experience*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984; e Michael Ignatieff. *A Just Measure of Pain: The Penitentiary in the Industrial Revolution, 1750-1850*. New York: Pantheon Books, 1978.

¹⁷ “Constitution Impériale d’Haïti (1801)” e “Constitution Impériale d’Haïti (1805)”. In: Horpst Dippel. *Constitutions of the World from the Late 18th Century to the Middle of the 19th Century: Sources on the Rise of Modern Constitutionalism. America. Vol 10*. München: K.G. Saur, 2005. Sobre a Revolução de São Domingos e a Independência do Haiti, ver Cyril James. *Jacobinos Negros*, 2010; Laurence Dubois. *Avengers of the New World*, 2004; e ainda Carolyn Fick. *The Making of Haiti*, 1990.

formação de novas fronteiras da escravidão. Dialeticamente, a independência do Haiti legou ao mundo o fim de uma era e o início de outra.¹⁸

As notícias vindas do Caribe invadiram os sonhos e pesadelos de Thomas Jefferson, então presidente da República dos Estados Unidos. A insurreição materializou seu temor de uma guerra racial nos mundos da escravidão. Por outro lado, a independência da colônia diminuiu a importância do porto de Nova Orleans para o império francês, viabilizando as ambições do presidente em controlar a navegação do rio Mississippi. A oferta de dez milhões de dólares pela cidade recebeu uma inusitada contraproposta: por quinze milhões, os franceses cediam toda a colônia da Louisiana. Em uma canetada, o território dos Estados Unidos praticamente dobrara de tamanho. A perda da Pérola das Antilhas sepultou o império Atlântico de Napoleão que, ao se desfazer das demais colônias, adquiriu os recursos para sua investida militar na Europa. Ao Bloqueio Continental se sucedeu a invasão da Península Ibérica, selando a aliança entre portugueses e britânicos que conduziu as naus que trouxeram a família real ao Brasil. As ondas que partiram de São Domingos chegavam às praias de Nova Orleans e do Rio de Janeiro.¹⁹

A revolução destruiu a economia da mais próspera colônia das Américas e as medidas adotadas pelos governantes do Haiti foram incapazes de restaurar a pujança agrícola de outrora. A queda abrupta na oferta mundial de açúcar, algodão, café e índigo elevou os preços, inflacionados ainda pelas demandas das economias industriais. A competição pelo mercado do açúcar foi intensa. No início, responderam as regiões produtoras já estabelecidas, como as colônias britânicas no Caribe e as regiões de Bahia, Pernambuco e São Paulo, no Brasil. Mas novas zonas escravistas entraram na competição, especialmente na porção ocidental da ilha de Cuba, no interior do Rio de Janeiro (na região de Campos dos Goytacazes e no vale do rio Paraíba do Sul), e no baixo vale do rio Mississippi. Ao mesmo tempo, os altos preços do algodão, conduzidos pelas fábricas de Manchester, estimularam seu cultivo tanto no Oriente quanto no espaço atlântico. A abertura da fronteira agrícola no Maranhão ofereceu uma resposta possível aos anseios do mercado, mas ela veio a perder fôlego diante do avanço da produção no Sul dos

¹⁸ Dale Tomich. “A ‘Segunda Escravidão.’” In: *Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho Capital e Economia Mundial*. São Paulo: Edusp, 2011, pp. 81-97.

¹⁹ Walter Johnson. *River of Dark Dreams: Slavery and Empire in the Cotton Kingdom*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2013, pp. 18-45. Sobre o estabelecimento da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, ver Maria Odila Dias. *A Interiorização da Metrópole e Outros Estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

Estados Unidos, especialmente após a década de 1790, quando o descaroçador de algodão inventado por Eli Whitney se difundiu pelo estado da Georgia e pela região de Natchez.²⁰

Os dados da economia do algodão e do açúcar do Vale do Mississippi, assim como do tráfico de escravizados, desenham uma curva ascendente harmônica. Já a realidade por trás dos números e gráficos foi mais conflitiva. Embora a constituição dos Estados Unidos tenha assegurado a legalidade do infame comércio, o tema acirrava os ânimos e esgarçava os limites da federação. Além disso, com a chegada de mais uma geração de africanos e afro-caribenhos escravizados, na ressaca de São Domingos, as zonas escravistas se tornaram um paiol de pólvora. O bolso, entretanto, falou mais alto que o medo. Nos debates parlamentares para a admissão do Mississippi (1797) e da Louisiana (1804) à federação, representantes de Natchez e de Nova Orleans peticionaram em defesa da escravidão e da continuidade do tráfico. Em ambos os casos, a solução veio na forma de um compromisso: a legalidade da escravidão nos territórios foi concedida à custa da proibição do comércio externo de escravizados. O tráfico interestadual, no entanto, estava garantido sob a guarida do sacro direito de propriedade. A demanda por trabalhadores nas fazendas do Vale do Mississippi foi atendida primeiro pela Carolina do Sul, que permanecia aberta ao tráfico atlântico e enviou cerca de 65 mil africanos e afro-caribenhos para a região entre 1804 e 1807. Com a proibição do comércio externo de escravizados, a partir de 1808, Charleston foi substituída por Richmond e Baltimore, que se tornaram polos exportadores dos afro-americanos do Sul Superior e do Norte do país. Mais de um milhão de homens e mulheres nascidos no território dos Estados Unidos viveram a travessia rumo aos campos de algodão do Sul Profundo.²¹

Assim como na constituinte de 1787, os legislativos estaduais e nacional se converteram em laboratórios da política escravista. Ameaçados na arena nacional, comerciantes, traficantes e fazendeiros de Natchez e Nova Orleans costuraram estratégias em comum, seguindo os passos dos tradicionais representantes da Carolina do Sul. Fincaram as primeiras raízes de uma identidade de classe e transformaram as instituições

²⁰ Sobre o mercado de commodities agrícolas após a Revolução de São Domingos e a competição das zonas escravistas, ver Dale Tomich. “A ‘Segunda Escravidão.’” In: *Pelo Prisma da Escravidão*, pp. 81-97; e ainda Tâmis Parron. *A Política da Escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*. Tese de Doutorado defendida na Universidade de São Paulo em 2015, pp. 25-74. Sobre a economia do algodão no Vale do Mississippi, ver Walter Johnson. *River of Dark Dreams*, pp. 18-302; e ainda Edward Baptist. *The Half Has Never Been Told: Slavery and the Making of American Capitalism*. Boulder: Basic Books, 2014, pp. 75-144.

²¹ Sobre o tráfico de escravizados, ver Frederic Bancroft. *Slave Trading in the Old South*. New York: Ungar, 1959; e Michael Tadman. *Speculators and Slaves: Masters, Traders, and Slaves in the Old South*. Madison: University of Wisconsin Press, 1996.

republicanas em um dos canais por onde ecoariam as vozes dominantes do cativeiro. O espectro de São Domingos pairou sobre os debates parlamentares que trataram da admissão de territórios e do tráfico. Paradoxalmente, no entanto, foram principalmente os defensores da escravidão que levantaram o tema nas duas casas, a fim de silenciar os abolicionistas. A resistência dos escravizados foi convertida em retórica escravista. No entanto, a eficácia do discurso dependia da verossimilhança dos temores. Uma outra arena de lutas se formava no rés do chão de suas fazendas. Se a revolução caribenha se converteu em oportunidade econômica e discurso político para as forças escravistas, ela carregava outros sentidos e esperanças nas senzalas.²²

As contradições da escravidão na era revolucionária não tardaram a emergir tanto no Sul Superior quanto no Sul Profundo. Em 1799, Gabriel Prossner, um ferreiro nascido e escravizado em Richmond, foi condenado por uma corte escravista a uma pena corporal pelo ataque a um homem branco. Um ano depois, ele seria novamente réu, mas por um crime ainda mais grave. Residente na plantation de Brookfield, ele se valeu de seus privilégios como artesão para circular entre o meio rural e a cidade de Richmond. Mantendo o ouvido aguçado durante os debates eleitorais entre Federalistas e Republicanos, ele ressignificou o discurso jeffersoniano para além das fronteiras de classe e de raça, organizando um levante de negros e brancos pobres sob a bandeira “*morte ou liberdade*”. Planejada para o dia 30 de agosto, a conspiração foi descoberta. Frente aos inquisidores, um dos acusados declarou que nada tinha a oferecer senão o que George Washington diria aos britânicos se fosse por eles interrogado. Nos termos do rigoroso *Slave Code* da Virgínia, agravado pelo estado de exceção instaurado, dezessete suspeitos foram condenados à morte antes que o presidente Thomas Jefferson interviesse, sugerindo ao governador do estado um basta. Ao todo, vinte e seis encontraram seu fim na forca antes que fosse aprovada uma lei permitindo a deportação dos demais condenados.²³

Sobre a Virgínia de Gabriel Prossner pairava o espírito da independência, enquanto o espectro de São Domingos rondava o Vale do Mississippi. Ainda na década de 1780, as autoridades espanholas interditaram a entrada de escravizados do Caribe na Louisiana. A revolução na colônia francesa transbordou a ilha, inundando Nova Orleans de refugiados e de relatos que alimentaram receios brancos e anseios negros. O incêndio

²² Sobre as petições e as assembleias constituintes estaduais da Luisiana e do Mississippi, ver Adam Rothman. *Slave Country: American Expansion and the Origins of the Sul Profundo*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2005, pp. 1-35.

²³ Herbert Aptheker. *American Negro Slave Revolts*. New York: Columbia University Press, 1943, pp. 220-226.

de propriedades em Pointe Coupée, em 1795, alarmou fazendeiros e autoridades. A descoberta de um exemplar da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* em uma senzala agravou os temores: os jacobinos negros chegavam à Louisiana. Seguindo os ritos e os preceitos da legislação colonial espanhola, as *Siete Partidas*, vinte e três escravizados foram condenados a açoites e trabalhos forçados, enquanto outros trinta e um sofreram a pena máxima e tiveram suas cabeças cortadas e expostas. O precedente adentrou o território dos Estados Unidos com a compra da Louisiana. Em 1806, foi promulgado o *Black Code*, que compatibilizou a tradição jurídica do *Code Noir* ao direito anglo-saxão, prevendo medidas de controle da população negra livre e dos escravizados. Em breve, esses saberes normativos também seriam postos à prova.²⁴

Sob o véu da noite de 8 de janeiro de 1811, centenas de homens negros marcharam com machados e enxadas à mão à margem do rio Mississippi. Seus líderes iam à frente, a cavalo. Entre eles, Charles Deslondes. A expansão da fronteira do açúcar moldou a paisagem, com suas plantations e casas grandes voltadas ao rio. No ponto cego dos fundos das propriedades, milhares de africanos e crioulos do Caribe e da América do Norte construíram alianças nos pântanos e matas. Quando a notícia da morte dos primeiros fazendeiros chegou a Nova Orleans pela manhã, o governador incumbiu o general Wade Hampton e seus soldados da repressão. Marchando rio acima, prepararam-se para um confronto que nunca houve. O Exército dos Estados Unidos foi ludibriado pelos rebeldes, que fizeram do terreno uma geografia alternativa. Durante a noite, eles contornaram as tropas pelos pântanos e rumaram para a capital. Na manhã do dia 10, milícias de fazendeiros, brancos pobres e homens livres de cor se formaram, cercando os insurretos na propriedade de Bernard Bernoudi. Nos campos da plantation açucareira, ocorreu a batalha final. O massacre ocorreu em território senhorial. Foi o desequilíbrio nas armas definiu o resultado, com diversos negros mortos no primeiro confronto, enquanto outros desapareceram nos pântanos. Por fim, os sobreviventes foram submetidos à inquisição.²⁵

Um tribunal de proprietários brancos foi rapidamente improvisado na plantation onde o levante começou, na paróquia de Saint John the Baptist. Seu proprietário, Manuel Andry, escapara do ataque de seus próprios escravizados; seu filho não. Entre os

²⁴ Sobre a conspiração de Pointe Coupée, ver Junius Rodriguez. *Ripe for Revolt: Louisiana and the Tradition of Slave Insurrection, 1803–1865*. Tese de Doutorado defendida do Departamento de História da Universidade de Auburn em 1992, pp. 87-113.

²⁵ Sobre a Revolta da Costa Germânica, ver Daniel Rasmussen. *American Uprising: The Untold Story of America's Largest Slave Revolt*. New York: Harper Perennial, 2012; Junius Rodriguez. *Ripe for Revolt*, pp. 87-113; Walter Johnson. *River of Dark Dreams*, pp. 18-34; e ainda Edward Baptist. *The Half Has Never Been Told*, pp. 39-73.

interrogados e torturados estava um dos cativos de Andry, que provavelmente atuava como feitor na fazenda, Charles Deslondes. Líder da insurreição, coube a ele enfrentar a justiça sumária dos fazendeiros. O *Black Code* permitia amplo arbítrio ao tribunal escravista no julgamento de crimes capitais, como homicídio e insurreição. Mas diante do fantasma de São Domingos encarnado à sua frente, os proprietários deram início a um verdadeiro rito de exorcismo. Deslondes teve as mãos e braços decepados, as coxas dilaceradas, antes de finalmente inserirem palha nos ferimentos a bala e atearem fogo. Pereceu reduzido a cinzas. Ao todo, sete rebeldes foram executados no mesmo dia. Na manhã seguinte, outros trinta e dois foram levados a julgamento na plantation Destrehan. Submetidos a interrogatório e tortura, suas delações ampliaram a rede de conspiradores, provavelmente para além daqueles realmente envolvidos na trama. Vinte foram condenados à morte pelo júri de proprietários. Levados às respectivas plantations, foram mortos por um pelotão de fuzilamento diante de seus parceiros das senzalas, tendo as cabeças decepadas.²⁶

Os demais implicados, cerca de vinte e nove, foram levados a um julgamento mais formal em Nova Orleans. Coube a um homem branco, refugiado de São Domingos, as honras de ser o juiz. Ele condenou vinte e cinco réus à morte. Como a legislação previa a indenização dos proprietários cujos escravizados fossem executados, sobreviveram os registros públicos de ao menos quarenta e cinco indenizações—e, portanto, enforcamentos. Outras dezenas de negros foram mortos em batalha ou extrajudicialmente, enquanto apenas dois homens brancos perderam a vida. No palco das fazendas, os julgamentos, as torturas e as execuções expressavam o teatro do poder senhorial. O tribunal e a força de Nova Orleans, por outro lado, representavam o Estado e a justiça formal como fieis garantidores da ordem escravista. À geografia da resistência dos escravizados, impuseram-se, no campo e na cidade, os domínios da escravidão.²⁷

A Revolta da Costa Germânica, como ficou conhecido o levante, repercutiu em toda a região e marcou o imaginário senhorial por uma geração. Em Natchez, o governador Winthrop Sargent convocou milícias para a defesa da cidade, recomendando aos proprietários a vigilância sobre seus cativos. O clima de terror se estendeu aos anos seguintes, agravado pela segunda guerra entre Estados Unidos e a Inglaterra. Em 1812, escravizados foram acusados de conspirarem contra os brancos e sentenciados à morte

²⁶ Ver Daniel Rasmussen. *American Uprising*, 2012; e Edward Baptist. *The Half Has Never Been Told*, pp. 39-73.

²⁷ Idem.

por tribunais ou comitês extrajudiciais em Nova Orleans, em paróquias da Louisiana e na cidade de Natchez. No entanto, as conspirações e revoltas se tornariam menos comuns nos anos posteriores ao conflito. Com o declínio do tráfico atlântico, o perfil demográfico da população escravizada do Vale do Mississippi se alterou. O predomínio de afro-americanos e a formação de famílias e comunidades nas senzalas repercutiu na construção de novos repertórios de resistência e negociação, que destoavam das tradições africanas e afro-caribenhas. A insurreição de Charles Deslondes foi a maior ocorrida em solo estadunidense e coroou um ciclo de revoltas que integrou o Vale do Mississippi ao Caribe revolucionário. A domesticação da escravidão nos Estados Unidos costurou a região às zonas exportadoras do Sul Superior, ao concerto político de Washington e ao mercado mundial do algodão. Eram mesmo o rio e mesmo o vale de outrora; e não o eram, atados à tessitura de um novo tempo.²⁸

As mesmas forças contraditórias que repercutiam na América do Norte, tumultuavam as águas do Atlântico Sul. A chegada da família real, em 1808, reorientou o eixo político do Império português e a economia interna da colônia. O estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro levou à construção de estradas que ligavam a cidade à região das Minas Gerais, cujas fazendas produtoras de alimentos passaram a abastecer a capital. A concessão de sesmarias pelo caminho, nas terras do vale do rio Paraíba do Sul, levou ao estabelecimento de engenhos de açúcar e, posteriormente, das primeiras fazendas de café. As elites tradicionais das zonas escravistas maduras buscavam se beneficiar do boom das commodities e se aproximar dos altos círculos da Corte, enquanto os proprietários das fronteiras agrícolas enxergavam na terra e na política suas oportunidades de ascensão social. Enquanto as classes escravistas (as estabelecidas e as em formação) buscavam do seu lugar ao sol, centenas de milhares de indígenas, africanos e seus descendentes se encontravam às sombras. Movidos ou removidos pelas mãos do mercado, tiveram seus destinos selados nas fronteiras da escravidão, resistindo como podiam.²⁹

²⁸ *State v. Daniel, Billy, Mike*. Term 1812. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi. Sobre as conspirações e julgamentos em Nova Orleans em 1812, ver Junius Rodriguez. *Ripe for Revolt*, 1992, pp. 87-113. Sobre o perfil demográfico e cultural da população escravizada e os padrões de resistência nos Estados Unidos no século XIX, ver Eugene Genovese. *From Rebellion to Revolution: Afro-American Slave Revolts in the Making of the Modern World*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1979.

²⁹ Ver Rafael Marquese & Dale Tomich. “O Vale do Paraíba Escravista e a Formação do Mercado Mundial do Café no Século XIX”. In: Keila Grinberg & Ricardo Salles (orgs.). *O Brasil Imperial. Volume II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 339-383; e ainda Tâmis Parron. *A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 90-103.

A Bahia foi o coração dos conflitos entre proprietários e seus escravizados no Brasil do início do século. Em 1807, uma conspiração de africanos Haussá foi descoberta, levando à condenação de dois supostos líderes à morte e à imposição de medidas de controle sobre a população cativa. Era ao primeiro de uma série de episódios de resistência na região. No Recôncavo Baiano, antigos e novos engenhos se rearticularam ao mercado de açúcar, alimentados por um revigorado tráfico atlântico. A demografia da região foi afetada com a chegada em massa de africanos, predominantemente jovens do sexo masculino, com grande presença de muçulmanos. Em meio à diversidade étnica, houve espaço para alianças. Em 1816, um levante teve início durante uma festa religiosa em Santo Amaro, estendendo-se por quatro dias, com o incêndio de engenhos e o assassinato de brancos. Mesmo após a repressão de milícias, o pânico causado levou à formação de esquadrões de vigilância que aterrorizaram a população de escravizados e negros livres. Uma assembleia de proprietários se reuniu e peticionou às autoridades da Bahia e da Corte, requerendo maior controle sobre a circulação de negros, a imigração de famílias europeias para reequilibrar a demografia da região, e punições rigorosas aos rebeldes. O mais grave levante do Recôncavo foi confrontado com mais violenta reação da classe escravista, sinalizando as transformações no cativeiro no fim da era colonial.³⁰

Anos depois, as guerras pela independência na Bahia abriram flancos entre os brancos, e os escravizados de Pirajá se rebelaram. Não havia um código negro na América Portuguesa, mas as disposições do Livro V das Ordenações Filipinas não deviam em nada ao rigor penal das demais legislações coloniais. Em tempos revolucionários, contudo, nem mesmo a justiça draconiana do Antigo Regime estava à altura dos anseios senhoriais. Assim como nos demais casos, prevaleceu uma justiça de exceção e cerca de cinquenta envolvidos foram sumariamente executados. Nos anos seguintes, houve revoltas em Cachoeira e os quilombolas do Urubu se levantaram sob o grito de “*morra branco e viva negro*”, relembrando a classe escravista baiana do espectro de São Domingos. No final da década de 1820, o espírito rebelde migrou do campo para a cidade. Escravizados se levantaram em Itapuã em 1828 e, dois anos depois, Salvador foi palco de uma batalha que culminou no espancamento e na morte de dezenas de negros. O governo do Rio de Janeiro

³⁰ Sobre o perfil cultural e os padrões de resistência dos africanos traficados e escravizados na Bahia nas primeiras décadas do século XIX, ver João José Reis. *Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Brasiliense, 1986, pp. 169-232.

reagiu, promovendo a militarização da Bahia. Os senhores de engenho do Recôncavo respiraram aliviados, mas ainda teriam motivos para temer.³¹

A expansão açucareira também provocou tensões mais ao Sul, agravadas com o avanço da cafeicultura pelo vale do rio Paraíba do Sul. Na década de 1830, conspirações e revoltas tomaram as zonas rurais das províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. As fazendas de açúcar, de alimentos e de café eram abastecidas pelo tráfico atlântico, que desembarcou na capital milhares de jovens, predominantemente do sexo masculino e oriundos da África Centro-Occidental. O desequilíbrio de gênero e as raízes culturais comuns levaram a conflitos e alianças que sacudiram as senzalas do Centro-Sul do Brasil. Em um mesmo território nacional, sobrepujaram-se diferentes tempos. O ciclo de revoltas da Bahia compôs o tecido histórico do Atlântico revolucionário e revelou seu potencial disruptivo, chegando a comprometer o consenso escravista dos proprietários da província. No entanto, a resistência dos escravizados mais ao Sul teve como contrapartida a reação de uma classe em formação, cujas raízes se encontravam no Vale do Paraíba. Dali emergiram as vozes que fizeram uso da resistência escrava para os fins de uma retórica escravista, peticionando em defesa do tráfico de africanos e costurando, na imprensa e no parlamento, o cativo à instituições do Estado.³²

A resistência foi inerente à escravidão atlântica. O Caribe revolucionário inaugurou um ciclo de resistência que se estendeu da Virgínia ao Recôncavo Baiano, do Vale do Mississippi ao Vale do Paraíba. No entanto, o potencial disruptivo da Revolução de São Domingos e da independência do Haiti foi único. Nos Estados Unidos e no Brasil, outros tantos sonharam ou lutaram pela sua libertação, mas foram principalmente as forças escravistas que transformaram São Domingos em um aprendizado. A derrocada

³¹ João José Reis. *Rebelião Escrava no Brasil*, pp. 13-83. Sobre as Ordenações Filipinas e a legislação portuguesa, ver Sílvia Lara "Legislação sobre Escravos Africanos na América Portuguesa". In: *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*, 2000; e da mesma autora *Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

³² Sobre o perfil cultural dos africanos escravizados nas províncias do Centro-Sul, ver Robert Slenes. "Malungu, Ngoma Vem!: África coberta e descoberta do Brasil". *Revista USP*, (12), 1992, 48-67; e do mesmo autor *Na Senzala, uma Flor: Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava, Brasil Sudeste, Século XIX*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Nova Fronteira, 1999. Sobre as conspirações descobertas em Campinas, ver Ricardo Pirola. *Senzala Insurgente: Malungos, Parentes e Rebeldes nas Fazendas de Campinas (1832)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. Sobre as conspirações descobertas no Rio de Janeiro, ver Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de Quilombolas: Mocambos e Comunidades Escravas no Rio de Janeiro, Século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995; e Robert Slenes. "A Árvore de Nsanda Transplantada: Cultos Kongo de Aflição e Identidade Escrava no Sudeste Brasileiro (século XIX)". In: Douglas Libb. & Júnia Ferreira Furtado (orgs.). *Trabalho Livre, Trabalho Escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 273-316. Sobre as conspirações descobertas em Minas Gerais, com destaque para a Revolta de Carrancas, ver Marcos Ferreira de Andrade. *Rebelião e Resistência: as Revoltas Escravas na Província de Minas Gerais (1831-1840)*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal de Minas Gerais em 1996.

das zonas escravistas coloniais coincidiu com o avanço de novas fronteiras agrícolas. Nessas regiões, a resistência reforçou as alianças entre os proprietários, que se aproveitaram da construção das instituições jurídicas e políticas para fazerem de seu interesse de classe uma razão de Estado. Na dialética dos tempos, ação e reação compuseram a unidade contraditória. O fim do cativo colonial foi um recomeço para a escravidão Atlântica, entrelaçada ao destino de duas nações.

Escravidão, Liberalismo e a Justiça Criminal

“Mas como poderá haver uma Constituição liberal e duradoura em um país habitado por uma multidão de escravos brutais e inimigos?” questionava José Bonifácio de Andrada e Silva nos idos de 1823. Articulador da independência do Brasil, ele foi eleito para a assembleia responsável por redigir uma constituição para o jovem país e pretendia incluir no texto um projeto de nação. A pergunta era retórica. Apesar do precedente excepcional do Haiti, os Estados Unidos haviam instituído um repertório constitucional mais influente, liberal e escravista. Quando Thomas Jefferson rabiscou sua primeira versão da *Declaração de Independência* do país, não hesitou em incluir o tráfico e a escravidão entre os crimes do monarca George III, mas acatou a censura de seus pares. Na Convenção Constituinte de 1787, ele cedeu mais uma vez aos interesses escravistas, a fim de preservar a União. Sem mencionar uma única vez a palavra escravidão, a Constituição dos Estados Unidos da América tornou o cativo um consenso silencioso que sacramentou o nascimento da república.³³

O compromisso constitucional com a escravidão se deu por meio da sacralização do direito de propriedade, da definição do critério de representação de cada estado no colégio eleitoral, e da proibição de que o Congresso Nacional tratasse do comércio externo de escravizados por vinte anos. Ao assegurar a contagem da população cativa na razão de três quintos para definir os assentos no legislativo nacional e o peso das delegações na eleição presidencial, a constituição promoveu a sobrerrepresentação política dos estados escravistas na federação. Os critérios para a cidadania e para o

³³ José Bonifácio. *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil Sobre a Escravatura*, 1823. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/518681>; Sobre a Representação de José Bonifácio, ver ainda Waldomiro da Silva Junior. *Entre a Escrita e a Prática: Direito e Escravidão no Brasil e em Cuba, c. 1760-1871*. Tese de Doutorado defendida na Universidade de São Paulo em 2015, pp. 107-138. Ver o rascunho da Declaração de Independência dos Estados Unidos em Thomas Jefferson, & American Philosophical Society. *The Declaration of Independence: Thomas Jefferson's Manuscript Draft from the Collections of the American Philosophical Society*. Philadelphia: The Society, 2000.

exercício do sufrágio ficaram a critério das assembleias estaduais, que restringiram a população negra à subcidadania ou ao cativo. Nas décadas seguintes, a convenções constituintes estaduais no Sul Profundo se tornaram ensaios de uma política de classe. Em 1812, a Convenção da Louisiana deu origem à constituição mais alinhada com os interesses escravistas, que incorporou o critério dos três quintos, sobre-representando os fazendeiros dos distritos açucareiros e algodoeiros, bem como os comerciantes de Nova Orleans. Em 1817, foi a vez dos constituintes do Mississippi elaborarem uma carta evidentemente regida pelos interesses da classe proprietária de Natchez, embora menos centralizadora e com critérios mais alargados para o exercício do voto. O repertório constitucional estadunidense era, portanto, um contra-exemplo para José Bonifácio, que pretendia comprometer a carta brasileira com uma moderada agenda antiescravista.³⁴

Abertos os trabalhos da Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro, Bonifácio apresentou seu projeto de Constituição. Foi o tráfico de escravizados o seu alvo principal, confiante de que sua proibição resultaria no declínio gradual do cativo. Para o deputado, tanto os indígenas quanto os libertos deveriam ser preparados para a cidadania e incorporados à sociedade civil. Um grupo de deputados se opôs ao seu artigo 5º, que estendia a cidadania a todos os libertos no país. Foram voto vencido. Mas quando os ventos pareciam soprar em favor de Bonifácio, Pedro I se ressentiu dos limites à sua autoridade e fechou a Constituinte. Sequer houve tempo para que se debatesse o artigo 254, que incumbia o legislativo de promover a gradual abolição da escravidão. Enquanto Bonifácio se dirigia ao exílio, alguns de seus opositores foram nomeados pelo imperador para redigir um texto mais afeito à sua vontade. A Constituição decretada em 1824 esvaziou a agenda antiescravista. O reforço da autoridade do monarca veio acompanhado das garantias ao direito de propriedade, inclusive sobre outras pessoas. Preservara-se a separação dos poderes, mediados pelo moderador, e a representação via eleições com critérios censitários. A cidadania foi condicionada ao nascimento no território nacional e, portanto, estendida aos negros “*que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou*

³⁴ *Constitution of the United States; Declaration of independence; and Washington's Farewell Address*. Chicago, 1863. Sobre os debates na convenção constitucional e a questão da escravidão na constituição dos Estados Unidos, ver, David Waldstreicher. *Slavery's Constitution: From Revolution to Ratification*. New York: Hill and Wang, 2009; James Oakes. ““The Compromising Expedient”: Justifying a Proslavery Constitution”. *Cardozo Law Review*, 17(6), 1996, pp. 2023-2056; e ainda Tâmis Parron. *A Política da Escravidão na Era da Liberdade*, pp. 25-74. Sobre as classes escravistas e as constituições estaduais da Louisiana e do Mississippi, ver Adam Rothman. *Slave Country*, pp. 1-35/165-216; e Richard Follet. *The Sugar Masters: Planters and Slaves in Louisiana's Cane World, 1820-1860*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2005, pp. 118-194. Ver ainda James Oakes. *The Ruling Race*. Westminster: Knopf Doubleday Publishing Group, 2013.

libertos”. Sem mencionar a palavra escravidão, os redatores incorporaram os aprendizados estadunidenses, desviando de armadilhas como a cláusula dos três quintos. Ao mesmo tempo, a incorporação parcial dos negros livres criou a aparência de uma cidadania alargada que, na prática, serviu para legitimidade do tráfico atlântico e contribuiu para a construção das ideologias raciais brasileiras. Em vez da segregação estadunidense, negros e mestiços brasileiros seriam incorporados, subalternamente, a uma nação que fez do silêncio sobre as raças um instrumento da hierarquia racial.³⁵

As constituições se tornavam signos da modernidade liberal ao estabelecerem limites às autoridades públicas, de acordo com o princípio do Estado de Direito. Tão importante quanto, era a legislação infraconstitucional que tutelava o exercício da violência de Estado: o direito penal e a justiça criminal. Dois anos após a promulgação da constituição que definiu a federação na América do Norte, James Madison apresentou no Congresso Nacional o seu *Bill of Rights*. O objetivo era suprir as convenientes lacunas que permitiram a ratificação da constituição. Entre os quesitos apresentados estavam as diretrizes do poder judiciário. A aprovação da quinta à oitava emendas assegurou os direitos dos cidadãos acusados de crimes. Sob o princípio do devido processo legal, estava garantido o direito à defesa e ao contraditório em julgamentos públicos pelo tribunal do júri. A mão pesada do Estado só recairia sob o cidadão infrator pelo consenso de seus pares e foram constitucionalmente proibidas as “*penas cruéis e não usuais*”. No entanto, cabia perguntar: era o negro escravizado um cidadão?³⁶

A pergunta não encontra respostas na letra da lei. À semelhança do previsto na 8ª Emenda nos Estados Unidos, o artigo 179 da constituição brasileira aboliu “*os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as demais penas cruéis*”. Contudo, em ambos os países, parlamentares promulgaram leis e códigos que previram punições corporais aos réus cativos e os juízes não hesitaram em aplicá-las. Evidentemente, a cidadania não foi estendida à população das senzalas, mas a condição das pessoas escravizadas estava aquém da subcidadania. Esses indivíduos não possuíam direitos políticos e usufruíam de uma precária personalidade jurídica perante a justiça cível. Mas uma vez levados às cortes

³⁵ José Bonifácio. *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil Sobre a Escravatura*, 1823. Ver Marcia Berbel; Rafael Marquese & Tâmis Parron. *Escravidão e Política*, pp. 163-175; e ainda Tâmis Parron. *A Política da Escravidão no Império do Brasil*, pp. 43-64. Sobre a questão do silêncio e das raças, ver Hebe Mattos. *Das Cores do Silêncio: Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

³⁶ “The United States Bill of Rights. The Ten Original Amendments to the Constitution of the United States”. Project Gutenberg, Disponível em <http://www.gutenberg.org/ebooks/2>. Ver ainda Tâmis Parron. *A Política da Escravidão na Era da Liberdade*, pp. 42-46.

criminais, eram considerados sujeitos de direito plenamente responsáveis por seus atos, submetidos a leis e penas draconianas. Se o cativo continha em si um estado de guerra latente, a constituição estendia seus princípios e garantias aos senhores cidadãos, enquanto os inimigos domésticos da nação viveriam sob um permanente estado de exceção. Entre o dito por não dito, tanto os federalistas da América do Norte quanto os constituintes não eleitos do Brasil estabeleceram os princípios e os limites do Estado de Direito, respondendo com silêncios eloquentes à pergunta de Bonifácio.³⁷

O regime federativo nos Estados Unidos delegou às assembleias estaduais a competência para a promulgação da legislação criminal, enquanto o caráter centralizador do regime brasileiro atribuiu ao parlamento nacional a responsabilidade pela redação de um código unificado para o país. Estava lançado o desafio aos legisladores de ambos os hemisférios das Américas. Era preciso compatibilizar, na montagem da justiça criminal, os princípios do liberalismo penal e as condições materiais do cativo. Nenhum estado norte-americano representava complexidade maior do que a Louisiana. Nenhum indivíduo personificava melhor suas contradições do que Edward Livingston. E, em 1821, a assembleia do estado o nomeou responsável pela codificação de sua legislação civil, comercial e criminal.³⁸

Em Nova Orleans convergiam diferentes culturas jurídicas. As leis e práticas das cortes eram travejadas pela tradição civilista da Europa continental, pelas legislações coloniais francesa e espanhola, e, cada vez mais, pelo regime da *common law* anglo-saxã. Livingston, por sua vez, pertencia a uma importante família de juristas e políticos de Nova Iorque, e ascendeu na carreira de promotor público, chegando a ser eleito prefeito da cidade. Escândalos de corrupção e dívidas levaram-no à sua derrocada e à migração para Nova Orleans em 1804. O casamento foi a porta de entrada para a elite local, tornando-o proprietário absenteísta de uma fazenda de arroz. Na capital do estado, Livingston exerceu a advocacia e se tornou um dos porta-vozes da classe escravista, perfilando entre os signatários da petição que reivindicava a reabertura do tráfico de africanos. Como

³⁷ “Constituição Política do Império do Brasil”. In: Brazil, & Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Ministério da Justiça, 1974. Sobre a personalidade jurídica das pessoas escravizadas, ver Mariana Armond Dias Paes. *Sujeitos da História, Sujeitos de Direito: Personalidade Jurídica no Brasil Escravista (1860-1888)*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade de São Paulo em 2017. Sobre os papéis dos silêncios da lei no Brasil, ver Manuela Carneiro da Cunha. “Sobre os Silêncios da Lei: Lei Costumeira e Positiva nas Alforrias de Escravos no Brasil do Século XIX.” In: *Antropologia do Brasil: Mito, História, Etnicidade*. São Paulo: Brasiliense: Editora da Universidade de São Paulo, 1986, pp. 123-144; e ainda Hebe Mattos. *Das Cores do Silêncio*, 1995.

³⁸ Eugene Smith. “Edward Livingston, and the Louisiana Codes”. *Columbia Law Review*, 2(1), 1902, 24-36.

jurista, seu engajamento nos debates sobre o reformismo penal lhe rendeu fama entre os ilustrados que conduziam os experimentos prisionais no país. Ao ser convidado para redigir um código criminal, ele exigiu como condição a construção de uma penitenciária na Louisiana. Em seu escritório na capital, Livingstone integrava a vanguarda do iluminismo penal, defendendo o encarceramento, a vigilância e a redenção dos condenados. Os suplícios dos corpos deveriam ficar no passado, salvo pelo regime disciplinar ao qual submetia os negros de sua própria fazenda.³⁹

O desafio era grande. Como construir um código jurídico moderno em um território marcado pela diversidade de tradições jurídicas, pela desigualdade racial e pela escravidão? A *common law* privilegiava o precedente dos tribunais sobre as normas escritas, ao contrário da tradição civilista. A plasticidade da justiça criminal britânica adaptava o direito ao costume nas práticas cotidianas das cortes. Diferentemente dos ibéricos e dos franceses, os ingleses não dispuseram dos precedentes jurídicos romanos ao lidar com a escravidão na montagem de seu sistema colonial. Foi a partir da experiência no cativeiro em Barbados, na Jamaica e, posteriormente, na Carolina do Sul e na Virgínia, que as assembleias locais promulgaram as leis e *statutes* que compuseram os *slave codes*, enquanto os tribunais construíam sua jurisprudência escravista.⁴⁰

À época da revolução, a legislação da Virgínia previa cerca de setenta crimes capitais. No entanto, o rigor das normas era contrabalanceado pela discricionariedade dos tribunais em cada caso. Por duas vezes, Gabriel Prosser enfrentou o júri escravista no estado, composto por cinco juizes de paz. Embora tenha sido condenado duas vezes por crimes capitais, apenas na segunda vez foi sentenciado à morte. A Carolina do Sul seguia um rito similar, prevendo um rol extenso de crimes capitais, sob a jurisdição das cortes escravistas que, nesse estado, eram compostas por dois juizes de paz e um júri de três a cinco proprietários. Embora as leis fossem rigorosas, essas cortes tinham ampla autonomia, o que reforçava o caráter personalista e patrimonialista da justiça nessas tradicionais sociedades. Em tempos de relativa estabilidade, o rigor penal cedia ao

³⁹ Mônica Dantas. “Da Luisiana para o Brasil: Edward Livingston e o Primeiro Movimento Codificador no Império (o Código Criminal de 1830 e o Código de Processo Criminal de 1832)”. *Anuario de Historia de America Latina*, 52(1), 2015, 174-205; e da mesma autora “Dos Statutes ao Código Brasileiro de 1830: O Levante de Escravos como Crime de Insurreição.” *R. IHGB*, Rio de Janeiro, a.172 (452), 2011, 273-309.

⁴⁰ Sobre o direito escravista nas colônias britânicas, ver Edward Rugemer. *Slave Law and the Politics of Resistance in the Early Atlantic World*, pp. 11-34/75-119.

paternalismo dos membros da corte escravista, enquanto os pânicos insurrecionais conferiam um caráter inquisitorial a esses tribunais de exceção.⁴¹

Foi nos novos estados do Sul Profundo que se deram as iniciativas mais elaboradas de construção de um regime jurídico liberal e escravista. Em 1804, pouco após a compra da Louisiana, o Congresso aprovou uma lei que definiu a organização política e jurídica do território. Eram os primeiros passos em direção à *comon law*. Nos anos seguintes, o conselho local promulgou as leis que deram forma a uma nova justiça criminal, segundo as diretrizes constitucionais. Enquanto eram publicadas as normas do tribunal do júri para a população livre e branca, foi emitido o *Ato Prescrevendo as Regras de Conduta a Serem Observadas com Respeito aos Negros e Outros Escravos desse Território*, conhecido como o *Black Code*. Na esteira da tradição francesa do *Code Noir* e, em menor grau, das *Siete Partidas* da Espanha, o documento prescreveu um conjunto de responsabilidades e deveres aos senhores, restrições aos negros livres e indígenas e medidas rigorosas aos escravizados. Entre o rol de crimes capitais, estavam o incêndio proposital, o estupro de mulheres brancas, a lesão a senhores e seus familiares, o homicídio de feitores, senhores e seus familiares e a insurreição. Foi essa última a acusação de Charles Deslondes em 1811, julgado e condenado dentro dos marcos e das brechas legais do *Black Code*.⁴²

Tanto para ofensas menores quanto para os crimes mais graves, o processo corria com relativa informalidade, bastando a presença do juiz do distrito, substituível por dois juízes de paz na sua ausência, e de três a cinco proprietários (geralmente, de pessoas escravizadas). Com o tempo, o número de jurados chegou a nove. A pena prevista para os crimes capitais era a morte, mas os membros do tribunal escravista possuíam margem para aplicar punições menores. Por outro lado, a mesma discricionariedade lhes permitia

⁴¹ Sobre a legislação penal escravista no Sul dos Estados Unidos, ver Thomas Morris. *Southern Slavery and the Law, 1619-1860*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1996; Mark Tushnet. *The American Law of Slavery, 1810-1860*. Princeton: Princeton University Press, 1981; Philip Schwarz. *Twice Condemned: Slaves and the Criminal Laws of Virginia, 1705-1865*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1988; e Daniel Flanigan. *The Criminal Law of Slavery and Freedom, 1800-1868*. Tese de Doutorado defendida na Universidade de Rice em 1987. Sobre a legislação processual envolvendo réus escravizados, ver Thomas Morris. "Slaves and the Rules of Evidence in Criminal Trials". *Chicago-Kent Law Review*, v. 68, 1993, 1209-1240; e Daniel Flanigan. "Criminal Procedure in Slave Trials in the Antebellum South." *The Journal of Southern History*, 40(4), 1974, 537-564. Ver ainda as reflexões e divergências entre Eugene Genovese, *Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made*. New York: Pantheon Books, 1974, pp. 25-49; e James Oakes. *Slavery and Freedom: An Interpretation of the Old South*, New York: Vintage Books, 1991, pp. 152-181.

⁴² Jean François Niort. *Code noir (Tiré à part; 3)*. Paris: Dalloz, 2012; *Black Code: An act Prescribing the Rules and Conduct to be Observed with Respect to Negroes and Other Slaves of this Territory*. New Orleans, 1806; Juan Carlos Mondragón. *Siete Partidas*. Montevideo: Librería Linardi y Risso, 1998. Sobre o direito colonial ibérico, ver Waldomiro da Silva Júnior. *História, Direito e Escravidão*, 2013, pp. 113-152.

determinar a forma de execução da pena capital, conforme acreditassem ser “*o meio mais efetivo de deter outros escravos de cometerem tais crimes*”. O costume era morte na forca, sempre antecedida da avaliação do corpo do condenado a título de indenização ao proprietário. Mas os casos extremos estavam sujeitos ao arbítrio da corte escravista. Foi essa margem legal que permitiu aos inquisidores de Deslondes transformarem sua penitência em um linchamento legal. Evidentemente, a oitava emenda não alcançava os negros insurretos. Nesse caso, não se tratava apenas do silêncio das leis, mas dos homens. A constituição se tornava letra morta quando a ordem racial estava ameaçada.⁴³

A proibição aos “*castigos cruéis e não usuais*” se referia ao exercício da violência pelo Estado, mas a mesma terminologia foi adotada para limitar os excessos nos castigos domésticos. O tema era delicado. Assim como a alforria, o castigo era essencialmente uma prerrogativa senhorial e a intervenção da lei poderia comprometer a autoridade dos senhores. A solução encontrada na legislação da Louisiana foi a definição da crueldade por exclusão, permitindo-se o “*açoitamento, o castigo com um chicote, couro ou pequena vara, a prisão em ferros ou o confinamento*”. Era o princípio do “castigo moderado”, cuja medida era definida pelo costume e pelo consenso da comunidade. A denúncia dos excessos era um direito exclusivo dos brancos, nunca dos próprios flagelados. A tipificação legal frouxa criava um mecanismo jurídico para o eventual controle dos senhores, sem convertê-lo em um direito dos escravizados.⁴⁴

Era nessa Nova Orleans, cindida social e juridicamente entre brancos e negros, livres e cativos, que Livingston escreveu o seu projeto de um código criminal. Imaginando-se sob as luzes de Cesare Beccaria e Jeremy Bentham, ele investiu no texto como sendo o seu cartão de embarque ao panteão dos reformistas penais. Concluído em 1825, seu *Sistema de Direito Penal para o Estado da Louisiana* definiu um sistema lógico e racional de leis e instituições correcionais. O *Código de Crimes e Penas* previu a relação causal entre condutas criminalizadas e as respectivas punições. As partes seguintes dispuseram sobre os procedimentos investigativos, a coleta e apresentação das provas e o rito dos julgamentos, conforme o princípio do devido processo legal. Crítico dos castigos corporais e da pena de morte, Livingston concluiu o projeto com um tratado sobre a reforma dos condenados e a disciplina prisional, determinando a privação da liberdade com trabalhos como a pena por excelência. Em poucos anos, o texto chegou a círculos intelectuais e a legislativos do ocidente, tornando-se referência mundial no processo de

⁴³ *Black Code*, 1806.

⁴⁴ *Idem*.

codificação e sistematização do direito penal. A abstração lógica do enunciado permitia sua leitura e interpretação em diversos contextos. Mas como se adequaria à Louisiana da década de 1820, ponta de lança da fronteira da escravidão? Como integrar à linguagem abstrata dos sujeitos de direitos, pessoas socialmente subjugadas e objetificadas pela lei? A sofisticada solução prezou pela simplicidade: o código não contemplava os escravizados.⁴⁵

Em apenas uma passagem, as condições materiais de Nova Orleans deram o ar da graça. Entre os artigos 115 e 117, o jurista se debruçou sobre o crime de incitação à insurreição, definido como o auxílio a “*escravos que se reunissem em armas, com a intenção de reconquistarem sua liberdade*”. Não se tratava do crime de insurreição, de autoria exclusiva de réus escravizados. Os artigos se referiam às pessoas livres que incitassem ou participassem de uma revolta. Enquanto os cativos rebeldes enfrentariam a morte, seus comparsas brancos estariam sujeitos à pena máxima prevista por Livingston: a prisão perpétua com trabalhos forçados. O discurso abstrato e universal se deparava com um limite material. Na Louisiana, a defesa dos bens jurídicos mais relevantes para o direito penal, a vida e a propriedade dos indivíduos, demandava um controle mais rigoroso sobre outros sujeitos não tão jurídicos. A eficácia do silêncio legal encontrava seu limite no crime máximo da ordem escravista, dando lugar a reveladoras palavras. Livingston preservara sua coerência formal redigindo o projeto de um código branco, delegando ao *Black Code* as exceções que não lhe convinham. Para milhares de homens e mulheres negros da Louisiana, no entanto, o estado de exceção era a regra.⁴⁶

Algumas milhas ao Norte de Nova Orleans, George Poindexter assumiu a mesma missão de Livingston, mas seguiu por outros caminhos no seu Mississippi. A primeira legislação do território foi promulgada pelo governador Winthrop Sargent, que prescreveu medidas de controle da população escravizada, que crescia com a expansão da lavoura algodoeira. As revisões de 1806, 1812 e 1816 mantiveram e reforçaram dispositivos disciplinares. Com a elevação do território a estado, a classe escravista do Sudoeste algodoeiro tornou Poindexter o seu porta-voz. Nascido na Virgínia, ele se graduou em direito antes de se mudar para Natchez em 1802. O casamento foi a porta de

⁴⁵ Edward Livingston. *Introductory Report to the Code of Prison Discipline: Explanatory of the Principles on Which the Code is Founded: Being Part of the System of Penal Law, Prepared for the State of Louisiana*. Philadelphia: Carey, Lea & Carey, 1827; e do mesmo autor *Project of a New Penal Code for the State of Louisiana*. London: Baldwin, Cradock and Joy, 1824.

⁴⁶ Idem. Ver ainda Mônica Dantas. “Da Luisiana para o Brasil”. *Anuario de Historia de America Latina*, pp.174-205; e da mesma autora “Dos Statutes ao Código Brasileiro de 1830”. *R. IHGB*, pp. 273-309.

entrada a uma proeminente família local, rendendo-lhe a propriedade sobre terras e trabalhadores escravizados. Em 1817, ele se tornou o principal articulador dos fazendeiros na Convenção Constitucional do estado, sendo eleito governador dois anos depois. Junto ao legislativo, ele assumiu a responsabilidade de redigir o *Código do Mississippi*, que veio a ser promulgado em 1822.⁴⁷

Enquanto Livingston alçou voos mais altos, Poindexter manteve os pés no chão. Os princípios constitucionais informaram suas normas, assim como os costumes locais. Seguindo a mesma tradição jurídica que originou o *Black Code* da Louisiana, Poindexter prescreveu no capítulo *Senhores e Servos*, um conjunto de obrigações aos proprietários e de restrições aos mulatos e negros livres, além de medidas de controle sobre os cativos. Os senhores foram responsabilizados pela alimentação, vestimenta e vigilância sobre seus subordinados. Atendendo às pressões dos fazendeiros, o código legalizou o tráfico interprovincial no Mississippi. A alforria foi preservada parcialmente como prerrogativa senhorial, ficando sujeita à autorização da assembleia estadual. Ao mesmo tempo, a migração de negros e mulatos livres para o território foi proibida, enquanto os já residentes deveriam se reportar às autoridades e solicitar documentos oficiais para permanecer no estado. Aos escravizados cabia uma série de medidas restritivas, como o não reconhecimento jurídico de seus casamentos e propriedades, a proibição de seu testemunho em juízo contra pessoas brancas e o controle sobre a sua circulação. Entre a objetificação dos cativos e a subcidadania dos libertos, cerraram-se as fronteiras raciais no Vale do Mississippi.⁴⁸

No capítulo *Crimes e Contravenções*, Poindexter definiu as ofensas menores dos escravizados, como o furto, cujo julgamento estava a cargo das cortes escravistas, presididas por dois juízes de paz e cinco proprietários. A pena máxima à qual poderiam condenar os réus era de 39 açoites. No entanto, a legislação do Mississippi inovou ao colocar os crimes capitais cometidos por réus escravizados sob a jurisdição do tribunal do júri. Levados à justiça formal, eles gozariam das garantias constitucionais e

⁴⁷ George Poindexter. *The Revised Code of the Laws of Mississippi: In Which are Comprised All Such Acts of the General Assembly, of a Public Nature, as were in Force at the End of the Year 1823: With a General Index*. Natchez: Francis Baker, 1824. Sobre a legislação escravista do Mississippi, ver Mark Tushnet. *The American Law of Slavery*, pp. 72-90; Michael Mills. "Slave Law in Mississippi from 1817-1861: Constitutions, Codes and Cases". *Mississippi Law Journal*, 71(1), 2001, 153-240; e Joseph Ranney. *A Legal History of Mississippi: Race, Class, and the Struggle for Opportunity*. Jackson: University Press of Mississippi, 2019. O Código do Mississippi foi revisado em 1848, por Anderson Hutchinson, mas não sofreu alterações substantivas em relação ao tratamento dos escravizados. Ver do autor *Code of Mississippi: Being an Analytical Compilation of the Public and General Statutes of the Territory and State, with Tabular References to the Local and Private Acts, from 1798 to 1848*. Jackson: State Printers, 1848.

⁴⁸ George Poindexter. *The Revised Code of the Laws of Mississippi*, 1824.

processuais. No entanto, o pretense julgamento pelos pares se tornava uma falácia quando os réus negros se submetiam a jurados brancos, proprietários de outros negros. O júri escravista transformava o tribunal da democracia em um teatro da supremacia racial. Por outro lado, sob o império da lei, os réus escravizados se depararam com uma justiça que, embora hostil, não se confundia com o arbítrio de seus senhores.⁴⁹

Definidas as bases constitucionais e jurídicas do país, a Virgínia, a Carolina do Sul e a Louisiana preservaram a tradição cindida dos códigos escravistas, enquanto os legisladores do Mississippi, do Alabama, da Geórgia e da Carolina do Norte trilharam novos caminhos. Num outro hemisfério, parlamentares brasileiros também enfrentavam seus dilemas. Diferentemente de espanhóis, franceses e ingleses, o colonialismo português acomodou a escravidão à sua tradição jurídica, sem jamais ter redigido um código negro. Ao deliberarem sobre a legislação do Império, os deputados combinaram tradição e modernidade, propondo um código criminal unificado que valesse para todo o território nacional e para toda a população, livre ou escravizada. Abertos os trabalhos do parlamento, em 1826, o clima era tenso. O país não completara dois anos e já sofrera o seu primeiro golpe de Estado pelas mãos do próprio monarca. A consequente oposição dos confederados do Equador enfrentou a repressão do governo e seus líderes foram julgados por tribunais militares de exceção. Quando o legislativo abriu as portas para os deputados eleitos, junto deles regressaram os princípios liberais refutados com o fechamento da Constituinte. Pedro I atraía para si os estigmas do autoritarismo e os parlamentares reagiram, transformando a primeira legislatura em uma extensão da constituinte e fazendo, do limite legal à violência de Estado, uma prioridade.⁵⁰

Se a constituição não veio ao gosto dos liberais, o Código Criminal se tornou sua obsessão. A vigência do Livro V das Ordenações Filipinas não apenas mantinha vivo o vínculo com Portugal, mas preservava um regime jurídico que dava sobrevida ao Antigo Regime. A legislação era desprovida de sistematicidade e seus incisos penais prescreviam uma gama de punições corporais. Ainda em junho de 1826, o deputado José Clemente Pereira, um magistrado de origem portuguesa eleito pelo Rio de Janeiro, apresentou as suas diretrizes para os debates sobre o código, sugerindo a classificação de autorias, crimes e penas. Um ano depois, seu colega eleito por Minas Gerais, Bernardo Pereira de

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Vivian Costa. *Codificação e Formação do Estado-Nacional Brasileiro: o Código Criminal de 1830 e a Positivização das Leis no Pós-Independência*, Dissertação de Mestrado defendida na Universidade de São Paulo em 2013. Sobre a primeira legislatura imperial ver, Tâmis Parron. *A Política da Escravidão no Império do Brasil*, pp. 64-90.

Vasconcelos, levou a plenário um projeto mais amplo, em sintonia com o movimento codificador internacional e com o discurso iluminista penal. Sua teoria geral do delito e da pena se dividia em uma parte geral e uma parte especial, prevendo onze formas de punição, entre as quais estavam as galés e a pena capital. Poucos meses depois, Clemente Pereira apresentou o esboço de um projeto, cujos dois primeiros títulos tratavam respectivamente dos crimes e autores, e das penas, limitadas a quatro modalidades: a multa, a prisão, os trabalhos públicos e a morte.⁵¹

A escravidão encontrou guarida nas penas de ambos os legisladores. No projeto de Clemente Pereira, os réus cativos se diferenciavam dos livres, podendo ser condenados a penas cumulativas. A multa e a prisão não lhes seriam aplicadas, sendo substituídas por açoites e trabalhos forçados em espaços públicos. Vasconcelos fora mais sucinto. “*Se o réu for escravo e o crime capital, sofrerá a pena de morte; se o crime porém não for capital será depois de açoitado entregue a seu senhor a quem o deva ser*”. Nas premissas dos deputados, as contradições entre o costume escravista e os princípios do iluminismo penal se resolveriam dentro da plástica tradição jurídica portuguesa, com retumbantes artigos de exceção.⁵²

Clemente Pereira e Vasconcelos enfrentavam o mesmo desafio de Edward Livingston na Louisiana. Mais do que casos paralelos, eles compartilharam de uma mesma experiência atlântica e o precedente estadunidense serviu aos propósitos dos legisladores brasileiros. Em maio de 1829, um exemplar do projeto de Livingston foi entregue por um parlamentar à presidência da casa. A comissão mista nomeada para a redação do código brasileiro se inspirou nos escritos de Livingston em dezessete artigos, inclusive na incorporação do crime de insurreição. Concluídos os trabalhos, o texto foi levado a plenário. Nos debates, os dispositivos referentes aos escravizados levantaram pouca poeira até que foi colocada em pauta a pena de morte. Ainda em maio de 1830, o deputado Antônio Ferreira França sustentara a tese de sua inconstitucionalidade, nos termos do artigo 179, que abolia as penas cruéis. Entre 11 e 15 de setembro, o plenário se abriu à divergência.⁵³

⁵¹ Sobre a legislação portuguesa, Silvia Lara “Legislação sobre Escravos Africanos na América Portuguesa”. In: *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*, 2000. Sobre os projetos e Pereira e Vasconcelos, ver os anexos na tese de Vivian Costa. *Codificação e Formação do Estado-Nacional Brasileiro*, pp. 327-331.

⁵² A historiadora Vivian Costa encontrou a versão de um projeto completo apresentado por Clemente Pereira no ano de 1827. Ver em *Codificação e Formação do Estado-Nacional Brasileiro*, pp. 330-331.

⁵³ Ver Mônica Dantas. “Da Luisiana para o Brasil”. *Anuario de Historia de America Latina*, pp.174-205; e da mesma autora “Dos Statutes ao Código Brasileiro de 1830”. *R. IHGB*, pp. 273-309.

Na primeira sessão, o jurista Antônio Pereira Rebouças lembrou a resolução da inconstitucionalidade, acrescentando argumentos religiosos e filosóficos contra a pena, no que foi seguido por Ernesto Ferreira França, que reiterou as palavras do pai e ainda trouxe o paralelo da Louisiana. Fazendo referência direta a Livingston, ele argumentou pela ineficácia da pena de morte naquele estado, aplicada ao único crime cuja incidência crescera num período de dezessete anos. No discurso, outros nomes do reformismo penal vieram ao seu encontro, respaldando a superioridade moral e utilitária da penitenciária moderna. A contraofensiva teve início com Francisco do Rego Barros, que se colocou contra pena de morte para crimes políticos, *“porém não nos casos de homicídio, e para conter a escravatura, pois que esta é a única pena que a pode conter”*. A escravidão adentrava o plenário. Seus adversários foram da mais elevada filosofia ao mais rasteiro preconceito. Sustentaram a ineficácia da pena, especialmente aplicada a africanos, que supostamente veriam na morte uma oportunidade de regresso ao seu continente de origem. Vasconcelos fez as vezes do pragmatismo, argumentando pela constitucionalidade da pena e pela inaplicabilidade da pena de prisão aos escravizados, que teriam sua sorte melhorada. Na ausência de casas de correção no país, as penas de morte e de galés deveriam ser mantidas, ao que retrucou Rebouças com um sonoro *“façamo-las”*. No entanto, foram as palavras do deputado Francisco de Paula Souza e Melo que melhor sustentaram a pretensa legitimidade da pena capital.⁵⁴

O repertório filosófico de seus adversários foi contraposto a nomes de igual peso, enquanto exemplos históricos e comparativos foram refutados. Aceitando o desafio de Ferreira França, o deputado Paula Souza descreveu os Estados Unidos como paradigma de civilização, lembrando o caráter excecional da abolição da pena na Pensilvânia, na contramão dos demais estados da federação. Talvez mantendo em mente o exemplo desse país, quiçá da própria Louisiana, colocou-se contra a inclusão das penas aplicadas à escravatura no código e propôs a criação de uma legislação especial. Na esteira de seu colega Rego Barros, Paula Souza usou o fantasma da insurreição negra como recurso retórico, questionando *“quem senão o terror da morte, fará conter esta gente imoral nos*

⁵⁴ *Anais do Parlamento Brasileiro*, Sessões de 11 a 15 de setembro de 1830. Disponíveis em <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/27462>. Sobre os debates acerca da pena de morte, ver João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão: A Lei de 10 de Junho de 1835, os Escravos e a Pena de Morte no Império do Brasil (1822 - 1889)*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2005, pp. 11-29; e Vivian Costa. *Codificação e Formação do Estado-Nacional Brasileiro*, pp. 174-202. Sobre a atuação política de Antônio Pereira Rebouças, ver ainda Keila Grinberg. *O Fiador dos Brasileiros: Cidadania, Escravidão e Direito Civil no Tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

seus limites?”. A pena deveria ser aplicada a apenas quatro crimes, os mais graves à sociedade, e caberia à consciência do júri sua aplicação. Subordinava o exercício da violência máxima do Estado à mais liberal instituição judicial, pois “*se o júri é a expressão da opinião pública, e se esta opinião for hostil à pena de morte, o júri nunca a aplicará.*” Encerrados os debates do dia 15 de setembro, abriu-se a votação. Dos vinte pronunciamentos, catorze se colocaram contra a pena capital. Mas a maioria silenciosa acompanhou Paula Souza e aprovou a emenda de Regos Barro. O cadafalso encontrou seu lugar no código, embora restrito às condenações em grau máximo pelo crime de homicídio e aos cabeças de insurreições.⁵⁵

Promulgado em 16 de dezembro, o *Código Criminal* do Império foi celebrado como contraponto à constituição imperial. Era um diploma liberal no conteúdo e também na forma como se deu a sua aprovação. Ao recusarem a proposta de um código negro, os legisladores não puderam recorrer ao repertório jurídico do silêncio, legitimando em alguns incisos a instituição da escravidão. No título II, referente às penas, o artigo 60 determinou que as penas atribuídas a réus escravizados, salvo as de morte e de galés, seriam convertidas em açoites, no número máximo de cinquenta por dia, e a ferros no pescoço por um período arbitrado pelo juiz. Executados os castigos corporais, o réu seria devolvido ao proprietário, que se responsabilizaria pela manutenção dos ferros e pela continuidade da pena. Mais adiante, o título IV dispunha sobre os crimes contra a segurança interna do Império. No artigo 113 foi tipificado o crime de insurreição, definido como a reunião de “*vinte ou mais escravos para haverem a liberdade por meio da força*”. A inspiração dos legisladores foram os *statutes* da tradição jurídica estadunidense. Aos cabeças condenados no grau máximo, a pena cabível era a de morte; e as galés perpétuas eram o destino dos enquadrados no grau médio. O magistrado poderia, ainda, sentenciar os réus a galés por tempo determinado e açoites se fossem condenados no grau mínimo. Os artigos 114 e 115 se referiam à participação de livres, puníveis com as mesmas penas se fossem os cabeças, e com a pena de prisão com trabalhos para o mero auxílio. Eram as tintas de Livingston dando cores à lei brasileira.⁵⁶

⁵⁵ *Anais do Parlamento Brasileiro*, Sessões de 11 a 15 de setembro de 1830. Sobre o Código Criminal e as tensões entre liberalismo e escravidão, ver Jurandir Malerba. *Os Brancos da Lei: Liberalismo, Escravidão e Mentalidade Patriarcal no Império do Brasil*. Maringá: Editora da Universidade de Maringá, 1994. Para uma outra perspectiva sobre as contradições entre a escravidão e a codificação do direito civil, ver Keila Grinberg. *O Fiador dos Brasileiros*, pp. 315-323.

⁵⁶ Ver Mônica Dantas. “Da Luisiana para o Brasil”. *Anuario de Historia de America Latina*, pp.174-205; e da mesma autora “Dos Statutes ao Código Brasileiro de 1830”. *R. IHGB*, pp. 273-309; e ainda Vivian Costa. *Codificação e Formação do Estado-Nacional Brasileiro*, pp. 174-202.

Diante do relativo consenso escravista entre os legisladores, surpreendem as poucas menções à escravidão. O *Código de Processo Criminal*, promulgado dois anos depois, distanciou-se ainda mais do cativo. Em poucos incisos, apenas proibiu os testemunhos, as queixas e as denúncias dos escravizados contra seus senhores. As diretrizes liberais ainda reestruturaram o poder judiciário, rompendo a tradição centralizadora do regime português. A legislação abriu espaço para a eleição de representantes com poderes de investigação e julgamento, os juizes de paz, e para a participação dos cidadãos no conselho de jurados. Crimes menores e contravenções caberiam a autoridades policiais e ao juiz de paz, enquanto os crimes graves estavam sujeitos ao escrutínio do júri, que decidiria sobre os fatos e a culpa. Ao juiz de direito cabia apresentar o embasamento legal da condenação e determinar a respectiva sanção penal. A letra da lei não diferenciava réus escravizados ou livres na incidência das normas, inclusive no julgamento pelo tribunal do júri. Mas entre a forma da lei e a realidade do cativo havia ruído. A legitimidade da instituição se fundava no julgamento do réu-cidadão pelos seus concidadãos. Não era o caso do júri escravista, quando escravizados ficariam à mercê do conselho de jurados, todos proprietários cuja tez da pele tantas vezes contrastaria com a dos réus.⁵⁷

Das constituições aos códigos e *statutes*, legisladores e juristas construíram as instituições das justiças criminais sobre o solo no cativo no Brasil e nos Estados Unidos. Os limites constitucionais à violência de Estado encontraram guarida na legislação infraconstitucional, salvo pela relativização das proibições às penas cruéis. No entanto, a prerrogativa da punição não poderia ser monopolizada pelo Estado enquanto prevalecesse a escravidão. Os excessos domésticos dos proprietários poderiam abalar a legitimidade da instituição e impactar a ordem pública, mas a intervenção legal na soberania doméstica comprometeria a autoridade senhorial. Em suas *Notas sobre o Estado da Virgínia*, publicadas na véspera da constituinte, em 1787, Thomas Jefferson definiu a relação entre senhores e escravizados como o germen do despotismo e da subordinação, que produziria o avesso da liberdade liberal e criaria uma nação de tiranos. No entanto, ele abdicou de propor restrições legais, preferindo apelar à consciência dos proprietários. José Bonifácio foi mais radical que o virginiano, defendendo a intervenção

⁵⁷ Sobre o Código de Processo Criminal, ver Thomas Flory. *Judge and Jury in Imperial Brazil, 1808-1871: Social Control and Political Stability in the New State*. Texas: University of Texas Press, 1981; e Miriam Dolhnikoff. *O Pacto Imperial: Origens do Federalismo no Brasil do Século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

da lei para estimular as alforrias e limitar os castigos. Em sua *Representação* de 1823, propôs um projeto de lei, cujo artigo 13 previa que:⁵⁸

O senhor não poderá castigar o escravo com surras ou castigos cruéis, senão no pelourinho público da cidade, vila ou arraial, obtida a licença do juiz policial, que determinará o castigo à vista do delito (...).⁵⁹

Bonifácio convidava o Estado ao seio da soberania doméstica, esvaziando dois pilares da autoridade senhorial: a prerrogativa da graça e da punição. O estímulo à alforria e o controle sobre a violência doméstica implicariam o reconhecimento de direitos dos escravizados. Artigo de uma lei que não houve, ele foi simbolicamente substituído pelo parágrafo sexto do artigo 14, do capítulo dos *Crimes Justificáveis* do *Código Criminal*.

Será o crime justificável, e não terá lugar a punição dele:
(...) Quando o mal consistir no castigo moderado, que os pais derem a seus filhos, os senhores a seus escravos, e os mestres a seus discípulos; ou desse castigo resultar, uma vez que a qualidade dele, não seja contrária às Leis em vigor.⁶⁰

No projeto de Bonifácio, os castigos senhoriais estariam sujeitos ao escrutínio das autoridades públicas, detentores da prerrogativa da violência legítima. O artigo 14 do Código cobriu o princípio da soberania doméstica com cores liberais, tornando o excludente de ilicitude uma porta de entrada da violência doméstica à ordem constitucional. O mesmo dilema se impôs aos poderes legislativos e judiciários nos Estados Unidos. A legislações estaduais incorporaram o teor da 8ª Emenda para determinar como ilegítimos os castigos que fossem “*cruéis e não usuais*”. Convenientemente, o princípio do castigo moderado não recebeu gradação ou definição formais em nenhum dos países.

Foi na prática dos tribunais que seus limites foram postos à prova. Em 1821, a Suprema Corte do Mississippi se debruçou sobre o assassinato cometido por um homem branco chamado Isaac Jones, que levantou a questão sobre jurisdição da *common law* em relação ao homicídio de uma pessoa escravizada. Em seu voto, o juiz Clarke recordou que, sob a paz do rei, tirar a vida de uma criatura racional configurava o crime. Em suas palavras, seria um estigma sobre o caráter do estado e uma vergonha sobre a administração da justiça, se a vida de um escravizado pudesse ser tirada com impunidade, sem que se sujeitasse o seu agressor à mais alta pena conhecida pela jurisprudência criminal do país. Em 27 de junho, Jones foi condenado à morte na forca. O precedente

⁵⁸ Thomas Jefferson. *Jefferson's Notes, on the State of Virginia*. Baltimore: W. Pechin, 1800.

⁵⁹ José Bonifácio. *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil Sobre a Escravatura*, 1823.

⁶⁰ “Código Criminal do Império do Brasil”. *Coleção das Leis do Império do Brasil, 1830, Parte Primeira*, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1876, pp. 141-190.

State vs. Jones não foi unânime nas altas cortes do país. A decisão mais paradigmática sobre o tema veio da pena do juiz Thomas Ruffin, da Carolina do Norte, em 1829. Em *State vs. Mann*, o magistrado tratou do caso de um homem branco que alugou uma mulher escravizada chamada Lydia. Durante uma sessão de castigos, ela tentou fugir e ele a alvejou com um tiro. A vítima sobreviveu, mas John Mann foi levado a júri e condenado pela lesão. O julgamento de Ruffin entrou para os anais do direito escravista. A questão que se colocava à corte era a extensão do domínio do senhor. Ruffin recusou a analogia com a relação entre pais e filhos, mestres e aprendizes, afirmando que no cativeiro, o poder do senhor deve ser absoluto para garantir a submissão do “*escravo perfeito*”.⁶¹

Essa disciplina pertence ao estado de escravidão. Não podem ser separadas sem revogar de uma vez os direitos do senhor, livrando o escravo de sua sujeição. Ela constitui a maldição da escravidão a ambas as porções livres e cativas da nossa população. Mas é inerente à relação entre senhor e escravo. (...)

Nós não podemos permitir que o direito do senhor seja questionado nos tribunais de justiça. O escravo, para permanecer escravo, deve-se saber que não há instância de recurso além de seu senhor; que seu poder não é, de forma alguma, usurpado; mas garantido pelas leis dos homens aos menos, senão pela lei de Deus. O perigo seria grande de fato, se tribunais de justiça fossem chamados para medir o castigo apropriado a cada destempero, a cada falta do dever servil.⁶²

Por três vezes, Ruffin relatou seu mal-estar e a consciência dividida entre os sentimentos do homem e o dever do magistrado. Contudo, concluiu que a condição das coisas se impunha sobre os princípios do direito moral. Caberia à comunidade a condenação simbólica dos senhores que se excedessem, e a raridade de julgamentos dessa natureza seria a prova da conscientização dos proprietários. Em suas últimas palavras, insistiu no dever imperativo de os juízes reconhecerem o domínio pleno dos senhores, essencial para a sua segurança, para a tranquilidade pública e para a proteção e conforto de seus próprios negros cativos. Cinco anos depois, a mesma corte reviu em parte o precedente. Em *State vs. Will*, os magistrados deliberaram sobre a possibilidade de escravizados resistirem aos castigos em legítima defesa. O juiz William Gaston sustentou, concordando com Ruffin, que “*a submissão incondicional é o dever geral do escravo*;

⁶¹ *State v. Jones*, Term 1821. Suprema Corte do Mississippi. Ver Michael Mills. “Slave Law in Mississippi from 1817-1861”. *Mississippi Law Journal*, pp.176-178. *State v. Mann*, Term 1829. Suprema Corte da Carolina do Norte. Sobre o segundo caso, ver Sally Hadden. “Judging Slavery: Thomas Ruffin and *State v. Mann*.” In: Christopher Waldrep & Donald Nieman (eds.). *Local Matters: Race, Crime, and Justice in the Nineteenth-Century South*. Athens; London: University of Georgia Press, 2001, pp. 1-28. Ambos os julgados foram analisados por Mark Tushnet em *The American Law of Slavery*, respectivamente nas páginas 72-75 e 54-66. Ver ainda Eugene Genovese, *Roll, Jordan, Roll*, pp. 25-49; e James Oakes. *Slavery and Freedom*, pp. 152-181.

⁶² *State v. Mann* (1829), *apud* Mark Tushnet. *The American Law of Slavery*, pp. 59-60. Ver ainda Eugene Genovese, *Roll, Jordan, Roll*, pp. 25-49; e James Oakes. *Slavery and Freedom*, pp. 152-181.

poder ilimitado é, em geral, o direito legal do senhor”. No entanto, concluiu que o senhor não teria o direito de matar seu escravizado, que possuía “*o direito de se defender contra uma tentativa ilegal de seu senhor privá-lo de sua vida.*” Restava em aberto, à decisão casuística das cortes, definir as fronteiras da violência e da resistência legítimas.⁶³

O tema também dividiu juízes brasileiros. Quando o recurso de um proprietário, condenado por castigos excessivos, chegou ao Supremo Tribunal de Justiça do Império, em 1866, os ministros assim decidiram:

Tratando-se de ofensas feitas pelo senhor em seu escravo, sendo incontestável o direito que têm os senhores de castigar corporalmente os seus escravos, e apenas proibido o excesso e abuso, é claro que o uso de tal direito, supondo sempre a existência do instrumento do castigo, pressupõe a superioridade de arma (além da superioridade legal e moral), a qual, sendo neste caso constitutivo do delito, nunca pode ser levada a circunstância agravante, mormente quando pela essência e natureza especial da sociedade heril, nunca o escravo poderá resistir ao seu senhor, haja ou não probabilidade de repelir a ofensa.⁶⁴

As palavras e recursos retóricos de legisladores e juristas revelam as contradições do direito liberal nos recantos da escravidão. As diferentes tradições jurídicas e soluções legislativas deram origem a justiças criminais particulares em cada país (e em cada estado do Sul dos Estados Unidos). Em comum, todavia, estavam os regimes de exceção a que submetiam as pessoas escravizadas. A desigualdade jurídica tinha cor e os tribunais serviram à perpetuação de uma justiça racial. O princípio do monopólio do uso da força cedeu à força das circunstâncias e o exercício da violência doméstica se tornou um privilégio de classe reconhecido pelo Estado. Nos dois hemisférios das Américas, milhares de homens e mulheres viveram sob dois regimes de justiça—nenhum deles seu.

A Política da Reação

John Calhoun era ainda um jovem político quando os debates sobre a admissão do Missouri deram início a uma crise sem precedentes nos Estados Unidos. Nos anos anteriores, Louisiana, Mississippi, Alabama e Florida tinham sido integrados à federação, cerrando fileiras com os estados do Sul Superior. O Missouri não apenas representava um reforço às hostes escravistas, mas uma violação dos princípios da Ordenança do Noroeste que compuseram um pacto tácito na constituinte de 1787, proibindo a escravidão nos territórios a norte do paralelo 36° 30'. A crise se estendeu de 1819 a 1821 e serviu como

⁶³ *State v. Will*, Term 1834. Suprema Corte da Carolina do Norte. Sobre o caso, ver Sally Hadden. “Judging Slavery.” In: Christopher Waldrep & Donald Nieman (eds.). *Local Matters*, pp. 17-18; e ainda Thomas Morris. *Southern Slavery and the Law*, pp. 279-281.

⁶⁴ Acórdão de 22 de agosto de 1866 do Supremo Tribunal de Justiça, *apud* João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, pp. 500-501.

laboratório do radicalismo escravista dos representantes da Carolina do Sul. Mais uma vez, coube aos moderados a solução negociada. Como o Maine havia se separado recentemente de Massachusetts, sua adesão à União se tornou uma moeda de troca. O acordo pôs fim à primeira debacle entre o Norte e o Sul. Foi proibida a introdução de pessoas escravizadas nas regiões a norte do referido paralelo, salvo pelo próprio Missouri.⁶⁵

O *Compromisso do Missouri* definiu os marcos institucionais das disputas entre nortistas e sulistas por uma geração. Entre as utopias passadas e a realidade presente, Thomas Jefferson se alinhou com os escravistas radicais. Em uma carta, justificou-se: “*Nós temos o lobo pelas orelhas, e não podemos segurá-lo, nem seguramente soltá-lo. Justiça em um lado da balança, e a autopreservação ano outro.*” A retórica hesitante do pai fundador da república escravista se tornou uma peça de antiquário em comparação às novas doutrinas políticas e jurídicas gestadas pelos representantes da Carolina do Sul. O estado concentrou as contradições do país nos anos 1820 e John Calhoun se tornou um dos principais atores do drama. Embora Charleston tivesse deixado de ser o centro econômico de outrora, manteve a majestade política e deu à luz as vozes mais eloquentes na defesa do cativeiro. Sobre esse terreno, Calhoun galgou seus passos nos degraus da república, com os pés sobre costas negras nem sempre dóceis.⁶⁶

Em junho de 1822, foi descoberta uma suposta conspiração em Charleston, sob a liderança de Denmark Vesey. Nascido no cativeiro, ele ganhou na loteria e comprou a própria liberdade anos antes. Embora haja divergência entre historiadores sobre a extensão e a própria existência da conspiração, a resposta das autoridades foi bastante concreta. Após alguns escravizados delatarem a trama, uma corte de magistrados e proprietários foi convocada e conduziu uma investigação, decretando a prisão de dezenas de acusados na Casa de Correção. Sob pressão e tortura, os interrogados expandiram a rede de envolvidos. Por mais de dez dias, o tribunal de exceção continuou os trabalhos, concluindo pela materialidade do crime de insurreição, a despeito das provas produzidas em condições questionáveis. Ao todo, sessenta e sete homens foram condenados, dos quais trinta e cinco à morte. Por uma conspiração real ou imaginada, a trajetória

⁶⁵ Tâmis Parron. *A Política da Escravidão na Era da Liberdade*, pp. 75-112.

⁶⁶ Thomas Jefferson Papers. Carta a John Holmes, 22 de abril de 1820. Library of Congress. Disponível em: <https://www.loc.gov/exhibits/jefferson/159.html>.

improvável de Vesey chegou ao fim, do golpe de sorte que libertou seu corpo à sua exibição no patíbulo como insígnia da ordem senhorial.⁶⁷

Como era de praxe durante os pânicos insurrecionais, a violência legal se combinou ao terror branco extrajudicial, com espancamentos e execuções sumárias. David Walker, um homem negro livre, testemunhou as cenas de horror e resolveu deixar a Carolina do Sul. Em Boston, redigiu o seu *Apelo aos Cidadãos de Cor do Mundo, especialmente àqueles dos Estados Unidos*, no qual reivindicou os direitos políticos aos negros do país e incitou os escravizados à resistência contra as crueldades dos escravistas brancos, seus inimigos por natureza. O radicalismo das palavras insuflou os proprietários do Sul e reverberou entre antiescravistas no Norte. William Loyd Garrison, um jornalista branco de Massachusetts, aderiu à urgência da causa, mas optou por travar sua militância pela via institucional da imprensa. Em 1831, seu jornal *The Liberator* se tornou a vanguarda do debate público sobre a abolição. Um ano depois Garrison se alinhou aos antiescravistas britânicos e fundou a *New England Antislavery Society*. A emergência do movimento abolicionista aflorou os nervos dos sulistas, que declararam Garrison *persona non grata* em seus estados e censuraram a publicação de Walker, receosos de que o chamado às armas chegasse às suas senzalas. Por outras vias, chegou.⁶⁸

No mesmo ano em que Gabriel Prossner foi levado à força por sua conspiração, a mesma Virgínia deu à luz Nat Turner. Ainda criança, ele aprendeu a ler e a escrever, engajando-se nas sagradas escrituras. Tendo passado pelas mãos de diferentes proprietários na vizinhança de Cross Keys, no condado de Southampton, Turner conquistou o respeito de uma comunidade alargada de escravizados para os quais pregava. Depois de uma longa e nebulosa peregrinação, tendo fugido de seu senhor, ele regressou espontaneamente e revelou aos mais próximos sua missão. Quando o sol obscureceu, em fevereiro de 1831, ele identificou no eclipse o sinal divino que aguardava e informou aos seus parceiros que o próximo 4 de julho seria o dia de sua liberdade. Uma doença acometeu Turner e atrasou os planos, mas os três dias de sol azulado em meados de agosto

⁶⁷ Herbert Aptheker. *American Negro Slave Revolts*, pp. 264-268; Eugene Genovese. *From Rebellion to Revolution*, pp. 44-50.

⁶⁸ David Walker. *Appeal to the Coloured Citizens of the World*. Great Neck Publishing, 1829. Sobre as origens do movimento abolicionista no mundo anglo saxão, ver David Brion Davis. *The Problem of Slavery in the Age of Revolution, 1770-1823*. Oxford: Oxford University Press, 1999; e Seymour Drescher. *Abolition: A History of Slavery and Antislavery*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. Sobre a primeira fase do movimento abolicionista nos Estados Unidos, ver Manisha Sinha. *The Slave's Cause: A History of Abolition*. New Haven: Yale University Press, 2016, pp. 9-194. A mesma autora analisa a segunda fase do movimento (pp. 195-584); sobre ela ver ainda John Stauffer. *The Black Hearts of Men: Radical Abolitionists and the Transformation of Race*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

foram lidos como um novo presságio. Na noite do dia 20, os conspiradores se reuniram nas matas próximas a Cabin Pond. A região era pouco frequentada, pois um homem negro fora queimado vivo ali após assassinar seu proprietário. O palco da justiça senhorial foi escolhido por Turner, que converteu o terreno profano no solo sagrado de sua guerra santa.⁶⁹

Na madrugada, a rebelião teve início. Auxiliado por seus parceiros, um hesitante Nat Turner assassinou seu proprietário Joseph Travis. Dali partiram em direção às demais fazendas da vizinhança, arregimentando reforços nas senzalas e acumulando corpos brancos nas casas grandes. A caminho da cidade de Jerusalém, eles pararam na fazenda de Parker, onde foram surpreendidos pela chegada de fazendeiros armados. Ali foi travada a batalha decisiva, que resultou na derrota dos rebeldes. Entre a madrugada do dia 21 e o dia 22 de agosto, as notícias correram os condados da Virgínia e as milícias de fazendeiros se uniram às forças armadas do país. Na manhã do dia 23, tudo estava terminado. Cerca de sessenta homens, mulheres e crianças brancas haviam sido assassinadas. Entre os negros, as mortes estavam apenas começando.⁷⁰

Nos dias seguintes, a lotação da cadeia de Southampton era tal que as milícias assumiram as vezes das paredes e grades no jardim dos fundos, cercando os acusados em tom marcial. Os interrogatórios, ao som da chibata, ampliaram a rede de envolvidos, enquanto espancamentos e assassinatos de negros se espalharam pelos condados. Nos termos do *Slave Code* da Virginia, uma junta de juízes de paz foi convocada para o julgamento, condenando dezesseis escravizados e três negros livres à morte. Dezenas foram sentenciados a penas de açoites e transportados para fora do estado. Mas a sanha punitiva não estaria completa enquanto Nat Turner não fosse encontrado. Por dois meses, a caçada humana levou a informações desencontradas. Testemunhas acreditavam tê-lo visto em diferentes estados do país. Todo corpo negro era suspeito aos olhos brancos. Contra as expectativas de seus perseguidores, ele se encontrava na mesma Cross Keys onde nascera, crescera e se tornara o profeta da mais violenta insurreição do país. Encontrado em 30 de outubro, ele foi levado a julgamento e condenado à morte. No dia 11 de novembro, uma turba de brancos e uma multidão de escravizados em silêncio acompanharam seus últimos passos rumo à eternidade.⁷¹

⁶⁹ Herbert Aptheker. *American Negro Slave Revolts*, pp. 295-315; Eugene Genovese. *From Rebellion to Revolution*, pp. 82-125; Anthony Kaye. "Neighborhoods and Nat Turner: The Making of a Slave Rebel and the Unmaking of a Slave Rebellion". *Journal of the Early Republic*, 27(4), 2007, pp.705-720.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Anthony Kaye. "Neighborhoods and Nat Turner". *Journal of the Early Republic*, pp.705-720.

O nome Nat Turner ecoou das casas grandes ao Congresso Nacional; das cozinhas às senzalas das fazendas. O pânico levou a população branca a passar noites em claro, com armas em punho. Maior que o medo, foi o terror branco. O número de negros mortos após o levante não pode ser calculado, superando em muito os condenados pelo tribunal, nas valas da ilegalidade. Em 1839, um homem escravizado no Mississippi descreveu suas cicatrizes como resultado de “*um castigo severo com um chicote de couro, à época da insurreição de Southampton.*” Apesar da derrota nos campos, a insurreição cindiu brechas no consenso escravista e os representantes eleitos pelos condados do oeste da Virgínia levaram a causa da abolição à assembleia estadual. Em uma votação apertada, eles foram derrotados pelos votos de seus pares das zonas escravistas, favorecidos pela cláusula dos três quintos. Em vez da liberdade, veio o aperto das correntes. A legislatura reforçou o *Slave Code*, restringindo ainda mais a mobilidade e os encontros de pessoas escravizadas, proibindo-lhes a pregação religiosa. Mesmo a população negra livre, estabelecida havia décadas, perdeu direitos historicamente conquistados.⁷²

A reação senhorial não se limitou às fronteiras da Virgínia. Em 1832, a população do Mississippi elegeu representantes para uma nova Convenção Constitucional. Com a remoção das populações indígenas nativas, novos condados se formaram com predomínio de homens brancos de poucas posses. A constituinte promoveu uma profunda reforma política, estendendo o sufrágio a toda a população branca, em prejuízo da classe escravista tradicional do sudoeste do estado. A constituição trazia no bojo da democracia branca um permanente estado de exceção contra a população negra livre. Foi proibida a sua migração para o estado e os já residentes precisariam solicitar uma nova autorização para a permanência. O direito de propriedade permaneceu intocável e os constituintes vetaram expressamente a assembleia estadual de abolir a escravidão. Por outro lado, a ressaca de Nat Turner contribuiu para que a maioria dos membros da assembleia decidisse proibir o tráfico interestadual. A redação da lei e das respectivas penas ficou a cabo dos deputados estaduais, mas nos anos seguintes os interesses econômicos falaram mais alto que o medo. O veto constitucional tipificou um crime sem que a lei lhe atribísse pena. Não apenas de silêncios se fazia o cativo liberal, mas também de letras mortas.⁷³

⁷² O depoimento do homem escravizado com cicatrizes atribuídas à época da Revolta de Nat Turner foi citado em diversas obras. Para um exemplo, ver Anthony Kaye. *Joining Places: Slave Neighborhoods in the Old South*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2007, p. 131. Sobre as reformas na legislação da Virgínia após a Revolta de Nat Turner, ver Philip Schwarz. *Twice Condemned*, pp. 255-279; e ainda Ariela Gross & Alejandro de la Fuente. *Becoming Free, Becoming Black*, pp. 132-148.

⁷³ Sobre a repercussão de Nat Turner no Mississippi, ver Charles Sydnor. *Slavery in Mississippi*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1966, pp. 203-238.

O precedente da revolta de Nat Turner foi agravado por coincidir com a emergência do abolicionismo garrisoniano. O ativista foi responsabilizado pelo massacre e sua cabeça foi posta a prêmio na Carolina do Sul. Nas páginas do *The Liberator*, ele buscou se desvencilhar do radicalismo da insurreição, mas não perdeu a oportunidade de acusar as cicatrizes no corpo de Turner como as causas do levante. Foram tempos de tensão no país. A crise ocorreu durante o governo de Andrew Jackson, cuja política tarifária no ano seguinte ofereceu a John Calhoun e seus seguidores a oportunidade de testar sua doutrina constitucional do direito dos estados. Dois anos depois da Crise da Nulificação, o Congresso Nacional foi inundado de petições abolicionistas, como resultado de uma campanha encabeçada pela *New England Antislavery Society*. Embora o legislativo não tivesse jurisdição para abolir a escravidão, o objetivo dos ativistas era constranger os representantes a abordarem o tema na esfera pública.⁷⁴

A estratégia dos abolicionistas recebeu a contrapartida dos próceres da Carolina do Sul, que esboçaram os primeiros discursos pró-escravistas e definiram o cativeiro como um bem positivo. Nas palavras do discípulo de Calhoun, James Henry Hammond, a escravidão no Sul não era um mal, nem o resultado do império da necessidade, mas uma benção divina sobre “*a mais bem organizada sociedade que jamais existiu na face da terra*”. Os silêncios convenientes davam lugar a palavras retumbantes e o cativeiro foi elevado a um marco civilizatório da América do Norte. A solução à Crise das Petições Abolicionistas veio na forma de um novo compromisso, que assegurou o direito constitucional dos cidadãos peticionarem ao legislativo, mas proibiu os congressistas de apreciarem as solicitações quando versassem sobre a abolição. Nem escravistas nem abolicionistas aplaudiram a medida, apelidada pelos últimos de Lei de Mordaça (*Gag Rule*). Mas novamente o silêncio institucional pendeu em favor do cativeiro. As ideias de Calhoun não convenceram os representantes do Sul Profundo naqueles anos, mas encontraram o solo fértil onde as sementes do pró-escravismo radical e da Secessão viriam a germinar dali a uma geração.⁷⁵

Assim como nos Estados Unidos, os anos 1830 foram críticos no Brasil. Na trajetória de Bernardo Pereira de Vasconcelos se revelam as contradições de uma época

⁷⁴ John Calhoun, “South Carolina Exposition and Protest (1828)”. Ver Manisha Sinha. “South Carolina Exposition and Protest.” In: Junius Rodriguez. *Slavery in the United States: A Social, Political, and Historical Encyclopedia*, vol. 2. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2007, 459-460; e ainda Tâmis Parron. *A Política da Escravidão na Era da Liberdade*, pp. 244-266.

⁷⁵ Ver Drew Faust. *James Henry Hammond and the Old South: A Design for Mastery*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1982.

e de um país. Figura chave na promulgação do *Código Criminal*, ele compôs a oposição liberal durante crise do Primeiro Reinado e celebrou a renúncia de Pedro I. O capital político do imperador havia se deteriorado desde o fechamento da Constituinte. Mesmo os escravistas se afastaram do monarca, sentindo-se prejudicados pelos tratados firmados com Inglaterra em 1826, que comprometeram o futuro tráfico de africanos. Nos primeiros anos da Regência, sob o governo de Diogo Feijó, uma série de reformas liberais foram aprovadas, com o apoio de Vasconcelos. O *Código de Processo Criminal* promoveu uma justiça menos centralizada e mais representativa dos interesses locais. Na esteira do movimento reformista, vozes antiescravistas ganharam espaço na imprensa e no parlamento, para o desgosto de liberais escravistas como Vasconcelos. Findo o prazo de três anos acordado com a Inglaterra, o legislativo promulgou a Lei de 7 de novembro de 1831, que proibiu o comércio atlântico de africanos no Brasil.⁷⁶

A Regência criou as condições para uma repactuação política no país e diferentes setores sociais e agendas regionais entraram em franca competição. As disputas se desdobraram em revoltas elitistas e populares que se espalharam pelas províncias do Norte e do Sul. Políticos como Vasconcelos recuaram da agenda liberal, acusando-a de comprometer a ordem pública e a unidade territorial do Império, ainda mais quando a crise chegou às senzalas. A descoberta de conspirações em Campinas (São Paulo), em Valença (Vale do Paraíba fluminense) e no Recôncavo Baiano alarmaram os fazendeiros, que ainda se ressentiam da proibição do tráfico. Os interesses da lavoura e dos políticos da incipiente oposição convergiam aos poucos e a escalada na resistência dos escravizados contribuiu para que firmassem uma aliança reacionária que definiria o futuro do país.⁷⁷

O deputado Gabriel Francisco Junqueira se encontrava na Corte quando soube do massacre. As notícias cruzadas que lhe chegaram no dia 14 de maio de 1833 vinham da freguesia de Carrancas, onde sua família administrava propriedades agrícolas e centenas de trabalhadores escravizados. No dia anterior, seu filho supervisionava a lavoura na fazenda Campo Alegre, quando Ventura, Domingos e Julião o derrubaram do cavalo,

⁷⁶ Sobre a lei de 7 de novembro de 1831, ver Jaime Rodrigues. *O Infame Comércio: Propostas e Experiências no Final do Tráfico de Africanos para o Brasil (1800 – 1850)*. Campinas: Ed Unicamp, 2000; Beatriz Mamigonian. *Africanos Livres: A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017; e ainda Tâmis Parron. *A Política da Escravidão no Império do Brasil*, 2011.

⁷⁷ Sobre a agenda antiescravista na primeira metade da década de 1830, ver Alain El Youssef. *Imprensa e Escravidão: Política e Tráfico Negro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2016. Sobre as conspirações descobertas em Campinas, ver Ricardo Pirola. *Senzala Insurgente*, 2011. Sobre as conspirações descobertas no Rio de Janeiro, ver Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de Quilombolas*, 1995.

matando-o a pauladas. Dali foram à fazenda Bela Cruz, onde convenceram mais de trinta parceiros a aderirem aos seus planos. Seguiram então em direção à casa grande, arrombaram a porta e assassinaram José Francisco Junqueira, pai do deputado, além de sua esposa, sua neta, dois bisnetos, entre outros familiares, escravizados domésticos e empregados. Os rebeldes que ficaram na Bela Cruz ainda emboscaram o genro do deputado que viera prestar socorro, enquanto os demais avançaram rumo às fazendas vizinhas, arregimentando forças nas senzalas. Testemunhas apontaram Ventura como o líder, coroado rei dos rebeldes. Os fazendeiros reagiram rapidamente, formando milícias e convocando um regimento da Guarda Nacional. O confronto final terminou com a morte de cinco rebeldes e a dispersão dos demais. Entre os tombados, jazia o corpo do rei.⁷⁸

A freguesia de Carrancas era recortada por fazendas de gado e de alimentos, onde mais de 60% da população era escravizada. Sua proximidade com o Vale do Paraíba, onde o desequilíbrio demográfico era ainda maior, fez ressoar o alerta máximo e milícias se colocaram a postos. O drama da resistência exigia uma contrarresposta à altura. Entre os dias 18 e 21 de novembro, a vila de São João del Rey se tornou o palco do teatro da ordem. Na sala de sessões do júri, Joaquim Mina foi acusado pelo promotor de ser um dos cabeças do levante, ao lado do falecido Ventura. Ele e seus parceiros responderam pelos crimes de insurreição e de homicídio, nos termos dos artigos 113 e 192 do Código Criminal. Quando a defesa encerrou seus trabalhos, o magistrado apresentou os quesitos ao corpo cidadãos livres e predominantemente brancos convocados para servir como jurados. Eles precisaram de pouco tempo na sala secreta para chegar ao veredito, condenando seis réus pelos dois crimes combinados e outros nove apenas pelo homicídio qualificado. Ao juiz coube traduzir a condenação nos termos da lei. Incurridos no grau máximo, foram todos sentenciados à morte. Os defensores abdicaram do direito que os réus possuíam de pleitear um novo julgamento, conforme previsto no Código de Processo Criminal. Seu papel coadjuvante na peça estava concluído. Apenas os que não participaram diretamente das mortes foram autorizados a solicitar a graça do imperador.⁷⁹

Entre os dias 4 e 6 de dezembro, os artigos 38 a 43 do Código Criminal, que previam o rito da pena de morte, adquiriram vida na vila. Em vestes ordinárias, os condenados se confessaram ao pároco antes de deixarem a cadeia cercados por uma

⁷⁸ Marcos Ferreira de Andrade. *Rebeldia e Resistência*, 1996; e do mesmo autor “Rebelião Escrava na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: O Caso Carrancas”. *Revista Afro-Ásia*, números 21-22, 1998-1999, 45- 82.

⁷⁹ Idem.

guarda militar. À frente, o juiz e seu escrivão lideraram o cortejo pelas ruas mais públicas, relendo a sentença em cada esquina. A procissão era seguida pelos espectadores voluntários, incluindo prováveis membros da família Junqueira, e pelos escravizados levados para testemunhar à força a pedagogia da violência. Por três dias, o drama se repetiu nos passos dos onze homens que percorreram o trajeto entre a cadeia e a forca. Em abril do ano seguinte, a *via crucis* foi reaberta para aqueles que tiveram negada a graça imperial. A pena de morte *para sempre* transcendeu os corpos, proibindo os sacramentos do espírito. A execução profana coube a um dos condenados, Antônio Rezende, que teve sua pena comutada pela contrapartida de servir como o carrasco de seus parceiros. A ordem escravista se restaurava sobre corpos negros sem sequer sujar mãos brancas.⁸⁰

A tragédia pessoal do deputado Junqueira transbordou seus domínios privados e adentrou a esfera pública da imprensa e do parlamento. O ambiente político se encontrava radicalizado pela ação dos restauradores, que defendiam o retorno de D. Pedro e lideraram uma sedição em Ouro Preto. O conflito entre os livres abriu os flancos por entre os quais se levantaram os escravizados de Carrancas. Em 10 de junho de 1833, o Ministro da Justiça Aureliano de Souza Coutinho respondeu à crise, enviando à Câmara dos Deputados quatro propostas a fim de restabelecer a ordem. As medidas previam a organização da guarda nacional e do corpo de permanentes, a regulação da liberdade de imprensa, e a prontidão e o rigor da punição nos crimes cometidos por escravizados. Ainda em 1829, um decreto havia determinado a execução da pena de morte independente da concessão da graça em razão de serem “*mui repetidos os homicídios perpetrados por escravos em seus próprios senhores, talvez por falta da pronta punição*”. Os acontecimentos recentes reforçaram o argumento, que serviu de justificativa à reforma penal proposta pelo Ministro da Justiça:

As circunstâncias do Império do Brasil, em relação aos escravos africanos, merecem do corpo legislativo a mais séria atenção. Alguns atentados recentemente cometidos, e de que o governo vos dará informação convencem dessa verdade. Se a legislação até agora existente era fraca, e ineficaz para coibir tão grande mal, a ora existente mais importante é, e menos garantidora da vida de tantos proprietários fazendeiros que vivendo mui distantes uns dos outros, não podendo contar com a existência, se a punição a tais atentados não for rápida, e exemplar, nos mesmos lugares, em que eles tiverem sido cometidos.⁸¹

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ Preâmbulo do Projeto de Lei de 1833, Ministério da Justiça, *apud* João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, p. 55. Sobre o mesmo tema, ver Ricardo Pirola. *Escravos e Rebeldes nos Tribunais do Império: Uma História Social da Lei de 10 de Junho de 1835*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015, pp. 38-52.

Sem apresentar estatísticas criminais ou quaisquer dados, o projeto se sustentava em um sentimento difuso entre a classe escravista. Do cometimento dos crimes até a expiação dos condenados de Carrancas, passaram-se meses e as penas foram executadas em um local distante de onde ocorrera o massacre. Desse modo, o projeto de lei respondeu à demanda por uma justiça célere, retributiva e exemplar, na contramão dos princípios do Código Criminal. Era o Estado penal vindo ao encontro dos domínios senhoriais, como fiel garantidor da soberania doméstica. Os primeiros artigos do projeto alteravam o rito processual para os crimes cometidos por escravizados contra senhores, feitores, administradores e suas famílias. O julgamento caberia a uma junta de magistrados e a sentença seria executada sem direito a recurso. A pena de morte seria aplicada nos mesmos termos da lei vigente, assegurada a presença “*dos escravos mais vizinhos em número correspondente à força*” militar.

Nos debates que se seguiram, foi novamente o deputado Ferreira França que se indispôs com o rigor punitivo, sustentando a inconstitucionalidade do projeto por violar o direito de defesa dos réus. Ao definir a reforma como uma monstruosidade constitucional, foi rebatido pelo deputado Castro e Silva, para quem monstruosa era a equiparação entre cidadãos livres e escravizados. As vozes liberais e antiescravistas enfrentavam uma súbita contracorrente. Nos debates, o veto aos recursos foi mantido e uma emenda ainda acrescentou o envenenamento aos crimes arrolados. O projeto subiu ao Senado, onde foi debatido em sessões secretas. Contudo, os senadores rejeitaram o julgamento pela junta e reafirmaram a competência do júri. Aprovado em 29 de junho de 1834, o trâmite do projeto arrefeceu até que os ventos do Norte trouxeram a tempestade.⁸²

Pacífico Licutan era um homem negro de idade avançada, mestre muçulmano e propriedade de um médico na cidade de Salvador. Seu prestígio fez com que membros da comunidade islâmica se prontificassem a pagar por sua alforria, o que foi recusado por seu senhor. Endividado, o proprietário preferiu ver seu patrimônio penhorado a ceder. Em razão disso, Licutan foi levado à cadeia para aguardar o seu leilão. Mesmo preso, ele permanecia atento aos passos de seus irmãos de fé do lado de fora. Na noite de 24 de junho de 1835, chegou ao presidente da província da Bahia a denúncia de uma insurreição planejada para a manhã seguinte. Um corpo policial foi mobilizado para investigar

⁸² João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, pp. 52-65. Ricardo Pirola. *Escravos e Rebeldes nos Tribunais do Império*, pp. 38-52.

atitudes suspeitas. A batida a um sobrado revelou uma reunião de africanos. Descobertos, eles anteciparam o início do levante.⁸³

Após o primeiro confronto, os rebeldes se espalharam pela cidade conclamando reforços, enquanto um grupo seguiu em direção à Praça do Palácio, onde se encontrava a Câmara Municipal. No piso inferior do edifício estava a cadeia, de onde tentaram resgatar Licutan sem sucesso. Partiram, então, em direção ao ponto de encontro estabelecido, no engenho do Cabrito. No caminho ficava o quartel da cavalaria em Água de Meninos, onde se travou a batalha final. O silêncio da noite foi rompido pelo rufo dos atabaques dos rebeldes que se aproximavam e pelos gritos na cidade ao longe, enquanto os soldados preparavam as armas. Ao alcance da vista, os revoltosos foram recebidos a tiros, reagindo com armas de fogo, espadas e facas. A primeira dispersão levou os militares a deixarem o quartel, mas uma segunda leva de combatentes os forçou a recuar. De dentro do forte, os soldados não podiam ser atingidos e seus tiros alvejaram alguns rebeldes, levando outros à fuga. Entre cinco e seis da manhã, outros grupos de africanos se levantaram em diferentes pontos da cidade, conforme o plano original, mas as forças repressivas já estavam a postos. Quando o sol raiou, mais de setenta cadáveres se encontravam pelas ruas de Salvador, a maioria absoluta de negros africanos. Na cadeia, um dos sobreviventes presos entregou a Licutan um bilhete. Ele o leu e se pôs a chorar.⁸⁴

A reação imediata das autoridades levou à prisão de quase uma centena de negros acusados de envolvimento na insurreição, enquanto soldados promoveram espancamentos e assassinatos à margem da lei. As investigações revelaram um plano de grandes proporções, encabeçado por africanos islâmicos de etnias Nagô e Haussá, conhecidos como Malês. Os conflitos religiosos e políticos na região da Nigéria levaram à escravização de milhares de muçulmanos no início do século, muitos dos quais cruzaram o Atlântico em direção à Bahia. Compartilhando raízes étnicas e uma mesma fé, eles construíram uma rede de solidariedade sob a liderança de homens como Pacífico Licutan, Ahuana e Manoel Calafate. Os depoimentos revelaram que os rebeldes pretendiam se levantar em Salvador e então partir rumo aos engenhos do Recôncavo. O objetivo era exterminar brancos, negros crioulos e mulatos, salvo alguns entre os últimos que seriam escravizados. Estima-se que entre quatrocentos e seiscentos africanos

⁸³ João José Reis. *Rebelião Escrava no Brasil*, pp. 87-109.

⁸⁴ Idem.

tomaram parte naquela que foi a maior insurreição do Império. Ela foi última de uma série de insurgências na Bahia, em parte devido ao terror senhorial que se sucedeu.⁸⁵

Em meados de fevereiro, os julgamentos tiveram início. Mais de duzentos réus, livres e escravizados, foram levados ao tribunal do júri. Uma turba acompanhava os trabalhos do lado de fora, ameaçando de morte os advogados e os réus que eram absolvidos. Os jurados condenaram dezesseis africanos como cabeças, nos termos dos artigos 113 e 114 do Código Criminal, mas sem critérios claros. Oito foram sentenciados à morte e quarenta e cinco às penas de açoites. Entre os réus livres, prevaleceu a pena de prisão. Devido à gravidade do caso, as autoridades instauraram um regime de exceção. O presidente da província, Francisco de Souza Martins, encaminhou um pedido ao Ministro da Justiça, Manuel Alves Branco, requerendo a substituição da pena de prisão pela de deportação, que deveria ser aplicada também aos réus absolvidos. Solicitou ainda a execução imediata dos líderes, sem o direito à graça imperial, o que foi concedido pela Regência. No entanto, os réus usufruíram do direito aos recursos previstos no Código de Processo Criminal e oito deles, que não eram cabeças, tiveram as penas comutadas. Apenas as petições do liberto Ajahi e dos escravizados Gonçalo, Joaquim e Pedro foram negadas. A fim de acalmar os ânimos e restringir a violência extrajudicial das tropas, o presidente da província decidiu promover um espetáculo público com pompa e circunstância.⁸⁶

No dia 14 de maio, o porteiro da Câmara Municipal inaugurou o cortejo, tocando os sinos e anunciando a execução das sentenças. Em seguida, caminharam o juiz de direito e o escrivão, enquanto o chefe de polícia e os soldados garantiam a ordem e a segurança dos condenados. Uma multidão seguiu em procissão pelas ruas de Salvador em direção ao Campo da Pólvora. Como as antigas forcas haviam apodrecido, uma nova foi construída para o evento—em vão. Na noite anterior, as autoridades ofereceram aos presos uma recompensa de 20 a 30 mil réis pelos serviços de carrasco. Ninguém aceitou. Seja por solidariedade ou por medo da comunidade africana, a recusa dos presos causou embaraço à cerimônia, cujo desfecho coube a um pelotão de fuzilamento. Aos olhos de alguns, o teatro da ordem sucumbira em parte a uma última demonstração de força dos Malês. Restavam ainda as penas de açoites, que foram executadas regularmente nos meses seguintes no Campo da Pólvora e no quartel da cavalaria em Água de Meninos, onde ocorrera a principal batalha. Os condenados eram despidos, amarrados e castigados

⁸⁵ João José Reis. *Rebelião Escrava no Brasil*, pp. 235-253.

⁸⁶ Idem.

nas nádegas e costas, no limite de cinquenta açoites diários. Em seguida, recebiam uma avaliação médica que definia o tempo de recuperação para a próxima sessão. As penas variaram entre 300 e 1.200 açoites, essa última aplicada a Narciso, que não sobreviveu.⁸⁷

Entre eles, estava Pacífico Licutan. Secas as lágrimas de quando soube da derrota, ele foi levado a interrogatório e confrontou seus inquisidores, negando-se a revelar quaisquer nomes. Em juízo, apresentou-se desafiadoramente como Bilal, no que foi advertido pelo juiz. Escapara à autoridade o sentido da designação que, segundo a tradição islâmica, significava “auxiliar negro do profeta”. Altivo, Licutan assistiu à deliberação dos jurados, que não puderam condená-lo como o cabeça do levante por se encontrar preso durante o ocorrido. Em sua sentença, o magistrado definiu a pena em 1.200 açoites. O rigor se justificou pela deferência dos rebeldes que tentaram resgatá-lo, possivelmente agravada pela insolência do réu no tribunal. Igualmente significativa foi a ressalva sobre o local da execução. O juiz determinou que a pena seria executada em “*lugar público contanto que não seja nas ruas da cidade*”. Nas entrelinhas, deixou transparecer o receio de que as centenas de chibatadas sobre o corpo negro e envelhecido do alufá fizesse reviver o espírito dos Malês—espectro esse que assombraria um Império.⁸⁸

Dois dias após a execução dos quatro líderes Malês em Salvador, a Câmara dos Deputados abriu os trabalhos na Corte e aprovou a reforma penal proposta pelo Ministério da Justiça. Salvo pelas emendas incluídas pelos senadores, o projeto foi aprovado sem qualquer alteração. No dia 10 de junho de 1835, foi promulgada a lei que refundou o regime jurídico penal e processual do Império em relação aos escravizados que se insurgissem contra seus senhores, administradores, feitores e familiares. Ocorrido o crime, o juiz de paz era responsável por convocar extraordinariamente o tribunal do júri. Findo o julgamento e condenado o réu, a definição da pena dependia do grau de consenso entre os jurados. A sentença de morte era a regra, mas era preciso que ao menos dois terços deles concordassem com a condenação. Caso o crime resultasse em ferimentos leves, as penas cabíveis eram as galés e os açoites, sujeitas à maioria simples dos jurados. Os condenados não tinham direito a recurso processual, mas poderiam peticionar pela graça imperial. Negada a comutação da pena, o carrasco e o cadafalso estavam a postos para promover uma execução célere e exemplar.⁸⁹

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ “Lei de 10 de junho de 1835”. *Coleção das Leis do Império do Brasil, 1830, Parte Primeira*, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1876.

Apesar da aprovação da lei pela maioria dos deputados, houve na oposição quem se insurgisse contra sua expressa inconstitucionalidade, como Ferreira França. Eleito pela província da Bahia, ele encampava a ala antiescravista moderada no parlamento, tendo defendido a libertação dos nascituros pardos e do ventre das escravizadas nos anos anteriores. Mas a nau imperial guinava ao sabor dos ventos, cada vez mais conservadores. Entre os senadores que redigiram a versão final da lei, estava Paula Souza, o mesmo que defendera a criação de uma legislação criminal paralela para os escravizados nos debates de 1830. Se à época ele não conquistara o seu código negro, a lei de exceção faria as suas vezes. Como de praxe, o artigo último do diploma legal previa a revogação de toda as leis em contrário, o que nesse caso implicava rasgar a própria Constituição.⁹⁰

A Lei de 10 de junho de 1835 representou mais do que uma reforma legislativa. Ela selou o compromisso da justiça criminal e a ordem escravista no Brasil. Tanto na elaboração do projeto de lei de 1833 quanto na sua aprovação dois anos depois, as autoridades imperiais responderam à resistência dos escravizados. No entanto, é preciso incluir as variáveis políticas e econômicas daqueles anos. A Revolta dos Malês chegou a abalar o consenso escravista nas províncias do Norte, mas não surtiu o mesmo efeito nas fronteiras dinâmicas da escravidão no Centro-Sul. Ainda na ressaca de Carrancas, fazendeiros de Bananal peticionaram ao parlamento pela revogação da Lei de 7 de novembro de 1831 e pela reabertura do tráfico transatlântico de africanos, no que foram seguidos por seus pares de Valença, Paraíba do Sul, Vassouras e de outros municípios do Vale do Paraíba. Os preços do café andavam em alta. Entre os interesses econômicos e a segurança pessoal, os cafeicultores fizeram suas apostas. Havia consenso que o tráfico e o desequilíbrio demográfico contribuía para as revoltas e os assassinatos. Mas em vez de prevenir o crime, primaram pelo rigor da retribuição penal. Mesmo tendo sido aprovada durante o governo dos liberais, a Lei de 10 de junho de 1835 foi uma primeira conquista da agenda reacionária em torno da qual convergiam as forças da oposição.⁹¹

⁹⁰ João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, pp 52-66. Ricardo Pirola. *Escravos e Rebeldes nos Tribunais do Império*, pp. 82-87.

⁹¹ Sobre os debates historiográficos em torno da aprovação da Lei de 10 de junho de 1835, ver João José Reis. *Rebelião Escrava no Brasil*, pp. 254-281; João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, pp. 52-66; Ricardo Pirola. *Escravos e Rebeldes nos Tribunais do Império*, pp. 31-87; Marcos Ferreira de Andrade. “A Pena de Morte e a Revolta dos Escravos de Carrancas: A Origem da “Lei Nefanda” (10 de junho de 1835)”. *Tempo*, vol.23, n.2, 2017, pp. 264-289. Sobre as petições pela reabertura do tráfico e o Partido da Ordem, ver Tâmis Parron. *A Política da Escravidão no Império do Brasil*, pp. 137-156; Alain El Youssef. *Imprensa e Escravidão*, pp. 182-220. Sobre a formação do Partido da Ordem, ver ainda, Jeffrey Needel. *The Party of Order: The Conservatives, the State, and Slavery in Brazilian Monarchy (1831-1871)*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

Os brados dos cafeicultores soaram como música aos ouvidos de Bernardo Pereira de Vasconcelos, que buscava uma base eleitoral para o seu Partido da Ordem. A classe emergente do Vale do Paraíba, por sua vez, encontrou nele um porta-voz pela reabertura do tráfico atlântico. Com a queda de Feijó e a nomeação de Pedro de Araújo Lima para a regência, em 1837, os cafeicultores e a oposição galgaram os degraus do Estado imperial e deram início ao Regresso Conservador. No poder, o radicalismo de campanha cedeu ao pragmatismo. A Lei de 7 de novembro de 1831 não foi revogada, a fim de se evitar um conflito diplomático com a Inglaterra. Mas a Reforma do Código de Processo Criminal promoveu a centralização do poder judiciário e permitiu ao governo conduzir uma política sorrateira em favor do contrabando de africanos. A fiscalização das costas brasileiras era de responsabilidade do Ministério da Justiça, que foi ocupado por ninguém menos que o próprio Vasconcelos. Nos anos seguintes, centenas de milhares de pessoas desembarcaram no território nacional e foram escravizadas sob o signo da ilegalidade.⁹²

Vasconcelos foi mais que um representante das forças do cativo. Ele ensaiou os passos de um ideólogo radical. Contra seus adversários, sustentou no parlamento e na imprensa que *“a escravidão dos africanos não era tão odiosa como a representavam alguns (...), que ela era acomodada aos nossos costumes, conveniente aos nossos interesses e incontestavelmente proveitosa aos mesmos africanos, que melhoravam de condição.”* No entanto, o esboço de um pró-escravismo à moda da Carolina do Sul não prevaleceu nos trópicos. A convicção dos fazendeiros em favor da escravidão era inconteste. Mas na ausência de um contraponto abolicionista, seus representantes puderam se valer de discursos oblíquos e de ideologias raciais veladas. Mesmo com a queda dos conservadores e o retorno dos liberais ao poder, anos depois, a política do contrabando se manteve. Os interesses da classe emergente do Vale do Paraíba se converteram em uma agenda de Estado e redefiniram os rumos do Império.⁹³

Durante as crises políticas dos anos 1830, os horizontes da liberdade se reabriram nos dois hemisférios das Américas. Pela primeira vez desde as constituintes nacionais, as vozes antiescravistas contestaram a legitimidade do cativo na esfera pública, enquanto

⁹² Tâmis Parron. *A Política da Escravidão no Império do Brasil*, pp. 137-156; Alain El Youssef. *Imprensa e Escravidão*, pp. 182-220. Sobre a lei de 7 de novembro de 1831, ver ainda Jaime Rodrigues. *O Infame Comércio*, 2000; e Beatriz Mamigonian. *Africanos Livres*, 2017.

⁹³ Sobre a hegemonia do Partido Conservador e a relação com a escravidão, ver Ilmar Rohloff Mattos. *O Tempo Saquarema: Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2011. Ricardo Salles. *E o Vale era Escravo, Vassouras, Século XIX, Senhores e Escravos no Coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 41-116; Tâmis Parron. *A Política da Escravidão no Império do Brasil*, 2011. Para uma perspectiva alternativa, ver Jeffrey Needel. *The Party of Order*, 2006.

os escravizados recorreram à ação direta. No entanto, a reação senhorial prevaleceu mais uma vez. Nos Estados Unidos, a formação do Segundo Sistema Partidário (entre Democratas e Whigs) tornou a escravidão um tabu consensual dentro das instituições. No Brasil, a estabilização política construída no início do Segundo Reinado proveio de um pacto entre Liberais e Conservadores, igualmente comprometidos com o cativeiro. Essas políticas da escravidão foram gestadas no ventre dos regimes representativos e contribuíram para a refundação dos direitos escravistas nos marcos dos Estados Nacionais, segundo os princípios do liberalismo. A primavera das revoluções atlânticas arrefecia e as forças da reação anunciavam do outono da primeira era das abolições.⁹⁴

Homens negros como Dutty Boukman e Charles Deslondes viveram e morreram nas fronteiras do tempo. Tanto a Revolução de São Domingos quanto a Revolta da Costa Germânica compuseram a quadra histórica da Era das Revoluções nas Américas, mas os corpos de ambos os líderes foram sujeitos às tecnologias punitivas do Antigo Regime, que ruía. A morte de Deslondes foi ainda mais controversa, performada como um suplício em pleno território da República dos Estados Unidos. É possível argumentar que a justiça sumária respondeu aos ares do Caribe insurgente. A realidade, contudo, é que o estado de guerra latente ao cativeiro encontrou guarida na constituição estadunidense. A violência escravista também cruzou os tempos no Atlântico Sul, acomodando-se a palavras e silêncios da constituição do Império do Brasil. Quando um novo ciclo de revoltas se espalhou pelas Américas, nos anos 1830, as diretrizes liberais dos dois Estados foram colocadas à prova. O julgamento de Nat Turner respeitou os marcos legais da Virgínia, enquanto Joaquim Mina e Pacífico Licutan foram condenados pelo tribunal do júri, conforme os códigos brasileiros. As penas corporais que sofreram já não correspondiam os suplícios de outrora. O império da lei regia os novos espetáculos da violência, mas prevalecia o caráter de uma justiça de exceção que ainda fazia dos corpos negros as insígnias da ordem escravista.

⁹⁴ Sobre a política da escravidão nos Estados Unidos, ver William Copper. *The South and the Politics of Slavery, 1828-1856*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1992. Sobre a política da escravidão no Brasil, ver Tâmis Parron. *A Política da Escravidão no Império do Brasil*, 2011. E para uma interpretação integrada do fenômeno nos dois países, ver do mesmo autor *A Política da Escravidão na Era da Liberdade*, 2015. Sobre os conceitos da primeira e da segunda eras da abolição, ver Alain El Youssef. *O Império do Brasil na Segunda Era da Abolição, 1861-1880*. Tese de Doutorado defendida na Universidade de São Paulo em 2019.

Capítulo 2

A Justiça Senhorial e a Economia do Castigo

As Fronteiras da Escravidão

Os rios e vales das Américas existiam muito antes de serem nomeados em línguas indígenas ou europeias. Às margens do Mississippi, viveram dezenas de povos nativos, como os Natchez, enquanto Coroados, Araris e Puris habitaram as terras do entorno do Paraíba do Sul. O avanço dos europeus pelo continente só ameaçou tardiamente os seus domínios. No último quartel do século XVII, a descoberta dos veios auríferos na América Portuguesa levou à construção de caminhos entre o litoral e as minas, mas a resistência indígena barrou a ocupação das terras. A Coroa se beneficiou do *sertão dos índios bravios* e estabeleceu uma política de terras proibidas, a fim de coibir o contrabando do ouro. Essa inusitada convergência de interesses preservou, por ora, as terras do vale do rio Paraíba do Sul. Por todo o continente, a paisagem natural e os povos indígenas se revelaram adversários formidáveis aos colonizadores. Em 1729, os colonos franceses que estabeleceram as primeiras plantations de tabaco no vale do rio Mississippi foram massacrados por uma aliança entre os Natchez e os seus africanos escravizados. Dois anos depois, os nativos foram derrotados, mas a falência dos investidores decretou o fim da empreitada francesa. Em ambos os vales, os povos indígenas foram responsáveis por conter o avanço das fronteiras da escravidão colonial.⁹⁵

A derrota dos Natchez decretou sua extinção enquanto nação. Muitos sobreviventes buscaram refúgio entre outros povos nativos, como os Chickasaw e os Creek. Em Nova Orleans, os capturados nas batalhas de 1731 foram exibidos e torturados publicamente. Mais de trezentos deles, inclusive seu líder, foram escravizados e vendidos para a colônia de São Domingos. O fracasso na exploração francesa do vale do rio Mississippi foi compensado pelo sucesso caribenho. Na ilha, os últimos Natchez se somaram aos milhares de africanos e afro-caribenhos escravizados nos engenhos de açúcar, cujos trabalhos forçados contribuíram para os lucros exorbitantes da Coroa francesa e transformaram a colônia na pérola das Antilhas. O segredo do sucesso continha

⁹⁵ Sobre os povos indígenas do Vale do Paraíba, ver Marcelo Sant'ana. Lemos. *O Índio Virou Pó de Café?*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016. Sobre a política de terras proibidas, ver Carla Anastasia. *A Geografia do Crime. Violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. Sobre o povo Natchez e a fundação da cidade com o mesmo nome, ver James Clayton. *Antebellum Natchez*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1968, pp. 3-11. Sobre o massacre dos Natchez, ver Gordon Sayre. "Plotting the Natchez Massacre". *Early American Literature*, 37(3), 2002, 381-413. Sobre a escravização dos nativos da América do Norte, ver Andres Reséndez. *The Other Slavery: The Uncovered Story of Indian Enslavement in America*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2016.

em si, contudo, a chave do fracasso. O desequilíbrio demográfico e o caráter predatório do regime agrícola criaram as condições para a emergência da maior insurreição de escravizados do Atlântico. A Revolução de São Domingos anunciou a crise do cativeiro colonial nas Américas, mas criou as condições econômicas para que as lavouras escravistas ameaçassem territórios e povos que até então resistiam.⁹⁶

Uma nova fronteira agrícola avançou sobre o vale do rio Mississippi no último decênio do século XVIII. O povo Natchez deixara de existir, mas o nome sobreviveu pra designar seu antigo território. Em 1763, os ingleses tomaram a região como parte dos espólios da Guerra dos Sete Anos, mas a perderam uma década depois durante as guerras de independência na América do Norte. Foram os espanhóis que se aproveitaram do conflito e conquistaram Natchez, trazendo de volta o tabaco e a escravidão. Antes mesmo da compra da Louisiana, todavia, os Estados Unidos adquiriram a região por meio do Tratado de São Lourenço e nomearam a cidade de Natchez como a capital do condado de Adams e do território do Mississippi. Durante a transição entre os impérios, as folhas de tabaco deram lugar às fibras de algodão, respondendo à crescente demanda das fábricas de Manchester. Dessa vez, não houve resistência indígena ou negra à altura da fronteira da escravidão, que homogeneizou a paisagem entre Nova Orleans e Natchez. No cativeiro se fundou um novo espaço-tempo que redefiniu o vale e o rio. Nascia o Vale do Mississippi, o vale do algodão e da escravidão.⁹⁷

Natchez se converteu em uma das capitais do algodão no Sul dos Estados Unidos. As fazendas se espalharam pelo condado de Adams, pelos condados vizinhos de Jefferson e Warren, e pelas paróquias de Tensas e Concórdia no outro lado do rio, dentro do território da Louisiana. Em 1787, a população de Natchez era composta por 1.275 brancos e cerca de 675 escravizados, mas em pouco mais de uma década os cativos superaram os livres. A entrada de escravizados trazidos pelo tráfico atlântico foi vetada no estado do Mississippi a partir de 1798, mas foi com a proibição nacional a partir de 1808 que se rompeu em definitivo o veio entre a lavoura de algodão e o tráfico de africanos e afro-caribenhos. Entre as décadas de 1810 e de 1830, milhares de jovens afro-americanos de ambos os gêneros, principalmente nascidos na Virgínia, foram levados aos portos de

⁹⁶ Sobre a Revolução de São Domingos, ver Cyril James. *Jacobinos Negros*, 2010; Laurence Dubois. *Avengers of the New World*, 2004; e ainda Carolyn Fick. *The Making of Haiti*, 1990. Sobre a expansão da escravidão após a revolução, ver Dale Tomich. “A ‘Segunda Escravidão’.” In: *Pelo Prisma da Escravidão*, pp. 81-97.

⁹⁷ James Clayton. *Antebellum Natchez*, pp. 3-11. Sobre a paisagem do algodão no Vale do Mississippi, ver Walter Johnson. *River of Dark Dreams*, pp. 209-243. Sobre a economia e os circuitos do algodão, ver Sven Beckert. *Empire of Cotton: A Global History*. New York: Alfred A. Knopf, 2014, pp. 56-174.

Nova Orleans e de *Forks of the Road*, localizado nos arredores da cidade de Natchez. A população do condado de Adams, que era de 8.237 habitantes em 1810, cresceu 20,8% em dez anos, chegando a 9.955 habitantes. Dentre eles, 7.299 eram cativos e 2.256 eram livres (dos quais, apenas 36 eram negros). Em 1830, a população chegou a 12.129 habitantes, dos quais mais de 80% eram escravizados, e seguiu crescendo por mais uma década até estagnar na faixa de 14.000 cativos. Ainda em 1802, a capital foi transferida para o distrito de Washington, posto que seria assumido pela cidade de Jackson em 1821. Mas Natchez permaneceu no coração da economia escravista do Vale do Mississippi.⁹⁸

Enquanto o algodão escoava pelo rio Mississippi rumo a Nova Orleans e à Inglaterra, os laços entre as duas costas do Atlântico Sul se intensificavam à medida os canaviais e cafezais avançavam sobre o vale do rio Paraíba do Sul. Com a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, a política de terras proibidas chegou ao fim. Com o objetivo de abastecer a Corte, a Coroa determinou a construção de estradas e caminhos em direção às fazendas de alimentos das Minas Gerais, e concedeu as terras de seus entornos a famílias de capital e prestígio. Foram primeiro os engenhos de açúcar que redesenharam a paisagem dos morros de meia laranja, mas em pouco tempo prevaleceram as fazendas de café. Junto às estradas da Polícia e do Comércio, formaram-se vilas como Pati do Alferes, que se tornaria uma freguesia de Vassouras no início dos anos 1830. Dessa vez, Coroados e Puris não resistiram ao assédio da nova fronteira agrícola e tiveram suas terras e aldeamentos ocupados pelas fazendas. O vale e o rio não eram os mesmos. Era o Vale do Paraíba que tomava forma, como território soberano do café e do cativo imperial.⁹⁹

Vassouras se tornou rapidamente uma das capitais da cafeicultura fluminense. O tráfico de africanos na primeira metade do século definiu a paisagem humana do Vale do

⁹⁸Censo dos Estados Unidos da América. Disponível em <https://www.census.gov>. Sobre Natchez, ver ainda Charles Sydnor. *A Gentleman of the Old Natchez Region*, Benjamin L. C. Wailes. Durham: Duke University Press, 1938, pp. 3-30. Sobre o tráfico interestadual para o Mississippi e para o mercado de *Forks of the Road*, ver Michael Tadman. *Speculators and Slaves*, pp. 11-46; e Edward Baptist. *The Half Has Never Been Told*, pp. 75-109. Sobre a formação de famílias e comunidades escravizadas em Natchez e no Vale do Mississippi, ver Herbert Gutman. *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925*. New York: Pantheon Books, 1976, pp. 3-44; e para uma contribuição crítica mais recente, ver Anthony Kaye, Anthony. *Joining Places*, pp. 21-50.

⁹⁹ Ver Ver Rafael Marquese & Dale Tomich. “O Vale do Paraíba Escravista e a Formação do Mercado Mundial do Café no Século XIX”. In: Keila Grinberg & Ricardo Salles (orgs.). *O Brasil Imperial. Volume II – 1831-1870*, 2009, pp. 339-383. Sobre a concessão de sesmarias no Vale do Paraíba, ver Célia Muniz. *Os Donos Da Terra: Um Estudo sobre a Estrutura Fundiária do Vale do Paraíba Fluminense, Século XIX*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal Fluminense em 1979. Sobre o desenvolvimento do município de Vassouras, ver Ricardo Salles. *E o Vale era o Escravo*, pp. 17-37/137-176; e Marcelo Ferraro. *A Arquitetura da Escravidão nas Cidades do Café*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade de São Paulo em 2017.

Paraíba. Em 1840, 20.589 pessoas viviam em suas freguesias, das quais 69% eram escravizados. Na vizinha Valença, eles eram 68% dos 18.717 habitantes. Em uma década, a população de ambos os municípios chegou a aproximadamente 28 mil pessoas, com cerca de 70% de escravizados. O desequilíbrio de gênero dificultava a formação de famílias, mas o predomínio de cativos oriundos da África Centro-Occidental, do eixo Congo-Angola, permitiu a construção de comunidades que compartilhavam uma raiz cultural Bantu. Nas senzalas e matas, Vassouras também foi sede de pequenos reinos africanos, nem sempre submissos ao império dos livres.¹⁰⁰

O avanço da fronteira agrícola trouxe consigo milhares de homens e mulheres separados de suas famílias e comunidades de origem e submetidos a regimes intensos de trabalho. A resistência foi sistêmica, escalando nos ciclos de revoltas da primeira metade do século. Dialeticamente, os proprietários reagiram. Mesmo pressionados pela agenda antiescravista e ameaçados pela rebeldia nas senzalas, fazendeiros de Natchez e de Vassouras conduziram campanhas em defesa do tráfico atlântico e do rigor penal contra os crimes cometidos por escravizados. Nas lutas cotidianas nas fazendas e na esfera pública, as forças escravistas redefiniram os rumos da República do Norte e do Império do Atlântico Sul. No ocaso do escravismo colonial, foram as classes escravistas do Vale do Mississippi e do Vale do Paraíba que conduziram as fronteiras da Segunda Escravidão e selaram os destinos de duas nações.¹⁰¹

Em meados do século, Natchez não era mais a capital do Mississippi, mas mantivera a majestade da capital do Reino do Algodão, enquanto Vassouras adquiriu o título de Princesa do Café. As cidades se tornaram centros econômicos de duas das mais dinâmicas fronteiras agrícolas do século XIX, e capitais políticas das classes escravistas emergentes. O sucesso das culturas do algodão e do café tinha o seu preço. O custo humano recaiu sobre as centenas de milhares de africanos e seus descendentes forçados à

¹⁰⁰ Sobre o tráfico de africanos no século XIX, ver Manolo Florentino. *Em Costas Negras: Uma História do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Sobre as etnias africanas no sudeste cafeeiro, ver Robert Slenes. "Malungu, Ngoma Vem!". *Revista USP*, 48-67; e do mesmo autor *Na Senzala, uma Flor*, 1999. Sobre a formação de famílias e comunidades escravizadas no sudeste brasileiro, ver Manolo Florentino & José Roberto Góes. *A Paz das Senzalas: Famílias Escravas e Tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. Sobre as famílias e comunidades em Vassouras, ver Ricardo Salles. *E o Vale era o Escravo*, pp. 177-271.

¹⁰¹ Sobre as fronteiras da economia, ver Antônio Barros de Castro. "As Mãos e os Pés do Senhor de Engenho": Dinâmica do Escravismo Colonial". In: Paulo Sérgio Pinheiro (org.). *Trabalho Escravo, Economia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984, pp.41-66. Ver ainda o conceito "fronteira da mercadoria" em Jason W. Moore. "Sugar and the Expansion of the Early Modern World-Economy: Commodity Frontiers, Ecological Transformation, and Industrialization." *A Journal of the Fernand Braudel Center*, vol. 23, n. 3, 2000, pp. 409-433.

migração e aos trabalhos no campo. Entre pequenos incentivos e concessões, foram os castigos que arrancaram índices inéditos de produtividade dos trabalhadores. Nas propriedades rurais do Vale do Mississippi e do Vale do Paraíba, eles viveram sob o domínio privado dos fazendeiros. No chicote nas mãos dos feitores convergiam duas forças: o mercado mundial e a justiça soberana dos senhores.

Pintura de John James Audubon, “*Landscape of Natchez*”, 1822¹⁰²

Litogravura de Victor Frond, “*Vila de Vassouras*”, 1858¹⁰³

¹⁰² Coleção do Greenville Museum of Art, Carolina do Norte. Cópia digital da Historic Natchez Foundation.

¹⁰³ Charles Ribeyrolles. *Brasil Pitoresco, Tomo II*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1859.

A Travessia

Já era noite quando Mahommah Gardo Baquaqua chegou acorrentado a uma praia na costa do Daomé. A fogueira que ardia às suas costas iluminava um homem à sua frente, com um chicote em punhos, enquanto outro circulava entre os prisioneiros com um ferro em brasa. Nascido em uma família de mercadores islâmicos de Zoogoo, na África Central, Baquaqua se tornara homem de confiança de um líder político local, atraindo inimigos. Algumas semanas antes, fora convidado a um banquete em um reino vizinho. O festim avançou madrugada adentro, regado a álcool. Quando acordou, ferros o prendiam pelo pescoço. Enganado por seus anfitriões, ele foi vendido a um traficante enquanto dormia. Por dias, ele foi forçado caminhar por matas e cidades até avistar o mar. À véspera do embarque, as jaulas, as correntes e o chicote constrangiam seu corpo e o de seus companheiros. O ferro em brasa que lhe tocou a pele fez mais do que deixar a marca do traficante que o possuía. Era a morte social de um africano livre e o batismo de fogo de um escravizado.¹⁰⁴

Do outro lado do Atlântico, o milagre da transubstanciação se repetia, convertendo a liberdade em cativo. “*Você insiste que é um homem livre?*”, questionava James Birch cada vez que seu braço se cansava das chibatadas. Era sobre as costas nuas de Solomon Northup, um homem negro livre nascido em Nova Iorque, que recaíam os golpes. Hábil com seu violino, ele fora convidado em 1841 para um trabalho como instrumentista em Washington D.C.. Ludibriado por seus empregadores, foi envenenado e desmaiou sob uma febre delirante. Quando despertou, já não era o mesmo. Encontrava-se sob as correntes e o jugo de Birch, no calabouço de um mercado de escravizados. Ao questionar a razão de sua prisão, dizendo ser um homem livre, ouviu de seu algoz que fora comprado e que não passava de um negro fugido da Georgia. Sua insistência em voz alta alarmou Birch, que deu início à tortura. Internamente, Northup manteve por anos a consciência de sua identidade, mas silenciou diante do custo da verdade. Passados alguns dias, foi acorrentado a outros escravizados e partiu sem resistência, marchando pelas ruas da capital rumo a uma embarcação que o levaria a Nova Orleans.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Mahommah Gardo Baquaqua. *Biography of Mahommah G. Baquaqua*. Detroit: Printed by the Author, 1854, pp. 25-42. Sobre o conceito de morte social, ver Orlando Patterson. *Escravidão e Morte Social*, 2008. Ver ainda a crítica de Vincent Brown em “Social Death and Political Life in the Study of Slavery”. *The American Historical Review*, 114(5), 2009, 1231-1249.

¹⁰⁵ Solomon Northup. *12 Years a Slave: Narrative of Solomon Northup*. Auburn: Derby and Miller, 1853, pp. 40-77.

Assim como Baquaqua, milhões de homens e mulheres viveram a experiência da escravização na África, enquanto tantos afro-americanos foram vítimas da mesma violência experimentada por Northup. Os africanos sofriam com as guerras e sequestros que os levavam às mãos dos traficantes da costa, onde eram armazenados nos barracões enquanto aguardavam o embarque. Quando Baquaqua avistou pela primeira vez o navio, acreditou que se tratava de um objeto de adoração dos brancos, no qual seriam sacrificados. Em um porão que sequer lhes permitia ficarem de pé, Baquaqua e outros homens foram alocados nus de um lado, enquanto as mulheres ficaram do outro. O confinamento não lhes permitia diferenciar o dia da noite. Era comum entre os africanos a crença de que os europeus apreciavam sua carne e que a travessia os levava à morte. Mantidos a milho cozido e água em quantidade insuficiente, e sujeitos aos arbítrios da tripulação, muitos, de fato, encontravam seu fim no percurso.¹⁰⁶

As redes do tráfico de escravizados nas Américas não eram menos perversas que a travessia Atlântica. Sequestrados ou nascidos no cativeiro, centenas de milhares de afro-estadunidenses tiveram seus destinos entrelaçados à fronteira do algodão. Separados de suas famílias, migraram à força dos estados do Norte e do Sul Superior em direção à Carolina do Sul, à Geórgia e, principalmente, ao Vale do Mississippi. Northup fez a travessia pelo mar costeiro até a Louisiana, enquanto John Brown e Charles Ball marcharam por terra rumo à Geórgia. Brown foi separado da mãe na Virgínia aos dez anos de idade, enquanto Ball viu seus pais partirem de Maryland ainda na infância. Sua mãe foi vendida para um fazendeiro da Geórgia, enquanto seu pai fugiu para evitar o mesmo fim. Anos depois, já casado e com um filho, foi sua vez de ser vendido sem aviso. Sequer pode se despedir de sua família. Na companhia de dezenas de homens e mulheres, marchou acorrentado pelos condados de Maryland e da Virgínia em direção à Carolina do Sul. Anos depois, seu destino seria a Geórgia. No percurso, os traficantes revezavam entre as palavras de encorajamento e as ameaças, com o chicote sempre à mostra.¹⁰⁷

¹⁰⁶ Mahommah Gardo Baquaqua. *Biography of Mahommah G. Baquaqua*, pp. 42-44. Sobre as referências ao tráfico, ver Jaime Rodrigues. *De Costa a Costa: Escravos e Tripulantes no Tráfico Negreiro (Angola-Rio de Janeiro, 1780-1860)*. Tese de Doutorado defendida na Unicamp em 2000, p. 67. Ver a versão publicada da tese *De Costa a Costa: Escravos, Marinheiros e Intermediários do Tráfico Negreiro de Angola ao Rio de Janeiro, 1780-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. Ver ainda Roquinaldo Ferreira. *Dos Sertões ao Atlântico: Tráfico Ilegal de Escravos e Comércio Lícito em Angola 1830-1860*. Luanda: Kilombelombe, 2012. Sobre os navios do tráfico, ver ainda Marcus Rediker. *The Slave Ship: A Human History*. New York: Viking, 2007. Sobre o processo de escravização na África, ver Paul Lovejoy. *Transformations in Slavery: A History of Slavery in Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

¹⁰⁷ Solomon Northup. *12 Years a Slave*, pp. 54-77; Charles Ball. *Slavery in the United States: A Narrative of the Life and Adventures of Charles Ball*. New York: John S. Taylor, 1837, pp. 23-33. Sobre o cotidiano

No mesmo período, centenas de milhares de africanos viveram as agruras dos porões dos navios do tráfico transatlântico. “*Quando qualquer um de nós se tornava rebelde, sua carne era cortada com uma faca e o corte era esfregado com pimenta e vinagre para torná-lo pacífico*”, descreveu Baquaqua. O castigo se baseava em um cálculo. Aplicava-se a dor necessária à disciplina, preservando-se o valor de mercado do corpo. Durante a noite, era comum o disparo de armas de fogo e canhões, que ostentavam o poder da tripulação. O terror nem sempre surtia efeito. Após a saída de um dos navios de Inhambane, em Moçambique, os africanos se rebelaram, matando o guarda do porão e atacando a tripulação no convés com paus e barras de ferro. A superioridade em armas pendeu contra os rebelados. Os sobreviventes foram presos nos porões e na manhã seguinte pagaram o preço da ousadia. Foram levados entre duas e três dúzias por vez ao convés, onde todos sofreram castigos severos. Dias depois, quarenta e seis homens e uma mulher foram enforcados, alvejados e lançados ao mar. As revoltas eram incomuns e raro era o sucesso. Aos derrotados se impunha a justiça privada do capitão.¹⁰⁸

O terror não impedia a construção de laços nos porões. Ali se encontravam africanos de diferentes etnias, por vezes rivais, mas o inimigo em comum possibilitava a solidariedade entre eles. Olauda Equiano descreveu seu choque diante da tripulação branca, convencido de que eram espíritos maus e que o matariam. Quando avistou outros negros igualmente aterrorizados, constatou que não voltaria à sua terra natal e que, daquele momento e diante, eram esses os seus amigos. O historiador Robert Slenes identificou entre os africanos centro-ocidentais uma raiz cultural comum Bantu, que serviu de base a novas identidades nos navios e no sudeste brasileiro. Os companheiros de travessia (*kalunga*) se chamavam mutuamente de *malungos* e preservavam o novo parentesco em terra firme. Não era o sacrifício que imaginavam que os aguardava na outra costa, mas uma morte simbólica. Renasciam em terras americanas submetidos ao cativeiro. Mas preservaram raízes africanas e plantavam sementes durante a jornada, entre os companheiros de porões.¹⁰⁹

A travessia se encerrava com a venda. O principal destino das redes do tráfico estadunidense eram os mercados de escravizados do Vale do Mississippi. Quando

dos escravizados no tráfico interestadual nos Estados Unidos, Michael Tadman. *Speculators and Slaves*, pp. 111-178.

¹⁰⁸ Mahommah Gardo Baquaqua. *Biography of Mahommah G. Baquaqua*, pp. 42-44; Jaime Rodrigues. *De Costa a Costa*, pp. 29-72/269-306.

¹⁰⁹ Olaudah Equiano. *The Interesting Narrative of the Life of Olaudah Equiano*. London: Published by the Author, 1789, pp. 30-57; Robert Slenes. “Malungu, Ngoma Vem!”. *Revista USP*, pp. 48-67; e do mesmo autor *Na Senzala, uma Flor*, pp. 139-238.

Northup chegou a Nova Orleans, ouviu a voz de Theophilus Freeman, um importante traficante da cidade, que chamava por “Plat”. O capitão do navio apontou para Northup. Freeman então lhe disse: “*eu vou te ensinar seu nome, e você não vai esquecer.*” A ameaça de um novo castigo foi o batismo do cativo Plat na Louisiana e uma segunda morte social do livre Solomon. O mercado de Freeman estava entre os maiores de Nova Orleans. A cidade foi o principal centro do comércio de escravizados no Sul dos Estados Unidos no século XIX, como entreposto entre os polos exportadores de Baltimore e Richmond e as fazendas de algodão do Sul Profundo. No mercado de Freeman, Northup foi examinado e comprado por um fazendeiro, seguindo em direção às suas lavouras de algodão na região do rio Vermelho. Mais ao norte, o segundo mercado mais importante do Vale do Mississippi era *Forks of the Road*, localizado em uma encruzilhada a uma milha de Natchez. Em 1835, Joseph Ingraham visitou a cidade e descreveu o estabelecimento. Assim que cruzou o portão de entrada, os homens se alinharam à sua direita e as mulheres à sua esquerda. As cabeças baixas aguardavam o chamado dos clientes. Nos mercados se compravam e vendiam pessoas e signos. Os corpos negros eram submetidos a exames e provas físicas, reduzidos à condição de mercadoria fetichizada pelas fantasias da masculinidade branca senhorial. Aos olhos de Joseph Ingraham, os negros se resignavam, indiferentes à liberdade. Isso, no entanto, não é o que os relatos dos próprios escravizados revelam.¹¹⁰

Nascido na Virgínia em 1811, William Anderson foi vendido na adolescência e levado ao Mississippi. Anos mais tarde, ele descreveu em sua biografia os bastidores do mercado de *Forks of the Road*. De acordo com ele, o assédio sexual às mulheres era frequente, na presença de seus pais e maridos, assim como a separação de famílias. Os cativos eram obrigados a besuntar seus corpos em óleo e vestir suas melhores roupas. Apenas um alinhamento preciso entre o desejo do comprador, o interesse do traficante e a auto-apresentação das pessoas commodificadas fechava o negócio. O fracasso da tratativa recaía sobre o elo mais fraco. Os castigos no mercado respondiam a uma lógica própria. As lesões ao corpo danificavam a propriedade e os compradores estavam atentos às

¹¹⁰ Solomon Northup. *12 Years a Slave*, pp. 65-77; Joseph Ingraham. *The South-West by a Yankee*, vol. II. New-York: Harper, 1835, pp. 192-204. Sobre os mercados de escravizados e os ritos da venda, ver Walter Johnson. *Soul by Soul: Life Inside the Antebellum Slave Market*. Cambridge: Harvard University Press, 1999. Ao analisar o mercado de escravizados em Natchez entre 1826 e 1834, que inclui o período de alta quando o durante o breve período em que o tráfico interestadual foi proibido em Nova Orleans, Edward Baptist identificou um relativo equilíbrio de gênero (52,8% homens e 47,2% mulheres), e o predomínio de afro-americanos oriundos da Virgínia (37,3%) e do Kentucky (37,2%). Edward Baptist. *The Half Has Never Been*, pp.177-178.

cicatrizes como provas de insubordinação. Ainda assim, a violência era constante. William Anderson observou o uso da palmatória no lugar do chicote em *Forks of the Road*. Em um mercado de Nova Orleans, John Brown conheceu o quarto dos castigos, onde aqueles que não se apresentassem devidamente aos clientes eram amarrados enquanto instrumentos não cortantes lhes infligiam a dor sem lacerar a pele. Assim como nos navios do tráfico, a violência deveria otimizar o valor e a disciplina dos corpos.¹¹¹

Os mercados de escravizados não eram mais amistosos no Brasil. Foi o cais do Valongo, no Rio de Janeiro, o ponto de desembarque da maioria dos africanos que sobreviveram à travessia atlântica no século XIX. A viajante inglesa Maria Graham o descreveu como uma longa rua, cujas casas serviam de depósitos de africanos à venda. O mercado poderia ser um lugar de reencontro. Estrangeiros se surpreenderam com cantos e batuques nos armazéns. O cemitério informal ao lado, no entanto, foi o destino mais fúnebre de tantos outros. Embora as biografias de escravizados sejam escassas no Brasil, os relatos descrevem a violência nos mercados, como testemunhou Baquaqua no Recife. A partir da década de 1830, a maior parte dos africanos desembarcados na Corte subiram a Serra do Mar em direção aos cafezais do Vale do Paraíba. Em Vassouras e Resende, havia armazéns onde eram dispostos para venda ou guardados antes de seguirem junto aos traficantes pelos caminhos entre as fazendas. Um homem que havia sido escravizado descreveu ao historiador Stanley Stein a experiência de seus pais africanos, forçados a caminhar de fazenda em fazenda, onde proprietários e feitores os examinavam como animais.¹¹²

Entre 1808 e 1831, mais de 1.093.000 africanos desembarcaram em praias brasileiras e outros mais de 750 mil nas duas décadas seguintes, já na ilegalidade. Enquanto isso, cerca de um milhão de pessoas foram vítimas do tráfico interprovincial nos Estados Unidos entre 1790 e 1860, com maiores influxos durante os períodos de alta

¹¹¹ Joseph Ingraham. *The South-West by a Yankee*, vol II, pp. 192-204. John Brown. *Slave life in Georgia*, pp. 110-118. William Anderson. *Life and Narrative of William J. Anderson, Twenty-Four Years a Slave*. Chicago: Daily Tribune Book and Job Printing Office, 1857, pp. 14-15. Sobre as identidades e performances dos homens e mulheres escravizados, ver John Blassingame. *The Slave Community: Plantation Life in the Antebellum South*. New York: Oxford University Press, 1972; Deborah White. *Ar'n't I a woman?: Female Slaves in the Plantation South*. New York: Norton, 1985; e Frantz Fanon. *Black Skin, White Masks*. New York: Grove Press, 1967.

¹¹² Maria Graham. *Diário de uma Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1956, pp. 188/254-255; Henry Chamberlain, *Vistas e Costumes da Cidade e Arredores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Cosmos, 1943, pp. 163-164. Sobre a experiência dos comboios, os ritos de venda e as violências do tráfico no Brasil, ver Eloy de Andrade. *O Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Real Gráfica, 1989, pp 85-95. Sobre o tema, ver ainda Stanley Stein. *Vassouras: Um Município Brasileiro do Café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, pp. 100-104.

dos preços do algodão, em meados dos anos 1810 e nas décadas de 1830 e de 1850. Enquanto os africanos que chegaram ao Rio de Janeiro eram enviados às fazendas de café no Vale do Paraíba, era para os campos de algodão do médio Vale do Mississippi que marchavam os homens e mulheres vendidos nos mercados de Nova Orleans e de *Forks of the Road*.¹¹³

A chegada às fazendas marcava o fim da longa travessia. Adentrando as porteiras, os escravizados não eram mais as mercadorias itinerantes dos traficantes. Estavam agora no mundo dos soberanos fazendeiros. Muitos africanos acreditavam que a *kalunga* os levaria ao mundo dos mortos. Não foram os ancestrais que encontraram na América, mas uma outra morte; e uma outra vida. A rigidez da escravidão no Vale do Paraíba lhe rendeu fama, sem qualquer paralelo na África e mesmo em outras regiões do Brasil. O mesmo sentimento foi compartilhado por Charles Ball, John Brown, William Anderson e Israel Campbell, que se ressentiram do recrudescimento de seu cativeiro ao chegarem ao Sul Profundo. Dentro de um mesmo território nacional, esses afro-americanos migraram entre dois mundos e sofreram em primeira mão o poder soberano do reino do algodão, enquanto seus irmãos africanos cruzaram por mar e terra a fronteira dos tempos da escravidão, sentindo na pele a força do império do café.¹¹⁴

A Vigilância e a Disciplina das Fazendas

As fazendas eram um território político à parte. Charles Ball descreveu seu assombro ao chegar a uma fazenda da Carolina do Sul que combinava as culturas do arroz e do algodão. O grande latifúndio impressionava tanto pelo luxo da casa senhorial quando pela disposição linear e militar das trinta e oito senzalas, localizadas a uma curta distância da residência do feitor. Tanto no Vale do Mississippi quanto no Vale do Paraíba, as casas grandes se destacavam no conjunto arquitetônico da fazenda. No entanto, havia importantes diferenças. As residências senhoriais brasileiras se voltavam para os edifícios produtivos e para as senzalas, articulando simbólica e espacialmente os senhores e seus comandados. Por sua vez, as estadunidenses lhes davam as costas e se voltavam para fora da propriedade. As escolhas remetiam a dois regimes raciais e políticos distintos. Nos

¹¹³ Sobre os números do tráfico de africanos no Brasil no século XIX, ver Manolo Florentino. *Em Costas Negras*, pp. 37-69. Para os números do tráfico interestadual nos Estados Unidos, ver Michael Tadman. *Speculators and Slaves*, pp. 11-46. Sobre o contraste entre de morte social e a vida dos escravizados, ver Vincent Brown. "Social Death and Political Life in the Study of Slavery". *The American Historical Review*, pp. 1231-1249.

¹¹⁴ Eloy de Andrade. *O Vale do Paraíba*, pp. 96-98/332-336.

campos da democracia branca no Sul dos Estados Unidos, os fazendeiros tornaram as casas grandes signos de poder e prestígio, exibindo-as a seus pares, enquanto os proprietários do Vale do Paraíba representavam-se a si próprios para os seus subalternos livres e cativos. Todos estavam subordinados às redes clientelistas do fazendeiro, inclusive os escravizados nascidos no Brasil que recebessem a alforria.¹¹⁵

Mapa da Fazenda Saragossa, no condado de Adams, representando o quartirão das senzalas.¹¹⁶

As moradias dos escravizados também se distinguiram nos dois países. Nas fazendas de algodão do Sul dos Estados Unidos, as senzalas eram alinhadas formando um quartirão, ao fim do qual ficava a residência do feitor. Cada unidade abrigava entre 4 e 8 pessoas, geralmente membros de uma mesma família. Nas primeiras fazendas de café no Vale do Paraíba, por sua vez, os escravizados residiam em choupanas, que remontavam a construções africanas. No entanto, com o crescimento da população escravizada, os fazendeiros passaram a importar outras formas arquitetônicas da costa oriental do Atlântico. A estrutura dos barracões do tráfico foi adaptada e se espalhou pelos

¹¹⁵ Rafael Marquese. "Revisitando Casas-Grandes e Senzalas: a Arquitetura das Plantations Escravistas Americanas no Século XIX." *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 14(1), 2006, 11-57

¹¹⁶ Imagens da Coleção *Historic American Buildings Survey* da Biblioteca do Congresso, Washington, D.C. (Prints and Photographs Division da Biblioteca do Congresso, EUA). O mapa da fazenda Saragossa também se encontra no arquivo da Historic Natchez Foundation. Ver ainda Dale Tomich; Reinaldo Funes; Carlos Venegas & Rafael Marquese. *Reconstructing the Landscapes of Slavery*, 2021.

latifúndios cafeeiros na década de 1830, dando forma às senzalas em linha ou em quadra. De costa a costa, trocavam-se pessoas encarceradas e tecnologias carcerárias. A travessia que se iniciara nos barracões da África se encerrava com o fechar das portas das senzalas na primeira noite em uma fazenda do vale do café.¹¹⁷

Pintura da Fazenda Pau Grande de 1844, localizada em Vassouras, com destaque para o semicírculo das senzalas junto à casa grande.¹¹⁸

O silêncio da madrugada era interrompido por um sino. O sol ainda não havia nascido quando as portas das senzalas eram abertas e todos os escravizados se encaminhavam para o terreiro. Ali eles perfilavam, fazendo a forma, enquanto o administrador ou o feitor conduzia a chamada. Os recém-chegados aprendiam desde o primeiro dia a responder ao nome cristão que receberam no batismo na costa da África ou na chegada à América. Seus parceiros, então, iniciavam a reza em voz alta em português, enquanto os recém-chegados aprendiam a reproduzir os sons antes mesmo de

¹¹⁷ Eloy de Andrade. *O Vale do Paraíba*, pp. 76-95. Sobre a relação entre os barracões do tráfico e as senzalas do Vale do Paraíba, ver Rafael Marquese. “Moradia Escrava na Era do Tráfico Ilegal: Senzalas Rurais no Brasil e em Cuba no século XIX”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 165-188, jul.-dez. 2005; e do mesmo autor, “Revisitando Casas Grandes e Senzalas:”. *Anais do Museu Paulista*, pp. 11-57. Para um contraponto parcial, referente às apropriações dos espaços pelos africanos, ver Robert Slenes, *Na Senzala, uma Flor*, pp.139-238.

¹¹⁸ Fonte: Keila Grinberg; Mariana Muaze & Ricardo Salles. “Entrevista com Stanley Stein”. *História* [online]. 2015, vol.34, n.2, pp. 3-28.

compreender os sentidos das palavras. Por fim, todos pediam a benção do senhor, que observava da varanda da casa grande. Seguiam então em direção à roça. Os capatazes à frente e o feitor atrás. Pelo caminho, os cafezais em linha rasgavam verticalmente os morros. A agricultura era bem conhecida dos africanos, mas a paisagem destoava de tudo o que conheciam, assim como o ritmo da lavoura. Dispostos lado a lado, tinham de seguir o passo dos trabalhadores mais resistentes, alocados nas fileiras das pontas do cafezal. Sob as ameaças e castigos dos capatazes e a vigilância mais distante do feitor, deviam manter o alinhamento e o ritmo dos trabalhos. As refeições ocorriam na roça em intervalos curtos de cerca de trinta minutos. No fim da tarde, retornavam à sede da fazenda, onde novamente faziam a forma e pediam a benção do senhor. O sol se punha, mas o trabalho continuava. O serão incluía as tarefas variadas no terreiro e na tulha. Em algumas fazendas, a reza ocorria à noite, seguida pela ceia. Por volta das oito horas da noite, novamente badalava o sino. Era o toque de recolher e, em meia hora, as senzalas eram trancadas. O silêncio reinava no terreiro.¹¹⁹

O tempo senhorial também regia a vida dos escravizados no Sul dos Estados Unidos, como narrou Charles Ball em seu primeiro dia nos campos de algodão. Antes do nascer do sol, o som de uma corneta cortou o ar. Ball despertou e deixou a senzala, seguindo seus novos parceiros em direção à casa do feitor. Em minutos, 160 homens e mulheres se encontravam a postos. O feitor fez a chamada e enviou um papel ao fazendeiro, indicando os doentes e ausentes. Com a corneta em uma mão e um chicote na outra, ele indicou o caminho da lavoura. Junto aos pés de algodão, ele chamou onze trabalhadores pelo nome. Eram os capitães, que ditavam o ritmo da capina aos seus comandados. O porte físico de Ball lhe permitiu acompanhar o trabalho intenso, enquanto os mais lentos sofriam com as ameaças e chibatadas do feitor. Ao longo do dia, pararam por duas vezes para as refeições. Bolo de milho, água e rabanetes. O tempo era apenas suficiente para a ingestão do alimento. Somente com o pôr do sol, deixaram a capina. Foi então que Ball reparou nas crianças que aguardavam as mães junto à cerca na lavoura. No caminho de volta à sede da fazenda, conheceu Lydia, sua conterrânea de Maryland, que carregava seu filho no colo. A distração custou caro.¹²⁰

¹¹⁹ Sobre a rotina de trabalho nas fazendas ver Eloy de Andrade. *O Vale do Paraíba*, pp. 96-102; Francisco P. Lacerda Werneck (Barão Pati do Alferes). *Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985, pp. 61-62. Ver ainda Rafael Marquese. *Feitores do Corpo, Missionários da Mente*, pp. 259-298.

¹²⁰ Charles Ball. *Slavery in the United States*, pp. 145-158.

O som da corneta cortou o ar novamente e Lydia acelerou o passo, percebendo o atraso. Ball foi mais rápido e chegou a tempo da chamada. Mesmo assim, o feitor lhe indicou que aguardasse junto a dois homens e uma mulher, enquanto os demais seguiam para o jantar. Quando Lydia chegou, pedindo perdão pela falta, o feitor apenas retorquiu que se deitasse de costas e baixasse as vestes. Por dez vezes o chicote cortou o ar, cravando sobre sua pele. Vestindo-se, ela retornou em silêncio à sua senzala. Em seguida, o feitor se voltou aos quatro restantes e abriu aos trabalhos de seu tribunal particular. A mulher foi acusada de desleixo na capina e os dois homens de negligência e preguiça nos serviços. Ela recebeu doze açoites, enquanto eles sofreram vinte cada. Enquanto os castigados retornavam, o feitor se voltou para Ball. Por ser novo na fazenda, foi chamado para testemunhar o castigo e recebeu um conselho. O atraso era sua primeira falta, mas o feitor deixara passar. Ball agradeceu a gentileza do feitor e, com uma reverência, seguiu para o jantar e depois para sua senzala. Em suas memórias, ele registrou que nunca havia testemunhado castigos e chicotes como aqueles.¹²¹

Em questão de horas, Ball conhecera um novo cativo. O dia lhe ensinou um sistema de trabalho mais intenso do que testemunhara em Maryland ou no percurso pela Virgínia. A noite lhe revelou um dos segredos que regia o ritmo das enxadas. Nas costas de seus parceiros, aprendeu pelo exemplo as regras de um novo regime disciplinar, assim como as penas para as violações. A disciplina também reinava nos campos de café mais ao Sul. Na fazenda da família de Eloy de Andrade, os africanos novatos eram assistidos por dois parceiros nas primeiras semanas. O feitor relevava as primeiras faltas até que eles se adaptassem às tarefas. Em outras fazendas não havia margem à tolerância. Um feitor da vizinhança se vangloriava da recepção a um recém-chegado, com “*surras de bom relho*” para que o diabo não o tentasse. O primeiro castigo consagrava nas fazendas a transmutação iniciada nas regiões exportadoras do tráfico, fosse na África ou no Sul Superior dos Estados Unidos.¹²²

A disciplina das fazendas do Vale do Paraíba e do Vale do Mississippi estava fundadas na prerrogativa da violência. A arquitetura carcerária das senzalas, com quartelões militares ou barracões, constrangiam os corpos escravizados, enquanto as novas técnicas de gestão da paisagem os submetiam à vigilância constante dos feitores e capatazes. Mas eram os castigos, como exercício ou ameaça, os fiéis garantidores do cativo. A escravidão foi um terreno fértil para histórias de brutalidade. Os relatos dos

¹²¹ Idem.

¹²² Eloy de Andrade. *O Vale do Paraíba*, pp. 96-98/332-336.

arbútrios e abusos cometidos por senhores e feitores são abundantes tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. Foram especialmente os movimentos abolicionistas os responsáveis pela divulgação de episódios bárbaros, explorados politicamente em favor de sua causa. Não há dúvidas de que a escravidão criou as condições perfeitas para os excessos e caprichos daqueles que ocupavam posições de poder. No entanto, é preciso se esquivar da narrativa que atribui a violência às paixões dos indivíduos, pois, por detrás da aparente irracionalidade e pessoalidade dos casos particulares, havia lógica.

À mercê de diferentes proprietários da região do rio Vermelho, na Louisiana, Solomon Northup viveu sob mais de um regime senhorial, mas descreveu um sistema comum de normas e penas. As penas eram graduadas conforme a falta e a circunstância. Vinte e cinco chibatadas para faltas menores, como quebrar um galho do arbusto de algodão. Cinquenta para casos de delinquência. Castigos severos, entre cem e duzentos açoites, eram aplicados apenas por violações mais sérias, e as fugas eram punidas com quinhentos açoites. Os castigos eram constantes durante o trabalho e mais cerimoniosos quanto mais graves fossem as faltas. Nesses casos, o condenado era despido e deitado no chão de bruços, geralmente à vista de seus parceiros. O testemunho de um homem que fora escravizado em Vassouras ao historiador Stanley Stein reforça o caráter ritual e exemplar dos castigos também no Vale do Paraíba. Sob as ordens do fazendeiro, dois capatazes castigavam os sentenciados, enquanto seus parceiros eram alinhados e forçados a assistir ao espetáculo. Atrás deles ficavam os trabalhadores livres da fazenda, servindo como retaguarda contra a possível reação dos escravizados.¹²³

A maior parte dos castigos respondia a dois imperativos: a ordem doméstica e a produção econômica. Não à toa, as fugas e furtos eram consideradas as faltas mais graves. Elas afrontavam a autoridade senhorial ao mesmo tempo em que provocavam imediato prejuízo econômico. Charles Ball narrou o castigo aplicado a um homem que roubou uma ovelha na Carolina do Sul. Os fazendeiros da vizinhança foram convidados para trazerem seus cativos e testemunharem a execução da pena de noventa e seis açoites e o banho com chá de pimenta nas feridas. Quando o oficial de pedreiro Adão fugiu de uma fazenda de Vassouras e resistiu à captura do feitor, seu proprietário recorreu ao delegado de polícia para subjugá-lo, requerendo *“forte correção corporal, para que ele não prossiga em sua impertinência, e teima, que é decerto um péssimo exemplo para a outra escravatura.”* As fugas muitas vezes eram reações a períodos de intensificação dos trabalhos na lavoura.

¹²³ Solomon Northup. *12 Years a Slave*, pp. 179-180; Stanley Stein. *Vassouras: Um Município Brasileiro do Café*, pp. 171-172.

Em um diário de fazenda da Louisiana, é possível apontar a correlação entre a temporada de colheita do algodão, o aumento do número de fugas e os registros dos mais severos castigos. Além de confrontar a hierarquia da fazenda, a resistência comprometia os negócios. O prejuízo financeiro muitas vezes recaía sobre as costas dos trabalhadores.¹²⁴

A fazenda era, antes de tudo, um meio de produção. A vigilância e a disciplina se voltavam à produtividade dos corpos e da agricultura. Tanto no Vale do Paraíba quanto no Vale do Mississippi, os ritmos de trabalho se adaptavam aos ciclos estações do ano, que não coincidiam em ambos os hemisférios. Além disso, cada cultura tinha as suas particularidades e tempos, a começar pelos caprichos do algodão. A semeadura costumava ser feita entre março e abril, enquanto o milho era plantado paralelamente a partir de fevereiro. A capina dos pés, retirando ervas daninhas, estendia-se até julho. A aragem do solo e a capina eram feitas em grupos de trabalho, liderados pelos mais resistentes e regidos pelo chicote de capatazes e feitores. Nas fileiras de milho de uma fazenda no Mississippi, Louis Hughes e três parceiros tentavam manter o mesmo ritmo, mas um pequeno desalinhamento entre eles bastou para que fossem castigados por um feitor atento. Contudo, era quando as fibras de algodão se abriam que os trabalhadores eram sujeitos às maiores pressões e arbítrios. A colheita se iniciava em agosto e avançava pelo outono e pelo inverno, podendo chegar ao mês de janeiro. Ali se encontravam as estações da natureza, os cálculos dos proprietários, o chicote dos feitores e as costas e mãos dos trabalhadores escravizados. Hughes descreveu a euforia dos fazendeiros com a chegada da temporada no Mississippi, quando “*todos eram zelosos em punir seus escravos de forma a conseguirem a melhor colheita possível.*”¹²⁵

¹²⁴ Charles Ball. *Slavery in the United States*, pp. 109-121. Entradas de no diário de outubro a dezembro de 1839 no diário de Bennet Barrow. *Plantation Life in the Florida Parishes of Louisiana, 1836-1846, as Reflected in the Diary of Bennet H. Barrow*. New York: Columbia University Press, 1943. Carta de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck ao Delegado de Polícia do Termo da Paraíba, sem data, *apud* Eduardo Silva. *Barões e Escravidão*, pp. 155-156. As violações à rotina disciplinar de Lacerda Werneck acionavam os castigos proporcionais, do atraso à forma e à saída das senzalas após o toque de recolher. Todo aquele que infringisse esse “*preceito policial deve ser castigado conforme a gravidade do caso*”, escreveu. Mas a principal justificativa era econômica, pois os passeios noturnos causavam doenças e, consequentemente, prejuízo para o fazendeiro. Francisco P. Lacerda Werneck. *Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*, pp. 62-65.

¹²⁵ Louis Hughes. *Thirty Years a Slave*, pp. 24-25/31-32. Entradas de março de 1838 no diário de outubro, novembro e dezembro de 1839 no diário de Bennet Barrow. *Plantation Life in the Florida Parishes of Louisiana*, 1943. Sobre os tempos e técnicas da lavoura do algodão, ver Walter Johnson. *River of Dark Dreams*, pp. 151-175/244-279; Edward Baptist. *The Half Has Never Been Told*, pp. 111-144; Alan Olmstead & Paul Rhode. “Biological Innovation and Productivity Growth in the Antebellum Cotton Economy”. *The Journal of Economic History*, 68(4), 2008, 1123-1171. Ver os circuitos do algodão em Sven Beckert. *Empire of Cotton*, pp. 56-174.

Solomon Northup descreveu o primeiro dia de um trabalhador na colheita do algodão. Sob ameaças e chibatas, ele era forçado a percorrer as fileiras da plantação no limite de sua força física. Ao fim do dia, seu cesto era pesado e a quantidade alcançada se tornava sua tarefa mínima diária. Charles Ball se destacara em todas as atividades na fazenda, mas no seu primeiro dia na colheita se viu superado até mesmo por mulheres e crianças. Ao fim do dia, todos levavam seus cestos para a pesagem. “*Um escravo nunca se aproxima da casa do algodão com seu cesto senão com medo*”, escreveu Northup. Em 1835, o médico J. W. Monett descreveu o procedimento que atemorizava os trabalhadores nas fazendas de Natchez. O feitor encontrava todos os trabalhadores junto às balanças, carregando uma luminária e seu chicote. Cada cesto era cuidadosamente pesado, enquanto o feitor tomava notas do peso ao lado do nome do respectivo colhedor.¹²⁶

Aqueles que trouxeram menos do que a sua quantidade usual, a menos que por uma boa razão, eram chamados pela ordem dos seus nomes: o indivíduo avança, e se suas razões não são suficientes, ele é ordenado a deitar de bruços, com as costas expostas; quando ele recebe dez, vinte, ou cinquenta açoites com o chicote, de acordo com seu merecimento.¹²⁷

“*Tantas libras a menos, grita o feitor, e tira seu chicote*”, descreveu Monett. Os castigos eram proporcionais às libras de algodão devidas pelo trabalhador. John Brown e Israel Campbell conheceram a experiência de perto em outras fazendas do Mississippi na mesma década. “*Para cada libra abaixo da meta, a pena é um golpe do chicote*”, era a regra na fazenda onde se encontrava Brown. Nos três primeiros dias da colheita, Campbell não conseguiu atingir a quantidade mínima. No quarto dia, segunda-feira pela manhã, ele e seus parceiros foram avisados que aqueles que não atingissem o mínimo seriam punidos. Campbell se esforçou até o limite, enquanto o feitor o observava seu cesto com desdém e ameaças. No caminho em direção da balança à noite, ele já sabia que fracassara. O feitor tinha nas mãos a lamparina, o chicote e uma corda, para amarrar os infratores. Campbell deixou seu cesto e seguiu em silêncio em direção às matas, onde esperou até que o silêncio indicasse que os brancos haviam se recolhido. Quando retornou, foi pego e levado ao quarteirão das senzalas, onde o amarraram a quatro estacas fincadas no chão, com a face voltada para baixo. A intervenção de sua senhora o poupou do castigo, sob a sua promessa

¹²⁶ Solomon Northup. *12 Years a Slave*, p. 162-175; Charles Ball. *Slavery in the United States*, pp. 206-218.

¹²⁷ Texto de J. W. Monett, publicado entre os anexos de Joseph Ingraham. *The South-West by a Yankee*, vol. II, pp. 281-291. Ver o mesmo documento em Charles Sydnor. *Slavery in Mississippi*, p. 87; e Edward Baptist. *The Half Has Never Been Told*, pp. 132-133.

de cumpriria a meta. Nos dias seguintes, Campbell enfim a superou, com o artifício de um melão introduzido discretamente no cesto.¹²⁸

No hemisfério Sul das Américas, a cafeicultura impunha seu próprio ciclo à paisagem natural e humana do Vale do Paraíba. Em agosto, as derrubadas e queimadas abriam novos terrenos, onde se plantavam as sementes de café. Outras culturas cruzavam os cafeeiros. O milho era plantado em agosto, o feijão em janeiro e o arroz geralmente em outubro e novembro. Entre agosto e novembro, fazia-se a capina dos cafezais antigos e novos, e os pés recentes eram replantados em dezembro. As plantas eram mantidas a uma distância de 12 a 20 palmos entre si, formando linhas que recortavam verticalmente os morros. A técnica levava ao desgaste do solo no médio prazo, pois as chuvas arrastavam a superfície do solo exposto. Mas o cálculo adotado abdicava da qualidade das terras em favor do controle visual dos trabalhadores. Durante a aragem e as duas ou três capinas que ocorriam por ano, os feitores escolhiam trabalhadores mais potentes e os posicionavam nas fileiras das pontas do cafezal. Cabia a eles ditarem o ritmo dos trabalhos aos seus parceiros, enquanto dois capatazes aceleravam os mais lentos com ameaças e chibatadas. O feitor observava a certa distância, comandando o alinhamento os trabalhadores. O atraso ou o descompasso eram punidos de imediato ou deixados para o fim do dia, à frente de todos no terreiro.¹²⁹

Em março se iniciava a temporada da colheita do café, que se estendia até julho. Era a época mais esperada pelos fazendeiros, ávidos pelo lucro da safra. Em suas fazendas em Vassouras, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck se valeu de um artifício para elevar a produtividade de seus trabalhadores.

A colheita varia conforme a abundância da fruta; se esta for rara ou desigual, um apanhador não pode às vezes dar mais do que um a três alqueires; porém, se for abundante ou tornar-se toda madura, então deve a tarefa passar a cinco, seis e sete alqueires. Às horas de medir, que deve ser ao entrar do sol, o administrador deve estar presente a fim de fazer castigar aqueles que não deram a tarefa, que se deve graduar conforme o estado do café e as forças do indivíduo.

Um dos melhores expedientes que (em princípio quando os meus escravos não sabiam apanhar o café) estabeleci, e de que tirei muito bom resultado, foi o dos prêmios, verbi gr., marcava cinco alqueires como tarefa, e dizia-lhes: todo aquele que exceder terá por cada quarta 40 réis de gratificação; com este engodo, que era facilmente observado, consegui que, esforçando-se, habituassem-se a apanhar sete alqueires, que ficou depois estabelecido como regra geral.¹³⁰

¹²⁸ Idem; Israel Campbell. *Bond and Free*, pp. 27-39. Ver a análise do mesmo caso em Edward Baptist. *The Half Has Never Been Told*, pp. 132-136.

¹²⁹ Sobre a cultura do café, ver Eloy de Andrade. *O Vale do Paraíba*, pp. 108-123. Ver ainda Stanley Stein. *Vassouras: Um Município Brasileiro do Café*, pp. 55-82; e Rafael Marquese. *Administração & Escravidão: Ideias sobre a Gestão da Agricultura Escravista Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1999.

¹³⁰ Francisco P. Lacerda Werneck. *Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*, pp. 37-38. Sobre o regime de colheita e de extração do trabalho de Werneck, ver Rafael Marquese.

Assim como ocorrera no Vale do Mississippi, os fazendeiros do Vale do Paraíba instituíram um sistema de metas durante a temporada da colheita. Contudo, é preciso destacar as diferenças entre cada regime de trabalho. O modelo foi mais eficaz na cultura algodoeira, cujas características permitiram a determinação de cotas individuais por trabalhador, o que não era possível na cafeicultura. De todo modo, em ambas as fronteiras agrícolas, o aumento vertiginoso da produtividade dos trabalhadores decorreu da combinação entre estímulos positivos e negativos. Abdicando-se dos eufemismos técnicos dos economistas: pequenas recompensas e castigos físicos.

Nas fazendas de sua família, Eloy de Andrade descreveu as colheitas como o rebuliço nas senzalas. Alguns trabalhadores, confiantes em superar as metas, ansiavam pelas gratificações prometidas pelo fazendeiro. Para outros, as tarefas mínimas eram um martírio. Era tempo de medo. Os senhores tentavam convencer seus trabalhadores de que a exigência e o aumento eram justos e procedentes “*De resto, como argumentos decisivos, o relho e a palmatória faziam-no desenvolver sua atividade além de suas possibilidades,*” reconheceu Eloy de Andrade. Antes do nascer do sol, partiam para o campo, onde o feitor designava as fileiras de cada um dos colhedores. Portando os seus jacás, percorriam os cafezais extraindo frutos maduros e verdes com um movimento brusco das mãos, que trazia junto folhas e detritos. À medida em que os jacás ficavam cheios, os trabalhadores depositavam o café colhido em montes no fim das respectivas fileiras. Ao fim da tarde, passava o carro de boi e o feitor ou os capatazes assistiam a cada um despejando seu quinhão. Os trabalhadores recebiam dando chapas de metal ou de papelão equivalentes às unidades de medida da quantidade colhida.¹³¹

Nas fazendas do Barão de Nova Friburgo, era responsabilidade do administrador fiscalizar pessoalmente a colheita no fim do dia, portando-se no fim das fileiras e tomando notas sobre os resultados individuais. Terminado o carregamento, entregavam suas chapas ao feitor ou ao administrador, que as contava. Os que excediam a meta recebiam, por jacá, uma outra chapa que seria trocada no sábado à noite pelo valor prometido pelo senhor como bonificação. Aos que ficavam aquém do esperado, o incentivo era outro.

No primeiro caso, a deficiência na medida era tolerada, com a recomendação de ser dada no dia seguinte medida melhor; no segundo ficava o escravo esperado, que significava a obrigação de repor (era como se tivesse cometido um desfalque), a falta na tarefa do dia seguinte. Por último, aqueles que tivessem colhido um ou dois alqueires menos, sujeitos a castigos. A penalidade crescia na razão inversa do café

“African Diaspora, Slavery, and the Paraíba Valley Coffee Plantation Landscape: Nineteenth-Century Brazil”. *Review Fernand Braudel Center*, Vol. 31, 2008, 195-216.

¹³¹ Eloy de Andrade. *O Vale do Paraíba*, pp. 108-123.

entregue, entre castigos leves e mais pesados, uma série de penalidades fixadas ao inteiro arbítrio do feitor, ou entre meia, uma ou duas dúzias de bolos, ou dez, quinze ou vinte relhadas. Os castigos variavam conforme a disciplina mais ou menos severa das fazendas, isto é, do gênio mais ou menos brando ou desumano dos senhores, e eram logo aplicados antes de regressar a turma para a fazenda. Castigo merecido, castigo aplicado.¹³²

A violência era convertida em medida de dor e condicionava os corpos ao trabalho. Entre setembro de 1883 e abril 1884, o agrônomo holandês Karel Frederik Van Delden Laerne viajou pelas províncias cafeeiras do Centro-Sul a mando do governo de seu país, a fim de compreender a razão do sucesso brasileiro frente à produção de Java. Em seu relatório, Lerne concluiu que os colonos javaneses não tinham condições de concorrer com os escravizados no Brasil, que trabalhavam por mais de dezesseis horas por dia sob o chicote. “*Se ele colhe menos, ele incorre em punições, castigos corporais ou perda temporária de pequenos privilégios*”, resumiu.¹³³

As novas técnicas de gestão da paisagem e dos trabalhadores elevaram a produtividade das lavouras a índices inéditos no Sul dos Estados Unidos e no Brasil. A capacidade de colheita por trabalhador cresceu vertiginosamente, principalmente nas fazendas de algodão. Quando Charles Ball chegou às plantações da Carolina do Sul e da Geórgia na década de 1800, as metas mínimas diárias nas colheitas eram de 30 a 60 libras. Mais de vinte anos depois, John Brown e Israel Campbel foram submetidos a pesagens mínimas de 100 libras no Mississippi. Na década de 1840, Solomon Northup deveria colher no mínimo 200 libras em uma fazenda na Louisiana, enquanto Louis Hughes enfrentou a meta de 250 libras no Mississippi. A produção de algodão no país saltou de 48 milhões de fardos em 1801, quase se dobrando em uma década. Em 1821, foram produzidos 180 milhões de fardos, número que saltou para 354 milhões em dez anos e chegou a 644 milhões em 1841 (correspondentes a 62% da oferta mundial). Na véspera da Guerra Civil, foram produzidos 1.390.000 fardos no país. O aumento constante da produtividade se deveu à combinação entre inovações agronômicas e a adoção de um novo regime de trabalho.¹³⁴

¹³² “Instruções Gerais para a Administração das Fazendas, 23 de fevereiro 1870” (Manuscrito da Família do Barão de Nova Friburgo). In: Emanuel Araújo (org.). *Negro de Corpo e Alma. Mostra do Redescobrimento. Brasil 500 anos*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2000, pp. 108-110, pp. 109.

¹³³ Carl Frederik Van Delden Laerne. *Brazil and Java: Report on Coffee-Culture in America, Asia, and Africa*. London: W. H. Allen, 1885, pp. 300-301. Ver ainda Rafael Marquese. “As Origens de Brasil e Java: Trabalho Compulsório e a Reconfiguração da Economia Mundial do Café na Era das Revoluções, c.1760-1840.” *História*, 34(2), 2015, 108-127.

¹³⁴ Charles Ball. *Slavery in the United States*, pp. 203-218; John Brown. *Slave life in Georgia*, pp. 127-136; Israel Campbell. *Bond and Free*, pp. 27-39; Louis Hughes. *Thirty Years a Slave*, pp. 31-32; Solomon Northup. *12 Years a Slave*, pp. 162-176. Sobre os dados da produção nacional de algodão ao longo das décadas, ver Stuart Bruchey. *Cotton and the Growth of the American Economy, 1790-1860: Sources and*

Gráfico 1. Média de Libras de Algodão colhidas por Trabalhador entre 1800 e 1860

Dados colhidos por Alan Olmstead and Paul Rhode e gráfico reproduzido por Edward Baptist.¹³⁵

Os historiadores Paul Rhode e Alan Olmstead atribuíram à biotecnologia o arranque da cultura do algodão, devido ao desenvolvimento de uma nova semente conhecida como *petit gulf*, cujas fibras se encaixavam mais precisamente à mão humana. A espécie vegetal chegou à região de Natchez e se espalhou pelo Vale do Mississippi na década de 1830. Embora sua contribuição para o aumento da produtividade das fazendas de algodão seja inegável, ela não explica como a média de algodão colhida por trabalhador continuou crescendo nos anos 1840 e 1850. As mudanças na gestão dos trabalhadores foram igualmente responsáveis pelo aumento da produtividade da lavoura. Nas fazendas de algodão do Vale do Mississippi, convergiram os dois regimes de trabalho desenvolvidos nas economias escravistas. Em outras culturas agrícolas e regiões, como nas zonas açucareiras do Baixo Mississippi, os fazendeiros adotavam um sistema de trabalho coletivo (*gang system*). Já na Carolina do Sul, a cultura do arroz tradicionalmente se baseou em um regime de metas individuais aos trabalhadores (*task system*), que recebiam o incentivo do tempo livre ou outras gratificações pela conclusão de suas

Readings. New York: Harcourt, Brace & World, 1967. Ver ainda Edward Baptist. *The Half Has Never Been Told*, pp. 111-118/124-144.

¹³⁵ Idem. O gráfico de Olmstead e Rhode foi adaptado e reproduzido em Edward Baptist. *The Half Has Never Been Told*, p. 127.

tarefas. Na fronteira do algodão, os dois sistemas foram combinados. Os fazendeiros adotaram os trabalhos coletivos ao longo do ano e um sistema de metas individuais durante a colheita. Em vez do tempo livre, recebiam bonificações em dinheiro proporcionais à superação da tarefa. Por sua vez, o fracasso em atendê-las acionava um regime de castigos sistemáticos e proporcionais. As recompensas elevaram constante das metas estipuladas, enquanto as punições condicionavam os trabalhadores mediante uma violência metódica.¹³⁶

Em seu primeiro dia na colheita, Charles Ball colheu 38 libras, abaixo da pesagem mínima da fazenda. Com muito esforço, chegou a 46 libras no segundo dia e a 52 libras no terceiro. O feitor observara o trabalho de todos por toda a semana e por fim determinou as metas mínimas individuais de cada escravizado, conforme sua capacidade, levada ao limite. Ball deveria colher 50 libras e receberia 1 centavo por cada libra acima disso. Solomon Northup colheu 95 libras em seu primeiro dia, menos da metade do mínimo esperado, e seus fracassos seguintes levaram seu senhor a desistir dele como colhedor. Na estreia de John Brown, ele colheu 105 libras e superou a meta. Para seu azar, pois agora seria esperado ainda mais dele. Certa vez, foi pressionado e castigado para colher nos limites de suas forças, chegando a 160 libras. Foi duramente punido para isso e os mais jovens que não conseguiram acompanhá-lo sofreram ainda mais. Patsey, uma jovem escravizada junto de Solomon Northup, fora treinada desde a infância para a tarefa e chegava a colher mais de 500 libras por dia. Sua habilidade era, contudo, sua maldição. Assim como acontecera com Brown, a superação das quotas mínimas redefinia a meta individual do trabalhador e, dos melhores, mais era cobrado. Na fazenda Highland, na Louisiana, os principais colhedores estavam entre os mais castigados.¹³⁷

Um processo semelhante ocorreu nas lavouras do Vale do Paraíba. A produção de café no Brasil quadruplicou na década de 1810, saltando de uma média anual de 1.500 toneladas, entre 1812 e 1826, para mais de 6.100 no quinquênio seguinte. A safra de 1831

¹³⁶ Alan Olmstead & Paul Rhode. "Biological Innovation and Productivity Growth in the Antebellum Cotton Economy". *The Journal of Economic History*, pp. 1123-1171. Sobre os regimes de trabalho no Sul Superior, ver Philip Morgan. *Slave Counterpoint: Black Culture in the Eighteenth-Century Chesapeake and Lowcountry*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1998. Sobre o gang system e o task system, ver Ira Berlin & Philip Morgan. *Cultivation and Culture: Labor and the Shaping of Slave Life in the Americas*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1993.

¹³⁷ Charles Ball. *Slavery in the United States*, pp. 203-218; John Brown. *Slave Life in Georgia*, pp. 127-136; Israel Campbell. *Bond and Free*, pp. 27-39; Louis Hughes. *Thirty Years a Slave*, pp. 31-32; Solomon Northup. *12 Years a Slave*, pp. 162-176. Sobre os dados da produção nacional de algodão ao longo das décadas, ver Stuart Bruchey. *Cotton and the Growth of the American Economy*, 1967. Ver ainda Edward Baptist. *The Half Has Never Been Told*, pp. 111-118/124-144; e Herbert Gutman. *Slavery and the Numbers Game: A Critique of Time on the Cross*. Urbana: University of Illinois Press, 1975, pp. 42-48.

a 1833 dobrou o volume anual de exportações do país, isolando-o como maior produtor mundial. Entre 1843 e 1847, a safra nacional deu mais um salto, estabilizando em cerca de 150.000 toneladas por ano. O crescimento se manteve, mas desacelerou na virada para a segunda metade do século, devido ao aumento do preço dos escravizados após a abolição do tráfico, aos custos do frete e às pragas que acometeram a lavoura no início dos anos de 1860. A partir de então, sobreveio um novo arranque e a produção nacional atingiu a média anual de 225.000 toneladas no final daquela década, chegando a 350.000 nos idos dos anos 1870. Algumas inovações agrônômicas contribuíram, mas o sucesso da cafeicultura fluminense foi o resultado de uma combinação de fatores.¹³⁸

Em primeiro lugar, é preciso destacar a eficácia de sistema agrícola predatório, que elevou a produtividade às custas do meio ambiente e dos trabalhadores. A mobilidade dos escravizados e a disponibilidade de terras desestimulavam o investimento em técnicas que preservassem a fertilidade do solo ou melhorassem as condições laborais. Os fazendeiros deixavam para trás as terras esgotadas, avançando em direção às matas virgens, enquanto os trabalhadores eram consumidos aos poucos e substituídos pela via do tráfico. Além disso, os cafeicultores fluminenses inovaram ao implementar a colheita indiscriminada de grãos maduros e imaturos, que fez crescer o volume da produção em detrimento da qualidade do café. A consequente queda dos preços no mercado mundial afastou concorrentes, enquanto os custos relativamente baixos de produção lhes permitiam sobreviver mesmo em tempos de crises.¹³⁹

A produtividade resultou ainda das transformações no regime de trabalho. Os cafeicultores também combinaram a prática do trabalho coletivo (*gang system*) com a adoção de um sistema de metas (*task system*), especialmente durante a temporada da colheita. As quotas individuais típicas das fazendas de algodão do Vale do Mississippi não se aplicavam à cafeicultura, mas o estímulo de recompensas monetárias e a ameaça dos castigos também conduziram um aumento constante da produtividade dos trabalhadores no Vale do Paraíba. Nos anos 1830, o padre João Aguiar registrou que os

¹³⁸ Sobre os dados da economia cafeeira, ver Rafael Marquese & Dale Tomich. “O Vale do Paraíba Escravista e a Formação do Mercado Mundial do Café no Século XIX”. In: Keila Grinberg & Ricardo Salles (orgs.). *O Brasil Imperial. Volume II*, pp. 339-383.

¹³⁹ Sobre as características da agricultura no Vale do Paraíba, ver João Fragoso. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1983; e do mesmo autor, *Barões do Café e Sistema Agrário Escravista, Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. Sobre o caráter predatório da lavoura e das técnicas de colheita do café no Vale do Paraíba, ver Rafael Marquese. “Coffee and the Formation of Modern Brazil, 1860-1914.” In: *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. Oxford: Oxford University Press, 2020, pp. 1-21.

trabalhadores colhiam, cada um, o equivalente a três alqueires nas fazendas de Valença. Uma década depois, os métodos de Lacerda Werneck levaram seus trabalhadores à marca de cinco a sete alqueires em sua fazenda na freguesia de Pati do Alferes. Médias semelhantes foram registradas pelo diplomata suíço J. J. von Tschuddi nas propriedades de Cantagalo na década de 1860. Quase vinte anos depois, Van Delden Laerne visitou fazendas onde, em tempos de abundância, trabalhadores colhiam entre sete e nove alqueires.¹⁴⁰

Gráfico 2. Número de Pés de Café por Trabalhador em Vassouras entre 1821 e 1880

Dados colhidos por Aldeci Santos nos inventários abertos em Vassouras entre 1821 e 1880, e gráfico produzido por Ricardo Salles.¹⁴¹

Embora inovações agronômicas tenham contribuído para o aumento da produtividade das fazendas do Vale do Mississippi e do Vale do Paraíba, os novos regimes de trabalho foram fundamentais. Na historiografia estadunidense, os historiadores Walter Johnson e Edward Baptist divergiram de Rhode and Olmstead, ao

¹⁴⁰ Conforme Rafael Marquese. “African Diaspora, Slavery, and the Paraíba Valley Coffee Plantation Landscape”. *Review Fernand Braudel Center*, pp. 210-213. Sobre o gang system e o task system, ver Ira Berlin & Philip Morgan. *Cultivation and Culture*, 1993.

¹⁴¹ Os dados foram coletados por Aldeci Silva dos Santos em *À Sombra da Fazenda: A Pequena Propriedade Agrícola na Economia da Vassouras Oitocentista*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Severino Sombra, 1999. O gráfico foi produzido com base nos mesmos dados por Ricardo Salles em *E o Vale era o Escravo*, p. 154. Cabe mencionar que os dados coletados se referem a todos os trabalhadores escravizados arrolados nos inventários, independentemente da idade ou de serem trabalhadores das fazendas de café. Para uma metodologia mais precisa, ver o estudo de Breno Moreno. *Terra, Trabalho e Capital: Hierarquias Sociais no Médio Vale do Paraíba (Bananal, Século XIX)*. Tese de doutorado a ser defendida na Universidade de São Paulo em 2021.

ressaltarem a importância do trabalho escravizado. Historiadores como Charles Sydnor, Robert Fogel e Stanley Engerman, por sua vez, enfatizaram o papel dos incentivos positivos. Segundo os últimos, as recompensas teriam levado à internalização de uma ética do trabalho pelos escravizados. Na contramão, Baptist defendeu que foi a sistematização dos castigos a principal engrenagem do sucesso dos fazendeiros de algodão. A metodologia cliométrica de Fogel e Engerman os levou a minimizar estatisticamente os castigos, cegando-os para o caráter exemplar da violência sobre os trabalhadores, como demonstrou Herbert Gutman. Por outro lado, Baptist praticamente isolou a variável violência, desconsiderando as demais condições de incremento da produtividade do trabalho. Entre os historiadores que se debruçaram sobre a cafeicultura e a escravidão no Brasil, o tema dos castigos não recebeu a mesma atenção. Emilia Viotti e Stanley Stein destacaram o papel da violência na extração do trabalho dos escravizados, enquanto Robert Slenes concluiu que o aumento da produtividade decorreu a combinação de um sistema de incentivos positivos e negativos. Rafael Marquese endossou em parte a hipótese de Slenes, mas atribuiu a escalada na produção de café às novas técnicas de administração da paisagem e dos trabalhos na lavoura.¹⁴²

A despeito das diferenças nas culturas do algodão e do café, e das peculiaridades de cada sociedade escravista, os fazendeiros do Vale do Mississippi e do Vale do Paraíba prevaleceram devido à capacidade de atenderem às demandas por commodities a baixo custo no mercado mundial. Em ambos os complexos agrícolas, o sucesso econômico decorreu da instituição de novos regimes de administração da paisagem e dos trabalhos. O aumento vertiginoso da produção veio às custas das matas virgens, dos solos férteis e, principalmente, das pessoas escravizadas nas fazendas. Os índices inéditos de produtividade por trabalhador resultaram da combinação entre as pequenas recompensas,

¹⁴² Alan Olmstead & Paul Rhode. “Biological Innovation and Productivity Growth in the Antebellum Cotton Economy”. *The Journal of Economic History*, pp. 1123-1171. Ver o contraponto de Walter Johnson. *River of Dark Dreams*, pp. 151-208; e Edward Baptist *The Half Has Never Been Told*, pp. 111-144. Sobre o papel dos castigos, ver ainda Charles Sydnor. *Slavery in Mississippi*, pp. 86-101; Robert Fogel, & Stanley Engerman. *Time on the Cross*, pp. 144-157; e o contraponto de Herbert Gutman. *Slavery and the Numbers Game*, pp. 42-48; e Edward Baptist em “Toward a Political Economy of Slave Labor: Hands, Whipping-Machines, and Modern Power”. In: Sven Beckert, & Seth Rockman (eds.). *Slavery's Capitalism: A New History of American Economic Development*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016, pp. 31-61. Sobre o tema na historiografia brasileira, ver Emilia Viotti da Costa. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998; Pedro Carvalho de Mello. *A Economia da Escravidão nas Fazendas de Café, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Programa Nacional de Pesquisa Econômica, 1984; Robert Slenes. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850- 1888*. Tese de Doutorado defendida na Universidade de Stanford em 1976, pp. 484-592; João Fragoso. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)*, 1983; Rafael Marquese & Dale Tomich. “O Vale do Paraíba Escravista e a Formação do Mercado Mundial do Café no Século XIX”. In: Keila Grinberg & Ricardo Salles (orgs.). *O Brasil Imperial. Volume II*, pp. 339-383.

a vigilância constante e os regimes sistemáticos de castigos. Os incentivos positivos serviram à elevação constante das metas, acompanhados pela ameaça e pelo exercício das punições proporcionais. A cenoura à frente e o chicote atrás, a reger a economia dos corpos.

A Lei da Fazenda e os Tribunais Domésticos

O dono de certo número de escravos rústicos, sendo bom agricultor, preenche somente a metade de sua tarefa, devendo juntamente possuir e exercer as partes que constituem o bom chefe de um pequeno reinado, o qual, por governar despoticamente, e acumular as atribuições de legislador, magistrado, comandante, juiz e algumas vezes de verdugo, nem por isso é menos responsável do seu bom governo, do qual depende a prosperidade da família.¹⁴³

Em suas terras e sobre os seus, o senhor era soberano. A concepção do domínio senhorial e da família como corpo político era uma herança do Antigo Regime, adaptada à escravidão nas Américas. O patriarca mimetizava em seus domínios o poder do monarca. Na virada do século, no entanto, os princípios liberais refundaram a legitimidade do poder. Mas as palavras de Carlos Augusto Taunay preservam o princípio da soberania doméstica, repaginado dentro dos marcos do direito de propriedade. O militar francês emigrou ao Brasil em 1816, onde anos depois aderiu às forças armadas e combateu nas batalhas pela independência na Bahia. Ao deixar a carreira, passou a administrar as lavouras de café em um sítio na Tijuca, nas proximidades do Rio de Janeiro. Foi de militar combatente pela nova ordem liberal a proprietário de pessoas escravizadas. Sem contradições. Era nos domínios privados de seu pequeno reinado que o senhor deveria governar de forma despótica. O princípio constitucional da separação dos poderes regia o Estado, mas não cruzava as fronteiras de sua propriedade. Era ali legislador, juiz e carrasco. Disso dependia a ordem e a prosperidade da fazenda.¹⁴⁴

Desse discurso normativo, depreende-se um *dever ser* senhorial; uma autoimagem idealizada do governo doméstico das fazendas. Taunay redigiu essas palavras em meados da década de 1820, embora tenham sido publicadas em seu *Manual do Agricultor Brasileiro* apenas em 1839. O mesmo princípio regeu outros enunciados senhoriais. Nas instruções gerais de suas fazendas de Cantagalo, o Barão de Nova Friburgo e seus filhos

¹⁴³ Carlos Augusto Taunay. *Manual do Agricultor Brasileiro*. Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional, 1839, p. 4.

¹⁴⁴ Carlos Augusto Taunay. *Manual do Agricultor Brasileiro*, pp. 9-19. Ver ainda Rafael Marquese. *Feitores do Corpo, Missionários da Mente*, pp. 269-281; e do mesmo autor “Governo dos Escravos e Ordem Nacional: Brasil e Estados Unidos (1820-1860).” *Penélope: Revista de História e Ciências Sociais*, (27), 2002, 59-74.

dirigiam as primeiras palavras ao administrador, do qual exigiam prudência e sobriedade, por ser “*no meio da escravatura o soberano; por isso deve governar conforme as regras da mais imparcial justiça, e na distribuição das recompensas e castigos nunca deve ser guiado pelo capricho ou pela imparcialidade.*” Mas era do proprietário que emanavam o poder e a autoridade que regiam a ordem doméstica. “*O senhor deve ser severo, justiceiro e humano*”, definiu Francisco Peixoto de Lacerda Werneck. Membro de uma família de militares que remontava ao capitão Ignácio de Sousa Werneck, ele herdou as terras que o patriarca recebeu após combater e aldear os nativos Coroados. A experiência nas fazendas de Vassouras lhe rendeu os saberes que legou ao filho e que veio a publicar na forma de um manual agronômico em 1847. Enquanto militar e alinhado aos conservadores, ele comandou a Guarda Nacional e combateu insurreições de escravizados e sedições políticas, o que lhe rendeu o baronato. No governo de seus escravizados, o fazendeiro, o militar e o conservador se fundiam na figura do soberano Barão de Pati do Alferes.¹⁴⁵

Em comum, os fazendeiros brasileiros descreviam sua própria autoridade nos termos da soberania. Membros da classe dominante de um império tropical, eles recorreram a conceitos e vocábulos monárquicos para definirem a extensão e a natureza de seu poder. À imagem e semelhança da realeza, imaginavam-se os monarcas de seus reinos particulares. Ao menos na forma discursiva, os fazendeiros do Sul dos Estados Unidos destoavam de seus pares do Brasil. Filhos eminentes de uma república nascida da luta contra a monarquia britânica, eles dispuseram de um repertório político distinto para se legitimarem.

Uma fazenda deve ser considerada como uma máquina, para funcionar com sucesso, todas as suas partes devem ser uniformes e exatas, e a força motriz regular e firme; e o senhor, se pretende cuidar de seu negócio, deve ser sua força motriz.¹⁴⁶

Bennet Barrow registrou esse postulado entre as regras de sua propriedade em 1833, enxergando na máquina uma metáfora do governo e da administração de sua fazenda. Membro de uma família de proprietários e produtores de algodão da paróquia de West Feliciana, na Louisiana, ele validou sua autoridade em outros termos, definindo-se como a força motriz das engrenagens. As regras e regulamentos de uma outra fazenda do Mississippi sustentaram o mesmo princípio hierárquico, sob a premissa de que “*deve haver um lugar para tudo, e tudo deve ser mantido em seu lugar*”. Nas palavras de

¹⁴⁵ Francisco P. Lacerda Werneck. *Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*, pp. 63-65. Ver ainda Rafael Marquese. *Feitores do Corpo, Missionários da Mente*, pp. 281-292. “Instruções Gerais para a Administração das Fazendas, 23 de fevereiro 1870” (Manuscrito da Família do Barão de Nova Friburgo). In: Emanuel Araújo (org.). *Negro de Corpo e Alma*, pp. 108-110.

¹⁴⁶ Bennet Barrow. *Plantation Life in the Florida Parishes of Louisiana*, pp. 406-410.

Barrow convergiam as duas faces da fazenda escravista, que era, a um só tempo, território político e empreendimento econômico. A fazenda-máquina sintetizava uma utopia da propriedade agrícola e da autoridade senhorial.¹⁴⁷

Os regulamentos de fazendas e as publicações agronômicas revelam a fantasia do controle absoluto dos proprietários sobre a natureza e os corpos negros. Os manuais de Carlos Taunay e de Lacerda Werneck se iniciavam pela escolha do terreno e pela construção dos edifícios e das senzalas, projetando uma arquitetura disciplinar aos pequenos reinos senhoriais. O poder dos fazendeiros se expressava tanto no espaço quanto no tempo. Os regulamentos das fazendas do Vale do Mississippi e do Vale do Paraíba tinham em comum a prescrição de uma rotina militar. Um dos maiores proprietários do condado de Adams e da paróquia de Concórdia, William Minor redigiu um manual aos feitores que administravam suas fazendas, responsáveis por comandar a vida dos trabalhadores escravizados do sino matinal à chamada noturna. Eram termos muito semelhantes aos adotados por Lacerda Werneck nas suas recomendações ao administrador da fazenda, com o adendo de que cada chamada deveria ser acompanhada de uma reza e de que o fim da jornada se dava com o trancamento das senzalas coletivas. As rotinas se estendiam de segunda a sábado e o descanso parcial dos domingos se encerrava com o toque de recolher, que anunciava o retorno do tempo senhorial.¹⁴⁸

O domínio dos fazendeiros se estendia aos súditos dos pequenos reinados e às peças do maquinário. A disciplina das fazendas era um imperativo regido pela vigilância e pela punição. O padre João Joaquim Ferreira de Aguiar, que viveu em Valença na década de 1830, defendia que nada se fazia nas fazendas sem *regimen*. Diante da suposta preguiça natural dos cativos e da indolência dos feitores, caberia ao fazendeiro visitar e fiscalizar pessoalmente o trabalho na lavoura. A militarização era ainda mais explícita nas palavras de Carlos Taunay, que comparou a fazenda aos regimentos dos exércitos e

¹⁴⁷ Idem; A Mississippi Planter (Anônimo). “Art. III. Management of Negroes upon Southern Estates: Rules and Regulations for the Government of a Southern Plantation”. *DeBow's Review of the Southern and Western States*. Jun 1851, p. 621.

¹⁴⁸ Diário de William J. Minor, 1861-1865. William J. Minor Papers, LSU, Baton Rouge, Louisiana. Sobre as percepções do tempo do cativo oitocentista, ver Mark Smith. *Mastered by the Clock: Time, Slavery, and Freedom in the American South*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1997. Francisco Peixoto de Lacerda Werneck. *Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*, 1985. Ver ainda Eloy de Andrade. *O Vale do Paraíba*, pp. 99-107; e Stanley Stein. *Vassouras: Um Município Brasileiro do Café*, pp. 197-210.

das marinhas. Segundo ele, o trabalhador escravizado somente se sujeitaria pela vigilância e pelo medo dos castigos.¹⁴⁹

Ei-nos pois obrigatoriamente com uma rigorosa disciplina nos campos; e mormente nas grandes fábricas, onde uma perpétua vigilância e regra intransgressível devem presidir aos trabalhos, ao descanso, às comidas, e a qualquer movimento dos escravos, com o castigo sempre à vista. (...).

Uma tal aplicação da parte dos escravos não se pode obter senão com uma vigilância de todos os momentos, a qual, como já dissemos, exige uma disciplina semelhante à militar, e a reunião dos trabalhadores em grupos ou esquadros, com condutores ou feitores que os não percam de vista um só minuto.¹⁵⁰

A arquitetura e a rotina das fazendas respondiam ao preceito fundamental do controle visual sobre os trabalhadores. Mas como dizia Taunay, “*a vigilância é ilusória sem os castigos.*” O senhor era a justiça da fazenda. Ele elaborava as normas, julgava as violações e as punia. A violência doméstica era uma prerrogativa dos proprietários e apenas os excessos, quando reportados pela comunidade livre, poderiam ser levados à justiça. No entanto, o controle sobre a violência, privada ou de Estado, tornou-se um símbolo civilizacional na ordem liberal. Os fazendeiros escravistas eram filhos de seu tempo e não passaram incólumes, aceitando o desafio de legitimar na esfera pública os seus poderes particulares. Assim Lacerda Werneck determinou a forma das punições nas suas fazendas:

O escravo deve ser castigado quando comete o crime. O castigo deve ser proporcionado ao delito. Fazei, pois, justiça reta e imparcial ao vosso escravo, que ele, apesar de sua brutalidade, não deixará de reconhecer isso.¹⁵¹

No discurso, o exercício da violência legítima estava sujeito a princípios como a celeridade, a prontidão e a proporcionalidade entre a gravidade do crime e a pena. Tudo deveria ocorrer nos marcos de uma justiça imparcial. Em outras passagens, ele defendeu a moderação nos castigos, pois a violência extrema não serviria à correção. Os mesmos preceitos estavam presentes nas instruções das fazendas do Barão de Nova Friburgo.

Os castigos devem ser certos e logo aplicados em proporção ao crime, e nunca excessivos; e para evitar o excesso nenhum feitor poderá dar mais que 6 vergalhadas; se o crime cometido é de natureza que merece castigo maior, o administrador dará parte ao administrador geral, aguardando as ordens do mesmo e conservará se julgar conveniente o criminoso no tronco até a decisão. Também nenhum administrador poderá conservar escravos no tronco, por mais tempo que 24 horas, sem fazer comunicação ao administrador geral. É também necessário aplicar os castigos em relação à natureza dos criminosos, e sempre com sossego, e sem rancor, evitando o

¹⁴⁹ João Joaquim Ferreira Aguiar. *Pequena Memória sobre a Plantação, Cultura e Colheita do Café*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I.P. da Costa. 1836, p. 13. Ver ainda Rafael Marquese. *Administração & Escravidão*, 1999.

¹⁵⁰ Carlos Augusto Taunay. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p. 7.

¹⁵¹ Francisco P. Lacerda Werneck. *Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*, p. 64.

mais possível as palavras injuriosas para aumentar o efeito moral. O escravo vendo o feitor encolerizado, tenta fugir, e aumenta o crime, e portanto também o castigo.¹⁵²

Carlos Taunay foi além, propondo um regimento que mimetizava um código penal, com a tipificação de crimes e a determinação das respectivas sanções. As violações menores estavam sujeitas à punição de 5 açoites, enquanto as mais graves deveriam ser punidas na cadeia do distrito. O gênero e a menoridade dos acusados deveriam ser considerados como fatores atenuantes para a aplicação das penas.

A lei deverá determinar a progressão dos castigos, e o instrumento que se deve empregar. O chicote de uma só perna, vulgarmente chamado bacalhau, parece-nos conveniente, e 5 pancadas desse instrumento são, ao nosso ver, suficientes para castigar todo crime cujo conhecimento for confiado aos senhores. (...)

Para os crimes domésticos de maior monta, e para o gênio geral dos escravos, cinquenta pancadas bastam. Tudo o que passar daí é entes dado à raiva e vingança do que à comenda do castigado; até não deve haver licença para repetir essa dose senão com o intervalo de uma semana. A respeito dos troncos, sepos, anjinhos e todo o inumerável utensílio de tratos, restos da barbárie antiga, que o governo já abandonou, e, por incoerência e criminoso desleixo, tolera ainda nas mãos dos particulares, é evidente que a religião, a humanidade e o bom senso imperiosamente ordenam que sejam reduzidos a cinzas. Uma prisão para conservar alguns dias os pretos fujões ou levantados até haver ocasião segura de os remeter para as cadeias, e colares de ferro para envergonhar aos olhos dos parceiros os preguiçosos e fujões, é tudo quanto a lei deve permitir que se conserve daquele arsenal de máquinas de tortura.¹⁵³

Os “*tribunais caseiros*”, como definiu, deveriam ainda conduzir um procedimento formal. Assim como nas fazendas do Barão de Nova Friburgo, o crime demandava um sistema hierárquico desde investigação até o julgamento. À exceção da desobediência frontal, que deveria ser punida imediatamente pelo feitor, as demais violações deveriam ser comunicadas ao administrador ou ao fazendeiro, assim como suas circunstâncias, cabendo a eles o julgamento sumário. Os castigos deveriam “*ser determinados com moderação, aplicados com razão e proporcionados à qualidade da culpa e conduta do delinquente*”. Na primeira reunião, o sentenciado deveria ter a pena executada solenemente à vista de todos os escravizados. Os trechos têm em comum o uso de termos como culpa, crime, delito e pena, além de reproduzirem os princípios da moderação, da proporcionalidade e da correção—todos conceitos-chave do liberalismo jurídico e do reformismo penal.¹⁵⁴

Dessa vez, as diferenças entre os repertórios monarquista e republicano dos fazendeiros brasileiros e estadunidense se dissiparam. Em ambos os países, as justiças

¹⁵² “Instruções Gerais para a Administração das Fazendas” In: Emanuel Araújo. *Negro de Corpo e Alma*, pp. 109.

¹⁵³ Carlos Augusto Taunay. *Manual do Agricultor Brasileiro*, pp. 12-13.

¹⁵⁴ Carlos Augusto Taunay. *Manual do Agricultor Brasileiro*, pp. 12-14. “Instruções Gerais para a Administração das Fazendas” In: Emanuel Araújo. *Negro de Corpo e Alma*, p. 109.

criminais se fundavam no império da lei e, ao menos na esfera pública, os fazendeiros legitimaram-se a si próprios à imagem e semelhança do Estado de Direito. Joseph Acklen exercia a advocacia no Tennessee antes de se casar com a filha de um fazendeiro na Louisiana. Passou a administrar a produção de algodão e expandiu o patrimônio da família, adquirindo propriedades nas paróquias de Carol, Tensas e Concordia. A conversão em fazendeiro escravista não apagou a memória do jurista, que recorreu a alguns princípios do direito penal ao legitimar a justiça privada de suas fazendas. Em suas palavras, o objetivo de toda punição deveria ser, em primeiro lugar, a correção do violador, para que não repetisse a ofensa; e em segundo lugar, o exemplo aos demais, mostrando-lhes a consequência do castigo se cometessem a mesma falta. “*É a certeza, mais do que a severidade do castigo, que previne crimes*”, arrebato. As regras de suas propriedades prescreviam aos feitores que sempre punissem pronta e justamente a violação das normas, mas nunca sob o efeito da emoção ou fazendo ameaças. Acklen imaginava o exercício de sua soberania como mimese da justiça liberal, e as mãos dos feitores como extensão da punição certa e impessoal da lei.¹⁵⁵

Uma das mais populares publicações agronômicas no Sul foi *The Cotton Plantation Record and Account Book*, de Thomas Affleck, um agrônomo escocês que emigrou primeiro para Nova Iorque, antes de estabelecer sua fazenda de algodão no Mississippi. Em suas recomendações aos feitores, ele escreveu:

Seja firme, e ao mesmo tempo seja cavalheiresco no seu controle. Nunca se apresente diante deles sob emoção; e mesmo se estiver infligindo o mais severo castigo, faça-o de uma maneira amena e sóbria, e produzirá um efeito maior. Quando considerar necessário usar o chicote—e ainda que seja desejável dispensá-lo completamente, ele é necessário às vezes—use-o demorada e deliberadamente, e à extensão do quando estiver determinado, em sua mente, seja necessário antes de começar.¹⁵⁶

Affleck considerava o castigo indiscriminado, constante e excessivo não apenas desnecessário, mas um sintoma de que a fazenda era mal administrada e de que o senhor era inapto. Quando o castigo fosse necessário, ainda vigia o princípio da moderação. O agrônomo recomendava ainda castigos alternativos, como a prisão do escravizado no tronco, em um lugar isolado e silencioso, estendendo-se do sábado à noite de domingo. Em seus termos, a função da punição era a correção do delinquente, assim como defendiam as vozes progressistas nos debates sobre a reforma penitenciária na Costa Leste do país. Ao menos no discurso, as fazendas de Affleck reproduziam em parte a

¹⁵⁵ Joseph Aklen. “Rules in the Management of a Southern Estate”. *DeBow's Review*, Dec 1856; vol. I., p. 617.

¹⁵⁶ Thomas Affleck. *The Cotton Plantation Record and Account Book*. New Orleans: Weld and Company, 1851. Ver as páginas finais, na parte intitulada “The Duties of an Overseer”.

lógica dos sistemas prisionais de Auburn e da Pensilvânia, ao instituir o confinamento sem direito a comunicação, a pão e água, como a forma mais eficaz de se promover o arrependimento e internalização das normas. Assim como Joseph Acklen, Thomas Affleck incorporou os princípios do direito público criminal à sua justiça privada.

Sempre mantenha sua palavra com relação a eles, tanto em castigos quanto em recompensas. Se você indicou a pena para alguma falta/violação, aplique-a sem ouvir a uma palavra de desculpa. Nunca perdoe em um, o que depois punirá em outro, mas trate a todos igualmente, sem demonstrar favoritismo. Seguindo esse curso, você os convencerá que age por princípio e não por impulso, e isso certamente reforçará suas regras. Quando tiver uma oportunidade de recompensar o bom comportamento contínuo, não a deixe passar—recompensas ocasionais tem um efeito muito melhor do que o castigo frequente.¹⁵⁷

Segundo o agrônomo, a impessoalidade das normas, a certeza da punição e a prevenção dos delitos eram mais eficazes que a retribuição penal.

Nunca seja induzido pelo curso de bom comportamento peça parte dos negros, a diminuir o rigor de sua disciplina; mas quando seu gerenciamento judicioso os levar a esse estado, mantenha-os assim sob os mesmos meios. Fazendo passeios sob essas premissas pelas senzalas e pelo quintal do estoque, durante o início da noite, e duas vezes por semana durante a noite/madrugada, você porá um fim mais efetivo a quaisquer irregularidades do que pelo mais severo castigo. A única forma de manter um negro honesto, é não confiar nele. Essa parece ser uma conclusão dura; mas infelizmente, muito verdadeira.¹⁵⁸

No Sul dos Estados Unidos e no Brasil, os fazendeiros recorreram aos princípios do liberalismo penal, de modo que a violência das fazendas não seria menos legítima do que aquela promovida pelas cortes e tribunais. O modelo mais radical foi proposto por Joseph Davis e imitado por seu irmão Jefferson Davis, que trouxeram para o seio do cativeiro a liberalíssima instituição do júri. Nas fazendas da família no estado do Mississippi, as violações eram julgadas por um tribunal organizado pelos próprios escravizados. Entretanto, o discurso nem sempre correspondia à prática.¹⁵⁹

Nas entrelinhas do *dever ser* dos senhores é possível entrever o *ser* da escravidão, ainda mais nas dissonâncias que revelam os diários das fazendas e os relatos dos próprios escravizados. Quando um porco desapareceu na fazenda de Joseph Davis, no condado de

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Ibidem.

¹⁵⁹ Sobre senhores e feitores na administração dos trabalhos dos escravizados, ver James Breeden. *Advice Among Masters: The Ideal in Slave Management in the Old South*. Westport: Greenwood Press, 1980; John Basset. *The Southern Plantation Overseer as Revealed in his Letters*. Printed for Smith college, 1968; Richard Follet. *The Sugar Masters*, 2005; William Scarborough. *Masters of the Big House: Elite Slaveholders of the Mid-Nineteenth-Century South*. Baton Rouge: LSU Press, 2006; e do mesmo autor *The Overseer: Plantation Management in the Old South*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1966. Sobre as teorias de administração das fazendas oitocentistas, ver ainda Caitlin Rosenthal. *Accounting for Slavery: Masters and Management*. Cambridge: Harvard University Press, 2018; e ainda Rafael Marquese, *Feitores do Corpo, Missionários da Mente*, pp. 259-376.

Warren, todas as suspeitas recaíram sobre um de seus cativos. Uma assembleia de homens negros se reuniu, sob a presidência do mais velho, e deu início ao julgamento. A acusação coube ao xerife, igualmente negro, enquanto o acusado apresentou sua defesa. Testemunhas foram convocadas e apresentaram seus relatos e versões. Ao júri de escravizados caberia decidir sobre o destino do réu que, se condenado, sofreria a pena imposta por seus pares e executada por mãos negras. Em pleno julgamento, entretanto, o acusado pediu a Joseph Davis uma conversa a sós, na qual confessou o crime e foi perdoado. Os membros do júri se ressentiram da intervenção, mas acataram em silêncio.¹⁶⁰

O regime de justiça dos irmãos Davis foi uma exceção à regra no Vale do Mississippi, e seus vizinhos e feitores não os viam com bons olhos. No entanto, mesmo ali a soberania do júri era subserviente ao proprietário, que exercia as prerrogativas de instância superior, reformando penas e concedendo a graça. Outros fazendeiros eram menos comedidos no exercício de seu poder de justiça. O desaparecimento de um porco na fazenda de Bennet Barrow deu início a outro procedimento policial e judicial. Todos os cativos foram confinados no tronco até que delatassem os envolvidos. Pouco a pouco, os culpados foram denunciados e duramente açoitados à vista de todos. Entre eles estava Jerry, que atraía a ira do fazendeiro pelas fugas recentes. Quando Barrow o ameaçou com sua arma, ele tentou fugir. O tiro perfurou a sua coxa e o fez tombar no chão. Nos dias seguintes, Jerry se recuperou do ferimento e foi prontamente enviado de volta à lavoura.¹⁶¹

Também no Vale do Paraíba havia distância entre as palavras e as coisas. Durante dezesseis anos, Sebastiano trabalhou como mestre pedreiro nas fazendas de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, em Vassouras. Ao longo do tempo, conquistou uma boa fama com o proprietário, mas recentemente passara a desafiá-lo. O homicídio de um fazendeiro vizinho por dois de seus escravizados levou Lacerda Werneck a desconfiar cada vez mais dos seus, em especial de Sebastiano. “*Há cerca de um mês que lhes faço as costas chaga viva, porém tornou-se pior*”, escreveu ao seu comissário no Rio de Janeiro. Por fim, decidiu por enviá-lo à Casa de Correção da capital, “*mandando castigar severamente com açoites, e depois tendo aí no limbo a trabalhar efetivamente nos ofícios*

¹⁶⁰ Walter Fleming. “The Negroes and the Negro Problem, Jefferson Davis”. *The Sewanee Review*, 16, 1908, 407. Ver ainda Christopher Waldrep. *Roots of Disorder: Race and Criminal Justice in the American South, 1817-80*. Urbana: University of Illinois Press, 1988, pp. 10-11.

¹⁶¹ Entradas de agosto de 1841 no diário da plantation de Bennet Barrow em *Plantation Life in the Florida Parishes of Louisiana*, 1943.

mais pesados por tempo indeterminado.” A seus olhos, Sebastiano se tornara incorrigível e uma ameaça à sua autoridade. “*Só se o matar, o que não faço*”, concluiu, decidindo por vendê-lo. Não há dúvidas da severidade do barão, assim como da fluidez de sua autoimagem como justiceiro e humano.¹⁶²

Os relatos de escravizados e os documentos privados senhoriais revelam que a violência real nem sempre atendeu ao imperativo da moderação, tão defendido pelos proprietários na esfera pública. Os castigos eram frequentes nas fazendas. Em média, uma pessoa era castigada a cada 4,6 dias na fazenda de Bennet Barrow, de acordo com os registros de seu diário. Todavia, é preciso precisar o significado dos números. Nem toda violência era digna de nota nos documentos das fazendas, e muitos registros no diário de Barrow se referem a punições coletivas, como as de grupos inteiros de trabalhadores na temporada das colheitas. Além disso, a violência não se limitava ao indivíduo castigado, pois os fazendeiros se valiam do caráter exemplar das punições, promovendo espetáculos privados ao público das senzalas.¹⁶³

Os diários de fazendeiros foram menos comuns no Vale do Paraíba, mas outras fontes demonstram as semelhanças entre a violência das fazendas brasileiras e as suas congêneres do Mississippi e da Louisiana. Em 1858, o jornalista francês Charles Ribeyrolles visitou a cidade de Vassouras e foi hospedado por Laureano Correia Castro, onde observou as “*disciplinas de trabalho forçado que via pela primeira vez*”. Absolveu seu anfitrião de qualquer crítica, descrevendo-o como um “*trabalhador infatigável, velando desde o romper do dia, há quarenta anos, à testa do canteiro, como seus negros.*” Apenas lhes aplicava “*a velha lei de seu país*”, concluiu Ribeyrolles. Anos depois, o

¹⁶² Carta de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck a Bernardo Ribeiro de Carvalho, 22 de março de 1856, *apud* Eduardo Silva. *Barões e Escravidão: Três Gerações de Fazendeiros e a Crise da Estrutura Escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, pp. 153-154. Ver ainda Sandra Lauderdale Graham. *Caetana Diz não. Histórias de Mulheres da Sociedade Escravista Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005, pp. 178-193.

¹⁶³ Em outros casos, Barrow optou por ritos de violência mais teatrais e exemplares. Eram representações de seu poder aos seus cativos. Em julho de 1839, inovou ao impor que Jerry e outros vestissem saias. Um ano depois, Jack foi obrigado a vestir tecidos e penas no quarteirão das senzalas, onde cada um dos escravizados o cavalgou como uma besta de carga. Quando Dennis foi capturado às vésperas do natal de 1839, Barrow decidiu que o exibiria em um patíbulo em plenas festividades—sem especificar se se referia a uma forca ou ao tronco de madeira que lhe prenderia as mãos e o pescoço. Por fim, a preferiu a pena de prisão ao espetáculo de tortura ou à ameaça da pena de morte. O senso de ordem do fazendeiro freou seu ímpeto mais violento, mas os relatos de escravizados como demonstram que outros senhores não hesitaram em ir além. Sobre os castigos na fazenda de Bennet Barrow ver Robert Fogel, & Stanley Engerman. *Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery*. Boston: Little, Brown, 1974, pp. 144-157; e o contraponto de Herbert Gutman. *Slavery and the Numbers Game*, pp. 42-48.

diplomata suíço J. Tschuddi foi menos evasivo ao descrever o regime disciplinar das fazendas de café de Cantagalo.¹⁶⁴

Quando um escravo se torna reincidente nas faltas e nem observações, nem reprimendas o corrigem, usam castigá-lo com palmatória na palma das mãos. Por faltas mais graves, recebe chibatadas nas costas ou no traseiro. (...) A lei limita o número de chibatadas a 50, mas os fazendeiros pouco se importam com isto e costumam fazer dos seus escravos o que bem lhes parece, pois os consideram propriedade absoluta. Um dos castigos mais cruéis é o “tronco”, duas tábuas ligadas entre si por dobradiças, tendo os orifícios necessários para prenderem o culpado pelos tornozelos ou os braços, ou o pescoço, que fica assim preso, deitado no chão. Prisões em celas isoladas e escuras, agravadas com jejum, castigos durante os quais ficam as vítimas acorrentadas—modalidades extremamente refinadas da arte de torturar—são aplicadas nos casos de delitos mais graves. Os escravos fugitivos são, quando novamente os capturam, submetidos a graves suplícios. Nos casos de reincidência, os castigos excedem em muito qualquer princípio de humanidade. Mesmo nos casos de crimes graves cometidos por escravos, os amos costumam exercer privadamente justiça, pois se entregassem o criminoso à justiça pública e fosse ele condenado à morte ou a pena longa, o fazendeiro, além de perder o escravo, ficaria ainda sujeito a despesas e outros incômodos.¹⁶⁵

Em algumas propriedades que Tschudi visitou, os feitores somente podiam aplicar três chibatadas nos trabalhadores durante o dia, “*pois o verdadeiro castigo é ditado pelo fazendeiro, quando os escravos se reúnem à noite no pátio*”. O relato confirma que a prescrição Carlos Taunay era, de fato, a prática. Em seu manual, ele defendeu que “*castigos devem ser (...) executados à vista de toda a escravatura, com a maior solenidade, servindo assim o castigo de um para ensinar e intimidar os demais.*”¹⁶⁶

A despeito dos esforços retóricos dos fazendeiros brasileiros e estadunidenses, o verniz liberal que atribuíam à sua justiça privada se esvanecia na realidade material do cativeiro. A transgressão às normas privadas das fazendas era julgada pelos mais diversos regimes particulares de justiça. Alguns eram mais rigorosos que outros, mas todos estavam sujeitos ao arbítrio do poder senhorial. Nem mesmo o teatro do júri dos escravizados nas propriedades da família Davis, no Mississippi, sobrepunha-se à vontade do proprietário, e a maioria dos fazendeiros tinha menos pudor em ostentar sua soberania sobre os corpos de seus súditos. No Vale do Paraíba e no Vale do Mississippi, o alcance do Estado de Direito era limitado, pois ali prevaleciam as leis da fazenda e a jurisdição senhorial.

¹⁶⁴ Charles Ribeyrolles. *Brasil Pitoresco, Tomo II*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1859, pp. 97-99.

¹⁶⁵ Johann Jakob von Tschudi. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953, pp. 55-56.

¹⁶⁶ Idem; Carlos Augusto Taunay. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p. 12.

A fantasia do domínio senhorial, todavia, nunca se realizou por completo. Nem as paisagens naturais e nem as humanas sucumbiram por inteiro ao avanço e aos desejos do Reino do Algodão e ao Império do Café. A arquitetura carcerária das fazendas era constantemente transgredida pelos trabalhadores. Nos pontos cegos do olho senhorial, eles construíram geografias subterrâneas às paisagens escravistas e formaram redes de sociabilidade que, muitas vezes, desafiaram o domínio dos fazendeiros. A resistência dos escravizados era permanente e os proprietários sabiam da necessidade de negociar cotidianamente as condições do cativo. Os conflitos foram parte da micropolítica das fazendas, constituindo e reformando um conjunto de normas não escritas, com garantias e obrigações recíprocas, ainda que assimétricas. Evidentemente, esses pretensos direitos dos escravizados dependiam do reconhecimento senhorial, mas a violação dessas normas poderia custar caro aos feitores e fazendeiros. Muitos, de fato, pagaram com a vida.

Cada ato de resistência estava sujeito aos tribunais particulares das fazendas, mas por vezes a transgressão cruzava as fronteiras da propriedade. Era então que o fiel garantidor do cativo entrava em cena. Quando os poderes privados não bastavam, uniam-se a eles as instituições públicas. Todo o aparato repressivo do Estado estava a postos para combater o inimigo doméstico e, assim como os fazendeiros, ele nem sempre respeitava os limites de sua própria lei.

Capítulo 3

A Resistência Escrava e o Império da Lei

A violência era, de fato, inerente à escravidão, mas também o era a resistência. O cativeiro continha em si um conflito latente, suspenso enquanto a disparidade de forças e as negociações assimétricas assim o preservassem. As pessoas escravizadas recorreram a diversos meios para atenuar sua condição, formando famílias e comunidades, e barganhando concessões e direitos nas fazendas. Em situações-limite, elas confrontaram feitores e proprietários, respondendo perante a justiça senhorial. Ainda mais grave era a reação coletiva das senzalas, especialmente quando ousavam subverter o seu cativeiro. A deserção em massa e a formação de quilombos ameaçavam a soberania dos fazendeiros em seu próprio território. Eram, contudo, as insurreições o maior pesadelo das casas grandes. A empreitada era arriscada. Conspirar a liberdade era mais do que um crime—era uma declaração de guerra.

A Era das Revoluções foi também um tempo de insurreições por toda a América. Na esteira do Caribe insurgente, convulsionaram-se o Baixo Vale do Mississippi, a região ocidental de Cuba e o Recôncavo Baiano. A despeito da particularidade de cada levante, eles compuseram uma quadra histórica que ameaçou o horizonte da escravidão atlântica. Entre as décadas de 1820 e de 1830, uma segunda onda de insurreições varreu o continente, da Virgínia às Minas Gerais, de Salvador a Vassouras. Foram homens e mulheres de uma outra geração, quiçá inspirados por seus predecessores, que se rebelaram contra as agruras de uma nova era da escravidão. No entanto, nenhuma dessas conspirações e revoltas teve o sucesso de São Domingos. Afinal, não foram apenas os escravizados que fizeram do Haiti um exemplo. Quando um novo ciclo de resistência se instaurou no Sul dos Estados Unidos e no Brasil, as forças escravistas estavam a postos para reprimi-los, nem sempre dentro dos marcos da lei.

A maioria das conspirações das senzalas do Vale do Mississippi e do Vale do Paraíba jamais chegou às vias de fato. Muitas foram suprimidas no ventre, enquanto tantas outras sequer existiram senão nas mentes daqueles que sempre desconfiavam dos seus inimigos domésticos. Reais ou imaginárias, as insurreições tiravam da latência a guerra permanente entre senhores e cativos e testavam os limites do império da lei. O estado de exceção não era declarado, mas pressuposto. Suspenso o verniz de legalidade, essas duas sociedades exibiram suas faces mais obscuras e revelaram que o Estado de Direito comprometido com o cativeiro não passava, de fato, de uma ficção jurídica.

As Conspirações Negras e o Terror Branco no Vale do Mississippi

Em uma noite do verão de 1835, Israel Campbell foi despertado com batidas à porta de sua senzala. Ao abri-la, foi agarrado por dois homens armados que passaram a interrogá-lo. De forma agressiva, perguntaram o que ele sabia sobre o Dr. Cotton e os negros que pregavam o evangelho, e ainda se havia sido convidado para encontros nas matas nos quais se tramava uma insurreição. Mesmo atordoado, Campbell os convenceu de que nada sabia. Mais calmos, eles lhe ofereceram-lhe um gole de sua bebida e lhe explicaram que havia uma conspiração de homens brancos maus que pretendiam libertar os negros e matar brancos. Eles então o deixaram, recomendando que não saísse, e seguiram em direção a outras senzalas da vizinhança.¹⁶⁷

Nascido no cativeiro no Kentucky, Campbell havia sido obrigado a emigrar para o Mississippi após a morte de seu primeiro proprietário. A remoção dos Choctaw e Chickasaw abriu novas terras à fronteira agrícola. O incentivo atraiu seu novo senhor, que se estabeleceu primeiro nas proximidades de Vicksburg, mudando-se depois para o condado de Madison. O estabelecimento de novas fazendas de algodão atraiu as redes do tráfico e milhares de afro-americanos como Campbell engrossaram a população local, cada vez mais negra. A migração de brancos de poucas posses foi também intensa e nem todos realizavam o sonho de ascender à classe proprietária. Na fronteira da escravidão no Mississippi, as tensões afloravam entre brancos e negros, e também dentro das comunidades livres. Os forasteiros não proprietários provocavam a desconfiança entre os estabelecidos, ainda mais após a ascensão do abolicionismo que, no imaginário sulista, rompeu a solidariedade entre os cidadãos brancos da federação. Naquela noite de 1835, eram tanto as sombras de Nat Turner quanto as de William Loyd Garrison que os patrulheiros embriagados buscavam na senzala de Campbell.¹⁶⁸

O Pânico de 1835, como ficou conhecido, também tinha raízes mais curtas. Dois anos antes, William Long, um fazendeiro do condado de Madison, deu-se conta do desaparecimento de alguns de seus cativos e suas suspeitas recaíram sobre o itinerante John Murrel. Um outro *outsider* chamado Virgil Stewart se propôs a investigar o caso. Fez-se amigo do suspeito e colheu informações suficientes para prendê-lo e entregá-lo às autoridades. Stewart esperava ascender socialmente no Mississippi, alçado pela fama por

¹⁶⁷ Israel Campbell. *Bond and Free*, pp. 70-74.

¹⁶⁸ Israel Campbell. *Bond and Free*, 1861. Sobre o Pânico de 1835, a principal referência é Joshua Rothman. *Flush Times and Fever Dreams: A Story of Capitalism and Slavery in the Age of Jackson*. Athens: University of Georgia Press, 2012. Ver ainda Walter Johnson. *River of Dark Dreams*, pp. 46-72

ter capturado Murrel, o que não se concretizou. Decidiu, então, inflacionar seu feito, publicando um panfleto no início de 1835. Nele, atribuiu a Murrel a liderança de um bando fora-da-lei que pretendia insuflar os escravizados a se rebelarem no dia de Natal, quando seus membros se beneficiariam da anarquia para promover roubos. O suposto plano chegou aos jornais do estado, mas caiu em descrédito em regiões mais tradicionais como Natchez. O relato, todavia, foi mais bem recebido nas comunidades recém-estabelecidas, desconfiadas tanto dos negros quanto dos forasteiros brancos. Foi então que um boato vindo da região de Beattie Bluff transformou esses anseios em uma histeria coletiva que se espalhou pelo estado e contanimou todo o Vale do Mississippi.¹⁶⁹

Nesse distrito agrícola ao norte do condado de Madison, uma viúva entreouviu conversas suspeitas de seus cativos. Acreditando se tratar de um plano de insurreição, ela delatou tudo a seu filho e a um vizinho, que interrogaram uma escravizada doméstica. Sob ameaça, ela confirmou a existência de uma conspiração. O boato correu a região sem receber grande respaldo até que chegou a Livingston, capital do condado, onde encontrou ouvidos atentos entre os leitores do panfleto de Stewart. No dia 27 de junho, foi convocado um encontro público na cidade, no qual os cidadãos nomearam um comitê de vigilância. Em paralelo, um fazendeiro chamado William Johnson conduziu uma investigação privada com o capataz de sua fazenda. As informações contraditórias convergiram para uma narrativa coesa, ao gosto dos inquisidores: estava em curso um plano de insurreição marcado para o dia 4 de julho, sob a liderança de John Murrel.¹⁷⁰

Em Beattie Bluff, o grande fazendeiro Jesse Marby tomou a frente da investigação. Os interrogatórios se iniciaram na fazenda Latham, onde se originou o boato, e de lá foram à fazenda Sansberry. Sob tortura, um escravizado chamado Joe confirmou o suposto plano, acrescentando que pretendiam se levantar com machados, enxadas e armas de fogo contra seus senhores em Beattie Bluff, e dali seguiriam em direção a Livingston, Vernon, Clinton e, finalmente, Natchez. A denúncia envolvia dois outros homens cativos, Weaver e Russel, ambos pregadores religiosos. Eles negaram a existência da conspiração, mas Russel sucumbiu a uma segunda sessão de castigos e confirmou o depoimento de Joe. Uma reunião dos brancos proprietários da região foi

¹⁶⁹ H. Howard. *The History of Virgil A. Stewart and his Adventure in Capturing and Exposing the Great "Western Land Pirate" and his Gang in Connexion with the Evidence*. New York: Harper, 1836; e a seguinte publicação *The history of Virgil A. Stewart and his adventure in capturing and exposing the great "western land pirate" and his gang in connexion with the evidence: Also of the trials, confessions, and execution of a number of Murrell's associates in the state of Mississippi during the summer of 1835 and the execution of five professional gamblers by the citizens of Vicksburg on the 6th July, 1835*. New York: Harper, 1842.

¹⁷⁰ Joshua Rothman. *Flush Times and Fever Dreams*, pp. 91-117.

convocada e os interrogatórios coercitivos ampliaram a rede de delatados. Um cativo chamado Jim confirmou o plano e acrescentou que pretendiam tomar as mulheres brancas como suas esposas. As informações bastaram para os investigadores. Ao fim do dia 2 de julho, Jim, Weaver, Russel e outros dois escravizados foram sumariamente enforcados, sem julgamento ou direito de defesa. O primeiro delator, Joe, foi poupado.¹⁷¹

Enquanto isso, a cidade de Livingston estava em polvorosa. A investigação do capataz de William Johnson levantou suspeitas sobre um de seus escravizados, de idade avançada. Levado ao comitê, ele primeiro negou as acusações. Os castigos severos o levaram a mudar o depoimento e ele confirmou a existência de uma conspiração, da qual teria sido informado por Peter, escravizado de Ruel Blake. O segundo acusado negou os fatos para a insatisfação do comitê, que exigiu que seu senhor o castigasse até confessar. Blake primeiro hesitou e depois o açoitou sem a firmeza esperada pelos presentes, que o afastaram para que outro assumisse seu lugar. Foi então que Blake se colocou entre Peter e seus algozes—teriam de castigá-lo primeiro. A violação da solidariedade branca lhe custou caro e ele foi expulso da cidade. As suspeitas sobre os livres e não proprietários cresciam. William Saunders era um homem branco e pobre que vivia muito próximo dos escravizados. Levado a interrogatório, ele implicou ainda Joshua Cotton, um médico de vapores. Ao fim do dia 1º de julho, o comitê não chegara a conclusões definitivas. Peter resistiu aos castigos e insistiu em sua inocência, sendo levado à cadeia da cidade junto do homem cativo de William Johnson, que o delatara. A noite no cárcere deve ter sido turbulenta e repleta de ameaças, pois pela manhã ambos haviam confessado sua participação na trama. Quando as notícias da investigação e das execuções de Beattie Bluff chegaram a Livingston, uma multidão invadiu a cadeia e os dois foram enforcados. O terror branco se espalhava pelo condado.¹⁷²

Restava em aberto o que fazer com os brancos implicados. As execuções sumárias de negros escravizados eram ilegais, mas o estado de emergência poderia justificá-las *a posteriori*. O mesmo não valia para cidadãos brancos. Foi então nomeado um comitê de segurança, composto majoritariamente por grandes fazendeiros do condado. O advogado Thomas Schackelford foi incumbido de escrever um relatório que legitimasse os procedimentos adotados. Foram definidos os cargos de juiz, jurados e executores, assim

¹⁷¹ Carta de Jesse Marby a Thomas Schackelford, *apud* H. Howard. *The History of Virgil A. Stewart*, pp. 228-232.

¹⁷² Joshua Rothman. *Flush Times and Fever Dreams*, pp. 91-143; Walter Johnson. *River of Dark Dreams*, pp. 46-72.

como suas prerrogativas. O rito processual ordinário estava suspenso, substituído por julgamentos céleres e sentenças imediatas, sem direito a recurso. William Saunders foi chamado novamente a depor e acusou Joshua Cotton apenas do roubo de escravizados. Pressionado, ele acrescentou o seu envolvimento na conspiração. Ambos passaram a noite na cadeia. Na manhã do dia 4 de julho, data do suposto levante, Cotton foi levado a interrogatório e prontamente condenado, junto de Saunders. Da sala de julgamento, eles foram levados à cadeia, onde cordas penduradas às janelas os aguardavam. Na iminência da morte, Cotton tomou a palavra. Em uma última cartada, disse pertencer ao bando de Murrel e que ainda tinha muitas informações a oferecer, desde que lhe fosse concedido mais tempo. Tendo seu pedido negado, declarou suas últimas palavras em tom de vingança: “*tenham cuidado nas noites de hoje e de amanhã*”. Eles então foram enforcados.¹⁷³

No dia seguinte, um domingo, o comitê não se reuniu, mas patrulhas saíram à caça dos delatados. A cadeia de Livingston tinha capacidade para até oito prisioneiros, mas ficou abarrotada com mais de vinte brancos e dezenas de escravizados. A partir da segunda-feira, dia 6 de julho, o comitê deixou de lado o papel investigativo e adquiriu a forma inquisitorial plena, distribuindo sentenças e penas a esmo. Os brancos suspeitos sofreram castigos corporais e foram banidos do condado, enquanto ao menos doze escravizados foram executados. Quando Ruel Blake retornou à região, sem saber que fora implicado na conspiração por seus próprios escravizados, ele foi preso e levado a julgamento. Proprietário de terras e de um plantel de doze trabalhadores escravizados, ele destoava dos brancos acusados até então. A despeito da intervenção de um grande fazendeiro em seu favor, o comitê o condenou à morte. No dia 10 de julho, ele deu seus últimos passos entre a cadeia e a forca, insistindo em sua inocência, mas perdendo seus algozes. Quando a plataforma sob seus pés emperrou, causando alvoroço, ele mesmo saltou para a morte.¹⁷⁴

¹⁷³ *Proceedings of the Citizens of Madison County, in the State of Mississippi, at Livingston, in July, 1835, in Relation to the Trial and Punishment of Several Individuals, Implicated in a Contemplated Insurrection of the Slaves in that State, as Reported by the Committee of Safety*, apud H. Howard. *The History of Virgil A. Stewart*, pp. 221-264.

¹⁷⁴ Joshua Rothman. *Flush Times and Fever Dreams*, pp. 118-153.

Mapa da região centro-ocidental do Mississippi, com referência às principais vizinhanças e cidades por onde se espalhou o Pânico de 1835 no estado do Mississippi.¹⁷⁵

A tensão se espalhou pelo Mississippi, adquirindo cores locais em cada condado e cidade. Em Vicksburg, a comunidade se voltou contra os apostadores, considerados brancos de segunda categoria. No dia 4 de julho, um deles chamado Francis Cabler foi expulso das festividades do Dia da Independência pela guarda local, por estar embriagado. Voltou armado, mas sua vingança foi malsucedida. Os oficiais dos Voluntários de Vicksburg o prenderam e o levaram para as matas, onde ele foi açoitado e coberto com piche e penas. Em seguida, um encontro foi convocado em frente à *courthouse*, onde moradores decidiram pela expulsão dos apostadores da cidade. Na manhã do dia 6, a guarda fez a varredura pelas ruas e um confronto resultou na morte de um médico da comunidade local. Bastou para que cinco homens envolvidos fossem sumariamente enforcados. Mais ao sul, no condado de Adams, um encontro público foi convocado e os moradores também decidiram pela expulsão dos apostadores, que residiam em Natchez Under the Hill, a área mais pobre e marginal da cidade. O barbeiro negro William Johnson registrou em seu diário as novas investidas contra eles em outubro

¹⁷⁵ Fonte: GoogleMaps, edição do autor.

e novembro daquele ano, além do linchamento de um ladrão de escravizados na cidade vizinha de Woodville. Incêndios se espalharam por Natchez e foram atribuídos por uma proprietária ao bando de John Murrel. Um homem descreveu que todos na cidade estavam armados e a postos, à espera de “*uma insurreição, já que o celebrado ladrão de escravos Murrel e seu bando, estão comandando todos os negros.*” Segundo ele, todas as cidades próximas estavam igualmente em alerta e as pessoas capturavam entre cinco e vinte suspeitos por dia “*e os enforcavam sem juiz ou júri.*”¹⁷⁶

O pânico provocado pela suposta insurreição se espalhou também pelo estado da Louisiana. A proprietária Rachel O’Conner descreveu o clima de tensão na paróquia de West Feliciana, torcendo para ter criado bem seus escravizados, de modo que não se deixassem seduzir. Eram os cânones do discurso racial sulista, que atribuía aos negros a submissão natural à superioridade e à benevolência dos senhores. “*É o homem branco mal a causa de tudo. O país está cheio de homens de Murrel, e eu temo que eles ainda façam mal*”, declarou. As suspeitas recaíam sobre os brancos estranhos às comunidades, que deixaram de ser contratados como feitores e eram “*levados em qualquer ocasião e surrados como cães e confinados até que respondam em julgamento*”. Em outra carta, O’Conner complementou:

Se eles continuarem a enforcar como tem feito há algum tempo, nós devemos cuidar das crianças, caso contrário o mundo poderá ficar sem pessoas. Nossa vizinhança continua muito silenciosa, especialmente os negros. Nenhum foi considerado culpado de qualquer ato ruim ainda, mas os homens brancos são pegos em todas as ocasiões. Eles têm um na cadeia que pretendem enforcar, o que é mais misericordioso do que tem sido comum, pois eles os castigam quase até a morte. Eles chamam isso de lei de Lynch, dando de duzentas a trezentas chicotadas, e então os deixam ir com a ordem de deixar o estado em até oito horas.¹⁷⁷

Os comitês de vigilância e de segurança se instauraram por todo o Vale do Mississippi, promovendo investigações extrajudiciais e execuções sumárias. As multidões acompanhavam os trabalhos dos tribunais de exceção e, quando insatisfeitas, assumiam as vezes da justiça nos termos da Lei de Lynch. O terror vigilante beirava a anarquia, mas contou com a conivência do então governador do Mississippi, Hiram Runnels. Populista jacksoniano, ele chegou a elogiar os comitês e a autodefesa do homem comum, sugerindo o armamento dos cidadãos e a organização de milícias, mas recuou

¹⁷⁶ Christopher Waldrep. *Roots of Disorder*, pp. 15-36; Joshua Rothman. *Flush Times and Fever Dreams*, pp. 157-180; Entradas de junho a outubro de 1835 do Diário de William Johnson em *William Johnson's Natchez*, 1951.

¹⁷⁷ Carta de Rachel O’Conner. Papeis da Família Weeks. Papers. Louisiana and Lower Mississippi Valley Collections, Louisiana State University Libraries, Baton Rouge, Louisiana, *apud* Junius Rodríguez. *Ripe for Revolt*, pp. 193-194.

posteriormente quando a situação fugiu do controle. No condado de Madison, epicentro do pânico, as tensões começaram a se dissipar no final de julho e os membros do comitê de segurança se apressaram a se legitimar perante a opinião pública.¹⁷⁸

O relatório do advogado Thomas Shackelford foi revisado e publicado no ano seguinte, intitulado *Procedimento dos Cidadãos do Condado de Madison, no Estado do Mississippi, em Livingston, em julho, 1835, em Relação ao Julgamento e Punição de Diversos Indivíduos Implicados em uma Insurreição dos Escravos Contemplada Naquele Estado, como Reportado pelo Comitê de Segurança*. O texto começou por legitimar os procedimentos com base no primeiro direito natural, à autodefesa e à segurança, derivados do criador para a preservação da vida. O comitê teria respondido tanto à urgente ameaça de uma insurreição quanto ao risco de uma reação imediata do povo enfurecido. Shakelford perguntava então retoricamente: mas por que não acionar a autoridade civil? Entre as respostas, destacou que a cadeia de Madison não era suficiente para abrigar os suspeitos. Não havia guarda capaz de levá-los para as prisões de condados vizinhos e, se os cidadãos o fizessem, deixariam suas casas e famílias desprotegidas diante do risco iminente. O último argumento era mais incisivo.

Muitos dos escravos já haviam definido as vítimas de sua luxúria e de sua vingança; e não havia tempo para convencê-los de que a tentativa fatal de sua violenta empreitada seria derrotada. Se tivesse sido permitido a eles iniciá-la, embora o fracasso devesse ocorrer, terrível teria sido seu triunfo momentâneo. Que a conspiração era encabeçada por um bando ousado de homens brancos vilões, agora não resta dúvida, e o mal desesperador requeria remédio pronto e eficiente, à extensão do recorrido pelos cidadãos do condado de Madison, e levado à prática pelo comitê.¹⁷⁹

O relatório narrou, em seguida, os principais acontecimentos e as investigações de Beattie Bluff e de Livingston. O comitê de investigação teria acreditado inicialmente se tratar de uma pequena conspiração dos escravizados do condado. Mas quando os suspeitos de Beattie Bluff revelaram um plano de insurreição geral envolvendo o bando de John Murrel, o pânico tomou conta da comunidade e as execuções sumárias tiveram início. Shakelford, então, apresentou sua segunda pergunta retórica: o que fazer com os brancos implicados? O destino dos negros sequer recebeu o cuidado de sua pena: o único

¹⁷⁸ Joshua Rothman. *Flush Times and Fever Dreams*, pp. 243-270

¹⁷⁹ “Quando, também, é lembrado, que tudo o que temos de mais querido no mundo se encontra em perigo comum, clamando por toda a energia masculina em sua defesa, as chances estarão precisamente entre a razão fria dos homens de Estado e advogados, e a vituperação dos fanáticos a certa distância. Mas iminente e urgente como era o perigo, a organização de um comitê, escolhido pelo consenso unânime de seus pares cidadãos, se reuniu naquela ocasião, e investidos por eles (embora não cobertos pela forma da lei) com o temeroso poder de vida e morte, foi o resultado.” *Proceedings of the Citizens of Madison County*, apud H. Howard. *The History of Virgil A. Stewart*, pp. 221-264.

objetivo do relatório era respaldar os julgamentos e as punições extrajudiciais dos cidadãos brancos. As acusações contra eles não poderiam ser levadas à justiça comum, uma vez que as provas obtidas mediante coerção seriam anuladas na forma da lei. Por outro lado, a comunidade tampouco poderia aceitar a impunidade para um crime tão grave. Segundo Shakelford, se o comitê não assumisse a função repressora, a multidão o faria e os suspeitos seriam *“levados à força, mesmo da custódia legal, e sofreriam as penas por seus crimes.”* Entre a impunidade e a justiça popular, as lideranças locais resolveram nomear um novo comitê, composto por treze entre os homens mais respeitáveis homens dos condados de Madison e de Hindus. Shakelford dedicou as demais páginas do relatório aos detalhes dos julgamentos de Joshua Cotton, William Saunders, Ruel Blake e de outros sete brancos acusados de participarem do bando de Murrel e da conspiração. As provas contra eles foram apresentadas como inequívocas, justificando as condenações.¹⁸⁰

Os relatos de testemunhas não confirmam o formalismo descrito por Shakelford. Abundam registros de torturas na cadeia, inclusive com o uso de gatos selvagens, cujas garras eram fincadas nas costas dos suspeitos. Henry Stuart Foote, então um jovem advogado e futuro senador e governador do Mississippi, foi de Clinton a Livingston para defender um dos acusados perante o comitê. Chegando à cidade, viu *“uma grande multidão reunida, composta quase inteiramente de cidadãos brancos em frenesi.”* Intimidado, ele escondeu a razão de sua ida e adentrou discretamente o edifício onde ocorriam os julgamentos. Os procedimentos eram, ao seu ver, *“conduzidos de maneira rápida e informal, e sem o mínimo respeito aos princípios estabelecidos da lei da prova.”* As únicas evidências contra seu cliente eram os depoimentos de dois negros que haviam sido vistos próximos de seu barco *“e de cujos relutantes lábios certa divulgação havia sido coagida sob a mais severa punição do chicote.”* Foote pediu a palavra e perguntou ao acusado: sendo um homem branco e muito pobre de que lado estaria se houvesse um conflito sanguíneo entre os negros e os brancos? Seu cliente respondeu que certamente estaria ao lado de sua própria cor. Não adiantou. Vinte minutos depois, o comitê o sentenciou à morte.¹⁸¹

No caminho de volta ao condado de Hinds, Foote testemunhou o arbítrio do comitê de vigilância de Clinton. As mulheres e crianças se reuniam todas as noites no

¹⁸⁰ *Proceedings of the Citizens of Madison County*, apud H. Howard. *The History of Virgil A. Stewart*, pp. 221-264.

¹⁸¹ Joshua Rothman. *Flush Times and Fever Dreams*, pp. 149-153.

centro da cidade, “onde ficavam até a luz do dia, enquanto os cidadãos homens circulavam em esquadrões armados”, fiscalizando e apreendendo “pessoas suspeitas, ambas brancas e negras” que eram levadas ao comitê para julgamento. Aqueles considerados culpados eram “enforcados sem cerimônia ao longo da margem das estradas ou em frente às suas próprias residências.” Os suspeitos escravizados sobre os quais não havia provas eram sentenciados a centenas de açoites apenas para servirem de exemplo. Um homem branco foi condenado à pena de banimento, mas uma multidão o cercou antes que deixasse a cidade. Foi amarrado a uma árvore e sofreu trezentas chibatadas. “Eu nunca vi pessoas tão cegas pela emoção em toda a minha vida”, escreveu Foote a um amigo; “o populacho, respirando fúria e vingança, quer sangue—eles provaram um pouco, e agora somente Deus sabe onde eles vão parar”.¹⁸²

A legitimidade dos procedimentos dependia menos dos fatos do que do status dos membros dos comitês. O relatório de Shakelford ganhou o respaldo de grandes fazendeiros dos condados de Madison e Hinds, que se diziam os mais interessados em evitar uma conspiração entre negros e os ditos brancos vis, “ladrões de estradas, assassinos e abolicionistas”. A definição dos inimigos é reveladora do conflito de classe subjacente ao pânico e aos julgamentos. Tanto os ladrões do bando de Murrell quanto os apostadores de Vicksburg e Natchez representavam uma subclasse branca. No imaginário das comunidades sulistas, a riqueza desses indivíduos provinha do vício e não do mérito, como sugeriu o historiador Joshua Rothman. Essa explicação, no entanto, não se estende ao fazendeiro Ruel Blake. No seu caso, foi a hesitação em castigar o próprio cativo lhe custou a solidariedade de seus pares.¹⁸³

¹⁸² *Proceedings of the Citizens of Madison County*, apud H. Howard. *The History of Virgil A. Stewart*, pp. 221-264; Joshua Rothman. *Flush Times and Fever Dreams*, pp. 149-153.

¹⁸³ Joshua Rothman. *Flush Times and Fever Dreams*, pp. 271-301. Um outro caso ocorrido em Natchez naquele mesmo ano ajuda a explicá-lo. O fazendeiro James Foster assassinou sua jovem esposa e foi preso e acusado de homicídio. No dia de seu julgamento, em janeiro de 1835, foi levado pelo xerife da cadeia à *courthouse*, onde foi prontamente absolvido pelo juiz. Quando deixou o tribunal, foi cercado por uma multidão que, liderada pelo promotor e por seu próprio advogado de defesa, o levou a uma ponte, onde foi amarrado e sofreu cento e cinquenta chibatadas. Entre marcar a ferro e fogo suas bochechas, cortar suas orelhas ou escalpá-lo, decidiram pela pena humilhante da *charivari*. Derramaram piche sobre seu corpo e o cobriram de penas, obrigando-o a desfilar pelas ruas da cidade. Enfim o xerife o levou de volta à cadeia. Alguns ainda reivindicavam sua morte, mas um dos líderes os dissuadiu, assegurando que já haviam cumprido seu dever como cidadãos. O redator do *Natchez Weekly Courier* descreveu o rito. “Nós mal podíamos perceber que se tratava de um homem. A multidão acreditava que ele era um monstro de coração, e estava decidida que sua aparência externa deveria corresponder com o homem interior.” Foster violou não apenas a lei penal, mas normas morais sua posição. Um breve consenso entre autoridades públicas e lideranças civis suspendeu a justiça formal em prol do justicamento simbólico. A fama de ébrio que frequentava as mesas de jogo em *Natchez Under the Hill* já comprometera sua imagem, mas a violência contra a própria esposa selou seu destino. A *charivari* extirpou seu corpo da sua masculinidade, assim como de sua condição de classe e raça. O rito representava a morte social de um fazendeiro branco. Ruel Blake pertencia à mesma classe de Foster, mas perdeu seu status quando se colocou entre os membros do comitê

Enquanto traidor da classe e da raça, Ruel era equiparável a um abolicionista. A ascensão do movimento no Norte criou fissuras na solidariedade branca que sustentava a escravidão no Sul. As suspeitas em relação a forasteiros se desdobraram em ações violentas. Naquele mesmo ano de 1835, Amos Dresser foi linchado em Nashville, acusado de ser abolicionista. A publicação de um panfleto deu visibilidade nacional ao caso, mas ele não foi único. No dia 24 de agosto de 1837, um homem chamado Grace foi preso e levado a juízo em Vicksburg, acusado de entregar passes aos escravizados do condado de Warren para que fugissem. O magistrado decidiu por liberá-lo, pois não havia tipificação legal para a conduta. Quando ele deixou o tribunal, uma multidão o cercou e o levou em direção a um campo de algodão, onde foi despido e surrado com vinte a trinta chibatadas. Em 28 de setembro de 1838, os redatores do *Natchez Weekly Courier* noticiaram o linchamento de dois abolicionistas que seduziam cativos a fugirem com eles para o Canadá. O caso ocorreu próximo à cidade e o jornal descreveu a reação dos fazendeiros como “ *muito justificável* ”. Em uma espécie de rito de inversão, os supostos abolicionistas eram reduzidos à condição dos negros escravizados que defendiam, submetidos aos castigos corporais exemplares e extirpados simbolicamente dos privilégios de sua raça. Nos corpos brancos de ladrões, apostadores e abolicionistas, os proprietários e as comunidades livres do Mississippi exorcizavam o avesso do espelho.¹⁸⁴

Os excessos dos comitês de segurança e de vigilância não foram propriamente investigados por autoridades policiais e judiciais, mas repercutiram negativamente no Norte do país, especialmente nos jornais abolicionistas. Nas páginas do *Liberator*, de William Loyd Garrison, a violência cotidiana da escravidão era alvo de denúncias frequentes e os linchamentos e julgamentos sumários da década de 1830 receberam destaque. Com os acontecimentos de 1835 e de 1837, Vicksburg ganhou fama nacional como uma cidade anárquica, onde a violência extrajudicial imperada sobre a lei e a justiça.¹⁸⁵

e seu escravizado Peter, tornando-se um pária entre não apenas entre os proprietários, mas principalmente em relação à comunidade branca. Bertram Wyatt-Brown. *Southern Honor: Ethics and Behaviour in the Old South*. Oxford: Oxford University Press, 1982, pp. 462-495.

¹⁸⁴ Amos Dresser. *Narrative of the Arrest, Lynch Law Trial, and Scourging of Amos Dresser: At Nashville, Tennessee, August, 1835*. Oberlin: Printed for the author, 1849. Sobre o caso Grace, ver a publicação original de *Vicksburg Register* republicada pelo *Natchez Weekly Courier*, edição de 5 de dezembro de 1837.

¹⁸⁵ *The Liberator*, edição de 27 de outubro de 1837.

Litogravura de Vicksburg publicada no *Anti-Slavery Almanac*, em 1840, com referências aos duelos, à jogatina, à tortura de negros e ao linchamento de apostadores em 1835¹⁸⁶

Por outro lado, é ensurdecedor o silêncio do relatório e da imprensa com relação à legitimidade das ações contra os escravizados. Shakelford mencionou apenas um punhado de nomes de homens negros envolvidos. O advogado não desperdiçou uma linha sequer para justificar as execuções sumárias desses acusados. Tampouco se deu ao trabalho de esconder os castigos e torturas que condicionaram os depoimentos de Peter, Weaver, Russel e Jim. Em suas palavras, apenas as punições prontas e exemplares dos líderes por enforcamento poderiam causar o terror necessário para destruir as esperanças dos negros de alcançarem a liberdade. A existência da conspiração era um consenso branco e justificar a violência contra os negros seria pregar para convertidos. O número de escravizados interrogados, torturados e mortos é desconhecido. Mas os depoimentos daqueles que subsidiaram a condenação de brancos foram registrados no relatório. O fazendeiro Jesse Marby, líder da investigação em Beattie Bluff, enviou uma carta a Shakelford, relatando os procedimentos adotados. Nela, ele narrou sem hesitação como intimidaram Joe, o primeiro delator, que tremia diante de sua presença. Quando o interrogado insistiu que não sabia de nada, eles o amarraram com uma corda e disseram que já conheciam fatos e que seria melhor para ele se revelasse tudo.¹⁸⁷

¹⁸⁶ *Anti-Slavery Almanac*, 1840, apud Joshua Rothman. *Flush Times and Fever Dreams*, entre imagens anexas entre as páginas 153 e 155.

¹⁸⁷ “A primeira pergunta que fizemos a Joe foi essa: você sabe quem nós somos? Joe respondeu que ele conhecia o capitão Beattie e o Senhor Smith, mas que ele não me conhecia. Eu imediatamente insisti que

Após algum tempo, ele concordou que, se não o castigássemos, ele contaria tudo o que se lembrasse. Ele disse que sabia o que queríamos, e contaria tudo, mas que ele próprio não tinha nada com o negócio. Ele disse que Sam lhe disse que os negros iam se insurgir e matar todos os brancos no dia 4, e que eles tinham um bando de homens brancos à sua frente.¹⁸⁸

Eis o depoimento coagido que revelou o plano. Marby então descreveu como o pregador Weaver insistiu que não havia conspiração, apesar dos severos castigos a que foi submetido, e como seu companheiro de evangelho, Russel, prometeu revelá-la apenas se parassem de açoitá-lo. Nem Marby nem Shakelford hesitaram em registrar no relatório as condições coercitivas dos interrogatórios. Não havia qualquer risco de que fossem incriminados judicialmente ou que as evidências contra os negros fossem questionadas. Israel Campbell descreveu o clima de terror entre as comunidades escravizadas de Madison. Muitos dos interrogados teriam mentido por medo, dizendo o que seus inquisidores queriam ouvir, “*e sofreram por isso.*”

Quando eles acreditaram que tinham conseguido impedir a insurreição, eles começaram a pressionar os que haviam capturado. Alguns eles enforcaram, outros eles queimaram, e alguns daqueles que eles consideravam não ser tão culpados, eles passaram gatos em suas costas nuas. Dois acusados se enforcaram na cadeia.¹⁸⁹

Campbell relatou que os pregadores negros foram as principais vítimas. Assim como vingavam nos forasteiros brancos a traição racial dos abolicionistas, exorcizavam nos corpos negros o espectro do profeta Nat Turner.

O doutor Cotton era um médico de vapores; e os homens que faziam as prisões estavam empenhados em pegar todo médico de vapores e todo homem de cor que pudessem; e uma vez nas suas mãos, havia pouca misericórdia para eles. As cabeças dos pregadores eles cortaram e colocaram em estacas, e as dispuseram pela estrada, onde elas permaneceram até perderem a cor.¹⁹⁰

Não há outros documentos que corroborem o testemunho de Campbell sobre as decapitações e a exposição dos cadáveres. No entanto, havia precedentes como a repressão à Revolta da Costa Germânica em 1811. De todo modo, as torturas e os enforcamentos em série não ficaram aquém dos horrores descritos por Campbell.

O Pânico de 1835 foi excepcional em termos de escala, mas não foi único. Um ano depois, uma suposta conspiração foi descoberta no assentamento de colonos

ele me conhecia, sim, e continuei a olhá-lo fixamente no rosto por alguns minutos até que ele começou a tremer”. *Proceedings of the Citizens of Madison County*, 1836.

¹⁸⁸ Carta de Jesse Marby a Thomas Schakelford, *apud* H. Howard. *The History of Virgil A. Stewart*, pp. 228-232.

¹⁸⁹ Israel Campbell. *Bond and Free*, p. 72.

¹⁹⁰ Israel Campbell. *Bond and Free*, pp. 74-75

estadunidenses no rio Brazo, no Texas, e levou ao interrogatório de mais de cem escravizados. Alguns foram castigados até a morte e outros sumariamente enforcados. Quatro anos mais tarde, abolicionistas e escravizados foram acusados de conspirarem uma insurreição na paróquia de Fayette e ao menos nove foram enforcados sem julgamento formal. Em outubro de 1837, um escravizado chamado Lewis expôs a seu senhor, David Cheney, os planos de uma insurreição na paróquia Rapides, na Louisiana. Um comitê de vigilância foi instaurado, conduzindo uma investigação contra dezenas de escravizados. Dois suspeitos foram executados no dia 6 de outubro e ao menos outros sete a oito nos dias seguintes. Conforme uma lei do estado, Lewis recebeu a alforria pelo serviço prestado, com direito à indenização pública de seu proprietário. Escravizado naquela mesma paróquia anos depois, Solomon Northup descreveu a percepções da comunidade escravizada sobre essa conspiração. Lewis seria na verdade um dos líderes do movimento, cujo objetivo era uma fuga em massa em direção ao México. No entanto, receoso do fracasso de sua própria empreitada, ele teria traído seus parceiros. Na imaginação dos brancos, o plano de fuga se tornou uma insurreição sanguinária e nem mesmo os grandes proprietários conseguiram conter a fúria popular.¹⁹¹

Tal informação, exagerada à medida que foi passada de boca a boca, encheu o país todo de terror. Os fugitivos eram cercados e levados como prisioneiros, carregados em correntes a Alexandria, e enforcados pelo populacho. Não apenas aqueles, mas muitos que eram suspeitos, embora inteiramente inocentes, foram levados do campo e da senzala, sem qualquer sombra de processo ou forma de julgamento, ao cadafalso. Os fazendeiros de Bayou Boeuf se rebelaram contra a destruição de suas propriedades, mas foi apenas quando um regimento de soldados de algum lugar com a fronteira do Texas chegou, a força foi demolida, e as portas da prisão de Alexandria foram abertas, que a matança indiscriminada cessou. Lew Cheney escapou, e foi ainda recompensado por sua traição. Ele ainda está vivo, mas seu nome é desprezado e execrado por toda a sua raça pelas paróquias de Rapides e Avoyelles.¹⁹²

A violência extrajudicial se tornava epidêmica quando os rumores de conspirações se espalhavam, muitas vezes conduzida pelas mãos da comunidade branca pobre. Em outros casos, fazendeiros respeitados conseguiam preservar a hierarquia na condução das investigações. Em 1841, rumores de uma nova conspiração se espalharam pela paróquia

¹⁹¹ Sobre o avanço da fronteira da escravidão no Texas, ver Andrew Torget. *Seeds of Empire: Cotton, Slavery, and the Transformation of the Texas Borderlands, 1800-1850*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2015. Sobre a região de Los Brazos, ver Sean Kelley. *Los Brazos de Dios: A Plantation Society in the Texas Borderlands, 1821-1865*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2010. Sobre o Pânico de 1835 no Vale do Mississippi, ver Walter Johnson. *River of Dark Dreams*, pp. 46-72. Sobre as conspirações, insurreições e pânicos na Louisiana, ver Junius Rodriguez. *Ripe for Revolt*, 1992.

¹⁹² Solomon Northup. *12 Years a Slave*, p. 248.

de West Feliciana, envolvendo os escravizados de Robert Barrow. Cerca de oitenta negros foram presos nas primeiras semanas de agosto, assim como alguns brancos acusados de serem seus cúmplices. Os interrogatórios ocorreram nas próprias fazendas, presididos por um comitê de proprietários que se reportavam uns aos outros e ao juiz Wades. Bennet Barrow participou diretamente da investigação e descreveu como o terror nas senzalas da vizinhança provocou fugas em massa. Dessa vez, ele foi econômico em seu diário, mas outro fazendeiro chamado Moses Liddel descreveu os interrogatórios de mais de duzentos escravizados das fazendas do Bayou Sara. “*Extraídas pelo chicote*”, as confissões implicaram abolicionistas do Norte na conspiração. O suposto líder, chamado Dave Bonner, foi levado à cadeia da cidade para aguardar seu julgamento. Seu destino e o dos demais suspeitos é desconhecido.¹⁹³

A descoberta de supostas conspirações foi frequente no Mississippi e na Louisiana entre meados da década de 1830 e o início da década de 1840. Elas voltariam à moda nos anos 1850, especialmente durante os anos eleitorais de 1856 e 1860 e ao longo a crise da Secessão. No entanto, salvo pela Revolta da Costa Germânica, não houve nenhum levante efetivo de escravizados no Vale do Mississippi ao longo do século XIX. As conspirações de escravizados são um terreno arenoso da historiografia. As provas obtidas mediante tortura eram tão questionáveis à época quanto o são para o historiador. Os planos de insurreições poderiam ter sido verdadeiros ou imaginários, mas os temores e as violências foram reais. Conduzida pelos fazendeiros ou pelas multidões, a justiça sumária suspendia a lei e instaurava o terror branco.¹⁹⁴

¹⁹³ Em seu diário, Bennet Barrow descreveu o clima inquisitorial na vizinhança no dia 17 de junho: “Muitos dos meus negros foram implicados em uma insurreição pretendida para 1º de agosto (...) os meus são O Fill O Bem Jack Dennis & Demps—Vou a Robert J. B. para tê-los examinados, e seis negros foram considerados culpados em primeiro grau (...) Líderes um de Robert J. Barrow um de Bennet J. B. um de Towles um de C. Perceys um de W. J. Forts & um de D. Turnbolls, nenhum dos meu implicado mais do que u dos boys de Robert J. B. disse ter ouvido os nomes dos acima mencionados &c. pretendo ter um exame de toda a plantation e da vizinhança.” Entradas de junho de 1841 no Diário de Bennet Barrow. *Plantation Life in the Florida Parishes of Louisiana*, 1943. Carta de Moses Liddell a John R. Liddell, 21 de julho de 1841, Liddell Papers, Louisiana and Lower Mississippi Valley Collections, Louisiana State University Libraries, Baton Rouge, Louisiana, *apud* Junius Rodriguez. *Ripe for Revolt*, pp. 213-214. Em dezembro de 1842, o temor tomou conta novamente das cidades de Natchez e Vicksburg. Corriam rumores de que mais de trezentos negros fugidos planejavam uma conspiração nos pântanos das paróquias de Concórdia, Tensas e Carrol. Entre quinze e vinte suspeitos foram interrogados. Por analogia, as condições da investigação não lhe devem ter sido favoráveis. Sobre as investigações de 1841. Ver as entradas de dezembro de 1842 no Diário de Bennet Barrow. *Plantation Life in the Florida Parishes of Louisiana*, 1943.

¹⁹⁴ Ver Davidson McKibben. “Negro Slave Insurrections in Mississippi, 1800-1865.” *The Journal of Negro History*, 34(1), 1949, 73-90.

Mapa dos estados da Louisiana e do Mississippi com destaque das paróquias e dos condados onde supostas conspirações de escravizados foram descobertas entre 1830 e 1843.¹⁹⁵

Uma conspiração de outra natureza, tramada e executada no Vale do Mississippi, foi tão reveladora dos limites do império da lei quanto das diferenças entre os regimes raciais das Américas escravistas. Em abril de 1842, corriam rumores de que os negros escravizados da paróquia de Concordia planejavam um levante. O medo se concretizou quando dois fazendeiros, Noah Harrington e George Todd, foram encontrados mortos em suas residências. O desaparecimento da filha do primeiro, e da esposa e do bebê de colo do segundo, acirrou ainda mais os ânimos na vizinhança. O receio geral era de que houvesse um plano arquitetado entre as senzalas e os pântanos, que serviam de abrigo aos escravizados fugidos, e que uma insurreição estivesse por vir. Uma caçada humana teve início, mas se passaram semanas sem que ninguém fosse encontrado. No início do mês de junho, uma pista levou fazendeiros ao rastro das mulheres e de seus sequestradores. No dia 6, o barbeiro negro William Johnson registrou em seu diário que um deles havia

¹⁹⁵ Fonte: GoogleMaps, edições do autor.

sido capturado perto do Rio Vermelho, onde os fazendeiros “o queimaram logo depois de capturá-lo.”¹⁹⁶

No dia seguinte, o *Mississippi Free Trader* descreveu os “Crimes Horríveis” cometidos por Enoch e Joseph, escravizados de um mesmo fazendeiro que haviam fugido meses antes. Em uma noite de abril, eles se dirigiram armados à casa de Noah Harrington. Ameaçado, ele abriu a porta e foi assassinado com um tiro na cabeça. Sua filha testemunhou o crime e foi levada. Dali eles seguiram em direção à residência de George Todd, que foi igualmente rendido e morto com um tiro e coronhadas de rifle na cabeça. Sua esposa, Eliza Todd, também foi sequestrada, junto do bebê de sete meses do casal. Foi, então, que se encontraram com Margareth, uma mulher livre de cor que, segundo as vítimas, teria impedido por mais de uma vez que Enoch e Joseph as matassem. No entanto, ambas teriam sido castigadas e torturadas até se submeterem a seus “*propósitos infernais*”—termos dos redatores para se referirem ao abuso sexual. Semanas depois, uma patrulha encontrou um rastro de tecidos deixados por Eliza Todd e seguiu no seu encalço. Joseph foi imediatamente capturado, enquanto Enoch escapou pelas matas, possivelmente ferido por tiros. Margareth foi levada à cadeia de Vidalia, capital da paróquia de Concórdia, mas as vítimas intervieram em seu favor. No dia 5 de junho, teve início o julgamento.¹⁹⁷

Os crimes capitais cometidos por cidadãos eram da alçada do tribunal do júri no país, mas poucos estados como o Mississippi estendiam essa garantia aos réus escravizados. Tivessem os assassinatos e os sequestros ocorridos do outro lado do rio, no condado de Adams, esse poderia ter sido o destino de Enoch e Joseph. Mas o *Black Code* da Louisiana previa o julgamento por uma corte escravista, composta por um juiz de paz e um júri improvisado de proprietários. Os fazendeiros logo deram início à sua inquisição particular. Joseph foi levado para a fazenda do senhor Boyden, na vizinhança onde ocorreram os crimes. Submetido a interrogatório, atribuiu a Enoch a idealização dos crimes e confessou os assassinatos de Harrington, Todd e de um terceiro homem cujo nome desconhecia. Acrescentou que pretendiam ainda ir à fazenda de Boyden para matá-lo e tomar sua esposa. De acordo com o jornal, tudo era parte de um plano ainda mais ambicioso. Os escravizados pretendiam matar todos os ricos, torturar suas esposas e

¹⁹⁶ Ver entradas de 6 de julho de 1842 no William Johnson. *William Johnson's Natchez*, 1951; *Mississippi Free Trader*, edições de 7 de junho de 1842.

¹⁹⁷ *Mississippi Free Trader*, edições de 7 e de 9 de junho de 1842.

filhas, matar os pobres e ficar com suas esposas e filhas para seu uso. Por fim, libertariam todos os negros que se juntassem a eles, matando os que se recusassem.¹⁹⁸

Terminado o interrogatório, os presentes deliberaram sobre a condenação e a pena de Joseph. As leis do estado delegavam ao arbítrio da corte escravista a natureza e a forma da punição. Decidiram por queimá-lo vivo. A discricionariedade dos membros do tribunal não estava acima da constituição, mas assim como ocorrera com Charles Deslondes, líder da Revolta da Costa Germânica, ninguém interveio em nome do réu. Joseph foi amarrado a uma árvore às margens do rio Mississippi, com lenha e palha ao seu redor. Findos os preparativos, foi-lhe concedida a palavra. De acordo com o jornal, Joseph declarou aos presentes que tirassem dele um exemplo e pediu que rezassem por ele. Pediu um gole de água, bebeu e concluiu: “*Agora lancem fogo—estou pronto para ir em paz*”. As tochas acenderam a madeira a seu redor e ele se manteve em silêncio até que as chamas alcançaram seu corpo. Passou a gritar em agonia, pedindo que estourassem seus miolos. Com uma força inesperada, ele conseguiu se desprender das correntes e se afastar das chamas. Foi então que os estampidos de diversos rifles foram ouvidos. Perfurado por dezenas de tiros, seu corpo caiu sem vida. O cadáver foi lançado de volta às chamas que o consumiram, “*nenhum vestígio restando para mostrar que tal ser jamais viveu.*”¹⁹⁹

Na sexta-feira seguinte, Enoch foi capturado, sofrendo o mesmo fim de Joseph na fogueira. O caso repercutiu em toda a região. Os crimes cometidos por Enoch e Joseph calaram fundo nas sensibilidades da masculinidade escravista branca. Em seu diário, Bennet Barrow carregou nas tintas ao registrar o ocorrido.²⁰⁰

A mais ultrajante circunstância ocorreu acima daqui no rio, que jamais ouvi nesse país, dois fugidos (*runaways*) foram até um velho homem levaram ele e sua filha carregaram eles de volta para o pântano mataram o homem velho & castigaram a garota impiedosamente, forçando-a a se submeter aos seus desígnios infernais, pouco tempo depois foram a outra casa mataram o dono e então levaram sua esposa e sua pequena criança com eles trataram assim como a anterior, “eles tinham uma mulher negra com eles ela impediu que eles matassem as mulheres brancas”. A mulher casada demonstrou grande perspicácia,

¹⁹⁸ Idem.

¹⁹⁹ *Mississippi Free Trader*, edição de 9 de junho de 1842.

²⁰⁰ Em suas memórias, Charles Ball narrou o desaparecimento de uma jovem branca na Carolina do Sul. No dia seguinte, ele foi chamado por seu senhor, e ao adentrar um cômodo da casa, foi cercado por homens que o amarraram, enquanto um médico ameaçava cortar e arrancar sua pele se não confessasse o crime. Foi salvo pelo irmão da vítima, que testemunhou em seu favor. Outros dois escravizados da fazenda eram os responsáveis e tentaram incriminar Ball, mas foi ele quem descobriu o paradeiro da vítima, e os delatou. A mulher foi resgatada, mas faleceu. Assim como na Louisiana, os crimes cometidos por escravizados naquele estado eram submetidos cortes escravistas, sob o arbítrio do juiz de paz e dos proprietários convocados como jurados. A corte se reuniu nas matas e decidiu que a justiça formal não bastava. Decidiram por amarrá-los nus e de bruços e deixá-los à mercê dos corvos. Uma semana depois, Ball e seus parceiros voltaram ao lugar e encontraram apenas os ossos. Charles Ball. *Slavery in the United States*, pp. 218-260.

rasgando pequenos pedaços de tecido e os derrubando à medida em que seguia. Foi o que permitiu que pessoas seguissem o rastro deles, eles foram pegos e queimados vivos, muitos a testemunhar & e muitas centenas de negros &c. Queimar foi até bom demais para eles.²⁰¹

Seu relato reforça o caráter espetacular e pedagógico da pena, a fim de satisfazer a vingança da comunidade branca, restaurar a honra das mulheres violadas e aterrorizar as “*muitas centenas de negros*” levadas para testemunhar o suplício de seus pares.²⁰²

Os delitos e a execução de Joseph e Enoch são reveladores não apenas dos arbítrios da justiça escravista diante dos crimes-limite, mas também das ansiedades raciais típicas do escravismo estadunidense, marcado por uma rígida cisão entre brancos e negros. No mesmo ano de 1842, foi publicado em Nova Iorque um panfleto anônimo sobre o caso, supostamente narrado pela senhorita Harrington, com ao menos mais uma edição em 1843. Intitulado *Narrativa do Tratamento Bárbaro de Duas Mulheres Desafortunadas Nativas da Paróquia de Concordia, Louisiana, Cujos Marido e Pai Foram Desumanamente Assassinados por Dois Negros Fugidos*, o panfleto estampava na capa a imagem de um negro em uma fogueira, com a legenda “*o principal instigador do que há desde então sofrido na estaca.*” A publicação destoou em parte dos fatos relatados pelos jornais, transformando o ocorrido em uma narrativa romanceada e moralizadora dos crimes e da redenção das personagens—as brancas pelo resgate, a mulata (*yellow*) pela lealdade aos brancos, e os negros bárbaros pelo fogo.

²⁰¹ Entrada de 17 de junho de 1841. Diário de Bennet Barrow. *Plantation Life in the Florida Parishes of Louisiana*, p. 262.

²⁰² Episódios dessa natureza eram raros, mas não foram únicos. Em fevereiro do ano seguinte, o *Mississippi Free Trader* relatou outro “ultraje negro lavado com sangue”. No condado vizinho de Copiah, dois escravizados de um proprietário chamado Burnett foram à residência de um vizinho, o senhor Noland. Na sua ausência, demandaram de sua esposa que lhes desse uma bebida alcoólica, a qual se recusou e foi ameaçada de morte. Os cativos exigiram ainda café e alimentos, ao que ela respondeu que daria desde que não fizessem mal a ela ou a seu bebê. Em seguida, tomaram a criança de seu colo, e um deles lançou a mulher ao chão, mantendo uma arma sobre sua cabeça enquanto a estuprava. Tomaram alguns bens e dinheiro e partiram a cavalo. O caso foi reportado às autoridades, mas foi o próprio senhor Noland e cerca de vinte amigos que se dirigiram à fazenda de Burnett e os enforcaram sumariamente. O jornal enfatizou sua oposição a “qualquer tipo de punição administrada sob o estatuto do Juiz Lynch”, mas antevendo que os abolicionistas do Norte se apropriariam da história com demonstração “da depravação do Sul, e da excessiva crueldade de nossos cidadãos contra as pessoas de cor”, decidiu relatar com detalhes o ocorrido, para que os nortistas pudessem “apreciar a enormidade das ofensas que ocasionaram a punição sumária infligida pelos cidadãos de Copiah”. Concluiu: “Quando nós refletimos sobre o que devem ser os sentimentos do marido e do pai, e a angústia profunda que permeia o seio da esposa ferida e mãe ultrajada, o devido respeito pelo pudor e a preservação de tudo o que é mais sagrado e tudo o que é mais querido para um homem em seus círculos domésticos da vida, impele-nos a reconhecer o fato de que se os perpetradores desse crime excessivamente revoltante tivessem sido queimados vivos, como foi primeiramente decidido, teria sido bom demais para uma perversão tão desumana e diabólica.” *Mississippi Free Trader*, edição de 21 de fevereiro de 1843.

Capa e Imagem de *Narrative of the Barbarous Treatment of Two Unfortunate Females*, 1843.²⁰³

O caso repercutiu também na imprensa abolicionista. O *The Liberator* publicou uma matéria sobre o caso, intitulada “*Barbárie Diabólica*”, na qual apenas reproduziu trechos da matéria do *Mississippi Free Trader*, tratando com repulsa tanto os crimes quando as punições. O caso caiu no esquecimento apenas para ser ressuscitado pelos abolicionistas em meados da década de 1850, quando denunciaram “a queima de um negro vivo próximo à cidade de Natchez” diante de uma multidão de milhares de negros. Em suas palavras, esse era “um dos fenômenos mais assustadores da instituição peculiar que já registramos, e se equipara à atrocidade de tempos inquisitoriais e gladiatoriais.” De acordo com os redatores do *New York Daily Tribune*, o crime do escravizado teria sido a mera agressão a um homem branco e “a democracia da região, sem esperar que a ‘justiça’ tomasse seu curso, infligiu a lei de Lynch.” A reportagem se espalhou pelo país e o próprio *Mississippi Free Trader* exigiu seu direito de resposta em uma publicação intitulada “*Homens Choraram Lágrimas de Sangue*”. Atribuíram o episódio erroneamente ao ano de 1841 e carregaram nas tintas ao descreverem os crimes e a violência sexual cometidos pelos acusados, a fim de justificar a punição.²⁰⁴

Era o suficiente para que os homens chorassem lágrimas de sangue—uma série de crimes negros o suficiente para serem execrados pelos demônios. O povo se reuniu em assembleia e não demorou a deliberar. Uma execução sumária foi decidida. O negro capturado foi amarrado a uma árvore—palha foi colocada ao seu redor—e a senhora Todd acendeu o fogo de sua pira fúnebre. Era o homem que havia assassinado seu marido e que primeiro a ultrajou.²⁰⁵

²⁰³ *Narrative of the Barbarous Treatment of Two Unfortunate Females: Natives of the Parish of Concordia, Louisiana, whose Husband and Father were Inhumanely Murdered by Two Runaway Blacks: The Principal Instigator of which has since suffered at the Stake*. New York, Printed for the Publishers, 1843.

²⁰⁴ *New York Daily Tribune*, edição de 1854, apud Christopher Waldrep. *Lynching in America: A History in Documents*. New York: New York University Press, 2006, pp.75-76.

²⁰⁵ *Mississippi Free Trader*, edição de 25 de março de 1854. Ver ainda em Christopher Waldrep. *Lynching in America*, pp. 76-78.

Segundo os redatores, o crime horrorizou até mesmo os negros da região, que teriam linchado os acusados se não fossem contidos. Criticando a imprensa nortista, eles asseguraram que a mesma pena teria sido executada se os criminosos fossem brancos. Relembaram os homens assassinados a sangue frio e “*uma jovem garota inocente e uma esposa virtuosa condenadas a um destino que faz o coração pesar. Todas essas coisas são esquecidas pelos negrófilos em sua simpatia selvagem pelo escravo!*”

Se já houve um caso em que execuções sumárias foram justificadas, pelo caráter dos crimes cometidos, pela absoluta certeza do cometimento, e pela necessidade de um exemplo terrível, era esse. (...) Eles pereceram—pereceram terrivelmente, mas justamente—e aqueles que leem a história vão reconhecer em seus corações a perfeita harmonia entre os crimes que eles perpetraram e o destino que tiveram.²⁰⁶

A disputa de narrativas é tão reveladora quanto o próprio caso e desnuda as particularidades raciais do escravismo estadunidense. Enquanto as primeiras descrições do caso, nos jornais e nos panfletos, foram mais contidas, a última publicação do *Mississippi Free Trader* retratou de forma sensacionalista e explícita a violência sexual. Na resposta às denúncias da imprensa nortista, o jornal de Natchez esboçou um embrião do *mito do estuprador negro*, que chegaria à maturidade na era dos linchamentos raciais no Sul dos Estados Unidos, entre 1890 e 1930. Não se trata de afirmar que Enoch, Joseph e outros acusados não possam ter cometido violações sexuais. Mas é preciso reconhecer que os estupros cometidos por homens negros contra mulheres brancas compuseram um percentual ínfimo dos crimes perpetrados em Natchez e no Sul do país, ainda mais se comparado à violência sistêmica cometida por homens brancos contra mulheres negras. Mesmo durante as insurreições ocorridas no país, não houve registros de violência sexual. Como em todo mito, o arquétipo do estuprador negro foi construído a partir de fragmentos do real, selecionados de forma interessada para compor um discurso que racionalizasse ansiedades e medos para fins políticos. A sacra sexualidade feminina dizia menos respeito às mulheres do que às sensibilidades e inseguranças da masculinidade branca sulista, cuja reação histórica se expressava na forma da Lei de Lynch.²⁰⁷

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ Para um exemplo da violência sofrida pelas mulheres escravizadas, ver Melton McLaurin. *Celia, a Slave*. Athens: University of Georgia Press, 1991. Sobre o mito do estuprador negro, ver Angela Davis “Estupro, Racismo e o Mito do Estuprador Negro” In: *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016, pp. 177-203; Diana Sommerville. “The Rape Myth in the Old South Reconsidered”. *The Journal of Southern History*, 1995, vol. 61, no. 3, pp. 481-518; e da mesma autora *Rape & Race in the Nineteenth-Century South*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004; Merril Smith. *Sex without Consent: Rape and Sexual Coercion in America*. New York: London: New York University Press, 2001; Madelin Joan

Tanto as conspirações e insurreições negras quanto os supostos crimes de estupro de mulheres brancas invertiam as hierarquias sociais e raciais. Dentro do imaginário escravista, a gravidade dos crimes transcendia os limites do império da lei. A escravidão perpetuava um estado de guerra e a mera ameaça de uma conspiração suspendia os direitos costumeiros dos escravizados e as garantias legais. O mesmo princípio se aplicava aos negros acusados de violarem mulheres brancas. Em todas as conspirações analisadas, prevaleceram justiças paralelas, dos comitês de vigilância e aos linchamentos. Fosse sob liderança de fazendeiros respeitados ou pela ação espontânea das multidões, enquanto pairassem o medo e a ameaça, estava instaurado um regime de exceção. O terror branco levava às últimas consequências a prerrogativa da violência e o direito sobre os corpos e vidas dos negros, mas apenas revelava a essência da condição escrava. Para os negros que viviam no cativeiro do Mississippi, o estado de exceção era a regra.

As Conspirações Negras e a Ordem Senhorial no Vale do Paraíba

“*Há muito tempo se receava o que hoje acontece*”, escreveu Francisco de Peixoto Lacerda Werneck ao Presidente da Província do Rio de Janeiro em novembro de 1838, reportando os acontecimentos recentes em Vassouras. Como coronel da Guarda Nacional, o Barão de Pati do Alferes combatera quilombolas anos antes, mas enfrentava agora um desafio de novas proporções. Na noite do dia 5 daquele mês, cerca de oitenta escravizados arrombaram as portas das senzalas da fazenda Freguesia, de propriedade do capitão-mor Manoel Francisco Xavier, e fugiram para as matas levando instrumentos de trabalho, armas e mantimentos. Na noite seguinte, eles se dirigiram à fazenda Maravilha, do mesmo proprietário, onde tentaram assassinar o feitor Zeferino, que escapou pelo telhado. Os rebeldes ainda libertaram seus parceiros das senzalas e, com a ajuda de uma escada, retiraram as mucamas pela janela da cozinha. Eles então partiram pelas matas da vizinhança, onde se encontraram com escravizados fugidos de outras fazendas, como a Pau Grande, de propriedade de Paulo Gomes Ribeiro de Avellar. Liderados por Manoel Congo, Mariana Crioula e Epifânio Moçambique, centenas de africanos marcharam rumo às matas de Santa Catarina.²⁰⁸

Olds. *The Rape Complex in the Postbellum South*. Tese de Doutorado defendida na Carnegie-Mellon University em 1989.

²⁰⁸ Ofício do Coronel-Chefe da Legião da Guarda Nacional de Valença ao Presidente da Província, 8 de novembro de 1838, *apud* Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de Quilombolas*, pp. 238-239.

Fotografia do quadro da Fazenda do Arcozelo (antiga Fazenda Freguesia), início do século XX²⁰⁹

Os temores de Lacerda Werneck eram justificados. A freguesia de Pati do Alferes e toda a região do município de Vassouras tinham sua paisagem recortada por grandes latifúndios, onde vivia uma população predominantemente jovem, africana e escravizada. Nas fazendas Freguesia e Maravilha, viviam cerca de quinhentos cativos, e “*no círculo de uma légua [existiam] as fazendas das Pitombas, Pau Grande, Guaribu e Antas, cada uma com mais de trezentos, além de outras com mais de cem, quarenta etc.*”, conforme descreveu o barão. A vizinhança era marcada pela arquitetura carcerária das grandes fazendas e suas senzalas em quadra, mas uma subjacente geografia dos escravizados transformou as plantações e matas em espaços de relativa autonomia, onde eles construíram suas alianças e orquestraram o levante.²¹⁰

Assim que Manoel Francisco Xavier soube do assalto à segunda fazenda, comunicou o juiz de paz de Pati do Alferes, José Pinheiro de Lacerda Werneck, que, por sua vez, oficiou ao coronel da Guarda Nacional. No documento, o juiz de paz relevou seus anseios, acreditando que o fim dos rebeldes era “*reunir mais força, e depois lançar mão de outros meios que a Vossa Senhoria e a mim não são ocultos*”. Eram os pesadelos dos fazendeiros que se materializavam. O coronel Francisco Peixoto de Lacerda Werneck

²⁰⁹ Fonte: Inventário das Fazendas Fluminenses: www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/p=918.

²¹⁰ Ofício do Coronel-Chefe da Legião da Guarda Nacional de Valença ao Presidente da Província, 8 de novembro de 1838, *apud* Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de Quilombolas*, p. 267.

comunicou os fatos de imediato ao Presidente da Província, Paulino Soares de Souza, requerendo reforços. Em poucos dias, arregimentou 160 homens sob seu comando, sendo 150 guardas, além de pedestres e voluntários. O juiz de paz de Valença enviou um destacamento para a fronteira com Vassouras para conter o eventual avanço dos rebeldes, enquanto da capital partiram tropas lideradas por Luís Alves de Lima, futuro Duque de Caxias. Das insurreições passadas ficara uma lição: a rapidez na mobilização militar era decisiva.²¹¹

No dia 10 de novembro, Lacerda Werneck reuniu seus comandados e discursou de forma enérgica. Em suas palavras, fez ressoar entusiasmados vivas. Era a ordem escravista que se encontrava em risco. Eles então partiram em direção à fazenda Maravilha, onde pernoitaram. Pela manhã, dividiram-se em quatro destacamentos e seguiram o rastro da fuga. Os rebeldes haviam se dividido em dois grupos e um deles foi alcançado no fim da tarde do dia 11. No primeiro confronto, dois pedestres morreram ao lado da força militar, enquanto mais de vinte africanos tombaram. Outros vinte e dois foram capturados, inclusive Manoel Congo e Mariana Crioula, que haviam sido coroados rei e rainha do quilombo. Ele foi alvejado e perdeu os sentidos. Ela resistiu à investida dos captores enquanto pode, como descreveu Lacerda Werneck. A maioria dos rebeldes se dispersou pelas matas e veio a se entregar nos dias seguintes. A força militar então se desfez, salvo por alguns guardas a postos na fazenda Maravilha. Quando as tropas de Luís Alves de Lima chegaram a Vassouras, o levante já fora controlado. O desfile militar serviu apenas de reforço simbólico à restauração da ordem. O comandante permaneceu no município por alguns dias, para apaziguar os ânimos dos fazendeiros e atemorizar a população escravizada.²¹²

²¹¹ Ofício do Juiz de Paz da Freguesia de Pati do Alferes ao Coronel-Chefe da Legião da Guarda Nacional de Valença, 8 de novembro de 1838, *apud* Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de Quilombolas*, p.182.

²¹² Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de Quilombolas*, pp. 182-202. Ver ainda João Luiz Pinaud et al. *Insurreição Negra e Justiça: Paty do Alferes, 1838*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura/OAB, 1987.

Mapa da região do município de Vassouras e da freguesia de Pati do Alferes, com referência à localização das fazendas Freguesia e Pau Grande, além da Serra de Petrópolis, para onde seguiu parte dos rebeldes.²¹³

Os sobreviventes capturados foram levados à fazenda Mato Grosso, de propriedade de Antônio Gomes Ribeiro. Entre 14 de novembro e 5 de dezembro, eles foram mantidos em correntes e interrogados na presença do juiz de paz e do coronel Lacerda Werneck. A mesma violência que constituía seu cativeiro conduziu os interrogatórios e a produção da verdade jurídica. Os depoimentos prestados justificaram a abertura de dois processos. O homicídio dos dois pedestres foi imputado exclusivamente a Manoel Congo, enquanto outros quinze acusados responderam, junto dele, pelo crime de insurreição, nos termos do artigo 113 do Código Criminal. Epifânio Moçambique foi interrogado na fazenda e, apesar dos depoimentos que o apontavam como um dos líderes, ele sequer foi pronunciado. Embora mais de trezentos escravizados de diversas fazendas tivessem aderido ao levante, apenas os pertencentes a Manoel Francisco Xavier foram formalmente acusados. Ao lado de seus cativos, o senhor se sentava simbolicamente no banco dos réus.²¹⁴

Em seu interrogatório, Manoel Congo justificou a ação pela injustiça nas propriedades de seu senhor. No dia anterior à fuga, seu parceiro Camilo Sapateiro fora morto no caminho da fazenda Freguesia por um tiro do feitor Jacques Crioulo, que também era escravizado. Uma comitiva de cativos se dirigiu à fazenda Maravilha,

²¹³ Fonte: GoogleMaps, edição do autor.

²¹⁴ Processo Criminal por Homicídio e por Insurreição, réu Manoel Congo, 1835. Processo Criminal por Insurreição, réus Manoel Congo, Justino Benguela, Antônio Magro, Pedro Dias, Belarmino, Miguel Crioulo, Canuto Moçambique, Afonso Angola, Adão, Mariana Crioula, Rita Crioula, Lourença Crioula, Brisida Crioula, Joana Mofumbe, Josefa Angola e Emília Conga, 1838. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

reportando o crime e exigindo providências do proprietário. A hesitação de Xavier em punir o feitor ou denunciá-lo à justiça lhe custou a perda do controle dos seus subordinados, que decidiram por desertar de seus domínios. As rivalidades políticas contribuíram para a forma como se deu o julgamento. O coronel Lacerda Werneck era um desafeto de Xavier e o acusou publicamente pelo desgoverno em suas fazendas.²¹⁵

Há pouco mais de um mês que mataram um parceiro a tiros, e foi, por ordem do capitão-mor, sepultado no maior segredo, e só se soube pela boca pequena que tal crime se havia perpetuado. Dois meses há, pouco mais ou menos que me disse Manuel Borges de Carvalho que fora apreendido no Pilar uma grande porção de pólvora em barris, comprado por um mascate com dinheiro destes escravos. Dei disto parte ao juiz de paz, que ficou de indagar e descobrir a verdade. Em outra ocasião, tem sido feridos homens brancos e espancados mortalmente capatazes desta grande fazenda; fatos que o mesmo capitão-mor trata de capear e esconder, e só se sabe por seus fâmulos e escravos, que dizem debaixo do maior segredo. Tantos fatos sucedidos ultimamente, por espaço de quatro anos, tem posto em cautela os demais fazendeiros desta freguesia de Pati do Alferes.²¹⁶

Na narrativa de Lacerda Werneck, o proprietário das fazendas Freguesia e Maravilha não cumpria os preceitos da ordem senhorial. O desgoverno doméstico comprometera toda a tranquilidade pública e o tribunal de Vassouras questionava inclusive a justiça privada de Manoel Francisco Xavier.

Contudo, seu castigo foi moral, enquanto os réus sofreriam na pele as penas judiciais. Por semanas eles permaneceram reclusos na cadeia de Vassouras, à vista e à mercê das ameaças da população livre. No dia 22 de janeiro, foram levados a julgamento. Na sala do júri eles se encontravam cercados por forças policiais, tendo à sua frente o juiz de direito Ignácio Ribeiro de Souza Werneck, membro de uma das principais famílias de fazendeiros da região. O júri de acusação foi sorteado entre os proprietários do município. Sob a presidência de Manoel de Azevedo Barboza Werneck, membro do mesmo clã do magistrado, eles acataram unanimemente o indiciamento e o processo seguiu para julgamento. O promotor José de Souza Jordão apresentou então seu libelo acusatório, pedindo a condenação de Manoel Congo à pena máxima, pelos crimes de homicídio e de insurreição. Aos demais acusados, requereu a combinação entre os artigos 113 e 60, para condenar os homens à pena de açoites em grau máximo e as mulheres em grau mínimo.²¹⁷

²¹⁵ Processo Criminal por Homicídio e por Insurreição, réu Manoel Congo, 1835. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

²¹⁶ Ofício do Coronel-Chefe da Legião da Guarda Nacional de Valença ao Presidente da Província, 8 de novembro de 1838, *apud* Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de Quilombolas*, pp. 238-239.

²¹⁷ Processo Criminal por Homicídio e por Insurreição, réu Manoel Congo, 1835. Processo Criminal por Insurreição, réus Manoel Congo, Justino Benguela, Antônio Magro, Pedro Dias, Belarmino, Miguel Crioulo, Canuto Moçambique, Afonso Angola, Adão, Mariana Crioula, Rita Crioula, Lourença Crioula, Brisida Crioula, Joana Mofumbe, Josefa Angola e Emília Conga, 1838. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

No dia seguinte, Manoel Congo foi levado a júri para depor. Questionado pelo promotor, negou ter sido responsável pela morte dos pedestres ou ter encabeçado o levante, denunciando alguns de seus parceiros. Mas a cada depoimento, os jurados ouviram os demais réus o apontarem como o líder do levante que os seduzira a fugir. As mucamas e cozinheiras da casa grande da fazenda foram além, acusando-o de tê-las coagido. Mariana Crioula declarou que foram ameaçadas por Manoel Congo com uma pistola e que não chamaram por seus senhores porque dormiam em um quarto distante da cozinha. No tribunal, cada palavra poderia custar a vida dos acusados. Diante da violência já sofrida e da ameaça da pena, os réus e seus curadores adotaram estratégias de defesa a fim de sobreviver, atentos às expectativas do júri.²¹⁸

No dia 26 de janeiro, Manoel Congo assistiu à saída dos jurados para a sala secreta. Quando voltaram com o veredito, sua sorte estava selada. O único condenado pela morte dos pedestres foi sentenciado à morte, nos termos do artigo 192 do Código Criminal combinado com o artigo 4º da Lei de 10 de junho de 1835, sem direito a recurso. Pouco importou o fato de que o crime de homicídio não fora cometido contra seu senhor, seu feitor ou suas famílias. A necessidade de uma execução pronta e exemplar justificou o deslize técnico do magistrado. Cinco dias depois, foi a vez do crime de insurreição ser julgado. Os jurados foram unânimes em indicar Manoel Congo como o cabeça do levante e condenaram como partícipes Justino Benguela, Antônio Magro, Pedro Dias, Belarmino, Miguel Crioulo, Canuto Moçambique e Afonso Angola. As rés Mariana Crioula, Rita Crioula, Lourença Crioula, Brisida Crioula, Joana Mofumbe, Josefa Angola e Emília Conga foram absolvidas, assim como Adão, o único entre os homens. O juiz sentenciou Manoel Congo à morte mais uma vez, enquanto os demais sofreriam 650 açoites e carregariam ferros nos pescoços por três anos, nos termos do artigo 113 do Código Criminal.²¹⁹

Ao proprietário Manoel Francisco Xavier, coube arcar com as custas dos dois processos e assinar um termo de responsabilidade pelo castigo continuado dos ferros em sua fazenda. Recaiu ainda sobre ele o prejuízo decorrente condenação de Manoel Congo. Diferentemente do que ocorria no Sul dos Estados Unidos, a legislação brasileira não previa a indenização dos proprietários pela execução da pena capital sobre os seus escravizados. Proibido de recorrer da primeira sentença, Manoel Congo ainda poderia

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Ibidem.

pedir graça imperial. Seu curador, Alexandre Joaquim de Siqueira, todavia, achou por bem declinar desse direito e o prazo decorreu sem que a petição fosse apresentada.

Ao longo do ano de 1839, a vila de Vassouras sediou constantes espetáculos de violência. Os condenados a penas corporais sofreram sessões de 50 açoites por dia, seguidos de semanas de recuperação, até completarem todas as parcelas. Por fim, foram devolvidos, um a um, a Manoel Francisco Xavier e voltaram às suas fazendas carregando ferros nos pescoços. Durante sete meses, Manoel Congo aguardou sua execução no cárcere. Em 4 de setembro de 1839, ele recebeu a visita do padre em sua cela e, em seguida, deixou a cadeia. Cercado pela força militar, percorreu com a corda no pescoço as ruas da vila, ouvindo novamente sua sentença. A gravidade do crime tornou o rito mais solene e o público maior. No largo da força, o carrasco atou a corda e Manoel Congo foi enforcado diante de uma multidão. A condenação à “morte para sempre” se estendeu para além do cadafalso, proibindo os ritos fúnebres. A profanação pode ter se limitado ao enterro simples, sem os sacramentos do espírito. É possível ainda que seu cadáver tenha sido exposto até a putrefação. De todo modo, a violência judicial transcendeu o corpo rebelde para aviltar a alma do africano, condenado no mundo dos vivos e no mundo dos mortos.²²⁰

O fim de Manoel Congo foi comum a outros réus negros no tribunal de Vassouras. Excepcional foi sua capacidade de articular a ação conjunta de centenas de africanos escravizados. A resistência e a formação de quilombos foram constantes em toda a América Portuguesa, mas raras foram as experiências prolongadas no tempo e no espaço, como Palmares. A mobilização coletiva e a formação de alianças dependiam de inúmeros fatores, como os fluxos tráfico atlântico, a demografia população local, as condições geográficas do terreno e a convergência entre etnias e culturas. Uma combinação muito específica de variáveis fez possível a fuga em massa de 1838. O avanço da cafeicultura entre as décadas de 1820 e 1830 levou ao estabelecimento de grandes fazendas na região. A demanda por trabalhadores trouxe milhares de africanos da costa Centro-Ocidental da África. Nas senzalas do Vale do Paraíba, encontraram-se pessoas nascidas em Angola, Benguela, Cabinda e Congo, que compartilhavam uma mesma raiz linguística e cosmológica. Outros tantos vieram da África Oriental, de regiões como Moçambique. Os conflitos entre os cativos de diferentes etnias eram constantes. Mas os laços estabelecidos nas províncias do Centro-Sul revelaram a existência uma base cultural comum, definida

²²⁰ Processo Criminal por Homicídio e por Insurreição, réu Manoel Congo, 1835. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras). Ver ainda João Luiz Pinaud. *Insurreição Negra e Justiça*, 1987.

por Robert Slenes como uma proto-nação Bantu. O historiador Flavio dos Santos Gomes identificou entre os 449 escravizados de Manoel Francisco Xavier um predomínio absoluto de homens (85%) africanos (89%) oriundos da África Centro-Occidental. O mesmo padrão foi identificado nas demais fazendas da região pela pesquisa de Ricardo Salles. Em Vassouras convergiram trajetórias e culturas díspares, mas que encontraram um denominador comum no breve reinado de Manoel Congo e Mariana Crioula.²²¹

A paisagem carcerária do Vale do Paraíba não fora capaz de conter a geografia dos escravizados. Na vizinhança de grandes fazendas como a Freguesia, a Maravilha, a Pau Grande e a Guaribu, a vigilância dos feitores e as paredes das senzalas em quadra constrangiam os passos dos cativos, mas não impediram que se aproveitassem dos espaços de invisibilidade. Nas fronteiras entre a Freguesia e a Pau Grande, Manoel Congo e Epifânio Moçambique se encontraram nos pontos cegos do olho senhorial. Durante a fuga, não houve ataque a outras fazendas e mesmo o assalto à Maravilha serviu apenas para se abastecerem com mantimentos e libertarem outros parceiros. O objetivo era chegar às matas de Santa Catarina, em uma fuga para fora. O quilombo consagraria um novo território de soberania africana.²²²

O confronto se deu no terreno neutro das matas. A partir da captura, no entanto, a restauração da ordem escravista ocorreu em espaços senhoriais. Primeiro, o interrogatório na fazenda Mato Grosso. Depois, o encarceramento na cadeia. Enfim, o julgamento na corte judicial e a execução das penas nos espaços públicos de Vassouras. Se as fazendas representavam o poder dos fazendeiros, na vila jazia a soberania do Estado. A cadeia, o tribunal do júri, o pelourinho e a força compunham os artefatos da arquitetura pública que representavam o direito, a lei e a ordem. Os castigos no interrogatório na fazenda Mato Grosso e as penas públicas aplicadas pelas autoridades na vila expressaram espacialmente o oligopólio da violência legítima. Contudo, o ambiente natural e os edifícios construídos foram mais do que cenários das lutas cotidianas entre fazendeiros, autoridades públicas e escravizado. Eles foram o próprio tecido das disputas físicas e simbólicas. A geografia

²²¹ Ver Robert Slenes. Robert Slenes. "Malungu, Ngoma Vem!". *Revista USP*, 1992, 48-67; e do mesmo autor *Na Senzala, uma Flor*, pp. 139-238; Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de Quilombolas*, pp. 202-231; e Ricardo Salles. *E o Vale era o Escravo*, pp. 177-271.

²²² Processo Criminal por Homicídio e por Insurreição, réu Manoel Congo, 1835. Processo Criminal por Insurreição, réus Manoel Congo, Justino Benguela, Antônio Magro, Pedro Dias, Belarmino, Miguel Crioulo, Canuto Moçambique, Afonso Angola, Adão, Mariana Crioula, Rita Crioula, Lourença Crioula, Brisida Crioula, Joana Mofumbe, Josefa Angola e Emília Conga, 1838. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

senhorial conteve em si o gérmen de sua negação, pois, às sombras da casa grande e da cadeia pública, outros territórios e soberanias foram vividos e imaginados.²²³

Dez anos depois, o espectro da insurreição pairou novamente sobre Vassouras, estendendo-se à vizinha Valença. Alexandre Joaquim de Siqueira era então o juiz de direito da comarca e testemunhou a investigação de uma conspiração descoberta naquele ano de 1848. Em suas *Memórias Históricas do Município de Vassouras*, publicadas quatro anos depois, ele registrou a “tentativa de insurreição geral”, revelada por acaso.

Verificou-se pelo processo que então se formou, que havia uma associação secreta dos escravos, dividida em círculos de diversas categorias, cada uma das quais era composta de cinco membros, cujo chefe recebia as ordens do da categoria imediatamente superior; e assim por diante até o chefe principal, pardo livre, ferreiro de profissão, de nome Estevão Pimenta.²²⁴

Não era a primeira vez que Siqueira se deparava com o papel de liderança de um ferreiro entre os africanos. Foi ele o curador responsável pela defesa de Manoel Congo e que se recusou a interpor uma petição de graça em seu favor. Tanto o líder da revolta de 1838 quanto Estevão Pimenta exerciam o ofício de ferreiro. O historiador Robert Slenes descreveu o papel religioso e militar de homens que lidavam com o ferro e o fogo na África Centro-Occidental, e como essas lideranças foram transpostas às províncias do Centro-Sul no Brasil.²²⁵

Nas duas oportunidades em que se deparou com a insurgência de africanos, o jurista Alexandre Joaquim de Siqueira cumpriu o papel de representante da ordem senhorial e nem sempre respeitou a forma da lei. Naqueles idos de 1848, os acusados foram submetidos a interrogatório na presença do magistrado. Dos depoimentos, as autoridades depreenderam a existência de uma sociedade secreta chamada Ubanda, com uma hierarquia de círculos e chefes. Os inferiores chamados Tates e os superiores chamados Tates Corongos. A palavra Tate remetia a Pai, uma autoridade social e simbólica, e os ritos descritos se assemelhavam aos cultos Kimpasi, conforme indicou Slenes. A investigação se espalhou por outros municípios, como Valença, e chegou a ser tema de uma sessão secreta na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro. As informações

²²³ Sobre a dimensão espacial da escravidão, ver Marco Aurélio dos Santos. *Geografia da Escravidão no Vale do Paraíba Cafeeiro: Bananal, 1850-1888*. São Paulo: Alameda Editorial, 2016. Ver ainda a referência para o Sul dos Estados Unidos de Anthony Kaye. *Joining Places*, 2007. Sobre a dimensão simbólica dos espaços e construções disciplinares, ver Marcelo Ferraro. *A Arquitetura da Escravidão nas Cidades do Café*, 2017.

²²⁴ Alexandre Joaquim de Siqueira. “Memórias Históricas do Município de Vassouras (1852)”. In: Greenhalg H. Fria. *Vassouras de Ontem*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes, 1975, pp. 81-116.

²²⁵ Processo Criminal por Homicídio e por Insurreição, réu Manoel Congo, 1835. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras). Ver Robert Slenes. Robert Slenes. “Malungu, Ngoma Vem!”. *Revista USP*, 1992, 48-67

extraídas nos interrogatórios alimentaram os medos dos fazendeiros e da comunidade livre, que enxergaram na organização hierárquica dos círculos, nos títulos dos chefes e nas práticas religiosas, as provas de uma insurreição, que estaria marcada para o dia 24 de junho daquele ano.²²⁶

Dou testemunho da existência daquela sociedade porque eu então estava na vila, assisti à formação do processo e ao interrogatório de grande número de escravos, todos concordes sobre as principais circunstâncias.²²⁷

Em suas memórias, Alexandre Joaquim de Siqueira deu sua palavra como garantia da existência da conspiração, refutando as críticas da oposição que, à época, acusou o governo de forjar os rumores para fins políticos. Os esparsos documentos revelam menos pelo conteúdo do que por seus silêncios. Os fazendeiros se articularam rapidamente, como revela a carta enviada por Joaquim José Teixeira Leite a Paulo Gomes Ribeiro de Avellar, então subdelegado de polícia da freguesia. No dia 13 de abril, os representantes eleitos pela municipalidade se reuniram na Câmara Municipal de Vassouras, onde trataram do tema e reiteraram o pedido de providências ao governo da província. Na mesma sessão, oficiaram o subdelegado para que “*examinasse com circunspecção o que ocorre com os escravos suspeitos da fazenda do guarda roupa Claudio Gomes Ribeiro de Avellar*”.²²⁸

Oficiou-se ao delegado de polícia a fim de que empregue algumas providências enérgicas com respeito aos escravos, entre estas a criação de esquadras de pedestres.²²⁹

A ausência de um processo formal pelo crime e o testemunho de Siqueira sugerem que toda a investigação transitou por fora das fronteiras da legalidade, sob o manto da soberania dos fazendeiros e com a anuência das autoridades. Não há informações sobre as condições em que se deram os interrogatórios, mas os procedimentos adotados em outras conspirações descobertas no Vale do Paraíba dão o tom do que seriam as “*providências enérgicas*”.

Em 29 de junho de 1831, o pequeno fazendeiro Manoel do Nascimento foi informado por um de seus cativos sobre uma conspiração em sua vizinhança, no município de Valença. O suposto plano envolvia o assassinato de todos os brancos e livres

²²⁶ Robert Slenes. “A Árvore de Nsanda Transplantada: Cultos Kongo de Aflição e Identidade Escrava no Sudeste Brasileiro (século XIX)” In: Douglas Libby & Júnia Ferreira Furtado (orgs.). *Trabalho Livre, Trabalho Escravo: Brasil e Europa, Séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 273-316. Ver do mesmo autor “Malungu, Ngoma Vem!”. *Revista USP*, p. 48-67. Ver ainda sobre o mesmo caso, Ricardo Salles. *E o Vale era o Escravo*, p. 187-195.

²²⁷ Alexandre Joaquim de Siqueira. “Memórias Históricas do Município de Vassouras (1852)”. In: Greenhalg H. Fria. *Vassouras de Ontem*, pp. 109-110.

²²⁸ Stanley Stein. *Vassouras: Um Município Brasileiro do Café*, pp. 180-181.

²²⁹ Apud Ricardo Salles. *E o Vale era o Escravo*, p. 191

de cor, enquanto as mulheres seriam poupadas para lhes servirem de esposas. A vila se tornaria a capital de um reino africano no Vale do Paraíba. Nascimento notificou seus vizinhos e as autoridades. Às oito horas da noite, uma força militar composta por inspetores de quarteirão, ordenanças da vila e fazendeiros, marchou em direção às fazendas. Muitos escravizados fugiram com a chegada da milícia, mas cerca de setenta foram presos. Na manhã seguinte, outros foram capturados e levados à cadeia de Valença. Sob severos castigos, alguns acusados confirmaram o plano do levante, marcado para o dia 4 de julho, e apontaram os escravizados das fazendas do Marquês de Baependy como os cabeças da insurreição. O juiz de paz então intimou o fazendeiro, que levou os delatados para prestarem depoimento. Eles não foram castigados durante o interrogatório e negaram as acusações, retornando à propriedade de seu senhor. Não foi o espírito legalista que levou as autoridades a respeitarem os direitos dos acusados, mas o respeito ou o temor diante de um grande fazendeiro e político do Império.²³⁰

Assim como em Vassouras em 1848, não há indícios da abertura de um processo formal. Em ambos os casos, fazendeiros e autoridades compartilharam as prerrogativas policiais e judiciais, tanto na captura dos suspeitos quanto nos interrogatórios. O uso da violência, tão comum nas fazendas, era pressuposto diante da ameaça de uma insurreição. Em Campinas, na zona açucareira da província de São Paulo, duas conspirações foram investigadas na mesma época do caso ocorrido em Valença. Os rumores que correram o município em abril de 1830 levaram os fazendeiros a formar uma milícia privada que prendeu dois libertos e um escravizado. Dois anos depois, senhor de engenho Antônio Francisco de Andrade convocou seus vizinhos para investigar suas suspeitas de que havia uma conspiração nas senzalas. Seus escravizados foram reunidos para um interrogatório coletivo na fazenda, regado a ameaças, castigos e promessas de perdão aos delatores. Alguns deles revelaram um suposto plano que envolvia quinze engenhos e dezenas de escravizados, predominantemente africanos centro-ocidentais, liderados pelo pai Diogo Rebolo e pelo liberto João Barbeiro.²³¹

O ciclo de conspirações e insurreições se estendeu da década de 1830 à de 1850. Em 1833, a Revolta de Carrancas alarmou autoridades e fazendeiros do Vale do Paraíba,

²³⁰ *Representação que os Fazendeiros, e mais Moradores no Município da Freguesia de Nossa Senhora da Glória da Vila de Valença, dirigiram, a S. M. I.* Rio de Janeiro. Typografia de Torres, 1831. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or432602.pdf. Sobre a conspiração de Valença, em 1831, ver Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de Quilombolas*, p. 265; e ainda Alain El Youssef. *Imprensa e Escravidão*, pp. 149-150.

²³¹ Ricardo Pirola. *Senzala Insurgente*, pp. 35-160.

que formaram milícias preventivas. Dois anos depois, a Revolta dos Malês gerou uma nova onda de pânico e rumores de conspirações em curso, principalmente na Corte e em Campos dos Goytacazes. Em 1836, proprietários de Bananal desconfiaram de uma articulação nas senzalas ao avistarem um galo branco degolado em uma encruzilhada, e as autoridades abriram uma investigação. Durante o biênio 1853-1854, o então Ministro da Justiça, Nabuco de Araújo, enfrentou duas supostas conspirações. Uma delas foi descoberta no Vale do Paraíba paulista e reuniria escravizados de municípios como Taubaté e Pindamonhangaba. A rápida mobilização de fazendeiros e autoridades revelou armas brancas e de fogo nas senzalas onde viviam os líderes, que fugiram. O ministro acrescentou que *“foram presos 60 que pareciam suspeitos”*, cujos *“interrogatórios (...) confirmaram a existência do plano da insurreição”*. Dois foram acusados como cabeças e dez como cúmplices.²³²

A outra conspiração teria sido tramada em Campos dos Goytacazes. O assassinato do fazendeiro José Lannes Brandão em janeiro daquele ano acirrou os ânimos entre os fazendeiros. Houve boatos de celebrações nas senzalas da vizinhança e da existência de um plano de insurreição geral. Os proprietários acionaram o delegado de polícia do município, que abriu uma investigação reveladora das porosidades da lei. Na fazenda de José Custódio Fernandes, ele encontrou três de seus escravizados em ferros. O proprietário os prendera por medo dos boatos, mas nada revelaram. Dali, o delegado seguiu à fazenda onde Brandão fora morto e encontrou outros dois suspeitos presos por correntes, que tampouco confirmaram os fatos alegados. No dia seguinte, a autoridade policial foi à fazenda de Manuel Martins para interrogar Rufo, acusado de organizar um jantar de celebração da morte do fazendeiro. O suspeito também negou as acusações, mas seu parceiro David sucumbiu às perguntas e aos castigos. Ele revelou um suposto plano para acabar com todos os brancos. Colhidos os depoimentos, o delegado decidiu não abrir um processo e se justificou.²³³

Não encontrei provas bastantes para pronunciar-los, não merecendo confiança, algumas revelações extorquidas pelos castigos. Além de que me parece que nestes

²³² Relatório do Ministério da Justiça, 1854. Sobre a insurreição de Carrancas, ver, Marcos Ferreira de Andrade. *Rebeldia e Resistência*, 1996; e do mesmo autor “Rebelião Escrava na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais”. *Revista Afro-Ásia*, pp.45-82. Sobre a investigação em Bananal, ver Marco Aurélio dos Santos. “Boatos de Insurreição Escrava na Vila do Bananal”. *Jornal O Lince, Aparecida do Norte, São Paulo*, edição de 30 abril de. 201, p. 22 – 23. Em outro episódio ocorrido em 1862, as reuniões religiosas (*cangeres*) noturnas de africanos nas vizinhanças rurais de Valença levou os fazendeiros e as autoridades policiais e soarem mais uma vez o alarme no Vale do Paraíba.

²³³ João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, pp. 177-180.

casos são mais eficazes os castigos ministrados pelos Senhores, do que a Justiça pode oferecer sempre tardios, e muito prejudiciais ao direito de propriedade.²³⁴

O delegado de Campos fez das palavras o que foi legado ao silêncio nos raros documentos produzidos nas demais conspirações. A insurreição era um dos delitos mais graves do ordenamento penal, por subverter a ordem doméstica e a tranquilidade pública. No entanto, Manoel Congo foi um dos poucos indiciados pelo crime no Vale do Paraíba ao longo do século. O crime consumado era diferente da mera conspiração, ainda mais porque as provas da intenção eram sempre obtidas mediante coerção e violência. Nesses casos, as prerrogativas policiais de investigação eram compartilhadas entre autoridades públicas e fazendeiros, como ocorrera na descoberta das conspirações de Valença e Campinas. No caso de Campos dos Goytacazes, o delegado reconheceu a precariedade das provas e, por essa razão, endossou a violência privada dos fazendeiros a fim de evitar a morosa e delicada intervenção do Estado. Assim como em Vassouras, em 1848, as investigações transcorreram nas fronteiras da legalidade. Diante do espectro da insurreição escrava, suspendiam-se as garantias legais. A justiça imperial silenciava sob o reinado dos fazendeiros.

Mapa da região centro-sul do Brasil, com destaque para os municípios onde ocorreram insurreições e onde supostas conspirações de escravizados foram descobertas entre as décadas de 1830 e 1860.²³⁵

Na ressaca das conspirações desbaratadas na primeira metade da década de 1850, os fazendeiros de Vassouras se reuniram em uma comissão permanente sob a presidência

²³⁴ Apud João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, p. 180.

²³⁵ Fonte: GoogleMaps, edição do autor.

de Laureano Correa e Castro. Durante o levante de Manoel Congo, ele fora o responsável por conduzir as sessões de emergência da câmara municipal. Mais uma vez, liderava os vassourenses contra a ameaça das insurreições. No dia 5 de agosto de 1854, os membros da comissão definiram um conjunto de instruções aos fazendeiros da região.

Se o receio de uma insurreição geral é talvez ainda remoto, contudo o das insurreições parciais é sempre iminente, com particularidade hoje que as fazendas estão se abastecendo com escravos vindos do Norte, que em todo tempo gozaram de triste celebridade. Insurreições parciais têm havido por vezes em diversos pontos e infelizmente não serão as últimas. Dormir sobre o caso é uma imprevidência inqualificável, que entrega-nos desarmados ao perigo, ou faz com que no momento dele se tomem providências desordenadas, insensatas e só próprias para infundirem e arraigarem no espírito dos escravos a convicção do susto e terror que nos causam. Urge portanto adotar-se um complexo de medidas prudentes e moderadas, um sistema de cautela e vigilância que tenha em vista a segurança de uns, sem ao mesmo tempo despertar a s suspeitas de outros.²³⁶

A comissão apresentou uma lista de medidas preventivas a serem adotadas. O documento veio a ser publicado em uma tipografia da capital do mesmo ano, selando um compromisso entre os fazendeiros da província fluminense. Para a comissão, os riscos das insurreições eram atribuídos aos extremos da *“confiança irrefletida”* ou da *“exageração do terror”*. A primeira medida proposta versou sobre a colonização e a substituição da mão de obra escravizada. A comissão insistiu que o fim do tráfico era definitivo e que o abastecimento pelas províncias do Norte era finito. A vinda de colonos, portanto, responderia tanto às necessidades da lavoura quanto a uma política demográfica de segurança. A recomendação era de que houvesse uma proporção de *“uma pessoa livre para cada 12 escravos; duas por 25; cinco por 50; sete por 100; dez por 200; e daí para cima mais duas pessoas livres para cada 100 escravos que acrescerem.”*²³⁷

A segunda instrução da comissão defendeu a posse de armas correspondentes ao número de livres, depositadas em uma casa forte. A população livre se convertia em uma milícia a postos. O regime disciplinar foi tema da terceira medida, que propunha uma *“polícia vigilante, fazendo os escravos dormir em lugar fechado, proibindo a comunicação de umas para outras fazendas”* e determinava que os instrumentos de trabalho fossem ser armazenados para não se tornarem armas em potencial. A comissão se referiu às tecnologias arquitetônicas e de vigilância das grandes fazendas de Vassouras, como as senzalas em quadra e o sistema de passaportes, como normas a serem seguidas. As demais medidas recomendaram que os senhores concedessem roças próprias e

²³⁶ Instruções para a Comissão Permanente nomeada pelos Fazendeiros do Município de Vassouras. Rio de Janeiro: Typografia Episcopal de Guimarães & Cia, 1854.

²³⁷ Idem. Para outras análises do mesmo documento, ver Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de Quilombolas*, pp. 281-294; e Rafael Marquese. *Feitores do Corpo, Missionários da Mente*, pp. 285-286.

divertimentos, a fim de alentar o cativo e instigar o amor à terra e à propriedade entre os escravizados. A promoção da religião, por sua vez, cumpriria o dever cristão do fazendeiro e asseguraria seus interesses. “*A religião é um freio e ensina a resignação*”, concluíram, e evitaria que os africanos procurassem organizar sociedades ocultas que atentassem contra a ordem. Eram os receios de 1848 ainda vivos na memória dos potentados vassourenses.²³⁸

O último item das instruções reforçava o preâmbulo, requisitando que cada membro da comissão empregasse todos os esforços a fim de convencer os fazendeiros de seus respectivos distritos e quarteirões a praticar as recomendações. Os hesitantes deveriam ainda ser reportados ao presidente Laureano Correia Castro, que empregaria “*todos os meios que julgar convenientes para convencer o dito fazendeiro da necessidade de sujeitar-se às medidas tomadas para o bem de todos e de cada um em particular.*” A comissão defendia um acordo entre fazendeiros. Nenhuma das medidas apelava ao poder público. Elas buscavam consolidar um consenso privado. As instruções foram difundidas entre proprietários do Vale do Paraíba e publicadas na Corte, conferindo uniformidade à classe que atribuía para si a responsabilidade pelo governo doméstico da população escravizada e pela manutenção da ordem pública. Para tanto, os fazendeiros sabiam da importância de contar com a população livre ao seu lado.²³⁹

O escravo é o inimigo inconciliável, a adição de mais algumas libras de pólvora ao paiol prestes a fazer explosão, entretanto que o colono é um braço amigo, um companheiro d’armas, com cuja lealdade se pode contar na luta: os interesses são comuns. Quantos, no momento do perigo, não dariam metade de sua fortuna para terem ao seu lado alguns colonos que os defendessem da horda bárbara e sequiosa da vingança?²⁴⁰

No entanto, a solidariedade pregada entre os livres não se fundou nos termos da raça, diferentemente do que ocorria no Sul dos Estados Unidos. A sociedade brasileira era marcada por fronteiras raciais fluidas e os proprietários receavam que os setores intermediários, predominantemente mestiços, solidarizassem-se com os subalternos. A concentração de terras e as práticas clientelistas subordinavam os livres pobres aos fazendeiros. Eles eram mobilizados como feitores, capitães do mato e capangas contra a população escravizada, mas sua ação espontânea seria um grave precedente contra o domínio dos grandes proprietários. Enquanto no Vale do Mississippi as conspirações

²³⁸ Idem.

²³⁹ Sobre o conceito da soberania doméstica e a escravidão, ver Yvan Debbash. “Au Coeur du ‘Gouvernement des Esclaves’”. *Revue Française d’Histoire d’Outre-Mer*, 1985; e Rafael Marquese. *Feitores do Corpo, Missionários da Mente*, p. 14.

²⁴⁰ *Instruções para a Comissão Permanente nomeada pelos Fazendeiros do Município de Vassouras*, 1854.

negras provocavam a reação da massa de brancos pobres, a tendência no Brasil era a preservação da hierarquia de classe. Mesmo durante as conspirações e insurreições, os fazendeiros e as autoridades públicas do Vale do Paraíba concentravam o oligopólio da força. Em vez do terror branco, uma justiça paralela era conduzida pelos grandes proprietários. A ordem se restaurava à margem da lei, nas sombras da casa grande.

O Crime-Limite e a Dialética das Raças

Nos vales da escravidão, conspirar a liberdade era crime-limite cuja mera trama suspendia o Estado de Direito. A suspeita de uma insurreição imaginada nas senzalas bastava para que se decretasse uma espécie de lei marcial. Subitamente, fazendeiros e autoridades se tornavam milícias paramilitares com poderes inquisitoriais e miravam cada negro escravizado como um inimigo em potencial. Em nenhum momento as instituições públicas suspendiam oficialmente os direitos e garantias. O estado de exceção era pressuposto ao cativeiro, e implicitamente instaurado em tempos de crise e de ameaça à ordem senhorial.

Entre insurreições reais e conspirações imaginadas havia distância. Durante a Revolta da Costa Germânica, de 1811, uma força militar dos Estados Unidos e uma milícia de fazendeiros marcharam lado a lado para conter o levante no Baixo Vale do Mississippi. Findos os combates, os rebeldes foram punidos arbitrariamente e violentamente nas fazendas e na cidade de Nova Orleans, mas dentro das margens frouxas do *Black Code* da Louisiana. Em 1838, fazendeiros de Vassouras e seus agregados pegaram em armas junto dos oficiais da Guarda Nacional para confrontar centenas de negros insurgentes. Vitoriosas as forças escravistas, mais de uma dezena de homens e mulheres foram presos e levados a julgamento, dos quais apenas oito foram condenados pelo crime de insurreição. Somente Manoel Congo, na condição de cabeça, foi sentenciado à morte. As duas insurreições chegaram às vias de fato e, por isso, exigiram das autoridades públicas e judiciais algum grau de oficialidade. No entanto, houve margem para excessos e violências extrajudiciais em ambos os casos, nos campos de batalha e nas fazendas após a captura dos rebeldes. Aos sobreviventes dos massacres e das execuções, ainda restava enfrentar a justiça privada dos senhores.

As conspirações, entretanto, não passavam de um crime imaginado. No Sul dos Estados Unidos e no Brasil, a tipificação do delito descreveu o crime consumado, mas nada impedia que as conspirações fossem enquadradas como tentativas. O problema era a qualidade das evidências, sempre obtidas por meios coercitivos. Tanto no Vale do

Paraíba quanto no Vale do Mississippi, a questão da nulidade das provas foi resolvida com simplicidade: bastava não levar o caso a juízo e expiar o crime às margens da lei. Esses eventos foram experiências reveladoras dessas sociedades, mas é preciso cautela. As insurreições e levantes concretos permitem análises mais densas, enquanto as conspirações são um terreno movediço. Se as provas não teriam valor nos tribunais, é preciso o mesmo senso crítico por parte do historiador, para que não reproduza os termos dos inquisidores e não inflacione a extensão das tramas. As investigações dos fazendeiros e as punições sumárias nos revelam mais sobre as casas grandes do que sobre as senzalas.

Diante de rumores de que se conspirava um levante, as comunidades livres do Vale do Mississippi e do Vale do Paraíba reagiram pronta e energicamente. Mas não da mesma forma. Durante o Pânico de 1835, os grandes proprietários e as autoridades do condado de Madison tentaram se equilibrar entre dois extremos. De acordo com eles, a gravidade do caso não poderia esperar os trâmites formais do judiciário, mas tampouco pretendiam delegar as funções de polícia e de justiça à turba de homens brancos pobres. A solução veio com os comitês de vigilância, que cumpririam um papel intermediário entre o império da lei e a justiça popular. No entanto, as multidões de linchadores muitas vezes prevaleceram. O mesmo não ocorreu quando supostas conspirações foram descobertas no Vale do Paraíba. Acreditando haver um plano de insurreição envolvendo negros livres e escravizados em 1848, os fazendeiros e as autoridades judiciais de Vassouras conduziram uma investigação sem respaldo legal. Não há indícios de que nesse caso, ou em qualquer outro ocorrido na região, os pequenos proprietários e os homens livres pobres tenham interferido. Ao que tudo indica, a justiça popular não tinha vez no território soberano dos fazendeiros.

É verdade que os grandes proprietários do Vale do Mississippi tentaram agir da mesma forma que seus pares de Vassouras, como demonstram os trâmites adotados pelos fazendeiros da paróquia de West Feliciana em 1841. No entanto, eles tinham mais dificuldade em controlar os homens brancos pobres ou pequenos proprietários que compunham uma camada intermediária entre a elite rural e os escravizados. No Brasil, os homens livres pobres eram predominantemente negros ou mestiços e não possuíam propriedades. A constituição lhes assegurava a cidadania independente de critérios raciais, mas condicionava o exercício do voto à renda. Portanto, eles dependiam do acesso às terras dos grandes fazendeiros e estavam submetidos às suas redes clientelistas. No Sul dos Estados Unidos, por sua vez, os negros livres compunham um percentual ínfimo da população e os brancos pobres tinham menos entraves para adquirir suas próprias terras.

O clientelismo também era um fenômeno político no país, mas a extensão do direito de voto a todos os brancos, independente de renda ou patrimônio, fez deles mais autônomos do que eram os livres pobres brasileiros. Consequentemente, os diferentes regimes raciais e os sistemas políticos distintos explicam o contraste nas formas como cada comunidade escravista enfrentou as conspirações nas senzalas.

Havia, contudo, mais um crime-limite no Vale do Mississippi, cuja análise reforça os contrastes entre a violência racial nos Estados Unidos e no Brasil. Assim como as leis e *statutes* de outros estados do Sul dos Estados Unidos, o Código do Mississippi classificou o estupro de uma mulher branca por um homem negro como um crime capital. A violência sexual recebeu outro tratamento no ordenamento brasileiro. Entre os *Crimes contra a Segurança da Honra*, os artigos 219 a 225 do Código Criminal tipificaram variantes do crime de estupro, considerando agravantes o defloramento de vítimas virgens e menores de idade, e atenuante o caso de serem prostitutas. Não há qualquer menção explícita a características raciais do réu ou da vítima. De fato, o sexo interracial era um tabu maior na sociedade estadunidense do que na brasileira. Houve casos de homens negros assassinados por violarem ou se relacionarem com mulheres brancas no Brasil, mas não na forma espetaculosa como foram mortos Enoch e Jospeh em 1842. O episódio de Concórdia revelou ainda como a disputa de narrativas contribuiu para construção do arquétipo do estuprador negro, que chegaria à maturidade no pós-abolição e serviria de justificativa ideológica para o linchamento de milhares de homens negros no Sul dos Estados Unidos.²⁴¹

²⁴¹ George Poindexter. *The Revised Code of the Laws of Mississippi*, 1824; *Código Criminal do Império do Brasil*, 1876. Abundam relatos de assédios e estupros dentro das casas grandes nos relatos de escravizados, com destaque para as biografias de mulheres afro-estadunidenses como Harriet Jacobs. Na ausência de documentos semelhantes no Brasil, são os processos criminais que comprovam as semelhanças entre os dois mundos, como demonstra o caso de Rita. Nascida no Rio de Janeiro, ela foi vendida ainda jovem como mucama em uma fazenda de Pati do Alferes. Ali, passou a sofrer o assédio de seu senhor, que uma vez foi flagrado pela esposa a agarrando na dispensa da casa. A senhora passou a castigá-la duramente e a rebaixou aos serviços da cozinha e da roça. Em seu depoimento, Rita declarou que “*apanhava do seu senhor por não atender seus pedidos e que apanhava também da sua senhora porque ela desconfiava que o seu senhor andava metido com a ré.*” Não suportando mais os abusos, ela saiu escondida uma noite levando suas duas filhas. No caminho havia um açude, onde as três teriam caído. Rita sobreviveu, mas as crianças morreram afogadas. Ela alegou que fora um acidente, mas a suspeita era de que ela matou as próprias filhas e tentou se suicidar. Harriet Jacobs. *Incidents in the Life of a Slave Girl*. Boston: Published by the Author, 1861; Processo Criminal por Homicídio, ré Rita, 1863. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras) Sobre a condição de gênero na escravidão, ver o estudo pioneiro de Deborah White. *Ar'n't I a Woman?*, 1985; e ainda Elizabeth Fox-Genovese. *Within the Plantation Household: Black and White Women of the Old South*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1988. Sobre a escravidão de mulheres e os castigos, ver Stephanie Camp. *Closer to Freedom: Enslaved Women and Everyday Resistance in the Plantation South*. The University of North Carolina Press, 2004.

A violência sexual era, de fato, sistêmica nos dois países, mas principalmente contra as mulheres negras escravizadas. Todavia, era o sexo entre um homem negro e uma mulher branca, consensual ou não, que violava frontalmente a hierarquia racial e etiqueta sexual do patriarcado branco do Sul dos Estados Unidos. O mito do estuprador negro não encontrou o mesmo solo fértil na sociedade brasileira, regida por rígidas hierarquias sociais e pela prática da alforria, e marcada pela miscigenação entre as camadas populares. A pureza racial branca não era um totem entre os homens livres pobres brasileiros e, nem o sexo interracial, um tabu—ao menos não a ponto de mobilizar a violência de massas como nos Estados Unidos. É preciso destacar, contudo, que essa constatação não respalda a falácia da harmonia racial no Brasil. Ela apenas realça as diferenças de forma entre dois regimes raciais igualmente letais. Enquanto a justiça racial imperava às claras no Sul dos Estados Unidos, o racismo à brasileira operava de forma dissimulada, negando às próprias vítimas a violência que deveras sofriam.²⁴²

As conspirações e insurreições dos escravizados eram crimes-limite no Vale do Mississippi e no Vale do Paraíba por ameaçarem a hierarquia entre as classes. Mas era na dialética das raças que jaziam a diferença entre a violência escravista no Brasil e nos Estados Unidos. A formação histórica e as características políticas, demográficas e culturais de cada país deram origem a diferentes regimes raciais, sustentados por

²⁴² Em 1874, o corpo de uma menina de 13 anos foi encontrado na fazenda do Pocinho em Vassouras, com sinais de violência sexual. As primeiras suspeitas recaíram sobre um possível quilombola. A hipótese foi descartada, e a investigação apontou em seguida a um home livre de cor que chegara à região na época do crime. Até mesmo os pais da criança, proprietários de uma pequena fazenda, foram acusados do crime, que nunca foi desvendado. As suspeitas sem provas revelam os tipos ideias que provocavam ansiedades naquela sociedade. Evidentemente, tanto um quilombola quanto um negro ou mulato livre continham signos raciais, mas foi a condição de *outsider* que atraiu suspeitas. A acusação então se voltou para dentro da comunidade, suspeitando-se do filicídio. O caso revela profundos temores de um inconsciente coletivo, do “negro selvagem” (não domesticado pelo cativo) ao tabu do incesto. Processo Criminal por Homicídio, 1874. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras). Sobre o mito do estuprador negro, ver Angela Davis “Estupro, Racismo e o Mito do Estuprador Negro” In: *Mulheres, Raça e Classe*, pp. 177-203; e Diana Diana Sommerville. “The Rape Myth in the Old South Reconsidered”. *The Journal of Southern History*, pp. 481-518. Para um caso de violência extrajudicial contra um homem negro por violar as fronteiras raciais e sexuais, ver Yuko Miki. *Frontiers of Citizenship: A Black and Indigenous History of Postcolonial Brazil*. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2018, pp. 135-170. Sobre a sexualidade na escravidão brasileira, ver Lélia González. “A Mulher Negra na Sociedade Brasileira” In: Luz, Madel. *O Lugar da Mulher: Estudos sobre a Condição Feminina na Sociedade Atual*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982; Sueli Carneiro. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011; da mesma autora, *Mulher Negra*. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1895; e Lamonte Aidoo. *Slavery Unseen: Sex, Power, and Violence in Brazilian History*. Durham: Duke University Press, 2018. Para uma referência de estudos sobre violência sexual no Brasil, ver Silvia Pimentel; Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer & Valéria Pandjarian. *Estupro: Crime ou “Cortesia”? Abordagem Sociojurídica de Gênero*. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1998.

ideologias mais segregacionistas na América do Norte e mais assimilacionistas nos trópicos. Assim, ambas as comunidades livres reagiam violentamente à ameaça da insurreição negra, mas de maneiras distintas. O terror branco era a outra face da democracia supremacista no Sul dos Estados Unidos, que nivelava a classe escravista e os livres pobres pelo signo da raça. Os mesmos cidadãos brancos que votavam e serviam como jurados eram atores de sua justiça popular. Enquanto isso, a monarquia brasileira reforçou a hegemonia dos grandes proprietários, que assimilavam os negros e mestiços livres como seus subalternos e preservaram a ordem racial silenciando sobre as raças. A violência era uma prerrogativa de classe. Mesmo diante do risco de subversão da ordem, os fazendeiros brasileiros não abriam mão de seus privilégios e a restauravam à força sem comprometer a hierarquia social. Nos dois hemisférios das Américas, o cativo se fundou na distinção racial e na força bruta, mas os racismos foram múltiplos, assim como suas formas de violência. Para suas vítimas, nenhum deles foi menos brutal.

Capítulo 4

Crime e Castigo no Tribunal do Júri Escravista

Nem todo crime é um ato de resistência. Mas nas sociedades do Vale do Mississippi e do Vale do Paraíba, a resistência frontal dos escravizados era um crime capital. As insurreições eram eventos grandiosos, mas extremamente raros. As formas mais comuns de resistência nas fazendas de algodão e de café eram menos épicas, entre negociações e conflitos cotidianos. As fugas eram violações graves e acionavam as patrulhas para além dos limites das propriedades rurais. Mas uma vez capturados, os infratores ainda estavam sujeitos à jurisdição doméstica dos fazendeiros. Mais comuns que as revoltas, e tão relevantes quanto, eram os outros crimes punidos com a pena de morte. Ao revidavam a violência de feitores e senhores, os escravizados cruzavam as fronteiras entre dois mundos. Em um único ato, eles violavam as leis da fazenda e as normas penais do Estado, e adentravam os domínios de um outro regime de justiça.

Se as conspirações suspendiam o Estado de Direito, os crimes comuns convidavam a lei ao seio da escravidão. As justiças criminais do Brasil e dos Estados Unidos remontavam a diferentes tradições jurídicas, mas tanto no estado do Mississippi quanto na província do Rio de Janeiro (e em todo o território brasileiro), os crimes capitais cometidos por escravizados eram da alçada do júri. Ao longo do século, as cortes de Natchez e de Vassouras abriram suas portas para réus negros, cujo destino era decidido por um corpo de jurados livres e predominantemente brancos. O tribunal dos cidadãos foi subvertido pela justiça senhorial, enquanto os espetáculos da pena de morte se tornaram ritos públicos da ordem escravista. Por outro lado, mesmo as legislações e *statutes* mais draconianos estavam submetidos aos princípios e às garantias constitucionais, e não se confundiam com o poder arbitrário dos soberanos proprietários. Cometidos os crimes, os réus escravizados se aventuraram pelas cortes do judiciário e disputaram suas próprias noções de justiça, esgarçando as contradições entre o cativeiro e o império da lei.

A violência foi constante ao longo do século no Vale do Mississippi e no Vale do Paraíba, mas ela nem sempre foi a mesma. A criminalidade escrava variou ao longo do tempo, assim como a intensidade e a forma da violência de Estado, em sintonia com as forças econômicas e políticas subjacentes aos conflitos nas fazendas e aos julgamentos das cortes. Os tribunais do júri de Natchez e de Vassouras ensaiaram, em cada ato, os dramas do cativeiro e revelaram a dialética entre as forças da resistência e a economia política dos castigos.

Resistência Escrava e Pena de Morte no Tribunal do Júri de Natchez (1825-1837)

Nas primeiras horas da tarde de um dos primeiros dias de agosto de 1838, Eliza deixou a cadeia da cidade de Natchez e foi escoltada até as imediações do antigo Forte Rosalie. Ela passara mais de um ano no cárcere desde o dia em que atacou sua proprietária com um machado. Acusada por tentativa de homicídio, ela foi levada a julgamento por duas vezes ainda no ano de 1837. Em ambas as oportunidades, os jurados não chegaram a uma decisão unânime sobre o dolo da ré, que era uma condição para a condenação à pena capital. Em julho de 1838, ela foi levada novamente ao tribunal, que ficava a poucos passos da cadeia. Enfim, os jurados chegaram a um veredito. Condenada pelo crime doloso, coube ao juiz J. Thatcher sentenciá-la à morte. O redator do *Mississippi Free Trader* celebrou a condenação pela “*monstruosa e premeditada tentativa de matar sua senhora*”, criticando sua longa estadia na prisão e os julgamentos que fizeram dela um elemento custoso e problemático para a comunidade. Quando Eliza enfim chegou à forca erguida próxima ao forte, o xerife lhe concedeu seus últimos minutos. Diante de uma multidão, ela pronunciou algumas palavras incoerentes e então o chão cedeu sob seus pés. Quando a corda esticou, o peso do corpo foi insuficiente para deslocar o pescoço e ela sufocou até a morte diante dos expectadores e do rio Mississippi. Entre eles, os negros presentes pareceram “*devidamente impactados*”, de acordo com o redator. Ela tinha apenas catorze anos de idade.²⁴³

O crime e a execução dividiram opiniões. Dois meses depois, o juiz Thatcher publicou no mesmo jornal as diretrizes do grande júri. O texto não mencionou Eliza, mas as referências às categorias jurídicas e a alusão aos crimes cometidos por escravizados esclareceram ao público o dilema dos jurados e a base legal de sua condenação.

A lei de 28 de janeiro de 1829 emenda o estatuto de 18 de junho de 1822, em relação à punição dos escravos pela agressão a uma pessoa livre, com intenção de matar, o que o último estatuto tornou capital em todo caso. Quando a morte não ocorre de fato, prova de dolo (*malice*) expresso premeditado é requerido para sujeitar o escravo à pena capital, contanto que tal prova não será requerida quando a agressão for cometida por um escravo contra seu senhor, seu empregador ou seu feitor, em resistência ao castigo legal; mas quando o dolo for apenas aparente, a punição é comutada para algum número de açoites, não excedendo cem por dia, por três dias sucessivos.²⁴⁴

²⁴³ *State v. Eliza*, Term 1837/Term 1838. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi. *Mississippi Free Trader*, edição de 10 de agosto de 1838. *Mississippi Free Trader*, edições de 10 e de 11 de agosto de 1838.

²⁴⁴ *Mississippi Free Trader*, edição de 9 de outubro de 1838.

Ao que tudo indica, a hesitação dos jurados em condenar Eliza se deveu mais à sua idade do que à classificação do crime. Pela legislação do Mississippi, o homicídio era um crime capital quando fosse doloso e premeditado (*murder*). Caso contrário, a tipificação era *manslaughter* e não cabia a pena máxima. No entanto, a diferenciação se aplicava apenas aos réus livres. A mera agressão com intenção de matar configurava um crime punido com a morte quando o réu fosse escravizado. Caso a violência fosse uma reação aos castigos legítimos do feitor ou do senhor, sequer era necessária a prova do dolo. O crime de Eliza não foi consumado, pois a vítima sobreviveu. De todo modo, a violência contra a própria senhora violava uma das normas mais sagradas da ordem escravista.²⁴⁵

De acordo com o magistrado, as leis haviam sido escritas por senhores, mas serviam tanto ao seu benefício quanto à proteção dos escravizados. A maioria dos delitos cometidos por pessoas cativas estava sob a jurisdição dos juízes de paz, em razão da necessidade de uma “*justiça célere e do pronto exemplo*”. No entanto, a violência contra um homem branco ou, ainda mais grave, contra feitores ou senhores, acionava o máximo rigor dos *statutes* e leis do estado. Desde a admissão do Mississippi como território dos Estados Unidos, a justiça criminal se adequou às diretrizes constitucionais, respeitando as primeiras leis redigidas ainda no governo de Winthrop Sargent. O Código de 1822, redigido por George Poindexter, previu penas duras aos negros rebeldes. No entanto, a expansão da lavoura e da população escravizada naquela década acirrou as tensões no Mississippi e os deputados estaduais deram início a uma guinada punitivista. A Lei de 28 de janeiro de 1829 foi apenas uma entre outras mudanças legislativas voltadas ao controle dos negros na virada entre as décadas de 1820 de 1830. A morte de Eliza na forca encerrava uma série de execuções públicas na cidade de Natchez.²⁴⁶

Epicentro da fronteira do algodão desde a década de 1790, a região concentrou as tensões que resultaram do estabelecimento de novas fazendas e da migração forçada de milhares de negros escravizados. Os conflitos tendiam a ser resolvidos nas fazendas, sob a tutela dos proprietários. Mas por vezes transcendiam suas fronteiras. No verão de 1812,

²⁴⁵ Sobre a legislação criminal do Mississippi, ver Mark Tushnet. *The American Law of Slavery*, pp. 72-90; Michael Mills. “Slave Law in Mississippi from 1817-1861”. *Mississippi Law Journal*, pp. 153-240. Sobre a legislação penal escravista no Sul dos Estados Unidos, ver Thomas Morris. *Southern Slavery and the Law*, 1996, pp. 161-181/209-228/249-261; e Daniel Flanigan. *The Criminal Law of Slavery and Freedom*, 1987. Sobre a legislação processual envolvendo réus escravizados, ver Thomas Morris. “Slaves and the Rules of Evidence in Criminal Trials”. *Chicago-Kent Law Review*, pp. 1209-1240; e Daniel Flanigan. “Criminal Procedure in Slave Trials in the Antebellum South.” *The Journal of Southern History*, pp. 537-564.

²⁴⁶ Mark Tushnet. *The American Law of Slavery*, pp. 72-90.

um ano após a Revolta da Costa Germânica e pouco mais de um mês depois da eclosão da segunda guerra contra a Inglaterra, os fazendeiros da região de *Second Creek* se alarmaram. Boatos de que os escravizados da vizinhança planejavam se rebelar levaram as autoridades a abrir uma investigação. Daniel, Billy e Mike pertenciam a diferentes fazendas e foram acusados de possuir armas e conspirar conjuntamente contra a vida de seus respectivos senhores. Pronunciados de tentativa de insurreição, eles foram condenados pelo júri e a pena cabível era a de morte.²⁴⁷

Durante os booms do algodão, as tensões escalavam, acompanhando os ritmos do tráfico e da lavoura, como ocorreu na segunda metade da década de 1810. Em 1818, Daniel e Nora foram condenados à morte pelo homicídio de um homem branco. As condenações pelo tribunal do júri se tornaram mais sistemáticas no desenrolar da década de 1820. Em janeiro de 1825, Jarret e Harry foram acusados pela tentativa de assassinato de seu proprietário, John Perkins, e sentenciados à pena capital. Uma petição assinada pela comunidade branca requereu o perdão ao governador do estado, que o concedeu. No entanto, em vez de se reportar ao xerife da cidade, ele encaminhou o documento a Perkins, que já havia entregado os condenados à justiça. As autoridades judiciais os executaram antes que tivessem ciência do perdão do governador. O proprietário posteriormente se justificou em um jornal local, argumentando que não estava em sua fazenda quando o documento chegou.²⁴⁸

Eu poderia facilmente tê-los castigado tanto quanto eu quisesse, e tê-los vendido (...).mas esse não foi meu desejo; eu considerei que dever ser feito um exemplo público daqueles que cometerem um ultraje tão flagrante.²⁴⁹

No discurso se alinham o senhor e o cidadão, assim como se depreende a crença compartilhada pela comunidade livre sobre o papel da pena de morte para o controle da população cativa. Verdadeira ou não a sua justificativa, a legislação do Mississippi assegurou a Perkins uma indenização correspondente ao valor atribuído aos corpos, agora sem vida, de Jarret e Harry.

As penas rigorosas e as execuções públicas não foram raras no Mississippi naquela década. Em uma carta datada de setembro de 1823, um feitor do condado de Warren, ao norte de Natchez, descreveu seu desconforto em viver cercado de negros cativos que, segundo ele, já haviam planejado sua morte. Em suas palavras, era “ *muito*

²⁴⁷ *State v. Daniel, Billy, Mike*, Term 1812. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi.

²⁴⁸ Todd Ashley Herring. *Natchez, 1795-1830. Life and Death on the Slavery Frontier*. Tese de Doutorado defendida na Mississippi State University em 2000, pp. 262-263.

²⁴⁹ Todd Ashley Herring. *Natchez, 1795-1830*, p. 263.

comum pendurar os negros pelo ar por tentarem ou matarem seus senhores ou feitores”, sem especificar se aludia à pena de morte judicial ou aos linchamentos. Ainda naquele ano, a cidade de Woodville (condado de Wilkinson), ao sul de Natchez, sediou três execuções em questão de dias. Dois escravizados subiram o cadafalso, condenados pelo homicídio de seu senhor, e um terceiro por roubo e pela tentativa de estupro de sua senhora. No período de um ano, entre 1824 e 1825, ao menos dois brancos e quatro negros sofreram a pena capital em Natchez. Um cidadão da região publicou um texto no *Mississippi State Gazette*, expressando sua preocupação com os índices de criminalidade e a frequência das execuções, principalmente de réus escravizados. Ao contrário de John Perkins, ele era cético sobre a eficácia da pena capital. A punição com trabalhos públicos em correntes (as *chain gangs*) pelas ruas seria, a seu ver, mais eficaz e exemplar do que “a execução—um destino que muitos deles não parecem temer, e que, quando testemunhado por outros, parece não ter efeito a não ser de recrudesce sua vilania.”²⁵⁰

A reação aos crimes cometidos por escravizados muitas vezes sequer chegavam à justiça formal. Em fevereiro de 1826, a esposa de William Cason, fazendeiro do condado de Wilkinson, foi assassinada por um de seus escravizados, que fugiu. A caça ao suspeito terminou com sua morte com um tiro na cabeça. Em outros casos, a justiça pública se aproximava dos domínios privados dos fazendeiros, como na execução de dois réus acusados de assassinar um soldado branco em 1827. Eles foram enforcados junto aos portões do quarteirão das senzalas da fazenda Claremond, pertencente a John Nevitt. É provável que o crime tenha ocorrido naquela localidade e a pena tenha sido aplicada diante das comunidades escravizadas da vizinhança. O judiciário se apresentou como uma extensão do poder senhorial. Em seu diário, Nevitt registrou ainda outros crimes capitais cometidos por escravizados. Meses depois da execução em sua fazenda, em janeiro de 1828, ele foi convocado pela justiça e se dirigiu à cidade de Natchez, onde serviu como jurado no julgamento de um réu cativo que foi condenado por homicídio. O fazendeiro-cidadão também se deslocava ao espaço urbano e aos domínios do Estado, como agente da justiça pública e senhorial.²⁵¹

No mesmo ano de 1828, o redator do jornal *Southern Galaxy* descreveu sua preocupação com o número de crimes cometidos por escravizados na região de Natchez. A Lei de 28 de janeiro de 1829 foi uma das respostas políticas à sensação de insegurança

²⁵⁰ Todd Ashley Herring. *Natchez, 1795-1830*, pp. 260-263.

²⁵¹ Diário de John Nevitt, entradas de outubro de 1827 a janeiro de 1828. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi.

da comunidade livre. O redator, por sua vez, considerava a prevenção mais eficaz que a retribuição penal e responsabilizou os senhores e os maus tratos pela alta criminalidade.

Nós residimos há alguns anos com escravos, e por meio de segundas inquéritos, auxiliadas pela observação pessoal nós chegamos à conclusão de que o escravo, para ser útil, não pode ser tratado barbaramente. Ele deve ser bem alimentado, bem vestido. E tratado humanamente quando doente; o senhor não deve se exceder com ele—correção não deve ser constantemente repetida, não aplicada com raiva. No momento em que se lacera suas costas, o confina no tronco ou em algemas, e portanto o tortura, nesse momento você o perdeu. Estaria tudo bem se o efeito se restringisse ao escravo assim tratado; mas não é, você o levou ao desespero—o efeito é contagiante—fazendas inteiras são afetadas—de fato nossas matas e *bayous* são atingidos por esses efeitos. É tempo de se parar, refletir e determinar um rumo para que o mal seja evitado antes que sua magnitude se volte contra nós.²⁵²

O receio de que o mal se voltasse contra os brancos se materializou três anos depois, quando as notícias vindas de Southampton chegaram ao Mississippi. Meses antes, jornais e fazendeiros registraram certa animosidade entre a população escravizada e uma suposta conspiração foi descoberta no condado de Jefferson. Mas a Revolta de Nat Turner calou fundo entre os fazendeiros da região de Natchez, reverberando em suas ações. John Nevitt registrou a desobediência em suas próprias senzalas, assim como os boatos que corriam pela cidade em outubro de 1831, acusando uma conspiração em curso. Foram tempos de tensão. Um de seus escravizados, Jerry, tentou visitar clandestinamente sua esposa em uma das fazendas de Stephen Minor e o feitor o recebeu a tiros. No mesmo mês de outubro, rumores de uma conspiração entre os cativos de Robert Barrow criaram alvoroço na Paróquia de West Feliciana, na Louisiana. Em uma carta, Stephen Duncan, um grande fazendeiro e financista de Natchez, descreveu os anseios que tomavam a classe escravista e as comunidades livres do médio Vale do Mississippi.²⁵³

Eu não dou crédito à história da extensão da insurreição da Virginia, mas eu tenho grande apreensão de que nós teremos um dia as nossas gargantas cortadas nesse país. Nós temos aqui 5 negros para um branco; e a 4 horas de Natchez há 2.200 escravos homens fisicamente fortes. Convém que sejamos vigilantes—mas silenciosos.²⁵⁴

A revolta encarnava em solo estadunidense, mais uma vez, o espectro da insurreição negra e da guerra racial. As tensões adentraram as portas da Assembleia Estadual da Louisiana e coincidiram com a convocação e uma nova Convenção Constitucional do Mississippi. Os deputados decidiram pela proibição do tráfico em

²⁵² Jaime Elizabeth Boler. *City Under Siege: Resistance and Power in Natchez, Mississippi, 1719-1857*. Tese de Doutorado defendida na University of Southern Mississippi em 2005, pp. 270-271.

²⁵³ Diário de John Nevitt, entradas de outubro a dezembro de 1831. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi.

²⁵⁴ Carta de Stephen Duncan a Thomas Butler, *apud* Jaime Elizabeth Boler. *City Under Siege*, pp. 275-276.

ambos os estados. No Mississippi, caberia ao legislativo estadual atribuir a pena ao crime tipificado na nova constituição. Com a efetiva proibição do tráfico na Louisiana e o aumento dos preços de algodão naquela década, as redes do tráfico se voltaram ao mercado de *Forks of the Road*. Os lucros de traficantes e fazendeiros do Mississippi falaram mais alto que o medo. A lei penal ficou sem pena e o contrabando disparou. Por outro lado, as medidas restritivas à população negra livre se concretizaram. Entre suas vítimas em potencial estava o barbeiro William Johnson, que registrou em seu diário a condição precária dos negros livres de Natchez, sujeitos a perseguições e ao risco de expulsão do estado—as “inquisições”, como ele se referia.²⁵⁵

Nos anos 1830, a criminalidade escrava manteve índices similares aos da década anterior no condado de Adams. Em 1832, Stephen ameaçou seu proprietário com um machado e foi preso, acusado de tentativa de assassinato. Em seu depoimento, acusou o senhor de maus tratos e insistiu que pretendia apenas assustá-lo para que o tratasse melhor. Os jurados não se convenceram e ele foi condenado à morte. O próprio promotor peticionou ao governador do estado requerendo o perdão, tendo em vista que a vítima não sofreu ferimentos. Em suas palavras, o réu não recebeu a devida defesa no tribunal, como era de praxe nesses casos. Possivelmente motivado pelo clima que se seguiu à Revolta de Nat Turner, o governador A. Scott negou o pedido. No mesmo ano, o fazendeiro Joe Cameron desapareceu no condado de Warren. As buscas localizaram seu corpo próximo à cidade de Vicksburg, com marcas de violência. As suspeitas recaíram sobre seus cativos Daniel, Sam, Job e Edmund, além de um negro livre chamado Byrd. Os quatro escravizados foram levados a julgamento no tribunal da cidade. O promotor acusou Daniel de ser o principal responsável. Ele era capataz da fazenda Walnutt Hills, onde possuía duas esposas. A intervenção de Cameron, proibindo as relações, levou Daniel a fugir. De acordo com a acusação, ele voltou à fazenda em maio e o assassinou. O júri condenou os quatro réus por homicídio e o juiz os sentenciou à pena máxima.²⁵⁶

²⁵⁵ Diário de William Johnson, entradas de 1835 a 1838. Ver William Johnson. *William Johnson's Natchez: The Ante-Bellum Diary of a Free Negro*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1951. Sobre o tráfico e o contrabando no Mississippi, ver Michael Tadman. *Speculators and Slaves*, pp. 83-108. Sobre o mercado de *Forks of the Road*, ver ainda Ariela Gross. *Double Character: Slavery and Mastery in the Antebellum Southern Courtroom*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

²⁵⁶ Correspondence and Papers Governor A. M. Scott. 27 de outubro de 1832. Mississippi Department of Archives and History, Jackson, Mississippi. Ver ainda Anthony Kaye. *Joining Places*, pp. 168-170. Sobre o assassinato de Joe Cameron, ver Jaime Elizabeth Boler. *City Under Siege*, pp. 278-279; e Christopher Morris. *Becoming Southern: The Evolution of a Way of Life, Warren County and Vicksburg, Mississippi, 1770-1860*. New York: Oxford University Press, 1995, p. 77. Sobre a criminalidade escrava no condado de Warren, ver Christopher Waldrep. *Roots of Disorder*, pp. 37-58.

No dia 13 de junho de 1832, Daniel foi levado da cadeia da cidade à forca, onde foi executado. Job e Edmund tiveram o mesmo destino, mas Sam teve melhor sorte. Dessa vez, o governador Scott se convenceu da inocência do condenado e o perdoou. Byrd foi apenas indiciado em 1834, sendo condenado e executado no ano seguinte. O crime teve grande repercussão na região, tanto por se tratar da morte de um fazendeiro quanto pelo clima de tensão no Mississippi, como revelou a publicação de um jornal local.²⁵⁷

Parecem ter ocorrido durante o ano presente, um número incomum de condenações e perdões em nosso estado, a maioria de negros. Isso tem levado a algumas reclamações. O perdão de um dos escravos em Warren, condenado por participar do assassinato do Sr. Cameron, foi a princípio desaprovado por alguns; mas acreditamos que sua correção e agora geralmente aceita.²⁵⁸

Embora concordasse com o perdão do governador a Sam, o redator fez uma ressalva aos critérios da graça, citando o caso de uma mulher negra que aguardava sua execução na cadeia de Vicksburg, acusada de agredir um homem branco. Ela encararia a forca por um crime sem morte, enquanto Sam fora perdoado por um homicídio. Era a legitimação do direito e da justiça em um território de fronteira que estava em jogo, como contraponto aos linchamentos e à justiça popular, que logo se tornariam comuns.

No ano de 1833, uma vizinhança do condado de Adams se tornou refúgio de um outro homem escravizado e rebelde chamado Nat. Em um dia de fevereiro, o feitor Thomas Coats chamou por ele diversas vezes sem receber a atenção requerida. Quando Nat apareceu, sua justificativa de que não ouviu os chamados não convenceu o feitor, que ordenou que se despisse da camisa e se deitasse para ser castigado. Nat o contestou e se recusou a obedecê-lo. Quando Coats tentou prendê-lo, Nat resistiu e o feriu na mão com uma faca, antes de correr para as matas. Por cerca de um ano, ele ludibriou as patrulhas, até que foi capturado nas senzalas de uma fazenda vizinha. Perseguido por Isaac e Ben, cativos da propriedade, Nat os acusou de se voltarem contra sua própria cor em favor dos brancos e tentou alvejá-los com um tiro. Preso, foi levado à cadeia de Natchez, acusado pelo crime de agressão com intenção de matar uma pessoa branca. Na corte, os depoimentos revelaram sua intenção de matar Isaac e Ben, além do capataz e do feitor da fazenda. No dia 8 de julho de 1834, foi condenado pelo júri. Embora não haja registros

²⁵⁷ Jaime Elizabeth Boler. *City Under Siege*, pp. 278-279.

²⁵⁸ *Vicksburg Weekly Sentinel*, edição de 3 de outubro de 1837.

da sentença e da execução, seu único destino era a forca. Em seu corpo, a comunidade branca exorcizaria ainda o fantasma de um outro Nat, que ainda os assombrava.²⁵⁹

Naquele mesmo ano de 1834, George foi acusado de um crime semelhante. Escravizado em uma das fazendas da tradicional família Surgett, ele se encontrava fugido nas matas quando foi encontrado pelo feitor William Stanton, que o capturou e o levou para sua casa. Antes o que pudesse escoltá-lo à cadeia de Natchez, uma breve distração custou a vida do feitor. George tomou a arma Stanton, alvejou-o e fugiu novamente. Levado a julgamento, alegou que o tiro foi acidental e que pretendia apenas escapar. O desfecho do julgamento não foi identificado, mas o precedente da corte de Natchez aponta em uma única direção: o cadafalso. No ano de 1836, ainda na ressaca do Pânico de 1835, o barbeiro William Johnson registrou duas execuções públicas em seu diário, ambas de réus escravizados. Em janeiro, Jeff foi enforcado pelo assassinato do feitor Collins em uma das fazendas da família Minor e, em agosto, foi a vez de Nim Rod sofrer a mesma pena do outro lado do rio, na Paróquia de Concórdia, pela morte do feitor Levels.²⁶⁰

As cidades e as *courthouses* (tribunais) eram símbolos da autoridade pública, do Estado e da justiça formal. O barbeiro William Johnson descreveu em seu diário o cotidiano conflituoso da cidade de Natchez, assim como a importância das *courtweeks* para a comunidade. Duas vezes ao ano, o judiciário abria as portas por algumas semanas para o julgamento das ações pleiteadas e para as sessões do tribunal do júri. Os crimes mais notórios atraíam a atenção da população local, que acompanhava das tribunas as audiências, cujos resultados reverberavam pelas ruas. A sentença de morte anunciava um rito público que atraía a atenção da comunidade. As autoridades policiais escoltavam o condenado da cadeia à forca, enquanto uma multidão acompanhava o cortejo. O espetáculo representava a restauração da ordem e da hierarquia entre as raças, principalmente ao público branco. Ao mesmo tempo, promovia-se uma pretensa pedagogia da violência contra os negros escravizados, que eram levados por seus proprietários para testemunhar a punição de seu igual.²⁶¹

²⁵⁹ *State v. Nat*, Term 1834; Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi.

²⁶⁰ *State v. George*, Term 1834; Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi. Sobre as execuções de 1836, ver as entradas de janeiro e de agosto em William Johnson. *William Johnson's Natchez*, 1951.

²⁶¹ Sobre as *courtweeks*, o cotidiano dos tribunais e a cultura da escravidão em Natchez, ver Ariela Gross. *Double Character*, 2000; e da mesma autora. "The Law and the Culture of Slavery". In: Christopher Waldrep & Donald Nieman (eds.). *Local Matters*, pp. 92-124.

Mapa da cidade de Natchez com referências aos edifícios e ao local da forca junto ao Forte Rosalie.²⁶²

Detalhe da pintura “*Landscape of Natchez*” com destaque para a *courthouse* e a cadeia de Natchez.²⁶³

²⁶² Mapa produzido pelo designer André Romitelli, com base nas plantas da cidade de Natchez disponibilizadas pela Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi.

²⁶³ Fonte: John James Audubon, “*Landscape of Natchez*”, 1822. Coleção do Greenville Museum of Art, Carolina do Norte. Cópia digital da Historic Natchez Foundation.

Em 1837, duas Elizas se envolveram em crimes capitais em Natchez, em posições antagônicas. Uma delas era a adolescente negra escravizada que atacou sua proprietária com um machado. A outra foi uma mulher branca, vítima do ataque de um homem negro escravizado chamado Peter. Enquanto a Eliza ré foi levada por três vezes ao júri, Eliza Horn sequer teve de ir ao tribunal. Peter foi indiciado por agressão, embora haja indícios de que a acusação fosse de estupro. Seu proprietário impetrou um *habeas corpus* que permitiu que o réu aguardasse o julgamento em liberdade. Ele nunca mais se apresentou à justiça. Na mesma semana da corte de junho de 1837, ambos os processos foram levados à pauta. Enquanto Eliza foi condenada e sentenciada à morte, o processo de Peter foi arquivado, sob a justificativa, expressa nas minutas do tribunal, de que “*para a satisfação dessa corte*”, ele já havia “*partido dessa vida*”.²⁶⁴

Quando, em agosto de 1838, Eliza rumava para a forca próxima ao Forte Rosalie, a honra de Eliza Horn já fora lavada com sangue nas sombras do tribunal. Sobre a pele de Peter e Eliza se inscreveram os signos da ordem senhorial. Dois lados de uma justiça racial e escravista, pública e privada, que atribuíam valores e sentidos às cores e aos gêneros dos corpos submetidos à fantasia branca patriarcal.

Resistência Escrava e Pena de Morte no Tribunal do Júri de Vassouras (1835-1847)

João foi assim batizado no trajeto entre Cabinda e o Rio de Janeiro. Os registros são esparsos e pouco se sabe sobre sua vida na província ou sobre o crime que cometeu. Condenado pela justiça, foi levado à Casa de Correção da capital, onde lhe propuseram que se tornasse um tipo muito específico de galé. Naquele fatídico ano de 1835, os carrascos da cidade haviam morrido e a demanda dos tribunais no interior da província aumentava. João aceitou se tornar algoz da justiça imperial. Em setembro, foi convocado para seu primeiro trabalho. Partiu da Corte e subiu a serra em direção ao Vale do Paraíba. Chegando em Vassouras, foi levado à cadeia, onde encontrou pela primeira vez Antônio, que viera da mesma região de Cabinda. Em março daquele ano, ele trabalhava junto de seu proprietário na lavoura quando o golpeou com a enxada. Capturado, foi levado a júizo. A justificativa de que era castigado e ameaçado pelo senhor não convenceu os jurados. Ele foi condenado e o juiz o sentenciou à pena última, nos termos do artigo 192 do Código

²⁶⁴ *State v. Peter*, Term 1837, e Minutas da Corte Criminal de 1838. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi. Sobre o mesmo caso, ver Anthony Kaye. *Joining Places*, pp. 169-170.

Criminal. Na noite de 15 de setembro de 1835, os destinos de João e Antônio se cruzaram pela primeira vez, da costa da África à cadeia de Vassouras.²⁶⁵

Pela manhã, o padre adentrou a enxovia para ouvir a confissão de Antônio. Em seguida, ambos deixaram a cadeia. Antônio carregava uma corda em seu pescoço e uma força militar formou um quatro à sua volta. João seguiu mais à frente, próximo ao juiz e ao pároco. Uma multidão seguiu o cortejo pelas ruas da vila. A cada esquina, o escrivão relia em voz alta a sentença. A procissão passou em frente à igreja matriz, ainda em construção, e dali se encaminharam para o largo da força. Era a hora e a vez de João. Ele atou a corda que Antônio trazia no pescoço à estrutura de madeira que fora erguida nos dias anteriores. Uma multidão de pessoas livres e de seus escravizados assistiu à corda que esticava enquanto o corpo pendia. No cadafalso, os destinos dos africanos de Cabinda se cruzaram pela segunda e última vez. Ali, Antonio perdeu a vida e João se fez carrasco.²⁶⁶

Em outubro de 1835, João Cabinda retornou ao Vale do Paraíba para executar Domingos Moçambique, que assassinou sua senhora em Paraíba do Sul. Diferentemente do caso de Antônio Cabinda, o crime foi cometido após a promulgação da Lei de 10 de junho de 1835. A convocação de um júri especial e a proibição dos recursos encurtou o tempo entre a condenação e a pena. As execuções se tornaram mais céleres e constantes, assim como as viagens do carrasco. Sob solicitação do Presidente da Província, o Ministro da Justiça o colocou novamente à disposição da justiça em fevereiro de 1836, quando foi enviado para prestar seus serviços em Barra Mansa. Um mês depois, seguiu em direção a Campo dos Goytacazes, onde enforcou dois condenados. De lá retornou à capital e ali permaneceu até maio, tendo servido de algoz apenas uma vez em Niterói. Mas seus serviços foram novamente requisitados serra acima e, em junho, João Cabinda partiu mais uma vez em direção a Vassouras.²⁶⁷

Na cadeia da vila se encontravam João Congo e Matheus Rebolo. O primeiro era casado com Rosa Angola. Em dezembro de 1835, ele se encontrava enfermo e sonhou que morreria. Quando acordou, decidiu esfaquear a companheira para que não fosse de nenhum outro homem. Levado a julgamento, João Congo adentrou a sala improvisada do

²⁶⁵ Sobre o carrasco João Cabinda, ver João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, pp. 38-40. Processo Criminal por Homicídio, réu Antônio Cabinda ou Caringadura, 1835. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, pp. 38-40.

tribunal de Vassouras, onde prestou seu depoimento diante do juiz e dos jurados. O promotor concluiu sua acusação, destilando mais preconceitos que dispositivos legais.

Só a antropofagia a um preto congo, a um natural do indômito país do Zaire da Negrícia, que na origem tem por religião a enganosa feitiçaria (...) é que lançaria mão te tal horrorosa atrocidade. É logo um monstro semelhante não deve viver no grêmio da sociedade.²⁶⁸

Em maio de 1836, os jurados se reuniram na sala secreta e logo chegaram a um veredito. João Congo foi declarado culpado pelo homicídio e o juiz o sentenciou à pena última do artigo 192 do Código Criminal. A condenação à morte pelo assassinato de uma mulher escravizada e os argumentos do promotor revelam os anseios da comunidade livre de Vassouras em meados daquela década. O caso foi excepcional, mas não único. Quatro anos depois, José Crioulo também foi acusado de matar sua parceira Esperança e foi condenado à morte. Poucos anos depois, o homicídio cometido por Idelfonso contra sua esposa, em Campos dos Goytacazes, causou tamanho espanto que estampou o relatório anual do Ministério da Justiça. “*D’esses crimes que fazem arrepiar de horror*”, descreveu o ministro. As mulheres escravizadas se sujeitavam a múltiplas hierarquias e violências, inclusive de seus parceiros. As reações da população livre e das autoridades, por sua vez, revelam menos a empatia com a elas do que os receios em relação aos homens africanos que dominavam a paisagem humana do Vale.²⁶⁹

Entre a morte de Rosa Angola e o veredito do júri que condenou João Congo, passaram-se seis meses. O crime comum estava sujeito aos dispositivos e garantias do Código de Processo Criminal, e o réu pode aguardar a próxima sessão do júri. O mesmo não valeu para Matheus Rebolo. O africano de cerca de sessenta anos de idade fora acusado de um crime mais grave. Ele havia fugido da fazenda de seu proprietário, Joaquim de Bastos Valbão. Quando foi cercado em uma propriedade vizinha, Matheus se valeu de uma arma e fez fogo contra seu senhor. O tiro sequer o atingiu, mas o crime tentado bastou para que fosse enquadrado na Lei de 10 de junho de 1835. Matheus foi preso no dia 30 de abril e uma sessão especial do júri foi convocada. Em um julgamento célere, ele foi condenado e sentenciado à morte, sem direito a recursos.²⁷⁰

A condenação de dois africanos à pena capital no mesmo mês se tornou uma oportunidade ideal para as autoridades judiciais e para os fazendeiros. Um único

²⁶⁸ Processo Criminal por Homicídio, réu João Congo, 1835. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

²⁶⁹ Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1840.

²⁷⁰ Processo Criminal por Homicídio, réu Matheus Rebolo, 1835. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

espetáculo foi montado em Vassouras e o carrasco João Cabinda foi convocado para a cerimônia. Na noite de 15 de junho de 1836, os três dormiram na cadeia da vila e, pela manhã, o padre veio ouvir as confissões dos condenados. Uma multidão ainda maior do que aquela que testemunhou a morte de Antônio Cabinda esteve presente. A execução dupla era rara, intensificando o simbolismo do evento. O cortejo seguiu pelas ruas mais públicas da cidade, enquanto o escrivão relia a sentença. No mesmo largo da forca onde estreou como carrasco, um João Cabinda mais experiente performou o ato final. Quando as cordas esticaram com os corpos pendurados de João Congo e Matheus Rebolo, o algoz chegou à marca de nove executados em apenas nove meses. No caminho de volta à Corte, recebeu ainda a ordem de desviar em direção a Cantagalo, onde o próximo condenado o aguardava. Das suas dez execuções na província, nove ocorreram no Vale do Paraíba.²⁷¹

A vila de Vassouras existia há apenas três anos e, por duas vezes, a forca foi ereta para a execução de três africanos. No ano seguinte, foi a vez de Mariano Cabra ser condenado à morte pelo homicídio de um homem livre. Dos quatro casos, apenas um réu sofreu a pena última pelo assassinato efetivo de seu senhor, e apenas ao crime tentado por Matheus Rebolo foi enquadrado na Lei de 10 de junho de 1835. Em 1838, o Presidente da Província do Rio de Janeiro, Paulino Soares de Souza, publicou um mapa dos crimes cometidos em território fluminense desde o ano de 1835. Dos 969 delitos, 510 foram crimes contra a pessoa: 306 ofensas físicas, 154 homicídios e 50 tentativas de homicídio. Apenas 21 foram cometidos por escravizados contra feitores (6) e senhores (15). Os 28 réus condenados por esses crimes foram sentenciados à morte. Embora correspondessem a menos de 5% dos crimes violentos, era o simbolismo do crime que justificava o rigor da justiça e da lei de exceção. Em abril de 1837, o próprio presidente expressou esse sentimento ao solicitar mais uma vez os serviços do algoz no Vale do Paraíba.²⁷²

Senão que o caso é gravíssimo e me parece digno de castigo exemplar, muito principalmente porque no Município de Valença existem fazendas com grande número de escravos, que convém sejam conservados na maior sujeição e obediência.²⁷³

²⁷¹ Sobre a execução de João Congo e Matheus Rebolo, ver Keila Grinberg, Magno Fonseca Borges e Ricardo Salles. “Rebeliões Escravas Antes da Extinção do Tráfico”. In: Keila Grinberg & Ricardo Salles (org.). *O Brasil Imperial, vol. 1*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009, pp. 235-267.

²⁷² Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1838. O caso de Mariano Cabra consta do Livro de Delinquentes de Vassouras, entrada de 1837. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

²⁷³ Correspondência do Presidente da Província Paulino Soares de Souza, *apud* João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, pp. 81-82.

João Congo se encontrava fugido quando feriu gravemente o administrador de sua fazenda e o juiz de paz de Valença, que tentavam capturá-lo. Afrontou a um só tempo a hierarquia doméstica e a autoridade pública. Dois anos antes, o juiz de direito de Paraíba do Sul defendeu o mesmo caráter simbólico da pena, quando requereu o envio de um grande contingente militar para a execução de Domingos Moçambique. “*Quanto maior for [o número de soldados] mais aparatoso e respeitável se fará semelhante ato*”, justificou. Em ambos os casos e em tantos outros, coube às mãos negras do carrasco João Cabinda performar a justiça exemplar no Vale do Paraíba, para o júbilo do presidente da província, dos magistrados e dos fazendeiros.²⁷⁴

A resistência dos escravizados era constante na fronteira do café, mas o rigor do judiciário entre 1835 e 1838 foi mais uma resposta aos sentimentos dos fazendeiros e das comunidades livres do que a uma onda negra no Vale do Paraíba. A ressaca das revoltas de Carrancas e dos Malês ainda movia a classe escravista, lembrando-os do fantasma nem tão distante de São Domingos. Em novembro de 1838, contudo, seus pesadelos se materializaram na figura de Manoel Congo. O africano foi o primeiro e o último homem executado pelo crime do artigo 113 do Código Criminal no tribunal do júri de Vassouras em todo o século. Das centenas de homens e mulheres escravizados envolvidos na trama, menos de vinte foram levados a julgamento e apenas oito foram condenados. Todos pertenciam a um mesmo proprietário, responsabilizado pelo desgoverno de suas fazendas. Sete homens sofreram penas de centenas de açoites e retornaram às fazendas Freguesia e Maravilha. Apenas Manoel Congo pagou com a vida pelo crime cometido por mais de trezentas de pessoas que ousaram construir um reino africano no vale da escravidão. Foi na cidade de Vassouras, diante de uma multidão de brancos e negros, que o rei Congo deu seu último passo em vida, subindo o cadafalso.²⁷⁵

²⁷⁴ João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, pp 79-80.

²⁷⁵ Processo Criminal por Homicídio e por Insurreição, réu Manoel Congo, 1835. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras). Ver ainda João Luiz Pinaud. *Insurreição Negra e Justiça*, 1987.

Mapa da vila de Vassouras indicando o provável trajeto dos condenados rumo ao largo da força.²⁷⁶

Litogravura da Vila de Vassouras de Ludwigg & Briggs, 1846.²⁷⁷

²⁷⁶ Planta produzida pelo arquiteto e designer André Ferraro Romitelli, inspirada na planta contida na Carta corográfica da província do Rio de Janeiro. Pedro d'Alcantra Bellegarde e Conrado Jacob de Niemeyer. Rio de Janeiro: Lith. Imp. de Ed. Rensburg, 1858-1861.

²⁷⁷ Litogravura da Villa de Vassouras produzida por Ludwigg & Briggs e publicada no Ostensor Brasileiro em 1846. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [1845-1846]. 1 grav., litogravura, p&b, 18,2 x 26,8cm.

A africanidade por trás do levante de Manoel Congo era comum a toda a paisagem humana de Vassouras e marcou outros conflitos e crimes. Em meados da década de 1810, José Moange tinha apenas quinze anos quando chegou ao Vale do Paraíba. Comprado por Bernardo Gomes de Aguiar, ele viveu da adolescência à vida adulta na fazenda de Nossa Senhora da Piedade. Os vinte e cinco anos que passou na propriedade lhe renderam o respeito de seus companheiros nas senzalas, que o chamavam de Pai José. No meio da tarde de 14 de janeiro de 1840, ele retornou mais cedo da roça e cruzou o terreiro com uma faca ensanguentada em suas mãos. Observado por alguns parceiros e por sua senhora, ele confessou que o sangue era de seu senhor moço, Bernardo Gomes de Aguiar Junior. Aos gritos, ela ordenou que o pegassem e o matassem, mas ele se evadiu. Capturado, foi levado à cadeia da cidade junto de seus parceiros Ventura e Matheus.²⁷⁸

Era um dia quente de verão e os três cativos faziam uma picada nas matas, supervisionados diretamente pelo fazendeiro. Descontente, ele ordenou que intensificassem o trabalho, mas José o contestou, dizendo que não podiam trabalhar sob o sol quente. Aguiar Jr. se sentiu afrontado e decidiu castigá-lo, mas José insistiu que não deveria ser açoitado naquele calor e sem camisa. Contestado pela segunda vez, o senhor moço ordenou que Matheus buscasse um cabresto para amarrá-lo. Menos experiente que o pai, ele cruzou a linha tênue das normas negociadas no cotidiano da fazenda. O jovem senhor quis fazer valer a sua soberania e o africano escravizado resistiu. Com um golpe de machado, José o atingiu. Em seu depoimento, disse que pretendia apenas assustá-lo, mas quando viu o sangue sair do ferimento, percebeu que fora longe demais. Não havia volta. Aguiar Jr. correu pedindo ajuda a Ventura, que o ignorou. Com uma faca, José perfurou por mais de uma vez seu corpo e enfim cortou sua garganta.²⁷⁹

As autoridades policiais e o promotor levantaram a hipótese de que o crime fora premeditado e contara com a participação dos de Ventura e Matheus. O primeiro se orgulhava nas senzalas da fama de feiticeiro e de ter assassinado um feitor em Piraí antes de vir à fazenda. Uma testemunha disse que a camisa de Ventura tinha marcas de sangue e que ele tentou se livrar das provas. No seu depoimento, José afirmou que seus parceiros também se ressentiam dos maus tratos e diziam que um dia o senhor haveria de lhes pagar. No entanto, nas duas vezes em que se pronunciou na sala do júri, ele insistiu que cometeu

²⁷⁸ Processo Criminal por Homicídio, réu José Moange, 1840. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

²⁷⁹ Idem.

sozinho o crime. A suspeita sobre Ventura e Matheus prescindia de provas e apenas José respondeu pelo homicídio. O julgamento foi célere. Uma sessão especial do júri foi convocada e, no dia 31 de janeiro, apenas duas semanas após o crime, o júri já tinha o seu veredito. José foi condenado nos termos do artigo 192 do Código Criminal, combinado ao artigo 1º da Lei de 10 de junho de 1835. Sem direito a recursos, salvo a petição pela graça, foi sentenciado à morte natural na forca. Em 20 de março, a família Gomes de Aguiar e outros fazendeiros da região levaram seus cativos para a vila de Vassouras para testemunhar a morte de Pai José.²⁸⁰

Dois anos depois, Joaquim Moçambique assassinou seu proprietário, Bernardo José Lorena, na fazenda das Pindobas, localizada na freguesia de Pati do Alferes. Ao contrário de José Moange, ele havia sido recentemente adquirido pelo fazendeiro. Na madrugada de 30 de dezembro de 1842, Joaquim entrou na residência com o auxílio de Manoel Francisco, um homem livre que prestava serviços na propriedade. O fazendeiro dormia em um quarto com sua cativa Joana Inhabana e foi morto com golpes de enxada. A investigação revelou uma trama passionai quando ambos os réus acusaram a esposa da vítima como mandante do crime. Em depoimento, Joaquim disse que chegou a ser castigado com chicote pela senhora por não acatar seu pedido. Apesar disso, ela não foi indiciada. A corda rompera do lado mais fraco. O homem livre pobre e o escravizado foram condenados. Mas enquanto Manoel Francisco foi enviado à prisão, Joaquim Moçambique encontrou seu fim no cadafalso.²⁸¹

Os assassinatos de feitores e senhores sempre repercutiam nas vizinhanças rurais de Vassouras, mas poucos tiveram a gravidade e o simbolismo do crime ocorrido na fazenda São José do Ribeirão Alegre em 1844. O capitão Marcelino José de Avellar havia contratado Bento Luiz Martins para feitorizar seus cativos em abril daquele ano. Desde os primeiros dias, ele buscou impor sua autoridade, intensificando o regime de trabalho e castigando frequentemente as faltas dos seus comandados. Em 26 de junho, o capataz Miguel liderou a caminhada de cinquenta e oito trabalhadores à roça, enquanto o feitor vinha atrás. Chegada a hora do almoço, os trabalhadores mal haviam começado a comer quando o feitor pôs fim ao tempo de repouso e ofereceu o restante da comida ao seu cavalo. Em seguida, Dario se afastou para beber água e acendeu seu cachimbo. O feitor se sentiu afrontado e o amarrou a um toco de pau, surrando-o com seu chicote. Ciro Congo

²⁸⁰ Ibidem.

²⁸¹ Processo Criminal por Homicídio, réu Joaquim Moçambique, 1842. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

era malungo de Dario e implorou para que o castigo cessasse, mas o feitor o ignorou e ordenou que buscassem o bacalhau, o mais temido chicote, para continuar os castigos. Januário Congo assistia à cena ainda sentindo as dores da surra que levava no dia anterior. Quando o feitor passou ao seu lado, ele o agarrou e subjugou com a ajuda de Antônio Moçambique e outros seis parceiros, enquanto os demais gritavam “mata!”. Em seguida, tomaram o chicote do capataz Miguel, que foi amarrado. Januário então puxou uma faca, mas Ciro o dissuadiu de matar o feitor. Preferiram castigá-lo com o próprio chicote, para que sentisse na pele o que fazia a suas vítimas. Teve início o rito de inversão.²⁸²

Bento Luiz Martins foi amarrado no mesmo toco onde castigara Dario, tendo a camisa aberta e a calça arriada. Um dos escravizados encheu a mão de terra e esfregou em seu rosto, perguntando se havia negros no lugar de onde vinha. O feitor era português, e a terra escura em sua face o rebaixara à condição de escravizado. À exceção do capataz e de uma mulher que se recusara a participar, todos os demais se revezaram com os açoites nas costas e nádegas do feitor até que ele perdeu a consciência. Eles então deixaram seu corpo para trás, acreditando que estava morto, e fugiram para as matas. A maioria rumou à fazenda Cachoeira, onde pediram ao proprietário Francisco José Teixeira Leite que os apadrinhasse. Quando retornaram à sua fazenda, descobriram que o feitor sobrevivera. Seu senhor Marcelino José de Avellar se encontrava doente, mas ao saber do ocorrido, deu ordens expressas para a punição dos culpados. Nem mesmo Teixeira Leite interveio em nome dos apadrinhados quando soube os detalhes do que se passara. Era a vez do rito de reforço da ordem senhorial.²⁸³

Foram todos amarrados e duramente castigados, em especial Ciro Congo e Antônio Moçambique. Em seguida, foram colocados no tronco. Januário Congo ainda ostentava as cicatrizes da surra do dia anterior, mas não foi poupado. Os ferimentos resultantes dos castigos combinados foram tão graves que, em vez de ser deixado no tronco com os demais, foi levado à enfermaria. No dia seguinte, estava morto. O fazendeiro e o feitor alegaram que ele faleceu em decorrência dos ferimentos anteriores, por um excesso accidental. Há indícios suficientes de que o líder dos insurretos foi assassinado. Executadas as penas do tribunal privado, Antônio Moçambique, Ciro Congo

²⁸² Processo Criminal por Homicídio, réu Antônio Moçambique e Ciro Congo, 1844. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras). O caso também foi analisado por Flávio dos Santos Gomes em *Histórias de Quilombolas*, pp. 235-237; e ainda por Camila Agostini. *Africanos no Cativo e a Construção de Identidades no Além-Mar: Vale do Paraíba, Século XIX*. Dissertação de Mestrado defendida na Unicamp em 2002, p. 47.

²⁸³ Idem.

e outros parceiros foram levados à cadeia de Vassouras, para responder na justiça pública pelo crime. José Marcelino de Avellar se indispôs por mais de uma vez com o juiz, justificando a demora em atender às suas demandas pela doença. Aparentemente, ele se ressentiu da intervenção considerada excessiva em seus domínios. No processo, mais de sete africanos escravizados por Avellar depuseram. Nenhum deles soube informar a própria idade. Assim como os demais fazendeiros de Vassouras, ele se beneficiara do contrabando africanos e, ao não informar as idades de seus cativos, evitou que um documento oficial registrasse as suas ilegalidades. Por outro lado, as provas de que Januário morrera em decorrência dos castigos eram explícitas, mas nenhuma medida foi tomada pelas autoridades. A gravidade de sua afronta ao feitor foi suficiente para que a justiça fizesse vistas grossas ao outro crime da fazenda São José do Ribeirão Alegre.²⁸⁴

No dia 20 de julho, começou o julgamento. Dezenas de africanos adentraram o tribunal para prestar depoimentos diante de um júri de proprietários. À revelia das provas, apenas Antônio Moçambique e Ciro Congo foram pronunciados pelo promotor. Encontrara-se um meio termo na inconveniente intervenção nos domínios do fazendeiro, limitando-se o número dos réus. Ambos confessaram ter amarrado e castigado o feitor, mas acusaram o falecido Januário como o principal responsável. A estratégia de defesa interessava também ao fazendeiro, pois atenuava a culpa dos réus e diminuía a chance de que fossem sentenciados à morte. Afinal, a justiça criminal brasileira não reconhecia o direito à indenização dos proprietários dos réus que fossem executados. No dia 19 de agosto, o magistrado acatou a decisão dos jurados e sentenciou Antônio Moçambique à pena capital, enquanto Ciro sofreria 800 açoites e carregaria ferros em seu pescoço por três anos. No entanto, como a votação do júri não foi unânime em relação ao primeiro réu, sua pena foi comutada pelas galés perpétuas.²⁸⁵

O rito de inversão na fazenda São José do Ribeirão Alegre não foi expiado pelo teatro da pena de morte na vila de Vassouras. Contudo, cada açoite sobre o corpo do feitor foi retribuído com rigor sobre os escravizados. Entre os líderes, Januário foi açoitado até a morte e Antônio Moçambique sofreu com as chibatas, o tronco, a cadeia e as correntes perpétuas do Estado. Na cadeia ou no pelourinho da vila, Ciro Congo sofreu a mais rigorosa pena de açoites que o judiciário de Vassouras aplicou a um réu durante todo o século. Por dezesseis vezes, ele foi submetido a sessões de cinquenta açoites, à vista da

²⁸⁴ Ibidem.

²⁸⁵ Ibidem.

população. Sobre suas costas recaiu a pena exemplar contra aquele que, em defesa de seu malungo, desafiou a hierarquia na fazenda.

Em toda a década de 1840, três escravizados sofreram a pena última em Vassouras—metade do número de réus executados entre 1835 e 1839. Além de José Moange e Joaquim Moçambique, Casemiro Crioulo foi condenado à morte, em abril de 1847, pelo assassinato do feitor Dionísio Pinto de Castro, na fazenda da Estiva. A partir de então, os casos de crimes capitais levados a júri se tornaram menos requentes. É possível que os ataques a feitores e senhores tenham diminuído, ou, então, que tenham sido julgados ilegalmente nas fazendas. Os mundos públicos e privados do cativo não se confundiam, mas em geral se complementavam. Na ausência do feitor, o carrasco assumia as suas vezes em nome da lei e da ordem senhorial.²⁸⁶

A Economia Moral das Fazendas e as Políticas da Escravidão

Em maio de 1846, o corpo de um feitor chamado Ward foi encontrado às margens de uma lagoa localizada trinta milhas ao sul de Natchez. As suspeitas recaíram sobre David, cativo da fazenda do senhor Tarleton, onde o feitor trabalhava. Ele fora o último a ser visto com a vítima, que o acompanhou até as matas próximas para verificar a lenha cortada. Sob circunstâncias pouco claras, ele confessou o crime. Enquanto o feitor examinava a pilha de madeira, David o teria golpeado atrás da cabeça por duas vezes com o machado e arrastado o cadáver até a lagoa. Preso, ele foi levado para a cadeia da cidade, onde aguardou seu julgamento. Rainha das provas, a confissão foi a principal arma do promotor. A estratégia, no entanto, permitiu à defesa questionar as condições do interrogatório. Embora David tenha confessado não uma, mas duas vezes, a corte recomendou que os jurados desconsiderassem as confissões como prova, caso acreditassem que foram *extraídas “por alguma ameaça ou indução”*. Os indícios sugerem que David foi preso e interrogado por homens brancos da vizinhança na presença do juiz de paz, em condições claramente coercitivas. O júri não se sensibilizou. No dia 3 de julho, às duas horas da tarde, David foi enforcado com discrição no jardim da cadeia pública, apenas na presença de oficiais.²⁸⁷

²⁸⁶ Sobre a referência do crime de Casemiro Crioulo, ver João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, p. 483.

²⁸⁷ *State v. David*, Term 1846. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi. Sobre o julgamento de David, ver ainda Anthony Kaye. *Joining Places*, pp. 165-168.

O crime e a execução de David foram excepcionais na década de 1840. Desde que a adolescente Eliza atentou contra a vida de sua senhora, em 1837, nenhum escravizado havia sido julgado por um crime capital cometido contra uma pessoa branca na corte de Natchez. Apenas quatro anos depois, em 1850, haveria outro crime da mesma natureza e o réu também foi condenado e executado nas mesmas circunstâncias. As conspirações e pânico também haviam cessado a partir do início daquela década. Em onze anos, entre 1838 e 1849, apenas um cativo foi condenado por um crime capital e as penas de morte, outrora tão frequentes e espetaculosas, deram lugar a uma cerimônia fria e sem pompa. Natchez e os Estados Unidos já não eram os mesmos.²⁸⁸

Vassouras e o Império do Brasil também se transformaram em meados do século. Desde o enforcamento de Casemiro em 1847, nenhum outro réu escravizado foi formalmente acusado de um crime capital no tribunal do júri até o ano de 1856, no qual um fazendeiro e um feitor foram assassinados. Nos últimos dias do mês de maio de 1856, o carrasco André Benguela foi enviado a Vassouras, a pedido do juiz de direito, para executar a pena de morte nos réus Juvenal Cabina e Albino Crioulo. Ele chegou à cidade enfermo e recebeu os cuidados médicos antes de ser recolhido na enxovia. Como a nova cadeia da cidade ainda não estava pronta, ele foi colocado na mesma cela dos condenados. Foi quando Albino o atacou com uma tábua de madeira, partindo sua cabeça, antes de ser contido pelos guardas. André foi levado à Santa Casa de Misericórdia, mas não resistiu. O delegado de polícia ordenou que Albino e Juvenal fossem colocados no tronco como castigo e a execução foi adiada.²⁸⁹

A prisão e a condenação de Juvenal e Albino decorreram de um grave crime que se tornara raro em Vassouras. Meses antes, no dia 20 de março, o corpo do fazendeiro José Luiz Leite fora encontrado no cafezal de sua propriedade. A notícia correu a vizinhança, alarmando os demais fazendeiros. As desconfianças recaíram sobre seus escravizados e treze deles foram levados para a fazenda Monte Alegre, de Francisco Peixoto Lacerda Werneck, onde foram colocados no tronco e interrogados. Juvenal e Albino eram os principais suspeitos, pois se encontravam fugidos nos dias anteriores ao crime. Ambos confessaram o crime e ainda delataram a participação de seu parceiro José Crioulo e do capataz Antônio Rebolo. Segundo os depoimentos, a vítima caminhava pela manhã em direção à roça quando foi emboscado por Albino e Juvenal, que se escondiam

²⁸⁸ *The Natchez Weekly Courier*, edição de 15 julho de 1846.

²⁸⁹ Sobre o carrasco André, ver João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, pp. 246-247.

atrás dos pés de café. O primeiro atacou o senhor pelas costas, seguido por seu parceiro, e os três rolaram por uma ribanceira. Com uma faca, perfuraram o abdome e cortaram o pescoço do fazendeiro. Em seguida, deixaram o corpo para trás e fugiram para as matas. As condições do interrogatório não foram registradas nos autos, à exceção de um momento revelador. O assassinato do vizinho e amigo abalou Lacerda Werneck. O Chefe da Guarda Nacional se enfureceu durante o depoimento de Albino na casa do inspetor de quartelão, que registrou a cena.

Estando Albino quando foi preso logo em casa deste, que aí chegando o Barão do Pati do Alferes, este depois de ter feito umas perguntas a Albino, que lhe foram respondidas no sentido de comprometer muitos de seus companheiros, o mesmo Barão indignado com isso lhe dissera que ele moleque criado na casa da sua senhora estava dando aí espetáculo, ao que respondeu Albino que não dava espetáculo e que se não queriam saber da verdade lhe não perguntassem, ele Barão com isso lhe arremessara com o cabo de um chicote sobre a cabeça.²⁹⁰

A essa altura intitulado barão, o fazendeiro e militar performava com alguma dificuldade sua autoimagem de um senhor “*severo, justiceiro e humano*”, assumindo, com personalidade e paixão, as funções policiais na investigação. Outros depoimentos reiteraram que o Lacerda Werneck castigara Albino com seu chicote, e nada indica que os mesmos procedimentos não tenham sido usados contra os demais suspeitos. Nos dias seguintes, ele passou a desconfiar de seus próprios escravizados, castigando-os e fazendo as costas de Sebastiano “*chaga viva*”, por precaução.

Os depoimentos foram levados a juízo e o promotor pediu a condenação de Juvenal, Albino, José e Antônio nos termos da Lei de 10 de junho de 1835. Foi então que houve uma reviravolta. Em seu novo depoimento, Juvenal acusou a filha do fazendeiro de encomendar o crime. O pai proibia seu casamento com José Pestana e, de fato, eles formalizaram o matrimônio semanas após a morte da vítima. Albino disse que Pestana participou dos interrogatórios na fazenda Monte Alegre e que a todo momento piscava para ele. Acusou-o, inclusive, de fornecer a faca com que cometeram o crime. O promotor pronunciou, então, José Pestana por homicídio, nos termos do artigo 192 do Código Criminal. O processo se estendeu de março a junho, quando finalmente os jurados saíram para a sala secreta e retornaram com o veredito. Todos os réus escravizados foram condenados e apenas José Pestana foi absolvido. O juiz então condenou Antônio Rebolo e José Crioulo a galés perpétuas e Albino Crioulo e Juvenal Cabinda à morte. Na cadeia, eles aguardaram a execução da sentença. A noite em que conheceram André Benguela

²⁹⁰ Processo Criminal por Homicídio, réus Juvenal Cabinda e Albino Crioulo, 1856. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

deveria ser a última de vida deles, mas foi o carrasco que encontrou seu fim. No dia 8 de junho, no entanto, um outro algoz fez as vezes do falecido. Pela última vez, um cortejo seguiu pelas ruas de Vassouras, acompanhando um escravizado rumo ao cadafalso.²⁹¹

O segundo crime ocorreu em julho daquele mesmo de 1856, Agostinho Monjolo se encontrava na lavoura na fazenda Santa Catarina, de propriedade do capitão Manoel Dias Machado, quando atacou a golpes de foice o feitor português Matheus Borges. Seus próprios parceiros o prenderam e ele foi enviado à cadeia de Vassouras. Abertos os trabalhos do júri, Agostinho confessou o crime em seu depoimento. O promotor então apresentou o libelo acusatório contra o réu pelo “*nefando e horroroso atentado, a bem do país e por amor da ordem, paz e disciplina das fazendas*”. Agostinho então teve contato com a natureza complexa da justiça imperial. Em sua defesa, o curador Manoel Joaquim da Silva apresentou uma peça retórica repleta de ironias contra o promotor, sugerindo que Agostinho fora escravizado ilegalmente, vítima do contrabando após a promulgação da Lei de 7 de novembro de 1831. O tema era jurídica e politicamente sensível, sendo evitado na imprensa, no parlamento e nos tribunais. Mais adiante, o curador questionou a falta de um título de propriedade sobre o réu. Seu objetivo era desclassificar a condição de Agostinho e afastar a incidência da Lei de 10 de junho de 1835.²⁹²

Apesar dos artifícios retóricos, o magistrado acatou a acusação nos termos do promotor, presumindo a propriedade do capitão Manoel Dias Machado sobre Agostinho. Em seus termos, a legalidade da propriedade transcendia a jurisdição da corte criminal, sendo da alçada da justiça cível. Além disso, a defesa não apresentara provas de que o réu era africano livre ou cativo de outrem. Assim, Agostinho foi pronunciado nos termos da Lei de 10 de junho de 1835. O desfecho do julgamento não é conhecido, mas tudo aponta para sua condenação pelo júri. A pena mais comum para o crime até então era a de morte, mas, as comutações pelo poder moderador se tornavam mais constantes em meados daquela década de 1850. Agostinho pode ter encontrado seu fim na forca. Contudo, não há registros de execuções em Vassouras após a morte de Juvenal Cabinda e Albino Crioulo. É mais provável que tenha sido condenado à pena de galés perpétuas.²⁹³

²⁹¹ Ver o mesmo caso em Keila Grinberg, Magno Fonseca Borges e Ricardo Salles. “Rebeliões Escravas Antes da Extinção do Tráfico”. In: Keila Grinberg & Ricardo Salles (org.). *O Brasil Imperial*, pp. 235-267. Ver ainda João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, pp. 246-247.

²⁹² Processo Criminal por Homicídio, réu Agostinho Monjolo, 1856. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

²⁹³ Idem.

Os crimes de Agostinho, Albino e Juvenal, e a execução dos dois últimos, foram excepcionais na década de 1850. Foram os primeiros crimes capitais julgados em Vassouras em nove anos e, após a condenação dos três, o tribunal do júri passaria mais dez anos sem julgar outro caso dessa natureza. Durante um período de vinte e um anos, entre 1848 e 1869, apenas três crimes capitais foram levados à corte de Vassouras e o espetáculo da pena de morte, tão frequente nas décadas de 1830 e de 1840, cessou a partir do dia em que Albino e Juvenal foram levados ao cadafalso. Nunca mais a força foi erguida na cidade. O cenário se assemelhava ao observado no condado de Adams uma década antes. O enforcamento discreto de David fora o primeiro ocorrido em oito anos e seria o único nos anos 1840. De fato, Natchez e Vassouras já não eram mais as mesmas.

O fenômeno da violência somente adquire sentido entrelaçado às variáveis de ordem econômica, social e política de diferentes escalas. Em primeiro lugar, é preciso desnaturalizar a relação entre crime e castigo, e reconhecer que fases de maior criminalidade revelam tanto sobre os conflitos sociais quanto sobre as agendas políticas vigentes, mais ou menos punitivistas. Começemos pela interpretação da resistência e da criminalidade no Vale do Mississippi. Na virada do século XVIII para o XIX, as revoluções sociopolíticas coincidiram com as demandas do mercado mundial por algodão e açúcar e, conseqüentemente, com o avanço da fronteira agrícola abastecida pelo tráfico internacional. As forças contraditórias culminaram em um ciclo de revoltas, da conspiração de Pointe Coupé (1791) à Revolta da Costa Germânica (1811), e nas reações violentas da comunidade livre e das instituições de Estado. A proibição do comércio externo de escravizados, a partir de 1808, alterou o perfil demográfico da região, assim como as formas de resistência. Com o crescente predomínio de afro-americanos nascidos no cativeiro, as revoltas coletivas se tornaram menos comuns, dando lugar a conflitos individuais e a soluções negociadas.²⁹⁴

No Vale do Mississippi, a alta nos preços do algodão na segunda metade da década de 1820 e, principalmente, nos anos 1830, veio acompanhada de um boom do tráfico interestadual. Milhares de afro-americanos foram separados de suas famílias e comunidades de origem e submetidos a regimes mais intensos de trabalho. Tanto nas

²⁹⁴ Sobre a relação entre tráfico e resistência escrava, ver Eugene Genovese. *From Rebellion to Revolution*, 1979; Márcio de Sousa Soares. *A Remissão do Cativo: A Dádiva da Alforria e o Governo dos Escravos nos Campos dos Goytacazes, c. 1750-c.1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009; e Rafael Marquese. “A Dinâmica da Escravidão no Brasil: Resistência, Tráfico Negreiro e Alforrias, Séculos XVII a XIX”. *Novos Estudos*, CEBRAP, 74, 2006, 107-123. Para o caso do tráfico interestadual estadunidense, ver Michael Tadmán. *Speculators and Slaves*, pp. 133-178.

regiões exportadoras do Sul Superior quanto no Vale do Mississippi, teve início um novo ciclo de resistência, com destaque para a Revolta de Nat Turner e as conspirações descobertas na Louisiana e no Mississippi. Ao mesmo tempo, as tensões provocadas pela ascensão do abolicionismo e pelo dissenso entre representantes do Norte e do Sul atribuiu maior significado político à resistência, motivando uma agenda punitivista, judicial e extrajudicial.²⁹⁵

No condado de Adams, a população passou de 9.955 pessoas, em 1820, para 12.129 em 1830, saltando para 19.434 em mais uma década—enquanto o percentual de escravizados se manteve estável, em torno de 73%. O índice de crimes capitais de Natchez não sofreu nenhuma mudança significativa entre 1825 e 1837, mantendo-se à proporção do crescimento demográfico do condado de Adams. Em média, um escravizado foi executado por ano. No entanto, mais relevante que os números foi a forma espetacular da pena de morte no período. O mesmo vale para o terror branco que acompanhou os pânicos insurrecionais de 1835, de 1837 e do início dos anos 1840. A violência de Estado respondeu a crimes reais, enquanto o mesmo não pode ser dito de todos os linchamentos e execuções sumárias. Mas em ambos os casos, a reação era proporcional aos sentimentos de insegurança das comunidades brancas.²⁹⁶

Tabela 1. Crimes Capitais e Execuções da Pena de Morte em Natchez, entre 1825 e 1849

Década	Vítimas de Crimes Capitais				Execuções da Pena de Morte Confirmadas
	Senhor(a)	Feitor	Branco	Subtotal	
1825-1829	1	0	2	3	6
1830-1834	1	2	0	3	3
1835-1840	1	1	1	3	2
1840-1844	0	0	0	0	0
1845-1849	0	1	0	1	1
Total	3	4	3	10	12

Dados coletados nos jornais do Vale do Mississippi (disponíveis em newspapers.com) e nos processos criminais e Minutas da Corte Criminal de Natchez. Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi.

²⁹⁵ Michael Tadman. *Speculators and Slaves*, pp. 133-178.

²⁹⁶ Mais ao norte, o condado de Warren seguiu à margem da fronteira agrícola nas primeiras décadas do século, mas cresceu de 2.700 pessoas, em 1820, para 7.861 em 1830. Uma década depois, quase dobrou, chegando a 15.820. Os cativos foram 47,6% da população, em 1820, para 57% em uma década, chegando a 66,3% em 1840. Warren cresceu apenas 15% entre 1840 e 1850, e a do condado de Adams se manteve estável, subindo pouco mais de 1%. Dados do Censo dos Estados Unidos. Disponíveis em <https://www.census.gov>.

Entretanto, é preciso explicar o declínio dos julgamentos de crimes capitais pelo tribunal do júri e a mudança qualitativa nas execuções, que abdicaram do caráter público e exemplar. No mesmo ano de 1837, quando Eliza foi julgada pelo último crime capital levado a júri naquela década, a economia do algodão veio à lona. A combinação entre superprodução, especulação fundiária e financeira, e a política bancária malsucedida do governo Andrew Jackson, levou a uma debacle sem precedentes na economia do país. Dois anos depois, uma nova crise sacramentou a depressão econômica que se estenderia pela primeira metade da década de 1840. Em convenções e publicações, os fazendeiros defenderam uma Reforma Agrícola, a fim de aprimorar as condições da lavoura e reerguer a economia. É possível que a queda nos preços do algodão tenha reduzido a pressão sobre os trabalhadores, contribuindo para o declínio dos conflitos. A agenda reformista defendia, ao menos na esfera pública, o melhor tratamento dos escravizados. No entanto, não há indícios de mudanças significativas na lavoura e na vida dos trabalhadores.²⁹⁷

Mais relevante talvez seja o impacto da crise sobre o tráfico interestadual. Embora o comércio de escravizados fosse proibido constitucionalmente no Mississippi desde 1832, o contrabando contava com a omissão dos legisladores do estado, que jamais definiram a sanção penal para o crime. Com a quebra da economia, os fazendeiros tentaram se valer do dispositivo para driblar o pagamento das dívidas com os traficantes, mas a manobra foi revertida na Suprema Corte. De todo modo, a crise derrubou os preços dos escravizados e, enfim, a assembleia estadual promulgou uma lei que proibiu e penalizou o tráfico no Mississippi entre 1837 e 1846. Mesmo com a reabertura do comércio interestadual na segunda metade da década, a população escravizada no condado de Adams se manteve estável, subindo pouco mais de 1%.

Tabela 2. Dados Demográficos do Condado de Adams, Mississippi, entre 1810 e 1860

População de Adams	1810	1820	1830	1840	1850	1860
Branços Livres	2.900	2.620	2.321	4.910	3.948	5.648
Negros Livres	37	36	59	283	258	225
Escravizados	5.030	7.299	9.749	14.241	14.395	14.292
Total	7.967	9.955	12.129	19.434	18.601	20.165

Dados do Censo dos Estados Unidos. Disponível em <https://www.census.gov>.

²⁹⁷ Sobre a crise de 1837 e a Reforma Agrícola, ver Walter Johnson. *River of Dark Dreams*, pp. 280-302; e Charles Sydnor. *A Gentleman of the Old Natchez Region*, pp. 152-169.

Tabela 3. Dados Demográficos da Cidade de Natchez, Mississippi, entre 1810 e 1860

População de Natchez	1810	1820	1830	1840	1850	1860
Branços Livres	1.021	1.468	1.528	2.994	2.710	4.272
Negros Livres	31	82	75	207	213	208
Escravizados	459	654	1.187	1.599	1.511	2.132
Total	1.1511	2.204	2.790	4.800	4.434	6.612

Dados do Censo dos Estados Unidos. Disponível em <https://www.census.gov>.

Se a proibição do tráfico no estado se deu no mesmo ano do assassinato cometido por Eliza, o ano da reabertura coincide com o único crime capital levado a júri em toda a década de 1840. Em 1846, o comércio de pessoas escravizadas voltou à legalidade e David foi julgado, condenado e executado em Natchez. As coincidências diretas são convenientes e, por isso mesmo, enganosas. Contudo, há uma possível relação entre o tráfico interprovincial e a violência nas fazendas, mais complexa do que a mera causalidade. Desde o século XVIII, a população escravizada do Sul Superior apresentava índices positivos de reprodução vegetativa, o que contribuiu para sua criouliização, ainda mais após a proibição do tráfico transatlântico em 1808. O relativo equilíbrio de gênero facilitou o estabelecimento de famílias e a formação de comunidades estáveis nas senzalas. No entanto, o avanço da fronteira agrícola e o fim da oferta internacional de trabalhadores escravizados atou as redes do tráfico interprovincial, levando à separação de famílias no Sul Superior e à migração forçada, principalmente de jovens afro-americanos, para o Sul Profundo. Em um primeiro momento, os recém-emigrados enfrentaram um cativeiro mais rigoroso do que aquele que conheciam. No entanto, as raízes comuns facilitaram o estabelecimento de novos laços nas senzalas.²⁹⁸

Em Natchez, a oferta e a demanda de escravizados tendeu a preservar o equilíbrio de gênero. Em uma amostragem referente aos anos de 1826 a 1834, Edward Baptist identificou a proporção de 52,8% homens e 47,8% mulheres entre os escravizados negociados na região. Na paróquia de Concórdia, a população escravizada chegou a 90% dos residentes, mas mesmo ali os proprietários investiram no equilíbrio de gênero entre seus trabalhadores. Em 1851, a fazenda Carlisle, pertencente ao grande proprietário e investidor Stephen Duncan, contava com uma comunidade afro-americana estabelecida.

²⁹⁸ Sobre as características da escravidão nos Estados Unidos, a criouliização e a formação de comunidades e culturas, ver John Blassingame. *The Slave Community*, 1972; Eugene Genovese, *Roll, Jordan, Roll*, 1974; e Philip Morgan. *Slave Counterpoint*, 1998. Sobre as culturas e gerações de pessoas escravizadas nos Estados Unidos, ver Ira Berlin. *Generations of Captivity: A History of African-American Slaves*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2003.

Predominavam os escravizados emigrados ainda na juventude durante o boom do algodão nos anos 1830. Das vinte e oito senzalas, vinte e uma abrigavam membros de uma mesma família e outras três eram ocupadas por dois núcleos familiares reduzidos, como mãe e filho. Herbert Gutman analisou essa comunidade entre outras das paróquias de Concórdia e West Feliciana, na Louisiana, e dos condados de Adams e Warren, no Mississippi. A maioria dos escravizados da região vivia em grandes fazendas, como a Carlisle, dividindo as senzalas com vinte ou mais parceiros. Os casamentos e nascimentos eram comuns.²⁹⁹

Como argumentaram John Blassingame e Eugene Genovese, a formação de famílias contribuía para a estabilização do cativo. Os proprietários se beneficiavam da reprodução vegetativa de seus cativos e os trabalhadores com famílias tinham mais a perder com a resistência frontal. Ao mesmo tempo, as comunidades estabelecidas tinham maior poder de barganha com feitores e fazendeiros, impondo seus limites. Se o tráfico tinha um efeito disruptivo sobre as comunidades do Sul Superior e do Sul Profundo, como argumentou Michael Tadman, foi a sua proibição entre as décadas de 1830 e de 1840 que contribuiu para o fortalecimento dos laços nas senzalas do Vale do Mississippi. Segundo os registros da década de 1860 analisados por Gutman, as comunidades do Vale do Mississippi possuíam de duas a três gerações, originando-se de patriarcas e matriarcas nascidos ou emigrados nos anos 1830.³⁰⁰

A crioulação da população escravizada e a formação de famílias e comunidades explicaria, segundo Genovese, o menor índice de revoltas nos Estados Unidos, em comparação com o Caribe e o Brasil. Os conflitos tenderiam a ser resolvidos de forma negociada, dentro de um conjunto de obrigações recíprocas. Genovese se valeu do conceito do paternalismo para definir as normas tácitas do cativo, mas o fez correndo o risco de reproduzir o caráter ideológico do discurso senhorial, como apontou James Oakes. A fim de recuperar a dimensão das lutas cotidianas e a perspectiva dos escravizados, é possível revisitar as normas negociadas a partir da categoria *economia moral*, do historiador Edward Thompson, enraizando-a no tempo e no espaço. Os escravizados do Vale do Mississippi traziam consigo as bagagens culturais do cativo onde nasceram, predominantemente das regiões de Chesapeake e de Lowcountry. Nos campos de trabalho de algodão travaram batalhas diárias das quais emergiram relativos

²⁹⁹ Edward Baptist. *The Half Has Never Been Told*, pp. 177-178; Herbert Gutman. *The Black Family in Slavery and Freedom*, 19-37/144-159.

³⁰⁰ John Blassingame. *The Slave Community*, 1972; Eugene Genovese, *Roll, Jordan, Roll*, 1974; Michael Tadman. *Speculators and Slaves*, pp. 133-178; Herbert Gutman. *The Black Family in Slavery and Freedom*, 1976, pp. 3-44.

consensos sobre obrigações recíprocas e assimétricas, que eram tidas como concessões paternas pelos senhores e como direitos pelos escravizados.³⁰¹

Na década de 1840, a região de Natchez já não correspondia à fronteira agrícola. Essa sociedade escravista madura contava com uma classe de proprietários com mais de duas gerações à frente das fazendas e uma população cativa enraizada. Desse modo, é possível que o declínio do tráfico e a formação de famílias e comunidades no Vale do Mississippi tenham contribuído para a consolidação de uma economia moral capaz de mediar os conflitos fora da esfera judicial. Desse modo, o menor número de julgamentos e execuções em Natchez pode ter decorrido de uma combinação de fatores: da redução das pressões econômicas sobre os trabalhadores à formação de uma sociedade escravista madura, regida por uma economia moral das fazendas. É possível ainda que a violência extrajudicial tenha imperado nos anos 1840, embora não fosse simples esconder o homicídio de feitores e senhores das autoridades e da imprensa. No entanto, essas hipóteses tomam por pressuposta a correlação entre tensão social, criminalidade e punição, como se a violência estatal fosse uma reação automática à ação criminal. É preciso acrescentar a relação entre o judiciário e a política; entre rigor penal, ideologias e razões de Estado.³⁰²

Na primeira metade da década de 1830, convergiram tensões que abalaram as estruturas da federação. A Revolta de Nat Turner reviveu o espectro da guerra racial, enquanto a pena de abolicionistas como William Lloyd Garrison explorava cada episódio de violência no Sul para deslegitimar a escravidão perante a sociedade civil. Durante a Crise das Petições, porta-vozes da Carolina do Sul como John Calhoun e James Henry

³⁰¹ Sobre o debate na historiografia estadunidense, ver Eugene Genovese. *From Rebellion to Revolution*, 1979; do mesmo autor *The World the Slaveholders Made: Two Essays in Interpretation*. Middletown: Wesleyan University Press, 1988; e ainda Roll, Jordan, Roll, 1974. E o contraponto de James Oakes. *Slavery and Freedom*, 1991; e do mesmo autor *The Ruling Race*, 2013. Sobre o conceito economia moral, ver Edward Thompson. “The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century”. *Past & Present*, 50(1), 1971, 76-136. Sobre as culturas dos escravizados ver Philip Morgan. *Slave Counterpoint*, 1998; e ainda Ira Berlin. *Generations of Captivity*, 2013. Sobre os usos da categoria economia moral na historiografia da escravidão brasileira: Sidney Chalhoub. *Visões da Liberdade: Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; Hebe Mattos. *Das Cores do Silêncio*, 1995; Eduardo Spiller Pena. *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos, Escravidão e a Lei de 1871*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001; e Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de Quilombolas*, 1995. Ver ainda o binômio negociação e conflito em João José Reis & Eduardo Silva. *Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

³⁰² Em seu cativeiro na Louisiana, Solomon Northup descreveu “bons” e “maus” senhores. Eram precisamente os direitos ou concessões que definiam seu caráter. Solomon Northup. *12 Years a Slave*, pp. 223-225. “Dê a ele [o escravizado] um senhor mau, e ele aspirará a um senhor bom; dê a ele um senhor bom, e ele desejará se tornar seu próprio senhor”, escreveu Frederick Douglas em *My Bondage and My Freedom*. New York: Miller, Orton & Mulligan, 1855, p. 263. Era da dialética entre o mau e o bom senhor emergia o mito do cativeiro justo.

Hammond radicalizaram a defesa do cativo, não mais como mal necessário, mas como um bem positivo. Eram as raízes do discurso pró-escravista que ecoou no Sul Profundo nas falas de John Quitman, discípulo de Calhoun e eleito governador do Mississippi em meados daquela década. A radicalização política entre 1831 e 1837 coincidiu com a política penal punitivista que fez da pena de morte um instrumento constante da pedagogia da violência no Vale do Mississippi. Nos anos seguintes, a consolidação do Segundo Sistema Partidário no país fundou-se em um consenso tácito que fez do cativo um tabu no debate público dentro das instituições federais. A relativa estabilidade promovida pela política da escravidão coincidiu com o declínio e a maior discrição da pena capital. Contudo, mais uma vez não há uma causalidade direta.³⁰³

A política escravista era, também, uma política criminal. Nos anos 1830, ela ficou marcada pelo caráter punitivista, mas sofreu o impacto do reformismo penal na década seguinte. Publicado em 1822, o Código do Mississippi previa um rol de cinco crimes capitais e teve o seu rigor intensificado pela Lei de 28 de janeiro de 1829, que acrescentou o delito de agressão a qualquer pessoa livre com a intenção de matar. Em Natchez, ao menos doze escravizados perderam a vida na forca entre 1825 e 1846, havendo apenas um caso em toda a década de 1840. Os números são insuficientes para interpretações conclusivas, mas os dados primários de outros condados e paróquias do Vale do Mississippi e o declínio das conspirações indicam um padrão comum à região. O estudo de Philip Schwarz sobre a pena de morte na Virgínia aponta no mesmo sentido, com uma maior concentração de execuções na década de 1830.³⁰⁴

³⁰³ Sobre a política da escravidão nos Estados Unidos, ver William Cooper. *The South and the Politics of Slavery, 1828-1856*, 1992; Tâmis Parron. *A Política da Escravidão na Era da Liberdade*, 2015. Sobre a ideologia pró-escravista no Mississippi, ver a fala do governador do Mississippi, John Quitman em 1836: “A moralidade, a expediência, e a duração da instituição da escravidão, são questões que pertencem exclusivamente a nós mesmos. Degradaria o caráter e prostraria a dignidade da soberania do Estado, descer à arena da controvérsia e discutir a moralidade, a propriedade ou a sabedoria de suas instituições civis com poderes estrangeiros ou com associações autoconstituídas de indivíduos, que não possuem nenhum direito de questioná-las. É suficiente que nós, o povo do Mississippi, professando ser tão altamente motivados pelos preceitos da religião e da moralidade quanto os cidadãos de outros estados, e clamando ser juízes mais competentes de nossos interesses substanciais, escolhamos adotar em nosso sistema político, e ainda escolhamos reter, a instituição da escravidão doméstica.”, *apud* Charles Sydnor. *Slavery in Mississippi*, pp. 241-242. Sobre a radicalização pró-escravista, ver ainda Manisha Sinha. *The Counterrevolution of Slavery: Politics and Ideology in Antebellum South Carolina*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000.

³⁰⁴ Em Natchez, houve seis execuções entre 1825 e 1829, três entre 1830 e 1834, e outras três no curto período entre 1835 e 1838. Em toda a década de 1840, apenas David sofreu a pena última, no jardim da cadeia em 1846. De todos os condenados, apenas a adolescente Eliza era uma mulher, e todos eram afro-americanos. Os crimes que os levaram à forca foram predominantemente ataques a senhores e feitores, mas em ao menos três dos casos as vítimas eram pessoas brancas sem relação de propriedade com os réus. Para a Virgínia, o historiador Philip Schwarz identificou ao menos 628 execuções de réus escravizados entre 1785 e 1865. No entanto, elas se distribuíram desigualmente no tempo. Entre os períodos de 1825 a 1834, o número de execuções aumentou, declinando no período seguinte, entre 1835 e 1850. Philip Schwarz.

No entanto, o que redefiniu a justiça criminal escravista na década de 1840 não foram os índices de criminalidade ou os números de execuções, mas as inovações legislativas e jurisprudenciais. Em meados do século XIX, houve um processo de reforço das instituições e da burocracia de Estado nos países ocidentais. Ao mesmo tempo, as novas sensibilidades típicas da vida citadina e da ascensão de classes médias urbanas deram origem a movimentos reformistas. No Norte dos Estados Unidos, a escravidão e a violência de Estado se tornaram os alvos preferenciais dessa agenda, ramificada no abolicionismo e no reformismo penal. Esse último movimento fez da pena de morte o seu alvo e tornou a penitenciária moderna a sua obsessão. A Pensilvânia foi pioneira em proibir as execuções em espaços públicos, ainda em 1834, desenvolvendo uma das referências prisionais da época, em contraposição ao modelo de Auburn. Em 1846, Michigan se tornou o primeiro estado a abolir a pena de morte, salvo pelo raro crime de traição à pátria. A justiça criminal se tornava um símbolo da modernidade e os legisladores e governadores do Sul, emperrados na defesa da escravidão, aderiram em parte ao reformismo penal a fim de se legitimarem no país e no exterior.³⁰⁵

A construção de penitenciárias na Louisiana, em 1835, e no Mississippi, em 1846, foi sintomática da incorporação dos totens da modernidade penal pelos estados do Sul. No entanto, as características socioeconômicas do escravismo limitavam o alcance das penas privativas de liberdade. Portanto, os legisladores sulistas conduziram a reforma penal por outras vias, restringindo as penas corporais e proibindo a publicidade da pena de morte, enquanto os tribunais estaduais superiores estenderam garantias processuais aos réus, livres ou não. Quando o advogado de David contestou sua confissão como prova no tribunal de Natchez, ele se respaldou na jurisprudência recente da Suprema Corte do Mississippi. Os magistrados vinham anulando condenações dos tribunais do júri que se baseassem exclusivamente em confissões obtidas por meios coercitivos. No caso mais célebre, o recurso de Peter subiu à corte máxima do estado, requerendo a revisão de sua condenação pelo assassinato de um feitor sete anos antes. Cercado por um grupo de homens brancos, ele confessou o crime sob a ameaça de ser enforcado. Levado à presença do juiz de paz, e ainda rodeado por seus captores, Peter confessou novamente. A

Twice Condemned, pp. IX-XII/ 313-335. Solomon Northup descreveu uma única execução de um escravizado nas memórias de seus doze anos de escravidão, que abarcaram toda a década de 1840. Solomon Northup. *12 Years a Slave*, pp. 223-225

³⁰⁵ Ver as referências teóricas de Michel Foucault. *Vigiar e Punir*, 2018; Peter Spierenburg. *The Spectacle of Suffering*, 1984; e David Garland. *Punishment and Modern Society: A Study in Social Theory*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

condenação em primeira instância foi revista pela corte, que considerou nula sua segunda confissão.³⁰⁶

Sendo um escravo, deve ser presumida sua ignorância sobre a proteção contra a violência repentina, que a presença do juiz de paz lhe assegurava, e ele se viu cercado de alguns dos homens perante os quais ele recentemente havia confessado.³⁰⁷

Os juízes concederam a Peter uma garantia excepcional que, segundo eles, seria negada a um réu branco, pois sua condição escrava presumia a ignorância sobre as salvaguardas policiais representadas no juiz de paz. Historiadores como Charles Sydnor, Eugene Genovese e A. Nash descreveram as Supremas Cortes como garantidoras da integridade dos escravizados. Todavia, é preciso dar a devida proporção aos casos excepcionais e entrever o papel político e ideológico das cortes sulistas. Em primeiro lugar, o alcance da justiça formal deve ser relativizado em uma sociedade escravista. A maioria dos conflitos envolvendo escravizados eram resolvidos à margem dos tribunais. Em segundo lugar, dos poucos crimes julgados, apenas uma minoria subia às instâncias superiores do judiciário. E ainda que se reconheça o simbolismo das decisões das Supremas Cortes, seus enunciados adentravam o campo político em que os estados do Sul buscavam se legitimar dentro e fora do país. As decisões garantistas, que preservavam os direitos formais dos réus, reforçavam o discurso pró-escravista do bom tratamento dos escravizados, na forma de um *paternalismo judicial*.³⁰⁸

David não teve a mesma sorte de Peter e o júri de Natchez considerou válida sua confissão quando o condenou pelo homicídio do feitor. No entanto, sua execução discreta no jardim da cadeia de Natchez destoou dos enforcamentos dos anos 1820 e 1830. Seus algozes obedeciam à lei reformada do estado do Mississippi, que definiu que as penas deveriam ser infligidas “*na prisão onde o condenado se encontra confinado, ou no jardim adjunto a tal prisão*”, na presença restrita do magistrado, dos membros do comitê policial

³⁰⁶ Sobre as penitenciárias no Sul escravista, ver Michael Hindus. *Prison and Plantation: Crime, Justice, and Authority in Massachusetts and South Carolina, 1767-1878*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1980; e Edward Ayers. *Vengeance and Justice: Crime and punishment in the 19th century American South*. New York: Oxford University Press, 1984.

³⁰⁷ Apud Michael Mills. “Slave Law in Mississippi from 1817-1861”. *Mississippi Law Journal*, p. 192.

³⁰⁸ Sobre a visão garantista do judiciário, ver Charles Sydnor. “The Southerner and the Laws”. *The Journal of Southern History*, 6, 3. 1940; Eugene Genovese, *The World the Slaveholders Made*, 1988; do mesmo autor. *Roll, Jordan, Roll*, 1974; e A. E. Nash. “A More Equitable Past? Southern Supreme Courts and the Protection of the Antebellum Negro”. *North Carolina Law Review*, 48, 197, 1969. Para uma visão mais crítica, ver Thomas Morris. *Southern Slavery and the Law, 1619-1860*, 1996; Mark Tushnet. *The American Law of Slavery, 1810-1860*, 1981; e Daniel Flanigan. “Criminal Procedure in Slave Trials in the Antebellum South.” *The Journal of Southern History*, 40(4), 1974, 537-564. Sobre a pena de morte nos Estados Unidos, ver David Garland. *Peculiar Institution: America's Death Penalty in an Age of Abolition*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2010.

do condado e dos juizes de paz do distrito. A pena de morte fora reduzida a um procedimento protocolar executado nas dependências ou arredores das cadeias, sob a supervisão de poucos oficiais. Tão relevante quanto as reformas foi o silêncio da sociedade civil e dos fazendeiros. Poucas vozes se levantaram em favor dos espetáculos públicos da pena capital até o fim da década de 1840. É possível que as tensões entre casas grandes e senzalas tivessem arrefecido ou que a comunidade branca tivesse confiança no controle dos escravizados, inclusive por meios extrajudiciais. Entretanto, o conflito era latente e bastaram os primeiros atritos, que comprometeram a estabilidade da política da escravidão na década seguinte, para que ruísse o equilíbrio que permitiu à justiça sulista maquiar a violência da pretensa civilização escravista.³⁰⁹

O caso de David foi representativo dos novos tempos. Seu processo revela os bastidores de um direito escravista reformado na República dos Estados Unidos, desde o julgamento mais garantista até a execução envergonhada. No entanto, é preciso diferenciar forma e conteúdo. As leis e a justiça do Mississippi permaneciam draconianas com relação à população negra. Com ou sem espetáculo, David estava morto e servia de contraexemplo aos seus pares. O consenso escravista ainda regia as instituições e a ordem pública se confundia com os interesses de uma classe, travestidos da supremacia de uma raça. Embora a escravidão estadunidense e a brasileira compartilhassem do mesmo universo atlântico, cada experiência local possuía seus próprios ritmos e se subordinava a diferentes instituições sociais e políticas. Nesses tempos plurais do cativo oitocentista, o Vale do Mississippi e o Vale do Paraíba ora se aproximam ora se afastam. Cabe agora analisar as variáveis que condicionaram as transformações da escravidão e da justiça no Brasil, e identificar as semelhanças e diferenças entre os mundos do algodão e do café.

O mesmo contexto Atlântico que transformou a paisagem do Sul dos Estados Unidos na virada entre o século XVIII e o XIX, atingiu um pouco mais tardiamente o território brasileiro. Ali, foram as demandas por açúcar e café que fizeram avançar a fronteira agrícola, abastecida pelo tráfico transatlântico de africanos. No Recôncavo Baiano, prevaleceram os egressos da Costa da Mina, de etnias como os Haussá, os Nagô e os Jeje, que deram início a uma onda de revoltas a partir de 1807. A expansão da cafeicultura no Vale do Paraíba, a partir da década de 1810, reorientou as redes do tráfico e forçou a chegada de milhares de africanos centro-ocidentais. Esse processo deu origem

³⁰⁹ Sobre a legislação criminal vigente no Mississippi na segunda metade da década de 1840, ver Anderson Hutchinson. *Code of Mississippi*, 1848.

a um novo ciclo de resistência na década de 1830, com destaque para as revoltas de Carrancas e a de Manoel Congo. A insurreição dos Malês, em 1835, coroou o encontro de duas temporalidades da escravidão e da resistência no país. No entanto, a convergência não levou à formação de um bloco antiescravista. Em vez disso, foram as forças senhoriais que cerraram fileiras e impuseram seus interesses à agenda do Estado imperial, inclusive às suas instituições repressivas. A partir de meados do século, as fugas e revoltas coletivas deram lugar a formas individuais e negociadas de resistência.³¹⁰

Fundada em 1833, a vila de Vassouras contava com 20.589 habitantes em 1840, passando a 28.663 em uma década. O número de escravizados subiu de 14.333 para 19.210, compondo entre 67% e 69% da população. Predominavam jovens africanos do sexo masculino que compartilhavam uma raiz étnica e cultural Bantu, submetidos a ritmos de trabalho intensos. As tensões deram forma a conspirações e levantes, além dos crimes individuais e coletivos que marcaram as décadas de 1830 e de 1840. A incidência da pena capital em Vassouras nesse período, em processos regidos pela Lei de 10 de junho de 1835, foi a resposta do judiciário aos anseios senhoriais, abusando do espetáculo da morte como um pretenso mecanismo de controle sobre a população escravizada.³¹¹

Tabela 4. Crimes Capitais e Execuções da Pena de Morte em Vassouras entre 1835 e 1866

Década	Vítimas enquadradas no artigo 1º da Lei de 10 de junho de 1835			Execuções da Pena de Morte Confirmadas
	Senhor	Feitor	Subtotal	
1830	2	0	2	6
1840	2	2	4	3
1850	1	1	2	2
1860	0	1	1	0
Total	5	3	8	10

Dados coletados no Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN (Vassouras).

³¹⁰ Sobre a relação entre o tráfico atlântico e a resistência escrava, ver Márcio de Sousa Soares. *A Remissão do Cativo*, 2009; Rafael Marquese. “A Dinâmica da Escravidão no Brasil: Resistência, Tráfico Negreiro e Alforrias, Séculos XVII a XIX”. *Novos Estudos*, pp. 107-123. Sobre o tráfico, as etnias e a resistência escrava na província da Bahia, ver João José Reis. *Rebelião Escrava no Brasil*, 1986, pp. 169-232. Sobre o tráfico, as etnias e a resistência escrava nas províncias do sudeste, ver Robert Slenes. “Malungu, Ngoma Vem!”. *Revista USP*, pp. 48-67; e do mesmo autor *Na Senzala, uma Flor*, pp. 139-238. Ver ainda a questão étnica nas Revolta de Manoel Congo em Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de Quilombolas*, pp. 202-231; e na Revolta de Carrancas em Marcos Ferreira de Andrade. “Rebelião Escrava na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: O Caso Carrancas”. *Revista Afro-Ásia*, pp. 45- 82.

³¹¹ Municípios vizinhos, como Valença, cresceram na mesma proporção, de 18.717 habitantes, em 1840, para 28.702 em 1850. Os escravizados perfaziam 12.835 na primeira amostragem e 20.119 na segunda, estáveis em cerca de 70% da população. O crescimento demográfico de 39 % em Vassouras e de 53% em Valença foi relativamente proporcional entre livres e escravizados (34% em Vassouras e 56% em Valença). Ricardo Salles. *E o Vale era o Escravo*, pp. 185/258-259.

Entretanto, os julgamentos de crimes capitais pelo tribunal do júri de Vassouras declinaram a partir do final dos anos 1840, e as execuções públicas, que foram frequentes entre 1835 e 1844, tornaram-se mais raras até desaparecerem a partir de 1856. As explicações devem levar em conta múltiplas variáveis e dissociar, em parte, os conflitos sociais do fenômeno da violência de Estado. Em primeiro lugar, o número de crimes capitais é ínfimo e não permite conclusões apressadas. No máximo, podem ser lidos como sintomas que, somados a outros, revelam as tensões sociais de cada período. Por outro lado, a frequência da pena de morte nos primeiros anos da vila é reveladora da agenda punitivista que regia a justiça criminal a partir de meados dos anos 1830.³¹²

Nas décadas de 1830 e de 1840, as pressões do mercado mundial e dos fazendeiros sobre uma massa de trabalhadores africanos recém-emigrados se desdobraram em conflitos, revoltas e crimes. No entanto, a virada dos anos 1850 marcou profundas mudanças na sociedade escravista de Vassouras e do médio Vale do Paraíba. A proibição efetiva do tráfico de africanos no país foi, certamente, o evento de maior impacto. A queda abrupta na oferta de trabalhadores escravizados fez subir os preços e, consequentemente, os custos dos fazendeiros em uma época de alta do café no mercado mundial. Ávidos pela lucratividade da lavoura nos tempos de bonança, eles alocaram seus trabalhadores exclusivamente na produção de café, acelerando o desgaste do solo e provocando o aumento dos preços de alimentos. Somando-se à alta do custo do frete, a inflação impactou o setor e os proprietários desaceleraram o avanço de novas plantações. Não houve no Brasil uma crise equivalente à depressão econômica que atingiu a lavoura algodoeira no Sul dos Estados Unidos a partir de 1837. No entanto, é possível que a redução do ritmo de expansão da cafeicultura tenha diminuído as pressões sobre os trabalhadores e, consequentemente, as tensões na lavoura. No entanto, assim como ocorreu no Vale do Mississippi, os impactos da proibição do tráfico foram mais significativos nas transformações demográficas no Vale do Paraíba.³¹³

Entre 1850 e 1872, a população de Vassouras cresceu mais de 35%, atingindo a marca de 38.776 habitantes. No entanto, o número de escravizados cresceu apenas 5%,

³¹² Para uma comparação entre padrões de criminalidade, ver o capítulo 6 dessa tese e os dados de Campinas coletados por Maria Helena Machado. *Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Edusp, 2014 pp. 39/49-50.

³¹³ Ver a perspectiva da crise em Luís Peixoto de Lacerda Werneck. *Ideias sobre Colonização Precedidas de uma Sucinta Exposição dos Princípios Gerais que regem a População*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1865. Ver ainda Rafael Marques & Dale Tomich. “O Vale do Paraíba Escravista e a Formação do Mercado Mundial do Café no Século XIX”. In: Keila Grinberg & Ricardo Salles (orgs.). *O Brasil Imperial. Volume II – 1831-1870*, 2009, pp. 339-383

chegando a 20.168. Proporcionalmente, eles foram de 69% para 52% da população local, devido ao aumento na quantidade de habitantes livres. Mais relevante foi a crioulização dos escravizados, com o predomínio de brasileiros sobre africanos e o crescente equilíbrio de gênero, que estimulou a formação de famílias e comunidades estáveis—como já ocorria há décadas no Sul dos Estados Unidos.³¹⁴

Tabela 5. Dados Demográficos do Município de Vassouras, RJ, entre 1840 e 1872

População de Vassouras	1840	1850	1872
Livres	6.256	9.423	18.608
Escravizados	14.333	19.210	20.168
Total	20.589	28.633	38.776

Dados coletados por Ricardo Salles.³¹⁵

Em 1876, 52 homens e 46 mulheres dividiam as senzalas da fazenda de Joaquim Soares de Castro Rocha. A proporção era semelhante às demais fazendas de Vassouras, mas se destacava a quantidade de jovens, pois 59,61% dos homens e 60,87% das mulheres tinham até 15 anos de idade. Desde meados da década de 1860, multiplicavam-se as famílias nas senzalas de Vassouras e as grandes fazendas exibiam índices positivos de reprodução vegetativa entre a população cativa. Eram indícios da formação de uma sociedade escravista madura, como argumentou o historiador Ricardo Salles. Seguindo os passos de José Roberto Góes e Manolo Florentino, ele destacou o papel do parentesco entre escravizados na estabilização do cativeiro. São argumentos similares aos de Eugene Genovese, John Blassingame e Herbert Gutman para explicar a especificidade do escravismo estadunidense nas Américas. Em outros termos, o amadurecimento da sociedade escravista do Vale do Paraíba, após a proibição do tráfico, aproximou-a do padrão vigente nos Estados Unidos desde o século XVIII. A estabilidade das comunidades se convertera em renda política para os senhores, ao mesmo tempo em que fortalecia o poder de barganha dos escravizados. A estratégia era reconhecida pelos fazendeiros, como se depreende das Instruções da Comissão dos Fazendeiros de Vassouras de 1854.³¹⁶

A respeito da escravatura, a experiência faz ver que todos os fazendeiros que compravam grandes partidas de escravos saíam-se mal; ao contrário os que seguiam o sistema oposto; e a razão é que, formando

³¹⁴ Ricardo Salles. *E o Vale era o Escravo*, pp. 177-233.

³¹⁵ Ricardo Salles. *E o Vale era o Escravo*, pp. 185/258-259.

³¹⁶ Ricardo Salles. *E o Vale era o Escravo*, pp. 215-233. Ver ainda Manolo Florentino & José Roberto Góes. *A Paz das Senzalas*, 1997.

um núcleo de boa escravatura, se tornam facilmente bons pela força do contato e do exemplo.³¹⁷

Em um artigo escrito em coautoria com Keila Grinberg e Magno Fonseca Borges, Ricardo Salles se valeu da hipótese da pacificação das senzalas para analisar a criminalidade escrava em Vassouras. De acordo com os historiadores, o declínio da pena de morte no município, após a execução de Albino e Juvenal, seria um dos indícios do amadurecimento da sociedade escravista do médio Vale do Paraíba. Na esteira dos estudos da história social da escravidão no Brasil, podemos ainda reiterar a validade da categoria da economia moral, mas enraizando-a novamente no tempo e espaço. Enquanto Vassouras compôs a fronteira agrícola, abastecida pelo tráfico atlântico, as tensões típicas das zonas de fronteira pioneiro resultaram em crimes e revoltas. Contudo, os conflitos gestaram um conjunto de normas táticas das fazendas, construídas na negociação constante entre escravizados, feitores e proprietários.³¹⁸

Nas décadas de 1850 e 1860, Vassouras se convertera em uma zona madura da escravidão, com famílias proprietárias que tinham mais de duas gerações à frente das fazendas e trabalhadores predominantemente brasileiros e enraizados nas comunidades das senzalas. O padrão demográfico se assemelhava ao de Natchez nos anos 1840. Em ambos os espaços e em diferentes tempos, é possível que os conflitos tenham se tornado menos constantes e frontais, ou que fossem resolvidos fora da alçada da justiça formal, nos termos das obrigações recíprocas e assimétricas das fazendas. O declínio dos julgamentos de crimes capitais em Natchez, na década de 1840, e em Vassouras, nas décadas de 1850 e de 1860, pode estar relacionado à desaceleração do avanço das plantações (mais forte na economia algodoeira), ao amadurecimento dessas duas sociedades escravistas e à resolução dos conflitos extrajudicialmente—ou até mesmo às três variáveis combinadas. Entretanto, essas hipóteses não explicam as mudanças quantitativas e qualitativas na aplicação da pena de morte. Assim como analisado na experiência estadunidense, é necessário recuperar a dimensão eminentemente política da violência de Estado no Brasil.

³¹⁷ *Instruções para a Comissão Permanente nomeada pelos Fazendeiros do Município de Vassouras*, 1854.

³¹⁸ Keila Grinberg, Magno Fonseca Borges e Ricardo Salles. “Rebeliões Escravas Antes da Extinção do Tráfico”. In: Keila Grinberg & Ricardo Salles (org.). *O Brasil Imperial*, pp. 235-267. Sobre os usos da categoria economia moral na historiografia da escravidão ver os estudos da historiografia brasileira: Sidney Chalhoub. *Visões da Liberdade*, 1990; Hebe Mattos. *Das Cores do Silêncio*, 1995; Eduardo Spiller Pena. *Pajens da Casa Imperial*, 2001; e Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de Quilombolas*, 1995. Ver ainda o binômio negociação e conflito em João José Reis & Eduardo Silva. *Negociação e Conflito*, 1989.

A crise da década de 1830 concentrou as contradições de um tempo. A mesma agenda liberal que guiou a promulgação do Código Criminal e do Código de Processo Criminal veio acompanhada de um antiescravismo moderado, representado pela Lei de 7 de novembro de 1831. Mais radical foi a resistência dos escravizados, performada em crimes individuais e, principalmente, nas revoltas de Carrancas e dos Malês. No entanto, essas forças não convergiram para a abolição. Pelo contrário. Foram os fazendeiros que se aproveitaram do contexto para erguer suas bandeiras e os políticos do Regresso souberam atender à sua nova base. Uma vez no poder, eles promoveram as contrarreformas que intensificaram o rigor da justiça criminal e que transformaram a lei antitráfico em letra morta, abrindo as portas do país para o contrabando de africanos. O potencial disruptivo da resistência escrava foi convertido em retórica escravista, por meio do discurso penal que gestou a Lei de 10 de junho de 1835. O plano de governo dos conservadores se tornou uma agenda de Estado. Com a derrota da Revolta Liberal de 1842, os radicais foram expurgados do partido e a polarização entre conservadores e liberais se restringiu aos termos de uma política da escravidão, que tornou o cativeiro um consenso silencioso incorporado às instituições imperiais.³¹⁹

A política escravista nos tempos do contrabando, entre as décadas de 1830 e de 1840, foi também uma política penal. Aos contrabandistas e consumidores, a vista grossa das autoridades; aos escravizados rebeldes, a mão pesada do Estado. A incidência da pena de morte em Vassouras entre 1835 e 1847 fez parte da agenda penal retributiva e punitiva, instituída a partir da aliança entre autoridades públicas e fazendeiros. No entanto, a escalada da pressão britânica culminou com a promulgação da Lei de 4 de setembro de 1850, que aboliu o tráfico de africanos no país. Nos anos seguintes, a relativa estabilidade permitiu, política permitiu que Pedro II, junto de setores da burocracia pública e da cúpula do judiciário encabeçassem um movimento de reforma das instituições de Estado, especialmente durante o Gabinete da Conciliação (1853-1858) e os governos da Liga Progressista (1861-1864). Sendo arriscado confrontar os interesses escravistas, os reformistas visavam legitimar o país na arena internacional e fizeram da justiça criminal e das restrições à execução da pena de morte um símbolo da pretensa civilização imperial.

³¹⁹ Tâmis Parrôn. *A Política da Escravidão no Império do Brasil*, pp. 90-191; Alain El Youssef. *Imprensa e Escravidão*, pp. 123-237.

O ordenamento jurídico brasileiro continuaria comprometido com o cativo, mas reformado.³²⁰

O compromisso tácito das autoridades públicas com o contrabando cessou e fazendeiros de renome foram pronunciados pelo crime previsto na nova lei antitráfico, como no afamado caso de Bracuí, em 1852. É o que explica a radical defesa de Agostinho Monjolo no tribunal do júri de Vassouras nos idos de 1856. A fim de evitar que o réu fosse incurso na Lei de 10 de junho de 1835, o advogado Manoel Joaquim da Silva ousou questionar a própria legalidade do cativo.³²¹

Conta-nos a tenebrosa história do contrabando de africanos que não vem ao caso; e por fim, com a mais plácida consciência, e em virtude de sua muito honrosa palavra, pede que vá o escravo para a forca, porque é seu, e é seu porque ele o diz. Só na Turquia! O curador do réu não disse que ele era africano livre; não pregou contra o santo e humano tráfico de africanos; não atacou a propriedade de alguém, indo inquirir por seus títulos; não abalou os alicerces da república e nem excitou o terremoto—todas essas asserções saíram da consciência e do coração do A.; (...).³²²

No entanto, a principal reforma do direito escravista se voltou à pena de morte no país. Nos primeiros anos que se seguiram à promulgação dos códigos, as condenações à pena capital eram frequentemente comutadas pelo poder moderador, nos termos da Lei de 6 de setembro de 1826, que regulava a graça imperial. Embora o Decreto de 11 de abril de 1829 tenha relativizado essa prerrogativa, ao vetar o perdão aos escravizados que atentassem contra seus senhores, as comutações foram constantes até meados da década de 1830. A promulgação da Lei de 10 de junho de 1835 veio acompanhada do Decreto de 9 de março de 1837, que cerceou a subida dos pedidos de graça ao imperador. A frequência das execuções de Vassouras nas décadas de 1830 e de 1840 acompanhou o movimento mais amplo da pena máxima no país. O historiador João Luis Ribeiro identificou ao menos 180 execuções confirmadas e 144 prováveis, totalizando 324 casos distribuídos entre 1833 e 1876. Os números se distribuem de forma irregular no tempo, concentrando-se nos períodos entre 1833 e 1841 (64 execuções confirmadas e 74

³²⁰ Sobre as fases e interpretações da política imperial, ver José Murilo de Carvalho. *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial. Teatro das Sombras: A Política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006; Ilmar Rohloff Mattos. *O Tempo Saquarema*, 2011; Jeffrey Needel. *The Party of Order*, 2006; e Tâmis Parrôn. *A Política da Escravidão no Império do Brasil*, 2011. Sobre os debates reformistas no Instituto dos Advogados do Brasil, ver Eduardo Spiller Pena. *Pajens da Casa Imperial*, 2001. Sobre os projetos de reforma das décadas de 1860 e de 1870 ver Alain El Youssef. *O Império do Brasil na Segunda Era da Abolição, 1861-1880*, 2019. Sobre o reformismo penal e a pena de morte, ver João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, 2005; e ainda Ricardo Pirola. *Escravos e Rebeldes nos Tribunais do Império*, 2015.

³²¹ Martha Abreu. “O Caso Bracuí”. In: Hebe Mattos & Eduardo Schnoor. *Resgate: Uma Janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro, RJ: Topbooks, 1995, pp. 165-195.

³²² Processo Criminal por Homicídio, réu Agostinho Monjolo, 1856. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

prováveis), e entre 1841 e 1853 (66 execuções confirmadas e 39 prováveis). As execuções diminuíram a partir da década de 1850 (39 execuções confirmadas e 24 prováveis), declinando de forma ainda mais intensa entre 1860 e 1876 (11 execuções confirmadas e setes prováveis).

Tabela 6. Condenações e Execuções da Pena de Morte no Brasil entre 1833 e 1876

Períodos	Execuções Confirmadas	Execuções Prováveis	Total
1833 a junho de 1841	64	74	138
Julho de 1841 a 1853	66	39	105
1854 a 1859	39	24	63
1860 a 1869	3	7	10
1870 a 1876	8	0	8
Total	180	144	324

Dados coletados por João Luiz Ribeiro.³²³

O declínio da pena de morte na virada do século dizia menos sobre as tensões e conflitos sociais no país do que sobre o jogo político imperial. Em meados do século XIX, o movimento de reforma penal ganhou força na Europa e no Norte dos Estados Unidos, fazendo da legislação criminal e das penitenciárias signos da civilização moderna. A monarquia brasileira acompanhava, no seu próprio ritmo, os passos das nações que tinha por matrizes, e seus legisladores e burocratas implementaram os primeiros projetos reformistas no país. Uma das principais iniciativas foi a construção de Casas de Correção na Corte e em outras capitais, em sintonia com os debates sobre os modelos das penitenciárias de Auburn e da Pensilvânia. Assim como ocorrera no Sul dos Estados Unidos, no entanto, a pena de prisão tinha sua pretensa eficácia mitigada em uma sociedade escravista. Consequentemente, os políticos e legisladores dirigiram suas reformas a outras instâncias da justiça criminal, como as garantias processuais e a pena de morte. Os membros Instituto dos Advogados do Brasil e da Seção de Justiça do Conselho de Estado debateram a extensão de garantias judiciais aos réus escravizados, nos termos do devido processo legal. Mas a mudança de maior impacto veio com a promulgação do Decreto de 17 de dezembro de 1853 e sua reinterpretação pelo Decreto de 2 de janeiro de 1854, que reforçaram a autoridade do monarca e de seus conselheiros no exercício da graça imperial.³²⁴

³²³ João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, pp. 313-315.

³²⁴ João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, pp. 200-204; e ainda Ricardo Pirola. *Escravos e Rebeldes nos Tribunais do Império*, pp. 147-158. Sobre o reformismo jurídico, ver Eduardo Spiller Pena. *Pajens da Casa Imperial*, 2001.

Diante do crescente isolamento do país na arena internacional, o imperador e parte da classe política implementaram uma política de comutações, reduzindo a incidência da pena capital no país. Nos Estados Unidos, foi a relativa estabilidade dos anos 1840 que permitiu o avanço do reformismo penal e a constrição às execuções públicas da pena de morte. Uma década depois, enquanto a crise da Secessão convulsionava a América do Norte, foi a vez do Império do Brasil encontrar a pacificação institucional e dar início às reformas parciais da justiça criminal—inclusive pelo receio de se tornar o único país escravista das Américas caso a crise estadunidense desembocasse na abolição. O historiador João Luis Ribeiro identificou ao menos 523 penas de morte comutadas entre 1833 e 1888, sendo que o maior número se concentrou nas décadas de 1860 e 1880. Tão significativa quanto essa política foi o silêncio da sociedade civil e, especialmente, dos proprietários do Vale do Paraíba nas décadas de 1850 e de 1860. Aparentemente, eles se mostraram confiantes em sua capacidade de preservar a ordem privada de suas fazendas sem mais recorrerem à violência de Estado. Ou foi o que pensaram por ora.³²⁵

Os decretos e as mudanças jurisprudenciais reformaram o direito escravista imperial. A justiça se tornou mais garantista com relação aos réus escravizados e, o espetáculo da força, menos constante. No entanto, assim como assinalado para a justiça sulista dos Estados Unidos, deve-se atentar para a distância entre forma e conteúdo. O judiciário continuou sendo um terreno inimigo aos escravizados. No Mississippi, os condenados continuaram a ser enforcados, ainda que de forma privativa, e os réus brasileiros que tiveram a pena de morte comutada foram punidos com as galés perpétuas. O criminoso deixava um cativo por outro, submetido a trabalhos forçados por toda a vida. Outros decretos também limitaram a publicidade das penas corporais no Brasil. Os açoites não deveriam mais ser aplicados nos pelourinhos, mas seriam executados com a mesma veemência no interior das cadeias. Nos Estados Unidos e no Brasil, assim como em todos os países que se deixaram seduzir pela agenda penitenciária, as prisões jamais cumpriram a promessa de reformar dos condenados. De todo modo, as mudanças na forma da violência de Estado eram simbólicas. Se não implicavam um divórcio entre o Estado e os escravistas, ao menos abalavam a legitimidade das punições corporais. No Brasil, a política de comutações tinha por objetivo representar uma justiça mais garantista e de um imperador benevolente, numa espécie de *paternalismo judicial* ou *monárquico*.

³²⁵ João Luiz Ribeiro em *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, pp. 313-315.

Na Vassouras de 1856, o advogado de Agostinho Monjolo reiterou as vozes reformistas que questionavam a violência de Estado e, nas entrelinhas, o cativo.

A lei de 10 de junho de 1835 é especial para os escravos, que atentarem contra seus senhores, ou tais relacionados seus. Como, pois, poderá o processo correr, sem que aquele que se apresenta em juízo, pedindo a aplicação dessa lei excepcional, prove que se acha nas condições dela? Esta prova não pode ser outra se não aquela que, em questões desta ordem, a lei exige: o título competentemente legalizado. Fiquem em pé todos os argumentos do A. Respeitamos esse esplêndido e luminoso tratado da moral, do interesse e das conveniências. Sacrifique-se-lhe, muito embora, jungida de ferros, rodeada de cadeias, a Imagem Sacrossanta da Liberdade! Mas não prossigas, homem temerário! Não atentes também contra a existência do desgraçado. O R. não pode ser julgado em vista da Lei de 10 de junho, se não sendo escravo do capitão Manoel Dias. Essa prova Vossa Senhoria não pode ter, legalmente falando, se não em vista do título de propriedade. O curador do R. põe em dúvida, nega a propriedade do A. A sua cor, naturalidade e outras circunstâncias apontadas no requerimento de que se tratava não são título legítimo. (...) A justiça não sofre e nem paralisa a sua ação, porque não se comete uma iniquidade. O processo deve continuar segundo os trâmites marcados pelo Código de Processo Criminal—condenar à morte um homem, só porque (...) o fato da propriedade se presume é injustiça que não esperamos da imparcialidade que caracteriza a tão benemérito julgador.³²⁶

A retórica carregada de ironias foi sintomática dos novos tempos. Navegando entre princípios do direito natural e o formalismo processual, o advogado questionou tanto a presunção da escravidão quanto a legitimidade da Lei de 10 de junho de 1835. Agostinho foi condenado, mas não há registros de que tenha sido executado. Assim como nos casos de David e Peter no Mississippi, o julgamento de Agostinho no tribunal do júri de Vassouras revelou os meandros de um direito escravista reformado. Embora ainda comprometido com cativo, esse rearranjo de normas, jurisprudências e práticas judiciais reconheceu incipientes direitos dos escravizados. Cindiam-se brechas nas leis e na justiça que seriam exploradas por advogados, abolicionistas e pelos próprios cativos nas décadas seguintes. Contudo, é preciso reiterar: David estava morto e, se Agostinho sobreviveu, foi na condição de galés. No Sul dos Estados Unidos e no Império do Brasil, a lei e a ordem ainda eram senhoriais.

Os tempos e espaços plurais da escravidão atlântica se desdobraram em diferentes formações sociais e raciais, e deram forma a arranjos institucionais distintos. Ao longo da primeira metade do século XIX, as sociedades escravistas do Vale do Mississippi e do Vale do Paraíba caminharam cada qual no seu tempo, respondendo aos estímulos particulares da política de cada país e aos influxos de suas respectivas commodities no mercado mundial. Por vias diferentes, esses dois mundos convergiram em meados do

³²⁶ Processo Criminal por Homicídio, réu Agostinho Monjolo, 1856. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

século, consolidando-se como duas sociedades escravistas maduras, cujos fazendeiros se encontravam representados nas mais altas instâncias dos Estados nacionais. Com importantes diferenças, contudo. A classe escravista do Sul dos Estados Unidos digladiava desde o início do século com os abolicionistas do Norte, enquanto sua congênere brasileira passou incontestemente por décadas nas instituições imperiais. Nos anos 1840, os movimentos reformistas e abolicionistas caminharam lado a lado na América do Norte, e os políticos sulistas abraçaram em parte uma das agendas a fim de se legitimarem nas arenas nacional e internacional. Os legisladores e juristas brasileiros aderiram tardiamente à pauta reformista, nas décadas de 1850 e 1860, e não contaram com a oposição de um movimento abolicionista. O principal objetivo das reformas foi validar o ingresso do país no rol das pretensas nações civilizadas. De todo modo, os direitos escravistas, que haviam sido refundados na era das independências, já não eram os mesmos.

Em toda a primeira metade do século XIX, o direito escravista anistiu os crimes escravistas e criminalizou a resistência dos escravizados. Apesar das reformas, o *oligopólio da violência* preservou a sua essência. A disciplina das fazendas continuou sob a tutela dos senhores, ainda que os castigos tenham cedido espaço a negociações. Mas sempre que a resistência ameaçasse a ordem doméstica, o judiciário e o Estado estavam a postos. Eram dois mundos, contraditórios e complementares. Duas soberanias sobrepostas e em permanente tensão, mas cujo acordo permitiu conter por décadas os escravizados no Vale do Mississippi e no Vale do Paraíba. A resistência era inerente à escravidão, mas era a violência escravista, como exercício ou ameaça, o segredo do cativo; o artifício do equilíbrio entre a disciplina dos corpos a política da morte.³²⁷

³²⁷ Sobre a economia dos corpos, ver Michel Foucault. *Vigiar e Punir*, 2018, especialmente o Capítulo 1: “Os Corpos Dóceis” da “Terceira Parte: Disciplina”, pp. 133-166. Sobre a necropolítica, a política da morte, ver Achille Mbembe. *Necropolítica*, 2018, pp. 5-37.

Conclusão

Escravidão e Violência em nas Américas

Na dialética dos tempos do Atlântico revolucionário, a mais formidável onda de resistência escrava se chocou contra os diques erguidos pelas forças do cativeiro. O horizonte aberto durante a era das independências se fechou com ascensão de novas classes escravistas, que emergiram da contradição entre os estímulos do mercado mundial, o contraponto dos abolicionistas e a insurgência das senzalas. Na aurora dos Estados nacionais, os ventos sopraram de todas as direções, mas as profundas correntes da escravidão conduziram as naus da política. Nos Estados Unidos e no Brasil, as instituições liberais foram costuradas ao cativeiro. A ordem pública se confundia com os interesses privados de uma classe, revestidos pelo signo da raça. O sacrossanto direito de propriedade, inclusive escrava, regeu os bens jurídicos a serem tutelados pela lei penal. Estado mínimo para uns e o Leviatã para outros; era a fórmula do liberalismo escravista, e nem por isso obsoleta séculos depois.³²⁸

A produtividade da lavoura escravista cresceu notavelmente no século XIX. No entanto, as inovações tecnológicas e agrônomicas foram limitadas em razão da fronteira aberta da agricultura, que priorizava o avanço sobre terras virgens ao investimento na preservação e na fertilidade do solo. Novas formas de gestão do trabalho e da paisagem ditaram ritmos laborais mais intensos e extraíram índices inéditos de produtividade dos trabalhadores escravizados. Pequenas recompensas os estimulavam a superar seus limites, mas os novos patamares alcançados se deveram principalmente aos novos regimes disciplinares, com castigos proporcionais à defasagem nas metas de trabalho. Desse modo, a relação entre violência e produtividade, que havia sido uma das chaves do escravismo colonial, adquiriu uma forma racionalizada e sistêmica no Vale do Mississippi e no Vale do Paraíba. Foi a relação umbilical entre as fazendas de algodão e de café e o

³²⁸ Sobre as temporalidades históricas, ver Reinhart Koselleck. *Extratos do Tempo: Estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014; e do mesmo autor *Futuro Passado: Contribuições à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. Ver ainda Rafael Marquese, & Waldomiro da Silva Júnior. “Tempos Históricos Plurais: Braudel, Koselleck e o Problema da Escravidão Negra nas Américas.” *História Da Historiografia*, V. 11, 2008, pp. 44-81. Sobre a relação entre liberalismo e escravidão, ver Roberto Schwarz. “As Ideias Fora do Lugar”. In: *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades; Editora 34, 2012, pp. 9-31; Alfredo Bosi. “A Escravidão entre Dois Liberalismos”. *Estudos Avançados*, 2(3), 1988, 4-39; Maria Sylvia Carvalho Franco. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Editora Unesp, 1997; Eugene Genovese, *The World the Slaveholders Made*, 1988; James Oakes. *Slavery and Freedom*, 1991; e Edmund Morgan. “Slavery and Freedom”. *The Journal of American History*, 59, 1972, pp. 5-29.

mercado mundial, após a Revolução Industrial, que fez do relógio e do açoite um par estrutural desses regimes de produção.³²⁹

Os séculos de tradição, no entanto, não pouparam os proprietários do esforço de terem de legitimar publicamente sua violência privada. Os castigos domésticos foram uma prerrogativa pouco questionada durante os séculos de colonização. Mas sob as ordens constitucionais, os escravistas se viram obrigados a defender na esfera pública a legitimidade das punições privadas. Em publicações agronômicas, prevaleceu a linguagem do interesse, que defendia a moderação como um imperativo que atendia à integridade dos corpos escravizados e à preservação do patrimônio senhorial. Entretanto, foi na definição da forma e dos objetivos das punições que os proprietários escravistas do século XIX inovaram. Além de moderados, os castigos deveriam ser precedidos por um procedimento formal de investigação, com respeito ao contraditório e, finalmente, aplicados de forma proporcional, racional e impessoal. Era o mesmo repertório do iluminismo penal que orientara a construção da justiça criminal nos dois países. Ao menos no discurso, os fazendeiros travestiram o despotismo escravista da forma da justiça liberal, fazendo de sua prerrogativa da punição privada a mimese da violência de Estado.

A violação das normas domésticas era da alçada dos tribunais particulares dos fazendeiros, mas os crimes cruzavam as fronteiras políticas e jurídicas do cativo, colocando os réus escravizados entre a soberania doméstica e a jurisdição do Estado. A montagem do direito penal e da justiça criminal nos Estados Unidos e no Brasil enfrentou as inevitáveis contradições entre o discurso liberal e o mundo material, e as soluções encontradas variaram da justiça paralela dos *slave codes* às leis de exceção. Mesmo as tentativas de compatibilizar os princípios do liberalismo penal e a escravidão resultaram em distorções, como no tribunal do júri escravista. A instituição símbolo da justiça liberal se transformou em um rito judicial marcado pela hierarquia de classe e de raça. No entanto, é preciso reconhecer que mesmo os júris mais rigorosos subordinavam réus escravizados a um outro regime de justiça. Mesmo alinhado com os interesses dos proprietários, o judiciário seguia protocolos e normas que não se confundiam com o arbítrio senhorial e essas contradições foram exploradas pelos réus escravizados nos tribunais.

³²⁹ A comparação aqui realizada foi sugerida por Edward Baptist, em diálogo com os estudos de Rafael Marquese, em “Toward a Political Economy of Slave Labor: Hands, Whipping-Machines, and Modern Power”. In: Sven Beckert, & Seth Rockman (eds.). *Slavery's Capitalism*, pp. 31-61.

Os julgamentos de crimes capitais e as execuções públicas em Natchez e Vassouras revelam tanto quanto escondem. O pequeno número de casos surpreende, mas seria um equívoco interpretá-los como representativos dos baixos índices de violência e de criminalidade. Apenas atestam a raridade da interferência da justiça formal nos conflitos cotidianos dessas sociedades escravistas. Embora os números impeçam análises estatísticas relevantes, eles permitem ao menos identificar padrões ao longo do tempo em cada sociedade. Nas primeiras décadas do século, os altos índices de criminalidade e violência nas fronteiras do café e do algodão resultaram das pressões sobre trabalhadores recentemente separados de suas comunidades de origem e submetidos a ritmos intensos de trabalho. Por sua vez, o declínio dos julgamentos de crimes capitais em Natchez, entre 1838 e 1849, e em Vassouras, entre 1848 e 1869, coincidiram com períodos em que suas populações ainda cresciam, ainda que em diferentes ritmos e graus. As hipóteses levantadas trataram da desaceleração econômica e da redução das pressões sobre os trabalhadores; da interdição do tráfico e da redução de seu potencial disruptivo nas senzalas; da formação de sociedades escravistas maduras, com famílias e comunidades estabelecidas, e da consequente gestação de uma economia moral das fazendas. Todas essas variáveis dizem respeito a uma correlação entre as condições socioeconômicas no cativeiro e a criminalidade escrava. No entanto, é preciso realçar a intersecção entre a política e a justiça criminal.

A tendência punitivista observada em Natchez, entre 1825 e 1837, e em Vassouras, entre 1835 e 1847, coincidiu com períodos de radicalização política, em que representantes do cativeiro se contrapuseram a agendas antiescravistas em ambos os países, valendo-se de discursos penais sensacionalistas e abusando da pena de morte como uma política de Estado. Por sua vez, os períodos subsequentes correspondem a fases de maior estabilidade, regidos pelas políticas da escravidão. Os consensos interpartidários e intra-institucionais deram espaço a agendas políticas reformistas, que privilegiaram as justiças criminais, silenciando sobre a escravidão. É nesse sentido que a extensão de garantias processuais e a menor incidência e publicidade da pena de morte não devem ser interpretados como sintomas de uma agenda antiescravista moderada. Elas foram instituídas por um movimento reformista que, em última instância, contribuiu para a legitimação da escravidão sob nova roupagem, postergando qualquer medida no sentido da abolição imediata. Enquanto os senhores se apresentavam como empresários benevolentes, as instituições de Estado e o direito escravista reformado se travestiram de uma espécie de *paternalismo judicial*.

No mundo das palavras e no mundo das coisas, os regimes escravistas do Vale do Paraíba e do Vale do Mississippi tiveram mais semelhanças que diferenças. No entanto, essas duas sociedades escravistas apresentavam divergências estruturais, que remontavam aos sistemas coloniais igualmente díspares que lhes deram origem. A prática da alforria foi mais disseminada no escravismo luso-brasileiro, o que levou à formação de comunidades livres compostas por negros e mestiços. O colonialismo anglo-saxão, por sua vez, cerceou a libertação de escravizados e, ao longo do tempo, reforçou as distâncias entre brancos e negros. Após as independências, as constituições liberais instituíram regimes representativos nos Estados Unidos e no Brasil, mas em diferentes termos. Na República da América do Norte, a cidadania foi progressivamente estendida a toda a população branca, o que fez do país uma democracia de massas marcada pela cisão racial. Enquanto isso, o Império do Brasil estendeu a cidadania até mesmo aos libertos nascidos no Brasil, mas o direito de voto foi condicionado ao critério censitário. Assim, os homens livres pobres, predominantemente miscigenados, viviam em relações de dependência com grandes proprietários e se submetiam às suas práticas clientelistas. Essas diferenças demográficas, culturais e institucionais se desdobraram em dois regimes raciais e ideológicos distintos e, conseqüentemente, em experiências particulares de violência.

A estabilidade da escravidão no Vale do Mississippi e no Sul dos Estados Unidos repousava no domínio da classe dos fazendeiros e na solidariedade racial entre eles e os homens brancos das camadas médias e populares. Durante os pânico insurrecionais, as comunidades livres abdicavam do império da lei, mas enquanto os fazendeiros tentavam preservar a ordem e a hierarquia social com seus comitês de vigilância, as multidões de brancos pobres, igualmente cidadãos da república, disputavam o direito de fazer valer a sua justiça popular. As conspirações de escravizados descobertas no Vale do Paraíba também levaram a procedimentos inquisitoriais à margem da lei, mas os fazendeiros do Vale do Paraíba foram mais bem sucedidos do que os seus pares da América do Norte. A concentração fundiária e o clientelismo subordinavam os homens livres e pobres à classe proprietária. Além disso, as fronteiras raciais eram outras na sociedade brasileira, marcada pela miscigenação nas camadas baixas. Se as ações coletivas se fundassem na solidariedade racial, os livres pobres teriam mais motivos para se identificar com as senzalas do que com as casas grandes. Assim, os fazendeiros agiam para evitar que se repetisse o precedente da mobilização das camadas populares, como ocorrera durante as revoltas do período regencial. É nesse sentido que o racismo à brasileira revela toda a sua perversidade. As ideologias nacionais silenciavam sobre as raças, enquanto preservam a

hierarquia entre elas. Cerceavam a construção de identidades e alianças entre os não brancos, que eram contemplados por critérios de cidadania formalmente alargados e materialmente restritos. Mesmo diante de conspirações e insurreições de negros escravizados, as classes proprietárias conseguiram preservar a ordem, atraindo os livres pobres para o seu lado sem ceder-lhes o direito à justiça popular. Em pleno estado de exceção, suspendiam-se as leis, mas não a hierarquia social.

No entrecruzamento entre raça, gênero e sexualidade, revelaram-se outras particularidades desses dos regimes escravistas e raciais. A violência sexual era sistêmica na escravidão. O patriarcalismo subordinava os corpos brancos femininos à masculinidade senhorial, que também cruzava as fronteiras raciais no assédio às mulheres negras. A forma de violência menos comum era aquela que violava os limites entre as raças de baixo para cima, cometida por homens negros em relação a mulheres brancas. No entanto, era precisamente o estupro mais raro o principal recurso retórico para legitimar a violência extrajudicial no Sul dos Estados Unidos. É interessante o contraste com o Brasil, onde as variantes do mito do estuprador negro não mobilizaram a violência popular no Brasil da mesma forma. As diferenças decorreram da formação histórica de dois regimes e duas ideologias raciais distintas, que promoveram experiências diversas de violência racial que chegariam à maturidade no pós-abolição. Nem por isso, o racismo estadunidense era mais letal. Ele apenas movia nas palavras e nas multidões o que o racismo brasileiro legava aos silêncios e às sombras.³³⁰

Em meio ao aparente caos da violência escravista, havia ordem. Entre a soberania doméstica dos proprietários e a jurisdição do Estado, havia tensão e também

³³⁰ Uma outra inovação a violência escravista no século XIX diz respeito à questão de gênero e às mulheres escravizadas, tanto pela reprodução vegetativa à qual eram submetidas por uma política senhorial após a proibição do tráfico em ambos os países, quanto pelo papel nos trabalhos domésticos, contribuindo para a reprodução da família senhorial e de seu patrimônio. A agenda tem farta produção nos campos da sociologia em estudos sobre gênero, raça e classe no século XX, assim como na historiografia, onde estudos de gênero tem abundado entre estudiosos da escravidão. O cruzamento entre as variáveis capitalismo, escravidão e gênero no século XIX, pode revelar ainda mais sobre as relações entre o universo doméstico e os campos da economia e da política nas sociedades escravistas do Brasil e dos Estados Unidos. Para uma referência dessa perspectiva do feminismo negro, ver Patricia Hill Collins. “Gender, Black Feminism, and Black Political Economy”. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 568(1), 2016, 41-53; Angela Davis. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016; e ainda Lélia González. *Por um Feminismo Afrolatinoamericano*. Cadernos de Formação do Círculo Palmarino, n.1, 1981; e Sueli Carneiro. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011. Sobre o mito do estuprador negro, ver Angela Davis “Estupro, Racismo e o Mito do Estuprador Negro” In: *Mulheres, Raça e Classe*, pp. 177-203; e Diana Diana Sommerville. “The Rape Myth in the Old South Reconsidered”. *The Journal of Southern History*, pp. 481-518. Sobre a sexualidade na escravidão brasileira, ver Lélia González. “A Mulher Negra na Sociedade Brasileira” In: Luz, Madel. *O Lugar da Mulher*, 1982; Sueli Carneiro. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*, 2011; da mesma autora, *Mulher Negra*, 1985. Ver ainda Silvia Pimentel; Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer & Valéria Pandjarian. *Estupro: Crime ou “Cortesia”?*, 1998.

complementariedade. Os castigos nas fazendas respondiam a imperativos privados, mas o desgoverno doméstico ameaçava a ordem pública. Ao mesmo tempo, intervenção excessiva da lei nos domínios senhoriais comprometia a hierarquia nas fazendas. Um tênue equilíbrio, portanto, preservava o oligopólio da violência legítima, mas enquanto os interesses econômicos e as agendas políticas convergiram, ele se manteve estável e ditou os rumos de duas nações. Em um ensaio crítico, o filósofo camaronês Achille Mbembe bebeu da influência de intelectuais como Hannah Arendt, Michel Foucault e Giorgio Agamben, para cunhar a categoria *necropolítica*. Seu objetivo era descrever as formas de expressão do poder soberano, que se valeria do racismo como linha divisória entre os cidadãos, ao abrigo do império da lei, e os subcidadãos, submetidos a um permanente estado de exceção e a uma política da morte. Seguindo os passos de Mbembe e Foucault, a escravidão nas Américas deve ser compreendida como um dos laboratórios do poder disciplinar e do necropoder, e o estado de exceção intrínseco ao cativo como um princípio orientador do Estado de Direito e das instituições repressivas nos Estados Unidos e no Brasil.³³¹

No entanto, ao falarmos em uma *necropolítica da escravidão* no século XIX, é preciso recuperar a macroeconomia do cativo. Afinal, as agendas políticas que produziam ou permitiam a violência contra pessoas negras, em ambos os países, estavam a reboque dos respectivos regimes econômicos. A morte não era mero capricho, mas uma engrenagem de um sistema de produção. No Vale do Mississippi e no Vale do Paraíba, os interesses privados dos fazendeiros e as razões de Estado se entrelaçaram na unidade contraditória da economia dos corpos e da política da morte.³³²

³³¹ Sobre a economia dos corpos, ver Michel Foucault. *Vigiar e Punir*, pp. 133-166. Sobre o estado de exceção e a necropolítica, ver Giorgio Agamben. *Estado de Exceção*, 2004; e Achille Mbembe. *Necropolítica*, pp. 5-37.

³³² Para uma reflexão autocrítica sobre os limites do conceito necropolítica e a incorporação da dimensão da disciplina produtiva dos corpos, ver Achille Mbembe. *Brutalisme*. Paris: La Découverte, 2020.

Parte II

O Oligopólio da Violência Legítima na Era da Segunda Escravidão

Introdução

O Capitalismo Histórico e a Segunda Era da Abolição

As naus britânicas guinavam em direção ao Índico e ao Pacífico quando as escravocracias do Sul dos Estados Unidos e do Império do Brasil atingiram seu apogeu. A revogação das leis protecionistas dos cereais e do açúcar redefiniu a economia do império britânico e as classes escravistas das Américas celebraram a abertura de mercados e expandiram as plantações de algodão, açúcar e café. O novo boom das commodities continha, contudo, as sementes da crise final do cativo. O imperialismo de livre mercado reorientou a economia-mundo capitalista em direção ao Oriente, relativizando o papel do escravismo Atlântico no abastecimento dos grandes centros. Nos dois hemisférios das Américas, as forças escravistas se entrincheiraram pouco a pouco nas zonas da grande lavoura. Sem acesso aos mercados da África, os fazendeiros do Vale do Mississippi e do Vale do Paraíba recorreram às redes do tráfico interno e a propriedade escrava se converteu em um privilégio de classes regionais, comprometendo a solidariedade social, política e racial que sustentava o cativo nos dois países. Estava aberto o dissenso no mundo dos livres e as comunidades das senzalas observavam atentas. O auge da Segunda Escravidão foi também o início de sua derrocada.³³³

Os Estados Nacionais foram os alicerces do escravismo oitocentista. Suas instituições foram costuradas aos interesses das classes escravistas que ascenderam após a era das independências. Em meados do século, todavia, os aparelhos estatais se transformaram por dentro e aos poucos desataram os nós. A República dos Estados Unidos e o Império do Brasil expandiram suas burocracias e espraíram suas jurisdições sobre territórios e populações, legitimando-se por meio da expansão de direitos. O reforço dos poderes de polícia e de justiça contribuiu para o monopólio do uso da força, enquanto o reformismo penal serviu à justificação ideológica e à racionalização da violência de Estado. O império da lei passou a se impor com maior veemência sobre tradicionais poderes privados, como os soberanos fazendeiros, provocando atritos. Nos dois hemisférios das Américas, as instituições reformadas do Estado ainda serviam às forças do cativo. Mas o esgarçamento da esfera pública abriu espaço às reivindicações de camadas médias e populares das cidades, onde se gestavam novas sensibilidades políticas.

³³³ Tâmis Parron. “The British Empire and the Suppression of the Slave Trade to Brazil: A Global History Analysis”. *Journal of World History*, 29(1), 2018, 1-36.; Alain El Youssef. *O Império do Brasil na Segunda Era da Abolição, 1861-1880*, pp. 1-7/270-274; Dale Tomich. “A ‘Segunda Escravidão.’” In: *Pelo Prisma da Escravidão*, pp. 81-97; Walter Johnson. *River of Dark Dreams*, pp. 280-420; e Edward Baptist. *The Half Has Never Been Told*, pp. 309-395.

Nesse terreno fértil, ativistas mobilizaram os difusos sentimentos antiescravistas e construíram movimentos sociais orgânicos que reorientaram a opinião pública e se infiltraram na burocracia estatal. Ironicamente, as instituições erguidas por mãos escravistas agora se voltavam contra elas.³³⁴

Os campos de algodão e de café também se tornaram campos de batalha físicas e simbólicas. O boom das commodities atingiu em cheio as comunidades escravizadas, tanto nas regiões exportadoras do tráfico quando nas zonas de plantations. Centenas de milhares de pessoas foram separadas de suas famílias e forçadas a migrar em direção às tradicionais lavouras do Vale do Mississippi e do Vale do Paraíba e rumo às novas fronteiras agrícolas do Texas, da Zona da Mata Mineira e do Oeste de São Paulo. A alta dos preços do café e do algodão no mercado mundial repercutiu nas propriedades rurais, onde comunidades estabelecidas viram seus precários direitos ameaçados. Nos termos fluidos das economias morais das fazendas, os trabalhadores barganharam e impuseram limites aos desmandos dos proprietários e dos feitores. Em situações limite, reagiram. Em tempos de crise e de radicalização nos dois países, as travessias do tráfico também contribuíram para a politização das senzalas. Conscientes dos embates e cisões entre os livres, homens e mulheres escravizados constituíram uma política da resistência, orquestrada a partir das fazendas e atenta aos passos dos abolicionistas.³³⁵

No vórtice dos tempos, forças contraditórias da economia e da política cindiram rachaduras nos pilares que sustentavam o cativo nos Estados Unidos e do Brasil, e foi a ação direta de abolicionistas e escravizados que acelerou a ruína dos edifícios. A resistência dos subalternos foi constante em todos os seus tempos e espaços da escravidão atlântica, mas pela segunda vez na história ela ameaçava a sua própria existência. Quando a abolição despontou no horizonte no final do século XVIII, foram os revolucionários de

³³⁴ Sobre a reforma do Estado Moderno em meados do século XIX, ver Charles Maier. *Leviathan 2.0: Inventing Modern Statehood*. Cambridge: Harvard University Press, 2012; e Michel Foucault. *Segurança, Território, População: Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Sobre a ascensão do movimento abolicionista nos Estados Unidos, ver John Stauffer. *The Black Hearts of Men*, 2002; Manisha Sinha. *The Slave's Cause*, 2016. Sobre ao caso brasileiro, ver Robert Toplin. *The Abolition of Slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1972; Angela Alonso. *Flores, Votos e Balas: O Movimento Abolicionista Brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015; e Jeffrey Needell. *The Sacred Cause: The Abolitionist Movement, Afro-Brazilian Mobilization, and Imperial Politics in Rio de Janeiro*. Stanford: Stanford University Press, 2020.

³³⁵ Sobre os padrões de resistência escrava na segunda metade do século XIX, ver Eugene Genovese. *From Rebellion to Revolution*, 1979; e do mesmo autor *Roll, Jordan, Roll*, 1974; John Blassingame. *The Slave Community*, 1972; Herbert Gutman. *The Black Family in Slavery and Freedom*, 1976; Ira Berlin. *Generations of Captivity*, 2013; Sidney Chalhoub. *Visões da Liberdade*, 1990; Robert Slenes. *Na Senzala, uma Flor*, 1999; Hebe Mattos. *Das Cores do Silêncio*, 1995; Maria Helena Machado. *Crime e Escravidão*, 2014; Manolo Florentino & José Roberto Góes. *A Paz das Senzalas*, 1997; João José Reis & Eduardo Silva. *Negociação e Conflito*, 1989.

São Domingos que instituíram um novo tempo e conquistaram a sua liberdade. Mas o crepúsculo do escravismo colonial foi também a aurora da Segunda Escravidão. O céu se fechou para outras três gerações no cativeiro, para o regozijo das novas classes escravistas. Na dialética dos tempos, no entanto, tudo o que era sólido desmanchava no ar, inclusive os castelos de areia do Reino do Algodão e do Império do Café. Quando o horizonte se abriu mais uma vez, uma nova geração de homens e mulheres de *virtù*, ativistas e escravizados, transformaram os tempos de crise em uma *Segunda Era da Abolição*. Fizeram, de fato, sua própria história. Não como queriam, mas como puderam, quando a fortuna lhes sorriu.³³⁶

³³⁶ Sobre a categorização e periodização da Segunda Era da Abolição, ver Alain El Youssef. *O Império do Brasil na Segunda Era da Abolição, 1861-1880*, pp. 1-7/270-274.

Capítulo 5

A Política da Resistência e a Pena de Morte no Vale do Mississippi *Economia, Resistência e Justiça no Vale do Algodão (1849-1853)*

As primeiras luzes da manhã do dia 8 de abril de 1849 iluminavam a cidade de Vidalia quando oito homens negros cruzaram suas ruas em direção à cadeia. A cena era inusitada. Aos olhos de qualquer homem branco presente, não havia dúvidas de que eles eram escravizados, embora caminhassem sem a supervisão de um feitor ou de seu senhor. O absenteísmo reinava na paróquia de Concordia. A maioria dos proprietários vivia do outro lado do rio, em Natchez, ou mais ao sul, em Nova Orleans. Em torno de 90% dos habitantes eram escravizados e viviam nas senzalas de grandes fazendas. Uma pequena comunidade de feitores e proprietários compunha o restante da população. A demografia era digna das mais extremas zonas de plantation, o que fazia inquietante a marcha dos oito negros naquela manhã, ainda mais quando revelaram a razão de sua visita. Eles haviam assassinado o feitor negro de sua fazenda e se entregavam voluntariamente às autoridades para responder pelo crime.³³⁷

Nos meses anteriores, eles haviam fugido da fazenda Windsor Forest devido à crueldade do feitor. Sobreviveram nas matas da vizinhança o quanto puderam e, então, decidiram retornar à propriedade. Não sem antes definirem um plano. Assim que chegaram ao quarteirão das senzalas, eles propuseram ao feitor um acordo: entregavam-se sob a condição de receberem um castigo leve pela fuga. Com a recusa do feitor, eles o cercaram e o assassinaram a pauladas. Foi então que partiram para a cidade de Vidalia para confessar o crime. As notícias correram a vizinhança e toda a paróquia. Os jornais de Vicksburg e de Natchez reproduziram a matéria do *The Concordia Intelligencer*, que reportara “*Assassinato de um Negro*”, lamentando que o feitor “*era um dos mais valiosos e leais de sua raça*”. No dia 17 de abril, os oito réus foram levados à *courthouse* de Vidalia, onde os juízes de paz abriram a sessão de julgamento. Os crimes capitais cometidos por escravizados não eram da alçada do júri na Louisiana, então coube a dez proprietários escravistas fazerem as vezes da justiça. Diante do crime confesso, a deliberação foi curta e todos os réus foram condenados à morte. A pena seria executada

³³⁷ *The Concordia Intelligencer*, edições de 14 e 21 de abril de 1849. O mesmo caso foi citado brevemente em Ulrich Phillips. *American Negro Slavery: A Survey of the Supply, Employment and Control of Negro Labor as Determined by the Plantation Regime*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1966, pp. 303-304.

no dia 4 de maio com discrição. Afinal, como lembrou o *The Concordia Intelligencer*, “a lei explicitamente exige que todas as execuções desse tipo devem ser privadas”.³³⁸

No entanto, dias antes da execução, um dos juízes que paz que presidiu o julgamento se dirigiu pessoalmente ao governador da Louisiana, levando consigo uma petição assinada por muitos dos mais “*respeitáveis cidadãos e alguns dos maiores senhores de escravos*” da paróquia. A execução foi suspensa por ordem da autoridade pública, “*na condição de que eles permanecessem na cadeia onde se encontram confinados até que a mensagem da comutação da pena seja enviada ao Senado em sua próxima sessão.*” O fim dos oito réus é desconhecido. É possível que tenham sido enviados à penitenciária da Louisiana para cumprir a pena de prisão com trabalhos. Mas o silêncio dos jornais e a jurisprudência dos tribunais sugere que eles tenham sido punidos com penas corporais e restituídos às senzalas de Windsor Forest, onde a justiça privada da fazenda os aguardava.³³⁹

Mapa da região de Windsor Forest, em relação a Vidalia e Natchez.³⁴⁰

O caso é repleto de simbolismos. Concórdia era uma espécie de província rural de Natchez. Sua população era composta por milhares de homens e mulheres escravizados

³³⁸ *Black Code*, 1806; *The Concordia Intelligencer*, edições de 14 e 21 de abril de 1849. Sobre a legislação criminal da Louisiana, ver Judith Schafer. “Slaves and Crime: New Orleans, 1846-1862”. In: Christopher Waldrep & Donald Nieman (eds.). *Local Matters*, pp. 53-91. Ver ainda Joe Taylor. *Negro Slavery in Louisiana*. New York: Negro University Press, 1969, pp. 206-213.

³³⁹ *The Concordia Intelligencer*, edições de 25 e 28 de abril de 1849.

³⁴⁰ Fonte: GoogleMaps, edição do autor.

que emigraram nas décadas de 1820 e 1830 e que, a essa altura, constituíam famílias e comunidades nas senzalas. Esses traços de uma sociedade escravista madura deram o tom das negociações propostas pelos oito cativos de Windsor Forest, nos termos de uma economia moral da fazenda. Interpretando os castigos e a recusa do feitor como uma violação de seus direitos, eles o sentenciaram às suas próprias penas. Mais surpreendente foi a decisão seguinte. Em vez de fugirem novamente para as matas ou pântanos da vizinhança, eles se entregaram à justiça. É possível que considerassem seus atos legítimos a ponto de defendê-los em juízo, ou apenas que temessem ser condenados por uma outra justiça à margem da lei. Ao cruzarem as fronteiras da fazenda em direção à cidade, eles deixaram para traz a soberania da fazenda em favor da jurisdição do Estado.³⁴¹

O fenômeno de Windsor Forest foi único. Em nenhum outro caso identificado no Vale do Mississippi, os escravizados que cometeram crimes capitais se apresentaram como réus confessos à justiça, ao contrário do que aconteceria no Vale do Paraíba, onde casos como esse se tornariam frequentes nas décadas de 1870 e 1880. O contraste revela como as populações cativas de ambas as sociedades enxergavam a justiça formal dos livres, e como ela foi incorporada ao repertório da resistência escrava—mais no Brasil do que nos Estados Unidos. Condenados à morte, alguns dos oito réus de Windsor Forest podem ter se arrependido da decisão, enquanto outros podem ter considerado a pena pública mais digna do que as violências privadas e os justiça populares. Suspensa a execução, o alívio deve ter sido momentâneo, pois se voltassem à vizinhança de Windsor Forest já não contariam mais com a forma e as garantias da lei.

³⁴¹ Herbert Gutman. *Slavery and the Numbers Game*, pp. 42-48. Sobre a reciprocidade nas relações assimétricas nas plantations, ver Eugene Genovese. *Roll, Jordan, Roll*, pp. 658 -660. *The Concordia Intelligencer*, edições de 14, 21 e 25 de abril de 1849; *Natchez Daily Courier*, edição de 20 de Abril de 1849; *Vicksburg Whig*, edição de 25 de Abril de 1849. O caso repercutiu ainda em jornais abolicionistas do Norte, como o *The Liberator*, edição de 22 de junho de 1849. Uma das personagens mais reveladoras dessa história era o feitor negro. Era comum que os senhores nomeassem escravizados como capatazes. Bennet Barrow descreveu seu desconforto com proprietários se valiam desse expediente, ao narrar o caso de um cativo que assassinou o capataz que tentava castigá-lo. A seu ver, os capatazes deveriam se limitar a reportar os trabalhadores ao senhor, detentor único da autoridade e da prerrogativa do castigo. O objetivo dos senhores era cindir a solidariedade nas senzalas, criando hierarquias em seu benefício. A prática surtia efeitos, mas não impedia os artifícios dos escravizados. Elevado a capataz da fazenda de Epps, Solomon Northup descreveu seus métodos para simular castigos, enquanto seus parceiros levavam falsas reclamações de seu rigor ao senhor. Por outro lado, era menos comum que alçassem um negro, escravizado ou livre, à condição de feitor. A excepcionalidade da vítima do assassinado de Windsor Forest talvez se explique precisamente pelas informações antagônicas e complementares de sua pessoa. Enquanto os réus o descreveram como um feitor cruel, os senhores o definiram um dos mais valiosos e fiéis de sua raça. Dois lados de uma mesma moeda. Ver as entradas de outubro de 1839 e o regulamento da fazenda Highland no Diário de Bennet Barrow. *Plantation Life in the Florida Parishes of Louisiana*, 1943, pp. 406-410; e ainda Solomon Northup. *12 Years a Slave*, pp. 223-227.

O crime de Windsor Forest foi representativo das tensões de um tempo. Na segunda metade da década de 1840, a lavoura sulista se recuperou da depressão econômica iniciada em 1837. A alta dos preços do algodão no mercado mundial impulsionou a fronteira agrícola, reatou as redes do tráfico interestadual (reaberto no Mississippi em 1846) e intensificou o ritmo dos trabalhos nas fazendas. É possível que resistência dos trabalhadores de Windsor Forest tenha sido motivada apenas pelos desmandos de um feitor particular, mas então esse crime teria sido um caso isolado. E não foi. Em segundo lugar, o julgamento e o desfecho do caso em Vidalia aponta para as contradições entre a guinada garantista do judiciário e o aumento da resistência escrava no final da década de 1840. Muitos fazendeiros e feitores não concordavam com a extensão de direitos e garantias aos réus escravizados nos processos criminais, e tampouco com o fim da publicidade da pena de morte. Em breve, eles colocariam em prática uma contrarreforma do direito escravista no Sul dos Estados Unidos.

Um outro crime ocorrido meses depois na paróquia de Tensas, ao norte de Concórdia, deu mais uma amostra das tensões que afloravam. Um negociante de Vicksburg e seu filho navegavam pelo Mississippi e, quando atracaram para vender as suas mercadorias aos escravizados de uma fazenda, foram roubados e assassinados. Seis homens foram presos, acusados pelo crime. Dessa vez os redatores do *The Concordia Intelligencer* se deixaram levar pelas paixões.

Há forte crença, nós soubemos, que nem todos desse partido assassino foram presos. É de se esperar que nenhum deles escape da condenação e da punição mais exemplar e sumária. Nossa opinião é de que em um caso como esse, nós não nos expressaríamos aqui, se não estivéssemos convencidos de que uma aversão a derramar o sangue de um número de assassinos, as circunstâncias que levariam rapidamente um assassino para a forca, é uma falsa simpatia, calculada para ferir a sociedade e causar banhos de sangue de inocentes para se evitar o do culpado. Nós consideramos que quanto maior o número daqueles que conspirar para tirar o sangue inocente, maior—e mais horrível é o crime e mais forte é a necessidade de uma rápida e completa retribuição.³⁴²

Fosse pelo fato de que as vítimas eram brancas, sendo uma menor de idade, ou por haver uma percepção do aumento da criminalidade escrava, o jornal exigiu abertamente punições sumárias e exemplares, considerando uma “*falsa simpatia*” as garantias processuais e as políticas que restringiam a pronta execução da pena de morte. As palavras ecoavam um sentimento compartilhado por parte da comunidade livre do

³⁴² *The Concordia Intelligencer*, edição de 10 de novembro de 1849.

Vale do Mississippi e pelos membros da corte escravista, que condenaram os seis réus à pena máxima.

Do outro lado do rio, a recém-inaugurada *courthouse* de Vicksburg também andava movimentada. Entre 1846 e 1849, ao menos oito escravizados foram levados ao tribunal do júri na cidade, acusados de crimes capitais. Mas foi naquele último ano, o mesmo dos crimes das paróquias de Concórdia e Tensas, que os casos se acumularam no judiciário. Na *courtweek* de maio de 1849, três réus foram condenados à morte pelo assassinato de dois senhores. No dia 15 de junho, Tarleton e Spencer foram enforcados no jardim da cadeia da cidade na presença apenas de oficiais do condado. A pena de Sam, acusado da morte de seu senhor, Absalom Barrow, seria executada no mesmo dia, não fosse uma questão técnica processual que lhe assegurou um novo julgamento. Seis meses depois, o tribunal do júri voltou a se reunir e outros três réus foram julgados por crimes capitais. Grandville foi condenado por incendiar uma casa e Frank por assassinar um feitor. Washington respondia por um crime mais delicado, o estupro de uma criança branca. Surpreendentemente, ele foi beneficiado por um erro técnico no julgamento e teve sua pena adiada.³⁴³

No dia 30 de novembro, Grandville e Frank foram levados de suas celas para o jardim interno da cadeia de Vicksburg. O primeiro protestou sua inocência, enquanto o segundo silenciou diante da força. A execução seguiu os protocolos que exigiam discrição, mas uma multidão se reuniu do lado de fora da cadeia para tentar acompanhá-la. Os redatores do *Vicksburg Daily Whig* descreveram os esforços dos espectadores para burlar a lei e testemunhar o enforcamento dos dois homens.

Embora a lei não admita a ninguém a não ser alguns oficiais testemunhar as execuções, e apesar da dificuldade de se obter uma vista da força por sobre os muros altos do nosso jardim da cadeia, cerca de mil pessoas estavam reunidas na vizinhança, alguns no topo das casas e árvores e com outros esforços para subir o cercado para atender à sua curiosidade sobre o espetáculo aflitivo.³⁴⁴

³⁴³ *The Concordia Intelligencer*, edições de 10 e 17 de novembro de 1849; *Vicksburg Tri-Weekly Sentinel*, edição de 8 de maio de 1849; *Vicksburg Daily Whig*, edição de 17 de junho de 1849. Ver ainda os mesmos casos em Anthony Kaye. *Joining Places*, p. 168. Ver o mesmo caso em Christopher Waldrep. *Roots of Disorder*, p. 50, e outros crimes capitais julgados em Vicksburg entre as páginas 39 e 58. *Vicksburg Daily Whig*, edição de 1 de dezembro de 1849. *Natchez Daily Courier*, edição de 11 de dezembro de 1849.

³⁴⁴ *Vicksburg Daily Whig*, edição de 1 de dezembro de 1849.

Fotografia da Cadeia de Vicksburg, com detalhe dos muros no entorno dos edifícios, *circa 1864*³⁴⁵

Um ano depois, os recursos processuais de Washington se esgotaram e foi a sua vez de enfrentar o cadafalso no jardim da cadeia. Novamente uma multidão subiu os muros e as árvores para testemunhar a morte do suposto estuprador negro. A curiosidade mórbida respondia às ansiedades latentes naqueles anos, que afluíam a cada crime. A morte de um fazendeiro no condado de Hinds, vizinho ao de Warren, levou os redatores do *Hinds County Gazette* a se unirem a seus pares de Concórdia, exigindo a execução pública e exemplar dos réus.

Como proposição geral, execuções públicas não tem efeito moral. Mas é notório que os negros da região têm se impressionado com a ideia tola de que, embora alguns escravos sejam frequentemente condenados por homicídio, e sentenciados a serem enforcados, eles têm sido uniformemente levados da cadeia por seus senhores ou outros interessados, e levados e vendidos nos estados vizinhos! De forma a se remover essa impressão salsa, nós estávamos ansiosos para que as três criaturas desafortunadas deveriam ser executadas publicamente, e que todos os escravos da vizinhança deveriam testemunhar o espetáculo temeroso, observar a majestade da lei, e o inevitável resultado da insubordinação e do vício—e ficarem satisfeitos de que a questão do assassinato de um feitor ou senhor não vai garantir um novo senhor e uma nova casa nesse mundo.³⁴⁶

A execução não ocorreu nos termos requeridos pelos redatores, mas eles se mostraram satisfeitos em descrever a multidão que se reuniu na cidade de Clinton, capital

³⁴⁵ Fonte: Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi.

³⁴⁶ *Hinds County Gazette*, edição de 4 de dezembro de 1851.

do condado, para testemunhar a morte dos dois condenados. A depender das páginas dos jornais do Mississippi, da Louisiana e também do Texas, a criminalidade escrava parecia perder o controle. O *Red River Republican*, de Alexandria, ressentiu-se dos “*muitos homicídios (...) de negros contra seus senhores*” entre 1851 e 1852. Um ano depois, o *Texas State Gazette* denunciou os assassinatos de brancos, “*dolorosamente constantes*”. Os discursos, no entanto, revelam mais sobre os usos políticos do tema da segurança pública do que sobre os índices efetivos de criminalidade. O número de crimes capitais levados ao júri de fato aumentou, mas em uma proporção menos significativa do que dava a entender o sensacionalismo da imprensa.³⁴⁷

A *courthouse* de Natchez passou incólume pelo ano de 1849, mas novos ventos sopravam na virada da década. Em um dos primeiros dias de março de 1850, o feitor Schelling comandava os trabalhos na aragem das terras da fazenda Saragossa, de William Conner. Descontente com o serviço de Ike, ele o repreendeu por duas vezes, antes de recorrer ao chicote. Diante da ameaça do castigo, o escravizado sacou uma faca com a qual provocou diversos ferimentos no corpo do feitor e fugiu para as matas, antes de ser capturado e preso. Era o primeiro crime capital cometido por um negro escravizado contra um branco e levado a júri em anos. Chegada a *courtweek* de maio, as galerias da corte estavam cheias para assistirem ao julgamento de Ike e ao testemunho da vítima, que sobrevivera. Schelling adentrou o tribunal exibindo os danos irreparáveis dos ferimentos e os jurados enxergaram na vítima branca, e não no réu negro, o seu igual. Ike foi condenado à morte, mas seus advogados obtiveram sucesso ao impetrar uma moção por novo julgamento devido a erros técnicos no indiciamento. O réu passou outros seis meses em sua cela antes de retornar ao salão do júri e ser novamente condenado. Dessa vez, o juiz negou os recursos da defesa e o sentenciou à morte. Os avaliadores atribuíam a Ike o valor de 950 dólares, a título de indenização do proprietário. No dia 20 de novembro, ele foi executado diante de oficiais no jardim da cadeia de Natchez.³⁴⁸

³⁴⁷ *Vicksburg Weekly Sentinel*, edição de 22 de janeiro de 1851. Ver ainda Frederick Law Olmsted. *A Journey Through Texas*. New York: Dix, Edwards & Co., 1857, pp. 256-258; e do mesmo autor *A Journey in the Back Country*. New York: Mason Brothers, 1861, pp. 55-124. Sobre os casos citados, ver *Texas State Gazette*, edição de 3 de setembro de 1853; e *Red River Republican*, edição de 24 de abril de 1852 *apud* Kenneth Stampp. *The Peculiar Institution: Slavery in the Antebellum South*. New York: Knopf, 1956, p. 130

³⁴⁸ *State v. Ike*, Term 1850. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi. A defesa alegou equívocos técnicos na peça de indiciamento, que deixou de tipificar o crime (agressão a uma pessoa branca com intenção de matar); de caracterizar a faca como arma letal e a vítima como uma pessoa branca; e não descreveu a condição em que o crime se deu, como “*resistência ao castigo legal ou do feitor empregado*”. *Mississippi Free Trader*, edições de 9 de março e de 18 de maio de 1850. O feitor da fazenda Elgin, vizinha à de Saragossa, pediu demissão ao proprietário John Carmichael Jenkins

Fotografia da *Courthouse* de Natchez, *circa* 1863³⁴⁹

O tribunal de Natchez seguia a jurisprudência garantista das cortes superiores do Mississippi desde meados da década de 1840. Nas mesmas sessões em que Ike foi julgado, outros dois escravizados foram levados a júri, sendo um acusado da agressão a um oficial branco, mas ambos foram absolvidos. Essa tendência foi colocada à prova quando um caso de maior repercussão chegou à corte. Em um dia de janeiro de 1852, Bill estava sendo castigado por seu senhor, Mathew Lassley, quando revidou com um machado, atingindo-o na cabeça. O escravizado foi preso e levado a julgamento em fevereiro. Seu advogado justificou a reação pelos maus-tratos, o que foi corroborado pelos demais cativos da fazenda e por um médico que confirmou que as fraturas e ferimentos de Bill eram decorrência dos abusos do fazendeiro. Findos os depoimentos, as partes elaboraram os quesitos a serem respondidos pelos jurados.³⁵⁰

A estratégia da defesa foi questioná-los se “*no momento em que matou o falecido o prisioneiro tinha boa razão para sentir e efetivamente sentiu que estava em iminente perigo de morte*”, e ainda se “*murder se distingue de manslaughter pela existência de*

semanas depois, “*possuído com a ideia de que os negros planejavam assassiná-lo*”. Diário de John Carmichael Jenkins, entradas de 1850. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi.

³⁴⁹ Fonte: Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi.

³⁵⁰ *State v. Bill*, Term 1852. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi. *Mississippi Free Trader*, edição de 4 de fevereiro de 1852.

malice (dolo e premeditação). ” Segundo a legislação do Mississippi, um escravizado não poderia resistir ao castigo legal e moderado de seu senhor ou feitor, a menos que o excesso ou abuso ameaçassem sua vida. Em relação à diferença entre *murder* e *manslaughter*, a primeira tipificação dependia do dolo e da premeditação do ato, enquanto a segunda se referia à ação violenta espontânea sem planejamento prévio. Diante das provas apresentadas, os jurados absolveram Bill por *murder*, mas o condenaram por *manslaughter*—com a recomendação de perdão. A decisão era inusitada por dois motivos. Em primeiro lugar, embora fossem dois tipos penais diferentes, ambos eram punidos com a pena de morte se o réu fosse escravizado. Em segundo lugar, a recomendação de perdão pelo júri era, no mínimo, incomum na corte. De todo modo, um erro técnico no indiciamento do réu serviu para que a defesa solicitasse um novo julgamento, o que foi acatado pelo juiz.³⁵¹

Em novembro, Bill retornou ao tribunal, alegou legítima defesa e novamente os jurados o absolveram de *murder* e o condenaram por *manslaughter*. Uma segunda moção apresentada pela defesa lhe assegurou um terceiro julgamento. Bill viveu por mais de um ano na cadeia de Natchez. Nascido no condado de Adams, ele sobreviveu por anos de abusos de Mathew Lassley antes de dar-lhe um basta. No judiciário, ele conheceu uma lei que, embora rigorosa, não se confundia com o arbítrio de seu senhor. Em sua defesa, combinaram-se as normas da economia moral da fazenda com a linguagem jurídica, que as traduziu nos termos da legítima defesa. Seus advogados foram além.

1. Que todas as leis em vigor nesse estado em relação ao julgamento de pessoas brancas por crimes capitais são aplicáveis ao julgamento de negros pelas mesmas ofensas. 2. Que pelas leis desse estado, um senhor é proibido de infligir castigo cruel sobre seus escravos – e se em razão de castigo cruel ou ilegal infligido ou ameaçado de ser infligido pelo falecido sobre o prisioneiro, o dito prisioneiro tinha base razoável para temer que o tratamento e a crueldade e a punição inusual do falecido ameaçaria a sua própria vida, e matou [ilegível] para salvar a sua própria vida, então a lei está com o prisioneiro. 3. Que o júri são os juízes exclusivos (...) 4. Que nenhum costume bárbaro ou ilegal pode autorizar qualquer pessoa a infligir castigos cruéis e inusuais sobre a pessoa de escravos.³⁵²

A defesa consistiu em uma interpretação garantista radical. Os advogados se valeram da proibição constitucional às punições inusuais e cruéis para estendê-la aos

³⁵¹ Idem. A maioria dos erros alegados foi descartada pelo magistrado. Mas ele se convenceu de que a ausência das qualificantes “livre” e “branco” na descrição da vítima levariam à reforma ou à anulação da condenação nas cortes superiores, pois o crime de *manslaughter* cometido por um réu escravizado somente era capital se cometido contra uma pessoa branca e livre. O mesmo caso foi analisado em Anthony Kaye. *Joining Places*, pp. 120-124/169-172.

³⁵² *State v. Bill*. Term 1852; Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi.

castigos domésticos na fazenda, e sustentaram a aplicação de leis destinadas aos cidadãos livres a um réu negro escravizado, por analogia. Em sua conclusão, resumiram: se Bill tivera razões para temer por sua vida diante dos castigos, a morte do fazendeiro não configurava um ato criminoso. Em outros termos, pediam a exclusão da ilicitude do assassinato de um senhor, defendendo a tese da legítima defesa de um escravizado. A hesitação dos jurados, que por duas vezes se recusaram a condená-lo por *murder*, revela algum grau de empatia. No entanto, a insistência em condená-lo por *masnlaughter* mostra que a identificação com o réu tinha limites e que não estavam dispostos a estabelecer o precedente da absolvição de um escravizado pela morte de seu senhor.

A tendência garantista do tribunal não significava falta de rigor. Na cadeia, Bill conheceu outros dois homens que respondiam por crimes capitais. Edmond foi acusado do assassinato de um outro escravizado. O mesmo juiz que concedeu um novo julgamento a Bill, sentenciou Edmund a ser a ser marcado a ferro em brasa com uma letra M de *murderer*. Enquanto aguardava seu terceiro julgamento, Bill conheceu Isaac, que respondia pelo estupro de uma mulher branca que vivia próxima à fazenda de seu senhor. A acusação era grave, mas o julgamento iniciado em novembro de 1852 não foi concluído, sendo adiado para o ano seguinte. Cabe destacar que, diferentemente do que ocorreu em casos de estupro de mulheres brancas nas décadas anteriores, o indiciamento de Isaac, em Natchez, e de Washington, em Vicksburg, transcorreram dentro dos marcos legais. Em maio de 1853, a corte condenou Isaac à pena de morte. No entanto, nem ele foi levado ao cadafalso e nem Bill retornou ao tribunal. Uma epidemia de febre amarela varreu a região em meados daquele ano, vitimando os presos. Bill nasceu no cativeiro no condado de Adams e faleceu em uma cela na cadeia de Natchez. Viveu e morreu entre os cárceres inscritos em sua pele.³⁵³

O crime e os julgamentos de Bill foram excepcionais em muitos termos, mas também representaram as tendências contraditórias de uma época. Ao que tudo indica, a fama do fazendeiro Mathew Lassley, como um senhor cruel, contribuiu para que Bill não fosse sentenciado à morte. Naquele mesmo ano, Frederick Law Olmsted visitou o condado de Adams e registrou o diálogo entre dois pequenos proprietários sobre a epidemia e as mortes de dois presos, “‘*felizmente libertados*’, *já que estavam*

³⁵³ *Criminal Court Minutes*, Term 1853; *State v. Isaac*. Term 1852/Term 1853; Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi. *The Concordia Intelligencer*, edição de 21 de maio de 1853; *Natchez Daily Courier*, edição de 3 de julho de 1853; *Natchez Weekly Courier*, edição de 3 de maio de 1854.

sentenciados à morte, e injustamente, na opinião deles”. A relativa complacência da comunidade livre com um réu confesso do assassinato de seu senhor merece ser ressaltada. Mas o julgamento de Bill marcou o fim de uma era do direito escravista reformado em Natchez e no Mississippi. À medida em que os episódios de resistência e os crimes capitais se tornaram mais frequentes em meados da década de 1850, *pari passu* com a radicalização dos abolicionistas, um movimento de contrarreforma tomou conta das assembleias estaduais e dos tribunais do Sul dos Estados Unidos, pondo em xeque o princípio do império da lei.³⁵⁴

A Crise (da) Política da Escravidão e o Espetáculo da Pena de Morte (1854-1859)

Os tempos da política e do mercado se chocaram em meados do século. A migração massiva de europeus para os estados do Norte e a demanda por cereais no mercado mundial convergiram nas malhas ferroviárias que conduziram a fronteira agrícola para além do Meio-Oeste. Ao mesmo tempo, a alta dos preços do algodão levou a lavoura escravista em direção ao Texas, alimentada pelo tráfico interestadual. Não havia uma única marcha ao Oeste. Eram duas fronteiras econômicas e de dois projetos imperiais que avançavam pelo território, e seu embate esgarçaria de vez o tecido da federação. Na iminência do conflito com o México, foram novamente os representantes da Carolina do Sul que assumiram as tribunas em favor do cativo. Enquanto os discursos John Calhoun ecoavam nas arenas do país, seu discípulo John Quitman liderou uma força militar que partiu de Natchez em direção ao Texas. No bojo da guerra, os debates sobre o destino dos novos territórios provocaram um novo racha no Congresso Nacional e a doutrina constitucional de Calhoun adentrou novamente as suas portas.³⁵⁵

³⁵⁴ Frederick Law Olmsted. *A Journey in the Back Country*, p. 29. Mais de uma década depois, a missionária abolicionista Laura Haviland visitou a cidade de Natchez e ao descrever os horrores da escravidão, narrou a história de um senhor cruel chamado Mathew Lassley e de seu cativo chamado Jack. Depois de sua esposa e seu filho terem sido vendidos pelo fazendeiro, Jack o assassinou com um machado e se dirigiu à cidade, onde confessou o crime ao Dr. Smith, genro da vítima. Sem a esposa e o filho, aceitava ser morto ou levado à cadeia. Smith teria se solidarizado, ciente dos abusos de Lassley, e contratou um bom advogado para Jack. No julgamento, os depoimentos dos demais escravizados da fazenda corroboraram os maus tratos a que estavam submetidos. Os sentimentos da comunidade se voltaram contra o senhor, e Jack foi absolvido. Desde então buscava por sua família, ainda sem sucesso. Não há dúvidas de que o relato se inspira no caso de Bill. É possível que algumas passagens, como a da confissão do crime, completem lacunas nos documentos. Por outro lado, as referências à separação da família e à absolvição de “Jack” contribuem para uma versão romantizada e com viés antiescravista, que pode ter sido produzida por quem relatou a história a Haviland ou por ela própria. De todo modo, as condenações hesitantes do júri e o diálogo testemunhado por Olmsted reforçam a percepção de que Mathew Lassley se tornou reconhecido entre a comunidade livre como um senhor cruel. No entanto, nem mesmo assim o réu da vida real gozou da graça da personagem Jack. Laura Haviland. *A Woman's Life-Work*. Chicago: C. V. Waite, 1887, pp. 287-288.

³⁵⁵ Ver Tâmis Parron. “The British Empire and the Suppression of the Slave Trade to Brazil”. *Journal of World History*, pp. 1-36; Walter Johnson. *River of Dark Dreams*, pp. 280-420; Edward Baptist. *The Half*

A crise reeditou os termos da Nulificação e, mais uma vez, foram os moderados os que mediarão o conflito e preservaram, por ora, a União. A Califórnia foi admitida como estado livre, enquanto o tema foi adiado em relação aos demais territórios espoliados. Em troca, os sulistas arrancaram uma nova lei que obrigava a devolução dos escravizados fugidos para o Norte. Na esteira do *Compromisso de 1850*, parte da dissidência política fundou o Partido do Solo Livre, enquanto o *Slave Fugitive Act* colocou lenha no fogo dos abolicionistas. Nos estados do Sul, os debates reacenderam o pró-escravismo radical. O imperialismo sulista cedeu na empreitada rumo a Oeste e passou a mirar o Caribe e a América Central. Os holofotes sobre o cativo romperam o pacto silencioso da política da escravidão, cindindo uma fenda irresistível no território nacional. Como na década de 1830, o dissenso político entre os brancos chegou às senzalas e alimentou receios nas casas grandes.³⁵⁶

Nos idos da primavera de 1853, um crime chocou a comunidade branca da cidade de Natchez. Na noite de 17 de outubro, o comerciante William Henry se encontrava em sua casa quando decidiu castigar Frank, seu mais leal cativo, que estava embriagado. Quando se virou, foi atingido por um banco em sua cabeça e caiu. No chão, Frank ainda tentou estrangulá-lo e, por fim, esmagou a parte direita de seu crânio com mais um golpe. Outros cativos domésticos e a esposa de Henry tentaram intervir, mas Frank chegou a mordê-la e ferir sua mão antes de fugir. O proprietário sobreviveu à primeira noite após o ataque e foi visitado por parentes e amigos, inclusive um redator do *Mississippi Free Trader* que registrou a cena.³⁵⁷

Ao chegarmos, encontramos o Sr. Henry em uma condição muito terrível para descrever. Sua vestimenta apresentava as provas sangrentas do ultraje, e ele pareceria estar sofrendo a mais intensa e excruciante agonia, cada respiro sendo um lamentoso gemido; mas ao analisarmos percebemos que ele estava inteiramente inconsciente, não dizendo uma palavra nem reconhecendo qualquer um daqueles ao seu redor. Seu olho direito já não havia, a têmpora fraturada e o osso da bochecha completamente quebrado e afundado, e o cérebro parcialmente exposto (...). Ninguém imaginaria que um ser humano poderia sobreviver à inflição de tal ferimento por um único momento. Seu lábio estava cortado expondo seus dentes, e seu braço direito possuía diversos hematomas que recebeu em seu esforço para bloquear os golpes do demônio selvagem que os estava infligindo.³⁵⁸

Has Never Been Told, pp. 309-395; Charles Sydnor. *Slavery in Mississippi*, pp. 241-242; e ainda John Ashworth. *Slavery, Capitalism, and Politics in the Antebellum Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

³⁵⁶ Idem

³⁵⁷ *State v. Frank*, Term 1854. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi. *Mississippi Free Trader*, edição de 25 de outubro de 1853; *Natchez Daily Courier*, edição de 21 de outubro de 1853.

³⁵⁸ *Mississippi Free Trader*, edição de 25 de outubro de 1853.

O relato visceral apelou ao fígado do público leitor branco. Na manhã do dia 19, William Henry sucumbiu aos graves ferimentos. Era o primeiro assassinato de um senhor por seu escravizado no condado de Adams em uma geração. Como descreveu o jornalista, “medidas prontas haviam sido imediatamente tomadas pelos homens jovens reunidos após a cena, mas o negro ainda não havia sido preso”. O fazendeiro Benjamin Wailes, do condado de Warren, registrou o ocorrido em seu diário, assim como a convocação de um júri de investigação. O próprio *Mississippi Free Trader* publicou um retrato falado de Frank, descrito como um mulato escuro de cerca de 40 anos de idade, e o governador do Mississippi, H. S. Foote, ofereceu uma recompensa de 250 dólares a quem tivesse informações que levassem à prisão do foragido. Teve início a caçada humana.³⁵⁹

Anúncios em jornais do Mississippi, com a descrição física de Frank e as informações sobre a recompensa de 250 dólares oferecida pelo governador do estado.³⁶⁰

Não se sabe quando, mas Frank foi encontrado na vizinhança da propriedade da família Henry e levado para a cadeia. É provável que tenha se evadido por meses, pois somente no fim do ano seguinte ele foi indiciado para responder pelo crime. Na cadeia, ele conheceu General, escravizado e capataz do fazendeiro Henry Metcalfe. No dia 15 de outubro de 1854, o feitor John Holmes criticou os trabalhos do capataz e ameaçou castigá-lo. General reagiu, estrangulando e esfaqueando o feitor. Foi um crime típico das zonas

³⁵⁹ Idem; Diário de Benjamin Wailes, entradas outubro de 1853. Judge George W. Armstrong Library. Natchez, Mississippi.

³⁶⁰ *The Weekly Mississippian*, edição de 11 de novembro de 1853; *Natchez Daily Courier*, edição de 15 de novembro de 1853.

escravistas, mas a morte de Holmes contabilizava mais um crime capital na região e os sentimentos estavam à flor da pele.³⁶¹

Naquele mesmo ano, as placas tectônicas da federação se afastaram ainda mais com a aprovação da Lei Kansas-Nebraska no Congresso Nacional. Os debates novamente dividiram e radicalizaram representantes do Norte e do Sul. Ao delegar às assembleias dos dois novos estados a jurisdição sobre o tema da escravidão, a lei violou os termos do Compromisso do Missouri e o limite geográfico do paralelo 36° 30'. O imperialismo escravista se voltou ao Centro-Oeste do país, enquanto egressos do Solo Livre e abolicionistas se uniram para fundar o Partido Republicano—a primeira agremiação nacional comprometida com o fim do cativeiro no país. A crise custou o capital político de Whigs e Democratas, e a derrocada do Segundo Sistema Partidário abalou os pilares da política da escravidão. Paralelamente, setores do movimento abolicionista se radicalizaram, passando a defender o uso da violência, como ocorreria no Kansas, e a ação direta dos escravizados. Os representantes do Sul reagiram, condenando de forma sensacionalista os abolicionistas e responsabilizando-os pela insubordinação nas senzalas. Em tempos de crise, o punitivismo penal voltava à moda.³⁶²

O redator do *The Concordia Intelligencer* anunciou o assassinato cometido por General em tom alarmante “*Outro Feitor Assassinado*”, responsabilizando o judiciário pela onda de crimes. Em suas palavras, “*não há dúvidas de que tem sido demonstrada excessiva leniência até agora pelos julgamentos de negros que atacaram violentamente pessoas brancas*”. A solução era a “*rápida e infalível retribuição*”, para secar a correnteza vermelha de assassinatos. O *Mississippi Free Trader* engrossou o coro, endossando o senso de insegurança e de urgência.³⁶³

Há agora dois negros confinados em nossa cadeia acusados de terem matado seus senhores, fato do qual parece que o espírito de insubordinação é abundante entre nossos escravos, e que se as medidas

³⁶¹ *State v. General*, Term 1854. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi. Uma primeira versão do crime descreveu uma conspiração entre General e Levi, cativo de uma fazenda vizinha. Apanhados roubando milho, eles foram castigados e Levi planejou a vingança. General teria apenas atraído o feitor a uma emboscada e Levi o teria assassinado. No entanto, sobreveio uma segunda versão, publicada semanas depois. O feitor teria ido verificar os serviços de General, que era capataz da fazenda e desapareceu. Uma busca encontrou seu corpo próximo ao lugar onde General trabalhava, e pressionado, ele confessou que o feitor pretendia castigá-lo pelo trabalho negligente e ele revidou. Em luta corporal, General estrangulou Holmes e o esfaqueou na altura do coração. É provável que a versão inicial tenha sido uma estratégia de General relativizar sua culpa quando as suspeitas recaíram sobre ele *The Natchez Weekly Courier*, edição de 18 de outubro de 1854.

³⁶² Tâmis Parron. “The British Empire and the Suppression of the Slave Trade to Brazil”. *Journal of World History*, pp. 1-36; Walter Johnson. *River of Dark Dreams*, pp. 280-420; e Edward Baptist. *The Half Has Never Been Told*, pp. 309-395. Sobre a política da escravidão, ver William Cooper. *The South and the Politics of Slavery, 1828-1856*, 1992; Tâmis Parron. *A Política da Escravidão na Era da Liberdade*, 2015.

³⁶³ *The Concordia Intelligencer*, edição de 27 de outubro de 1854.

apropriadas não foram tomadas imediatamente e rigorosamente impostas pelas pessoas devidas para destruir esse espírito germinante de rebelião na sua incipiência, quem pode antever a que temerosa extensão ele pode alcançar, e que terrível estado de coisas o futuro por desenvolver? Se os dois negros desafortunados foram considerados culpados dos crimes de que são acusados, eles vão, sobre qualquer dúvida, expiá-los na forca. Deixe que um negro sequer, com sua insubordinação e espírito assassino à espreita em seu seio escapar à justa penalidade da lei, e vagar livremente entre nossos escravos, e o dano que ele pode criar, e os crimes hediondos que ele pode estimular os outros a cometer, são temerosos de se contemplar, e o historiador do nosso futuro poderá ter de registrar os mais sangrentos anais do crime que já manchou as páginas de qualquer história.³⁶⁴

Os crimes de Frank e General eram graves por si só, mas seus julgamentos foram diretamente afetados pelo campo da política. Não estava em jogo apenas a legislação processual e penal, mas o caráter da justiça escravista diante da percepção de insegurança compartilhada pela comunidade branca e explorada politicamente na imprensa. As galerias do júri estavam abarrotadas na *courtweek* de novembro de 1854. As provas e a opinião pública foram implacáveis contra Frank, mas General ainda tentou pleitear legítima defesa, nos mesmos termos alegados por Bill dois anos antes. Novamente, a defesa apresentou ao júri um quesito que perguntava se um escravizado tinha o direito de matar seu agressor caso sua vida estivesse ameaçada. Dessa vez, a resposta foi um unísono não. Frank e General foram condenados pelos jurados e o juiz os sentenciou à morte. Mas a corte foi além. Embora a legislação e o costume recomendassem discrição na execução da pena, o magistrado determinou que fossem enforcados com pompa e circunstância na praça pública da *courthouse* de Natchez.³⁶⁵

A sentença refutou a jurisprudência da corte e firmou um novo precedente. O prefeito de Natchez se manifestou sobre o caso e, sem desdenhar da decisão do tribunal, propôs apenas que a execução ocorresse fora dos limites da cidade. Um grupo de cidadãos circulou uma petição contra a publicidade da pena, convicto de que “*as execuções privadas carregam consigo maior terror*”. As autoridades então decidiram por levar a forca para um terreno vago ao sul da cidade. Na manhã do dia 22 de dezembro, uma multidão se aglomerou diante da cadeia e da *courthouse*. Os jornais anunciaram a execução do dia, lembrando os leitores dos crimes cometidos. Os redatores do *Mississippi Free Trader* repisaram a morte de William Henry na frente de sua família e se contentaram que Frank enfrentaria a “*penalidade extrema da lei a uma curta distância*”

³⁶⁴ *Mississippi Free Trader*, edição do mês de outubro (data precisa não identificada) de 1854.

³⁶⁵ *State v. Frank*, Term 1854. *State v. General*. Term 1854; Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi

do cenário sangrento do assassinato”. Por volta das 11 horas, os réus deixaram a cadeia escoltados pelo xerife e por uma força militar, e marcharam por uma milha até o local da forca, acompanhados pelo cortejo. Às 11:45, o espetáculo estava montado. Um jornal chegou a estimar o público presente em três mil pessoas, brancas e negras. A multidão testemunhou o momento em que o chão cedeu simultaneamente sob os pés de Frank e General e as cordas esticaram. Passados alguns minutos, um médico os examinou e anunciou que estavam mortos.³⁶⁶

Era a primeira execução pública na cidade de Natchez em mais de quinze anos. E não foi a única naqueles fatídicos anos no estado do Mississippi. Meses depois da execução de Frank e General, seis escravizados foram sumariamente condenados e enforcados por uma corte escravista na paróquia de Rapides, na Louisiana, acusados da morte de um feitor. Em julho de 1854, dois escravizados foram condenados pelo incêndio da residência e pela morte do fazendeiro A. Killingsworth, no condado de Jefferson. A proprietária Susan Sillers Darden registrou em seu diário o “*terrível assassinato*” do vizinho e como seu marido compôs o júri de fazendeiros que condenou os réus escravizados pelo crime. No dia 24 de novembro de 1854, eles foram executados publicamente e a senhora Darden enxergou no evento uma oportunidade. “*Nossos homens negros foram para Fayette para ver Jesse e Albert enforcados pelo assassinato de seu senhor W. Killingsworth*”, anotou a fazendeira, convicta do suposto caráter pedagógico do cadafalso. O espetáculo da morte estava de volta.³⁶⁷

As autoridades justificaram a retomada das execuções públicas pelo aumento da criminalidade escrava. Apesar da gravidade e do simbolismo de alguns casos, no entanto, os números não corroboram o discurso. O cadafalso respondia aos sentimentos aflorados da comunidade branca. Ameaçada na arena política nacional, ela passou a atribuir maior significado político aos atos de resistência dos escravizados. A candidatura dos republicanos à presidência, nas eleições de 1856, agravou o cenário. A campanha contou com fortes doses de sensacionalismo dos jornais sulistas, que alimentavam os receios de

³⁶⁶ *State v. Frank*, Term 1854; *State v. General*, Term 1854. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi. *Mississippi Free Trader*, edições de 6 e 27 de dezembro de 1854. Ver ainda Roland Davis. *The Black Experience in Natchez, 1720-1880*. National Historical Park: Mississippi, 1993, e especial a nota 245, p. 139.

³⁶⁷ Diário de Susan Sillers Darden, entradas de 1854. Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi. *The Concordia Intelligencer*, edição de 3 de novembro de 1854. “Havia um outro feitor chamado Crookshank. Um se chamava Waters e eles o mataram. Mist Huff teve seis homens enforcados por isso antes que o General Thomas descobriu. Ela dizia que poderia ter salvado a vida dos homens se ele soubesse. Eu certamente estava feliz com chegou o dia em que eu estava livre.” Entrevista de Mandy Rollins a Rouceive Baham (1937). In: L. Tanner. *Chained to the Land*. Winston-Salem: Blair, 2014.

que uma vitória dos antiescravistas pudesse dar início a uma guerra racial. Nem mesmo a eleição do democrata James Buchanan bastou para acalmar os ânimos. No dia de 25 de dezembro daquele mesmo ano, o fazendeiro Benjamin Wailes descreveu em seu diário os “*rumores e apreensões em relação insurreição planejada em Natchez e Second Creek, e um certo pânico entre as mulheres*”, e como as patrulhas haviam sido mobilizadas para preservar a ordem. O pleito eleitoral trouxe de volta o fantasma das conspirações negras e, junto delas, o seu avesso complementar: o terror branco.³⁶⁸

O Pânico de 1856 se espalhou pelo Sul dos Estados Unidos. Em pleno inverno, a temperatura se elevou no Kentucky e em Tennessee, onde comitês de vigilância reagiram à descoberta de supostas conspirações com prisões, torturas e execuções sumárias de dezenas de escravizados. As notícias chegaram ao Missouri e ao Arkansas, onde negros foram castigados até confessarem a existência de insurreições planejadas. Centenas foram investigados no Alabama e ao menos vinte suspeitos foram presos em Jackson, capital do Mississippi. Em paróquias do norte da Louisiana, houve encontros públicos de fazendeiros e, sob tortura, os suspeitos confessaram a existência de uma conspiração liderada por escravizados domésticos. Um jornal chegou a mencionar a execução sumária de vinte acusados. Na fronteira do algodão no Texas, uma suposta aliança entre mexicanos e centenas de escravizados foi descoberta por um comitê de vigilância e ao menos cinco foram mortos. Não há indícios de que o Pânico de 1856 tenha se desdobrado em execuções sumárias em Natchez, mas a cidade não passou incólume. Os rumores arrefeceram passada a noite de Natal, mas quando dois crimes ocorreram em uma mesma vizinhança, meses depois, os nervos ainda estavam à flor da pele.³⁶⁹

No dia 14 de maio, o corpo do feitor Duncan Skinner foi encontrado caído sobre as raízes de uma árvore, nas matas da fazenda Cedar Grove, pertencente à viúva Clarissa Sharpe. As autoridades policiais concluíram que a morte fora acidental, devido a uma queda do cavalo. No entanto, o irmão da vítima, Jesse Skinner, não se convenceu, ainda mais após perceber que parte de seus pertences e de seu dinheiro haviam desaparecido. Três semanas depois, Y. M. McBride, feitor da fazenda Madamus, vizinha da Cedar

³⁶⁸ Diário de Benjamin Wailes, entradas de 1856. Judge George W. Armstrong Library. Natchez, Mississippi.

³⁶⁹ Harvey Wish. “The Slave Insurrection Panic of 1856”. *The Journal of Southern History*, 5(2), 1939, 206-222. As tensões afloradas reverberaram nos diários dos fazendeiros. A proprietária Eliza Magruder registrou em seu diário, no dia 30 de julho daquele ano, que seus cativos “*vinham se comportando muito mal, tentaram envenenar o feitor, foram castigados severamente por isso*”. Diário de Eliza Magruder, entradas de julho de 1856. Magruder, E. L.. *Diary, 1846-1857*. Westport: Greenwood Pub, 1973. Sobre o avanço da fronteira agrícola no Texas, ver Andrew Torget. *Seeds of Empire*, 2015; e Sean Kelley. *Los Brazos de Dios*, 2010.

Grove, saiu a cavalo da propriedade e não retornou para o jantar. Na manhã seguinte, começaram as buscas. Próximo a uma porteira, encontraram sinais de um confronto. A patrulha seguiu as pegadas e rastros até um bayou, onde o corpo do feitor foi encontrado preso a ferros e submerso. Com a ajuda do proprietário William Foules, as autoridades policiais chegaram a três suspeitos. No interrogatório, Thomas, John e Reuben revelaram mais do que se esperava.³⁷⁰

Sob castigos, eles confessaram e narraram o crime. McBride retornava a cavalo durante o pôr do sol e, quando se aproximou de uma das porteiras da fazenda, foi atingido por um golpe na cabeça e caiu da sela. Já no chão, foi morto a pauladas antes que pudesse pedir ajuda. As provas contra Tom e John eram cabais, embora obtidas por meios coercitivos. Mas ainda restava alguma dúvida sobre o grau de envolvimento de Reuben. Ele era capataz da fazenda e fora recentemente rebaixado aos trabalhos na lavoura, o que bastou para que a participação no crime lhe fosse imputada. Questionados sobre a razão do crime, Thomas e John surpreenderam os investigadores ao contar qual fora a sua inspiração. Eles acreditavam que sairiam impunes pela morte de McBride, assim como seus parceiros da fazenda vizinha que haviam assassinado o feitor Duncan Skinner.³⁷¹

Antes que as autoridades públicas chegassem a Cedar Grove, um comitê de dezoito homens já conduzia uma investigação paralela. Liderados pelos grandes fazendeiros Alexander Farrar e David Williams, e com a apoio de William Foules e de Jesse Skinner, eles receberam a autorização da proprietária, Clarissa Sharpe, para proceder a inquisição na fazenda. Primeiro se dirigiram à casa grande, onde a cozinheira Jane foi interrogada. Ela não foi castigada, mas o tom de ameaça foi constante. Do lado de fora, o tratamento era outro. Os escravizados da lavoura foram amarrados e separados uns dos outros para que não tivessem tempo de combinar a narrativa. Jane foi a primeira a confirmar que Skinner fora assassinado, atribuindo a execução do crime ao condutor de carruagens Henderson, ao carpinteiro Anderson, e ao trabalhador da lavoura Anderson. O plano contara ainda com o silêncio de tantos outros. A proprietária da fazenda autorizou então os castigos contra Henderson e seu irmão Lem, e as delações se acumularam.³⁷²

³⁷⁰ *State v. Henderson, Anderson, Reuben*. Term 1857. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi. Esse caso foi minuciosamente analisado por Michael Wayne. *Death of an Overseer*. Oxford: Oxford University Press, 2001. *State v. Thomas, John, Reuben*, Term 1857; Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi.

³⁷¹ *State v. Thomas, John, Reuben*, Term 1857; Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi. *The Natchez Weekly Courier*, edição de 25 de novembro de 1857.

³⁷² *Mississippi Free Trader*, edição de 1 de julho de 1857. *Natchez Weekly Courier*, edição de 25 de novembro de 1857; Michael Wayne. *Death of an Overseer*, pp. 9-37.

Mapa da região de Cedar Grove, em relação a Vidalia e Natchez.³⁷³

Dos depoimentos obtidos mediante tortura, desenhou-se uma nova narrativa dos fatos. Henderson, Lem, Reuben e Anderson haviam planejado o crime. Na manhã do dia 14, Lem hesitou e apenas os três seguiram com o plano, dirigindo-se à casa do feitor. Skinner ainda estava com as vestes noturnas e foi atacado a pauladas em sua própria residência. Morto o feitor, eles o trajaram com as roupas de trabalho e carregaram seu corpo até o lugar da desova, levando junto seu cavalo para forjar o acidente. Em seguida, retornaram ao lugar do confronto, desaparecendo com os rastros e com o dinheiro da vítima. Reuben confirmou os fatos alegados por seus parceiros, mas Henderson resistiu, ao menos até que os castigos tiveram início. Anderson havia fugido e escapou à primeira sessão de tortura. No dia seguinte, ele foi encontrado na fazenda Magnólia, vizinha a Cedar Grove, e foi trazido para se unir aos seus parceiros sob a chibata. Os investigadores descobriram que o dinheiro fora dividido entre todos os escravizados da fazenda, provavelmente como forma de assegurar o silêncio.³⁷⁴

Foi então que Dorcas contou que havia guardado sua cota na mala de John McCallin, alegando ser seu amante. O irlandês era um hóspede frequente de Clarissa Sharpe e malvisto pelo feitor Skinner e pelos fazendeiros da vizinhança. Eles

³⁷³ Fonte: GoogleMaps, edição do autor.

³⁷⁴ Carta de Alexander Farrar a Henry Drake, setembro de 1857. Alexander Farrar Papers. Arquivo da Louisiana State University. O documento é citado na íntegra em Michael Wayne. *Death of an Overseer*, pp. 24-25/43-50/197-207. *The Natchez Weekly Courier*, edição de 25 de novembro de 1857. *The Natchez Bulletin*, edição de 11 de agosto de 1857.

desconfiavam de seu interesse em ascender à classe proprietária mediante um casamento de interesses com a viúva. Os investigadores então pressionaram Henderson, que confirmou a participação de McCallin. Ele os teria incitado ao crime, chamando-os de covardes por se submeterem aos castigos de Skinner, dizendo ainda que, se o feitor sumisse e ele se casasse com a fazendeira, todos teriam uma vida melhor. O depoimento caía como uma luva para os desafetos de McCallin e ainda corroborava as expectativas do paternalismo sulista, que atribuía a insubordinação dos negros às interferências de brancos, como os abolicionistas. A Henderson, era a oportunidade de manipular as mentes de seus algozes em seu favor, diluindo a responsabilidade por um crime que poderia custar a sua vida.³⁷⁵

A conspiração se estendia por todo o quarteirão das senzalas e era de conhecimento geral entre os negros de Cedar Grove. Os investigadores decidiram pela culpa dos três homens que executaram o plano. Mas ninguém sairia impune. Nos termos de Alexander Farrar:

Na manhã seguinte, nos encontramos novamente e concluímos que, como havia um grande número de negros na fazenda que haviam participado no assassinato, e não poderiam ser punidos pela lei, nós os poríamos sob a chibata.³⁷⁶

Depositados os réus na prisão municipal e punidos seus parceiros na fazenda, restava McCallin. Cientes de que não seria possível indiciar um homem branco com base em provas arrancadas à força de testemunhas negras, Farrar e outros fazendeiros decidiram por uma outra forma de punição. Redigiram uma carta e a publicaram no *Natchez Weekly Courier*, acusando McCallin pela incitação dos escravizados ao homicídio e o declararam *persona non grata* em Natchez. Se retornasse, arcaria com as consequências. Em uma única publicação, legitimavam-se a si próprios e a investigação privada, executando uma sentença moral sobre o réu branco. Contra as expectativas, McCallin deu as caras e respondeu a seus detratores no mesmo jornal. Alegou sua amizade com Skinner e acusou Farrar de abusar da confiança de Clarissa Sharpe, por ter tomado suas terras a pretexto de auxiliá-la após a morte do marido. Na sua tréplica, Farrar assegurou que Jane, a primeira delatora, não foi castigada. Mas não hesitou em confirmar a violência que conduziu os demais passos da investigação. O fazendeiro tornou públicas

³⁷⁵ Idem.

³⁷⁶ Carta de Alexander Farrar a Henry Drake, setembro de 1857. Alexander Farrar Papers. Arquivo da Louisiana State University, *apud* Michael Wayne. *Death of an Overseer*, p. 45.

as condições coercitivas dos interrogatórios, sem qualquer receio de comprometer a validade das provas ou sua imagem perante a comunidade.³⁷⁷

As notícias dos assassinatos tiveram grande repercussão nos jornais de Natchez. Indignados com manipulação à qual a comunidade branca fora submetida pelos conspiradores negros, os redatores do *Natchez Weekly Courier* defenderam “uma terrível e rápida retribuição”. Na cadeia de Natchez, Thomas, John, Reuben, Henderson, Anderson e o outro Reuben conviveram entre junho e dezembro daquele ano, aguardando os julgamentos. Ali conheceram Peter, escravizado por John Robson e acusado de agressão com intenção de matar um homem branco. A prisão da cidade nunca tivera tantos réus acusados de crimes-limite. Aquele ano de 1857 se iniciara com a ressaca das eleições presidenciais e do pânico que se espalhou durante o Natal. Ao longo dos meses, a radicalização política se intensificou com os conflitos que antecederam a promulgação da constituição pró-escravista do Kansas e a decisão da Suprema Corte no caso Dred Scott, que reviu o precedente do reconhecimento da personalidade jurídica da população negra no país. Os rumos erráticos da política nacional reverberaram nos tribunais e, em meados de novembro, o *Natchez Weekly Courier* anunciou os julgamentos da *courtweek* mais aguardada em anos. Sete escravizados responderiam no júri por três crimes capitais.³⁷⁸

Na terça-feira, dia 17 de novembro pela manhã, Reuben, Henderson e Anderson foram escoltados da cadeia até a *courthouse*. Eram poucos passos de distância, mas uma multidão separava os presos do banco dos réus e os ânimos estavam exaltados. O edifício monumental se abriu para a sessão do júri, enquanto centenas de pessoas aguardavam o início dos trabalhos. Clarissa Sharpe se recusou a contratar um advogado e coube ao juiz nomear juristas voluntários para a defesa dos réus. Acostumados à arquitetura das fazendas, os escravizados se deparavam com um novo ambiente estético, embora também baseado em hierarquias. O magistrado acima dos demais, os jurados sentados na lateral, e as áreas disponibilizadas à acusação e à defesa. No entanto, o sistema imaginado como

³⁷⁷ “Nós, abaixo-assinados, tendo examinado os negros na fazenda da Senhora Clarissa Sharpe, em relação ao assassinado do Senhor Duncan Skinner, descobrimos, sob investigação, que ele sem sombra de dúvidas foi assassinado; e da confissão dos negros, feita separadamente e apartados uns dos outros, sem terem qualquer chance de saber o que cada um havia confessado, que a conduta do Senhor JOHN McCALLIN foi tal que nós aqui o alertamos para que nunca mais apareça entre nós. E que nós os abaixo-assinados daqui juramos exercer o alerta aqui dado.” *The Natchez Bulletin*, edição de 4 de agosto de 1857.

³⁷⁸ *Natchez Weekly Courier*, edição de 25 de junho de 1857; “Reuben, Henderon e Anderson, escravizados de Clarissa Sharpe—acusados de matar Duncan Skinner; julgamento designado para terça, 17 de novembro, às 9 horas da manhã. Reuben, Tom e John, escravos de William B. Foules—acusados de matar Y. M. McBride; julgamento marcado para quarta-feira, 18 de novembro, às 9 horas da manhã. Peter, escravo de Robson—acusado de agressão a uma pessoa branca com intenção de matar; julgamento marcado para sexta, 20 de novembro, às 9h da manhã.” *Mississippi Free Trader*, edição de 1 de julho de 1857.

uma justiça mais democrática ainda representava a supremacia de uma raça. À volta dos réus, eram praticamente todos brancos e a grande maioria era proprietária de negros escravizados como eles, inclusive o juiz e os jurados.³⁷⁹

Pela primeira vez desde que foram levados de Cedar Grove, eles reviram alguns de seus parceiros. Pelas leis do Mississippi, os depoimentos de negros não tinham valor absoluto de prova, mas poderiam contribuir para o julgamento desde que não se voltassem contra um réu branco. Oito escravizados da fazenda foram ouvidos pela corte, e ainda outros dois da vizinha Magnólia, onde Anderson se escondera. A estrela do show foi Alexander Farrar. Pertencente a uma das mais tradicionais famílias do condado de Adams, ele era proprietário da fazenda Commencement e de mais de quinhentas pessoas ali escravizadas, e ascendia politicamente no Mississippi como representante de sua classe. Cumprimentado pelos presentes como o homem responsável pela descoberta da trama, ele foi a testemunha-chave do caso, descrevendo os fatos desvendados pela investigação de sua milícia particular. Dessa vez, preferiu omitir, convenientemente, os castigos e o nome de McCallin. O julgamento se estendeu por todo dia e adentrou a noite. Enfim os jurados se retiraram para deliberar sobre a culpa dos réus. Bastaram-lhe cinco minutos.³⁸⁰

No dia 25 de novembro, o *Natchez Weekly Courier* dedicou duas páginas aos julgamentos. Na capa, descreveu o primeiro ato, em uma reportagem intitulada “*Um Drama Repleto de Eventos*”. Valendo-se de metáforas das artes cênicas, o texto narrou o teatro do júri. O espetáculo tinha três públicos: a comunidade branca a ser vingada, os escravizados a serem corrigidos, e os jornais do Norte a serem contestados.

É uma provisão humana de nossos *statutes* que quando um escravo, por mais degradado que ele possa ser por sua posição social, ou em seu intelecto, é acusado de um crime contra a vida, o mesmo corpo de proteções é estendido a ele, como seria a um homem branco. Ele é protegido pelas mesmas leis e julgado pelas mesmas regras, e tem direito às mesmas garantias, e favorecido pelas mesmas chances e presunções que protegessem seu senhor e seus superiores. (...) Teria sido uma boa vista se a abolicionista Massachusetts e o fanático Ohio tivessem assistido com um olho atento os procedimentos de ontem e do dia anterior; com a escrupulosa atitude dos direitos dos prisioneiros—os mesmos, nesse respeito, àqueles da raça branca—foram observados pela acusação, foram precisados pela defesa e foram mantidos pela Corte.³⁸¹

³⁷⁹ *State v. Henderson, Anderson, Reuben*, Term 1857. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi. Ver ainda Michael Wayne. *Death of an Overseer*, pp. 39-59.

³⁸⁰ *Idem*.

³⁸¹ *The Natchez Weekly Courier*, edição de 25 de novembro de 1857.

O rigor da lei atenderia a todos os públicos e, inclusive, à propaganda da civilização escravista do Mississippi. Os redatores elogiaram a condução dos acusados da fazenda à cadeia, silenciando sobre os castigos nos interrogatórios. Reiterando as palavras do advogado de um dos réus, concluíram: se “*havia um ponto positivo no drama negro, e era que nenhuma vingança sumária foi executada.*” Em longos parágrafos, descreveram os detalhes do crime, do planejamento à execução, explicando como a manipulação do cadáver ludibriou as autoridades. À defesa, coube o papel de dissimular a robustez das provas e insistir que fora um acidente. Mas no drama do júri, o ator principal foi o senhor Martin, o promotor a quem foi atribuída a condenação dos réus, que garantiu as:

leis sendo reivindicadas, a verdade elucidada, o assassinato trazido à luz, a culpa punida, da rebelião feita exemplo, as nossas instituições sociais tornadas mais seguras, e o negro ensinado que Deus o fez subjugado à raça branca, e assim ele deve permanecer, submisso e alegremente cumprindo seu dever nessa situação de vida que agradou a Deus colocá-lo.³⁸²

Na página seguinte, narraram o “*Segundo Drama Repleto de Eventos*”, referindo-se ao julgamento de Thomas, John e Reuben. Mantendo o tom sensacionalista, descreveram visceralmente o assassinato de McBride, reconstruindo visualmente a cena do crime para os leitores por meio de um mapa com os pontos onde se desenrolaram os atos na fazenda Madamus. Durante o julgamento, as provas apresentadas contra Thomas e John se mostraram sólidas, embora extraídas com violência, mas houve margem para a defesa questionar a participação de Reuben. As evidências contra ele eram circunstanciais, como o horário de chegada à sua senzala e um relógio do feitor que fora encontrado entre suas posses. Os redatores do *Natchez Weekly Courier* insistiram na tese de acusação, afirmando que Reuben fora rebaixado do posto de capataz e castigado pela vítima, prometendo vingança. Carregando nas tintas, tornaram-no mais do que cúmplice: era a mente por trás da conspiração. Os jurados concordaram e os três foram condenados pelo homicídio, para o contento dos jornalistas.³⁸³

Escravos tinham conspirado um assassinato; eles se uniram em rebelião para o homicídio; eles tinham levantado a mão, não contra um camarada, mas contra o seu comandante por direito. Era uma traição social, assim como um assassinato terrível. Eles haviam se colocado além de qualquer perdão humano e tinham que sofrer eles mesmos a pena de morte, como desgraçados inaptos para a vida, e como um espetáculo exemplar para os outros de sua classe. Os jurados, que julgaram esses negros, estiveram à altura da tarefa que lhes foi imposta,

³⁸² Idem.

³⁸³ *State v. Thomas, John, Reuben*, Term 1857. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi. *The Natchez Weekly Courier*, edição de 25 de novembro de 1857. *Mississippi Free Trader*, edição de 25 de dezembro de 1857.

e após cuidadoso e deliberado exame do caso, os considerou culpados conforme a acusação. Eles merecem os agradecimentos da comunidade.³⁸⁴

A investigação e a performance da promotoria foram narradas em tom heroico, como contraponto civilizacional à barbárie do crime. O drama estava completo, cabendo a cada raça o seu papel. No sábado, dia 21 de novembro, todos os condenados foram levados novamente da cadeia à corte para ouvir às sentenças. Apenas Peter ficou para trás, pois seu advogado conseguiu habilmente que seu julgamento fosse adiado para a sessão seguinte, escapando ao clima inquisitorial daquela *courtweek*. Diante dos réus e de uma multidão que ocupava a sala do júri e a parte externa do edifício, o juiz Posey leu as sentenças. Henderson, Reuben e Anderson foram condenados à morte pelo homicídio do feitor Skinner. A Thomas e John coube a mesma pena pela morte do feitor McBride. Proferidas as sentenças, a corte nomeou os avaliadores que examinaram os cinco condenados, a título de indenização aos proprietários.³⁸⁵

Para a surpresa geral, o magistrado acatou uma moção do advogado de Reuben, alegando incompatibilidade entre o indiciamento, as provas apresentadas e a fundamentação da condenação. A indignação de parte dos presentes foi vocalizada pelos redatores do *Natchez Weekly Courier*, que mudaram o tom nas edições anteriores. Se antes o formalismo da corte fora elogiado como prova da legitimidade da justiça sulista, agora o devido processo legal se tornara um entrave à sanha punitiva. Já não era o drama da lei que interessava ao redator do *Natchez Weekly Courier*, mas o teatro das raças.³⁸⁶

Não podemos deixar o assunto sem a expressão de opinião. A decisão terá, nós tememos, uma prejudicial influência. Os escravos negros não entendem as sutilezas da lei, ou como um homem culpado pode ser liberado de um indiciamento insuficiente. Eles não compreendem as diferenças entre principal e acessório. Todos os negros dessa seção do condado ouviram sobre esses procedimentos. Eles todos apontaram para Reuben como culpado, e como o mais culpado. Eles o consideram virtualmente absolvido. Nesse caso, o castigo terrível que a sua presumida rebelião e o seu presumido assassinato mereciam, não terá sido exigido, com a perfeita deferência à opinião da Corte, e com o mais alto respeito ao juiz Posey, e total reconhecimento de seu consciente cumprimento do dever, nós tememos as consequências. Elas serão, nós tememos, um crescente espírito incitando uma justiça imediata quando se descobre que a o atraso da lei é inadequado. Sessões da Corte, do

³⁸⁴ *The Natchez Weekly Courier*, edição de 25 de novembro de 1857.

³⁸⁵ *State v. Henderson, Anderson, Reuben*, Term 1857; *State v. Thomas, John, Reuben*, Term 1857. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi.

³⁸⁶ *State v. Thomas, John, Reuben*, Term 1857. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi. *The Natchez Weekly Courier*, edição de 25 de novembro de 1857. *Mississippi Free Trader*, edição de 25 de dezembro de 1857.

Grand Júri, e formas de pleitear, na sua aplicação aos escravos, vai se tornar impopular, e uma justiça mais rápida será exigida.³⁸⁷

Segundo os redatores, a decisão a corte não era apenas um mau exemplo para os negros de Natchez, mas também para os brancos. Nas entrelinhas, jazia uma ameaça. Ou o judiciário atendia à demanda pela pronta punição dos negros insubordinados, ou outras pessoas o fariam. A publicação foi duramente rebatida no *Mississippi Free Trader* e no *The Natchez Bulletin*. Os jornais defenderam a decisão do tribunal e lembraram que Thomas e John assumiram sozinhos a autoria do crime, isentando seu parceiro. Mais conservadores, esses jornais preferiram reiterar a legitimidade do judiciário no Mississippi. O *Natchez Weekly Courier*, por sua vez, representava um sentimento comum aos brancos alinhados com a oposição política no estado, cada vez mais radicais.³⁸⁸

Dias antes da execução da sentença de Reuben, Henderson e Anderson, eles foram visitados pelo reverendo Joseph Stratton, um amigo de John McCallin. Em uma carta publicada no *Mississippi Free Trader*, ele narrou a conversa que tiveram enquanto os condenados se preparavam para a morte. Os três teriam unanimemente inocentado o irlandês. Questionados sobre o porquê de terem implicado McCallin, disseram que estavam dispostos a tudo para escaparem dos castigos. Henderson foi e mais enfático. Ele de fato “*havia dito que o Senhor McCallin tinha lhes dito para fazer o ato, mas ele mentiu e teria dito qualquer coisa para se livrar do sofrimento.*” A carta do reverendo se pretendeu um atestado de inocência, mas o forasteiro permaneceu sendo um pária entre a classe escravista de Natchez.³⁸⁹

O fim do ano se aproximava e o *Natchez Weekly Courier* anunciou em letras garrafais: “FIVE NEGROES TO BE HUNG”, ainda se ressentindo do sexto que escapara por ora. Naquele mesmo ano, uma edição revisada do Código do Mississippi prescreveu expressamente o que se tornara a prática das cortes, determinando que a pena de morte seria fosse infligida nas prisões ou em seus jardins adjacentes, “*a menos que o comitê da polícia do condado no qual o condenado estiver condenado, por uma boa razão, deverá designar um outro lugar*”. Aparentemente o tribunal e o Comitê de Polícia do condado

³⁸⁷ *The Natchez Weekly Courier*, edição de 25 de novembro de 1857.

³⁸⁸ “O Courier exibiu a sua ignorância das leis e o desrespeito às evidências. O artigo é tolo e maligno. Seus fatos são ficções de um cérebro prejudicado. Inferências desenhadas de inferências, baseadas em confissões coagidas e não admitidas na corte. (...)”. *The Natchez Bulletin*, edição de 27 de novembro de 1857. Ver ainda a crítica do *Mississippi Free Trader*: “Nós tomamos o assunto para corrigir os erros, repreender a ignorância e a presunção, reivindicar a majestade do direito, a verdade da história e o alto caráter da justiça tão enobrecedora entre nossos fazendeiros e concidadãos.” em *Mississippi Free Trader*, edição de 2 de dezembro de 1857.

³⁸⁹ *Mississippi Free Trader*, edição de 8 de fevereiro de 1858.

de Adams acreditavam ter razões boas o suficiente. As autoridades decidiram que “o interesse do público requer que essa dita execução deve ser pública” e determinaram que Reuben, Henderson e Anderson seriam executados na fazenda Rose Hill “quase do lado oposto àquele onde os culpados depositaram o corpo do dito Skinner”. John e Thomas sofreriam a pena nas terras da fazenda Madamus, “perto do portão do campo Hacket, e próximo ao lugar onde os ditos culpados assassinaram o dito McBride”. Do campo profano dos crimes negros se faria o solo sagrado da justiça branca.³⁹⁰

Assim como correra com a condenação de Frank e General, em 1854, houve quem se indispusesse com a publicidade dos enforcamentos. Surpreendentemente, foi Alexander Farrar quem criticou a decisão a William Foules, seu vizinho e membro do Comitê de Polícia.

Eu gostaria de falar com você sobre o enforcamento dos negros. Eu creio que tudo o que é necessário, é demonstrar aos negros que não há dúvidas sobre os enforcamentos, de modo a afastar qualquer impressão que possa prevalecer entre eles de que “as pessoas brancas os levam embora e não os enforca etc, etc.” Se os negros são trazidos a público para serem enforcados e se levantam e bradam que eles estão preparados para morrer—que eles tem religião, e que estão prontos a ir para casa no céu etc. etc—a execução terá um efeito ruim sobre os negros, portanto eu creio que para prevenir impressões desfavoráveis que o melhor plano seria enforca-los todos privadamente e não deixá-los se pronunciar, não faria diferença, mas eu estou convicto de que as impressões teriam uma tendência ruim se lhes for permitido falar.³⁹¹

A carta é reveladora do imaginário senhorial. Em primeiro lugar, ela dá forma discursiva às pressões que levaram a justiça de Natchez a retomar as execuções públicas. As palavras não enunciam as percepções dos negros escravizados, mas dos brancos. Eram fazendeiros como Farrar que se ressentiam de uma justiça garantista. Subjacente ao discurso, estava a crença da comunidade livre na eficácia da pena de morte. Mas enquanto as autoridades apostavam na pedagogia da execução pública, Farrar sustentou que era a certeza da punição, e não a sua publicidade, que inibiria os crimes. Embora as palavras pareçam incoerentes, vindas do fazendeiro que liderou a inquisição de Cedar Grove, elas não o são. A violência privada se submetia à soberania doméstica, enquanto a punição

³⁹⁰ “Seção LXVII. A Execução em Casos Capitais Art. 323. A pena de morte será infligida pelo enforcamento do condenado pelo pescoço até a morte. Art. 324. Essa punição deverá ser infligida ou na prisão onde o condenado estiver confinado, ou no jardim adjacente a tal prisão, a menos que o comitê da polícia do condado no qual o condenado estiver condenado, por uma boa razão, deverá designar um outro lugar, e notificar o xerife dessa ordem, o qual deverá então executar tal sentença no lugar designado pelo comitê.” *Revised Code of the Statute Laws of the State of Mississippi*. Jackson, Miss, E. Barksdale, State printer, 1857, pp.40-41. A tradução aproximada do título da reportagem seria “Cinco Negros a Serem Enforcados”. *The Natchez Weekly Courier*, edições de 25 de novembro e de 16 de dezembro de 1857.

³⁹¹ Carta de Alexander Farrar a William Foules, 6 de dezembro de 1857. Alexander Farrar Papers. Louisiana State University, *apud* Michael Wayne. *Death of an Overseer*, pp. 35-36.

judicial convidava a lei e o Estado ao seio dos domínios senhoriais. A exibição da pena capital, por mais rigorosa que fosse, representava um poder que nem sempre se confundia com o arbítrio dos fazendeiros. Em tempos de crise política, Farrar desconfiava que o teatro senhorial pudesse ser subvertido pelos escravizados, caso percebessem que o terror legal era mais ameno que o próprio cativeiro.³⁹²

Nem Foules nem os demais membros concordaram com Farrar. O público aguardava ansiosamente o espetáculo. Na manhã do dia 11 de dezembro, o xerife Oren Metcalfe e seus oficiais conduziram Henderson, Anderson e Reuben por treze milhas de Natchez até o ponto da estrada próximo a Kingston, onde a força fora erguida. Os condenados puderam avistar Cedar Grove, a fazenda onde viveram por anos. Uma multidão de cerca de 250 pessoas os aguardava. Entre eles, estavam muitos de seus parceiros e cúmplices, além dos escravizados de toda a vizinhança. Os rostos negros cabisbaixos contrastavam com as expressões brancas dos fazendeiros, feitores e dos trinta membros da Guarda do Condado de Adams. Farrar também estava entre eles, talvez apreensivo. Ainda mais quando Metcalfe perguntou se os condenados queriam pronunciar as suas últimas palavras. Para o alívio de Farrar, eles declinaram da oferta. Com um sinal do xerife, a plataforma de abriu, a corda esticou, a festa acabou.³⁹³

Era chegada a vez de John e Thomas. Mas às vésperas, o governador McWillie adiou a execução em razão das provas ainda não produzidas que pudessem beneficiar Reuben em seu segundo julgamento. Como era de se esperar, a decisão provocou mais um chilique na redação do *Natchez Weekly Courier*, enquanto o *Mississippi Free Trader* manteve o tom ameno, assegurando que o atraso era necessário à causa da justiça. O formalismo processual era tema de debates entre facções políticas na imprensa. Mas como demonstra um segundo argumento dos jornalistas conservadores, havia consenso em relação à pedagogia da violência.³⁹⁴

O atraso temporário na execução de John e Tom não pode ter nenhum efeito ruim, como as razões para isso são bem conhecidas; e a execução tardia de três escravos da vizinhança proveu toda a evidência de que a

³⁹² “Eu não tenho nenhum desejo particular sobre a questão, apenas que os negros em nosso condado possam não ficar impressionados com a sua crença de que o enforcamento não é uma coisa tão terrível, à medida em que eles veem aqueles que estão prestes a serem enforcados, se submeterem ao enforcamento calmamente, e com evidências de sua preparação para irem para casa no céu etc. etc”. Carta de Alexander Farrar a William Foules, 6 de dezembro de 1857. Alexander Farrar Papers. Louisiana State University, apud Michael Wayne. *Death of an Overseer*, pp. 35-36.

³⁹³ *State v. Henderson, Anderson, Reuben*, Term 1857. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi. *Mississippi Free Trader*, edição de 16 de dezembro de 1857. Ver ainda Michael Wayne. *Death of an Overseer*, pp. 36-37.

³⁹⁴ *State v. Thomas, John, Reuben*, Term 1857. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi. *Mississippi Free Trader*, edição de 16 de dezembro de 1857.

justiça pública é certa. Na última sexta-feira, os escravos Reuben, Henderson e Anderson expiaram seu crime de assassinato na forca, próximo e à vista da fazenda da Senhora Sharpe, na presença de cerca de 250 espectadores.³⁹⁵

O mês de janeiro passou depressa para Tom e John e lentamente para os leitores assíduos do *Natchez Weekly Courier*. No dia 29, eles deixaram cadeia pública da Natchez em direção às terras da fazenda Madamus. Lá chegando, avistaram o cadafalso, montado junto ao portão onde atacaram McBride. Era a primeira vez que reviam alguns de seus parceiros e familiares, entre muitos outros escravizados da vizinhança. Diante de centenas de pessoas, Tom e John repetiram o que disseram no tribunal. Assumiram a responsabilidade pela morte do feitor e mais uma vez isentaram Reuben da participação no crime. Proferidas as últimas palavras, o xerife deu as ordens e o chão cedeu sob os pés dos condenados. Aos olhos dos brancos presentes, a justiça estava feita. Como disse o redator do *Natchez Weekly Democrat*, “*que seu destino seja um aviso contra o homicídio, a e traição doméstica e a rebelião.*” A pena da morte era vista de outro modo pelos escravizados. Vinte anos depois, um homem negro chamado Harry Alexander ainda se lembrava da cena. “*Eu os vi serem enforcados*”, ambos na mesma forca e pelo mesmo crime, declarou. John era seu irmão.³⁹⁶

Enquanto as cortinas do teatro se fechavam, Peter acompanhava os bastidores da cena. Primeiro, ele assistiu à partida de Reuben, Henderson e Anderson na cadeia, e semanas depois, de Tom e John. Apenas o outro Reuben ainda lhe fazia companhia, também aguardando por um novo julgamento. Peter era escravizado de John Robson, e sua esposa sofria os castigos de seu proprietário William Spring, um homem branco de poucas posses que vivia às margens dos círculos mais respeitados de Natchez. Numa noite de outubro de 1857, Spring dormia embriagado quando sofreu um golpe na cabeça, mas não desmaiou. As informações a partir de então são desencontradas. Os indícios sugerem que os cães de Spring capturaram Peter nas imediações da casa. Ferido, ele foi levado para dentro e confessou a autoria do ataque. Era terceiro crime capital cometido por um escravizado em questão de meses. No dia 3 de novembro, Ann Farrar redigiu uma carta a seu marido, Alexander Farrar, e relatou, entre amenidades, os detalhes do crime,

³⁹⁵ *Mississippi Free Trader*, edição de 16 de dezembro de 1857.

³⁹⁶ *Mississippi Free Trader*, edição de 3 de fevereiro de 1858. Depoimento de Harry Alexander ao Departamento de Pensões dos Estados Unidos, 1884, *apud* Anthony Kaye. *Joining Places*, p. 123.

concluindo que Peter seria enforcado. Aparentemente, a rebeldia escrava ainda era o tema mais quente na casa grande da fazenda Commencement e nos aposentos do casal.³⁹⁷

Adiado seu primeiro julgamento, Peter evitou o clima inquisitorial do fim de novembro de 1857 e retornou ao banco dos réus em maio do ano seguinte. Seu advogado tentou, em vão, anular as provas coercitivas. Peter optou então por confessar o crime, alegando que agiu para defender sua esposa e a si mesmo da violência de Spring. O argumento da legítima defesa não surtia mais efeito entre os jurados de Natchez. Embora o juiz tenha demonstrado certa empatia com o réu, sentenciou-o à morte. No dia 19 de maio, Peter foi levado de sua cela ao jardim localizado nos fundos da cadeia. Em vez do espetáculo público, estavam presentes apenas o xerife, alguns oficiais e poucos convidados. Novamente, coube ao reacionário *Natchez Weekly Courier* o comentário. Ainda que tenham desdenhado da fama da vítima, descrita como um daqueles “*homens brancos—brancos apenas em sua cor—que se colocam em igualdade com o negro*”, o redator criticou a sensibilidade demonstrada pelo juiz e se ressentiu da oportunidade perdida para mais uma execução pública, pois o réu fora “*condenado da tentativa de homicídio de um homem branco, e o escravo deve ser ensinado que uma morte terrível é punição certa para um crime tão horrível*”.³⁹⁸

Enquanto seus parceiros se encaminhavam para o cadafalso nas fazendas, Reuben permaneceu no cárcere, lançado no labirinto legal do Mississippi. A opinião pública estava dividida, mas para os mais sedentos leitores do *Natchez Weekly Courier*, Reuben era mente maligna por trás do assassinato de McBride. Em maio, durante as mesmas sessões em que Peter foi condenado, ele enfrentou novamente o júri. Findas as falas de acusação e defesa, que trataram essencialmente da validade das provas, já era noite quando os jurados se retiraram para a sala secreta.³⁹⁹

³⁹⁷ *State v. Peter*, Term 1858. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi. Carta de Anne Farrar a Alexander Farrar, 3 de novembro de 1857. Farrar Papers. Arquivo da Louisiana State University.

³⁹⁸ Idem; *Mississippi Free Trader*, edição de 24 de maio de 1858; *Natchez Weekly Courier*, edição de 6 de junho de 1858. Ver a nota 245 de Roland Davis. *The Black Experience in Natchez*, p. 139.

³⁹⁹ *State v. Reuben*, Term 1858. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi. Em março, os redatores do *Natchez Weekly Democrat* publicaram uma reportagem sobre as condições da prisão de Natchez. “Nós não podíamos reprimir o sentimento de horror quando olhamos para o boy; suas mãos muito recentemente continham o sangue do feitor McBride. Mas pouco tempo havia passado e ele, o espírito mestre daquela transação sangrenta, tinha trazido para a forca três garotos negros que tinham apenas ajudado a executar o assassinato que sua mente havia planejado e que suas mãos tinham executado. Ele era provavelmente o único dos três que entendia plenamente a enormidade da ofensa cometida e ele é o único cuja culpa era possível. (...) “Eles me acusam, senhores, de ser acessório a um assassinato.” Foi a resposta, “mas eu juro por Deus, eu não sei nada sobre isso”. “Creio que eles [ilegível] me enforcar por tudo isso enquanto eles têm tempo.” “Enforcar você!”, nós exclamamos, “quem vai enforcar você?”; “As pessoas brancas, senhor; “Eu imagino”, concluiu o negro, “mas eu juro, que eu

O caso foi submetido aos jurados às 8h ½ da noite, e eles, tendo recebido a acusação da Corte, se retiraram e em uma hora retornaram com o veredito “Não Culpado na maneira e forma de que foi acusado em seu indiciamento”. Esse veredito foi completamente inesperado para ao menos nove décimos de nossos cidadãos, e especialmente àqueles que ouviram o testemunho. Houve um muito profundo e silencioso excitamento na corte durante o julgamento e no seu desfecho, e a sala do tribunal abarrotada ficou mortalmente inerte enquanto o juiz dia o veredito—então um certo tremor de desapontamento pareceu permear a massa, olhares de indignação e de vingança em direção ao prisioneiro partiam de olho a olho, um barulho e murmúrios se seguiram, e a multidão aos poucos se desfez deixando a Corte, enquanto o escravo, Reuben, era levado para a cadeia do condado para sua segurança, sujeito às ordens de seu senhor.⁴⁰⁰

Dessa vez, até mesmo os redatores do *Mississippi Free Trader* demonstraram surpresa, mas insistiram no respeito à decisão. Conhecendo as pessoas do júri, estavam certos de que questões técnicas colocaram a lei ao lado do réu. No entanto, descreveram o clima dentro e fora da corte, *onde “a maioria das pessoas o considerava culpado, e achava que ele deveria ter sido enforcado com os outros. A opinião pública estava contra ele. Os rumores fora da Corte estavam contra ele, e a sua vida não podia ser garantida por um centavo”*. Apesar das divergências ideológicas, os jornais de Natchez reverberavam as ansiedades da comunidade branca, cada vez menos comprometidas com devido processo legal em casos envolvendo réus escravizados. O destino de Reubén é desconhecido. Em uma edição do *Mississippi Free Trader* de maio de 1859, ele aparece entre os 23 a 24 presos que aguardavam julgamento. É provável que tenha vivido anos de sua vida, possivelmente os últimos, no cárcere. Mesmo após seus parceiros John e Tom jurarem sua inocência por duas vezes, em juízo e no cadafalso, Reuben ainda caminhava entre o mundo dos vivos e o dos mortos. Muito culpado para voltar às senzalas, muito inocente para ser enviado à forca. Em sua cela, ele permaneceu fora da vista da comunidade branca, legado às sombras entre os dois cativeiros de sua vida.⁴⁰¹

As execuções de 1857 e 1858 coroaram uma escalada dos crimes capitais no condado de Adams, mas os números estavam longe de representar a anarquia nas

sou tão inocente quanto um daqueles pequenos anjos do céu.”; “Qual o seu nome, boy?”; “Meu nome é Reuben, senhor”, foi a sua resposta “ambos os boys que eles enforcaram disseram que eu não sabia nada sobre isso. Abençoe o Senhor, que eles disseram”; Nós mal podíamos reprimir o sentimento de horror quando olhamos para o boy; suas mão muito recentemente continham o sangue do feitor McBride. Mas pouco tempo havia passado e ele, o espírito mestre daquela transação sangrenta, tinha trazido para a aforca três garotos negros que tinham apenas ajudado a executar o assassinato que sua mente havia planejado e que suas mãos tinham executado. Ele era provavelmente o único dos três que entendia plenamente a enormidade da ofensa cometida e ele é o único cuja culpa era possível.” *The Natchez Weekly Democrat*, edição de 24 de março de 1858. *State v. Reuben*, Term 1858. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi.

⁴⁰⁰ *Mississippi Free Trader*, edição de 17 de maio de 1859.

⁴⁰¹ *Mississippi Free Trader*, edições de 16 e de 17 de maio de 1859.

fazendas. O apelo à pena de morte em praça pública respondia tanto aos casos individuais quanto à crise política no país, e as autoridades judiciais de Natchez não foram as únicas a atendê-lo. No condado de Hinds, um réu acusado da morte de um feitor foi enforcado em um terreno próximo à *courthouse* em 1859 e, um ano depois, as autoridades policiais decidiram repetir o feito de seus pares de Adams, levando a execução de um condenado ao local do crime, na fazenda de seu proprietário. Enquanto os crimes capitais se concentraram entre 1853 e 1857 no condado de Adams, eles foram constantes ao longo da década no condado vizinho de Warren. Em média, um réu negro foi condenado à morte a cada ano. Contudo, o tribunal de Vicksburg não enfrentou casos de repercussão similar aos ocorridos em Natchez ou Hinds, o que talvez explique o predomínio das execuções privadas. Duas semanas depois dos enforcamentos públicos na vizinhança de Cedar Grove, Sam foi levado à forca instalada no jardim da prisão murada de Vicksburg. Acusado do assassinato de seu senhor em 1849, ele viveu por mais de sete anos em uma cela da cadeia, beneficiado por uma série de erros técnicos em seus julgamentos. Esgotadas as instâncias judiciais do Mississippi, Sam foi finalmente executado em 29 de dezembro de 1857. Coube aos redatores do *Vicksburg Whig* a crítica.⁴⁰²

Uma combinação de circunstâncias, quase sem paralelo na história das investigações judiciais, permitiu que esse criminoso escapasse por quase dez anos à justa penalidade da lei. O assassinato que ele cometeu foi deliberado e intencional, e há muito desde então ele deveria ser sido executado no condado do cometimento, como um aviso aos seus parceiros escravos. As leis nesse ponto são claramente defeituosas. Sam, por mudança de local, foi julgado e enforcado no condado de Warren, e é duvidoso que a punição terá algum efeito salutar em prevenir que os escravos de Issaquena de intencionalmente cometerem ofensa similar. Onde escravos cometem o crime, eles devem ser enforcados; e um pronto e célere reforço das leis, com o devido cuidado aos direitos do acusado, deveria ser observado em todos os casos. Deve ser proclamado em Issaquena que o assassino de seu senhor foi enforcado; e que Sam sofreu pelo seu terrível crime. Seu apego à esperança ano após ano foi terrivelmente tirado dele. Todo esforço pela

⁴⁰² Em julho de 1858, Champion foi levado a júri pela tentativa de assassinato de um homem branco, e ouviu do magistrado que a não deveria se iludir com a esperança de escapar à punição da lei, pois ela pode ser lenta, mas agora seria certa no golpe. Ele foi enforcado um mês depois no jardim da cadeia. Em janeiro de 1860, três escravizados fizeram o percurso entre a cadeia e a *courthouse* de Vicksburg, para responderem por crimes capitais. Nelson foi condenado à morte pela tentativa de homicídio de um homem branco, enquanto Levi foi sentenciado à mesma pena pelo assassinato de um escravizado. Ambos seriam executados no mesmo dia 24 de fevereiro, mas apenas Nelson subiu o cadafalso, enquanto Levi foi beneficiado por um recurso que poupou sua vida por mais seis meses, antes de sofrer o mesmo fim. Acusado do ataque a um homem branco, o julgamento de Wesley foi adiado para o termo seguinte, mas seu fim é desconhecido. O acúmulo de crimes capitais naquela courtweek não repercutiu a ponto de trazer de volta os espetáculos da morte em Vicksburg, mas a condenação de Levi à forca por um crime contra uma vítima escravizada destoava da jurisprudência das cortes, que reservavam a pena última para réus negros acusados de crimes capitais contra vítimas brancas. *Vicksburg Whig*, edições 30 de junho, de 28 de julho, e de 18 de agosto de 1858; *Vicksburg Whig*, edições de 11, 18, 24 e 25 de janeiro, de 28 de fevereiro, e de 27 de junho de 1860.

liberdade foi em vão. Um Executivo leal se recusou a conceder-lhe o perdão, ou mesmo uma suspensão, e uma justiça severa por fim, ainda que longamente atrasada, executou sua pena inexorável. Deixem os escravos que souberam do terrível crime de Sam se lembrarem que a mão severa e pesada da lei exigiu uma terrível retribuição.⁴⁰³

Em tom de ironia ou de indignação, o redator concluiu o relato dizendo que, nos quase dez anos de julgamento, Sam “*se casou e se tornou pai de três crianças, e a esposa e os filhos continuaram a viver com ele na cadeia até a sua execução.*” Seja o relato verídico ou uma provocação retórica, ele representou mais uma crítica ao formalismo judicial e mais uma demanda pelo espetáculo da pena de morte. Entre 1857 e 1860, o que havia sido uma campanha punitivista na imprensa, firmou-se como a nova jurisprudência dominante nas cortes do Vale do Mississippi.

Desde meados da década de 1850, o judiciário do Mississippi intensificou o rigor penal e abdicou do precedente garantista dos anos 1840, reagindo principalmente à crise na arena política nacional. O movimento reacionário pró-escravista surtiu efeito e freou avanço do reformismo penal no Sul do país, ao menos em relação aos subcidadãos negros e aos escravizados. Diferentemente do que ocorreria no Império do Brasil, marcado pela centralização administrativa e judiciária, as instituições democráticas e o regime federalista tornavam as assembleias estaduais e os tribunais de primeira instância mais suscetíveis aos ventos da opinião pública e às pressões políticas de fazendeiros e das comunidades brancas. Além disso, nas cortes da *common law* havia margem para manobras interpretativas dos precedentes jurisprudenciais, enquanto a tradição civilista forçava os juristas brasileiros a trafegarem pelas letras das normas escritas, menos flexíveis. No campo penal, a contrarreforma do direito escravista reviu os direitos e garantias dos réus escravizados e retomou o espetáculo público da pena de morte, ao mesmo tempo em que intensificou a segregação jurídica entre brancos e negros na esfera civil, ratificada pela Suprema Corte na decisão sobre o caso Dred Scott em 1857. Eram os termos de um novo direito, mais que escravista. Esse direito pró-escravista e supremacista dera seus primeiros passos na constituição do Kansas e adquiriria forma plena, embora breve, nos Estados Confederados da América.

O reacionarismo das forças escravistas respondia, principalmente, à radicalização dos abolicionistas, que haviam pegado em armas no Kansas e agora levavam sua cruzada

⁴⁰³ O crime fora cometido no condado de Issaquema, que à época se subordinava à jurisdição de Warren. Condenado a ser enforcado junto de Tarleton e Spencer naquele mesmo ano, ele se beneficiou de erros técnicos em seu indiciamento, e teve direito a um novo julgamento. *Vicksburg Whig*, edição de 30 de dezembro de 1857. Ver o mesmo caso em Christopher Waldrep. *Roots of Disorder*, pp. 52-58.

para o coração do cativo na Virgínia. A empreitada de John Brown, que tentou promover uma insurreição no assalto a Harpers Ferry em 1859, calou fundo no Sul do país. Mesmo fracassado, o plano de uma aliança entre abolicionistas e negros escravizados materializou os piores pesadelos das comunidades brancas do Sul, onde mesmo moderados unionistas passaram a flertar com a secessão. A crise de legitimidade da federação se estendeu às instituições da justiça e aumentaram os casos de violência extrajudicial contra abolicionistas e negros. A candidatura do Partido Republicano nas eleições de 1860 agravou o quadro. Em agosto, um viajante sofreu agressões em Vicksburg, acusado de ser um apoiador de Abraham Lincoln. Uma multidão o cercou e o levou ao outro lado do rio, onde foi coberto de piche e penas, e deixado à deriva nas águas do rio Mississippi. A morte simbólica ensaiada pela *charivari* visava exorcizar o imaginário do abolicionista branco. Mas ele carregava consigo o antigo fantasma do inimigo doméstico. Enquanto os forasteiros brancos eram mirados à imagem de John Brown, cada insubordinação negra encarnava Nat Turner.⁴⁰⁴

Em agosto de 1860, W. C. Holtree foi assassinado na paróquia de Concórdia. Ele trabalhava como feitor em uma fazenda, mas se encontrava na porta de sua residência quando foi morto com um tiro na frente de sua família. Testemunhas disseram ter visto um homem negro deixando a cena do crime. As suspeitas recaíram sobre Anthony, um “*escravo livre*”, como foi chamado, que residia na difamada região de Natchez Under-the-Hill. Ele tinha um relacionamento com uma mulher escravizada por Holtree, que havia proibido os encontros do casal. Pressionada, ela admitiu que Anthony fizera ameaças contra seu senhor. Na segunda-feira à noite, o suspeito foi preso em sua residência e interrogado. Os investigadores disseram que ele estava “*inquieto, confuso e agia como um desgraçado culpado*”, mas todas as provas eram circunstanciais. Ele foi então levado à cena do crime, onde um júri de fazendeiros o confrontou. Em condições convenientemente omitidas pelos jornais, ele confessou o assassinato. Diferentes versões sobre o desfecho do caso chegaram à redação do *Mississippi Free Trader*.

⁴⁰⁴ Em novembro de 1859, um homem negro livre chamado John Lundy foi arrancado do escritório do xerife de Natchez por um fazendeiro, que o levou à sua propriedade e o surrou com um chicote. Dois meses depois, uma multidão invadiu a cadeia da cidade e linchou um imigrante suíço acusado da tentativa de estupro de uma menina. O julgamento popular foi performado em frente à *courthouse*, onde ele foi sumariamente enforcado. *Vicksburg Daily Whig*, 124 de junho de 1860; *Mississippi Free Trader*, edição de 4 de março de 1861; *Mississippi Free Trader*, edição de 21 de novembro de 1859; *Vicksburg Whig*, edições de 18 de janeiro e de 29 de agosto de 1860. Sobre o assalto a Harpers Ferry, ver Paul Finkelman (org.). *His Soul Goes Marching On: Responses to John Brown and the Harpers Ferry Raid*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1995; John Stauffer. *The Black Hearts of Men*, pp. 236-281; Manisha Sinha. *The Slave's Cause*, pp. 552-566.

Há rumores de que então o júri o sentenciou a ser sumariamente enforcado e queimado no local onde ele foi julgado e que a sentença foi imediatamente executada. Outro registro é de que ele escapou após sua confissão, correu até o rio e mergulhando dentro, nadou até o fundo e lá permaneceu, ou que estando algemado, ele pulou no rio e afundou para não emergir nunca mais.⁴⁰⁵

Qualquer que tenha sido seu trágico fim, os redatores demonstraram pouca empatia. Em seus termos, o assassino de sangue frio “*expiou seu crime nessa terra.*” Às vésperas da Secessão e da Guerra Civil, nem mesmo o espetáculo da pena de morte judicial bastava. Aos olhos das comunidades brancas do Vale do Mississippi, a radicalização dos abolicionistas acenava para a insubordinação nas senzalas. Diante de riscos reais e imaginários, enxergaram indícios de que o estado de guerra do cativo deixava a latência e acenderam as fogueiras de seus tribunais de exceção.⁴⁰⁶

Criminalidade Escrava e a Política da Resistência

Nem todo crime é um ato de resistência e nem toda forma de resistência política é tipificada como crime. Mas os crimes capitais analisados em série nos tribunais da região de Natchez revelam os meandros de uma política da resistência no Vale do Mississippi. Em abril de 1849, alguns escravizados da fazenda Windsor Forest chegaram ao limite, sentindo-se injustiçados pelo feitor. A primeira reação foi a fuga para as matas e pântanos, onde escaparam das patrulhas por alguns dias. Decidiram então pela diplomacia. Retornaram à fazenda e propuseram um acordo ao feitor. Reconheceram a fuga como uma violação das normas, mas atribuíram aos excessos do feitor parte da responsabilidade, aceitando pagar a sua parcela de culpa com uma pequena penitência. Com a recusa do tratado de paz, recorreram à guerra e assassinaram o feitor. Era um crime comum às sociedades escravistas. Foi, no entanto, a cartada final que deu o tom inédito ao crime de Windsor Forest. Oito homens deixaram novamente a fazenda, dessa vez, em direção à cidade de Vidalia. Em seu caminho, cruzaram uma série de propriedades, antes de chegarem à cadeia e se entregarem às autoridades, confessando o crime. Subordinados ao que consideraram um cativo injusto e colocados diante de uma situação-limite, esses homens abandonaram os domínios privados dos fazendeiros e recorreram à justiça pública e à tutela do Estado.

⁴⁰⁵ *Mississippi Free Trader*, edição de 13 de agosto de 1860.

⁴⁰⁶ *Idem.*

Mapa Topográfico da Paróquia de Concórdia, Estado da Louisiana (Caleb Foprshey, 1841), com detalhe das fazendas da região de Windsor Forest, a oeste da cidade de Vidalia.⁴⁰⁷

Do outro lado do rio, tantos outros escravizados assassinaram feitores e fazendeiros nos condados de Warren e Adams nos anos seguintes. Mas nenhum deles se apresentou voluntariamente às autoridades de Vicksburg e Natchez. A confiança dos escravizados de Windsor Forest na lei dos brancos foi excepcional. Ou talvez a alternativa de outras justiça à margem da lei fosse ainda mais assustadora. Seja como for, os demais escravizados que cometeram crimes capitais evitaram o território inimigo das cidades, onde os brancos eram maioria e cujas instituições públicas se mostraram uma extensão do poder dos fazendeiros. Eles preferiram travar as suas batalhas nas fazendas, fugindo para as matas ou dissimulando os crimes cometidos.

No condado de Adams, três crimes capitais foram cometidos em uma mesma vizinhança no intervalo de cinco anos. Seus bastidores desvendam as conspirações e formas de resistência nas senzalas do Vale do Mississippi. Entre 1852 e 1857, foram assassinados o fazendeiro Mathew Lassley e dos feitores Duncan Skinner e Y. M. McBride, todos em propriedades localizadas na margem oriental de Second Creek. Cedar Grove, Magnolia e Lassley eram fazendas adjacentes, e Madamus se encontrava a poucos terrenos de distância. O olho senhorial controlava os passos dos escravizados, mas havia

⁴⁰⁷ Fonte: Library of Congress Geography and Map Division Washington, D.C. Disponível em <http://hdl.loc.gov/loc.gmd/g4013c.la000248>.

sentença de morte, os réus viveram seus últimos dias nas celas da prisão, até que retornaram aos domínios de seus proprietários. Nos termos dos investigadores de Cedar Grove, as conspirações e crimes demonstraram “*um estado geral de inquietação dos escravos naquela vizinhança*” e era preciso restaurar a ordem. Em um único ato, convergiram o rigor da lei e o poder soberano dos fazendeiros, na força ereta sobre os domínios senhoriais. À vista das casas grandes e sobre o solo profano dos crimes cometidos, foram enforcados diante de seus familiares, parceiros e proprietários. O rito reescreveu os sentidos do *locus*, apagando a memória da insurreição. O cadafalso abençoou a terra santa da escravidão.⁴⁰⁹

A comparação entre as formas de resistência e a criminalidade escrava no Vale do Mississippi e no Vale do Paraíba é reveladora. A estratégia dos escravizados de Windsor Forest foi única na região de Natchez, mas se tornou sistêmica em Vassouras nos anos 1870. Na primeira metade do século XIX, prevaleceram as fugas para fora nas zonas cafeeiras, em que os escravizados cometiam crimes e se dirigiam para as matas ou buscaram ser apadrinhados por fazendeiros vizinhos. Mas a partir da década de 1870, os cativos que assassinaram feitores e senhores passaram a se apresentar voluntariamente às autoridades da cidade de Vassouras. Cada comunidade de escravizados constituiu suas formas próprias de resistência, a partir de condicionantes demográficos, culturais e políticos. Embora os tribunais do Sul dos Estados Unidos tenham ampliado os direitos dos réus escravizados desde os anos 1840, a tendência foi revista à medida em as tensões políticas escalaram no país na virada para a década seguinte. No Brasil, por outro lado, o reformismo penal e a política de comutações da pena de morte se combinaram a uma série de mudanças legais e jurisprudenciais que reconheceram direitos dos escravizados.

Nesse sentido, o judiciário se converteu em um dos principais campos de batalha da crise da escravidão brasileira e as ações judiciais de liberdade e os crimes confessos entraram para o repertório de resistência dos escravizados. É preciso cuidado, contudo, não se endossar o mito de que o direito escravista ibérico e o brasileiro fossem benevolentes. Eles apenas reproduziam outras ideologias raciais que preservavam a hegemonia dos brancos por meio da incorporação subalterna dos negros e mestiços. Enquanto isso, a justiça se tornou um território cada vez mais hostil aos negros do Sul dos Estados Unidos na década de 1850. Embora os escravizados tenham recorrido às

⁴⁰⁹ Carta publicada pelos investigadores de Cedar Grove em agosto de 1857. *Mississippi Free Trader*, edições de 14 a 18 de agosto de 1857; *Natchez Weekly Courier*, edições de 11 a 13, e de 20 a 23 de agosto de 1857, apud Michael Wayne. *Death of an Overseer*, pp. 211-212.

cortes quando puderam, esse não se tornou um ativo tão eficaz de resistência em Natchez quanto seria em Vassouras. Havia muitas semelhanças nas lutas cotidianas dos escravizados no Vale do Paraíba e do Vale do Mississippi, mas as diferenças desvendam as entranhas de dois regimes escravistas e raciais distintos, assim como as estratégias de duas políticas da resistência.

A criminalidade escrava consiste em um fenômeno complexo, nem sempre subsumido à resistência dos subalternos. Alguns casos foram circunstanciais, outros, passionais. O número de crimes capitais cometidos nos condados e paróquias do Vale do Mississippi são baixos e impedem interpretações estatísticas de fôlego. No entanto, analisados em série e somados a outros dados, os casos revelaram como a micropolítica das fazendas viveu tempos de tensão na década de 1850, condicionada por variáveis de diferentes naturezas e escalas: da economia à política; do local ao nacional e ao global. O número de crimes capitais levados a júri em Natchez saltou de um único caso na década de 1840 para oito no período entre 1850 e 1858. São poucos casos, que se tornam mais significativos se somados ao aumento do número de fugas no mesmo período. Combinados à análise qualitativa dos discursos senhoriais, esses dados e episódios demonstram que as tensões inerentes ao cativeiro transbordaram em episódios de resistência frontal dos escravizados do condado de Adams nos anos 1850.⁴¹⁰

Tabela 7. Crimes Capitais e Execuções da Pena de Morte em Natchez, entre 1825 e 1859

Década	Vítimas de Crimes Capitais				Execuções da Pena de Morte Confirmadas
	Senhor(a)	Feitor	Branco	Subtotal	
1825-1829	1	0	2	3	6 (7)
1830-1834	1	2	0	3	3
1835-1840	1	1	1	3	2
1840-1844	0	0	0	0	0
1845-1849	0	1	0	1	1
1850-1854	2	2	1	5	2 (3)
1855-1859	0	2	1	3	3 (6)
Total	5	8	5	18	17 (22)

Dados coletados nos Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi. Nas referências às execuções, os números soltos se referem ao número de sentenças de morte, enquanto o número entre parênteses se refere ao número de réus executados, uma vez que alguns crimes levaram à condenação de mais de um réu.

⁴¹⁰ Sobre o aumento das fugas na região de Natchez nos anos 1850, ver Anthony Kaye, *Joining Places*, pp. 137-138. Sobre o tema em geral, ver ainda Franklin, John Hope & Schweninger, Loren. *Runaway Slaves: Rebels on the Plantation*. New York: Oxford University Press, 1999.

Entre 1825 e 1858, ao menos 18 crimes capitais foram levados a júri em Natchez, mas os casos se concentraram nos períodos entre 1825 e 1837, e entre 1850 e 1858. Os números são baixos e atestam que os crimes eram incomuns, embora simbólicos. Mesmo no fatídico ano de 1857, quando 7 escravizados se sentaram no banco dos réus, houve apenas três casos. Apesar a grandeza dos números, é possível identificar uma mudança de padrão ao longo do tempo, especialmente no contraste entre as décadas de 1840 e de 1850. O dado se torna mais significativo quando observado em relação à demografia do condado de Adams.

Gráfico 3. População do Condado de Adams entre 1810 e 1860

Dados do Censo dos Estados Unidos. Disponíveis em <https://www.census.gov>.

A população escravizada se estabilizou na faixa de 14 mil habitantes desde 1840, o que indica que o aumento dos crimes capitais e das fugas não responderam proporcionalmente ao crescimento demográfico. Mesmo no condado de Warren, cuja população escravizada ainda crescia nas décadas de 1840 e de 1850, o júri analisou uma média de um crime capital por ano entre 1846 e 1856, com uma concentração maior no triênio 1858-1860, quando houve ao menos 5 casos. A criminalidade revela apenas um indicativo entre outros que apontam para a intensificação da resistência escrava na década de 1850 no condado de Adams, em sintonia com dados e estudos sobre o Vale do Mississippi e os estados escravistas do Sul dos Estados Unidos. Apesar do pequeno número de casos, os discursos na imprensa denotam a percepção entre os membros da comunidade livre, que denunciavam o aumento de crimes. O sensacionalismo não

correspondeu à realidade material, mas representou os sentimentos aflorados e seus usos políticos. É preciso, portanto, buscar as variáveis que explicariam tanto a intensificação da resistência escrava quanto a desproporção da reação senhorial.⁴¹¹

Os crimes capitais foram comuns em dois períodos (1825-1837 e 1850-1858) em que os preços do algodão estavam em alta, estimulando as redes do tráfico interestadual e a produção na lavoura. Há, portanto, uma possível correlação entre a economia, as relações de trabalho, o potencial disruptivo do tráfico e a criminalidade escrava. Contudo, é preciso mergulhar nas condições materiais das fazendas para atar os nós. A retomada da economia do algodão na virada entre as décadas de 1840 e de 1850 levou os produtores das regiões mais tradicionais, como o sudoeste do Mississippi, a expandirem suas plantações, enquanto a fronteira agrícola avançava em direção ao Noroeste do Mississippi e à divisa entre a Louisiana e o Texas. No condado de Adams, o aumento de produção em um solo desgastado por décadas de uma lavoura predatória veio às custas das poucas terras virgens e dos trabalhadores.⁴¹²

Gráficos 4 e 5. População Escravizada e Área Cultivada em Natchez entre 1850 e 1860

Dados do condado de Adams/Mississippi, coletados por Anthony Kaye.⁴¹³

Como demonstrou Anthony Kaye, a média de acres sob a responsabilidade de cada trabalhador escravizado cresceu de 5,4, em 1850, para 7,2, em 1860. O mesmo processo, com pequena variação de grau, ocorreu nos condados vizinhos de Warren, Jefferson, Wilkinson e Clairborne. A quantidade média das libras colhidas por

⁴¹¹ Sobre a criminalidade escrava e os julgamentos no condado de Warren, ver ainda Christopher Waldrep. *Roots of Disorder*, pp. 37-58.

⁴¹² Sobre o avanço da fronteira agrícola no Texas, ver Andrew Torget. *Seeds of Empire*, 2015; e Sean Kelley. *Los Brazos de Dios*, 2010.

⁴¹³ Dados coletados por Anthony Kaye em *Joining Places*, p. 221.

trabalhador nas zonas algodoeiras do país vinha de um crescimento constante desde as primeiras décadas do século e cresceu 30% nos anos 1850, como demonstraram os dados de Edward Baptist. O segredo da economia do algodão era bem conhecido. Inovações tecnológicas e agronômicas, como o descaroçador de Eli Whitney e a variação híbrida da *petit gulf*, promoveram saltos produtivos ainda nas décadas de 1820 e de 1830. A partir de então, foi o movimento de Reforma Agrícola que propôs uma revolução técnica na lavoura e no tratamento dos trabalhadores, mas sem sucesso efetivo.⁴¹⁴

Um dos próceres do reformismo foi Benjamin Wailes, um intelectual vinculado à Jefferson College e proprietário da fazenda Fonsylvania, no condado de Warren. Seus diários na década de 1850 demonstram o descompasso entre discurso e prática. Com a saída de um feitor de sua confiança, o fazendeiro encontrou dificuldade em substituí-lo. Os primeiros contratados tiveram a promessa de bônus caso superassem a meta de 150 fardos no ano, mas foram demitidos por ineficiência e maus tratos aos trabalhadores. Foi então que Alexander Stanford chegou à fazenda, contratado por um salário de 500 dólares anuais e a promessa de 2 dólares por fardo acima da meta. Na ausência do proprietário, o feitor instituiu um novo regime de trabalho e de castigos. Wailes retornou à fazenda dali a alguns meses encontrou edifícios e cercas descuidadas, e três de seus cativos mortos, supostamente por doenças. Em contrapartida, Stanford bateu o recorde de produtividade de Fonsylvania, com 220 fardos. O saldo não convenceu Wailes, que o demitiu e aboliu o regime de bonificação. Então Rogílio foi contratado por 100 dólares anuais, mas as denúncias dos trabalhadores e a crítica dos vizinhos levaram a mais uma demissão. Passados mais alguns anos sem sucesso em firmar um feitor na fazenda, Wailes retomou o sistema de bonificação com um novo feitor. Aparentemente, a lembrança da produtividade da gestão de Stanford esvaneceu de sua memória os três mortos.⁴¹⁵

De um lado, os estímulos do mercado e os interesses econômicos dos fazendeiros. De outro, o solo desgastado e os limites negociados de uma economia moral. Era na figura dos feitores, e em seus chicotes, que convergiam as contradições. O mesmo aconteceu no Vale do Paraíba a partir de meados da década de 1860, quando a alta nos preços do café e o avanço das plantações sobre as terras cansadas de Vassouras coincidiu com o aumento das fugas e da criminalidade escrava. Os castigos eram o principal motor da produtividade

⁴¹⁴ Anthony Kaye. *Joining Places*, pp. 137/221; Edward Baptist. *The Half Has Never Been Told*, pp. 358-363. Sobre o movimento de Reforma Agrícola, ver Walter Johnson. *River of Dark Dreams*, pp. 280-302; e Charles Sydnor. *A Gentleman of the Old Natchez Region*, pp. 152-169.

⁴¹⁵ Diário de Benjamin Wailes, entradas de 1857 a 1859. Judge George W. Armstrong Library. Natchez, Mississippi; Charles Sydnor. *A Gentleman of the Old Natchez Region*, pp. 110-119.

e contra eles se voltou a resistência dos escravizados. Bill narrou as atrocidades de seu fazendeiro, que feitorizava pessoalmente seus trabalhadores, e Henderson descreveu a frequência dos açoites de Duncan Skinner em Cedar Grove. Não à toa, os feitores foram as principais vítimas de crimes capitais em Natchez na década de 1850. Mas lhes caía melhor o figurino do algoz. Em julho de 1857, pouco após os assassinatos de Skinner e McBride, o feitor Albert Foster foi convocado a depor na corte de Vidalia, na paróquia de Concordia. Dias antes, o capataz da fazenda onde trabalhava lhe reportou a má qualidade do algodão colhido por Samuel e sua insubordinação. O feitor então ordenou que baixasse a enxada e se deitasse para receber os castigos proporcionais. Samuel se recusou e correu. Foster então o perseguiu a cavalo, alvejando-o com um tiro. Em juízo, declarou que Samuel o atacou com a enxada e que agiu em legítima defesa. O júri o absolveu, pouco importando que o tiro tivesse atingido a vítima pelas costas.⁴¹⁶

Os imperativos econômicos desestabilizavam o precário equilíbrio das fazendas. O médio Vale do Mississippi era território de uma sociedade escravista madura, com famílias estabelecidas desde a década de 1830. A contratação de novos feitores e a intensificação dos ritmos de trabalho se chocaram com a economia moral das fazendas. Da mesma forma, a reabertura do tráfico interestadual no Mississippi, a partir de 1846, trouxe de volta a sua força disruptiva, com a separação de famílias e da introdução de *outsiders* nas comunidades estabelecidas. Em segundo lugar, é preciso constatar que a migração forçada de Afro-Americanos nascidos nos estados do Norte e do Sul Superior contribuiu para o afluxo de informações e para a politização das senzalas, inclusive estendendo a capilaridade do discurso abolicionista ao Sul Profundo. De todo modo, os dados referentes à criminalidade escrava sugerem que entre os réus predominaram aqueles enraizados nas fazendas. Henderson ocupava uma posição de prestígio, como condutor de carruagem, e dividia o cativeiro de Cedar Grove com seu irmão Lem. John Parker e Harry Alexander também eram irmãos em Madamus. Bill nasceu escravizado no mesmo condado onde assassinou o seu senhor. Henderson, John e Bill não eram forasteiros recém emigrados pelo tráfico, mas trabalhadores estabelecidos em suas fazendas, que justificaram seus crimes pelos excessos e violações de seus superiores.

Mais uma vez, as distâncias entre o Vale do Mississippi e o Vale do Paraíba se encurtam. Vassouras se converteu mais tardiamente em uma sociedade escravista madura, com a proibição do tráfico atlântico no Brasil, em 1850, e a formação de famílias e

⁴¹⁶ Ver o documento original reproduzido em William Scarborough. *The Overseer*, pp. 98-99.

comunidades estáveis na década seguinte. Com a alta do preço do café a partir de meados dos anos 1860, os fazendeiros expandiram as plantações e recorreram às redes do tráfico interprovincial de escravizados. O aumento do número de crimes, tanto nas zonas maduras do médio Vale do Paraíba quanto nas novas fronteiras da cafeicultura, foi atribuído por contemporâneos e historiadores à experiência traumática do tráfico. Muitos escravizados acusados de crimes capitais eram, de fato, oriundos de províncias do Norte, e ganharam a fama de indisciplinados. Mas em Vassouras e em outros municípios cafeeiros, como Campinas, a maioria desses réus emigrados já se encontravam estabelecidos nas fazendas havia anos. Desse modo, em ambas as sociedades, foram os escravizados enraizados e respeitados nas senzalas que assumiram a frente de resistência quando a economia moral da fazenda foi violada.⁴¹⁷

Tanto no Vale do Paraíba quanto no Vale do Mississippi, a contradição entre pressões econômicas e a resistência dos trabalhadores pode explicar o aumento das fugas e das reações violentas contra feitores. No entanto, é preciso acrescentar o peso da política nacional e regional na desestabilização da micropolítica das fazendas. Não há dúvidas de que as notícias do dissenso entre os brancos da federação chegavam às senzalas do Sul dos Estados Unidos. As redes de comunicação entre escravizados foram fundamentais, especialmente por meio da ação dos trabalhadores domésticos e os condutores de carruagens. Também contribuiu para isso a rede migratória do tráfico interestadual. As informações chegavam muitas vezes fragmentadas, mas eram interpretadas e ressignificadas pelas comunidades negras de acordo com seus interesses. As motivações dos crimes individuais não permitem relacioná-los diretamente à macropolítica. No entanto, o aumento do número de casos compõe o quadro mais amplo da crescente resistência dos escravizados na década de 1850, com destaque para as fugas—essas, sim, estimuladas diretamente pela radicalização dos abolicionistas e pela intensificação dos fluxos da *underground railroad*. Durante as eleições de 1856 e de 1860, os escravizados tinham conhecimento de que a escravidão era contestada no pleito e, inclusive, pagaram por isso durante os pânico insurrecionais. No estalar da Guerra Civil, eles sabiam que sua liberdade estava em jogo e não hesitaram em fazer dela a sua revolução quando a oportunidade lhes bateu à porta.

Entretanto, a política era um campo de disputa também para os fazendeiros e as comunidades brancas. Se os crimes nos revelam os meandros da política da resistência,

⁴¹⁷ Ver os dados e referências dessa interpretação na conclusão do capítulo 6 dessa tese.

os castigos foram um atributo por excelência da política da escravidão. É preciso, em primeiro lugar, desnaturalizar a relação entre crime e punição, e reconhecer que a violência de Estado não é uma resposta lógica ou automática ao ato delitivo, mas uma escolha política a serviço de interesses hegemônicos na sociedade. Em segundo lugar, é necessário demonstrar a correlação entre as oscilações do campo político e o grau de rigor da justiça criminal. Se essas premissas estivessem equivocadas, a cada crime capital caberia a mesma pena, executada da mesma forma, em todos os tempos e espaços. Mas o direito não é uma ciência exata e a justiça criminal é uma arena afeita às paixões.

Tabela 8. Sentenças e Penas dos Crimes Capitais em Natchez entre 1825 e 1859

Década	Sentenças dos Réus por Crimes Capitais				Subtotal
	Pena de Morte Pública	Pena de Morte na Cadeia	Morte durante Processo	Absolvição	
1825-1829	6	0	0	0	6
1830-1834	3	0	0	0	3
1835-1840	2	0	1	0	3
1840-1844	0	0	0	0	0
1845-1849	0	1	0	0	1
1850-1854	2	1	2	0	5
1855-1859	5	1	0	0	6
Total	18	3	3	0	24

Dados coletados nos Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi.

Entre 1825 e 1859, ao menos 24 pessoas escravizadas responderam por crimes capitais no tribunal do júri de Natchez. Nenhum deles foi absolvido e, salvo por dois réus que faleceram na cadeia e um que aparentemente foi linchado, todos sofreram a pena de morte. As execuções se concentraram principalmente entre os períodos de 1825 a 1838, e de 1854 a 1858. Os intervalos de tempo correspondem às épocas em que ocorreram mais assassinatos de feitores e senhores, assim como ao aumento dos preços do algodão e à intensificação do tráfico interestadual e dos trabalhos nas fazendas, conforme já assinalado. No entanto, é preciso acrescentar que eles também coincidem com períodos de crise política envolvendo a escravidão nos Estados Unidos, como Crise da Nulificação (1832-1833), a Crise das Petições Abolicionistas (1835-1836), a aprovação da Lei do Kansas-Nebraska (1854) e o Kansas Sangrento (1854-1859), as eleições presidenciais de 1856 e de 1860, a Decisão Dred Scott (1857) e, finalmente, a Crise de Secessão.

Durante esses dois períodos, houve de fato um aumento no número de crimes capitais cometidos por réus escravizados. Mas há absoluta desproporção entre crime e castigo—não na quantidade, mas na forma. É preciso destacar que as execuções públicas da pena de morte também acompanharam os ritmos da política. Elas foram frequentes durante as décadas de 1820 e de 1830, tornando-se privadas e discretas nos anos 1840, e voltando à moda, como pompa e circunstância, a partir de meados da década de 1850. Há mais de uma explicação para essa correlação. Em primeiro lugar, as crises políticas chegaram às senzalas e podem ter contribuído para o aumento da criminalidade, mas essa não explica a natureza das punições. Um segundo ponto a ser levantado diz respeito aos efeitos provocados pelo avanço do movimento abolicionista nas comunidades sulistas nas décadas de 1830 e de 1850. A força dos ativistas na esfera pública aumentou o significado político de cada ato de resistência dos escravizados, inclusive os crimes, e contribuiu para a sensação de insegurança compartilhada pelos brancos livres. Nesse sentido, os sentimentos aflorados contribuíram para que os fazendeiros e as comunidades livres do Vale do Mississippi pressionassem as autoridades públicas a responderem pelo que entenderam como uma crise de segurança pública, apelando para a reação punitiva mais arraigada ao senso comum: a execução pronta e exemplar da pena de morte.

Há, contudo, uma última varável política a ser levada em conta. O medo é um dos afetos mais sensíveis e poderosos, como bem sabiam os políticos sulistas que os exploravam sistematicamente a fim de mobilizar bases eleitorais. Os mesmos jornais de Natchez que relatavam o dissenso no Congresso Nacional e respondiam às críticas dos abolicionistas, eram aqueles que denunciavam com letras garrafais os crimes, clamando por punições imediatas. O relativamente moderado *Mississippi Free Trader* era alinhado ao Partido Democrata, que esteve no poder no governo do Mississippi e na presidência da república na maior parte da década de 1850. Não surpreende que o histriônico *Natchez Weekly Courier* representasse a oposição Whig, capitalizando os sentimentos mais viscerais da população branca para contestar as autoridades. Nesse sentido, é preciso reconhecer que o sensacionalismo dos jornais e das autoridades eleitas do Mississippi foram estratégias que fizeram da violência de Estado e da pena de morte um capital político, especialmente valioso em tempos de crise. Embora os espetáculos do cadafalso tenham sido restaurados, os nervos aflorados às vésperas da Secessão estavam cada vez menos comprometidos com o império da lei e mais afeitos à justiça popular.⁴¹⁸

⁴¹⁸ O historiador Kenneth Stampp identificou jornais do Texas e da Louisiana que denunciavam a criminalidade escrava nos idos da década de 1850. O *Texas State Gazette* se ressentia, dos assassinatos de

A agenda punitivista que se instaurou nos tribunais do Mississippi foi parte de um movimento mais amplo nos campos político e jurídico no Sul dos Estados Unidos na década de 1850. Durante a vigência do Segundo Sistema Partidário, a política da escravidão promoveu segurança jurídica e estabilidade ao cativeiro sulista, permitindo o avanço de uma tímida agenda de reforma penal. As medidas adotadas ampliaram garantias processuais aos réus escravizados e constrangeram a pena de morte aos espaços internos das prisões. Com a crise instaurada nos anos 1850, um movimento reacionário tomou forma nos estados do Sul, promovendo uma contrarreforma jurídica que reviu os precedentes garantistas das cortes. Não se tratava de uma mera revisão de passado, mas de um projeto de futuro. A política da escravidão e o direito escravista reformado deram lugar à ideologia do pró-escravismo e à doutrina constitucional do direito dos estados, que legitimou a Secessão. A promulgação da constituição do Kansas foi um ensaio, amadurecido com a Decisão Dred Scott, de um direito pró-escravista radical, segregacionista e supremacista. Era a base jurídica dos futuros Estados Confederados da América. As execuções públicas foram apenas um dos ritos fundadores de uma nova ordem racial.

É no campo da política, e também no do direito, que o Vale do Mississippi e o Vale do Paraíba se afastam. O populismo penal que regeu a guinada punitivista do judiciário do Mississippi somente foi possível devido às características do sistema político estadunidense. No Brasil, a centralização administrativa e judiciária do Império permitiu que um pequeno grupo de político, juízes e burocratas, ao lado do imperador, instituísem e preservassem as reformas penais e a política de comutações. Quando o número de crimes capitais aumentou no Vale do Paraíba, especialmente na década de 1870, eles resistiram às pressões dos fazendeiros e da opinião pública pelo fim das comutações e pela retomada da pena de morte. Na democracia estadunidense, por sua vez, as instituições públicas eram mais suscetíveis às pressões das comunidades estaduais e locais, e o regime federalista impossibilitou uma política penal unificada no país. Desse modo, os tribunais de primeira instância, as cortes superiores e assembleias estaduais

brancos, “*dolorosamente constantes*”, em uma edição de 1853. Naquele mesmo ano, Olmsted testemunhou a caça a um escravizado que atentara contra a vida de seu senhor naquele estado. Era apenas um caso entre tantos outros, como indicado pelos historiadores William Carrigan e Donald Reynolds no Texas dos anos 1850. Na Louisiana, o *Red River Republican*, de Alexandria, somou sua voz aos pares do *The Concordia Intelligencer*, ressentindo-se dos “*muitos homicídios (...) de negros contra seus senhores*” entre 1851 e 1852. Ver Kenneth Stamp. *The Peculiar Institution*, p. 130; Frederick Law Olmsted. *A Journey Through Texas*, pp. 256-258; e do mesmo autor *A Journey in the Back Country*, pp. 55-124. Sobre as tensões e crimes no Texas, ver ainda William Carrigan. *The Making of a Lynching Culture*, 2004; e Daniel Reynolds. *Texas Terror*, 2007.

reviram leis e precedentes judiciais ao sabor da opinião pública. As autoridades públicas e os representantes eleitos manipularam os afetos e responderam aos anseios de uma população branca que se sentia ameaçada pelos abolicionistas do Norte e pelos inimigos domésticos de suas senzalas. No Brasil, as comutações não foram mero capricho das convicções de um imperador. Elas foram parte de uma política de Estado cujo objetivo era legitimar o país no cenário internacional e escamotear a mancha da escravidão. Por sua vez, a retomada das execuções públicas da pena de morte, no Sul dos Estados Unidos, compôs uma política regional que proveio do seio da democracia branca, cujo propósito era reforçar a solidariedade racial que sustentava o cativo.

Na década de 1850, as fazendas do condado de Adams se tornaram campos de batalhas físicas e simbólicas, e o tribunal de Natchez assumiu as vezes de uma justiça racial e punitiva. As comunidades escravizadas haviam constituído, ao longo do tempo, repertórios de resistência e de negociação, mas podiam contar cada vez menos com o judiciário. Os tribunais sulistas nunca haviam sido amistosos aos negros, mas se tornaram ainda mais hostis com o avanço das ideologias pró-escravistas. No início daquela década, os estímulos contraditórios do mercado e da política provocaram conflitos nas fazendas e os escravizados reagiram às violações de seus direitos costumeiros. Mas apenas em casos extremos eles recorreram à justiça. Os fazendeiros e as comunidades livres, por sua vez, associaram a insubordinação das senzalas à radicalização dos abolicionistas, e não hesitaram em se valer das instituições públicas para preservar a ordem. Mais uma vez, o Estado se fez o feitor e o carrasco. O espetáculo da pena de morte nas fazendas representou a forma mais crua do oligopólio da violência escravista, que reafirmou o compromisso da justiça pública com os poderes privados dos proprietários naqueles tempos de crise. Às vésperas da Secessão, o direito pró-escravista radical reforçou o caráter racial do judiciário e afastou os negros do império da lei.

A estratégia tinha seus riscos. Os escravizados abdicaram da justiça branca e travaram suas lutas no campo negro das fazendas, enquanto setores do movimento abolicionista se radicalizaram e passaram a defender a ação direta dos subalternos. Quando a guerra entre os brancos chegou ao Mississippi, os escravizados já possuíam o repertório prático e a legitimação ideológica para transcender a política da resistência e se levantar contra seus senhores, dando início à sua revolução.

Capítulo 6

A Crise da Pena de Morte e a Política da Resistência no Vale do Paraíba *Economia, Resistência e Justiça no Vale do Café (1860-1870)*

Os cafezais maduros adornavam as paisagens de Vassouras quando o corpo do feitor português, Manoel Duarte Simões, foi encontrado em um capinzal da fazenda do comendador Venâncio José Gomes da Costa. Era o mês de outubro de 1866, e o proprietário o contratara havia apenas duas semanas para coordenar os trabalhos nas semanas finais da colheita. O antigo feitor da fazenda, Francisco Bernardes da Costa, foi o primeiro chamado a depor. Nascido em Baependy, Minas Gerais, ele havia sido cativo do comendador por mais de dez anos. Cinco meses antes, ele foi liberto e passou a viver como agregado da fazenda, tornando-se o feitor de seus antigos parceiros. Questionado sobre a autoria do crime, disse que não sabia, mas suspeitava de Augusto e Elias devido ao entrevero na lavoura no dia anterior ao crime.⁴¹⁹

Augusto era um africano de nação Mina, de idade entre 30 e 40 anos, provavelmente contrabandeado após a Lei de 7 de novembro de 1831. Em seu depoimento, ele descreveu o que se passou na véspera do crime. Na condição de capataz, ele acompanhava a colheita de seus parceiros, cada qual na sua fileira. Atendendo à ordem do feitor, ele observou para que não derramassem grãos no chão, o que Elias não cumpriu. Augusto ordenou que os recolhesse e se afastou. Em pouco tempo, o feitor assoviou, convocando-o para que castigasse Elias, mas ele não escutou. Com o segundo assovio, Augusto se dirigiu ao feitor, mas o atraso lhe custou o posto. O feitor nomeou João Moçambique capataz, rebaixando Augusto ao trabalho na lavoura. Ao questionar qual seria então a sua tarefa, Simões se sentiu desafiado pelo tom e ordenou que o amarrassem para ser castigado. Augusto fugiu e recorreu à sua senhora, pedindo que o apadrinhasse. No fim de seu testemunho, ele revelou uma possível causas do crime. Naquele mesmo dia, o novo feitor ordenara que um mourão fosse fincado no terreiro da roça, com um esteio para amarrar e castigar os trabalhadores.⁴²⁰

⁴¹⁹ Processo Criminal por Homicídio, réus Sebastião, Lúcio, Francisco e Elias, 1866. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras). O mesmo caso foi analisado por Bryan McCann, em “The Whip and the Watch: Overseers in the Paraíba Valley, Brazil”. *Slavery & Abolition*, 18(2), 1997, 30-47, mais especificamente entre as páginas 37 e 44; por Camila Agostini. *Africanos no Cativo e a Construção de Identidades no Além-Mar*, p. 44; e ainda por Rafael Marquese, em “African Diaspora, Slavery, and the Paraíba Valley Coffee Plantation Landscape”. *Review Fernand Braudel Center*, pp. 206-210.

⁴²⁰ Processo Criminal por Homicídio, réus Sebastião, Lúcio, Francisco e Elias, 1866. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

Os depoimentos de Elias Crioulo e Adão Crioulo pouco acrescentaram ao de Augusto, salvo pelas menções às liberdades que o feitor antigo lhes concedia e que foram tolhidas por Simões. Apenas João Moçambique elogiou o novo feitor, que o nomeou capataz. Na ausência do fazendeiro, os escravizados chegaram a solicitar à sua senhora a demissão do feitor pelos maus-tratos. Antes mesmo de ser rebaixado na hierarquia por Simões, Augusto havia pedido à senhora para não ser mais o capataz sob seu comando, o que ela recusou por ser a vontade do marido. No fim do seu depoimento, Adão foi questionado sobre o mourão e se estavam acostumados a *“darem por tarefa 3 alqueires de café, o feitor alterou esse hábito e exigiu quatro alqueires?”* Em respondeu que:

A tarefa dele interrogado e seus parceiros foi sempre 4 alqueires de café, mas que ultimamente indo escapando o mesmo café, não caíam mais que 3 alqueires, e que o feitor Simões exigia que dessem a tarefa de 4 alqueires, e que aqueles que não dessem seriam castigados.⁴²¹

As peças do quebra-cabeças começavam a se encaixar. O antigo feitor era mais permissivo com seus antigos parceiros e Simões fora contratado pelo fazendeiro para impor um novo regime disciplinar aos trabalhadores, pôr fim aos furtos de café e para intensificar o ritmo da colheita. Para tanto, ele interveio na hierarquia das senzalas e fincou um mourão, símbolo de sua autoridade na lavoura. Em cada ato, ele atentou contra a economia moral da fazenda e pagou com sua vida. No entanto, entre tantos motivos e suspeitos, quem teria assassinado o feitor? Foi então que Francisco, “Chico” Tropeiro, depôs. O africano de nação Moçambique, de cerca de 50 anos de idade, revelou novos fatos sobre a manhã de 17 de outubro. Ele narrou a partida para roça, acompanhada pelo feitor que vinha atrás, e como se afastou do cortejo para fazer suas necessidades no mato. De lá, teria ouvido barulhos e gritos. Em seguida, avistou Lúcio em pé portando uma arma, enquanto Sebastião estava sobre o corpo caído de Simões, com uma faca na mão. Perguntado sobre o porquê de não ter revelado o ocorrido à sua senhora, disse temer o que lhe passara no passado, quando denunciou o crime de um parceiro à polícia e passou a ser castigado devido ao prejuízo provocado pela perda de um trabalhador.⁴²²

⁴²¹ Idem. Ver ainda Rafael Marquese, em “African Diaspora, Slavery, and the Paraíba Valley Coffee Plantation Landscape”. *Review Fernand Braudel Center*, pp. 206-210.

⁴²² É provável que se referisse ao fato de que quando um escravizado se tornava réu, causava prejuízo ao senhor, tanto pelas custas processuais quanto por não contar com seu trabalho durante o julgamento. Além disso, as penas corporais danificavam a propriedade dos senhores, enquanto as de galés perpétuas e de morte significavam um prejuízo total ao senhor, já que o Estado brasileiro não indenizava os proprietários dos condenados. Processo Criminal por Homicídio, réus Sebastião, Lúcio, Francisco e Elias, 1866. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

Sebastião Soares era nascido em Minas Gerais e tinha 28 anos de idade. Ele confessou o planejamento e a execução do crime, justificando-o pelos maus-tratos do feitor. Ele e Lúcio o emboscaram em uma encruzilhada no caminho da lavoura. Nascido em São Paulo, Lúcio tinha 55 anos de idade. Em seu depoimento, ele confessou o crime, mas disse que apenas participou porque foi pressionado por Sebastião e por Chico Tropeiro, acusando-o como partícipe da trama. Em seu relato, atribuiu a Sebastião a preparação e a execução da emboscada, e a Chico Tropeiro a distração do feitor. Em um segundo depoimento, Lúcio mudou sua versão dos fatos e confessou sua participação e a autoria do tiro, dizendo que a arma pertencia a Elias. A conspiração, fosse apenas entre Sebastião e Lúcio, ou envolvendo Chico Tropeiro e Elias, fora desbaratada. O segundo depoimento de Augusto Mina revelou os bastidores na cadeia de Vassouras. Ele e outro preso, também chamado Augusto, entreouviam um diálogo entre os conspiradores, no qual Elias teria atribuído a morte do feitor a Sebastião, Lúcio e Chico Tropeiro, mas que ele não tinha dito nada e nem diria *“porque se os criminosos não descobriam, não acontecia nada e todos seriam soltos, podendo acontecer que fossem simplesmente castigados em casa.”*⁴²³

A estratégia caiu por terra. Em suas últimas palavras no processo, Lúcio declarou que foi Sebastião quem *“lhe fez sentir a maneira pela qual eram maltratados pelo feitor, perseguidos e oprimidos, quando seus próprios senhores não os maltratavam”*. Sebastião foi ainda mais objetivo, dizendo que tinha *“por costume apanhar 3 a 4 alqueires de café, não obstante o feitor tomou dele interrogado ojeriza, e sempre o castigava sem motivo”*. Por fim, confessou a autoria do crime, implicando apenas Lúcio e isentando os demais. Nos termos da economia moral da fazenda, seu trabalho justo fora retribuído com o castigo injusto. À violação prévia do feitor, respondeu com violência.⁴²⁴

O julgamento se estendeu até meados de 1867, quando um fato inusitado alterou o trâmite. No dia 18 de junho, dois dos acusados faziam os serviços da cadeia presos a um libambo, sob a supervisão de uma sentinela, enquanto o carcereiro se reportava a um oficial de justiça. Eles pediram para fazer suas necessidades e um praça os acompanhou até uma moita de bambus atrás da cadeia. Eles se livraram do libambo, cujo cadeado já tinham quebrado de antemão, e fugiram. Um deles foi capturado na própria fazenda do comendador e trazido de volta à cadeia. O outro não foi encontrado. O documento não

⁴²³ Processo Criminal por Homicídio, réus Sebastião, Lúcio, Francisco e Elias, 1866. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

⁴²⁴ Idem.

menção os nomes, mas o veredito do caso revelou o foragido. Elias e Chico Tropeiro foram absolvidos e apenas Lúcio foi condenado e sentenciado às galés perpétuas. Foi justamente Sebastião, o principal réu confesso pelo homicídio de Simões, que escapou do cárcere e, possivelmente, do cativoiro. Mais de uma década depois, em 1880, ele foi capturado. Em um novo julgamento, o réu negou suas próprias palavras de 1866/1867 e acusou Lúcio e Chico Tropeiro pelo crime. Os jurados preferiram o teor de seu antigo depoimento e ele foi condenado à pena de galés.⁴²⁵

O assassinato de Simões e o julgamento dos réus continham em si as contradições de um tempo. A população escravizada de Vassouras se transformava naquela década de 1860, com maior equilíbrio entre os gêneros, a formação de famílias e o predomínio de brasileiros sobre os africanos nas senzalas. A formação dessas comunidades crioulas coincidiu com a desaceleração do avanço da cafeicultura e estabilização dos ritmos de trabalho. A inflação dos alimentos e dos trabalhadores escravizados elevou os custos de produção nos anos 1850 e uma praga impactou cultura no da década seguinte. No entanto, os preços do café subiram no mercado mundial em meados dos anos 1860, enquanto a construção de ferrovias diminuiu os custos do frete e expandiu o horizonte da fronteira agrícola. Os fazendeiros do médio Vale do Paraíba avançaram com as plantações sobre as terras virgens de suas propriedades, aumentando a razão entre hectares e pés de café por trabalhador.⁴²⁶

A contratação de Simões pelo comendador Venâncio José Gomes da Costa, naquele ano de 1866, respondia ao aceno do mercado, à revelia dos trabalhadores. A chegada de um novo feitor era sempre tensa. Cada fazenda possuía costumes e regras estabelecidas, e a comunidade das senzalas resistia à perda de direitos. O recém-chegado era testado e tinha de conquistar sua autoridade, mas o rigor em excesso poderia custar caro. Assim como tantos outros feitores, Simões assumiu um desafio: atender às expectativas do comendador e se impor sobre trabalhadores considerados indisciplinados, sem perturbar a *pax* da fazenda. Ele elevou as metas na lavoura e fez do mourão o totem de seu novo regime. Errou a dose. O monumento se tornou sua Bastilha e o feitor pagou com a vida pela violação da economia moral da fazenda.

⁴²⁵ Ibidem; Processo Criminal por Homicídio, réu Sebastião, 1880. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

⁴²⁶ Ver Bryan McCann. “The Whip and the Watch”. *Slavery & Abolition*, pp. 30-47; e Rafael Marquese. “African Diaspora, Slavery, and the Paraíba Valley Coffee Plantation Landscape”. *Review Fernand Braudel Center*, pp. 195-216.

A conspiração costurada nas senzalas se estendeu às celas da cadeia de Vassouras. A fala atribuída a Elias é uma amostra das percepções dos escravizados sobre a justiça dos livres, ao jogar com as contradições entre a violência de Estado e ordem doméstica. Se não fossem descobertos, teriam se livrado do feitor e escapado das penas públicas, sofrendo no máximo os costumeiros castigos privados. O plano ruiu, mas a lei lhes foi mais branda do que havia sido no passado. Dos quatro acusados, dois foram absolvidos e dois condenados—nenhuma à morte. Foram sentenciados à segunda pena mais rigorosa do Código Criminal: os trabalhos forçados prestados perpetuamente ao Estado na condição de galés. A punição era severa, mas, para alguns, não mais do que o próprio cativeiro. A condenação era sintoma de um judiciário reformado, que estendia as garantias processuais e racionalizava as penas. No entanto, diferentemente de Lúcio, Sebastião foi condenado nos termos do artigo 194 do Código Criminal. Em treze anos, a jurisprudência do tribunal se afastaria da Lei de 10 de junho de 1835 por razões nem sempre legais. O dilema em aberto desde os anos 1860 era se a violência envergonhada era compatível com a ordem escravista, ou por quanto tempo.

O assassinato de Simões foi o primeiro crime capital identificado no tribunal do júri de Vassouras desde os casos de 1856 e seria o único de toda a década de 1860. É possível que o declínio dos julgamentos públicos dos réus escravizados estivesse ligado à pacificação das senzalas e à resolução de conflitos por vias extrajudiciais, negociados ou punidos nas fazendas. Mas os mesmos estímulos do mercado que levaram à intensificação das plantações e dos trabalhos na zona escravista madura de Vassouras, conduziram o avanço da fronteira da cafeicultura sobre o Oeste Paulista e a Zona da Mata Mineira. Nessas zonas pioneiras, as fazendas recém-estabelecidas eram abastecidas pelo tráfico interprovincial e as tensões eram grandes na lavoura. No mesmo ano da morte de Simões, um outro feitor pagou o preço de acelerar os trabalhos em uma fazenda de café em Campinas. O toque do sino às 5h da manhã veio acompanhado do estalo do chicote e a promessa de que passaria o relho nos negros um por um. Foi o feitor, todavia, que não voltou para o sino da noite. Dois anos depois, em 1868, a contratação de um novo feitor acirrou os ânimos em outra fazenda do município paulista. As restrições impostas aos trabalhadores se acumularam ao longo de um mês, até que em um dia a ameaça de castigos bastou para que o feitor fosse morto a golpes de enxada e foice em pleno cafezal. Sob a liderança de Epifânio, os escravizados seguiram até a cidade de Campinas para se entregar à justiça. Como demonstrou a historiadora Maria Helena Machado, esse era o sexto crime

capital cometido por um escravizado no município naquela década, e outro estava por vir no ano seguinte.⁴²⁷

Na fronteira paulista da cafeicultura, milhares de homens e mulheres recém-separados de suas famílias e comunidades de origem foram submetidos a regimes de trabalho que lhes eram inéditos. Nascidos em cativeiros distantes e regidos por outras economias morais, as vítimas do tráfico interprovincial reagiam. Ao todo, cinco feitores e dois senhores foram atacados por trabalhadores cativos, que foram levados ao tribunal do júri em Campinas nos anos 1860. O mesmo aconteceu em Juiz de Fora, município da Zona da Mata Mineira, onde o avanço da cafeicultura coincidiu com o crescimento da população escravizada e a alta na criminalidade. A historiadora Elione Guimarães identificou um único crime cometido contra um feitor os anos 1850 e cinco na década seguinte. O aumento do número de crimes coincidiu com o incremento da política de comutações. O historiador Warren Dean identificou dois casos naquela década em Rio Claro, nos quais escravizados cometeram crimes e se entregaram às autoridades, a fim de serem condenados e escaparem ao cativeiro. Analisando os relatórios dos chefes de polícia, a historiadora Celia Marinho Azevedo constatou que o fenômeno se estendia a outros importantes municípios agrícolas da província de São Paulo. Não à toa, foi nessas zonas de fronteira da cafeicultura que os primeiros fazendeiros se articularam em uma campanha contra o reformismo judicial, as comutações da pena de morte e o próprio imperador. Ainda nos idos de 1860, o juiz da Comarca de Campinas descreveu sua percepção sobre o que ocorria nas fazendas do município.⁴²⁸

A pena, porém, de galés para escravos, Senhor, longe de preencher nenhum dos fins das penas, tem sido um incentivo para o crescente número de crimes desta ordem entre os escravos, que entendem que para se livrarem do cativeiro de seus senhores é-lhes preciso matar os mesmos seus senhores, ou a seus feitores.⁴²⁹

Era a visão de um magistrado, compartilhada pelos fazendeiros da classe ascendente de Campinas. Em um tom mais ameno, o Ministro da Justiça João Lins Vieira Cansação de Sinimbu reconheceu que a criminalidade escrava se tornava um problema

⁴²⁷ Maria Helena Machado. *Crime e Escravidão*, pp. 49/72-74.

⁴²⁸ Rafael Marquese. “Capitalismo, Escravidão e a Economia Cafeeira do Brasil no longo século XIX”. *Saeculum (UFPB)*, v. 29, 2013, pp. 289-321; Warren Dean. *Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pp. 125-149; Celia Azevedo. *Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites, Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 157-174; Elione Guimarães. “Criminalidade e Escravidão em um Município Cafeeiro de Minas Gerais”. *Justiça & História*, v. 1, n.1-2, 2001, pp. 1-23; e da mesma autora *Violência entre Parceiros de Cativeiro: Juiz de Fora, Segunda Metade do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

⁴²⁹ Maria Helena Machado. *Crime e Escravidão*, p. 40.

em algumas regiões do Império, mas isentou o imperador, responsabilizando o tráfico interprovincial e a Lei de 10 de junho de 1835. Serra acima, a pretensa aristocracia do Vale do Paraíba ainda mirava com desdém os novos ricos do Oeste paulista. A crise na segurança pública aparentemente não lhes dizia respeito. A fração mais tradicional da classe escravista se mostrava confiante no controle doméstico de seus cativos e nas instituições imperiais que ajudara a construir. Por ora.⁴³⁰

Na manhã do dia 20 de junho de 1870, Manoel chegou a pé à cidade de Vassouras e caminhou por suas ruas em direção à majestosa Casa de Câmara e Cadeia. Símbolo do poder e do prestígio da elite vassourense, o edifício estava quase concluído, depois de mais de duas décadas de construção. O pavimento superior, destinado aos representantes eleitos pela municipalidade, recebia os últimos retoques. Um frontão triangular aguardava as colunas monumentais, que mimetizavam os traços neoclássicos que sustentavam esteticamente a modernidade imperial na Corte. Na entrada principal do edifício, uma magistral escada de madeira levava aos salões do júri e da câmara municipal. No piso inferior, a base sólida e a estrutura rude destoavam do requinte da fachada, especialmente na face lateral do edifício, que exibia as grades nas janelas. Eram as celas da cadeia, cujos prisioneiros se encontravam, literalmente, sob os pés dos prestigiosos fazendeiros. Não foi à escada senhorial que se dirigiu Manoel, mas à entrada da prisão, onde se declarou réu confesso do assassinato de um feitor.⁴³¹

Era o mesmo fenômeno observado no crime de Windsor Forest, na paróquia de Concórdia, em 1849. Com uma diferença fundamental: enquanto a marcha dos escravizados que confessaram o assassinato do feitor na prisão de Vidalia foi única no Vale do Mississippi, Manoel foi o apenas o primeiro de muitos a percorrer o trajeto entre o local do crime na fazenda e a cadeia pública de Vassouras. Assim como já ocorria na região de Campinas, os crimes confessos se tornariam frequentes no Vale do Paraíba, embora mais tardiamente. Os estímulos da economia provocaram tensões nas fazendas paulistas e fluminenses desde os anos 1860, mas foi o campo da política que unificou a política da resistência e a reação dos fazendeiros uma década depois.

⁴³⁰ “A escravidão e principalmente a transferência que em tão larga escala se faz de escravos do Norte para o Sul em procura dos altos preços que são aqui pagos, não tem sido causa menos abundante de crimes contra a pessoa. Os rigores da Lei de 10 de junho de 1835, a experiência o tem demonstrado, não dão os resultados que deles se esperavam.” Relatório do Ministério da Justiça, 1863.

⁴³¹ Processo Criminal por Homicídio, réu Manoel (Maranhão), 1870. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras). Sobre a Casa de Câmara e Cadeia de Vassouras, ver Marcelo Ferraro. *A Arquitetura da Escravidão nas Cidades do Café*, pp. 194-201.

Mapa da região de Vassouras e das imediações da Fazenda de São Luiz do Massambará.⁴³²

Nascido no Maranhão na década de 1840, Manoel fez ainda jovem a travessia em direção às fazendas de café. A paisagem daquela província adquirira o branco das fibras de algodão, especialmente com a alta dos preços durante a Guerra Civil nos Estados Unidos. Com a recuperação da economia dos estados sulistas e o aumento da oferta, o algodão maranhense perdeu competitividade no mercado mundial. O café, no entanto, entrou em alta a partir de meados da década de 1860, atando os laços do comércio interprovincial de escravizados. Stanley Stein entrevistou, nos anos 1940, um homem que vivenciou a mesma jornada. Nascido em uma fazenda de algodão, ele tinha catorze anos de idade quando foi vendido por seu senhor a um comissário de São Luís. Ali, ele embarcou em um navio que os levou a Niterói. Em um mercado de escravizados, foi examinado por médicos e senhores vindos do Rio de Janeiro. Um fazendeiro de Ubá o comprou e eles embarcaram em um trem da Estrada de Ferro Pedro II, em direção às suas propriedades. Outros seguiam em comboios, como descreveu Eloy de Andrade, levados serra acima por traficantes que seguiam pelas estradas ofertando os trabalhadores pelas estradas e porteiras das fazendas de café.⁴³³

Manoel não testemunhou o auge algodoeiro em sua província natal. Embora não se saiba com quantos anos emigrou para a província do Rio de Janeiro, desde 1861 ele já

⁴³² Fonte: GoogleMaps, edição do autor.

⁴³³ Processo Criminal por Homicídio, réu Manoel (Maranhão), 1870. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

se encontrava uma das fazendas de Marcelino Avelar e Almeida, o Barão de Massambará. Por mar, terra ou trem, Manoel chegou a Vassouras, comprado por um dos maiores fazendeiros da região. Na fazenda, conheceu a africana Martha. Ela era um pouco mais velha que ele, mas não o suficiente para ter cruzado o Atlântico na era da legalidade. Vítima do contrabando, ela viveu os horrores de outra travessia antes de chegar à cozinha da casa grande do barão. Ali eles se casaram e tiveram dois filhos. Após o nascimento da última criança, o fazendeiro recomendou a Martha a maior atenção e cuidado. Era a nova biopolítica das fazendas, destinada a preservar e multiplicar os trabalhadores após a extinção do tráfico. Na manhã daquele 20 de junho de 1870, Martha se atrasou à forma para que alimentasse o filho pequeno antes de partir para os serviços da casa. O feitor português Francisco Soares de Macedo sequer ouviu sua justificativa e a recebeu às chicotadas. Ela correu e se escondeu em um cafezal próximo. À distância, Manoel ouviu as súplicas da esposa. Sem hesitação, caminhou em direção à cozinha, tomou o machado e desferiu dois ou três golpes sobre o feitor. Diante do corpo inerte, ele fugiu pelos cafezais e caminhou até a cidade de Vassouras, onde se entregou às autoridades.⁴³⁴

Manoel aguardou em uma cela da cadeia seu julgamento. No dia 30 de junho, subiu pela primeira vez em direção ao piso superior do edifício. Destinado aos trabalhos da câmara e da justiça, os salões eram um símbolo do Estado imperial e da política municipal. Apenas na condição de serviçal, um escravizado adentrava o cômodo. A não ser que fosse réu, como era o caso de Manoel. O Barão de Massambará não abriu mão de sua propriedade e contratou um advogado. As principais testemunhas levadas a juízo eram os parceiros de Manoel. Entre elas, estava o capataz Domingos. Nascido em Pernambuco na década de 1840, ele também fora trazido pelo tráfico interprovincial. Perguntado sobre se a vítima era um homem mau, respondeu que não, *“que era como os outros feitores”*. Em seguida, foi questionado *“se o réu era mau preto e se se portava bem na fazenda”*, ao que respondeu que sim e que nunca imaginara que cometesse tal crime. Ao tratarem do caráter da vítima e do réu, tanto a acusação quanto a defesa negociavam nos termos do cativeiro justo, entre os tipos ideais do “bom/mau-escravo/feitor”.⁴³⁵

⁴³⁴ Idem.

⁴³⁵ Ibidem.

Cartão Postal da Câmara Municipal de Vassouras do Início do Século XX, com o detalhe das grades da cadeia pública nas janelas do pavimento inferior.⁴³⁶

Plantas Arquitetônicas de ambos os Pavimentos da Casa de Câmara e Cadeia de Vassouras, com referências à cadeia pública e aos salões do legislativo e do judiciário, inclusive da sala do júri.⁴³⁷

Na sessão do dia 30 de novembro, chegou a vez de Manoel depor diante dos jurados. Questionado se sabia o motivo da acusação, disse que sim; que era por haver matado o feitor Chico por causa de sua mulher. O escrivão fez registrar, entre parênteses, a comoção do réu ao mencionar Martha.

⁴³⁶ Fonte: Coleção da Câmara Municipal de Vassouras.

⁴³⁷ Planta Arquitetônica produzida pelo designer André Romitelli, com base nas plantas da Câmara Municipal de Vassouras. Ver ainda Augusto da Silva Telles, em “Vassouras, um Estudo da Construção Residencial Urbana”. *Revista do Patrimônio Histórico e Nacional*. Rio de Janeiro, v. 16, 1968, 9-135.

Pois que tendo ela por costume ficar fazendo mingau para as crianças e por isso não acudiu à forma, bem como por não ter ordem de seu senhor para fazê-lo, o dito feitor constante levava isso a mal, e castigava, até que nesse dia estando ele presente ao castigo no terreiro, e que o feitor acompanhou castigando ainda fora do terreiro e ajuntando ao castigo palavras injuriosos, apesar de conhecer que os escravos são sujeitos a castigos, e por fora de si e deu com o olho do machado no dito feitor, matando-o.⁴³⁸

A emoção e os argumentos de Manoel podem ter sido sinceros ou performáticos. Em um discurso hábil retoricamente, espontâneo ou sob orientação do advogado, Manoel apelou a sentimentos familiares e reconheceu que os escravizados estavam sujeitos às punições, mas desqualificou a justificativa (o atraso pelos cuidados em obediência ao senhor) e a forma (fora do terreiro e com palavras injuriosas) do castigo. Os jurados não se convenceram e o condenaram nos termos da Lei de 10 de junho de 1835. Movido pelas atenuantes morais ou em acordo com a política de comutações do imperador, o juiz o sentenciou à pena de galés perpétuas. Manoel escapou à forca, mas não às correntes, e provavelmente nunca mais viu Martha ou seus filhos.⁴³⁹

O crime de Manoel representava o espírito daquele tempo. Nascido no Brasil, mas em uma província do Norte, ele viveu a travessia, seguindo os passos de tantos outros cujo destino fora selado pelo mercado mundial. No Vale do Paraíba, ele foi submetido a um outro ritmo da escravidão, mas conheceu a mulher com quem refez os laços familiares outrora rompidos. Carregando consigo seus valores de origem e imerso em uma sociedade escravista madura, onde as famílias e comunidades fincavam raízes, ele resistiu aos arbítrios de um feitor que violou as normas tácitas de seu cativeiro. Na primeira metade do século, predominaram africanos nas batalhas na lavoura e no tribunal de Vassouras. Era a vez dos brasileiros escravizados assumirem o front, resistindo em sua terra natal contra uma ordem e uma lei que os submetia sem reconhecê-los. Nos passos do maranhense escravizado, entre o cativeiro e o cárcere, cindiam-se dois mundos, por onde se fariam ver e ouvir tantos outros Manoeis.

A Crise (da) Política da Escravidão e o Dilema da Pena de Morte (1871-1886)

O mesmo mundo atlântico que deu à luz um novo tempo para o cativeiro nas Américas, agora fechava o seu horizonte. Finda a Guerra Civil nos Estados Unidos, a escravidão fora abolida em todo o território, isolando o Brasil no cenário internacional.

⁴³⁸ Processo Criminal por Homicídio, réu Manoel (Maranhão), 1870. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

⁴³⁹ Idem.

O conflito com o Paraguai esgarçou ainda mais as contradições de um Império cuja soberania era defendida em terras estrangeiras por soldados negros, muitos deles recentemente alforriados para compor as fileiras de um exército em formação. Desde a década de 1850, o imperador e os gabinetes imperiais deram início um movimento reformista que, se não pode tocar a propriedade escrava, procurou isentar o Estado de suas agruras. Mas foi nos anos 1860 que a agenda ganhou espaço nos debates parlamentares e do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), tratando da emancipação dos africanos livres, da revogação da Lei de 10 de junho de 1835, e da libertação do ventre das mulheres escravizadas. Os dois últimos temas tocavam as pedras de toque da escravidão: a graça e o castigo.⁴⁴⁰

A intervenção do Estado no seio do cativo ameaçava os pilares do direito de propriedade, ao interditar a reprodução natural de escravizados e transformar a alforria em um direito reconhecido por lei. Por sua vez, a regulação da violência de Estado não alcançava os senhores, mas os isolava perante a opinião pública. A política de comutações se intensificou no período, acompanhada de determinações que recomendavam limites à quantidade e à publicidade da pena de açoites pelo judiciário. Em maio de 1870, o deputado Theodoro Pereira da Silva apresentou um projeto de lei que revogaria o artigo 60 do Código Criminal, a Lei de 10 de junho de 1835 e o artigo 80 da Lei de 3 de dezembro de 1841. Eram todos dispositivos referentes ao processo especial para crimes cometidos por réus escravizados. Na mesma sessão, o então presidente do IAB e deputado por Minas Gerais, Perdigão Malheiro apresentou seu próprio projeto de reforma, revogando os mesmos dispositivos, salvo o artigo 2º da Lei de 10 de junho de 1835 (sessão especial do júri), e substituindo a pena de açoites do artigo 113 (crime de insurreição) do Código Criminal pela de prisão com trabalhos por 10 a 20 anos. Em comum, os projetos pretendiam revogar o procedimento especial para os crimes capitais cometidos por escravizados e interditar a execução sumária da pena de morte, dando forma jurídica à política implementada pelo poder moderador.⁴⁴¹

⁴⁴⁰ Sobre a relação entre o contexto internacional e o movimento de reformas no Brasil, ver Alain El Youssef. *O Império do Brasil na Segunda Era da Abolição, 1861-1880*, pp. 1-7/270-274. Sobre a política de comutação da pena de morte, ver João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, pp. 200-204; e ainda Ricardo Pirola. *Escravos e Rebeldes nos Tribunais do Império*, pp. 147-158.

⁴⁴¹ Ver Aviso nº 365—Justiça—Em 10 de Junho de 1861, determinando aos Juizes agirem com cautela na aplicação da pena de açoites. (Ministério da Justiça), em José Alípio Goulart. *Da Palmatória ao Patíbulo: Castigos de Escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1971, Anexos. Sobre os projetos de Theodoro Pereira da Silva e de Perdigão Malheiro, ver *A Abolição no Parlamento: 65 Anos de Luta*, vol. 1. Brasília, Senado Federal, 2012, pp. 197-350; e os debates no Instituto dos Advogados do Brasil, ver Eduardo Spiller Pena. *Pajens da Casa Imperial*, pp. 253-338.

Os projetos não prosperaram, mas as comutações seguiram de vento em popa. Por outro lado, a pauta do ventre livre ganhou espaço no parlamento com os projetos do Marquês de São Vicente e de Perdigão Malheiro. A Guerra do Paraguai e a volta dos conservadores ao poder, em 1868, interditaram a agenda, mas o fim do conflito cindiu a brecha que Pedro II e parte da classe política aguardavam. A ascensão do Visconde de Rio Branco ao gabinete foi condicionada ao trâmite do projeto e a oposição entrincheirou-se, clamando por reforços nos recantos mais profundos da escravidão. Os cafeicultores do Vale do Paraíba retomaram a tradição peticionária de seus pais e avós, não mais em defesa do tráfico, mas contra as medidas “*subversivas à ordem pública, sua segurança e altamente atentatórias contra o seu sagrado direito de propriedade,*” como diriam os representantes de Vassouras. Na pergunta retórica de seus pares de Cantagalo, na fronteira dinâmica da cafeicultura no vale, “*como manter a disciplina, interpondo entre o escravo e o senhor a autoridade pública, dizendo-se àquele que o legislador vai conferir-lhe direitos contra este, que o governo aí está para protegê-lo a ele vítima até hoje, e resguardá-lo da tirania de seu algoz?*”⁴⁴²

Segundo a representação, a alforria e o pecúlio eram liberdades do senhor, decorrentes do costume, da docilidade e dos sentimentos cristãos, e serviam à “*subordinação e disciplina, indispensáveis para manter a autoridade do proprietário agrícola, a qual se funda exclusivamente na força moral*”. Os peticionários recorreram à exaustão ao repertório retórico da segurança pública e privada. Para os representantes de Pirai, a lei tornaria “*o escravo o tirano da casa*”. Os fazendeiros de Valença se ressentiam das já constantes intervenções dos juízes, “*tendendo a amesquinhar a autoridade do senhor*”. Ainda mais enfáticos foram os signatários de Paraíba do Sul.⁴⁴³

É preciso não esquecer que as relações do senhor com o escravo, por excepcionais, não podem manter-se desde que for pela lei desmoralizada a autoridade dominial. Como está concebido o projeto, o senhor é lançado à suspeita da autoridade pública e ao ódio do escravo, que nele vê um algoz que não quer desistir da vítima e no governo um protetor que quer libertá-la. Acesas as paixões e animadas pela intervenção aberta dos poderes do Estado, a convivência do senhor e do escravo não será mais possível e os resultados destes contratos hão de espantar a imprevidência da falsa filantropia.⁴⁴⁴

⁴⁴² Representação dos Fazendeiros do Município de Vassouras a Respeito da Proposta do Elemento Servil, 22 de junho de 1871. Representação dos Fazendeiros do Município de Cantagalo a Respeito da Proposta do Elemento Servil, 26 de julho de 1871. Sobre o Movimento Peticionário do Vale do Paraíba durante o trâmite do projeto da Lei do Centre Livre, ver Bruno Fonseca Miranda. *O Vale do Paraíba contra a Lei do Ventre Livre, 1865-1871*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade de São Paulo, 2018.

⁴⁴³ Representação dos Fazendeiros do Município de Pirai a Respeito da Proposta do Elemento Servil, 28 de maio de 1871. Representação dos Fazendeiros do Município de Valença a Respeito da Proposta do Elemento Servil 10 de junho de 1871.

⁴⁴⁴ Representação dos Fazendeiros do Município de Paraíba do Sul a Respeito da Proposta do Elemento Servil, 22 de maio de 1871.

A convergência entre os interesses de fazendeiros, comissários e financistas levou à fundação do Clube da Lavoura, no Rio de Janeiro, em 1871. Na fala de seu presidente e representante de Vassouras, Caetano Furquim de Almeida, o projeto de lei desrespeitava a propriedade e punha em risco a vida e a segurança das famílias por interferir nas relações domésticas e recíprocas entre senhores e cativos. As representações das Câmaras Municipais e o pronunciamento da instituição se respaldaram na ideologia paternalista dos fazendeiros do Vale do Paraíba. O repertório foi compartilhado em parte pelos representantes do Oeste de São Paulo, mas a fração de classe ascendente inovou na retórica a partir de sua própria experiência na fronteira do café. Após endossar os termos de seus pares de Paraíba do Sul, os peticionários de Campinas trataram a resistência dos escravizados não como um risco futuro, mas como uma trágica realidade presente.⁴⁴⁵

como chamar-se quiméricos esses receios se fatos de insubordinação, de homicídios horrendos praticados por escravos nas pessoas de seus senhores ou empregados, todos os dias estão se verificando, cada vez com mais frequência, revestidos de mais cinismo e de circunstâncias atrozes?! quem ignora que a maior parte desses crimes são cometidos com esperança de uma comutação que o escravo considera como liberdade?! a prova é a ânsia e açoitamento com que apresentam-se perante as autoridades policiais chusmas de escravos dentre os quais muitos não tomaram parte no drama.⁴⁴⁶

Os repertórios retóricos revelam as diferenças entre a fração fluminense da classe escravista e os emergentes campineiros. Enquanto os fazendeiros do Vale do Paraíba governavam uma zona escravista madura e estável, a resistência dos escravizados foi mais intensa nas fronteiras da cafeicultura na década de 1860. Em segundo lugar, o regime monárquico era mais simpático aos tradicionais fazendeiros fluminenses, que adotavam um tom mais moderado e conservador que seus pares de São Paulo. Não à toa, Campinas seria um dos berços do republicanismo paulista e seus representantes teriam menor pudor em fazer criticar as políticas do Império e do imperador. De todo modo, a mobilização dos fazendeiros e de seus representantes no parlamento não foi capaz de frear o ímpeto reformista. A aprovação da Lei de 28 de setembro de 1871 decretou o fim do cativeiro no país de forma lenta, gradual e segura. Restava saber o quanto de realidade havia nos discursos senhoriais e se a libertação do ventre instauraria a anarquia nas fazendas.

Dois anos depois do crime de Manoel, outra família escravizada esteve no centro de um conflito nas lavouras de Vassouras. Era manhã no dia 7 outubro em 1872, quando

⁴⁴⁵ Diário do Rio de Janeiro, ano 54, 17 de junho de 1871, nº 196, p1, *apud* Mariana Muaze. “Os Escravagistas nas Festas da Modernidade”: Uma Análise da Participação do Clube da Lavoura e do Centro da Lavoura e do Comércio nas Exposições Internacionais (1878-1888)”. Manuscrito.

⁴⁴⁶ Representação dos Fazendeiros do Município de Campinas a Respeito da Proposta do Elemento Servil, 21 de junho de 1871.

o administrador da fazenda São Roque, Manoel Gonçalves Gilde, sofreu um atentado a bala. Antônio Cabra então fugiu armado por entre os cafezais e se dirigiu à cidade de Vassouras, com o objetivo de confessar a seu senhor, Manoel da Costa Franco. Não se sabe se o encontrou ou se entregou-se voluntariamente às autoridades. De todo modo, ele foi preso e indiciado pela tentativa de homicídio. Filho de africanos, Antônio nasceu em Minas Gerais na década de 1820, antes de ser vendido e enviado para Vale do Paraíba. Na fazenda de seu proprietário, ele conheceu Eva, com quem se casou. Em seu primeiro depoimento, Antônio justificou o atentado pelos abusos que o administrador infligia à sua esposa. No dia anterior ao crime, ela fora recolhida ao tronco, supostamente pelo atraso à forma. Mas segundo Antônio, ela era castigada por *“não se prestava às solicitações que dela fazia o mesmo administrador, para fins desonestos.”* Na manhã seguinte, ele *“ouviu gritos de sua mulher, que sofria um castigo injusto, imposto pelo administrador da fazenda.”* Sabendo que o administrador guardava uma espingarda em seu quarto, tomou a arma e lhe fez fogo.⁴⁴⁷

Em seu julgamento, Antônio foi levado da cadeia à sala do júri, onde repetiu a narrativa, mencionando inclusive as investidas sexuais do administrador contra sua esposa e outras mulheres da fazenda. A estratégia de defesa do réu e de seu advogado passavam pela desqualificação da vítima. Antônio jogava com o imaginário senhorial, contrapondo seu senhor, que raramente os castigava, ao administrador, que cometia abusos físicos e sexuais na sua ausência. Em uma fala final, o réu arrebatou.

Que o administrador não tinha falecido, que nem teve a intenção de o matar, por quanto quando desfechou o tiro foi fora de si e desesperado de sua vida, somente para tomar um desabafo da ofensa que sofria na pessoa de sua mulher, que era inocente; que ele respondente na qualidade de escravo sabe que está sujeito a todo castigo, que lhe for imposto na pessoa de sua mulher não era por motivo justo, e até reprovado porque sabe que nele nem seu senhor não consentiria, e isso foi o que lhe fez perder o juízo.⁴⁴⁸

Não era a escravidão que ele contestava, mas as condições de seu cativeiro. Eram novamente os termos de uma economia moral da fazenda que sustentaram a defesa do réu e, dessa vez, com sucesso. Antônio foi mais feliz que Manoel Maranhão e os jurados o absolveram. O fato de a vítima ter sobrevivido certamente contribuiu para o desfecho.

⁴⁴⁷ “Questionado se havia castigos rigorosos na fazenda e se havia queixas de seus parceiros, disse que quando o proprietário se encontrava na fazenda, não. Mas bastava deixá-la para que os castigos se repetissem pelas mesmas faltas, deixando ele e seus parceiros em constantes sobressaltos.” Processo Criminal por Homicídio (Tentativa), réu Antônio, 1872. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

⁴⁴⁸ Processo Criminal por Homicídio (Tentativa), réu Antônio (Cabra, Minas Gerais), 1872. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

Mas pela primeira vez um réu cativo era absolvido no tribunal de Vassouras por um crime capital. Manoel Maranhão e Antônio Cabra foram os únicos réus levados a júri na cidade entre 1867 e 1874. Ambos eram brasileiros nascidos em outras regiões do território nacional e vitimados pelo tráfico interprovincial, e haviam estabelecido famílias no Vale do Paraíba. Ambos justificaram seus crimes como reações à violação das normas morais das fazendas por seus superiores. Nas entrelinhas, a injustiça dos castigos às esposas tornara legítimas as suas violentas reações.

O caráter passional e circunstancial desses crimes lhes atribuiu menor significado político à época, diferentemente do que ocorreu em outros casos contemporâneos que se espalhavam pela província fluminense. Em setembro de 1871, dois escravizados assassinaram um feitor em Paraíba do Sul devido ao aumento dos trabalhos e castigos. Confessaram o crime ao fazendeiro e foram presos. Condenados à morte pelo júri, tiveram suas petições de graça atendidas e as penas foram comutadas para galés perpétuas. Dois anos depois, onze escravizados se apresentaram na delegacia de polícia de Valença para confessar a morte de outro feitor. Apenas um deles foi pronunciado e sentenciado à pena última. Era o enredo de Campinas que chegava ao Vale do Paraíba. No município paulista, os casos continuavam e a justiça se dobrou à ilegalidade. Em março de 1871, um fazendeiro foi assassinado e dez escravizados assumiram o crime. Quatro deles foram pronunciados e apenas dois foram condenados. Camilo foi sentenciado à pena de galés perpétuas e Feliciano a sofrer 150 açoites. O segundo foi castigado na cadeia pública e retornou à fazenda, onde o filho do proprietário morto lhe prometeu que pagaria novamente pelo crime. Na mesma noite, Feliciano atacou o senhor-moço a pauladas. Foi preso, julgado e novamente condenado, dessa vez às galés perpétuas. Um ano depois, o cearense Manoel Mulato foi acusado do assassinato de seu senhor. No tribunal do júri de Campinas, ele denunciou a trama da família da vítima e do advogado contratado para defendê-lo, dizendo que preferia a força, pois pretendiam levá-lo “*para casa, a fim de fazerem justiça.*” Foi condenado por um crime menor e sofreu 700 açoites, antes de retornar, como temia, à fazenda.⁴⁴⁹

⁴⁴⁹ Ver o caso ocorrido em Paraíba do Sul, em Ricardo Pirola. *A Lei de 10 de Junho de 1835: Justiça, Escravidão e Pena de Morte*. Tese de Doutorado defendida na Unicamp em 2012, pp. 270-271. Ver o caso ocorrido em Valença, em João Luiz Ribeiro em *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, p. 563. Ver ambos os casos de Campinas em Maíra Chinelatto Alves. *Quando Falha o Controle: Crimes de Escravos contra Senhores, Campinas, 1840/1870*. São Paulo, SP: Alameda, 2004. pp. 123-161. Ver ainda Maria Helena Machado. *Crime e Escravidão*, pp. 89-98.

O júri de Campinas ganhou a fama de despronunciar réus confessos e desqualificar as vítimas dos crimes, de modo a contornar a Lei de 10 de junho de 1835 e evitar o trâmite processual que culminava na pena de galés perpétuas. Indiciados pelos crimes ordinários do Código Criminal, os réus cativos eram condenados às penas corporais da justiça pública, que então os devolvia para sofrerem os castigos domésticos dos tribunais privados nas fazendas. Campinas fez escola, como demonstrou o tribunal de Valença ao condenar apenas um dos réus confessos em 1873. Contudo, foram dois crimes ocorridos em Campos dos Goytacazes colocaram em xeque o judiciário e a política de comutações, instaurando a crise da pena de morte na Província do Rio de Janeiro.

Nos primeiros dias de janeiro, um fazendeiro foi assassinado a pauladas por seus escravizados enquanto jantava e a morte deu lugar a um banquete de celebração. Um dia depois, outro proprietário foi morto enquanto recebia convidados na sede de sua fazenda. Em seguida, Agostinho Ciro, Amaro e Antônio partiram com foices e facas para se entregar às autoridades. No caminho, entraram em conflito com uma milícia de fazendeiros vizinhos, mas se saíram melhor, deixando mortos e feridos. Quando chegaram à cidade, baixaram as armas diante da força policial que se dirigia a eles. Os jornais da cidade mal haviam noticiado o levante, quando o primeiro assassinato foi descoberto. O *Monitor Campista* esbravejou em letras garrafais “MAIS UM CRIME ATROZ”. Os acusados foram levados ao tribunal do júri e, para cada crime, foram condenados quatro réus. O juiz sentenciou sete deles à pena de morte, nos termos da Lei de 10 de junho de 1835. Os pedidos de graça subiram ao poder moderador, sob grande pressão das autoridades e dos fazendeiros. Em maio, o delegado de polícia de Campos escreveu ao presidente da província, defendendo a execução das penas.⁴⁵⁰

O castigo a esses concorrerá para que não se repitam tais fatos, pois que entre os escravos voga a persuasão que não há mais pena de morte, e para eles a pena de galés, ainda que perpetuamente, os não atemoriza, antes alguns a preferem ao cativo, e é por isso que cometem os crimes até contra seus próprios senhores, e vem logo francamente entregarem-se às autoridades e à Justiça, alardeando e confessando com todo o cinismo seus crimes. Se porém sua Majestade o Imperador comutar as penas, que foram impostas na forma da lei a tais réus, as consequências serão certamente fatais, os fatos se reproduzirão em maior escala, a tranquilidade pública e a paz das famílias e dos fazendeiros continuarão a ser alteradas frequentemente.⁴⁵¹

⁴⁵⁰ Os casos foram inicialmente analisados por João Luiz Ribeiro em *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, pp. 286-295. Mais recentemente, Ricardo Pirola promoveu uma investigação mais densa dos casos em “Escravos e Rebeldes na Justiça Imperial: Dois Casos de Assassinatos Senhoriais em Campos dos Goytacazes (RJ), 1873”. *Afro-Ásia*, 51, 2015, 41-80.

⁴⁵¹ Ofício do Delegado de Política de Campos ao Presidente da Província do Rio de Janeiro, 26 de maio de 1873 *apud* João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, pp. 288-289.

Dessa vez, tanto a Seção de Justiça do Conselho de Estado quanto o Ministério da Justiça endossaram a sentença de morte, com o consentimento do Poder Moderador. Na manhã do dia 9 de outubro de 1873, uma multidão se reuniu em frente à cadeia de Campos. Às 9 horas, os condenados deixaram as celas, escoltados por uma força militar. O piquete da cavalaria policial seguiu à frente, cortando a massa de pessoas, seguido pelos membros da Irmandade. Os cinco condenados vinham logo atrás, com barãos nos pescoços e acompanhados por cinco padres que lhe dirigiam palavras de consolo. O carrasco os acompanhava de perto e, atrás dele, vinham o juiz municipal, os oficiais de justiça e o porteiro dos auditórios, que lia em voz alta a sentença. Mais de trinta praças da e um oficial cavalaria da Guarda Nacional fechavam o cortejo. Como registrou o delegado de polícia de Campo, uma multidão acompanhava o préstimo “*porque a maior parte dos senhores mandaram escravos presenciar o ato*”. Um a um, os condenados subiram o cadafalso diante da multidão. O sol nem acusava o meio-dia e já estavam todos mortos, para o deleite de autoridades e fazendeiros.⁴⁵²

Foi um dos últimos espetáculos da morte na Bacia do Paraíba e no Império. A crise em torno da pena capital revela diferenças importantes entre os regimes políticos e as escolhas das classes dirigentes do Império do Brasil e do Sul dos Estados Unidos. Ambos os países passaram por uma série de reformas penais em meados do século XIX, que transformaram a justiça criminal e o controle sobre a violência de Estado em signos de civilização. As autoridades públicas construíram penitenciárias, mas a eficácia das instituições não era a mesma nas sociedades escravistas. Então, legisladores e juristas voltaram suas reformas para as garantias processuais e a pena de morte. No entanto, o cadafalso estava incrustado na cultura anglo-saxã e o regime administrativo descentralizado nos Estados Unidos impossibilitou uma política unificada sobre o tema no país. Cada unidade da federação deteve autonomia para decidir os marcos e limites das reformas, e as assembleias e tribunais estaduais estavam mais sujeitos à opinião pública. Quando o tema da escravidão dividiu novamente a federação e a nação na década de 1850, a resistência e a criminalidade dos escravizados adquiriram maior significado político no Vale do Mississippi. Sob pressão dos fazendeiros e das comunidades brancas, as autoridades públicas abandonaram o discurso reformista penal e retomaram os espetáculos públicos da pena de morte.

⁴⁵² João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, pp. 293-295. Ver ainda Ricardo Pirola promoveu uma investigação mais densa dos casos em “Escravos e Rebeldes na Justiça Imperial”. *Afro-Ásia*, pp. 78-79.

O cenário brasileiro era outro. A centralização administrativa do Império permitiu que o imperador e parte da classe política conduzissem as reformas penais. É verdade que a autoridade do Estado tinha seus limites e não convinha contrariar frontalmente dos fazendeiros, fiéis garantidores da economia e da estabilidade no país. Assim, o monarca, parte dos legisladores e setores da burocracia pública voltaram suas reformas ao poder judiciário. A restrição à pena de morte se converteu em um capital político internacional, a fim contrabalancear o cativo e legitimar o ingresso do Império do Brasil no rol das ditas nações civilizadas. Como em todo jogo político, a estratégia tinha seus custos. A segurança pública e a justiça criminal são temas que tocam sensibilidades profundas da sociedade, convertendo-se facilmente em armas políticas nas mãos da oposição.

A crise política da pena de morte no Império do Brasil decorreu do entrecruzamento de múltiplas variáveis. Os estímulos da economia intensificaram as tensões nas zonas da grande lavoura. De fato, o número de fugas e assassinatos de senhores e feitores aumentou em meados da década de 1870, mas não a ponto de instaurar a anarquia no campo. A micropolítica das fazendas pesou no cenário, mas foi na esfera pública e no campo da política nacional que se deu o tom do desarranjo entre a justiça imperial e os escravistas. De um lado, o imperador e parte da classe política insistiram nas comutações mirando arena internacional. De outro, setores da sociedade civil capitalizaram os episódios para impulsionar suas causas contra o governo ou o monarca, com destaque para os partidos de oposição, os republicanos e os abolicionistas.

Em outros termos, a resistência dos escravizados constituiu uma importante força política na crise das instituições imperiais a partir da década de 1870. Cada crime contribuiu para esgarçar as contradições entre a escravidão e o Estado de Direito, especialmente quando o império da lei cedia à justiça paralela dos fazendeiros. O alcance dos episódios, no entanto, dependia da reverberação por vozes antiescravistas nas capitais, o que seria feito de forma sistemática pelo movimento abolicionista na virada para a década de 1880. Contudo, a resistência escrava também se converteu em retórica escravista. Facções políticas se valiam dos casos para mobilizar os sentimentos de insegurança dos fazendeiros em prol de suas causas. Não à toa, as principais vozes contra a política de comutações partiram inicialmente das zonas de fronteira da cafeicultura. Ali, os altos índices de criminalidade foram explorados pelas frações ascendentes da classe escravista, menos representadas nas altas instâncias do Império. A crise, portanto, se desdobrava em dois tempos e duas escalas: nos ritmos e campos de batalha das fazendas nos municípios rurais; e nas temporalidades e espaços urbanos da política imperial.

Apesar das críticas à política das comutações e da crise instaurada, o imperador e as altas instâncias do judiciário constrangeram a pena de morte até o ponto de aboli-la *de facto* a partir de 1876. O arranjo institucional brasileiro permitiu que o centro político-administrativo conduzisse uma reforma penal simbólica em nível nacional, o que seria impensável dentro do federalismo e da democracia estadunidenses. É preciso pontuar, ainda, que a violência era sistêmica em ambas as sociedades, mas a cultura da pena de morte judicial era menos arraigada no mundo católico ibérico do que no protestantismo anglo-saxão. Por outro lado, apesar do relativo sucesso na derrocada das execuções públicas no Brasil, as comutações se limitavam a substituir a força pelas galés perpétuas, que estavam longe de representar uma punição branda. As penas corporais foram preservadas no país até 1886 e, embora mitigada, a draconiana Lei de 10 de junho de 1835 jamais foi revogada enquanto viveu a monarquia. O Império e a justiça imperial ostentavam publicamente a abolição do cadafalso, enquanto preservaram tantas outras barbáries e leis de exceção nos bastidores.

Até o início dos anos 1870, Vassouras parecia passar incólume pela crise. Com a alta dos preços do café, todavia, o influxo do tráfico interprovincial aumentou na região, assim com as pressões sobre os trabalhadores, forçados a extrair a máxima produtividade do solo exaurido da região. O número de fugas cresceu, junto dos crimes individuais, colocando o formalismo judicial dos vassourenses à prova. No dia 10 de julho de 1875, o feitor português Marcos Cardoso da Silveira foi assassinado a golpes de enxada. O acusado pelo crime também se chamava Marcos. Nascido em Pelotas, no Rio Grande do Sul, ele se encontrava havia pouco mais de um mês nas propriedades de seu novo senhor, e havia apenas duas semanas na fazenda de Matacães, sob a supervisão do feitor. O conflito ocorreu em um sábado à noite, quando Marcos aproveitou o tempo livre e deixou a fazenda para afinar sua viola sem pedir autorização ao feitor. No retorno, ele se atrasou para a forma e Silveira ameaçou puni-lo. Marcos retorquiu que seu senhor o autorizava a tocar o instrumento e que não merecia ser castigado em dia santo, propondo que aguardassem o retorno do fazendeiro para mediar a situação. O escravizado acionou as normas da fazenda e colocou o feitor em seu lugar. Contestado em sua autoridade, Silveira seguiu Marcos e invadiu seu compartimento na senzala, dizendo “*quem governa aqui sou eu e não seu senhor e saia cá pra fora*”. Foi um passo em falso. Com dois golpes de foice, o feitor estava morto.⁴⁵³

⁴⁵³ Processo Criminal por Homicídio, réu Marcos (Pelotas), 1875. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

No inquérito, a autoridade policial assumiu as dores do feitor, denunciado que “o escravo insubordinado atirou-se contra o seu feitor sem que estivesse sofrendo punição, a qual com justiça seria infligida pelo encarregado de manter a disciplina da fazenda”. Em juízo, Marcos narrou sua versão dos fatos, recorrendo aos costumes da fazenda e acusando as injustiças do feitor. A discussão e o confronto tiveram início no terreiro do quadro central da fazenda, espaço disciplinar por excelência. Quando Marcos se retirou para as senzalas naquele sábado à noite, recorreu ao continuum espaço-tempo que regia sua precária autonomia. Em único passo porta adentro, Silveira atravessou uma das fronteiras das geografias da escravidão. O feitor pretendia impor sua autoridade em plena senzala. Em território inimigo, perdeu o jogo e a vida. Em suas últimas palavras no tribunal, Marcos tentou se justificar acusando a violência do feitor, que “*constantemente prometia-lhe pancadas.*” Não bastou. Incurso na Lei de 10 de junho de 1835, ele foi condenado pelo júri e o juiz o sentenciou às galés perpétuas.⁴⁵⁴

A decisão preservou o precedente do tribunal e se alinhou à jurisprudência das cortes superiores e da política das comutações. Por convicção ou conveniência, os juízes que presidiam os júris no Vale do Paraíba tenderam a condenar os réus condenados por crimes capitais à segunda pena mais grave do ordenamento. Naquele mesmo ano de 1875, dois escravizados foram acusados de crimes semelhantes e condenados às galés perpétuas em Bananal. Em agosto, um réu foi sentenciado à morte em Valença, mas teve a pena comutada. Com o aumento dos crimes e a maior repercussão na imprensa, a opinião pública nos municípios começou a questionar a tradição dos tribunais e os jurados passaram a flertar com ilegalidade. Em 1877, um escravizado acusado da morte de um feitor em Bananal não foi incurso na Lei de 10 de junho de 1835 devido à desqualificação da vítima, descrita como um homem “*livre que o castiga[va]*”. O réu foi enquadrado no crime do artigo 193 do Código Criminal e sentenciado à pena de 150 açoites e ferros nos pescoços. Era a jurisprudência de Campinas que se tornava a norma.⁴⁵⁵

Em meados de 1876, o governo decidiu circular um aviso entre os magistrados dos municípios rurais, questionando sobre o aumento dos crimes e sobre a possível

⁴⁵⁴ O caso foi analisado em relação aos protocolos espaciais da fazenda por Rafael Marquese em “O Vale do Paraíba Cafeeiro e o Regime Visual da Segunda Escravidão: O Caso da Fazenda Resgate”. *Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material*, 18(1), 2010, 83-128, em especial nas páginas 98 e 99. Sobre a dimensão espacial dos conflitos nas fazendas, ver ainda Marco Aurélio dos Santos. *Geografia da Escravidão no Vale do Paraíba Cafeeiro*, 2016.

⁴⁵⁵ Ver os casos nos Relatórios dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro, 1876 e 1877, e Relatórios do Ministério da Justiça, 1876 e 1877.

relação com a promulgação da Lei de 28 de setembro de 1871. Em sua resposta, enviada dia 22 de junho, o juiz de Vassouras Eduardo Pindahiba de Mattos ofereceu o seu parecer.

Que espalhando-se entre os escravos de muitas fazendas deste município, a ideia de que por essa Lei, sua Majestade o Imperador libertara todos os escravos, e que só por despotismo dos senhores é que ainda se conservam no cativeiro, muitos deles se tem mostrado ainda mais desobedientes e altaneiros, e daí se tem originado alguns crimes. Assim é que alguns, fugindo das fazendas, se me tem vindo apresentar queixando-se, sem motivo, de seus senhores, e dos administradores e feitores, expendendo a ideia que deixo consignada.⁴⁵⁶

Nos termos do magistrado, a interferência da lei estremecera as relações entre casas grandes e senzalas. Mas a libertação do ventre cativo explicava apenas a desobediência e as queixas públicas. A origem dos crimes era outra.

Em verdade, porém, o que mais tem influído neste município para a reprodução de tais crimes, é a convicção que reina entre os escravos de que – já não há mais – força – para eles, e que quem mata seu senhor, feitor ou administrador vai trabalhar par ao rei em uma ilha [presídio de Fernando de Noronha] -, o que consideram eles mil vezes preferível ao cativeiro. É tão certa esta crença, que tem aqui acontecido voltar ao júri por um segundo município, escravo que pelo primeiro foi apenas condenado a açoites, tendo ele declarado na cadeia que matara pela segunda vez para ser condenado à galés, como haviam sido os seus parceiros. Em interrogatório perante o júri tem havido declaração como essas a que tenho me referido. A tais ideias pois, mais do que à lei de 1871, se pode atribuir o aumento de crimes dessa ordem no município.⁴⁵⁷

A opinião do juiz não era neutra. Ele reproduzia o argumento dos políticos conservadores à época, que evitavam responsabilizar a Lei de 28 de setembro de 1871, promulgada sob a regência do partido, e criticavam a política de comutações sem nomear o imperador. No ano seguinte, o Chefe de Polícia da Província de São Paulo, Elias Antônio Pacheco e Chaves, pronunciou-se sobre os crimes e julgamentos recentemente ocorridos no município de Campinas, denunciando a desmoralização da justiça.

Esta prejudicialíssima tendência tem levado o júri a criar circunstâncias para desclassificar os crimes. No município de Campinas mais que em nenhum outro o mesmo tribunal tem negado a qualidade de feitor ou senhor na pessoa do ofendido e também reconhecido a atenuante da minoridade, mesmo contra a evidência das provas, a fim de obter a conversão da pena de galés em açoites. Isto é suficiente para demonstrar a reforma penal de que precisamos.⁴⁵⁸

⁴⁵⁶ Parecer do Juiz de Vassouras, Eduardo Pindahiba de Matos, 22 de junho de 1876, *apud* João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, pp. 299-300.

⁴⁵⁷ Idem.

⁴⁵⁸ Relatório do Chefe de Polícia da Província de São Paulo, 1877. O relatório foi citado anteriormente em Celia Azevedo. *Onda Negra, Medo Branco*, pp. 165-166. Para uma interpretação alternativa sobre os usos retóricos da resistência escrava por facções políticas, ver Jonas Marçal de Queiroz. “Escravidão, Crime e Poder: A “Rebeldia Negra” e o Processo Político da Abolição”. *Revista de História Regional*, 13(2), 2008, 7-45.

Pacheco Chaves também tinha lado. Membro do Partido Conservador, ele apelava aos sentimentos aflorados de sua base eleitoral ao mesmo tempo em que atribuía ao tráfico interprovincial, e não à Lei do Ventre Livre, a responsabilidade pela insubordinação nas fazendas. Os fazendeiros de Campinas, por sua vez, convertiam os crimes em um capital político contra as comutações e o próprio imperador. No ano de 1876, dois fazendeiros foram assassinados no município paulista. Em um dos casos, nove escravizados foram levados a julgamento pela morte de um fazendeiro da proeminente família Salles. Seguindo a jurisprudência do tribunal do júri de Campinas, eles foram condenados por crimes comuns e sentenciados a penas corporais. Restituídos à fazenda, dois dos réus morreram em menos de um ano. Cada vez menos comprometidos com a monarquia, os fazendeiros fundaram, naquele mesmo ano de 1876, o Clube da Lavoura de Campinas, que amplificou suas vozes no Império. Entre as diretrizes da agremiação, estava a defesa dos interesses da agricultura escravista, que incluía a segurança dos senhores e de suas famílias contra a onda de insubordinação e de criminalidade na região.⁴⁵⁹

O aumento dos crimes e das críticas forçou o Ministério da Justiça a se pronunciar sobre o assunto. Em seu relatório de 30 de maio de 1877, o ministro Januário da Gama Cerqueira lamentou “*o grande número de crimes perpetrados, desde certo tempo, por escravos contra seus senhores, feitores ou contra terceiros*”, cujo objetivo seria “*unicamente com o intuito de trocarem, seus autores o cativeiro pela servidão da pena*”. O ministro descreveu a crise da pena de morte como uma tendência mundial, decorrente do reformismo penal. Mas reconheceu a ineficácia da pena de galés contra “*aquela classe, sobra a qual não atua pelo exemplo e intimidação, mas antes parece influir como atrativo e esperança de melhoramento.*” Reproduzindo o contorcionismo retórico típico das autoridades imperiais, o ministro declarou repugnar “*por odiosa, qualquer lei penal de exceção*”. Mas a legislação brasileira se referia a um fato social que, embora em declínio, subsistia. Em outros termos, enquanto subsistisse a escravidão, a exceção permaneceria regendo a lei e ditando a regra. Com meias palavras, o ministro se esquivou de uma defesa aberta da pena de morte, mas deixou as entrelinhas a quem quisesse ler. Acenava com uma mão aos fazendeiros que reivindicavam o cadafalso e, com a outra, à burocracia imperial, sem tomar medida alguma.⁴⁶⁰

⁴⁵⁹ Ver Maíra Chinelatto Alves. *Quando Falha o Controle*, pp. 161-202; e Maria Helena Machado. *Crime e Escravidão*, pp. 89-98.

⁴⁶⁰ Relatório do Presidente do Ministério da Justiça, 1877.

A questão da pena de morte não foi pacificada pelos tribunais superiores e nem resolvida no campo da política. O imperador e a maioria dos membros da Seção de Justiça do Conselho de Estado não recuaram na política de comutações. Apesar de alguns discursos e esforços, tampouco os Ministros da Justiça de governos liberais ou conservadores conseguiram implementar reformas na Lei de 10 de junho de 1835 ou na pena de galés que resolvessem o imbróglio. A questão ficou a cargo dos juízes e tribunais de primeira instância, mais suscetíveis às pressões locais e reféns das decisões soberanas do júri. A corte de Campinas firmou o precedente judicial, condenando réus confessos de crimes capitais por delitos menores, sujeitando-os a penas corporais e restituindo-os aos senhores. Na ausência da pena capital, primavam pelo princípio da propriedade privada e pela jurisdição dos tribunais domésticos. Outras cortes do Vale do Paraíba já cediam à ilegalidade, mas os juristas de Vassouras resistiam, até que uma onda de crimes varreu as suas freguesias, levando consigo o verniz de legalidade que ainda restava.

Entre dezembro de 1876 e fevereiro de 1878, sete feitores sofreram ataques nas fazendas do município. A convocação de emergência do tribunal do júri de Vassouras se tornou rotina. Todos foram crimes individuais e ao menos três dos réus seguiram os passos pioneiros de Manoel Maranhão, deixando as fazendas e se entregando voluntariamente à justiça. Em um período de doze meses, foram registrados tantos crimes capitais em Vassouras quanto nos doze anos mais tensos das décadas de 1830 e 1840. A repetição do enredo, do crime à confissão, sugere que as redes de comunicações dos escravizados estavam por trás do fenômeno e que o desfecho dos julgamentos era de conhecimento geral nas senzalas.

Na noite de 31 de dezembro de 1876, Thomas se apresentou ao subdelegado da freguesia de Mendes e confessou ter atirado no feitor Antônio Justino de Lima, que sobreviveu. Nascido na Bahia década de 1840, Thomas compartilhou a travessia de milhares de homens e mulheres das províncias do Norte. Havia 12 anos que ele chegara à fazenda de Francisco de Paula Valle. O feitor, por sua vez, vindo de Minas Gerais, fora contratado apenas um mês antes. Chamado a depor, ele atribuiu o tiro aos castigos que lhe aplicara por não ter comparecido à forma, enquanto Thomas justificou o ataque pelo ciúme do feitor em relação a uma mulher cativa que lhe era próxima. O júri o condenou nos termos da Lei de 10 de junho de 1835 e o juiz o sentenciou às galés perpétuas. Na cadeia, Thomas conheceu Malachias, um homem africano de nação Benguela acusado da morte de um feitor português de idade avançada. O réu se encontrava fugido e, na iminência da captura, cometeu o crime. O júri inovou ao condenar Malachias por um

crime comum, nos termos do artigo 193 do Código Criminal. Era o mesmo precedente do tribunal de Campinas, mas o juiz preservou a jurisprudência de sua corte e também o condenou às galés perpétuas.⁴⁶¹

Em uma reportagem alarmante, o jornal *O Município* publicou um texto crítico do dia 15 de julho, intitulado, em letras garrafas “A CONDENAÇÃO DOS ESCRAVOS”, denunciando os “*frequentes atentados ultimamente cometidos por escravizados nas pessoas de seus senhores e prepostos reclamam dos altos poderes do Estado prontas e enérgicas medidas.*” Os redatores compartilharam da opinião hegemônica entre os conservadores e não atribuíam à Lei de 28 de setembro de 1871 a causa dos crimes.

Outros são pois os motivos que atuam no espírito naturalmente acanhado desses infelizes e embrutecidos por sua própria condição, figurando incontestavelmente no primeiro plano a crença errônea de que a pena de galés perpétuas, quase sempre imposta aos crimes dos escravos, é uma escravidão mais suave do que a que eles suportam sob o domínio particular. Convictos de que, uma vez condenados, não mais tornarão ao poder de seus senhores, e de que entrarão na ordem dos homens livres, se forem agraciados pela clemência imperial, os míseros escravos lançam-se desatinados na carreira do crime, quase sempre sem motivo conhecido, entregam-se voluntariamente à ação da justiça, confessam com cínica desfaçatez o crime, o aguardam tranquilos a inevitável condenação. (...) Causa horror o número assombroso das recentes condenações; as penitenciárias regurgitam de sentenciados escravos a ponto tal que, por falta de lugar, foram devolvidos da capital da província para a cadeia desta cidade três escravos condenados pelo júri nas sessões dos dias 2, 3 e 5 de abril do corrente ano.⁴⁶²

Diferentemente do que bradavam outros críticos, os redatores não defenderam o retorno da pena de morte, mas uma reforma penal que retirasse a pena de galés do rol de punições atribuídas aos réus escravizados, “*que anseiam por ela*”. No seu lugar, reivindicaram a construção de colônias penais rurais, onde os condenados seriam submetidos a uma disciplina severa e a trabalhos que lhes eram familiares, em vez de lotarem cadeias ou trabalharem em serviços urbanos. Segundo o jornal, somente o regime contínuo de trabalhos e lições de moral e religião poderiam corrigi-los. Assim, poriam fim “*à vertigem sanguinária que obceca a população escrava*”. Para desgosto dos redatores, a reforma não veio e mais casos estamparam as páginas do jornal nos meses seguintes. Na manhã do dia 24 de setembro, Faustino se entregou às autoridades de Vassouras, confessando o assassinato do feitor João Jacinto França na fazenda São João. Ao anunciarem o crime, os redatores d’*O Município* lembraram os leitores que “*rara é a semana em que não se registrem fatos destes, notando-se que os criminosos vêm sempre*

⁴⁶¹ Processo Criminal por Homicídio, réu Thomas (Bahia), 1877. Processo Criminal por Homicídio, réu Malachias Benguela, 1877. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

⁴⁶² *O Município*, edição de 15 de junho de 1877.

*espontaneamente entregar-se à prisão. Se eles contam com a bondade do júri, e com a munificência imperial, e julgam a pena de galés igual a uma carta de liberdade”.*⁴⁶³

A estratégia d’*O Município* foi atribuir a responsabilidade ao governo, e não ao imperador, preservando a postura comum aos conservadores. Um mês depois, o jornal anunciava a morte de mais um feitor português, chamado, Antônio Ferreira da Costa, cometido pelo cativo Brás. Nascido em Pati do Alferes, o réu tinha apenas dez anos de idade quando foi comprado e levado para a fazenda Floresta, onde viveu por mais dez anos. A vítima havia sido contratada havia apenas dois meses. Outros escravizados reportaram o feitor como um homem bondoso, que lhes dava fumo e aguardente, mas Brás disse que a cisma com ele era pessoal. Por cinco vezes, Costa já o havia açoitado antes do dia 27 de outubro, quando tentou puni-lo uma sexta e última vez. O feitor chamou por Brás, que disse não ter ouvido. Na primeira relhada, o escravizado revidou com um golpe de enxada. Em juízo, mais um réu recorreu ao argumento do castigo injusto, mas não convenceu os jurados. O promotor pediu sua condenação à pena de morte, como incurso no artigo 1º da Lei de 10 de junho de 1835. Os jurados concordaram com a acusação e, novamente, o juiz decidiu pelas galés perpétuas. Dias antes da condenação, os redatores d’*O Município* se dedicaram mais uma vez ao tema.⁴⁶⁴

A SITUAÇÃO DOS FAZENDEIROS EM RELAÇÃO A SEUS ESCRAVOS. Por mais de uma vez, noticiando crimes perpetrados por escravos nas pessoas de seus feitores ou administradores, quer neste, quer nos municípios vizinhos, temos feito sentir a necessidade de adotarem-se medidas que garantam os proprietários de escravos e seus prepostos nas fazendas rurais. Temos porém, clamado em vão, e conosco outros órgãos da imprensa da Província, nenhuma providência que nos conste, foi até o presente tomada por quem tem o dever de velar pela vida de tantos cidadãos constantemente ameaçados e pela sorte da principal fonte de nossa riqueza pública. Entretanto a situação dos fazendeiros em relação a seus escravos piora de dia a dia; o sobressalto é geral, em vista da atitude que os escravos vão tomando. (...) Até o presente nada se fez no sentido de garantir os fazendeiros e suas famílias, que a todo o momento veem ameaçadas sua existência e segurança pessoal.⁴⁶⁵

Na mesma edição de 11 de dezembro de 1877, *O Município* lembrou o crime de Rogério, condenado à morte pelo júri de Vassouras pelos ferimentos graves produzidos no feitor da fazenda de seu senhor. Foi o único caso desde a década de 1850 em que um réu escravizado foi condenado à pena máxima em Vassouras—e por um crime tentado.

⁴⁶³ *O Município*, edição de 30 de setembro de 1877.

⁴⁶⁴ *O Município*, edição de 13 de dezembro de 1877; Processo Criminal por Homicídio, réu Brás (Crioulo), 1877. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

⁴⁶⁵ *O Município*, edição de 11 de dezembro de 1877.

No entanto, na mesma página de rosto em que publicaram seu manifesto, os redatores anunciaram que o poder moderador comutara a pena e que Rogério se tornaria de galé por toda a vida. A sentença destoava da jurisprudência da corte, aparentemente pela reincidência do réu, mas sugere a saturação dos jurados e dos juízes com o número e o padrão dos crimes no município. Outros estavam por vir. Poucas semanas depois, o mesmo jornal informava o espancamento do feitor José de Mattos Duarte.⁴⁶⁶

O ano de 1877 foi particularmente movimentado nas fazendas e nos tribunais do Vale do Paraíba. Crimes semelhantes aos ocorridos em Vassouras ocorreram em Bananal, Cantagalo e Nova Friburgo. Nesse último município, mencionado na reportagem, dez escravizados se entregaram ao delegado de polícia e confessaram o assassinato de um fazendeiro. Houve ainda uma insurreição suprimida em Campos dos Goytacazes, onde o cativo Manoel do Sacramento *“todas as noites fazia leituras de escritos incendiários e os explicava aos parceiros, incutindo-lhes ideias de liberdade”*. No início de fevereiro de 1878, foi a vez de Graciano percorrer as ruas de Vassouras rumo à cadeia. Ele nasceu em Pernambuco, mas desde os quinze anos de idade vivia na fazenda da Paraíba, onde conheceu seu parceiro Agostinho, que fora trazido de Alagoas. Os dois nortistas tinham uma relação amistosa até que o fazendeiro libertou Agostinho e o nomeou feitor. A estratégia senhorial surtiu efeito e estremeceu a solidariedade nas senzalas.⁴⁶⁷

Assumindo o sobrenome da família proprietária, o agora Agostinho de Freitas teve de firmar a sua autoridade sobre seus antigos parceiros. Oito dias antes do crime, os trabalhadores se queixaram ao feitor da qualidade da comida, que lhes respondeu com o relho. A maioria fugiu para tomar padrinho, mas Graciano ficou para trás e ouviu do feitor que *“havia de pagar por todos os seus parceiros, sendo castigado por 4 dias.”* Ele então concluiu que *“se havia de morrer, o feitor também não ia ficar vivo.”* No dia 9 de fevereiro, Graciano se escondeu atrás de um cafezal e atacou o feitor, que saiu apenas ferido, e depois fugiu em direção à cidade de Vassouras. O promotor pediu sua condenação nos termos da segunda parte do artigo primeiro Lei de 10 de junho de 1835, que determinava que *“se o ferimento, ou ofensa física forem leves, a pena será de açoites à proporção das circunstâncias mais ou menos agravantes”*. Em juízo, o réu Graciano se justificou perante os jurados acusando a violência injusta do feitor, dizendo que desde

⁴⁶⁶ Petição de Graça, réu Rogério, 1877. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras); *O Município*, edições de 11 e 30 de dezembro de 1877.

⁴⁶⁷ Relatórios do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1877 e 1878. Relatórios do Ministério da Justiça, 1877 e 1878. Processo Criminal por Homicídio (Tentativa), réu Graciano (Pernambuco), 1878. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

que assumira o posto em outubro “*não se passava dias sem castigar muito os escravos a ponto de ter ficado um parceiro seu sem poder trabalhar.*” Os jurados acataram os termos da acusação e Graciano foi sentenciado a sofrer 300 açoites.⁴⁶⁸

A pena era rigorosa e desdenhava da recomendação do poder judiciário para que não se ultrapassasse o número de 200 açoites. Mas chama a atenção o novo precedente do tribunal de Vassouras. Pela primeira vez, um réu acusado de um crime capital fora condenado à pena de açoites. Na cadeia, Graciano sofreu seis sessões de 50 açoites cada ao longo de semanas. Por fim, teve um ferro preso ao seu pescoço e foi enviado de volta à fazenda, onde o chicote de Agostinho ainda o aguardava. É possível que o tribunal tenha abdicado das penas mais duras pelo fato de o crime não ter sido consumado. Ou então, os jurados não se identificaram com a cor da pele da vítima. De todo modo, depois da onda de crimes, encurtava-se a distância entre Vassouras e Campinas.⁴⁶⁹

O último triênio da década de 1870 foi particularmente tenso nos recantos rurais da grande lavoura e na Corte. O retorno dos liberais ao poder inverteu o tabuleiro da política nacional e os conservadores mudaram o tom, inclusive recorrendo a criminalidade escrava como arma retórica contra o novo gabinete. Assim como ocorrera no Sul dos Estados Unidos na década de 1850, o jogo da política se alimentava das tensões das comunidades locais, ao mesmo tempo em que as retroalimentava. Outra semelhança diz respeito à ascensão dos movimentos abolicionistas nacionais que, embora pertencentes a diferentes tempos, produziram efeitos comuns, como a atribuição de maior significado político à resistência escrava. A radicalização dos ativistas estadunidenses a partir de 1854 coincidiu com o reacionarismo dos escravistas e a escalada punitivista dos tribunais do Vale do Mississippi. O abolicionismo brasileiro foi tardio e deu seus primeiros passos nos anos 1860, adquirindo a forma de um movimento social orgânico precisamente nos anos finais da década de 1870. Ameaçados em sua hegemonia no mundo dos livres, os fazendeiros do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista promoveram a sua guinada reacionária em diferentes frentes na arena nacional.

Os representantes políticos do cativeiro disputaram com os abolicionistas as sensibilidades movidas com o tema da segurança pública. Na imprensa e nas cidades, esses porta-vozes legitimavam sua causa exigindo uma reforma penal, enquanto os fazendeiros restauravam a ordem rural à margem da lei. No Sul dos Estados Unidos, o

⁴⁶⁸ Processo Criminal por Homicídio (Tentativa), réu Graciano (Pernambuco), 1878. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

⁴⁶⁹ Idem.

aumento da criminalidade escrava mobilizou comunidades livres a pressionarem as instituições pela retomada das execuções públicas da pena de morte. Devido à centralização administrativa e judiciária do Império, os escravistas brasileiros não tiveram o mesmo sucesso. Eles então apelaram às pressões típicas do mandonismo e do clientelismo rurais para fazer valer a sua justiça, dobrando jurados, juízes e a lei. O tribunal do júri de Vassouras resistiu mais do que outros. No entanto, depois da onda de crimes de 1876-1878 ele dava sinais de que cederia aos subterfúgios de outras cortes, ainda mais quando um crime-limite colocou seu legalismo à prova.

No primeiro dia do mês de outubro de 1879, Gil, Manoel, Quintiliano, Marciano e Joaquim marcharam armados com paus por uma estrada entre a fazenda de São João da Barra e a cidade de Vassouras. No caminho, se depararam com seu proprietário, Antônio de Souza Guimarães. Segundo uma testemunha que o acompanhava, eles passaram reto pelo senhor sem lhe dirigir a palavra. Nem o salvaram e nem tiraram o chapéu. Quando o fazendeiro estancou seu cavalo à frente deles, perguntando aonde iam, foi o africano Gil quem lhe respondeu, dizendo que se entregariam à polícia. Em suas palavras, o senhor tinha ido buscar o feitor para acabar com eles, mas foram eles que acabaram com o feitor. Gil então tocou seus parceiros, que apertaram o passo rumo à cidade, enquanto Guimarães os seguia. Chegando à cadeia, depuseram os paus e foram recolhidos a uma cela.⁴⁷⁰

Mapa da região de Vassouras e das imediações da Fazenda de São João da Barra.⁴⁷¹

⁴⁷⁰ Processo Criminal por Homicídio, réus Gil (Mina) e Manoel (Crioulo), 1879. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras). O caso também, foi analisado por Bryan McCann, em "The Whip and the Watch". *Slavery & Abolition*, pp. 37-39.

⁴⁷¹ Fonte: GoogleMaps, edição do autor.

Desde o início do ano de 1879, as tensões políticas se agravavam. O movimento abolicionista dava passos largos na Corte e em capitais como São Paulo, e as fugas e crimes ocorridos nas províncias cafeeiras estampavam as páginas dos jornais. Os assassinatos de feitores prosseguiram na Bacia do Paraíba e réus confessos se apresentaram às autoridades de Paraíba do Sul, Campos dos Goytacazes e Resende. No último município, doze escravizados assumiram o crime diante do delegado de polícia. No Oeste Paulista, mais um feitor veio à lona em Campinas, mas foi o assassinato de uma família inteira em Itu, cometido por Nazário, que repercutiu em todo o país—tanto os horrores do crime quanto da reação de uma multidão enfurecida que invadiu a cadeia, trucidou o preso e arrastou seu cadáver pela cidade. Naqueles mesmos anos, os jornais brasileiros vinham estampando os linchamentos e a violência racial no Sul dos Estados Unidos, sem suspeitar que inspirariam uma outra justiça de exceção no seu próprio país.⁴⁷²

Contudo, o caso de Gil, Manoel, Quintiliano, Marciano e Joaquim era tão ou mais grave e foi único na história recente de Vassouras. Desde a Revolta de Manoel Congo, em 1838, nenhum outro bando de homens escravizados caminhou portando armas pelas vizinhanças do município. Um único precedente similar ocorreu em 1844, na fazenda do capitão Marcelino José de Avellar, quando dezenas de escravizados surraram o feitor. E mesmo nesse caso, eles fugiram em seguida buscando ser apadrinhados por proprietários vizinhos. Naquele 1º de outubro de 1879, cinco escravizados conspiraram a morte do feitor e conduziram um pequeno levante, confrontando armados o seu senhor. Contestaram a soberania dos fazendeiros, entregando-se à justiça.⁴⁷³

A autoridade policial então abriu o inquérito. Entre os réus confessos, apenas Gil fez a travessia entre a África e o Brasil, da Costa da Mina ao Vale do Paraíba, e vivia na fazenda havia mais de seis anos. Os demais eram todos crioulos. Manoel nasceu em Queimados, na província fluminense, e já vivia em Vassouras havia muito tempo. Mas foi apenas em janeiro que chegou à fazenda e, em questão de meses, foi nomeado capataz. Joaquim nasceu na Bahia, sendo o único que viveu a travessia do tráfico interprovincial,

⁴⁷² Sobre o crime de Nazário em Itu, ver Jonas Marçal Queiroz. *Da Senzala à República: Tensões Sociais e Disputas Partidárias em São Paulo*. Dissertação de Mestrado defendida na Unicamp em 1995, pp. 225-248; e do mesmo autor “Escravidão, Crime e Poder: A “Rebeldia Negra” e o Processo Político da Abolição.” *Revista de História Regional*, pp. 7-45. Ver ainda as referências ao caso em João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, pp. 302-303; e de Ricardo Pirola. *Escravos e Rebeldes nos Tribunais do Império*, pp. 279-280. Sobre os crimes ocorridos em Paraíba do Sul, Resende e Campos dos Goytacazes, ver os Relatórios dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro, de 1878 a 1880, e os Relatórios do Ministério da Justiça, de 1878 a 1880.

⁴⁷³ Processo Criminal por Homicídio, réus Gil (Mina) e Manoel (Crioulo), 1879. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

e estava na propriedade havia muitos anos. Quintiliano e Marciano eram “*crias da fazenda*”, como disseram. Não se sabe a idade de Gil à época, mas a origem africana indica que ele fosse um dos mais velhos e os fatos lhe atribuem a liderança do levante. A vítima era José de Bastos Oliveira, que exercia a função de feitor na fazenda desde o início do ano, embora tivesse se afastado por algumas semanas antes de sua morte para responder por um crime no tribunal de Iguazu. Sua breve ausência foi celebrada nas senzalas, devido à fama de um feitor mau que abusava dos castigos.⁴⁷⁴

Gil detalhou as violências do feitor, que “*empregava castigos severos de chicote e palmatória a ponto de feri-los nas nádegas e costas onde muitas vezes criavam bichos e muitas vezes empregava a palmatória nas solas dos pés a ponto de caírem*”. Na sua ausência, Manoel assumiu as chaves das senzalas e a feitoria de seus parceiros. Mas ele perdeu o posto quando Bastos retornou à fazenda “*para ensinar os escravos*”, como testemunharam os réus. Era temporada da colheita e os trabalhadores sabiam o que isso significava. Eles então conspiraram a morte do feitor assim que o primeiro fosse castigado. No dia do crime, todos partiram para a roça. Quando Bastos questionou os serviços de Manoel e desceu o chicote sobre suas costas, foi Gil quem revidou com o olho de sua enxada. Manoel aplicou então o segundo golpe, seguido pelos demais. Quintiliano assumiu ter atingido o feitor ainda vivo, enquanto as pancadas de Marciano e Joaquim teriam ocorrido quando já estava morto, o que ambos confirmaram. Segunda uma testemunha, após o assassinato, eles disseram aos demais parceiros da fazenda que “*quem nos quiser acompanhar para a Polícia vinha que ficamos forros*.” Com as foices em punho, foram até a casa do antigo subdelegado, que não exercia mais a função e não pode prendê-los. De lá seguiram para a residência do atual, que não se encontrava. Foi então que decidiram pelo caminho mais longo, e arriscado, em direção à cidade de Vassouras.⁴⁷⁵

O caso era grave e poderia ser enquadrado como crime de insurreição, nos termos do artigo 113 do Código Criminal. Mas as autoridades policiais e o promotor preferiram um outro caminho. Apenas Gil e Manoel pronunciados, alegando-se que “*os escravos Quintiliano, Marciano e Joaquim vieram depois exercer sevícias em um cadáver, pelo que escapam às previsões da nossa lei penal se bem que procurassem açodadamente colocar-se sob a ação da justiça, que lhes afigura mais favorável que a do cativo*.” O

⁴⁷⁴ Idem.

⁴⁷⁵ Ibidem. Ver ainda a interpretação do mesmo caso por Nilo Batista. “Pena Pública e Escravidismo”. In: Gizlene Neder (org.). *História e Direito: Jogos de Encontros e Transdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Renavan, 2007, pp. 27-64.

fazendeiro Antônio de Souza Guimarães também moveu as suas peças no tabuleiro judicial. Ele contratou um advogado renomado para a defesa dos réus e, em seu depoimento, negou que Bastos fosse empregado da fazenda. Fora no passado, mas no dia do crime estava apenas hospedado na propriedade, o que foi corroborado por uma série de testemunhas—todos lavradores vizinhos do fazendeiro. Eles sequer se deram ao trabalho de explicar por que o hóspede portava o açoite na lavoura naquele dia.⁴⁷⁶

Gil e Manoel permaneceram no pavimento inferior da Casa de Câmara e Cadeia de Vassouras por quase dois meses, até que finalmente foram conduzidos ao piso superior para responderem pelo crime. No salão principal, eles assistiram às falas de seu advogado e das testemunhas de defesa, que desqualificaram a condição da vítima. Eram todos fazendeiros, assim como muitos dos jurados que os miravam de esguelha. Chegada sua vez de serem inquiridos, Manoel e Gil refutaram a tese de seu próprio advogado, reafirmando que Bastos era o feitor da fazenda. A cena era inusitada. Os réus contradiziam as testemunhas que depunham, em teoria, em sua defesa. Diante do teatro armado e novamente à vista do fazendeiro que os possuía, tanto Gil quanto Manoel responderam afirmativamente ao último quesito que lhes foi perguntado. O escrivão resumiu as duas respostas nos mesmos termos: *“o acusado julga tê-lo feito com tanta razão que não se arrepende do que praticou.”*⁴⁷⁷

Pela segunda vez, Gil e Manoel confrontavam publicamente a ordem dos fazendeiros, apelando à justiça e ao império da lei. Todavia, o promotor público cedeu ao contorcionismo jurídico de outros tribunais. Os réus foram pronunciados pelo crime do artigo 193 do Código Criminal, à revelia da Lei de 10 de junho de 1835. Os jurados então se retiraram à sala secreta, onde deliberaram sobre quesitos apresentados pelas partes. Responderam unanimemente que os réus eram escravizados de Guimarães, responsáveis pelas ofensas físicas provocadas na vítima, e que os ferimentos foram a causa da morte. Ao quarto quesito, no entanto, que questionava se o paciente era feitor da fazenda do senhor dos réus, nove jurados responderam que não. Sobre o ajuste prévio para o crime, de que tratou o quinto quesito, sete responderam que não. O júri de Vassouras condenou Manoel e Gil pelo crime comum de homicídio. Coube ao magistrado acatar os termos da decisão sentenciá-los na forma, e apenas na forma, da lei:

como incursos no grau médio do art. 193 do Código Criminal; e como não possam eles, ex vindo o art. 60 do citado código, (...) a sofrer a pena

⁴⁷⁶ Processo Criminal por Homicídio, réus Gil (Mina) e Manoel (Crioulo), 1879. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

⁴⁷⁷ Idem.

de quatrocentos açoites cada um, cumprida a qual serão entregues a seu senhor que fica obrigado a trazê-los com um ferro no pescoço por espaço de dois anos, pagas as custas pelo senhor dos referidos réus.⁴⁷⁸

O precedente de outras cortes escravistas, enfim, tornou-se jurisprudência no tribunal do júri de Vassouras. Por mais de dois meses, até o início de março de 1880, Gil e Manoel continuaram habitando as celas da cadeia. Se ansiavam pela pena de galés, como acreditavam os fazendeiros, seu plano foi frustrado pelos jurados e pelo juiz. Nos dias seguintes, assistiram à chegada do escrivão à cela que vinha testemunhar a primeira parcela da penitência. Foram amarrados e despidos diante do carcereiro e sentiram cada uma das 50 chibatadas sobre a pele de suas nádegas. Um médico examinou os ferimentos e recomendou mais de dez dias de repouso para a cicatrização. Passadas duas semanas, o escrivão desceu novamente à cadeia e recomeçou o martírio. Por oito vezes, o enredo se repetiu até que, finalmente, a pena foi cumprida e os ferros foram presos aos seus pescoços com um cadeado. No mesmo dia, o fazendeiro Antônio de Souza Guimarães chegou à Casa de Câmara e Cadeia, assinou um termo de responsabilidade pela manutenção dos ferros por dois anos e teve restituída a sua propriedade.

No dia 12 de março, Gil e Manoel percorreram o caminho inverso, literal e simbolicamente, ao daquele fatídico 1º de outubro. Não era mais a marcha triunfal de cinco escravizados que desafiaram seu senhor com paus em punho, abandonando os domínios da fazenda em direção à tutela do Estado. Era a *via crucis* de dois homens duplamente condenados, que deixavam as grades de uma pretensa justiça rumo aos arbítrios de um outro poder soberano. O destino deles é desconhecido. Pela lei e à margem dela, foram julgados e severamente punidos. Se viveram ou morreram fazenda de São João da Barra, não se sabe.

O caso de Manoel e Gil marcou o fim de uma série de crimes em que réus confessos se apresentaram às autoridades judiciais de Vassouras. O julgamento deles, por sua vez, foi o primeiro de um novo ciclo de ilegalidades perpetradas pelo tribunal do júri da cidade. O número de crimes diminuiu e nenhum outro escravizado se entregou à justiça por um assassinato confesso a partir de então. Ao menos cinco crimes capitais foram levados a júri em Vassouras entre 1880 e 1886. Nenhum dos réus foi condenado à pena de morte ou às galés. Absolvidos ou condenados a penas corporais, todos foram devolvidos aos seus proprietários—ao menos os que sobreviveram ao julgamento. Há indícios de que a ilegalidade e a violência extrajudicial imperavam em Vassouras, ainda

⁴⁷⁸ Ibidem.

que de forma discreta se comparada aos linchamentos que se espalharam pelas vizinhas Paraíba do Sul e Valença. *Pari passu* com o fim da Reconstrução e com o início da era dos linchamentos raciais no Sul dos Estados Unidos, as comunidades livres do Vale do Paraíba estrearam seus próprios festivais de violência. Eles reproduziam em parte a ritualística da justiça popular estadunidense, que estampava os jornais brasileiros. A inspiração estrangeira pode ter contribuído na forma. Mas na essência, os linchamentos nos municípios cafeeiros responderam a uma crise política nacional e representaram uma nova forma de violência dentro dos termos tradicionais do racismo à brasileira. Linchavam-se criminosos, diriam, e não negros.

Em Vassouras, três dos seis crimes capitais ocorridos na derradeira década da escravidão merecem maiores detalhes. Em novembro de 1880, o médico Antônio Alves de Azevedo Nogueira foi alvejado por um tiro em sua fazenda Maravilha, acusando os escravizados Irineu e Bernardo de emboscá-lo. O promotor pediu a condenação de Bernardo nos termos da Lei de 10 de junho de 1835, poupando Irineu. As provas eram contraditórias, mas o fazendeiro foi firme na sua acusação. Ainda assim, Bernardo foi absolvido pelo júri. Pela primeira vez, o atentado à vida de um senhor culminou na absolvição de um réu escravizado em Vassouras. No mesmo dia, Bernardo retornou à fazenda Maravilha, onde o fazendeiro o aguardava. O segundo crime ocorreu nos últimos dias do mês de dezembro de 1881, quando mais um feitor foi morto. Quintiniano José da Silva fora contratada havia apenas sete dias e, tentando firmar sua autoridade, deu uma relhada em Simão por não ter lhe pedido licença ao passar. Em troca, recebeu uma pancada com uma mão de pilão e morreu. Simão nasceu no Rio Grande do Norte, antes de se tornar mais dos emigrados nos cafezais do Vale do Paraíba a cometer um crime capital.⁴⁷⁹

O promotor público pediu a condenação nos termos da Lei de 10 de junho de 1835, mas o inquérito policial classificou a vítima como mero empregado na fazenda e o advogado de defesa réu argumentou que o réu deveria ser pronunciado pela legislação comum. A estratégia surtiu efeito e o júri condenou Simão por homicídio. O juiz o enquadrrou no grau médio no artigo 193 do Código Criminal, e o réu foi sentenciado à pena de 100 açoites e ferros por um ano. O promotor protestou com sucesso por um segundo julgamento, mas o novo corpo de jurados reiterou o entendimento de seus

⁴⁷⁹ Processo Criminal por Homicídio (Tentativa), réus Bernardo e Irineu, 1880. Processo Criminal por Homicídio, réu Simão (Rio Grande do Norte), 1881. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

predecessores. Dessa vez, Simão foi sentenciado a 6 anos de prisão com trabalhos, convertidos a 300 açoites e ferros no pescoço.⁴⁸⁰

O crime de maior repercussão ainda estava por vir, assim como um dos julgamentos mais controversos do júri vassourense. No dia 25 de maio de 1883, o proprietário Leandro de Souza Freitas, de mais de 70 anos de idade, acompanhava a colheita do café em sua propriedade quando se deu conta da ausência de alguns trabalhadores. Já era noite e ele montou em seu cavalo para retornar à sede da fazenda, mas nunca chegou até lá. Na manhã seguinte, seu corpo foi encontrado na estrada de terra com muitas marcas de violência. As suspeitas recaíram sobre Vicente Cabeçudo e a João do Governo, e as investigações envolveram ainda seu parceiro Constantino e um homem livre chamado José dos Santos Lima. Segundo a acusação, os quatro conspiraram a morte do fazendeiro, que foi emboscado no caminho de casa, derrubado do cavalo e morto a pauladas. O crime escandalizou os fazendeiros de Vassouras, mas as peças devem ter demorado a se encaixar, pois o caso demorou quase um ano para ser julgado.⁴⁸¹

Entre fevereiro e março de 1884, José dos Santos Lima, Vicente e Constantino foram levados a júri. A morte de João do Governo na cadeia foi a primeira resposta da justiça aos anseios dos fazendeiros. O promotor contribuiu para o clima inquisitorial no tribunal, descrevendo de forma visceral o estado do cadáver da vítima. Em juízo, Vicente e Constantino disseram que o fazendeiro era como um pai, que não os forçava a dormir trancados e nem os castigava. Os jurados absolveram José dos Santos Lima, mas não chegaram a um consenso em relação aos réus escravizados. Eles responderam de forma unânime a três dos quesitos: os réus eram escravizados da vítima, as pancadas provocaram as ofensas físicas em seu corpo e elas foram a causa da morte. No entanto, divergiram na responsabilização dos réus pelas pancadas. Os jurados se retiraram para uma nova deliberação. Ao retornarem, o dissenso se manteve. Seis jurados atribuíram aos réus as pancadas e seis discordaram. Ao magistrado não coube outra saída. Pela segunda vez em quatro anos, a morte de um fazendeiro terminava sem a condenação dos réus escravizados. Foram dois casos seguidos no início daquela década de 1880 e os únicos desde a fundação de Vassouras em 1833.⁴⁸²

⁴⁸⁰ Processo Criminal por Homicídio, réu Simão (Rio Grande do Norte), 1881. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

⁴⁸¹ Processo Criminal por Homicídio, réus José dos Santos Lima, Vicente, João do Governo e Constantino 1883. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

⁴⁸² “Espetáculo horroroso! Cena comovente! Sobre um leito de pó e de sangue, sob o sereno frio de uma manhã de inverno, se achava com o crânio esmagado, as carnes mutiladas, com o rosto medonho aquele que em vida o teve sempre bondoso e franco. As lágrimas corridas dos olhos dos parentes, de amigos e dos

O promotor recorreu da decisão destilando sua indignação. Segundo ele, os jurados teriam confessado que os seis votos em favor dos réus eram na verdade contra a justiça, pois preferiram não condená-los nos termos da Lei de 10 de junho de 1835 já que a pena de morte não seria aplicada. Os réus permaneceram na cadeia por dois anos aguardando o julgamento do recurso, que anulou o primeiro julgamento. Quando a corte abriu as portas novamente para o caso, em julho de 1886, apenas Vicente percorreu as escadas entre a prisão e a sala do júri. Constantino também falecera em sua cela. A cadeia pública da cidade se transformara em um calabouço mortal. Ao menos três presos morreram em questão de meses naquela que fora a prisão-modelo do Vale do Paraíba. Aparentemente, outras justiças vigiam, por ação ou omissão, dentro dos muros do judiciário. Vicente foi pronunciado pela morte de Leandro Souza de Freitas como um homicídio comum, nos termos do artigo 193 do Código Criminal. A decisão do júri não foi conhecida, mas é provável que tenha sido condenado a açoites e ferros.⁴⁸³

Dos cinco crimes capitais levados a júri entre 1880 e 1886, dois culminaram na absolvição dos réus (ainda que um caso tenha sido revertido), dois foram condenados a penas corporais e um terminou com ao menos dois acusados mortos antes mesmo do trânsito em julgado. Entre 1886 e 1888, não foram identificados crimes contra senhores ou feitores no arquivo judicial ou nos jornais de Vassouras, e tampouco nos relatórios da província do Rio de Janeiro e do Ministério da Justiça. É possível que os ataques tenham declinado, mas o número de crimes cresceu em municípios vizinhos, como Valença, às vésperas da abolição. Os documentos do tribunal de Vassouras podem ter se perdido, mas o silêncio ecoa nos relatórios das autoridades policiais e administrativas da província, nos quais abundam casos em outras cidades do Vale do Paraíba. Existe, no entanto, uma

escravos eram o tributo de gratidão por aquele homem bom, eram o tributo de dor por aquela tragédia inesperada” Processo Criminal por Homicídio, réus José dos Santos Lima, Vicente, João do Governo e Constantino 1883. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

⁴⁸³ “A cadeia desta cidade é incontestavelmente uma das melhores da província. Acha-se em um vasto edifício, salubre, muito bem construído, possuindo toda a segurança e necessária subdivisão para a classificação dos reclusos. Possui além disso latrinas hidráulicas em todos os compartimentos, um grande pátio todo calçado de pedras, e aí um espaçoso tanque onde os presos se banham em dias alternados. Precisa, porém, de uma prisão solitária para os presos rixosos e turbulentos, segundo o que preceitua o art. 21 do regulamento das cadeias de 23 de fevereiro de 1843.” Relatório do Presidente de Província do Rio de Janeiro, 1879. “Tivemos ocasião de ver o preto Filipe, dois dias antes de morrer. Era deplorável o estado higiênico do local onde ele se achava; basta deixar-lhes que o pobre moribundo não tinha um lençol com que cobrir-se; a roupa que o vestia estava imunda; o corpo do doente parecia que não via água, desde muito tempo.” *O Vassourense*, edição de 11 de dezembro de 1886.

hipótese mais perturbadora do que a improvável diminuição dos conflitos nas fazendas do município durante a crise final da escravidão.⁴⁸⁴

Há indícios suficientes de que uma outra justiça reinava às sombras da casa grande, regida por uma ética do silêncio. Em suas memórias, Eloy de Andrade relatou o destino dos escravizados que assassinaram um fazendeiro em Juiz de Fora no ano de 1883. A família contratou um advogado de renome que convenceu os jurados a absolver os réus. De volta à fazenda, eles enfrentaram um outro tribunal.

Ao romper do dia, antes de seguirem para a roça, todos os escravos, em forma, assistiam aos castigos, pois deveriam ver a que ficariam sujeitos se quisessem imitá-lo.⁴⁸⁵

Eles “*morreram semanas depois sob castigos inenarráveis.*” O relato é apenas um entre tantos outros que revelam os arbítrios da justiça privada dos fazendeiros durante a crise da escravidão. Não há razões para supor que os vassourenses não compactuassem com os desmandos da classe à qual orgulhosamente pertenciam. Desde o crítico ano de 1877, o tribunal do júri da cidade abdicou aos poucos de seus precedentes em favor de manobras ilegais. Nas vizinhas Paraíba do Sul e Valença, os linchamentos se tornaram símbolos da crise da justiça imperial, mas a repercussão manchou os nomes desses municípios na opinião pública do país. Os fazendeiros de Vassouras se vangloriavam da autoimagem paternalista e conservadora, assim como de sua discrição. Diante da

⁴⁸⁴ A única condenação à pena de galés foi a de Sebastião, criminoso foragido desde 1867. No início de 1880, ele foi capturado e preso para responder pela morte do feitor Manoel Duarte Simões em 1866. Diferente do que ocorreu com o coautor Lúcio, ele não foi pronunciado pelo crime previsto na Lei de 10 de junho de 1835. Ele foi sentenciado à mesma pena de galés, mas nos termos do artigo 194 do Código Criminal. Processo Criminal por Homicídio, réu Sebastião, 1880. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras). Na mesma época do homicídio de Leandro de Souza Freitas, Marçal foi acusado da tentativa de assassinato do capataz Manoel, ambos escravizados. Em julho, o júri concluiu que não se tratava de um homicídio tentado. Ele foi condenado pelo crime tipificado no artigo 205 do Código Criminal, e sentenciado à pena de 50 açoites e ferros por um mês. Um ano depois, um crime análogo culminaria na absolvição do réu. O júri alegou que a agressão de João Crioulo ao capataz João Mina não passou de um acidente. Em ambos os casos, as vítimas eram negras escravizadas e sobreviveram à agressão. No entanto, os jurados esposavam uma brandura incondizente com a tradição da corte. Em meados de 1885, o feitor Antônio José Madureira foi encontrado morto em seu leito da fazenda de Francisca Augusta Nóbrega, em Pati do Alferes, mas seus assassinos não foram identificados—ou levados à justiça formal. Processo Criminal por Homicídio, réu Marçal, 1884. Processo Criminal por Homicídio, réu João Crioulo, 1885. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

⁴⁸⁵ Eloy de Andrade. *O Vale do Paraíba*, pp. 297-298. Em outro caso suspeito, ocorrido em agosto de 1881, o fazendeiro Sebastião Francisco de Correa foi atacado por seu cativo Manoel Antônio, que fugiu. Pouco depois, seu corpo foi encontrado pelo inspetor de quarteirão da freguesia de Ferreiros. De acordo com testemunhas, como o capataz da fazenda, Manoel Antonio abriu o próprio ventre com uma faca, cometendo suicídio. O caso era suspeito e foi aberto inquérito, mas ninguém foi punido. Real ou forjado o suicídio, o caso é revelador. Ou Manoel Antônio foi assassinado pelos capangas do fazendeiro, ou tirou a própria vida, temendo as consequências. Processo Criminal por Homicídio, réu Sebastião Francisco de Correa, 1881. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

radicalização dos abolicionistas e da rebeldia nas senzalas, eles rasgaram a fantasia da legalidade, assumindo, em seus tribunais privados de exceção, o que sempre fora a regra.

A Criminalidade Escrava e a Política da Resistência

A criminalidade e resistência dos escravizados foram dois fenômenos distintos que, em certos casos, convergiram em um só. Todos os crimes individuais possuíam causas e motivações de ordem particular e circunstancial, mas analisados em série eles revelam tendências e mudanças que marcaram as lutas cotidianas nas fazendas de café. Dessas, sim, depreendem-se uma política da resistência no Vale do Paraíba. Em junho de 1870, Manoel Maranhão assassinou o feitor que castigava sua esposa na fazenda de São Luiz do Massambará. Ele então caminhou por cerca de dezesseis quilômetros até chegar a Vassouras, onde se entregou às autoridades da cadeia pública. Em juízo, defendeu a justiça de seu crime como resposta à injustiça do feitor, nos termos de uma economia moral das fazendas. Nove anos depois, em outubro de 1879, Gil, Manoel, Quintiliano, Marciano e Joaquim foram os últimos a seguir os passos de Manoel, percorrendo os mais de quinze quilômetros que separavam a fazenda de São João da Barra e a cidade de Vassouras. Antes de partirem, assassinaram o feitor e convidaram seus parceiros para que se unissem a eles, pois seriam forros. No caminho, confrontaram seu senhor armados com paus e apenas os depuseram diante de outra autoridade: o Estado, representado na mesma Casa de Câmara e Cadeia que abrigara Manoel e tantos outros. Diante de uma situação-limite, os réus confessos desafiaram os poderes privados de seus proprietários e recorreram às instituições públicas da justiça imperial.⁴⁸⁶

A década de 1870 ficou marcada por conflitos nas fazendas e no tribunal de Vassouras. Os trabalhadores escravizados barganhavam diariamente as condições de seu cativeiro nas propriedades rurais. Em condições adversas, recorriam às fugas. Muitos conheciam melhor as plantações e as matas do que os feitores e fazendeiros, driblando as tecnologias carcerárias da paisagem senhorial. Outros ousavam ir além e se dirigiam a outros municípios ou aos centros urbanos, onde tentavam construir uma nova identidade dissimulando sua condição escrava. No entanto, essas estratégias de resistência foram comuns desde as origens de Vassouras, constituídas na experiência de negociação e conflito entre as primeiras gerações de fazendeiros, feitores e africanos. Em meados

⁴⁸⁶ Para além das referências sobre a criminalidade escrava tratadas aqui em relação às regiões da grande lavoura, ver ainda o estudo e as reflexões de Maria Cristina Cortez Wissenbach em *Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas: Escravos e Forros em São Paulo (1850-1888)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

daquela década, contudo, as comunidades escravizadas do médio Vale do Paraíba passaram a recorrer sistematicamente ao poder judiciário, fosse entrando com ações de liberdade na justiça civil ou respondendo como réus confessos no tribunal do júri.

Mapa da região de Vassouras e dos percursos aproximados percorridos entre as Fazendas de São Luiz do Massambará e de São João da Barra e a cidade.⁴⁸⁷

O fenômeno se espalhou pelos municípios cafeeiros das províncias do Centro-Sul do Brasil, mas foi raro durante a crise da escravidão no Vale do Mississippi. Na região do distrito de Natchez, foi identificado um único caso similar, quando os escravizados de Windsor Forest assassinaram o feitor e se entregaram na cadeia pública de Vidalia. Conforme analisado anteriormente, o contraste revela que as comunidades escravizadas de cada sociedade constituíram diferentes repertórios de resistência, a partir das condições adversas que lhes eram impostas e da sua capacidade de confrontá-las. Ainda que os tribunais do Mississippi tenham estendido garantias e direitos aos réus escravizados na década de 1840, essas reformas jurídicas foram mais limitadas do que aquelas implementadas no Brasil. Além disso, o avanço do pró-escravismo radical, nos anos 1850, reverteu esses precedentes legais e jurisprudenciais no Sul dos Estados Unidos. Os precários direitos dos negros foram ainda mais restritos na esfera civil, enquanto o rigor das cortes criminais aumentou. O judiciário se tornara um espaço ainda mais supremacista e hostil às vésperas da Secessão.

⁴⁸⁷ Fonte: GoogleMaps, edição do autor.

Os caminhos tortuosos do direito escravista brasileiro foram outros e nem por isso menos opressores. Em primeiro lugar, a tradição jurídica e a experiência colonial dos portugueses, de fato, legaram um arcabouço de normas e práticas que historicamente reconheciam direitos dos escravizados e das comunidades livres de cor. Em meados do século XIX, parte da classe política brasileira e o próprio imperador encabeçaram uma série de reformas jurídicas que, entre outras medidas, estenderam as garantias e direitos dos escravizados nos tribunais do país e culminaram na aprovação da Lei de 28 de setembro de 1871. Essa escolha não foi apenas diferente daquela adotada no Sul dos Estados Unidos—ela respondeu diretamente à crise da escravidão na América do Norte e à derrota dos Estados Confederados na Guerra Civil. O Império do Brasil ficou isolado como a última grande nação escravista do mundo Atlântico, ao lado apenas da colônia espanhola de Cuba. Percebendo que o futuro do cativo se estreitara e buscando evitar o mesmo fim dos Estados Unidos, políticos e burocratas do Império do Brasil decidiram por mobilizar o Estado como mediador da crise que se anunciava. As reformas deveriam promover uma abolição lenta e gradual, além de amortecer os eventuais conflitos no seio do cativo.

Nesse sentido, o direito escravista reformado no Brasil não consistiu em uma versão mais benevolente do que seu congênere sul-estadunidense. Ele foi construído tendo por referência tanto a tradição jurídica luso-brasileira quanto o fracasso do direito pró-escravista radical na América do Norte. Ao reforçar as distâncias entre o mundo dos brancos e o dos negros, as ideologias raciais e jurídicas do Sul dos Estados Unidos criaram a tempestade perfeita para que os escravizados e os negros livres se levantassem contra seus senhores na primeira oportunidade, que veio com a Guerra Civil. Mais plástico e dissimulado, o direito escravista brasileiro promovia a incorporação subalterna dos negros ao corpo social, fazendo do silêncio sobre as raças um garantidor da hierarquia racial. A estratégia também tinha seus riscos. Por um lado, as reformas jurídicas implementadas entre as décadas de 1860 e 1870 comprometeram em parte a autoridade senhorial e os escravizados se aproveitaram para estender seus campos de luta aos tribunais, engrossando seus repertórios de resistência. Por outro, elas compuseram uma espécie de paternalismo judicial que, mesmo diante da crise da escravidão, preservou a estrutura racial da sociedade e reforçou as bases ideológicas do racismo à brasileira.

Os diferentes regimes escravistas e raciais do Vale do Paraíba e o Vale do Mississippi condicionaram, dialeticamente, duas políticas da resistência. As pessoas escravizadas em ambos os hemisférios da América se valeram das brechas dos mundos

senhoriais, a fim de atenuar as condições de seu cativeiro e, quando se fez possível, conquistar a sua liberdade. Os escravizados que se rebelaram contra seus feitores nos anos 1870 jogaram com as contradições entre o império da lei e o reinado dos fazendeiros. Em alguns poucos casos-limite, eles arriscaram ser condenados à morte ou às galés perpétuas para escapar do domínio de seus senhores. De uma população de mais de quinze mil homens e mulheres escravizados, apenas seis homens se tornaram galés. Entre eles, Manoel Maranhão. Mas os senhores também sabiam jogar com a lei e até mesmo dobrá-la. Quando Manoel e Gil ouviram a decisão do júri e a condenação do magistrado à pena de açoites e ferros, souberam que sua conspiração havia fracassado. Findo seu martírio na cadeia de Vassouras, eles retornaram à fazenda de São João da Barra. Nessa relação espacial e simbólica entre a cidade e a fazenda, também houve semelhanças e diferenças entre o Vale do Paraíba e o Vale do Mississippi.

Em 1857, dois feitores foram assassinados nas fazendas Cedar Grove e Madamus, no condado de Adams. Os escravizados envolvidos sepultaram seus cadáveres em solo negro e sequer cogitaram se entregar às autoridades. Descobertos os crimes, no entanto, foram levados à cidade de Natchez para responder à justiça branca. Condenados, retornaram às fazendas como condenados e subiram o cadafalso, que se converteu em um totem à simbiose entre a justiça no Mississippi e a soberania senhorial. Duas décadas depois, Manoel e Gil também percorreram os caminhos entre a fazenda e a cidade, e de volta, entre a cidade e a fazenda. Mas no seu caso, escolheram cometer o crime e ir voluntariamente a Vassouras. Tentaram jogar com as contradições da justiça, mas perderam. Desse modo, enquanto o tribunal de Natchez primou pelo rigor da lei penal, o judiciário de Vassouras preferiu a dissimulação e a ilegalidade. Em vez de a justiça criminal estender o seu braço punitivo aos domínios dos fazendeiros, ela fechou os olhos às manobras do júri e às violências privadas. Por excesso em um caso e omissão em outro, o judiciário cedeu à vontade dos fazendeiros.

Os crimes capitais cometidos em Natchez e em Vassouras revelaram um mundo de complexidades. Muitos deles tiveram motivações meramente circunstanciais, mas a análise seriada e comparada desnudou diferenças e semelhanças entre os regimes escravistas e entre os repertórios de resistência dessas duas comunidades escravizadas. Os assassinatos de feitores e senhores no Vale do Paraíba compuseram um cenário mais amplo de lutas políticas nas fazendas, que responderam a variáveis locais e nacionais, assim como a estímulos da economia e da política institucional.

Tabela 9. Crimes Capitais e Execuções da Pena de Morte em Vassouras, entre 1835 e 1886.

Década	Crimes Capitais	Vítimas enquadradas no artigo 1º da Lei de 10 de junho de 1835				Execuções da Pena de Morte Confirmadas
		Senhor	Adm/Feitor/Capataz	Insurreição	Subtotal	
1830	3	2	0	1	3	6
1840	4	2	2	0	4	3
1850	2	1	1	0	2	2
1860	1	0	1	0	1	0
1870	11	0	11	0	11	0
1880	5	2	3	0	5	0
Total	26	7	18	1	26	10

Dados coletados nos Processos Criminais do Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN.

Entre 1835 e 1884, ao menos 25 crimes enquadrados na Lei de 10 de junho de 1835 foram levados ao tribunal do júri de Vassouras. Os casos se distribuíram desigualmente no tempo, concentrando-se nos períodos entre 1835 e 1844, e entre 1875 e 1881. Em nenhuma década, os índices de criminalidade descreveram um cenário anárquico. Mesmo nos fatídicos anos 1870, os casos mal superaram uma dezena e se concentraram no ano de 1877. A despeito da grandeza dos números, o contraste entre as décadas de 1860 e 1870 e simbolismo da marcha dos réus confessos revelaram um novo padrão de criminalidade e de resistência. Os dados referentes a Campinas e Juiz de Fora demonstram que o movimento foi comum aos municípios da grande lavoura.

Tabela 10. Crimes Capitais e Execuções da Pena de Morte em Campinas entre 1830 e 1888

Década	Vítimas enquadradas no artigo 1º da Lei de 10 de junho de 1835			Execuções da Pena de Morte Confirmadas
	Senhor	Adm/Feitor/Capataz	Subtotal	
1830	2	1	3	2
1840	3	2	5	5
1850	1	4	5	5
1860	2	5	7	1
1870	8	6	14	0
1880	3	5	8	0
Total	19	23	42	11

Dados coletados nos Processos Criminais de Campinas por Maria Helena Machado.⁴⁸⁸

⁴⁸⁸ Tabela produzida por Maria Helena Machado com dados referentes ao município de Campinas, em *Crime e Escravidão*, p. 59. A tabela foi atualizada por Maíra Chinelatto Alves, que identificou mais um crime capital ocorrido na década de 1840 em Campinas. Ver da autora *Quando Falha o Controle*, p. 22.

Tabela 11. Crimes Capitais em Juiz de Fora entre 1850 e 1888

Década	Vítimas enquadradas no artigo 1º da Lei de 10 de junho de 1835			Execuções da Pena de Morte Confirmadas
	Senhor	Adm/Feitor/Capataz	Subtotal	
1850	0	1	1	-
1860	0	5	5	-
1870	1	8	9	-
1880	1	6	7	-
Total	2	20	22	-

Dados coletados nos Processos Criminais de Juiz de Fora por Elione Guimarães.⁴⁸⁹

O cruzamento entre os dados e a variação demográfica revela que os crimes capitais acompanharam o crescimento da população escravizada nas décadas de 1830 e 1840, mas diminuíram quando ela ainda crescia nas duas décadas seguintes. O número de crimes capitais levados a júri em Vassouras saltou de um único caso na década de 1860 para onze no período entre 1870 e 1879. Os crimes chegaram ao patamar máximo nos anos 1870, precisamente quando o número de escravizados entrou em declínio.

Gráfico 6. População do Município de Vassouras entre 1840 e 1884

Dados demográficos de Vassouras entre 1840 e 1884.⁴⁹⁰

⁴⁸⁹ Elione Guimarães. “Criminalidade e Escravidão em um Município Cafeeiro de Minas Gerais”. *Justiça & História*, pp. 17-18. A historiadora não registrou as informações sobre penas e execuções.

⁴⁹⁰ Os dados foram coletados por Ricardo Salles. *E o Vale era o Escravo*, pp. 185/258-259. Não foram encontradas as referências no censo de 1884 à população livre de Vassouras.

Não são dados estatísticos relevantes em si, devido à pequena representatividade da amostra. Mas adquirem maior relevância junto a outras variáveis. O historiador Ricardo Salles identificou o aumento do número de fugas nas fazendas de Vassouras na mesma década de 1870. Esses dados se tornam ainda mais significativos em relação aos discursos senhoriais, dos quais se depreende a percepção de insegurança das comunidades livres diante dos episódios de resistência e dos delitos. Nos dois períodos que concentraram o maior número de crimes capitais (1835-1844 e 1875-1881), o café estava em alta no mercado mundial, impulsionando a produção nas fazendas e os influxos do tráfico (atlântico e interprovincial). A sobreposição de variáveis sugere a correlação entre a economia, os trabalhos na lavoura e o comércio de escravizados. Na segunda metade da década de 1870, os fazendeiros responderam aos estímulos do mercado e expandiram as plantações sobre as terras virgens restantes em Vassouras, intensificando o ritmo dos trabalhos. Os cafeicultores promoveram poucos investimentos tecnológicos e agrônômicos, preservando a tradição eficaz da agricultura predatória. Com o esgotamento do solo no município, o aumento da produção se deu às custas das matas remanescentes e, principalmente, dos trabalhadores.⁴⁹¹

Gráfico 7. Número de Pés de Café por Trabalhador em Vassouras entre 1821 e 1880

Dados colhidos por Aldeci Santos nos inventários abertos em Vassouras entre 1821 e 1880, e gráfico produzido por Ricardo Salles.⁴⁹²

⁴⁹¹ Sobre o aumento no número de fugas em Vassouras nas décadas de 1870 e de 1880, ver Ricardo Salles. *E o Vale era o Escravo*, pp. 294-300.

⁴⁹² Os dados foram coletados por Aldeci Silva dos Santos em *À Sombra da Fazenda*, 1999. O gráfico foi produzido com base nos mesmos dados por Ricardo Salles em *E o Vale era o Escravo*, p. 154. Cabe

Os dados coletados nos inventários de Vassouras por Aldeci Santos, e distribuídos no tempo por Ricardo Salles, indicam que a proporção entre pés de café e trabalhadores escravizados chegou ao auge nos anos 1870. O estudo de Breno Moreno sobre Bananal aponta para uma intensificação ainda maior dos trabalhos na virada para aquela década. Dois crimes antagônicos de 1866 revelaram as tensões nas lavouras de Vassouras e tempos de aumento de produção. Em uma noite de agosto do mesmo ano de 1866, os cativos de José Alves de Oliveira se encontravam na colheita do café em sua fazenda em Vassouras. Entre eles estava Tibúrcio, que regressou à sede à noite e foi castigado com quatro relhadas pela sujeira e terra no café que colhera. No dia seguinte, retornou aos trabalhos, mas à noite fugiu, receoso de um novo castigo. Retornou quatro dias depois, ferido por uma mordida de cobra e apadrinhado pelo padre da freguesia, que cuidou do ferimento. Recuperado, foi enviado de volta aos cafezais. Na primeira noite em que retornou da colheita, seu senhor o questionou sobre a razão da fuga. Ao responder que fugira por medo dos castigos, o fazendeiro lançou uma corda sobre ele e ordenou que seus parceiros o amarrassem. Em duplas, eles foram obrigados a surrá-lo com vergalhos, revezando-se quando cansassem. Quando enfim o senhor se deu por satisfeito e ordenou que ele se levantasse, Tibúrcio não tinha forças. Seus parceiros foram forçados a amarrá-lo com um pau sobre os braços e levá-lo ao paiol, onde seu corpo foi banhado com água e sal, e deixado para repouso. Pela manhã, estava morto. Os mesmos parceiros que foram forçados a castigá-lo até a morte, receberam a ordem de esperar a madrugada para sepultá-lo, clandestinamente, no cemitério de escravizados próximo à igreja da freguesia.⁴⁹³

Dois meses depois a morte de Tibúrcio, açoitado por não ter cumprido sua quota e por ter fugido, ocorreu o crime que abriu esse capítulo. O feitor Manoel Duarte Simões foi assassinado após aumentar a meta de colheita e fincar um mourão para punir os trabalhadores que não a atingisse. Os dois homicídios coincidiram com a alta dos preços do café e a intensificação dos trabalhos nas fazendas do Vale do Paraíba. Não surpreende, portanto, que os feitores tenham sido as principais vítimas de crimes capitais em

menção que os dados coletados se referem a todos os trabalhadores escravizados arrolados nos inventários, independentemente da idade ou de serem trabalhadores das fazendas de café. Para uma metodologia mais precisa, ver o estudo de Breno Moreno. *Terra, Trabalho e Capital*, 2021.

⁴⁹³ Breno Moreno. *Terra, Trabalho e Capital*, 2021. Ver ainda o estudo de Rodrigo Marretto para Cantagalo em *O Opulento Capitalista: Café e Escravidão na Formação do Patrimônio Familiar do Barão de Nova Friburgo (c. 1829-c.1873)*. Tese de Doutorado defendida na Universidade Federal Fluminense em 2019. Sobre o crime mencionado, ver Processo Criminal por Homicídio, réu José Alves de Oliveira, 1866. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

Vassouras. Neles convergiam estímulos contraditórios. De um lado, o mercado mundial e os interesses dos fazendeiros; de outro, a resistência dos trabalhadores.⁴⁹⁴

Tabela 12. Origem e Tempo de Residência dos Feitores Vitimados em Vassouras

Origem	Tempo de Emprego do Adm/Feitor/Capataz-Vítima				
	Até 1 Mês	1 a 3 Meses	Mais de 3 Meses	Não Consta	Subtotal
Portugal	2	2	1 (* 16 anos)	3	8
Outras Províncias	1	0	0	0	1
Pardo Livre	1	0	0	0	1
Liberto	1	0	0	0	1
Escravizado/Capataz	2	0	0	0	2
Não Consta	1	0	0	3	4
Total	8	2	1	6	17

Dados coletados nos processos por crimes capitais de Vassouras (Arquivo do TJRJ/IPHAN).

Vassouras era uma sociedade escravista madura, com famílias e comunidades estabelecidas, o que contribuía para a pacificação das senzalas após a abolição do tráfico atlântico. Assim como ocorreu no Vale do Mississippi na década de 1850, as pressões do mercado e a chegada de novos feitores tensionaram as relações de trabalho no Vale do Paraíba nos anos 1870. Em ambas as sociedades escravistas, os réus recorreram à economia moral das fazendas para justificar seus crimes, denunciando os excessos nos trabalhos e castigos, assim como a violação dos laços familiares. Resta avaliar, ainda, o impacto do comércio de trabalhadores na criminalidade escrava. A intensificação do tráfico interprovincial de escravizados impôs seu caráter disruptivo tanto nos polos exportadores quanto nas zonas importadoras. As pessoas comercializadas eram separadas de suas famílias e submetidas a novos regimes de trabalho e às hierarquias das comunidades escravizadas estabelecidas. A hipótese de que os nortistas eram responsáveis pela indisciplina nas lavouras do Centro-Sul foi levantada à época e, posteriormente, endossada por historiadores como Robert Slenes e Warren Dean. Em seu estudo sobre Campinas, Maria Helena Machado identificou a presença de nortistas entre os réus acusados de crimes capitais na década de 1870, mas constatou que a maioria se encontrava nas respectivas fazendas havia mais de cinco anos.⁴⁹⁵

⁴⁹⁴ Processo Criminal por Homicídio, réu José Alves de Oliveira, 1866. Processo Criminal por Homicídio, réus Sebastião, Lúcio, Francisco e Elias, 1866. Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN RJ (Vassouras).

⁴⁹⁵ Sobre a relação entre o tráfico interprovincial e a resistência escrava, ver Warren Dean. *Rio Claro*, pp. 125-149; Celia Azevedo. *Onda Negra, Medo Branco*, pp. 157-174; Robert Slenes. “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista”. In: Luiz Felipe de Alencastro (org.). *História da Vida Privada*, vol. 2, 234-290. Maria Helena Machado. *Crime e Escravidão*, pp. 56-57. Ver ainda a interpretação de Jonas Marçal de Queiroz

Tabela 13. Origem e Tempo de Residência dos Réus Escravizados em Campinas

Local de Origem	Tempo de Residência					
	Até 1 Ano	1 a 5 Anos	6 a 10 Anos	Mais de 10 Anos	Não Consta	Subtotal
Campinas	0	1	0	3	4	8
Campinas-Região	0	0	0	1	5	6
Província de SP	0	1	0	4	1	6
Outras Províncias	1	6	10	4	14	35
África	0	3	3	1	17	24
Total	1	11	13	13	41	79

Dados coletados por Maria Helena Machado nos processos por crimes capitais de Campinas.⁴⁹⁶

Os dados referentes à criminalidade escrava em Vassouras reforçam a interpretação de Machado, assim como as informações mais superficiais colhidas na documentação fragmentada dos processos criminais de Natchez. Apesar do efeito desagregador do tráfico doméstico nos Estados Unidos, os acusados de crimes capitais no condado de Adams, nos anos 1850, eram nascidos no Mississippi ou já se encontravam estabelecidos na região. Em Vassouras, a maioria dos réus enquadrados na Lei de 10 de junho de 1835 já viviam nas fazendas onde cometeram os crimes havia anos. Entre aqueles que não especificaram o tempo de casa, três deles usaram expressões vagas como “*muito tempo*” e apenas um disse que havia pouco.

Tabela 14. Origem e Tempo de Residência dos Réus Escravizados em Vassouras

Local de Origem	Tempo de Residência					
	Até 1 Ano	1 a 5 Anos	6 a 10 Anos	Mais de 10 Anos	Não Consta	Subtotal
Vassouras e Região	0	1	0	4	2	7
Província do RJ	1	1	0	0	1	3
Províncias do Norte	0	1	1	2	1	5
Outras Províncias	1	0	0	0	3	4
África	1	1	1	3	6	12
Não Consta	0	0	0	0	6	6
Total	3	4	2	9	19	37

Dados coletados nos processos criminais do Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN (Vassouras).

sobre os usos retóricos da resistência escrava por facções políticas de oposição, e as que defenderam a proibição do tráfico interprovincial em “Escravidão, Crime e Poder”. *Revista de História Regional*, pp. 7-45.

⁴⁹⁶ Tabela produzida por Maria Helena Machado com dados referentes ao município de Campinas, em *Crime e Escravidão*, p. 56.

Cinco réus nortistas foram levados ao tribunal do júri de Vassouras entre 1870 e 1881, sendo dois baianos, um pernambucano, um maranhense e um norte-rio-grandense. Predominaram os nascidos em Vassouras ou na província fluminense, enquanto alguns poucos eram de São Paulo e de Minas Gerais. Apenas um nasceu no Rio Grande do Sul. Ao emigrarem, eles carregavam consigo os valores da economia moral de seu cativo de origem, que destoava do rigor que rendeu fama aos municípios cafeeiros, o que pode ter contribuído para os conflitos. O perfil dos réus acusados de crimes capitais não refuta a hipótese de que os emigrados do Norte resistissem mais do que os africanos e os nascidos nas províncias do Centro-Sul. É preciso, no entanto, atentar para os usos políticos do mito do nortista rebelde e avesso aos trabalhos. A responsabilização dos emigrados pelo aumento na criminalidade foi enunciada por aqueles que defendiam a imigração de colonos europeus e a proibição do tráfico interprovincial. A luta desses escravizados foi uma realidade história, mas isso não impediu que, mais uma vez, a resistência escrava fosse apropriada como retórica escravista.⁴⁹⁷

No entanto, há uma outra relação entre o tráfico interprovincial e a resistência escrava que deve ser contemplada. A migração forçada de milhares de pessoas do Norte e do Sul promoveu um afluxo de informações e de culturas. Os cativos carregavam consigo não apenas suas noções pessoais de justiça, mas conhecimentos compartilhados sobre a política e as leis do país. Muitos dos recém-chegados às zonas cafeeiras provinham de centros urbanos, carregando consigo os discursos e debates recentes que ecoavam pela imprensa e pelas ruas. O tráfico interprovincial contribuiu para a politização das senzalas e para a construção de estratégias de resistência junto às instituições de Estado, com destaque para o judiciário, e alinhadas com as pautas e os métodos do movimento abolicionista.⁴⁹⁸

Assim como no Vale do Mississippi, é possível correlacionar a economia cafeeira, o tráfico interprovincial e a resistência escrava no Vale do Paraíba. É necessário, contudo, acrescentar a variável política, que explica em parte as distinções entre essas duas sociedades escravistas. A crise da escravidão no Brasil foi tardia se comparada à

⁴⁹⁷ Os dados de Campinas reforçam a hipótese, conforme Maria Helena Machado. *Crime e Escravidão*, pp. 56-57. Sobre os usos retóricos e políticos da criminalidade dos escravizados nortistas, ver Jonas Marçal Queiroz. “Escravidão, Crime e Poder: A “Rebeldia Negra” e o Processo Político da Abolição.” *Revista de História Regional*, pp. 7-45.

⁴⁹⁸ Sobre a consciência política e jurídica dos escravizados na segunda metade do século XIX, ver Chalhoub. *Visões da Liberdade*, 1990; e ainda Elciene Azevedo. *O Direito dos Escravos: Lutas Jurídicas e Abolicionismo na Província de São Paulo*. São Paulo: Unicamp, 2010. Ver ainda os crimes analisados por Maíra Chinelatto Alves em Campinas na década de 1870, em *Quando Falha o Controle*, pp. 113-202.

estadunidense. Apenas depois da abolição na América do Norte, parte da classe política brasileira rompeu com o consenso escravista e encabeçou as reformas que culminaram na Lei de 28 de setembro de 1871. Certamente o dissenso político chegou às fazendas, principalmente pela circulação do tráfico e pelas redes de comunicação entre as comunidades cativas. A politização das senzalas, no entanto, acompanhou o amadurecimento tardio do movimento abolicionista no país, que ganhou corpo no final da década de 1870. Historiadores como Célia Azevedo, Warren Dean e Maria Helena Machado atribuíram aos anos 1860 o berço da onda de resistência dos escravizados que culminaria na abolição. Mas seus estudos se basearam exclusivamente crimes, fugas e levantes que pertenceram a um espaço e um tempo específicos: o avanço da fronteira agrícola no interior da província de São Paulo. Foi na segunda metade dos anos 1870 que a combinação entre fatores econômicos e políticos unificou os tempos da escravidão do Oeste paulista, da Zona da Mata Mineira e do Vale do Paraíba. Cada crime individual possuía motivações específicas. Mas a repetição de padrões, com fugas coletivas, assassinatos em série e procissões de réus confessos às delegacias, revelaram a existência de um mesmo repertório compartilhado pelas comunidades das senzalas das províncias do Centro-Sul. A resistência dos escravizados, que sempre fora política a seu modo, tomava agora a forma de uma política da resistência.⁴⁹⁹

Os fazendeiros e as comunidades livres também levaram as suas batalhas ao campo da política. Se os crimes nos abriram janelas para as experiências de resistência, o mundo das punições era eminentemente senhorial. Diferentemente do que ocorreu no Vale do Mississippi, o rigor penal dos tribunais do Vale do Paraíba nem sempre acompanhou os ânimos dos escravistas, ao menos no que diz respeito à incidência e à forma da pena de morte. As punições variaram ao longo das décadas, em sintonia, principalmente, com as agendas políticas conduzidas pelas altas instâncias do poder imperial. Nos anos 1870 e 1880, contudo, a pressão dos fazendeiros surtiu efeito, impactando, por outras vias, a jurisprudência das cortes.

⁴⁹⁹ Warren Dean. *Rio Claro*, pp. 125-149; Célia Azevedo. *Onda Negra, Medo Branco*, pp. 157-174; Robert Slenes. “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista”. In: Luiz Felipe de Alencastro (org.). *História da Vida Privada*, vol. 2, 234-290. Ver o contraponto parcial de Maria Helena Machado. *Crime e Escravidão*, pp. 56-57.

Tabela 15. Sentenças e Penas dos Crimes Capitais em Vassouras entre 1835 e 1886

Década	Crimes Capitais	Sentenças dos Réus por Crimes Capitais					Subtotal
		Pena de Morte	Galés Perpétuas	Açoites e Ferros	Absolvição	Desconhecido	
1830	3	3	0	0	0	0	3
1840	4	3	1	1	0	0	5
1850	2	2	2	0	0	1	5
1860	1	0	1	0	0	0	1
1870	11	0	6	3	1	2	12
1880	6	0	1	2	2	1	6
Subtotal	27	8	11	6	3	4	33

Dados coletados nos processos criminais do Arquivo do TJRJ em Convênio com IPHAN (Vassouras).

Ao menos 33 réus escravizados responderam por 27 crimes capitais no tribunal do júri de Vassouras entre 1835 e 1886. O destino de 4 deles é desconhecido e apenas 3 foram absolvidos, sendo que esses últimos casos se concentraram nas décadas de 1870 e de 1880. Houve pelo menos 8 condenações à pena de morte, 11 às galés perpétuas e 6 aos açoites e ferros. No entanto, as punições se distribuíram desigualmente no tempo. A pena capital foi aplicada no período entre 1835 e 1856, enquanto as galés perpétuas foram a punição por excelência da década de 1870, substituída pelos açoites e ferros entre 1879 e 1886. Os intervalos entre 1835 e 1847, e entre 1875 e 1883, contiveram os maiores índices de criminalidade e a maior concentração de penas rigorosas. Eles acompanharam os períodos marcados por crises políticas envolvendo escravidão no Brasil. O primeiro intervalo coincidiu com a onda de revoltas da Regência, o Regresso Conservador e a reabertura do tráfico atlântico de africanos, enquanto o segundo foi contemporâneo à ascensão do movimento abolicionista.

Ao longo do século, as crises políticas da escravidão reverberavam nas zonas da grande lavoura, impactando tanto a resistência da população cativa quanto a demanda da população livre por uma justiça retributiva. Na década de 1830, a dialética entre essas forças contraditórias gestou a Lei de 10 de junho de 1835 e o Estado implementou uma política sistemática de julgamentos céleres e execuções prontas da pena de morte. Quando uma crise sistêmica se anunciou nos anos 1870, com o aumento da resistência nas fazendas, os proprietários e as comunidades livres das províncias do Centro-Sul promoveram uma nova campanha pelo endurecimento penal, mas dessa vez não obtiveram sucesso. Ao contrário do que ocorreu no Vale do Mississippi, eles não puderam usufruir das instituições democráticas e federativas para fazer valer sua vontade contra a

política centralizada do Império. De todo modo, a crise da pena de morte foi explorada à exaustão por facções políticas que mobilizaram o medo como um capital político e alimentaram nas comunidades livres os sentimentos viscerais que logo se voltariam contra a justiça formal.

No Sul dos Estados Unidos, o direito pró-escravista radical foi gestado no ventre da democracia branca e fez da pena de morte um símbolo da supremacia racial. Com a derrota militar dos Estados Confederados e a crise da escravidão no horizonte, parte da classe política brasileira preferiu o caminho da moderação. Eles ampliaram as reformas do direito escravista nacional, que passou a se sustentar em dois pilares: o reconhecimento de direitos dos escravizados, especialmente com a Lei de 28 de setembro de 1871, e a política de comutações, que mitigou os efeitos da Lei de 10 de junho de 1835. A centralização administrativa e judiciária do Império do Brasil cerceou o alcance da campanha punitivista dos fazendeiros e o cadafalso foi abolido *de facto* no país em 1876. É preciso, contudo, despir o caráter ideológico das comutações e do paternalismo judicial.

O direito escravista brasileiro, reformado ou não, ainda era escravista. As comutações não perdoavam os crimes; apenas substituíam a pena capital pelos trabalhos perpétuos. Enquanto o Império ostentava a imagem de uma nação que abolira a pena de morte, milhares de homens negros permaneceram condenados ao cativeiro penal de um Estado fielmente comprometido com a escravidão. Além disso, os pelourinhos e o cadafalso desapareceram das paisagens urbanas, mas não das propriedades rurais. Embora a vontade dos fazendeiros não tenha prevalecido na jurisprudência das altas cortes do país, ela dobrou os tribunais de primeiras instâncias. Nos anos 1850, os fazendeiros do Vale do Mississippi recorreram à justiça criminal como sua aliada. Décadas depois, seus pares do Vale do Paraíba contornaram a lei para fazer a sua própria justiça. De um lado, os espetáculos públicos da pena de morte; de outro, os teatros particulares da justiça senhorial. Durante a crise da escravidão atlântica, a violência escravista se desdobrou em diferentes experiências no Brasil e nos Estados Unidos, mas todas elas convergiam para um mesmo objetivo. Nos dois hemisférios, o destino dos negros rebeldes era a morte, legal ou não.

Nos últimos anos do cativeiro, os escravizados travaram suas lutas nas fazendas e no tribunal de Vassouras. As comunidades das senzalas do Vale do Paraíba constituíram um repertório amplo de resistência, das fugas para as matas, predominantes nos anos 1830 e 1840, às marchas em direção às cidades. Tradicionalmente, os escravizados recorriam

à justiça brasileira, mas passaram a fazê-lo de forma sistemática após as reformas da segunda metade do século. Os fazendeiros não tardaram a responsabilizar a conivência do judiciário e ação dos abolicionistas pela crise. Pressionada, a justiça imperial se recusou a fazer as vezes do carrasco, mas lavou as mãos diante das ilegalidades do júri e dos tribunais domésticos nas fazendas. A força caiu em desuso, mas as galés perpétuas e as violências domésticas ainda preservavam a essência do oligopólio da violência legítima. Longe de representar uma agenda abolicionista moderada, o direito escravista reformado pretendeu conduzir a crise sem sobressaltos, equilibrando a ordem pública e os interesses privados da classe proprietária.

Contudo, tanto o paternalismo judicial quanto a violência senhorial nas fazendas traziam seus riscos. Durante a crise final do cativo, a resistência dos escravizados se estendeu das fazendas aos tribunais, enquanto os abolicionistas ocuparam a esfera pública e as cortes das capitais. Nos salões do judiciário do país, eles jogaram com as contradições da lei e disputaram os seus próprios sentidos da justiça. A contraofensiva das forças escravistas levou à radicalização de setores do abolicionismo, que passaram a legitimar a reação dos subalternos. Quando os fazendeiros levaram as batalhas para as margens da lei, os escravizados sobrepujaram os limites de sua política da resistência e, ao lado dos abolicionistas, deram início a uma revolução.

Capítulo 7

A Revolução Negra e a Redenção de Lynch nos Estados Unidos

O Abolicionismo Radical e a Crise da Secessão

Em novembro de 1853, um homem escravizado chamado Joe Wallace fugiu da fazenda onde vivia na região de Natchez. Descoberto próximo às senzalas de uma outra propriedade, ele reagiu à sua captura esfaqueando e matando um de seus perseguidores. Na manhã seguinte, ele foi novamente avistado e, na iminência de ser pego, lançou-se dentro do maquinário de um moinho e teve seu corpo destroçado. A “*tragédia terrível*” foi anunciada no *Mississippi Free Trader*, enquanto os redatores do *Natchez Weekly Courier* foram menos comedidos ao narrar os fatos sob o título “*O Assassinato e suas Consequências*”. A notícia correu o país, mas foi nas páginas do *Frederick Douglass Papers* que recebeu um novo tratamento.⁵⁰⁰

ASSASSINATO OU HEROÍSMO? Um escravo fugido de Natchez, semanas atrás, esfaqueou o coração de um homem branco que tentava capturá-lo, e quando perseguido se lançou no maquinário de um moinho, no qual foi imediatamente feito em pedaços. Fosse ele um refugiado húngaro, um republicano italiano ou um patriota irlandês, o ato do pobre fugitivo teria sido heroico; mas como ele era apenas um negro fugido (*runaway nigger*), nós deduzimos que deve ser chamado de um assassinato chocante, ou algo do tipo.⁵⁰¹

A denúncia dos horrores perpetrados pelos senhores do Sul era uma longa tradição da imprensa abolicionista nos Estados Unidos. O elogio à resistência e à violência dos escravizados, não. A publicação representava uma virada no movimento abolicionista e na vida do próprio Frederick Douglass. Nascido no cativeiro em Maryland, ele narrou em sua biografia como os castigos da juventude lhe suprimiram a humanidade, mas também como a recuperou quando enfrentou pela última vez o seu algoz e decidiu fugir. Se a violência era o batismo de fogo de um homem escravizado, Douglass passou a celebrar dia de sua fuga como um novo aniversário. Era a data de seu renascimento como homem livre. Após se casar em Nova Iorque, ele se estabeleceu em Massachusetts, onde se engajou no movimento abolicionista. Desde os primeiros anos naquele estado, o *The Liberator* se tornou a sua bíblia e William Lloyd Garrison, uma de suas principais referências. Em 1845, publicou a *Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave*, transformando sua vida pregressa em uma bandeira de sua luta presente. Caminhando com as próprias pernas, Douglass se afastou de Garrison, fundando o seu

⁵⁰⁰ *Mississippi Free Trader*, edição de 29 de novembro de 1853; *Natchez Daily Courier*, edição de 26 de novembro de 1853.

⁵⁰¹ *Frederick Douglass Papers*, edição de 23 de dezembro de 1853.

próprio jornal, o *North Star*. Frente ao avanço das forças escravistas na virada para os anos 1850, Douglass e outros abolicionistas deixaram para trás a moderação.⁵⁰²

Um ano antes da publicação sobre o caso de Natchez, Harriet Beecher Stowe publicou o clássico *Uncle Tom's Cabin*, que se tornou prontamente um manifesto abolicionista no campo literário. O enredo tratou do destino trágico de um homem escravizado que, vendido para saldar as dívidas de seu proprietário, sofreu as agruras do cativeiro de senhores maus. Nem mesmo a *via crucis* pelas fazendas Sul Profundo perverteu sua bondade e sua lealdade ou abalou a sua fé. A resignação diante do fim tornou sua morte um martírio. Na narrativa de Stowe, a violência era um atributo da escravidão, que vitimava os negros e embrutecia os brancos, e sua denúncia era a principal arma na cruzada moral contra o cativeiro. O romance deu forma literária à retórica abolicionista consagrada desde os anos 1830, que combatia no campo discursivo a legitimidade da escravidão. Enquanto Stowe e Garrison eram porta-vozes de um abolicionismo moral e contrário ao uso da violência, outros ativistas tinham menos fé nas instituições, especialmente aqueles que sentiram na pele a experiência do cativeiro.⁵⁰³

Nos mesmos anos em que o nome de Harriet Stowe foi alçado ao panteão do abolicionismo cristão, uma outra Harriet, Tubman, travava sua própria luta no rés do chão. Conterrânea de Douglass, ela também nasceu no solo escravista do Sul Superior e sofreu em primeira mão as agruras da escravidão. Os ferimentos provocados em sua cabeça, por um golpe accidental do feitor, comprometeram sua saúde por toda a vida. Por outro lado, eles também deram origem às visões que ela atribuiu a deus. O fervor religioso não conduziu a sua pena, mas os seus passos. Em 1849, ela fugiu para a Filadélfia, apenas para regressar mais de uma dezena de vezes a fim de resgatar seus familiares e outras pessoas escravizadas. Enquanto outros abolicionistas apostavam nas lutas simbólicas entre os círculos letrados, Harriet Tubman travou suas batalhas nos domínios da escravidão, como agente da *underground railroad*. A ascensão de Tubman coincidiu com a radicalização de Douglass e de setores do movimento abolicionista, dispostos a combater a escravidão por quaisquer meios necessários.⁵⁰⁴

⁵⁰² Sobre a vida de Frederick Douglass, ver a sua autobiografia *My Bondage and My Freedom*. New York: Miller, Orton & Mulligan, 1855; e David Blight. *Frederick Douglass: Prophet of Freedom*. New York: Simon & Schuster, 2018. Sobre a radicalização de Douglass, ver John Stauffer. *The Black Hearts of Men*, pp. 8-44; e Manisha Sinha. *The Slave's Cause*, pp. 195-542.

⁵⁰³ Harriet Stowe. *Uncle Tom's Cabin: Or, Life Among the Lowly*. Boston: Houghton, Mifflin and Company, 1891. Sobre o abolicionismo na literatura romântica, ver Manisha Sinha. *The Slave's Cause*, pp. 436-460.

⁵⁰⁴ Sobre Harriet Tubman, ver Catherine Clinton. *Harriet Tubman: The Road to Freedom*. New York: Little, Brown, 2004; Kate Larson. *Bound for the Promised Land: Harriet Tubman: Portrait of an American Hero*. Westminster: Random House Publishing Group, 2009; Jean Humez. *Harriet Tubman: The Life and the Life*

Em 1851, Douglass se aproximou de Gerrit Smith, um filantropo de posses e abolicionista que, desde meados dos anos 1840, defendia publicamente a resistência dos escravizados por meio de fugas e roubos. A fusão de seus periódicos originou o *Frederick Douglass Papers*. No ano seguinte, Douglass proferiu o seu famoso discurso sobre o 4 de julho, declarando que celebração em nome da liberdade representava, para os escravizados, uma farsa. No mesmo ano da reportagem sobre o escravizado fugido de Natchez, o abolicionista publicou um romance intitulado *The Heroic Slave*, uma obra de ficção sobre a revolta da embarcação *Creole* sobre o rio Mississippi, ocorrida em 1841. Em sua narrativa, a personagem principal, Madison Washington, não representava a resignação cristã, mas a resistência heroica. Douglass não hesitou em enaltecer a justa violência dos rebeldes em sua cruzada rumo ao Caribe e à liberdade. Na contramão de Stowe, Douglass instituiu a um novo cânone literário, mais afeito ao abolicionismo radical.⁵⁰⁵

Na primeira metade da década de 1850, os abolicionistas ainda apostavam nas vias institucionais, mas a aprovação da Lei do Kansas-Nebraska levou muitos à desesperança. No final de junho de 1855, a cidade de Siracusa sediou a Convenção do Abolicionismo Político Radical. A presidência da mesa coube a James McCune Smith, um dos principais intelectuais e articuladores do movimento, ao lado de Douglass e Smith. Embora tenha nascido cativo, ele foi alforriado ainda na juventude. Estudante de destaque, formou-se médico e desde cedo se engajou com a causa da abolição. Ainda em 1841, ele proferiu uma palestra sobre a Revolução de São Domingos, questionando o espectro do haitianismo no país. Em suas palavras, as causas de Toussaint L'Overture eram os “direitos iguais a todos os homens” e a violência promovida pela revolução não estava à altura dos horrores perpetrados pelos brancos durante os séculos de escravidão. As vozes negras radicais tinham precedente. Ainda em 1829, David Walker conclamara os negros à resistência, questionando se não preferiam a morte ao cativeiro de um tirano, afinal

Stories. Madison: University of Wisconsin Press, 2003; e ainda Milton Sernett. *Harriet Tubman: Myth, Memory, and History*. Durham: Duke University Press, 2007. Sobre as mulheres no movimento abolicionista, ver Margareth Kellow. “Women and Abolitionism in the United States: Recent Historiography”. *History Compass*, 11(11), 2013, 1008-1020; e Julie Jeffrey. *The Great Silent Army of Abolitionism: Ordinary Women in the Antislavery Movement*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1998; e Manisha Sinha. *The Slave's Cause*, pp. 266-298. Sobre a underground railroad, ver Eric Foner. *Gateway to Freedom: The Hidden History of the Underground Railroad*. New York: W.W. Norton & Company, 2015.

⁵⁰⁵ Frederick Douglass. *The Heroic Slave*. Newburyport: Dover Publications, 2019. Ver os discursos sobre o caráter antiescravista da constituição e o 4 de julho para os escravizados em Frederick Douglass. *The Essential Douglass: Selected Writings & Speeches*. Cambridge: Hackett Publishing Company, 2016, pp. 27-42/51-71.

“não há mal maior em matar um homem que quer matá-lo, do que há em se dar um gole de água quando há sede”. Mais de duas décadas depois, McCune Smith e Douglass respondiam ao apelo de Walker assumindo a frente da luta negra.⁵⁰⁶

Entre os presentes, estava um homem branco chamado John Brown. Enquanto tantos bradavam contra a Lei do Kansas-Nebraska, ele se cansara das palavras e clamava por ação. Desde o nascimento em Connecticut, Brown teve uma vida de altos e baixos, mas que nunca abalou seu fervor religioso ou suas convicções políticas. Desde o início daquela década, ele formara uma milícia que resistia aos desmandos do *Slave Fugitive Act* e vinha arregimentando reforços uma frente antiescravista armada no Kansas, para onde partiu revigorado após a convenção. Na madrugada entre os dias 24 e 25 de maio de 1856, Brown e seus aliados invadiram um acampamento das forças escravistas e degolaram cinco homens. Os conflitos se intensificaram nas semanas seguintes, deixando mortos em ambos os lados. Em agosto, Brown partiu em defesa dos assentamentos livres de Osawatimie. O desequilíbrio de força pesou em favor dos escravistas, mas a resistência ferrenha de Brown o tornou uma lenda. Os seus métodos e as notícias do *Bleeding Kansas* repercutiram no país e geraram controvérsia até mesmo entre abolicionistas. Enquanto de William Lloyd Garrison se ressentiu da radicalização de seus pares, Douglass tomou o lado de Brown, bradando que a “*liberdade deveria cortar a garganta da escravidão, ou a escravidão cortaria a garganta da liberdade*”.⁵⁰⁷

Em um ensaio publicado no *Frederick Douglass Papers* dias após o massacre de Pottawatomie, James McCune Smith elevou o tom e defendeu que os negros conquistassem sua própria liberdade sem depender dos brancos. Listando exemplos de rebeldia, como Denmark Vesey e Nat Turner, o abolicionista concluiu que a insurreição negra e o inevitável derramamento de sangue branco eram o caminho a ser seguido.

Nossos irmãos brancos não podem nos entender a menos que falemos a eles em sua própria língua; eles reconhecem apenas a filosofia da força. Eles não vão reconhecer a nossa humanidade até que nós os derrubemos uma vez ou duas; eles então vão nos abraçar como homens e como irmãos. Aquele amor sagrado da irmandade humana, que enche nossos corações e incendeia a nossa imaginação, não pode atravessar o (...) grosso crânio dos Caucasianos, a menos que sejam introduzidas à força.⁵⁰⁸

⁵⁰⁶ David Walker. *Appeal to the Coloured Citizens of the World*, 1829; James McCune Smith. *A Lecture on the Haytian Revolutions; with a Sketch of the Character of Toussaint L'Overture*. New York: Daniel Fanshaw, 1841. Sobre a trajetória e a radicalização do abolicionista, ver ainda John Stauffer. *The Black Hearts of Men*, pp. 8-44/95-133.

⁵⁰⁷ Sobre a trajetória de John Brown, ver Paul Finkelman (org.). *His Soul Goes Marching On*, 1995; John Stauffer. *The Black Hearts of Men*, pp. 8-44/95-133 (e ver a fala de Douglass na p. 21); e ainda Manisha Sinha. *The Slave's Cause*, pp. 543-522.

⁵⁰⁸ *Apud* John Stauffer. *The Black Hearts of Men*, p. 252.

Enquanto o abolicionismo branco de John Brown chegava às vias de fato, James McCune Smith convocava seus irmãos negros à luta. Quando um armistício arrefeceu o Kansas Sangrento, John Brown aproveitou a oportunidade para deixar o estado e dar início à sua próxima empreitada, ainda mais radical. O plano era armar negros e escravizados no Sul e promover uma insurreição geral. Gerrit Smith ofereceu o capital necessário, mas era Frederick Douglass o aliado que Brown mais desejava, como um soldado marchando ao seu lado. Cético sobre a viabilidade do plano e de suas próprias capacidades militares, Douglass hesitou. Brown esperou até o último dia, prometendo defendê-lo com sua própria vida. Ao lado de Douglas estava seu amigo negro Shields Green, para o qual o apelo de Brown foi convincente o bastante. A experiência pregressa no cativeiro do Sul dava a Douglass a dimensão do risco e da pequena chance do sucesso, e mais uma vez ele se recusou. Foi o último encontro entre os dois.⁵⁰⁹

Brown então partiu em direção à Virgínia, ao lado de outros vinte e um homens. Entre eles, estavam Shields Green e outros quatro negros. Na elaboração do plano de ação, eles contaram com Harriet Tubman, que se dedicou prontamente à causa, oferecendo seu conhecimento logístico sobre as incursões nas zonas escravistas. Estabelecidos em uma fazenda no condado de Jefferson, eles se prepararam para tomar o arsenal de Harpers Ferry, tentando aliciar negros livres e escravizados para o levante. Ao lado da general Tubman, como a chamava, John Brown viveu seus últimos dias consciente dos riscos do plano, mas decidido a levá-los adiante, nem que fosse essa a sua última *“cruzada sagrada pela liberdade”*.⁵¹⁰

A radicalização dos abolicionistas veio a reboque de uma política da resistência pré-estabelecida nos campos agrícolas do Sul dos Estados Unidos. Os discursos inflamados dos ativistas reverberavam nas casas grandes e nas senzalas do Vale do Mississippi, provocando a ira dos fazendeiros e estimulando as fugas dos escravizados rumo ao solo livre do Norte. Ao legitimarem as lutas dos negros contra seus proprietários, os abolicionistas radicais aumentaram o significado político de cada ato de resistência, inclusive dos crimes individuais. Consequentemente, as comunidades livres e os fazendeiros responderam à altura, intensificando a disciplina nas fazendas e apelando para

⁵⁰⁹ John Stauffer. *The Black Hearts of Men*, pp. 236-281. Sobre Shields Green, ver ainda Edward Baptist. *The Half Has Never Been Told*, pp. 383-385.

⁵¹⁰ Manisha Sinha. *The Slave's Cause*, pp. 543-566. Ver a referência à cruzada pela liberdade em John Stauffer. *The Black Hearts of Men*, p. 198.

o rigor da justiça criminal. Na década de 1850, os réus acusados de crimes capitais em Natchez experimentaram a transição da jurisprudência do tribunal, que abdicara do caráter garantista em favor de uma política penal retributiva. Não era apenas a corte do condado de Adams, mas todo o judiciário do Mississippi e dos estados vizinhos que emitia sinais reacionários à agenda nortista. O confronto entre doutrinas jurídicas subiu dos tribunais e das assembleias estaduais ao Congresso Nacional e às mais altas cortes do país. As interpretações liberais moderadas da Constituição foram confrontadas com a releitura dos abolicionistas, ao mesmo tempo em que a doutrina de John Calhoun se consolidava no Sul, entrelaçando o direito dos estados à sacrossanta propriedade escrava. Quando *Dred Scott vs. Sanford* chegou às mãos do juiz Roger Taney, em 1856, era a hora e vez da Suprema Corte dos Estados Unidos unificar a jurisprudência nacional e dividir a nação.⁵¹¹

Dred Scott nascera no cativeiro na Virgínia, em 1799, e viveu parte e sua juventude no Alabama até seu proprietário vendê-lo a John Emerson em Saint Louis, no Missouri. Ao cruzar a fronteira em direção ao estado de Illinois, ele pisou pela primeira vez em solo livre. No território do Wisconsin, ele se casou com Harriet Robinson e viveu por anos prestando serviços, com a anuência de seu proprietário. O casamento de Emerson com Eliza Sanford arrastou Dred Scott de volta aos domínios da escravidão, no estado da Louisiana. Não sem antes uma filha do casal nascer em um navio a vapor sobre as águas do Mississippi e dentro do território livre de Illinois. Depois da morte de seu proprietário, Harriet e Dred Scott seguiram prestando serviços à família no Missouri, embora gozassem de certos privilégios. Quando tentaram comprar a sua liberdade, a recusa da família os levou às vias judiciais. Com a assistência jurídica de abolicionistas, valeram-se do clássico precedente *Sommerset* para justificar sua liberdade pelo princípio do solo livre. Percorrendo os labirintos judiciais do Missouri, entre sucessos parciais e revezes, Dred Scott conseguiu uma decisão favorável em primeira instância apenas para vê-la ser revertida pela Corte Superior daquele estado, contra seus próprios precedentes. Dez anos separaram a primeira ação judicial impetrada e a chegada de seu derradeiro recurso à

⁵¹¹ Sobre a radicalização dos escravistas, ver Manisha Sinha. *The Counterrevolution of Slavery*, 2000. Sobre as origens Solo Livre e do Partido Republicano, ver Eric Foner. *Free Soil, Free Labor, Free Men: The Ideology of the Republican Party before the Civil War*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

Suprema Corte dos Estados Unidos, acompanhando a escalada da tensão política na década de 1850, que deu celebridade ao caso.⁵¹²

Em março de 1857, na ressaca da eleição presidencial, a Suprema Corte emitiu sua decisão. A maioria dos magistrados decidiu contra Dred Scott, acompanhando o voto do juiz Roger Tauney, que aproveitou a oportunidade para estabelecer um precedente jurisprudencial pró-escravista digno dos próceres radicais da Carolina do Sul. Em seus termos, a Constituição e a Declaração de Independência demonstrariam que “*nem a classe de pessoas que foram importadas como escravos, nem seus descendentes, tenham se tornado livres ou não, foram então reconhecidos como parte do povo*”, sendo seres de uma ordem inferior há séculos naquele território. As palavras ecoaram como música em salões do Sul, enquanto trovejaram nos estados livres, insuflando os ânimos dos abolicionistas.⁵¹³

A decisão *Dred Scott* não constituiu um precedente isolado. Ela coroou uma guinada no campo do direito no Sul do país, onde a doutrina constitucional de John Calhoun se somava a interpretações escravistas radicais que questionavam o reconhecimento da personalidade jurídica de pessoas negras, livres ou escravizadas. Seguindo os precedentes estabelecidos pela Suprema Corte da Georgia, Thomas Cobb se convertera em uma das principais referências desse movimento. O autor de *Inquiry into the Laws of Negro Slavery in the United States of America* sustentava que “*senhores e escravos não podem ser governados pelas mesmas leis*”. Apenas população branca e livre estaria ao alcance das garantias e precedentes da *common law*, cabendo aos negros o regulamento direto pelos *statutes*. Não eram os termos do direito escravista republicano, mas as bases de um novo repertório jurídico. Naqueles mesmos idos de 1857, a assembleia do Kansas promulgou a constituição escravista mais radical do país, que combinava os princípios de Calhoun e as premissas de Cobb, decretando a inviolabilidade do direito de propriedade e a proibição da alforria e da permanência de negros livres no estado. Era o ensaio do direito pró-escravista radical.⁵¹⁴

⁵¹² Sobre o caso Somerset na justiça inglesa, ver David Brion Davis. *The Problem of Slavery in the Age of Revolution*, pp. 469-523. Sobre o caso Dred Scott, ver David Thomas Konig, Paul Finkelman, & Christopher Alan Bracey. *The Dred Scott Case*. Athens: Ohio University Press, 2014.

⁵¹³ *Dred Scott v. Sanford*, Term 1856. Suprema Corte dos Estados Unidos.

⁵¹⁴ Thomas Cobb. *An Inquiry into the Law of Negro Slavery in the United States of America*. Savannah: W. T. Williams, 1858. Sobre o jurista pró-escravista Thomas Cobb, ver Mark Tushnet. *The American Law of Slavery*, pp. 82-85; e Ariela Gross. “Pandora’s Box: Slave Character on Trial in the Antebellum Sul Profundo”. *Yale Journal of Law & the Humanities*, 7(2), 1995, 267-316. Ver ainda Eugene Genovese, *Roll, Jordan, Roll*, 1974, pp. 25-49; e James Oakes. *Slavery and Freedom*, pp. 152-181.

Os princípios de Cobb e as palavras do juiz Tauney deram o tom dos tribunais e das cortes superiores dos estados sulistas. Mesmo o judiciário do Mississippi abandonou sua jurisprudência garantista, ainda mais quando o juiz William Harris foi nomeado para a Corte Superior de Erros e Apelos em 1858. Nascido na Geórgia, ele se formou em direito antes de se mudar para o Mississippi, onde atuou na carreira jurídica até ser alçado à magistratura em 1853. Mais do que conterrâneo de Thomas Cobb, Harris era um discípulo. Sua chegada à corte superior, na esteira da decisão *Dred Scott*, marcou a radicalização do judiciário no estado. Em seus julgados referentes aos direitos dos negros livres, Harris questionou o “*status da raça africana no estado do Mississippi*”. Em *Heirns vs. Bridault*, ele negou o direito de uma mulher de cor à herança de seu pai branco, justificando que os negros pertenciam a uma raça inferior e deveriam ser tratados como inimigos externos à sociedade. No caso *Mitchell vs. Wells*, o magistrado foi além.

O Mississippi adentrou a União sob a Constituição Federal como membro dessa família política, para ser associado nos termos da igualdade política e cortesia com a raça branca, que sozinha por aquele pacto tinha o direito de ser portanto associada. Ele adentrou a União, não apenas reconhecendo a instituição da escravidão como sua melhor política, mas proibindo as legislaturas de passarem leis que emancipassem os escravos salvo por consentimento do senhor (...).⁵¹⁵

Nancey Wells era uma mulher livre de cor e filha de um proprietário branco do condado de Madison. Com a morte do pai, o acesso dela à herança foi negado e ela recorreu à justiça. O caso subiu à Corte Superior de Erros e Apelos e caiu no colo de Harris, que negou o recurso. Citando o precedente *Dred Scott*, ele acrescentou que os negros cujos ancestrais foram importados aos Estados Unidos e vendidos como cativos:

não estão incluídos, e não deveriam ser incluídos, sob a palavra “cidadãos” na Constituição dos Estados Unidos, e não podem portanto clamar nenhum dos direitos e privilégios os quais são instrumentos providos e a assegurados aos cidadãos dos Estados Unidos. Ao contrário, eles eram à época, considerados uma classe inferior e subordinada de seres, que havia sido subjugada pela raça dominante, e que emancipada ou não, ainda permanece sujeita à sua autoridade, e não há direitos ou privilégios senão aqueles que quem tem o poder o governo pode escolher concedê-los.⁵¹⁶

Os casos envolvendo réus escravizados na justiça criminal forçaram o magistrado a um tênue equilíbrio entre os precedentes da corte e sua doutrina jurídica. Harris não abdicou do formalismo processual e, ao menos por duas vezes no ano de 1859, reverteu

⁵¹⁵ *Heirn v. Bridaul*, Term 1859; *Mitchell v. Wells*, Term 1859. Suprema Corte do Mississippi; *apud* Michael Mills. “Slave Law in Mississippi from 1817-1861”. *Mississippi Law Journal*, 2001, pp. 225-226.

⁵¹⁶ *Apud* Michael Mills. “Slave Law in Mississippi from 1817-1861”. *Mississippi Law Journal*, pp. 225-226.

condenações de negros com base em erros técnicos. Em um caso célebre, por outro lado, ele anulou uma condenação pelo estupro de uma mulher cativa, recusando o precedente *State vs. Jones* de 1821, pois a “*escravidão era desconhecida à common law da Inglaterra, e, portanto, suas provisões são inaplicáveis aos danos infligidos à escrava aqui*”. Em 1860, dois casos polêmicos envolvendo os castigos de feitores e a resistência de escravizados subiram à corte. Acusado de resistir à punição e ferir o feitor William Ford, Wesley foi condenado pelo crime, mas recorreu por não lhe ter sido permitido provar os maus-tratos que sofria. Seu advogado sustentou, por analogia, que a sua reação configurava legítima defesa. Coube ao juiz Smith refutá-la, defendendo que o precedente produziria consequências desastrosas, pois incitaria a população escravizada à “*insubordinação e ao assassinato*”. No entanto, quando o caso *Oliver vs. State* chegou às mãos do juiz Harris, referente à condenação de um senhor pelo assassinato de um homem por ele escravizado, ele reverteu a sentença pelo crime de *manslaughter* reafirmando o dever dos cativos à “*submissão incondicional e à obediência aos comandos e à lícita autoridade assegurados aos senhores*”.⁵¹⁷

Se um senhor, no exercício de sua autoridade lítica, de maneira lícita, sofrer a resistência de seu escravo, então o senhor deve usar a força na medida em que for requerida para subordinar o seu escravo à obediência, mesmo até a morte do escravo, se ela for necessária para preservar a vida do senhor, ou para manter a sua lícita autoridade.⁵¹⁸

A Justiça do Mississippi aos poucos se afastava de sua própria jurisprudência, refutando *State vs. Jones* (1821) em prol de um pró-escravismo jurídico alinhado com *State vs. Mann* (Carolina do Norte, 1829), a doutrina de Thomas Cobb e o julgado *Dred Scott*. A radicalização dos tribunais superiores respondia menos à criminalidade e aos recursos dos réus cativos do que aos ares da política nacional, ainda mais quando John Brown levou sua guerra santa ao coração do Sul escravista.⁵¹⁹

⁵¹⁷ Diante do caso de Alfred, um escravizado que assassinara um feitor, Harris sequer se debruçou sobre a justificativa de que a vítima estuprara a esposa do réu. A sentença condenatória foi revertida em razão do tribunal ter ignorado o requerimento do advogado do réu sobre a suspeição de um dos jurados. A sentença de Jeff por sua vez, condenado pela tentativa de assassinato de um feitor com uma faca, foi anulada pelo fato de que os quesitos apresentados não incluírem a palavra “*intenção*”. No entanto, as premissas do direito pró-escravista de Harris voltaram à baila em outros julgados. *State v. Alfred*, Term 1859. Suprema Corte do Mississippi. Ver Michael Mills. “Slave Law in Mississippi from 1817-1861”. *Mississippi Law Journal*, pp. 189-191. *State v. Wesley*, Term 1860. Suprema Corte do Mississippi. Sobre o mesmo caso, ver as interpretações de Mark Tushnet. *The American Law of Slavery*, pp. 86-90; e de Thomas Morris. *Southern Slavery and the Law*, pp. 282-283.

⁵¹⁸ *State v. Oliver*, Term 1860. Suprema Corte do Mississippi. Ver Michael Mills. “Slave Law in Mississippi from 1817-1861”. *Mississippi Law Journal*, pp. 222-223.

⁵¹⁹ *State v. Jones*, Term 1821. Suprema Corte do Mississippi. Ver Michael Mills. “Slave Law in Mississippi from 1817-1861”. *Mississippi Law Journal*, pp. 176-178. *State v. Mann*, Term 1829. Suprema Corte da Carolina do Norte. Sobre o segundo caso, ver Sally Hadden. “Judging Slavery.” In: Christopher Waldrep

Foram semanas de planejamento. O desafio era arregimentar negros livres e escravizados do condado de Jefferson para o uma insurreição que poderia varrer a escravidão da Virgínia e dos estados do Sul. Diante do risco de terem sido descobertos, os abolicionistas anteciparam a ação. Em 10 outubro de 1859, Brown e outros vinte e um homens invadiram o arsenal de Harpers Ferry. Uma série de fatores comprometeu o sucesso da ação, desde erros logísticos no planejamento até o otimismo em relação à adesão dos escravizados. Eles foram cercados e, no confronto, dezessete rebeldes morreram. Gravemente ferido, John Brown foi preso e levado a julgamento, junto de outros quatro sobreviventes. Entre eles, estava Schields Green, o amigo de Frederick Douglass. Embora o crime tenha ocorrido no território federal do arsenal, o presidente democrata James Buchanan autorizou o julgamento pelo judiciário da Virgínia. Acusado das mortes de cinco pessoas e da tentativa de incitação dos escravizados a uma insurreição, Brown foi considerado culpado pelo júri e condenado à morte. Tendo recusado iniciativas para que fosse poupado ou resgatado da prisão, o abolicionista se apresentou prontamente no dia 2 de dezembro às autoridades que o escoltaram até o cadafalso. Como bem sabia, na morte ele se tornaria um mártir da causa.⁵²⁰

O corpo de Brown foi transportado a Nova Iorque, onde foi sepultado com pompa e circunstância, em um rito convertido em manifesto político. Schields Green não gozou do mesmo privilégio, sendo enforcado e enterrado no solo escravista da Virgínia. A estratégia repercutiu de forma ambígua no movimento abolicionista. Em um texto publicado nos dias seguintes no *Frederick Douglass Papers*, James McCune Smith rebateu as críticas ao radicalismo de John Brown, defendendo que o tempo o revelaria um herói. O ódio de seus inimigos e a hesitação de outros abolicionistas resultava, segundo Smith, da ameaça que Brown e seus parceiros representavam para as distinções raciais no país. “Parabéns, John!”, concluiu, “parabéns, dezessete homens brancos e cinco homens negros!” O fracasso imediato do levante fraturou a aliança entre abolicionistas radicais e afastou os moderados. Gerrit Smith teve uma síncope nervosa e abdicou da luta, enquanto Frederick Douglass deixou o país sob o risco de ser implicado na trama. No médio prazo, no entanto, o assalto a Harpers Ferry contribuiu para a o dissenso entre o antiescravismo no Norte e o pró-escravismo radical no Sul. A descoberta de um mapa atribuído aos

& Donald Nieman (eds.). *Local Matters*, pp. 1-28. Ambos os julgados foram analisados por Mark Tushnet em *The American Law of Slavery*, respectivamente nas páginas 72-75 e 54-66. Ver ainda Eugene Genovese, *Roll, Jordan, Roll*, pp. 25-49; e James Oakes. *Slavery and Freedom*, pp. 152-181.

⁵²⁰John Stauffer. *The Black Hearts of Men*, pp. 236-281; Manisha Sinha. *The Slave's Cause*, pp. 552-566.

conspiradores, com marcações em diversas cidades e zonas escravistas, reavivou o pesadelo da insurreição negra. Os incêndios que se espalharam pela Virgínia após a captura e a execução de Brown deram indícios que havia negros dispostos a atenderem ao chamado. Com a morte do abolicionista, agora era seu espírito que rondava o Sul dos Estados Unidos, ressuscitando o antigo espectro de Nat Turner.⁵²¹

A Guerra Civil e o Terror Branco

Nos primeiros dias de novembro de 1859, Susan Sillers Darden registrou em seu diário pessoal:

Houve uma conspiração para uma insurreição na Virginia. O capitão foi alvejado gravemente, ferido, seu filho morto; seu nome é Brown...trabalho de abolicionistas. Foi encontrado um mapa designando diferentes lugares em diferentes estados. Eles estão marcados com uma cruz. Eles marcaram nesse estado Warren, Clairborne, Jefferson, Church Hill nesse condado. Não longe daqui Franklin, Adams e Wilkinson. É terrível imaginar um conjunto de canalhas brancos se levantando e matando pessoas com o argumento de libertar os escravos. Eles devem ser enforcados; queimá-los não seria nada senão certo.⁵²²

O assalto a Harpers Ferry calou fundo na vizinhança de Darden, no condado de Jefferson, assim como nas demais casas grandes do Vale do Mississippi. Os pró-escravistas radicais vieram à desforra e até mesmo unionistas moderados passaram a apoiar a Secessão. No mesmo ano da mais radical investida abolicionista, a colheita de algodão no Sul bateu recordes, às custas dos trabalhadores. Foram produzidas cerca de 2 bilhões de libras de algodão de fibra limpa, em uma média de 700 libras para cada escravizado. Os diários das fazendas descrevem as percepções dos proprietários, entre o contentamento com a colheita e a desconfiança em relação às fugas e a insubordinação dos trabalhadores. Com a aproximação das eleições presidenciais de 1860, o dissenso político mais uma vez estimulou rumores sobre conspirações nas senzalas, com o apoio de abolicionistas. Ainda no primeiro semestre daquele ano, os fazendeiros do condado de Adams e da paróquia de Concórdia deram início a uma investigação.⁵²³

Na primavera de 1860, soube-se de emissários em nossa região. (...) Eles eram brancos e negros (*blacks*), e havia um sentimento evidente de insubordinação se demonstrando entre os escravos (*negroes*), se sentindo insatisfeitos etc. Nós capturamos alguns dos negros, mas os brancos escaparam. Houve uma grande excitação sobre isso na paróquia

⁵²¹ Idem. Sobre o destino de Schields Green, ver ainda Edward Baptist. *The Half Has Never Been Told*, pp. 383-385.

⁵²² Diário de Susan Sillers Darden, entrada de 3 de novembro de 1859. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi.

⁵²³ Sobre a colheita recorde, ver Edward Baptist. *The Half Has Never Been Told*, pp. 386-387.

de Concordia (do lado oposto de Natchez) e no condado de Adams. Na paróquia de Concordia havia, eu suponho, dez negros para cada pessoa branca, e no nosso condado havia quatro ou cinco negros para um branco. As pessoas ficaram apreensivas que alguma insurreição servil poderia nascer de algum quarteirão, e antes que pudesse ser reprimida, os negros pudessem recorrer a algum tipo de guerra comum a povos parcialmente civilizados, como incendiando, roubando, insultando mulheres, e todo tipo de coisa, e havia um Comitê de Vigilância estabelecido em nosso condado. Estando contra a lei da multidão (*mob law*), e na esperança de que não teríamos uma guerra (...) eu propus que a companhia de cavalaria fosse armada e equipada, (...) e portanto pronta para reprimir qualquer tentativa de insurreição na paróquia de Concórdia ou no condado de Adams.⁵²⁴

Registrado décadas depois, o relato do ex-general confederado William T. Martin foi evasivo, mas demonstrou as apreensões e paranoias que tomaram as comunidades brancas do Vale do Mississippi. Foi apenas o primeiro caso de uma série de supostas conspirações descobertas e reprimidas. A chegada do verão elevou a temperatura literal e simbolicamente no Texas, onde uma sequência de incêndios alimentou teorias conspiratórias que responsabilizaram abolicionistas e escravizados. Comitês de Vigilância promoveram julgamentos sumários e multidões lincharam dezenas de brancos e negros em questão de semanas. O Pânico de 1860, como ficou conhecido, inaugurou uma onda de histeria branca que se espalhou pelo Sul do país entre as vésperas da eleição presidencial e o primeiro ano da Guerra Civil.⁵²⁵

Com a vitória de Abraham Lincoln, foram convocadas reuniões e assembleias a fim de se deliberar sobre o destino dos estados do Sul. No início de dezembro, os cidadãos reunidos na *courthouse* de Natchez nomearam os representantes do condado de Adams para a Convenção do Mississippi. Entre eles, estava o fazendeiro Alexander Farrar, líder da inquisição de Cedar Grove anos antes. A posição majoritária nos condados de Adams e Warren foi pela permanência na federação, mas eles foram exceções no estado. Em janeiro, o Mississippi decretou sua secessão da União. Um a um, os estados vizinhos do Sul Profundo se somaram às forças separatistas lideradas pela Carolina do Sul e pelo Mississippi. Os estados do Sul Superior, como a Virginia, aderiram após a deflagração do conflito em abril. As convenções estaduais se tornaram palanques do discurso pró-escravista radical, que acusava os nortistas de defenderem a igualdade racial. Em março, foi promulgada a Constituição dos Estados Confederados da América, que tornou a

⁵²⁴ Depoimento de William T. Martin, 12 de dezembro de 1877. Records of the Southern Claims Commission. National Archive, *apud* Winthrop Jordan. *Tumult and Silence at Second Creek: An Inquiry into a Civil War Slave Conspiracy*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1993, Appendixes, pp. 334-337.

⁵²⁵ Ver Daniel Reynolds. *Texas Terror*, 2007.

“instituição da escravidão negra” uma espécie de cláusula pétrea a ser “reconhecida e protegida pelo Congresso e pelo governo do Território”. Eram novos tempos e, dessa vez, o repertório do silêncio deu lugar às palavras. Se os princípios de John Calhoun sustentaram juridicamente a Secessão, a doutrina de Thomas Cobb deu o tom do novo ordenamento. Ainda na ressaca da decisão *Dred Scott*, o fazendeiro e senador pelo Mississippi, Jefferson Davis, havia apresentado ao legislativo o projeto de um *Slave Code* Federal, unificando os *statutes* e seus dispositivos. Agora, os entraves da federação não mais existiam, ainda mais quando o próprio Davis foi eleito presidente em novembro. O caminho estava aberto para que os políticos e juristas dos Estados Confederados materializassem os princípios do constitucionalismo e do direito pró-escravista radical.⁵²⁶

Entre os primeiros passos da secessão e o bombardeio de Forte Sumter, os rumores de conspirações arrefeceram. Mas a ameaça de invasão do exército da União trouxe de volta o pesadelo da guerra racial. Em maio de 1861, ouvidos brancos atentos se incomodaram com os diálogos entre condutores de carruagens do condado de Jefferson, que falavam sobre Lincoln e a libertação dos escravizados. Bastou para que um Comitê de Vigilância fosse convocado em Fayette para investigar o caso. Susan Sillers Darden descreveu mais uma vez as notícias e seus receios em seu diário.

10 de maio. (...)Eles estavam formando planos sobre uma insurreição. Eles têm muitos condutores de carruagem ligados a eles. Os Minute Men estão investigando o assunto. (...) É terrível pensar nisso, no perigo em que estamos o tempo todo pelos servos além dos abolicionistas.

11 de maio. Essa manhã o Sr Darden foi a Fayette e se juntou aos Minute Men. Eles marcharam até a cadeia, Bob Adams veio rezando e chorando implorando que os Minute Men o poupassem até que pudesse fazer sua paz com Deus. O Sr. Darden disse que não pode senão sentir por ele. Ele achou que sua a hora havia chegado e que eles iriam enforcá-lo. Eles o puseram de volta na cadeia, vão peticionar ao governador para ele ir à penitenciária—muitos lá. Houve um encontro dos Minute Men na igreja Ebenezer e o comitê disse que enforcaria o Sr. P. K. Montgomery; John (condutor de carruagem) e Samuel Darden’s Davy (condutor de carruagem). O senhor Montgomery foi embora; Blount Stuart achou que eles foram muito precipitados e que teria ido até lá se não achasse que era tarde demais. Oh! Horrível! A ideia de tal coisa acontecendo em nosso meio.⁵²⁷

Nos dias seguintes, os proprietários de sua vizinhança conduziram uma investigação privada em suas fazendas. Em Fayette, os depoimentos apontaram a

⁵²⁶ Diário de Benjamin Wailes, entradas de dezembro de 1860. Judge George W. Armstrong Library. Natchez, Mississippi. *Constitution of the Confederate States*. Champaign: Project Gutenberg; NetLibrary, 1990. Sobre a atuação de Jefferson Davis no Senado, ver Edward Baptist. *The Half Has Never Been Told*, pp. 387-393.

⁵²⁷ Diário de Susan Sillers Darden, entradas de 10 e de 11 de maio de 1861. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi.

existência de facas, pistolas e pólvora nas mãos dos rebeldes. De acordo com Joe Davenport, os planos diabólicos envolviam matar todos os homens brancos e tomar suas mulheres como esposas. Em seguida, os negros marchariam em direção ao rio para encontrarem o senhor Lincoln. Nos dias seguintes, as delações envolveram homens brancos, acusados de instigar os escravizados ao levante. Benjamin Wailes registrou em seu diário o suposto envolvimento de estrangeiros. Segundo ele, ao menos três brancos e diversos negros teriam sido executados. Os rumores se espalharam pela região. Em uma carta enviada ao governador do Mississippi, John Pettus, Howell Hines denunciou uma insurreição descoberta na paróquia de Tensas, planejada para o dia 4 de julho.⁵²⁸

Isso foi descoberto pelo Sr. Isaac Harrison da paróquia de Tensas La, que fica do lado oposto de Jefferson. O Sr. David Harrison, irmão do primeiro, enviou seus filhos a uma visita ao seu tio. Sabendo que os negros todos sabiam da guerra e pelo que ela se dava, o Sr. Isaac Harrison se escondeu em segredo sob a casa e ouviu as conversas entre seu escravo e seus irmãos. As informações são as seguintes. Que quando Lincoln viesse cada um iria matar seu senhor e que eles depois iriam conseguir casas e mulheres brancas. O escravo Sr. Isaac Harrison pagou a pena. (...) no dia em que deixei Jackson, dois negros pertencentes ao Sr Darden (que era capitão) o outro de propriedade do Sr. Prosper K. Montgomery (...) foram enforcados pelos cavalheiros da vizinhança. Há 5 homens brancos e 2 negros agora na cadeia suspeitos de estar na conspiração. Todos os cidadãos ainda estão investigando a questão com o objetivo de trazer todos os criminosos à justiça sumária.⁵²⁹

Segundo Hines, tudo era parte de uma única conspiração que cruzava as águas do Mississippi, ligando os condutores de carruagem de Jefferson aos escravizados de Tensas. Ao menos 5 homens brancos e 16 homens negros foram acusados de integrar o plano, dos quais quatro foram sumariamente executados.⁵³⁰

Na iminência do Mississippi se converter em um campo de batalha, fazendeiros e autoridades anteciparam a instauração informal de um estado de exceção, atentos aos riscos de uma guerra doméstica. Em junho de 1861, foi convocado um encontro de cidadãos do condado de Adams, onde decidiram pelo estabelecimento de um regime judicial de emergência. Na impossibilidade da abertura das sessões dos tribunais, caberia à Washington Troop o julgamento de quaisquer suspeitos de planejarem insurreições,

⁵²⁸ Sobre a Carta de Joe Davenport ao governador do Mississippi, 14 de maio de 1861, *apud* Winthrop Jordan. *Tumult and Silence at Second Creek*, p. 310. Ver ainda Justin Behrend. “Rebellious Talk and Conspiratorial Plots: The Making of a Slave Insurrection in Civil War Natchez.” *The Journal of Southern History*, 77(1), 2011, p. 23. Diário de Benjamin Wailes, entradas de maio e junho de 1861. Judge George W. Armstrong Library. Natchez, Mississippi.

⁵²⁹ Carta de Howell Hines ao Governador do Mississippi, 14 de maio de 1861, *apud* Winthrop Jordan. *Tumult and Silence at Second Creek*, pp. 308-309.

⁵³⁰ *Idem*.

brancos ou negros. Como registrou Benjamin Wailes, esse era um “*poder muito delicado e perigoso de se exercer*”. Mas até mesmo o moderado intelectual concluiu que a “*autopreservação pode justificá-lo*”. Os acontecimentos por vir colocariam ambas as assertivas à prova.⁵³¹

Em setembro de 1861, a região de Second Creek se tornou o epicentro das tensões no condado de Adams. Assim como ocorrera cinco anos antes, logo após as eleições presidenciais de 1856, os fazendeiros da região suspeitaram da existência de uma conspiração nas senzalas da vizinhança. O caráter fragmentado das fontes, assim como a própria natureza dos rumores que as compuseram, dificultam a reconstituição dos fatos originais. Um dos relatos sugere que o filho de um feitor contratado pelo fazendeiro James Metcalfe relatou ao pai o diálogo entre Orange, Harvey, Alfred e Nelson, escravizados de um pequeno proprietário chamado Mosby. Na conversa, eles teriam citado o nome de Lincoln e dito que os castigos às pessoas negras chegariam ao fim. Não é possível afirmar se o depoimento da criança constituiu a prova inicial ou se apenas se somou a outras. De todo modo, um comitê de investigação foi imediatamente convocado na plantation Cherry Grove, da tradicional família Surget, e abriu os trabalhos da inquisição.⁵³²

O grande fazendeiro William Minor se encontrava em Nova Orleans e, avisado dos acontecimentos, retornou à sua propriedade na paróquia de Concórdia. Assim que chegou, foi convocado a tomar parte no comitê de investigação de Second Creek. No dia 23 de setembro, ele acompanhou os procedimentos e os registrou em seu diário.

Fui hoje à residência do capitão Jacob Surget para acompanhar o exame dos Negros acusados de contemplarem uma insurreição. Pelo que pude entender, eu cheguei à conclusão de que alguns negros que foram presos tinham em mente assassinar seus senhores e violar suas senhoras. As suas ações, entretanto, pareciam depender na “surra” (*whipping*) das pessoas do Sul pelas pessoas do Norte, quando eles acreditaram que seriam libertados, e então eles iriam se levantar e matar seus senhores etc., e os líderes tomariam posse da casa grande e fariam o resto dos negros trabalharem para eles, os líderes.⁵³³

Dois dias depois, Minor retornou a Cherry Grove e acompanhou os novos interrogatórios. Os acusados disseram que a conspiração se estendia das fazendas da

⁵³¹ Diário de Benjamin Wailes, entradas de junho de 1861. Judge George W. Armstrong Library. Natchez, Mississippi. A principal referência sobre o Pânico de 1861 é Winthrop Jordan. *Tumult and Silence at Second Creek*, 1993. Para um contraponto, ver Justin Behrend. “Rebellious Talk and Conspiratorial Plots: The Making of a Slave Insurrection in Civil War Natchez.” *The Journal of Southern History*, 77(1), 2011, 17-52. Ver ainda Davidson McKibben. “Negro Slave Insurrections in Mississippi, 1800-1865.” *The Journal of Negro History*, pp. 73-90.

⁵³² Ver Winthrop Jordan. *Tumult and Silence at Second Creek*, pp. 73-98; Justin Behrend. “Rebellious Talk and Conspiratorial Plots”. *The Journal of Southern History*, pp. 25-30.

⁵³³ Diário de Plantation de William Minor. William Minor and Minor Family Papers, *apud* Winthrop Jordan. *Tumult and silence at Second Creek*, pp. 317-319.

vizinhança de Second Creek até a cidade de Natchez, onde havia um outro grupo de conspiradores sob a liderança de um homem negro chamado Bill Postlethwaite. Enquanto alguns dos interrogados falaram no uso de machados e enxadas, outros mencionaram armas de fogo e incêndios. Não havia consenso sobre a data do suposto levante nos depoimentos, pois uns preferiam aproveitar a ausência dos homens brancos convocados para as batalhas, e outros pretendiam aguardar a chegada do “Capitão Lincoln”.⁵³⁴

Fotografia da Casa Grande da Fazenda Cherry Grove, no condado de Adams⁵³⁵

O mais célebre e problemático documento sobre as investigações em Second Creek foi produzido à mão pelo fazendeiro Lemuel Conner, que registrou os testemunhos de mais de vinte escravizados durante dois dias. As passagens escolhidas por Conner e a carga nas tintas (literalmente) revelam mais o seu destempero diante dos depoimentos do que sobre a suposta conspiração. As falas de Nelson e de George sobre matar os senhores e estuprar as senhoras parecem reproduzir as expectativas e ansiedades dos próprios investigadores. Por outro lado, os interrogatórios revelaram como os escravizados estavam atentos aos desdobramentos da política nacional e da Guerra Civil, conscientes de que o desfecho do conflito poderia significar a sua liberdade. Nem Conner nem Minor fizeram questão de registrar a tortura em Cherry Grove, mas a coerção à qual estavam

⁵³⁴ Winthrop Jordan. *Tumult and Silence at Second Creek*, pp. 73-135.

⁵³⁵ Disponível em <https://www.gutenberg.org/files/53830/53830-h/53830-h.htm>.

submetidos os interrogados emana das palavras e entrelinhas dos documentos. Satisfeito com as provas obtidas, o comitê decidiu pela condenação sumária de dez acusados, sendo sete pertencentes à família Surget, dois ao senhor Mosby, e um de propriedade de Mary Dunbar. No dia 25 de setembro, eles foram enforcados entre os domínios privados de Cherry Grove e as matas da fazenda Brighton, provavelmente à vista de seus parceiros e familiares da vizinhança.⁵³⁶

As notícias correram os condados e paróquias vizinhos. No dia 21 de setembro, Benjamin Wailes descreveu em seu diário o cerco militar à vizinhança de Second Creek e os julgamentos. *“Diz-se que um certo número de escravos será enforcado hoje. A cidade de Natchez seria incendiada como sinal para o levante geral”*, registrou o fazendeiro. A essa altura, uma investigação paralela teve início em Natchez. No dia 22 de setembro, foi convocado um encontro da Washington Troops, onde os procedimentos do comitê de Second Creek foram questionados. Entre outros presentes, Wailes reivindicou o direito de que a instituição interviesse *“para preservar os inocentes da severidade indesejada, e para oferecer ao acusado o benefício do julgamento por aqueles a quem são mais bem conhecidos.”* No entanto, quando um alarme soou na madrugada seguinte, acusando o incêndio que consumia todo um quarteirão da cidade, os rumores soaram como profecia. Em seu diário, o reverendo Joseph Stratton registrou em uma mesma passagem o fogo que se alastrou pela cidade e as execuções de negros próximos a Forest Church. *“O imaginário do público tem estado bem agitado em relação a esse assunto durante a semana”*, concluiu. Muitos acreditavam que o incêndio fora acidental, mas o pânico tomou conta da cidade. No dia 30 de setembro, foi convocada uma reunião do Comitê de Vigilância na *courthouse* de Natchez. Dessa vez, Benjamin Wailes preferiu se omitir. Não tomou parte nas investigações, mas tampouco se opôs. O silêncio dos moderados foi a senha para a desforra dos radicais. Entre os líderes da investigação, estavam experientes fazendeiros e inquisidores como Alexander Farrar.⁵³⁷

As lideranças decidiram conduzir os interrogatórios no hipódromo (*Racetrack*) localizado nas imediações da cidade. Aparentemente, as condições oficiosas da investigação convinham mais a fazendas e arenas do que aos tribunais. De acordo com

⁵³⁶ Lemuel P. Conner's Records. Conner Family Papers. Louisiana State University. O documento também foi transcrito e publicado por Winthrop Jordan em *Tumult and Silence at Second Creek*, pp. 268-284.

⁵³⁷ Diário de Benjamin Wailes, entradas de setembro de 1861. Judge George W. Armstrong Library. Natchez, Mississippi.; Diário do Reverendo Joseph Stratton, entradas de setembro de 1861. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi. Diário de Benjamin Wailes, entradas de setembro de 1861. Judge George W. Armstrong Library. Natchez, Mississippi.

Wailles, um dos motivos do comitê era “*excluir as massas e a multidão*” e garantir que as investigações fossem conduzidas de forma “*privada e sem interrupção, e livre da excitação e da influência de fora*”. Sob a presidência de Alexander Farrar, os trabalhos se intensificaram, levando a prisões arbitrárias e torturas, com as quais estava o fazendeiro estava familiarizado. William Minor mais uma vez esteve presente. Segundo suas anotações, os novos depoimentos confirmaram os termos dos testemunhos de Second Creek sobre os planos de “*matar, queimar e violentar*”. Para a surpresa de ninguém, os interrogatórios coercitivos confirmavam as suspeitas dos investigadores.⁵³⁸

Mapa do condado de Adams e de parte da paróquia de Concórdia, com destaque para as fazendas da região de Second Creek e a localização do hipódromo nas imediações da cidade de Natchez.⁵³⁹

O Comitê de Vigilância era soberano e sua justiça era sumária. No dia 23 de outubro, Wailles testemunhou um destacamento de voluntários armados que, nos arredores da cidade, acompanhava um grupo de negros que haviam sido condenados. “*Eles foram levados para o hipódromo e oito deles foram enforcados*”, concluiu o fazendeiro. John McFarland descreveu a mesma cena, quando os “*oito negros caíram da prancha*”, que cedeu simultaneamente sob seus pés. Eles eram condutores de carruagem e servos domésticos, acusados se abusar da confiança de seus proprietários. As execuções ocorreram às vistas dos demais investigados. Embora estivesse presente durante os

⁵³⁸ Diário de Benjamin Wailles, entrada de 2 de outubro de 1861. Judge George W. Armstrong Library. Natchez, Mississippi. Winthrop Jordan. *Tumult and Silence at Second Creek*, pp. 73-98; Justin Behrend. “Rebellious Talk and Conspiratorial Plots”. *The Journal of Southern History*, pp. 25-30.

⁵³⁹ Fonte: GoogleMaps, edição do autor.

trabalhos no hipódromo, William Minor silenciou sobre as violências que testemunhou. Anos depois, sua esposa Rebecca Minor prestou um depoimento, defendendo o marido das acusações sobre sua participação no comitê.⁵⁴⁰

Ele, no entanto, estava horrorizado com o que foi feito lá. Ele considerava que se fosse provado sobre os negros em julgamento, que nós estávamos sob o perigo de ocorrer uma insurreição, é claro que haveria punição e seria cortada pela raiz, mas ele estava realmente sob a impressão de que os testemunhos levados até ele não eram tão sólidos quanto deveriam ser, e que a única forma que conseguiam fazê-los confessar, uma grande quantidade de crueldades foi praticada, muito para o horror de meu filho John (...).⁵⁴¹

Questionada sobre os principais responsáveis, Rebecca Minor não hesitou em apontar os “*Metcalfes de Natchez e Alexander Farrar; eles eram os líderes da crueldade*”. A esposa tentava isentar o marido das barbáries do comitê, mas suas palavras apenas reforçam o que descreveram os escravizados e as vítimas dos comitês de vigilância de Natchez. Charlie Davenport era uma criança cativa na fazenda Aventine, na vizinhança de Second Creek. Muitas décadas depois, ele ainda se recordava dos relatos de sua avó sobre a tentativa de insurreição e o enforcamento sumário de um homem negro chamado Júpiter naquela propriedade, acusado de incitar os escravizados ao levante. Marshall Bates foi um homem escravizado nas fazendas do Dr. Metcalfe e narrou como um de seus parceiros chamado Denis foi castigado até a morte, em 1861, pelo filho do proprietário. O motivo foi uma conversa na qual revelou sua esperança de a guerra lhe trouxesse a liberdade. A violência nas fazendas se combinou ao terror na cidade. Nascido no cativeiro em Natchez, Pleasant Scott foi um entre tantos homens acusados arbitrariamente e levados ao hipódromo para ser examinado.⁵⁴²

Eu fui levado a julgamento e provei via testemunha que à época em que disseram que me juntei a essa companhia eu estava em Rollence, trabalhando com meus negócios, com permissão do capataz de meu senhor, e eles me deixaram ir. Eles tinham um tribunal regular lá e o Sr. Farrar era o presidente do Comitê. Além dele, eu vi outros homens (ilegível), o Sr. Metcalfe, o Sr. Revens, o Dr. Harper, o Sr. Plunalet, Lem Conner, Fred Thomas, A Canya Griffin, James Gunsy, Henry Stearns, e John Simin. A maioria deles tinha chicotes em suas mãos, John Minor tinha um chicote em suas mãos.⁵⁴³

⁵⁴⁰ Diário de Benjamin Wailes, entrada de 23 de outubro de 1861. Judge George W. Armstrong Library. Natchez, Mississippi.

⁵⁴¹ Depoimento de Rebecca Minor, 21 de abril de 1874, Records of the Southern Claims Commission. National Archive, *apud* Winthrop Jordan. *Tumult and Silence at Second Creek*, pp. 330-333.

⁵⁴² Charlie Davenport. “Autobiography of an Enslaved”. In: George Rawick. *The American Slave*, 1973, pp. 558-573. Depoimento de Marshall Bates, Records of the Southern Claims Commission *apud* Justin Behrend. Justin Behrend. “Rebellious Talk and Conspiratorial Plots”. *The Journal of Southern History*, p. 26.

⁵⁴³ Depoimento de Pleasant Scott, 28 de março de 1874. Records of the Southern Claims Commission. National Archive, *apud* Winthrop Jordan. *Tumult and Silence at Second Creek*, pp. 326-327.

Aos olhos de Pleasant Scott, o filho de Rebecca Minor não pareceu tão horrorizado com as crueldades, assumindo seu posto com o açoite em punhos. A memória mais explícita do terror do Comitê de Vigilância de Natchez foi narrada anos depois da guerra por James Carter. Nascido na Virgínia, ele foi uma das milhares de vítimas do tráfico interestadual antes de chegar ao condado de Adams. Acusado de ler notícias da guerra aos negros em encontros clandestinos em um bayou e de participar da conspiração, ele foi levado ao hipódromo e interrogado por três semanas, quase todos os dias.

No dia final, eles me levaram para fora e me castigaram terrivelmente. Muitos deles estavam me açoitando ao mesmo tempo. O Sr. Farrar e Abner Martin eram dois dos que estavam me castigando e os outros dois eu não posso lembrar os nomes. O objetivo de me castigarem era me fazer confessar alguma coisa. Eles me questionaram primeiro e eu lhes disse que eu não sabia nada a respeito, o que era verdade. Eles disseram que me fariam saber e então me castigaram. Eles me açoitavam até que eu desmaiava, e então paravam e castigavam de novo. O Dr. Harper se sentava próximo, e checava meu pulso e dizia quando eles deveriam parar e quando deveriam continuar.⁵⁴⁴

O relato de Carter descreve a violência a que foi submetido durante os interrogatórios e ainda revela a participação direta dos mais altos membros do Comitê de Vigilância nas sessões de tortura. A presidência exercida por Alexander Farrar o envolvia diretamente nos castigos. Carter confirmou a presença de William Minor durante todos os dias em que foi interrogado, sentado ao lado de Farrar e questionando-o como os demais. O terror psicológico foi registrado também por testemunhas livres. Em correspondências particulares, John MacFarland confirmou que “*todos os testemunhos foram extraídos dos negros pelo chicote*”, enquanto Sophia Hunt disse que as confissões foram obtidas junto ao cadafalso. Os depoimentos eram prestados sob a signo do açoite e a ameaça da força. Durante seu tempo no hipódromo, Carter testemunhou a execução de oito homens negros, temendo ser o próximo.⁵⁴⁵

No final do julgamento, eles decidiram me enforcar. O Sr. Farrar era o presidente do Comitê e me disse que eles decidiram me enforcar. Eu fui então levado para a força para ser enforcado. Quando eu subi o cadafalso, eu vi oito homens mortos pendurados na força.⁵⁴⁶

Ao todo, dezessete homens negros estiveram à mercê do Comitê de Vigilância junto de James Carter durante semanas. Todos foram castigados durante os depoimentos.

⁵⁴⁴ Depoimento de James Carter, 31 de março de 1874. Records of the Southern Claims Commission. National Archive, *apud* Winthrop Jordan. *Tumult and Silence at Second Creek*, pp. 328-329.

⁵⁴⁵ Carta de John McFarland, 25 de outubro de 1861, *apud* Justin Behrend. “Rebellious Talk and Conspiratorial Plots”. *The Journal of Southern History*, pp. 33-34.

⁵⁴⁶ Carta de Sophia Hunt a Jennie Hughes, 15 de outubro de 1861, *apud* Winthrop Jordan. *Tumult and Silence at Second Creek*, p. 320.

Carter narrou a experiência de ser levado ao cadafalso e se deparar com os oito cadáveres pendurados. Os membros do comitê e os soldados do hipódromo o escoltavam pessoalmente e, no último instante, decidiram não enforcá-lo. Mais uma vez Carter foi açoitado e enfim liberado. Anos depois, ele descobriu que foi a intervenção de um homem branco da igreja Batista que salvou a sua vida. Mediante a violência e o terror, o Comitê de Vigilância construiu suas verdades convenientes e exerceu poder de vida e morte sobre os suspeitos. Para seus membros, os tempos de guerra justificavam a justiça de exceção, mas em vez dos linchamentos pelas massas, os grandes fazendeiros instituíram seu próprio reino de terror.⁵⁴⁷

Assim como na investigação particular de Cedar Grove, em 1857, Alexander Farrar fez as vezes do cidadão exemplar de Natchez, cumprindo os papéis de inquisidor e carrasco, pela segurança de sua comunidade branca. Os temores de uma conspiração aos poucos se dissiparam nos últimos meses de 1861, mas o Comitê de Vigilância manteve os trabalhos. À medida em que o exército da União se aproximava do médio Vale do Mississippi, aumentaram as fugas de escravizados rumo às linhas inimigas dos Confederados. Farrar assumiu o posto de Marechal de Natchez, responsável pelo governo e pela preservação da ordem na cidade durante a guerra. Em julho de 1862, em uma correspondência enviada ao governador do Mississippi, John Petrus, ele reivindicou a permanência das milícias que faziam a supervisão das plantations.

Essa é uma questão de grande importância para nós aqui, uma vez que há uma grande disposição entre os negros de se insubordinarem, e fugir em direção aos federais. Nesses últimos 12 meses nós tivemos que enforçar cerca de 40 por conspirarem uma insurreição, e tem havido um grande número posto em ferros. Eu apelo a você por auxílio, por eu garanto que se os feitores forem levados, esse condado será deixado em uma condição que não será por meio algum segura.⁵⁴⁸

Farrar foi modesto nos números, assim como em relação ao seu papel no Comitê de Vigilância. É provável que tenha preferido não deixar provas de seus crimes de guerra. O cenário de anarquia descrito pelo marechal tinha o objetivo de convencer o governador a manter feitores e milícias de homens armados no condado. No entanto, os relatos de escravizados reforçam a percepção de que a ordem doméstica estava abalada e os fazendeiros estavam dispostos a tudo para preservá-la.

⁵⁴⁷ Depoimento de James Carter, 31 de março de 1874. Records of the Southern Claims Commission. National Archive, *apud* Winthrop Jordan. *Tumult and Silence at Second Creek*, pp.328-329.

⁵⁴⁸ Carta de Alexander Farrar ao governador do Mississippi, 17 de julho de 1862, *apud* Winthrop Jordan. *Tumult and Silence at Second Creek*, pp. 323-324.

Por meio de decretos e medidas arbitrárias, os militares confederados e as autoridades instituídas implementaram violências sistemáticas contra os negros no condado de Adams entre os anos 1862 e 1863. Anos depois da Guerra Civil, um homem escravizado chamado John Goff narrou perante a Southern Claims Commission a sua prisão por soldados confederados que o acusavam de se rebelar contra eles. Em seu depoimento, Goff descreveu o medo que sentiu ao testemunhar a execução sumária de dezoito negros. Um homem negro livre, chamado George Carter, narrou o terror provocado pelo comitê do hipódromo, que fazia das execuções “*um aviso às outras pessoas de cor sobre o que aconteceria se não ficassem quietos.*” Henry Farrar, escravizado à época no condado de Adams, relatou a execução de quinze homens, apenas por terem falado em fugir em direção aos Yankees. Já não era a suposta conspiração que justificava a justiça sumária, mas qualquer indício de deslealdade em relação aos Estados Confederados. Como relatou um homem cativo chamado George Braxton, os homens negros de Natchez viveram sob o reinado de terror de Alexander Farrar, que “*estava sempre procurando uma oportunidade de colocar as mãos sobre alguns de nós.*”⁵⁴⁹

O terror branco se instaurou em todo o Vale do Mississippi até o cerco de Vicksburg e a posterior ocupação pelo exército da União. A Proclamação da Emancipação no início de 1863 contribuiu para a deserção em massa das fazendas e para o alistamento dos libertos nas forças armadas dos Estados Unidos. No dia 13 de julho, navegações federais atracaram nas margens de Natchez Under-the-Hill. Um dos soldados recém-chegados, chamado Van Bennet, registrou em uma correspondência seu horror diante dos fatos que lhe foram narrados por uma mulher branca em um culto na igreja presbiteriana da cidade. Em suas palavras, “*os ultrajes cometidos sobre os pobres, desafortunados negros, que seriam suspeitos de desígnios malignos sobrepassa tudo o que já ouvi e li. A crueldade da gentry cavalheiresca de Natchez faria corar os mais calorosos defensores da Inquisição Espanhola.*”⁵⁵⁰

Oito meses depois da ocupação da cidade, a missionária e abolicionista Laura Haviland chegou à cidade de Natchez. Prestando auxílio aos libertos em estado de necessidade, ela coletou narrativas sobre as violências do cativo no condado de Adams e as publicou em suas memórias. Haviland se interessou particularmente pelos relatos

⁵⁴⁹ Depoimento de John Goff; Depoimento de Henry Farrar. Records of the Southern Claims Commission, apud Justin Behrend. “Rebellious Talk and Conspiratorial Plots”. *The Journal of Southern History*, pp. 1 e 49.

⁵⁵⁰ Diário de Van. S. Bennet, 10 de janeiro de 1864, apud Winthrop Jordan. *Tumult and Silence at Second Creek*, p. 325.

sobre as “*terríveis experiências durante 1860-61*”. Segundo a missionária, tudo começou por conta de uma conversa entre dois homens escravizados que diziam “*que se Lincoln fosse eleito ele libertaria todos os escravos, pois ele era um Republicano Negro*”. Alarmados, os fazendeiros teriam convocado uma investigação.

A maioria desse comitê decidiu por açoitar e aplicar outras torturas para compelir confissões de todos esses escravos marcado, e então executá-los. Um certo número de membros comitê o abandonou por não consentir com essas medidas severas. Muitos negros foram arrancados de suas senzalas e jardins em saber a causa, despidos, amarrados a postes de castigos ou levados para o calabouço, e receberam tantas chicotadas quando se poderia dar. Ao fim de cada açoite o sofredor era chamado a fazer uma completa revelação de cada frase que ele ou ela havia ouvido em favor da liberdade, ou dos Yankees, entre seu povo, fosse em conversas ou pregações, e por quem, com a promessa de ser liberado de mais punições. Nunca um deles foi liberado, mas aos sábados geralmente dez ou doze desses sofredores eram lançados em uma carroça e transportados à força, onde era colocados em uma fileira, e todos eram enforcados no mesmo instante.⁵⁵¹

De acordo com Haviland, centenas de pessoas foram enforcadas às margens da cidade e em uma plantation próxima. Dando início a uma investigação particular, ela visitou o calabouço onde foram presos os suspeitos e entrevistou pessoas livres e libertas, produzindo um relatório com referências a 209 pessoas assassinadas, citando os nomes dos respectivos proprietários. A fazendeira Mary Dunbar foi uma de suas principais fontes, ainda ressentida com a execução de três de seus cativos que considerava inocentes. Pelas informações colhidas, mais de quatrocentos teriam sido “*torturados até a morte nesse reino de terror, antes que Natchez caísse nas mãos da união*”, mas a missionária apenas registrou aqueles sobre os quais encontrou provas.⁵⁵²

É possível que a abolicionista e suas testemunhas tenham inflacionado os números. De todo modo, tenham sido quarenta ou mais de duzentas as vítimas, o terror branco de Natchez foi provavelmente o mais violento do Vale do Mississippi. Tão escandaloso quanto os fatos, foi o silêncio da comunidade branca. Como mencionou a proprietária Sophia Hunt, tudo se deu com descrição e “*não deveria estar nos jornais*”. Orgulhosa, a aristocracia de Natchez performou um verdadeiro massacre sem ceder às

⁵⁵¹ Laura Haviland. *A Woman's Life-Work*, pp. 295-298.

⁵⁵² “Frank Susette, 26; James Susetts, 7; Dr. Stanton, 8; Dr. Mosby, 26; widow Albert Dunbar, 48; Mrs. Brady, 12; widow E. Baker, 28; Mrs. Alexander, 16; Dr. George Baldwin, 8; Stephen Odell, 5; G. Grafton, 5; James Brown, 3; Mr. Marshall, 1; Mr. Robinson, 2; Melon Davis, 1 j widow Absalom Sharp, 3; Miss Mary Dunbar, 3; Josepb Reynolds, 2; Baker Rohinson, 3; Lee Marshall, whipped to death 1; Mrs. Chase, whipped to death 1; a total of 209.” Laura Haviland. *A Woman's Life-Work*, p. 297; Carta de Sophia Hunt a Jennie Hughes, 15 de outubro de 1861, *apud* Winthrop Jordan. *Tumult and Silence at Second Creek*, p. 320.

multidões de linchadores ou perder a pose. Ao que tudo indica, os horrores preservados nas fontes são apenas uma amostra do que ocorreu nas fazendas, nos calabouços e no hipódromo. Como disse o soldado da União, Van Bennet, “*nós jamais poderemos saber sequer metade do mal.*”⁵⁵³

O Pânico de 1861 e o regime marcial de Natchez (1861-1863) combinaram os precedentes da violência racial no Vale do Mississippi com notáveis inovações. Os arbítrios e castigos privados eram sistêmicos na escravidão, mas o terror branco era uma forma de justiça coletiva e errática reservada a tempos de exceção. Durante o Pânico de 1835, as comunidades brancas do Mississippi também reagiram ao avanço dos abolicionistas, fazendo de cada branco forasteiro e de cada negro um suspeito em potencial. Na iminência de uma suposta conspiração no condado de Madison, a justiça formal cedeu a um comitê de segurança, composto por fazendeiros que buscaram travestir de forma legal os interrogatórios sob tortura e as execuções sumárias. A instituição paraestatal se pretendeu um meio termo entre o judiciário e a multidão de brancos pobres, à qual sucumbiu por diversas vezes, sendo conivente com os linchamentos. Esse era um efeito colateral da democracia branca e das ideologias raciais no país. Os cidadãos desprivilegiados se sentiam encorajados a serem atores de sua própria justiça racial, mesmo à revelia das autoridades públicas e dos grandes fazendeiros. A tradicional classe proprietária de Natchez se vangloriou à época do contraste entre a civilidade de seus habitantes e a violência anárquica dos condados recém-estabelecidos no Mississippi. Mais de duas décadas depois, chegou a hora do condado de Adams provar a essência de sua estirpe.

Frente à radicalização dos abolicionistas e à insubordinação da população escravizada, um novo surto de histeria coletiva varreu o Vale do Mississippi a partir de 1860. A violência extrajudicial se espalhou pelos condados e paróquias, inclusive em Natchez. Todavia, tanto em Second Creek quanto no hipódromo, prevaleceu uma justiça sumária regida pelos fazendeiros. Houve inúmeros relatos de arbítrios individuais nas fazendas, ruas e estradas. Mas o grosso das investigações, dos interrogatórios sob tortura e das execuções, ficou a cargo de comitês de vigilância controlados por proprietários de prestígio na região. Os fazendeiros de Natchez tiveram mais sucesso que seus pares de Madison (1835) em monopolizar os poderes investigação e de punição sobre os acusados,

⁵⁵³ Diário de Van. S. Bennet, 10 de janeiro de 1864, *apud* Winthrop Jordan. *Tumult and Silence at Second Creek*, p. 325.

à semelhança do padrão observado no Vale do Paraíba nos anos 1830 e 1840. No terror branco que vigeu durante a Guerra Civil, os fazendeiros de Natchez conseguiram suspender a lei, preservando a hierarquia social.

Desde meados da década de 1850, o tribunal de Natchez se aproximara da justiça dos fazendeiros, inclusive levando a pena de morte aos seus domínios privados. Mas não bastou. Os tempos excepcionais deram lugar a uma justiça de exceção que, não à toa, teve lugar nas fazendas de Second Creek e no hipódromo, a certa distância da *courthouse*. Sob a batuta de Alexander Farrar, foram os fazendeiros com acoites em punhos que fizeram as vezes dos promotores, dos juízes e do carrasco. Durante a guerra, apenas por uma vez o tribunal abriu as suas portas. Em novembro de 1861, um homem cativo chamado Israel foi julgado pelo homicídio de outro escravizado e a corte o sentenciou à morte. Em mais de três décadas, esse foi o único caso identificado em que um réu foi condenado à pena capital por um crime cometido contra uma vítima negra. O rigor penal respondeu às tensões daquele ano. Mas enquanto Israel subia o cadafalso, tantos outros negros eram presos, torturados e sumariamente executados em outros recantos do condado. O corpo de jurados foi indicado pelo xerife Oren Metcalfe e incluía Alexander Farrar e William Minor. Eram todos cidadãos exemplares, à disposição do tribunal, ao mesmo tempo em que operavam como inquisidores de uma justiça paralela à margem da cidade e da lei.⁵⁵⁴

A resistência e os anseios dos escravizados eram reais desde antes da guerra. A conspiração, por sua vez, cruzou as fronteiras do imaginário. As provas apresentadas perante os comitês de vigilância foram obtidas mediante tortura e, assim como deveriam ser descartadas em uma corte judicial, devem ser analisadas com cautela pelo historiador. Os documentos dizem mais sobre o mundo dos brancos do que sobre a suposta conspiração negra. No entanto, os fragmentos revelam que a população escravizada estava de fato atenta à guerra, ciente de que seu destino estava em jogo. Alguns podem ter sonhado em se rebelar. Mas a resposta dos fazendeiros e autoridades ultrapassou, de longe, a realidade das provas. Nas palavras de Littleton Barber, que viveu os anos de terror em Natchez, era preciso tomar “*cuidado para que nenhuma pessoa branca me escutasse falando qualquer coisa, o Col. Farrar enforcou homens demais, que apenas haviam dito serem a favor da União.*” Esta acusação, sim, se provou real. O crime de tantos escravizados foi conspirar a sua própria liberdade. Quando a oportunidade se apresentou, muitos deles de fato pegaram em armas. Não era a insurreição imaginada

⁵⁵⁴ *State v. Israel*, Term 1861; Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi.

pelos fazendeiros confederados, mas os alistados tampouco se limitaram a ser a bucha de canhão do exército da União. Em cada passo nos campos de batalha, os soldados negros fizeram da Guerra Civil a sua revolução.⁵⁵⁵

A Reconstrução Negra e as Forças da Reação

Nós estamos lutando contra os rebeldes com apenas uma mão, quando deveríamos estar lutando com ambas. Nós estamos recrutando nossas tropas das cidades e vilas do Norte, quando deveríamos estar recrutando-as nas plantations do Sul. Nós estamos atacando os rebeldes culpados com nossa mão branca leve, quando deveríamos estar atacando com a mão de ferro do homem negro, a qual mantemos acorrentada atrás de nós.⁵⁵⁶

A Guerra Civil já se arrastava há quase um ano e não dava sinais de que o fim estava próximo. Assim como outros abolicionistas, Frederick Douglass via no soldado negro a solução. O presidente Lincoln hesitou por meses. Em setembro de 1862, contudo, ele decretou de forma preliminar que todos os homens e mulheres escravizados nos estados rebeldes seriam libertos a partir de primeiro de janeiro do ano seguinte. Oficializada a Proclamação da Emancipação, a natureza do conflito se alterou. A escravidão sempre estivera no coração do dissenso entre nortistas e sulistas, mas a medida costurou de uma vez por todas a Guerra Civil ao destino do cativo nas Américas. Em fevereiro de 1863, Douglass elevou o tom, assegurando que os negros do país estavam “*prontos para se reunir sob as estrelas e listras ao primeiro toque dos tambores*”. Deem-lhes uma chance, concluiu, “*e eles vão lutar, e lutar com vingança*”.⁵⁵⁷

O avanço tropas da União pelo território dos confederados decretou um segundo estado de guerra. Em uma fazenda no Mississippi, Louis Hughes acompanhava discretamente a leitura do jornal por seu proprietário, atento às notícias sobre os abolicionistas e a *underground railroad*. Nascido na Virgínia em 1832, ele fez ainda jovem a travessia ao Sul Profundo e agora pretendia refazê-la às avessas. Na primeira

⁵⁵⁵ Depoimento de Littleton Barber. Records of the Southern Claims Commission, *apud* Justin Behrend. “Rebellious Talk and Conspiratorial Plots”. *The Journal of Southern History*, pp. 44-47.

⁵⁵⁶ Frederick Douglass. “Fighting the Rebels with One Hand,” 14 de janeiro de 1862. In: Frederick Douglass. *In the Words of Frederick Douglass: Quotations from Liberty's Champion*. Ithaca: Cornell University Press, 2011, pp. 68-69.

⁵⁵⁷ “Eu conheço o homem de cor do Norte. Eu conheço o homem de cor do Sul. Eles estão prontos para se reunir sobre as estrelas e listras ao primeiro toque dos tambores. Deem-lhes uma chance; parem de chamá-lo de “niggers”, e os chamem de soldados. Deem-lhes uma chance de buscarem a reputação vazia na boca dos canhões. Parem de dizer que eles não podem lutar, e diga-lhes que eles podem lutar e devem lutar, e eles vão lutar, e lutar com vingança. Deem-lhes uma chance.” Frederick Douglass. “The Proclamation and a Negro Army,” 6 de fevereiro de 1863. In: Frederick Douglass. *In the Words of Frederick Douglass*, pp. 68-69.

tentativa de fuga, foi poupado, mas na segunda recebeu uma punição exemplar. A chegada da guerra ao Mississippi lhe deu novo fôlego e ele partiu mais uma vez, agora em direção às tropas da União. Capturado, Hughes quase foi sumariamente enforcado, mas, após um castigo severo, devolveram-no ao seu proprietário. As fugas se alastraram pela vizinhança onde vivia e os fazendeiros e as autoridades instauraram um terror legal e extrajudicial para contê-los. *“Foi nessa época que a lei ou regulação do governo rebelde foi promulgada, autorizando ou determinando o fuzilamento ou enforcamento de qualquer escravo capturado tentando escapar para o exército da União”*, narrou Hughes. Na passagem mais visceral de sua autobiografia, ele descreveu a pena exemplar de dois homens, *“enforcados e deixados para apodrecer como um aviso.”*⁵⁵⁸

Dois escravos pertencentes a um Wallace, um dos nossos vizinhos mais próximos, haviam tentado escapar em direção aos soldados da União, mas foram capturados, trazidos de volta e enforcados. Todos os escravos foram chamados, contaram-lhes todos os detalhes da fuga e da captura das pobres criaturas e de seu assassinato chocante, e eles foram compelidos a ir e vê-los onde foram enforcados. Eu nunca esquecerei o horror da cena—ela era nauseante. Os corpos enforcados à margem da estrada, onde a execução ocorreu, até que as moscas azuis literalmente formaram um enxame em torno deles, e o fedor era temeroso. Esse espetáculo bárbaro tinha o objetivo de mostrar aos escravos que passassem, qual seria o seu destino se fossem capturados em uma tentativa de escapar, e para assegurar a circulação dos detalhes do caso terrível entre eles, por toda a vizinhança.⁵⁵⁹

A guerra suspendeu a precária proteção legal aos negros no Sul, especialmente quando após a Proclamação da Emancipação, que contribuiu para a anarquia nas fazendas. Os proprietários responderam com uma política de terror, por meio de torturas, execuções sumárias e linchamentos. O regime de exceção prevaleceu no Vale do Mississippi até o cerco de Vicksburg. Em julho, embarcações federais atracaram nas margens de Natchez Under-the-Hill. Os soldados confederados remanescentes se renderam e os proprietários se resguardaram em suas residências. Uma mulher negra de idade avançada caminhava pelas ruas da cidade abraçando os soldados da união, enquanto outros se ajoelhavam agradecendo aos céus a liberdade. Outrora capital da escravidão no Vale do Mississippi, Natchez deu lugar a uma festa negra. Nos dias seguintes, milhares de libertos atravessaram as estradas entre as fazendas e a cidade, abandonando os domínios de seus antigos proprietários. Na iminência da rendição dos confederados de seu condado, Louis Hughes se arriscou pela quinta vez e obteve sucesso. Escoltado por

⁵⁵⁸ Louis Hughes. *Thirty Years a Slave*, pp. 80-90/103-107/111-117/127-156.

⁵⁵⁹ Louis Hughes. *Thirty Years a Slave*, pp.154-155.

soldados da União, ele retornou triunfante à fazenda, onde confrontou seu antigo proprietário e libertou sua família.⁵⁶⁰

Nas semanas seguintes, o general Ulysses Grant percorreu o Mississippi e recrutou libertos nos acampamentos improvisados à margem da cidade de Natchez. Entre os voluntários, estava William Henderson, que fizera do silêncio a virtude que lhe preservou a vida durante o regime marcial de Alexander Farrar. Com a rendição da cidade, ele se alistou e serviu ao 58º Regimento da Infantaria dos Homens de Cor. O fim do terror branco era o prenúncio da revolução negra. Entre 1863 e 1865, desenhou-se a derrota dos confederados e, conseqüentemente, a abolição definitiva do cativeiro. Aos olhos dos fazendeiros, os soldados negros encarnavam o espectro da insurreição, embora eles trajassem as listras e estrelas da bandeira que, até pouco tempo, simbolizava a supremacia branca no Sul. Mas não era pela velha União que lutavam, dizia Frederick Douglass, mas por algo incomparavelmente melhor. Lutavam “*por unidade; unidade de objetivos, unidade de instituições, em que não haverá nem Norte, nem Sul, nem Leste, nem Oeste, nem negro, nem branco, mas uma solidariedade da nação, fazendo de cada escravo, livre, e de cada homem livre, um eleitor*”.⁵⁶¹

As derradeiras batalhas ainda ocorriam quando, em 31 de janeiro de 1865, o Congresso Nacional aprovou a 13ª Emenda à Constituição dos Estados Unidos, proibindo “*a escravidão ou a servidão involuntária*” no país—salvo como punição criminal. A liberdade conquistada às baionetas se convertia em direito. Os silêncios constitucionais deram lugar a enunciados retumbantes e a uma perniciosa ressalva. A guerra chegava ao fim, porém o país estava longe da paz. O assassinato de Lincoln em abril serviu de desforra aos confederados, mas não alterou a realidade de suas fazendas e cidades ocupadas por tropas federais e por milhares de negros livres. A responsabilidade pela política da Reconstrução recaiu sob o vice-presidente, Andrew Johnson, que não

⁵⁶⁰ Louis Hughes. *Thirty Years a Slave*, pp. 172-179. Sobre o terror branco em Natchez durante o Pânico de 1861, ver Winthrop Jordan. *Tumult and Silence at Second Creek*, 1993; e Justin Behrend. “Rebellious Talk and Conspiratorial Plots.” *The Journal of Southern History*, pp. 17-52. Sobre o cerco de Vicksburg e a ocupação do Vale do Mississippi, ver Christopher Waldrep. *Roots of Disorder*, pp. 59-83. Sobre a ocupação e a emancipação dos escravizados de Natchez, ver Anthony Kaye. *Joining Places*, pp. 177-207.

⁵⁶¹ “Qual interesse então nós temos em lutar pela velha União? Nós não estamos lutando por ela. Nós estamos lutando por algo incomparavelmente melhor que a velha União. Nós estamos lutando por unidade; unidade de objetos, unidade de instituições, em que não haverá nem Norte, nem Sul, nem Leste, nem Oeste, nem negro, nem branco, mas uma solidariedade da nação, fazendo de cada escravo livre, e cada homem livre um eleitor”. Frederick Douglass. “Emancipation, Racism, and the Work before Us,” 4 de dezembro de 1863. In: Frederick Douglass. *In the Words of Frederick Douglass*, p. 69.

compartilhava das convicções de seu antecessor e acenava com empatia aos ex-confederados. Eles entenderam o recado.⁵⁶²

No outono de 1865, o governador do Mississippi Benjamim G. Humphreys se dirigiu ao legislativo estadual. Fazendeiro e general confederado, ele foi agraciado com o perdão de Johnson dias após sua eleição em outubro, pronunciando um dos primeiros discursos sobre “*o problema do negro*” no pós-guerra. Em suas palavras, o Mississippi aboliu a escravidão à força e “*o negro é livre, quer gostemos ou não*”. A liberdade, todavia, devia ter limites e não era sinônimo de cidadania. Ela garantiria a personalidade jurídica e a propriedade dos negros, mas não a igualdade social e política com os brancos. A cada raça cabia um papel e o do negro era nos campos de algodão. Assim como no passado, os trabalhadores fiéis mereceriam recompensas e os indolentes, a punição. Era essa a lei da plantation e a “*lei de Deus*”. Entre os legisladores que acompanharam o discurso de Humphreys, estavam outros proprietários e ex-confederados que compartilhavam de sua visão. Nos dias seguintes, a casa promulgou uma série de leis que restringiram o acesso de negros à propriedade rural, vedaram a posse de armas, limitaram seus direitos políticos, proibiram o casamento interracial e tipificaram a vadiagem como crime. Não por menos, foram batizadas de *Black Code*.⁵⁶³

As motivações econômicas eram evidentes. A recuperação da lavoura algodoeira demandava o retorno dos trabalhadores ao campo. Finda a escravidão e abolida a autoridade senhorial, caberia ao Estado o papel do feitor, coagindo-os aos trabalhos. Ao mesmo tempo, as ansiedades em relação à população negra recém-liberta estavam estampadas nas medidas de controle da criminalidade. Era a ressalva contida na 13ª Emenda que dava seus primeiros frutos. Os representantes eleitos pelo Mississippi inauguraram o reacionarismo legislativo no Sul, seguidos por seus pares da Carolina do Sul e da Louisiana. Os *Black Codes* provocaram duras críticas na imprensa e no Congresso Nacional, mas contaram com a conivência de Andrew Johnson. A oposição ao presidente ganhou corpo no ano de 1867 e esvaziou sua autoridade na condução da

⁵⁶² “Emenda XIII - Nem a escravidão ou a servidão involuntária, exceto como punição por crime pelo qual a parte tenha sido devidamente condenada, deverá existir nos Estados Unidos, ou em qualquer lugar sujeito à sua jurisdição.” Sobre a reforma do constitucionalismo estadunidense no pós-guerra, ver Eric Foner. *The Second Founding: How the Civil War and Reconstruction Remade the Constitution*. New York: W.W. Norton & Company, 2019, e sobre a 13ª Emenda, ver as páginas 21-54.

⁵⁶³ “Black Codes of Mississippi, 1865.” *The U.S. Justice System: An Encyclopedia*, 3, 2012, 856-859. David Oshinsky. *Worse than Slavery: Parchman Farm and the Ordeal of Jim Crow Justice*. New York: Free Press, 1996, pp. 20-21. Sobre o *Black Code* do Mississippi, ver Christopher Waldrep. *Roots of Disorder*, pp. 105-106/104-119; e William Harris. “Formulation of the First Mississippi Plan: The Black Code of 1865”. *The Journal of Mississippi History*, 29(3), 1967, 181

Reconstrução, dando início à sua fase mais radical. Sob a regência dos republicanos no Congresso Nacional, foram aprovadas a 14ª e a 15ª Emendas, que vedaram a discriminação de natureza racial à cidadania e ao direito de voto, exceção feita aos indígenas. Estavam revogados o precedente *Dred Scott* e os *Black Codes*.⁵⁶⁴

A Reconstrução Radical promoveu uma inversão das hierarquias nos estados do Sul. Em 1868, a assembleia do Mississippi aprovou uma nova constituição, que proibiu a segregação racial e assegurou a plena cidadania aos negros residentes do estado. Ao mesmo tempo, o *Freedmen's Bureau* se encarregou da difícil tarefa de proteger os libertos e de lhes oferecer acesso a educação e emprego. Nos antigos condados da grande lavoura, marcados pela presença massiva de afro-americanos, a extensão do sufrágio rapidamente alterou o perfil dos representantes eleitos. Republicanos negros passaram a ocupar as cadeiras do legislativo e figuras como John Lynch e Hiram Revels alçaram voos ainda mais altos, chegando ao Congresso Nacional. A reação não tardou a vir. Coube ao Comitê Executivo Central do Partido Democrático do estado o papel de porta-voz dos ressentimentos brancos. Em sua “*Plataforma dos Homens Brancos Democratas do Partido do Mississippi*”, colocaram-se contra a intervenção militar, prometendo defender os direitos constitucionais dos estados do Sul e restaurar a ordem racial.⁵⁶⁵

Que o desígnio nefasto do partido Republicano no Congresso, de colocar os homens brancos dos estados do Sul sob o controle governamental dos seus antigos escravos, e degradar a raça Caucasiana como inferior ao Negro Africano; é um crime contra a civilização na era, que apenas precisa ser mencionada para ser desprezada por todas as mentes inteligentes, e nós portanto convocamos o povo do Mississippi a reivindicar igualmente a superioridade de sua raça sobre o negro, a seu poder político para manter a liberdade constitucional.⁵⁶⁶

⁵⁶⁴ Sobre os Black Codes nos estados do Sul, ver Theodore Wilson. *The Black Codes of the South*. University: University of Alabama Press, 1965. Sobre a 14ª e a 15ª Emendas, ver Eric Foner. *The Second Founding*, pp. 55-123.

⁵⁶⁵ Sobre a Reconstrução, ver W. E. B. Du Bois. *Black Reconstruction in America: An Essay Toward a History of the Part which Black Folk played in the Attempt to Reconstruct Democracy in America, 1860-1880*. New York: Oxford University Press, 2007; Eric Foner. *Reconstruction: America's Unfinished Revolution, 1863-1877*. New York: Harper Perennial, 2014. Sobre a Reconstrução no Mississippi, ver James Garner. *Reconstruction in Mississippi*. New York, London: Macmillan, 1901; William Harris. *Presidential Reconstruction in Mississippi*. Baton Rouge: Louisiana State University, 1967; e ainda Christopher Waldrep. *Roots of Disorder*, pp. 84-145. Ver ainda Steven Hahn. *A Nation Under our Feet: Black Political Struggles in the Rural South from Slavery to the Great Migration*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2003.

⁵⁶⁶ *Natchez Democrat*, edição de 4 de fevereiro de 1868. Em fevereiro de 1868, o tribunal do júri de Natchez abriu os trabalhos para o julgamento de dezenas de réus negros, acusados de crimes como furto e roubo. Os redatores do *Natchez Bulletin* aproveitaram a oportunidade para contrastar a justiça escravista e o império da nova lei, enaltecendo a capacidade do regime anterior preservar a ordem independente de condenações em massa. “Que espetáculo foi apresentado! Dezesete réus, condenados após um julgamento justo e toda a ajuda que os membros da corte lhes deram, de roubo e furto. Com apenas uma exceção, eles eram negros; nascidos na escravidão; agraciados subitamente com a liberdade, despreparados para esse bem; votantes leais e constituintes porque sua pele é negra; sobre quem o roubo jamais levava a punição alguma salvo a corporal, e que mal haviam sonhado que se tornaram livres, a punição ficou infame; preguiçosos por

Entre as inversões às quais se opunham, poucas incomodavam tanto quanto a perda do monopólio da força. A eleição de xerifes e magistrados negros representou a subversão da justiça branca. Pela primeira vez, na *courtweek* de 1867, os negros que adentraram as portas do tribunal de Natchez não se dirigiram ao banco dos réus, mas às galerias do júri. Ainda em outubro, os redatores do *The Weekly Democrat* denunciaram a composição do júri de Vidalia, cujos 48 cidadãos convocados eram, sem exceção, negros. Os jornais questionavam a capacidade desses jurados por serem analfabetos e desconhecerem os procedimentos da justiça. Outrora um braço armado da ordem escravista, a justiça criminal estava no centro das lutas simbólicas do novo tempo. Ao mesmo tempo, a presença de milhares de negros livres nas estradas e nas ruas das cidades do Mississippi alarmava as comunidades brancas, que demandavam a ação disciplinadora de um Estado que não lhes pertencia mais.⁵⁶⁷

Há, talvez, quinhentas pessoas, principalmente negros, agora na cidade, que certamente não tem nenhum meio de vida. (...) Há um remédio legal para esse mal na forma de uma lei antivadiagem. Uma execução fiel daquela lei livraria a cidade de não menos que quinhentos desgraçados preguiçosos, ladrões, perturbadores da paz, notívagos, violadores da lei e insignificantes.⁵⁶⁸

Antes da abolição, os jornais denunciavam da insubordinação dos escravizados. Agora, os temores raciais foram agora traduzidos nos termos da “criminalidade negra”. A despeito da revogação do *Black Code*, as medidas antivadiagem prevaleceram no controle sobre a população liberta. Ao mesmo tempo, pequenos delitos e contravenções, anteriormente resolvidos à margem da lei, foram criminalizados e penalizados. Nos termos de uma autoridade, a emancipação demandava “*um sistema de prisões. Aquela em Jackson estava quase cheia quando os tribunais tinham pouco que ver com os negros.*”

natureza, e mesquinhos. (...) Eram esses foram os condenados aguardando sentença! Nenhum advogado Yankee estava presente para apresentar diante do juiz as circunstâncias atenuantes (...). Os únicos que simpatizavam com eles eram seus antigos senhores e amigos, que conhecendo sua natureza, sua fragilidade, e sua ignorância que a nova lei imposta por esses Apóstolos do Radicalismo, ainda estavam indispostos a deixá-los à maldição que a lei impunha.” Nos termos dos redatores, o “*pobre negro imbecil*”, que um dia contara com os cuidados de seu senhor, agora estava sujeito ao rigor da lei e da justiça. A absolvição de um deles pelo tribunal misericordioso seria a prova do “*quanto havia do leite de bondade humana no seio do homem branco; e quão pouco ele nutriu um desejo de vingança, mesmo sob provocação radical.*” *The Natchez Bulletin*, edição de 3 de fevereiro de 1868.

⁵⁶⁷ Em janeiro de 1869, uma matéria intitulada “Ignorância do Júri Negros” estampou as páginas do *The Natchez Bulletin*, criticando os juízes radicais e ridicularizando os equívocos cometidos jurados negros em julgamentos nas paróquias de Tensas e Concórdia. Referindo-se a um julgamento ocorrido em Vidalia, os redatores ironizaram os dez negros do júri que, em tudo seguiriam as decisões dos três jurados brancos, “*exceto na questão do voto!*” *The Weekly Democrat*, edição de 28 de outubro de 1867; *The Natchez Bulletin*, edição de 13 de janeiro de 1869. Sobre o judiciário e a violência durante e após a Reconstrução, ver Christopher Waldrep. *Roots of Disorder*, pp. 84-145; Edward Ayers. *Vengeance and Justice*, 141-184.

⁵⁶⁸ *The Weekly Democrat*, edição de 24 de junho de 1867.

Como será agora? ”. Em 1866, a cadeia de Natchez abrigava 78 detentos, dos quais 67 eram negros, enquanto a penitenciária estadual de Jackson ainda abrigava predominantemente prisioneiros brancos. Com as sucessivas condenações de libertos, principalmente por furto e roubo, o perfil racial da população carcerária no Mississippi se transformou.⁵⁶⁹

Por falta de recursos e de interesse, as autoridades sulistas não recorreram ao regime penitenciário tradicional, preferindo soluções como as *chain-gangs*, que permitiam que o Estado se beneficiasse do trabalho dos condenados. Mas a principal solução adotada veio de uma conveniente parceria entre a justiça e os fazendeiros, com a anuência do governo federal. Nascido na Carolina do Norte, Edmund Richardson era um homem de negócios e proprietário de fazendas no Mississippi que teve seu patrimônio destruído pela guerra. Em 1868, ele assinou um contrato com as autoridades federais do Mississippi, assumindo a responsabilidade pela guarda, alimentação e vestimenta de prisioneiros em suas fazendas no delta do rio Yazoo. O Estado se comprometeu com pagamento de 18 mil dólares anuais e Richardson pode usufruir livremente dos trabalhos presos, gozando com exclusividade dos lucros obtidos. O empresário-fazendeiro se tornou o pioneiro no sistema de *convict leasing* (locação de prisioneiros), exportando o modelo a outros estados do Sul.⁵⁷⁰

Enquanto se debatia a natureza dos novos regimes punitivos, a violência extrajudicial era constante. Houve conflitos raciais em diversas cidades do Vale do Mississippi, a começar pelo massacre promovido por democratas brancos e forças policiais contra republicanos negros em Nova Orleans no ano de 1866. As eleições, que sempre foram marcadas por tensões e pânico insurrecionais, agora se transformaram em batalhas campais entre eleitores de ambas as raças. Em paralelo, o terrorismo branco adquiriu nova forma, sob os capuzes de grupos paramilitares como a Ku Klux Klan e a White League. Os atentados se tornaram cada vez mais comuns no Sul dos Estados Unidos, ainda mais quando a crise econômica de 1873 atingiu em cheio a lavoura algodoeira, acirrando a competição entre trabalhadores negros e brancos. Um ano depois, Vicksburg sediou um dos mais graves confrontos raciais da região. A eleição do primeiro xerife negro do condado de Warren calou fundo entre os democratas brancos. Mais do

⁵⁶⁹ *The Weekly Democrat*, edição de 24 de maio de 1871. Sobre o número de presos em Natchez em 1866, ver David Oshinsky. *Worse than Slavery*, p. 34.

⁵⁷⁰ Sobre o convict leasing, ver ainda Edward Ayers. *Vengeance and Justice*, pp. 185-222. Sobre Edmund Richardson e o Sistema no Mississippi, ver David Oshinsky. *Worse than Slavery*, pp. 31-84.

que isso. Peter Crosby havia sido escravizado na região e conquistou a liberdade lutando pelas tropas da União. Veterano de guerra e vencedor sobre os confederados, ele era a representação máxima da inversão da ordem racial. Durante seu breve mandato, Crosby foi acusado de corrupção e de proteger negros acusados de crimes. O reacionarismo sulista desfilou pelas ruas nas marchas de milícias brancas. Quando uma multidão cercou seu escritório, Crosby renunciou e deixou a cidade. Dias depois, ele retornou com reforços. Centenas de homens negros formaram três colunas, contra as quais as milícias brancas abriram fogo. Em questão de horas, dezenas de afro-americanos foram mortos. Apenas com a intervenção do governador republicano e de tropas federais, restaurou-se a ordem na cidade. O massacre foi apenas um ensaio geral do que estava por vir no ano seguinte.⁵⁷¹

Nas eleições de 1875, o Partido Democrata colocou em prática o Plano do Mississippi, promovendo ameaças e violências sistemáticas contra as comunidades negras dos condados. Vigilantes brancos se encontravam à espreita em todas as entradas e esquinas das cidades, cercando os edifícios públicos de modo a impedir o voto dos negros. Em Vicksburg, um encontro político, onde homens negros realizam a cerimônia de leitura da Declaração de Independência, acabou em tumulto e espancamentos. No dia seguinte o parente de um político republicano foi morto e teve seu cadáver incinerado. A derrota acachapante dos republicanos no pleito marcou o início do fim da Reconstrução no estado. Um ano depois, a crise política que sucedeu as eleições presidenciais culminou no Compromisso de 1877, que determinou a desocupação militar do Sul do país. Deixados à própria sorte, as comunidades e os políticos negros resistiram nos anos seguintes, mas sucumbiram à violência que deu início a uma nova era.⁵⁷²

O monopólio virtual dos democratas brancos nas assembleias estaduais do Sul deu início à “Redenção”, como definiram. A legislatura de 1876 foi tomada pelo

⁵⁷¹ Em 1872, um homem negro chamado William Johnson foi preso acusado de vadiagem e de praticar o curandeirismo vodu. Uma multidão cercou a cadeia exigindo sua libertação. Ao que se averiguou posteriormente, ele era residente no condado e foi preso dentro de sua propriedade. A ação teve motivação política, devido à popularidade de Johnson na comunidade negra. *The Weekly Democrat*, edição de 14 de agosto de 1872. A literatura sobre as milícias racistas no Sul dos Estados Unidos é farta. Para uma interpretação, ver Edward Ayers. *Vengeance and Justice*, pp. 141-183. Para um exemplo referente ao estado do Mississippi, ver Michael Newton. *The Ku Klux Klan in Mississippi: A History*. Jefferson: McFarland & Co., 2010. Ver a Reconstrução e as lutas políticas em Vicksburg em Christopher Waldrep. *Roots of Disorder*, pp. 84-169. Sobre a “1874 Racial Riot”, ver as páginas 159 e 169; e do mesmo autor “Black Political Leadership: Warren County, Mississippi”. In: Christopher Waldrep & Donald Nieman (eds.). *Local Matters*, pp. 225-249.

⁵⁷² Sobre o período da “Redenção” branca no Mississippi, ver Christopher Waldrep. *Roots of Disorder*, pp. páginas 159 e 169.

reacionarismo no Mississippi, aprovando leis e medidas que cercearam os direitos das comunidades negras. O fim da Reconstrução representou ainda o fracasso do *Freedmen's Bureau* e decretou a prevalência do latifúndio e a subordinação dos trabalhadores ao sistema de meação (*sharecropping*). Aos desempregados e àqueles que resistissem, estavam a postos as leis antivadiagem. Em meados da década de 1870, o legislativo promulgou uma série de leis, como a famigerada *Pig Law*, que intensificaram o rigor penal contra delitos de menor potencial ofensivo. Enquanto a nova legislação penal contribuiu para o crescimento da população carcerária, o *Leasing Act* deu a segurança jurídica à exploração dos presos como mão-de-obra não remunerada. O monopólio de locação de prisioneiros se converteu em um dos contratos público-privados mais valorizado do Mississippi. Finda a parceria com Edmundo Richardson, foi o general e Grand Wizard da Ku Klux Klan, Nathan Bedford Forest, o seu segundo beneficiário, seguido pelo coronel Jones Hamilton, um ex-general confederado. Milhares de afro-americanos viveram e morreram em suas fazendas, submetidos a um novo regime de trabalhos forçados e de violência.⁵⁷³

O sistema preservou a essência do cativo e ainda poupou os fazendeiros-contratantes de um de seus principais entraves no passado: o alto custo de compra e de manutenção do trabalhador escravizado. Os diários das plantations prisionais descrevem os trabalhos na lavoura e as punições proporcionais aos descuidos na plantação, na capina e na colheita do algodão. Eram ainda as fugas que justificaram os piores castigos, “*até que o sangue escorresse pelas suas pernas.*” Os relatos dos condenados revelam um cotidiano de exploração e de abusos ainda mais desmedidos do que a escravidão, uma vez que os corpos dos prisioneiros não eram de propriedade dos administradores.

Essa fazenda é muito quente para mim e eu estou doente e eu não posso enxergar muito longe, e eu sou castigado a todo o tempo não cumprir a minha meta, quando eu sei que não sou capaz. (...). Por favor, não pense que eu sou mau por escrever isso por eu não sou e eu fiz tudo que eu pude (...), mas eu desejo que o governador saiba que eu não tenho sido tratado corretamente. Eu gostaria de voltar aos muros, mas eu tinha medo de ser punido por pedir para ir embora.⁵⁷⁴

⁵⁷³ Sobre a legislatura de 1876 e a política criminal adotada no Mississippi, ver David Oshinsky. *Worse than Slavery*, pp. 40-43. Sobre as mudanças na economia do algodão e nas relações de trabalho nas plantations, ver Michael Wayne. *The Reshaping of Plantation Society: The Natchez District, 1860-1880*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1983; e ainda Rafael Marquese. “The Legacies of the Second Slavery. In *United States Reconstruction across the Americas*”. *United States Reconstruction Across the Americas*. Gainesville: University Press of Florida, 2019; e ainda “A Guerra Civil dos Estados Unidos e a Crise da Escravidão no Brasil”. *Afro-Ásia*, v. 51, 2015, pp. 37-71. Sobre o Convict Lease System, ver Edward Ayers. *Vengeance and Justice*, pp. 185-222. Sobre as “pig laws” e o Leasing Act, ver David Oshinsky. *Worse than Slavery*, 40-43.

⁵⁷⁴ *Apud* David Oshinsky. *Worse than Slavery*, p. 45.

As palavras revelam tanto as permanências do cativeiro quanto a brutalidade do novo sistema. Iniciada em plena Reconstrução Radical e agravada com o seu fim, essa nova era de trabalhos forçados foi definida por alguns condenados como “*pior que a escravidão*”. Os frutos da ressalva contida na 13ª Emenda amadureciam. Contudo, as denúncias de abusos contribuíram para deslegitimar o sistema de locação de prisioneiros em meados da década de 1880, às vésperas da convocação de uma nova assembleia constituinte no Mississippi.⁵⁷⁵

Reunidos no verão de 1890, os democratas brancos tinham nas mãos a oportunidade sepultar de vez o republicanismo negro. O repertório constitucional do silêncio voltou à moda, combinado à desfaçatez das palavras. À moda da legislação eleitoral brasileira, a nova Constituição do Mississippi estabeleceu novos critérios para a cidadania ativa, como as provas de alfabetização, vedando o exercício do voto à maior parte das comunidades negras do estado. O subterfugio contornou os imperativos expressos na 14ª e da 15ª Emendas, mas foi endossado pela Suprema Corte na decisão *Williams vs. Mississippi*. Na interpretação formalista que convenceu por unanimidade seus pares, o juiz Joseph McKenna entendeu que “*a constituição do Mississippi e seus statutes não discriminam expressamente entre as raças, e não foi demonstrado que a sua atual administração é má; mas apenas que o mal é possível sob eles.*” A carta era um atestado da hegemonia democrata no Mississippi e deu legitimidade para as leis de segregação racial que inauguraram a Era Jim Crow no Sul dos Estados Unidos.⁵⁷⁶

A constituição proibiu as punições corporais, exceção feita à pena de morte. No entanto, as autoridades já promoviam medidas de restrição à publicidade das execuções desde meados do século e os enforcamentos costumavam ocorrer dentro dos muros das prisões e penitenciárias. Como resultado das polêmicas recentes, os constituintes determinaram a proibição locação de prisioneiros a partir do ano de 1894, prescrevendo

⁵⁷⁵ No verão de 1884, um navio a vapor chegou a Vicksburg trazendo um grupo de condenados que vinham das fazendas da região do Delta, com vestes rotas e corpos desnutridos e castigados. De acordo com uma testemunha, a cena era um espetáculo tão chocante, que as autoridades não permitiram que seguissem pelas ruas da cidade, transportando-os em vagões cobertos em direção à estação ferroviária, rumo ao hospital prisional de Jackson. O incidente repercutiu na imprensa e na assembleia estadual, onde chegavam outras denúncias de abusos nas fazendas. Quando o júri do condado de Hinds fez uma visita surpresa ao mesmo hospital, seus membros testemunharam em primeira pessoa a chegada de 26 condenados com “*marcas do tratamento mais brutal e desumano.*” As críticas instauraram a primeira grave crise do sistema de locação de prisioneiros, classificado até mesmo pelo *Natchez Democrat* como “*obscuro e vergonhoso*” David Oshinsky. *Worse than Slavery*, pp. 48-53.

⁵⁷⁶ *Constitution of the State of Mississippi, adopted November 1, 1890*. Printed by authority. No place, unknown, or undetermined: E. L. Martin, convention printer, 1891; *Williams vs. Mississippi*, Term 1898. Suprema Corte do Mississippi. Ver Dorsia Silva. “*Williams v. Mississippi (1898). Race and Racism in the United States*”. *An Encyclopedia of the American Mosaic*, 4, 2014, 1357-1358.

adoção de um novo regime punitivo: as fazendas prisionais, de atribuição exclusiva do poder público. Em 1901, o estado do Mississippi adquiriu uma antiga propriedade localizada no condado de Sunflower, no delta do rio Yazzo, dando início à construção da Fazenda Parchman. Inaugurada em 1905, ela se tornou a principal instituição carcerária do estado. Se o sistema locação de presos lembrava a escravidão, ao disponibilizar prisioneiros negros para o trabalho nas lavouras privadas, as fazendas prisionais foram além. Elas trouxeram a essência do cativeiro para o seio do Estado penal.⁵⁷⁷

Trabalhadores condenados capinando em linha a lavoura na Fazenda Prisional de Parchman.⁵⁷⁸

A arquitetura e a rotina de Parchman mimetizavam as antigas plantations. A administração da instituição cabia ao superintendente, que não era um especialista em direito ou penologia, mas um fazendeiro experiente escolhido pelo Estado. O objetivo era garantir a melhor safra. Os sargentos (também chamados de supervisores ou feitores) acompanhavam os serviços nos campos de algodão, auxiliados por prisioneiros de sua confiança (*trusties*), à semelhança dos antigos capatazes. Cada preso pertencia a uma *work gang*, cujos membros capinavam e colhiam em linha. Os trabalhadores possuíam uma meta diária de trabalho e na temporada da colheita esperava-se que cada um atingisse a quota mínima de 200 libras. Apesar da proibição constitucional às punições

⁵⁷⁷ Idem; David Oshinsky. *Worse than Slavery*, pp. 109-133.

⁵⁷⁸ *Apud* David Oshinsky. *Worse than Slavery*, entre as imagens entre as páginas 146 e 147.

corporais, os condenados eram frequentemente castigados de forma exemplar, à vista dos demais. O fracasso em cumprir as metas lhes rendia de 5 a 15 açoites, enquanto as fugas eram punidas com rigor e de forma desmedida. Assim como nos tempos da escravidão, a violência e a disciplina rendiam frutos. Parchman não apenas se custeava. A fazenda prisional contribuía para os cofres públicos com valores que chegaram a 1 milhão de dólares anuais.⁵⁷⁹

Por todo o Mississippi, trabalhadores negros sofriam os legados da escravidão, presentes no racismo cotidiano e nas condições precárias de trabalho. O sistema de meação (*sharecropping*) não correspondeu a um regime laboral plenamente livre. Depois dele, o sistema de arrendamentos garantiu maior autonomia, mas preservou a subserviência aos proprietários. Contudo, foram os milhares de negros condenados que passaram por Parchman que sentiram na pele a experiência mais próxima de seus antepassados. Somente uma minoria sofreu um destino mais trágico, nas mãos das multidões que restauraram, sob nova roupagem, os espetáculos do terror branco.

Ainda em junho de 1888, as páginas do *The Weekly Democrat* estamparam em letras garrafais: “*Outro Linchamento*”. Pela segunda vez naquela semana e na mesma vizinhança, a “*corte inexorável do Juiz Lynch*” foi convocada, “*e o resultado foi mais um cadáver balançando na ponta de uma corda.*” Dias após o enforcamento de Washington Inge, foi a vez Spencer Collins sofrer nas mãos brancas da justiça sumária do condado de Adams. Ambos foram acusados de “*tentativas de ataques criminosos sobre mulheres inocentes, e seu terrível destino deveria ser um aviso para todos os outros que possam estar dispostos a cometer ofensas tão hediondas.*” Descrito como um notório criminoso, Collins teria atacado uma jovem branca na região de Pine Ridge, a três milhas de Natchez. Frustrado em seus objetivos e jurado de morte, ele desapareceu por meses, mas retornou e foi preso. Durante o julgamento, as provas do crime se mostraram frágeis e os sentimentos afloraram fora do tribunal, onde uma multidão aguardava. As autoridades decidiram escoltá-lo à cadeia, mas foram cercados e rendidos por cerca de 35 a 40 homens armados. Na manhã seguinte, o corpo de Collins foi encontrado balançando sob a ponte de Pine Ridge, a 300 jardas de onde Washington Inge fora linchado dias antes.⁵⁸⁰

Em seu testemunho, um oficial alegou que a escuridão impediu que identificasse os envolvidos. Como de praxe, as autoridades judiciais concluíram que o linchamento se deu “*pelas mãos de pessoas desconhecidas*”. A justiça era anônima, mas tinha cor, assim

⁵⁷⁹ David Oshinsky. *Worse than Slavery*, pp. 135-45.

⁵⁸⁰ *The Weekly Daily Democrat*, edição de 27 de junho de 1888.

como o condenado. Os redatores do *The Weekly Democrat*, que também pertenciam a uma raça, não lamentaram a morte de Collins e nem censuraram a ação dos justiceiros.

Não há ninguém que vá remoer sua terrível ida. Ele era um negro de feições bestiais, de cerca de vinte e oito anos de idade, e um homem muito perigoso para estar à solta. Todos os seus atos foram da mais ousada natureza, e todos que o conheciam viviam em pavor. Ele pertencia a Pine Ridge, tendo ali nascido, e ali trabalhou a maior parte de sua vida. Os cidadãos de lá agora respirarão mais aliviados, e também irão aqueles em Natchez que o conheciam, e seu enforcamento não foi inesperado.⁵⁸¹

O curto intervalo entre os dois linchamentos foi descrito pelos jornalistas como “*um acontecimento sem paralelos na história do condado de Adams.*” No entanto, os trabalhos da corte do juiz Lynch não eram excepcionais na região. Entre as últimas décadas do século XIX e a primeira metade do século XX, o Mississippi se tornaria o estado capital dos linchamentos nos Estados Unidos. Na longa duração, a maior número de casos se concentrou na região do delta do rio Yazoo, na fronteira tardia do algodão, mas entre as décadas de 1880 e de 1890 foi a tradicional região do distrito de Natchez o epicentro dos linchamentos no estado. As acusações que recaíam sobre Collins e Inge eram as justificativas mais comuns para a justiça sumária. Elas serviam de cortina de fumaça para os conflitos raciais, políticos e, principalmente, laborais, por trás das tramas, como revelaria ao país e ao mundo uma mulher negra, nascida e criada no Mississippi.⁵⁸²

No fim do século, os linchamentos se tornaram cada vez mais rituais e espetaculosos. As notícias da captura de negros acusados de violações graves, como estupro ou homicídio de uma pessoa branca, eram noticiadas nas vizinhanças e cidades do entorno, atraindo públicos na casa dos milhares. O rito era liderado por homens brancos, mas passou a contar com a presença de mulheres e crianças. Churrascos e bebidas alcóolicas davam o ar despojado e carnavalesco ao evento. Os suplícios se prolongavam no tempo, envolvendo longas sessões de humilhação e tortura. Dedos e orelhas eram decepados e disputados pelos presentes como souvenirs. O desfecho muitas vezes se dava pelo enforcamento, acompanhado ou não do fuzilamento. Casos considerados excepcionalmente graves atraíam a mística do fogo. Em meio às chamas, as

⁵⁸¹ Idem.

⁵⁸² Sobre os linchamentos no Mississippi entre as décadas de 1880 e de 1930, ver Terence Finnegan. *A Deed So Accursed: Lynching in Mississippi and South Carolina*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2013.

vítimas agonizavam e pereciam a olhos nus. A expiação cruzava a fronteira entre a vida e a morte, por meio da profanação do cadáver, maculado nesse e no outro mundo.⁵⁸³

Todas as formas de violência, estatais ou extrajudiciais, tornaram-se expressões da justiça racial no Mississippi na virada para o século XX. Em 1905, James Kimble Vardman se lançou candidato ao governo do estado. Visando o voto da massa de brancos pobres, o político populista apelou aos mitos da criminalidade negra. Em plena campanha, o supremacista bradou: “*Se eu perder, teremos de matar mais negros nos próximos dois meses no Mississippi do que tivemos que matar nos últimos 20 anos*”. A eleição Vardman deu início a uma nova era no estado, que marcou o apogeu de Parchman, da pena de morte e da lei de Lynch no estado. A fim de desencorajar os linchamentos, as autoridades retomaram as execuções públicas no Mississippi. Com julgamentos sumários, o judiciário atendeu aos anseios das comunidades brancas. No condado de Rankin, um acusado foi julgado, condenado e executado em um intervalo de seis horas. As autoridades incorporaram até mesmo a liturgia dos linchamentos. Em uma execução pública, ofereceram ao pai da vítima do condenado que fizesse as honras do carrasco. Se em Parchman o Estado incorporava a antiga ética senhorial, nas execuções públicas ele encenava a justiça popular branca. Em pleno século XX, o uso da força ainda era prerrogativa de uma classe e de uma raça que, dentro e fora das instituições públicas, constituíram novos oligopólios e espetáculos da violência.⁵⁸⁴

A Lei de Lynch e a Violência Racial nos Estados Unidos

Ainda na primavera de 1892, Ida B. Wells estava em Natchez quando recebeu as notícias terríveis que vinham de Memphis, onde três amigos seus haviam sido brutalmente linchados. Nascida no cativeiro em 1862, na cidade de Holly Springs, ela se tornou livre ainda bebê e, durante a infância, testemunhou o engajamento político dos pais junto ao Partido Republicano. Órfã na adolescência, ela se mudou para Memphis, onde trabalhou como professora e se tornou coproprietária do jornal *Memphis Free Speech and*

⁵⁸³ Sobre os linchamentos no Mississippi, ver Terence Finnegan. *A Deed So Accursed*, 2013. Sobre o caráter ritual dos linchamentos a partir do final do século XIX, ver Amy Wood. *Lynching and Spectacle: Witnessing Racial Violence in America, 1890-1940*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2009; William Harris. “Etiquette, Lynching, and Racial Boundaries in Southern History: A Mississippi Example”. *The American Historical Review*, 100(2), 1995, 387.

⁵⁸⁴ Sobre James Vardman e a campanha para o governo do Mississippi, ver David Oshinsky. *Worse than Slavery*, pp. 85-106. Sobre a pena de morte no Mississippi durante a Era Vardman, ver David Oshinsky. *Worse than Slavery*, pp. 208-222. Sobre a pena de morte nos Estados Unidos, ver David Garland. *Peculiar Institution*, 2010. Sobre a relação entre pena de morte e linchamentos, a literatura é extensa. Para uma retomada da hipótese da relação inversamente proporcional entre os dois fenômenos, ver Michael Pfeifer. *Rough Justice: Lynching and American Society, 1874-1947*. Urbana: University of Illinois Press, 2004.

Headlight. A violência branca foi uma constante ao longo de toda a sua vida, mas a morte brutal de seus amigos próximos a marcou profundamente. A ativista encontrou a sua causa. No retorno a Memphis, Wells deu início a uma investigação particular e passou a coletar dados sobre linchamentos no Sul dos Estados Unidos. Na grande maioria dos casos, inclusive nos de seus amigos, a justificativa de que as vítimas eram criminosos ou estupradores se provaram falsas. A cada caso analisado, Wells desvendou a verdade por trás do mito. Nas páginas de seu jornal, ela passou a denunciar os linchamentos, apontando o preconceito racial como sua principal motivação.⁵⁸⁵

Em junho de 1892, Ida B. Wells publicou uma grande compilação de casos nas páginas do *New York Age*, que compuseram a obra intitulada *Southern Horrors: Lynch Law in All Its Phases*. Dois anos depois, ela concluiu um estudo ainda mais ambicioso. Em *The Red Record* ela compilou linchamentos ocorridos entre 1892 e 1894, usando as análises estatísticas como seu principal argumento. Em um artigo publicado em 1901, ela resumiu seus achados em um simples postulado, baseado em dados quantitativos.⁵⁸⁶

No caso dos negros linchados o incentivo foi preconceito racial. Poucos brancos foram linchados por ofensas como as detalhadas nos casos de linchamento de homens de cor. Negros são linchados por “violar contratos”, “impopularidade”, “testemunhar na corte” e “atirar em coelhos”. Como apenas negros são linchados por “nenhuma ofensa”, “ofensa desconhecida”, ofensas não criminais, contravenções e crimes não capitais, deve-se admitir que a causa real do linchamento em todos esses casos é o preconceito racial, e deve ser assim classificado.⁵⁸⁷

Os estudos pioneiros de Ida B. Wells desmontaram a base ideológica dos mitos da criminalidade negra e do estuprador negro. Apenas uma minoria dos linchamentos havia sido motivada por homicídios ou violações sexuais. Era o racismo a força motriz da justiça branca.⁵⁸⁸

A era dos linchamentos raciais teve início nos Estados Unidos entre as décadas de 1880 e de 1890. Nesse período, coincidiram a crise econômica atingiu a lavoura

⁵⁸⁵ Ida B. Wells. *Crusade for Justice*. Chicago: University of Chicago Press, 1972.

⁵⁸⁶ Entre os casos arrolados, estava o linchamento ocorrido em Vicksburg naquele mesmo ano de 1892. Dois homens negros foram presos, acusados de pertencer a uma gangue de ladrões que atuava no condado de Warren. Suspeitas recaíam sobre integrantes brancos do banco, que então incitaram uma turba que arrombou a cadeia e os enforcou. Assim como em tantos outros casos, as justificativas públicas não correspondiam às verdadeiras motivações dos linchamentos. Ida B. Wells. *Southern Horrors: Lynch Law in all its Phases*. New York: New York Age Print, 1892; e da mesma autora *A Red Record: Tabulated Statistics and Alleged Causes of Lynchings in the United States, 1892-1893-1894*. Chicago: Donohue & Henneberry, 1895.

⁵⁸⁷ Ida B. Wells. “Lynching and the Excuse for It”. *The Independent*, Vol. 53, No. 2737, 16 May 1901, pp. 1133-1136.

⁵⁸⁸ Ida B. Wells-Barnett. *A Red Record*, 1895; e da mesma autora. “Lynching and the Excuse for It”, *The Independent*, pp. 1133-1136.

algodoeira e a promulgação das constituições e leis que privaram os analfabetos dos direitos de voto. Ao mesmo tempo, a primeira geração nascida do trauma da Guerra Civil chegava à idade econômica e sexualmente ativa. As disputas políticas que marcaram o fim da Reconstrução certamente contribuíram para as tensões raciais. No entanto, foi a crise econômica que estimulou a competição entre negros e brancos pobres por empregos e pelo acesso à terra, exatamente quando a agricultura sulista transitava do regime de meação (*sharecropping*) para o de arrendamento. Em 1903, um homem negro chamado Cato Garret entrou em confronto com o fazendeiro que lhe arrendava suas terras na região de Natchez. Com a morte do proprietário, ele foi preso. Antes que fosse levado a julgamento, entretanto, amigos e parentes da vítima o lincharam. Como demonstrou o estudo cliométrico de Stuart Tolnay e E. M. Beck, os picos nos linchamentos entre 1882 e 1930 coincidiram com os anos de queda nos preços do algodão e de aumento da inflação. Os períodos de crise nivelavam os pobres de ambas as raças. A violência ritual respondia às ansiedades que efervesciam, e as comunidades brancas pobres performaram nos linchamentos um rito de reforço da última fronteira que os separava dos negros.⁵⁸⁹

A interpretação clássica de Tolnay e Beck se baseou na análise fria de dados quantitativos e no isolamento de variáveis, que lhes permitiu descartar outras explicações que privilegiavam a demografia, a política e a ausência do Estado. Outros historiadores e sociólogos destacaram a distribuição espacial dos linchamentos, mais frequentes em condados e paróquias onde os negros eram uma maioria ativa politicamente. Sem descartar o papel da competição econômica, é possível cruzá-la com a variável da disputa política. Não à toa, o estudo de Terence Finnegan revelou que a região de Natchez concentrou o maior número de linchamentos no Mississippi entre 1880 e 1900, sendo ultrapassado pelo delta do rio Yazzo apenas no século XX. Eram precisamente as duas regiões de ponta da grande lavoura escravista antes da guerra, marcadas pelo desequilíbrio demográfico entre as raças e pela força política dos negros durante a Reconstrução. A despeito dos avanços dos estudos das últimas décadas, é preciso reconhecer que Ida B. Wells foi mais que uma pesquisadora e ativista pioneira. Ela antecipou algumas dessas conclusões em seus escritos maduros, como *The Crusade for Justice*.⁵⁹⁰

⁵⁸⁹ Ver o linchamento de Cato Garret em Terence Finnegan. *A Deed So Accursed*, p. 113. Stanley Tolnay, & E. Beck. *A Festival of Violence: An Analysis of Southern Lynchings, 1882-1930*. Urbana: University of Illinois Press, 1995. Para um balanço da historiografia dos linchamentos, ver Michael Pfeifer. “At the Hands of Parties Unknown? The State of the Field of Lynching Scholarship”. *The Journal of American History*, pp. 832-846.

⁵⁹⁰ Ver Terence Finnegan. *A Deed So Accursed*, 2013; e Ida B. Wells. *Crusade for Justice*, 1972.

Mais recentemente, Michael Pfeifer trouxe ao centro da discussão a dimensão cultural dos linchamentos, investigando inclusive as origens da justiça comunitária no protestantismo anglo-saxão. A sua principal contribuição foi recuperar a correlação entre a pena de morte e os linchamentos. Segundo Pfeifer, embora o cadafalso não tenha sido abolido no Sul dos Estados Unidos no final do século XIX, os princípios do reformismo penal se instauraram no judiciário. As condenações diminuíram e as autoridades restringiram novamente a publicidade das execuções, que eram realizadas preferencialmente dentro das instituições carcerárias. A relação inversamente proporcional entre os números de linchamentos e execuções ao longo das décadas reforça a hipótese de Pfeifer. Contudo, sua interpretação culturalista propõe uma correlação mais complexa e indireta que a justaposição dos dados. Os linchamentos seriam, na verdade, uma reação de comunidades tradicionais a processos de mudança da cultura legal, compondo uma guerra simbólica sobre a natureza da justiça criminal. Nesse sentido, os tribunais populares respondiam tanto à inversão social e racial promovida pela abolição quanto ao reformismo penal, que impôs entraves às formas de justiça mais imediatas.⁵⁹¹

A hipótese encontra respaldo nos dados da região de Natchez e do Vale do Mississippi. Entre 1882 e 1930, o Mississippi foi o estado que concentrou mais linchamentos (463) e menos execuções capitais (239) no Sul dos Estados Unidos. A reação das autoridades públicas não veio no sentido de coibir a justiça popular, mas de intensificar o rigor penal, aumentando as condenações à morte e trazendo as execuções de volta aos espaços públicos. Foi por essa razão que a Era Vardman (1900-1910) correspondeu ao auge do encarceramento em Parchman, dos linchamentos raciais e da pena de morte no Mississippi. Apenas no ano de 1902, houve 9 vítimas das multidões e 26 réus executados pelo Estado, dos quais 21 eram negros. Pfeifer sustenta que o advento da pena de morte moderna deve ser interpretado como um compromisso entre o devido processo legal e os anseios da justiça popular. O recrudescimento das execuções, portanto, pode ter contribuído para o declínio dos linchamentos a partir dos anos 1930, junto de outras variáveis como a crise econômica e a migração em massa dos negros para os estados do Norte do país.⁵⁹²

A violência é um fenômeno social complexo, cuja análise exige interpretações multicausais e a integração de suas manifestações públicas e privadas. Nesse sentido, as interpretações de Tolnay, Beck e Pfeifer devem ser compatibilizadas, junto aos estudos

⁵⁹¹ Ver Michael Pfeifer. *Rough Justice*, 2004; e *The Roots of Rough Justice*, 2011.

⁵⁹² David Oshinsky. *Worse than Slavery*, pp. 208-222.

sobre a violência estatal. Em suma, as ansiedades sociais, raciais e sexuais resultantes da abolição no Sul dos Estados Unidos ebuliram nas lutas políticas durante a Reconstrução. No fim do século, novas tensões surgiram em consequência da crise e da competição econômica e sexual de uma nova geração de brancos e negros nascidos no pós-guerra. Assim como ocorrera entre as décadas de 1840 e de 1850, o reforço do império da lei veio de encontro às expectativas de uma justiça sumária por parte das comunidades brancas, nostálgicas da ordem racial que se perdera. Como resposta a essa demanda, o Estado penal intensificou seu rigor contra a população negra, mas os índices crescentes de encarceramento e as execuções nas prisões não bastaram para conter a histeria coletiva que deu novas formas ao terror branco.

Os linchamentos raciais foram um legado da escravidão. No entanto, o cativo foi uma instituição fundante de diferentes sociedades nas Américas e esse espetáculo da morte se tornou uma expressão singular da violência racial no Sul dos Estados Unidos. Como explicar a abolição da pena capital e a insignificância estatística dos linchamentos raciais no Brasil? O estudo comparado permite avançar em relação às interpretações tradicionais, revelando as causas mais estruturais do fenômeno. Embora os dois países tenham sido contemporâneos e seus destinos tenham se entrelaçado ao longo do século XIX, cada ordem escravista e racial remontava a um processo de formação histórica particular. O colonialismo inglês legou à América do Norte os valores e tradições do mundo anglo-saxão. A pena de morte estava arraigada na cultura jurídica e popular da Grã-Bretanha, enquanto a monarquia e o direito ibéricos prezavam pelo equilíbrio o rigor da lei e a prerrogativa da graça. Além disso, a justiça comunitária era uma tradição do mundo protestante inglês, como demonstrou Michael Pfeifer. O catolicismo e o direito portugueses, por sua vez, eram mais afeitos a regimes de justiça pautados por hierarquias sociais e institucionais. É preciso ainda destacar que a experiência pioneira do escravismo ibérico deu origem a sociedades marcadas pela prática da alforria, pela formação de comunidades negras livres e pela miscigenação. Os ingleses, por outro lado, promoveram progressivamente a segregação entre brancos e negros. As heranças coloniais, portanto, contribuíram para a formação de sociedades escravistas fundadas em tradições jurídicas distintas e formas divergentes de organização social e racial.⁵⁹³

Uma segunda diferença fundamental entre as duas sociedades diz respeito às experiências políticas nacionais após as independências. Os Estados Unidos constituíram

⁵⁹³ Entre a extensa literatura sobre o tema, ver a contribuição recente de Ariela Gross & Alejandro de la Fuente em *Becoming Free, Becoming Black*, 2020.

um regime representativo que estendeu a cidadania e o direito de voto aos homens brancos ainda na primeira metade do século XIX. A constituição brasileira, por sua vez, condicionou o exercício do sufrágio ao critério censitário, mas estendeu a cidadania passiva às camadas populares sem restrições raciais, incluindo os libertos nascidos em território nacional. Em segundo lugar, é preciso ressaltar o papel dos movimentos abolicionistas. O ativismo precoce no Norte dos Estados Unidos forçou os escravistas do Sul a elaborarem discursos para defenderem publicamente a legitimidade do cativo. Para tanto, seus representantes apelaram à solidariedade dos cidadãos brancos e instituíram uma ideologia pró-escravista radical fundada no princípio da supremacia racial. Os escravistas brasileiros, por outro lado, não enfrentaram o mesmo desafio antes do último quartel do século. Assim, puderam se valer de discursos oblíquos para defender seus interesses. Ao mesmo tempo, beneficiaram-se de ideologias raciais assimilacionistas que integravam como subalternos os negros e mestiços ao corpo social, sem comprometer a hegemonia dos brancos na classe dominante. Por conseguinte, as instituições da democracia branca contribuíram para a segregação racial nos Estados Unidos, enquanto a monarquia clientelista brasileira preservou a hierarquia entre brancos e negros, borrando a fronteira entre as raças nas camadas populares. Não surpreende, portanto, que cada ideologia tenha sustentado manifestações específicas de violência racial, mais explícitas nos Estados Unidos e veladas no Brasil—e, ainda assim, igualmente letais.

Contudo, foram principalmente as experiências da abolição que apartaram os destinos do racismo e da violência racial nos dois hemisférios das Américas. O trauma da Guerra Civil marcou profundamente as comunidades brancas do Sul dos Estados Unidos, ainda mais após assistirem ao levante de seus antigos escravizados como soldados da União. Derrotados, os confederados foram obrigados a se submeter às tropas federais e à política da Reconstrução, que estendeu a cidadania aos negros nos estados sulistas. A ascensão social dos egressos do cativo foi sentida pelos brancos pobres como descenso e alimentou sentimentos viscerais contra a igualdade racial. No Brasil, a abolição também resultou de uma revolução social em curso. Mas ela foi abortada com a promulgação da Lei Áurea e a Proclamação da República. Não houve uma Reconstrução brasileira e o direito de voto não foi estendido aos libertos pobres e analfabetos, que se viram obrigados a emigrar para as periferias das cidades ou se submeter ao clientelismo dos fazendeiros. Foi a breve experiência de igualdade política na América do Norte que motivou o reacionarismo branco. Por meio da violência, os democratas voltaram ao poder e restauraram a ordem racial na forma das Leis Jim Crow. As mesmas ideologias

supremacistas que legitimaram a segregação legal contra a população negra, insuflaram os cidadãos brancos a serem os juízes e carrascos de sua justiça popular, especialmente quando os réus eram acusados de cruzar as fronteiras entre as raças.

A principal causa subjacente aos linchamentos era o racismo incrustado nas comunidades brancas do Sul dos Estados Unidos. Foram, primeiro, as disputas políticas entre eleitores negros e brancos e, depois, as competições econômicas entre trabalhadores de ambas as raças, os motivos conjunturais que levaram à escalada da violência entre as décadas de 1870 e 1890. Entretanto, era o tabu do sexo interracial que tocava as mais profundas sensibilidades brancas no pós-abolição, e serviu como justificativa ideológica para os linchamentos. A violência sexual fora sistêmica no país e em toda a América escravista, especialmente contra mulheres negras. Mas era o encontro sexual, consentido ou não, entre um homem negro e uma mulher branca que invertia perigosamente as prerrogativas e as hierarquias do patriarcado branco, ainda mais na sociedade racialmente cindida dos Estados Unidos. Nas últimas décadas do século, uma nova geração de jovens de ambas as raças chegou à maturidade sexual e a competição por empregos e parceiros contribuiu para que os nervos aflorassem. Entre algumas denúncias reais e, principalmente, muitas acusações falsas, as tensões raciais se desdobraram no linchamento de homens negros sistematicamente acusados da violação de mulheres brancas. O mito do estuprador negro, esboçado na primeira metade do século, chegava, enfim, à maturidade.⁵⁹⁴

Os espetáculos de violência serviam a mais de um propósito. Primeiramente, o rito reforçava as fronteiras sexuais entre as raças e promovia a solidariedade entre brancos. Em segundo lugar, ele servia de justificativa para violência sulista perante a opinião pública do país, apelando eficientemente ao racismo e à convivência dos homens brancos do Norte. Variantes do mito do estuprador negro surgiram na América Latina, mas não tiveram a mesma capacidade de mobilizar a violência popular. A abolição no Brasil não foi sucedida por um experimento de igualdade racial e as hierarquias e etiquetas sexuais foram preservadas. Além disso, as ideologias raciais brasileiras consentiam a miscigenação nas camadas populares e se beneficiavam desse fato para negar a existência do racismo no país. Desse modo, no imaginário de uma sociedade que se autoproclamava miscigenada no discurso oficial, o encontro sexual entre brancos e

⁵⁹⁴ Ver Angela Davis “Estupro, Racismo e o Mito do Estuprador Negro”. In: *Mulheres, Raça e Classe*, pp. 177-203; e Diana Sommerville. “The Rape Myth in the Old South Reconsidered”. *The Journal of Southern History*, pp. 481-518.

negros não se tornou um tabu com a mesma significância que tinha no Sul dos Estados Unidos. Logo, o arquétipo do estuprador negro não teve o mesmo sentido no Brasil. Foram outros valores sociais que condicionaram a criação dos mitos brasileiros, como o da criminalidade negra, que fez das forças policiais tão ou mais eficazes que os fatores do passado e que os justiceiros contemporâneos da América do Norte.⁵⁹⁵

A violência racial não era igual nas Américas, mas era igualmente violenta em todas elas. As diferenças de forma entre os Estados Unidos e o Brasil são menos importantes que suas semelhanças. Ambos os países refundaram suas instituições repressivas de Estado para controlar e disciplinar as populações egressas do cativeiro. As vítimas do cadafalso e da justiça popular compuseram um percentual ínfimo se comparado aos milhões de homens e mulheres negros que sofreram com o racismo estrutural e institucional nos dois hemisférios do continente. Há, no entanto, uma consequência importante para as divergências entre essas sociedades. As mesmas diferenças ideológicas que deram origem a expressões particulares de violência em cada país, também instigaram formas distintas de resistência.

Enquanto o racismo velado à brasileira dificultou a mobilização de negros e mestiços, o discurso supremacista e a violência explícita contra os afro-estadunidenses provocaram a sua organização política precoce. Não à toa, a militância aguerrida de Ida B. Wells encontrou respaldo entre seus pares e chamou a atenção de um envelhecido Frederick Douglass ainda na década de 1890. Ele parabenizou e elogiou publicamente a luta da ativista, enxergando nela uma sucessora. O mais aclamado abolicionista negro passava a tocha às mãos da mulher negra que se tornaria uma das pioneiras do Movimento dos Direitos Civis.

⁵⁹⁵ Sobre o caso brasileiro, ver Lélia González. “A Mulher Negra na Sociedade Brasileira” In: Luz, Madel. *O Lugar da Mulher*, 1982; Sueli Carneiro. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*, 2011; da mesma autora, *Mulher Negra*, 1895; e ainda Lamonte Aidoo. *Slavery Unseen*, 2018.

Capítulo 8

A Lei de Lynch e a Dialética da Abolição no Brasil

O Abolicionismo Radical e as Forças da Escravidão

Há cenas de tanta grandeza ou de tanta miséria, que, por completas, em seu gênero, se não descrevem: o mundo e o átomo por si mesmos se definem; o crime e a virtude guardam a mesma proporção; assim o escravo que mata o senhor, que cumpre uma prescrição inevitável de direito natural; e o povo indigno, que assassina heróis, jamais se confundirão.⁵⁹⁶

Do Vale do Paraíba chegara a notícia do assassinato de mais um fazendeiro. A novidade, contudo, estava na retribuição que sofreram os escravizados que o mataram, vítimas do linchamento de uma multidão enfurecida. Em meio à crise da escravidão, tanto uns quanto outros disputavam o direito à violência e contaram com o parecer do abolicionista negro Luiz Gama. Nessa carta redigida a Ferreira de Menezes e publicada na *Gazeta da Tarde* em dezembro de 1880, ele inverteu os pressupostos do regime jurídico escravista, reconhecendo no crime dos escravizados uma prescrição do direito natural e um ato de legítima defesa. A denúncia da violência contra pessoas escravizadas era comum nos discursos abolicionistas. A defesa aberta da sua resistência, não.

O movimento abolicionista brasileiro deu seus primeiros passos ainda no final da década de 1860, acompanhando os desdobramentos da Guerra Civil nos Estados Unidos. Assim como seus predecessores da América do Norte, os primeiros ativistas do Brasil primaram pela moderação e se dirigiram ao público letrado dos centros urbanos, apelando às sensibilidades morais das camadas médias. Enquanto o romantismo escravista de José de Alencar ainda ditava os cânones da literatura no país, escritores e ativistas passaram a disputar a esfera pública, a começar pela publicação de *Úrsula* em 1859. A escritora negra Maria Firmino dos Reis nasceu em uma família de poucas posses no Maranhão em 1817, sentindo na pele sua própria condição de gênero e de raça. O exercício do magistério lhe deu a intimidade com as letras e a ousadia lhe permitiu publicar um romance abolicionista nos tempos áureos da escravidão. Naqueles mesmos anos, a tradução portuguesa de *Uncle Tom's Cabin* circulava pelo país e havia inspirado adaptações como o folhetim publicado por Nísia Floresta em 1855. O tom moral e sentimental de Harriet Stowe serviu de inspiração aos escritos brasileiros. No enredo de *Úrsula*, a personagem Suzana personificou a resignação e o martírio negro à semelhança de Uncle Tom, mas narrou em

⁵⁹⁶ Luiz Gama. Carta a Ferreira de Menezes, *Gazeta da Tarde*, edição de 16 de dezembro de 1880.

primeira pessoa os horrores do cativeiro. Na pena de Maria Firmino dos Reis, os negros tiveram mais voz do que na da escritora estadunidense.⁵⁹⁷

Em ambos os hemisférios das Américas, os abolicionistas mobilizaram valores morais e religiosos contra a legitimidade da escravidão. Na mesma carta de 1880, Luiz Gama descreveu as agruras de um homem escravizado em uma fazenda na província de São Paulo, onde foi “*amarrado, foi despido, foi conduzido ao seio do cafezal, entre o bando mudo, escuro, taciturno, dos aterrados parceiros: um Cristo negro, que se ia sacrificar pelos irmãos de todas as cores.*” Tanto nas narrativas de Harriet Stowe e de Maria Firmino dos Reis quanto na denúncia de Luiz Gama, o flagelo se convertera em martírio. O suplício dos escravizados se transformara na paixão de Cristo. Os castigos e arbítrios do cativeiro foram um dos principais substratos da retórica abolicionista. Mas duas décadas separam a publicação de *Úrsula* e a Carta a Ferreira de Menezes, e os tempos já não eram os mesmos. O discurso de Luiz Gama representou uma virada no movimento abolicionista brasileiro na década de 1880, que seguiu os mesmos passos do ativismo radical nos Estados Unidos dos anos 1850. Suas palavras transcenderam a denúncia da violência escravista para legitimar a violência dos escravizados.⁵⁹⁸

Nascido livre na Bahia, Luiz Gama foi vendido pelo próprio pai e levado a São Paulo, onde escapou do cativeiro e adquiriu formação jurídica antes de se tornar um ativista judicial. Gama combinava a crítica retórica na imprensa com a ação direta pela via legal. Nos idos daquele ano de 1880, os cabelos brancos não lhe arrefeceram o espírito e o abolicionista radicalizou sua luta e endossou a ação direta dos escravizados. O tema era controverso entre os próprios abolicionistas, a começar pelas lideranças nascidas em berço esplêndido. André Rebouças proveio do seio da elite imperial, filho do jurista e político Antônio Pereira Rebouças. O sobrenome lhe abriu portas no Brasil, mas a cor da pele as fechou em uma viagem aos Estados Unidos, de onde regressou decidido pela causa da abolição. Monarquista convicto e engenheiro de formação, ele se tornou o arquiteto do movimento e defendeu as vias políticas institucionais como o caminho para a emancipação. Ainda mais privilegiado era Joaquim Nabuco, filho branco da elite pernambucana e herdeiro político de Nabuco de Araújo. Em seu relato autobiográfico, ele

⁵⁹⁷ Maria Firmino dos Reis. *Úrsula e Outras Obras*. Brasília: Edições Câmara, 2018. Sobre os primeiros passos e fases do movimento abolicionista moderado, ver Robert Toplin. *The Abolition of Slavery in Brazil*, pp. 58-110; Angela Alonso. *Flores, Votos e Balas*, pp. 23-50/85-113-151. Sobre a antiescravidão e o abolicionismo na literatura, ver José Antônio Carvalho Dias de Abreu. *Os Abolicionismos na Prosa Brasileira: de Maria Firmino dos Reis a Machado de Assis*. Tese de Doutorado defendida na Universidade de Coimbra em 2013.

⁵⁹⁸ Luiz Gama. Carta a Ferreira de Menezes, *Gazeta da Tarde*, edição de 16 de dezembro de 1880.

descreveu o nascedouro dos sentimentos antiescravistas na juventude, quando testemunhou os castigos nas fazendas da família. Se a violência da escravidão lhe tocou as primeiras sensibilidades, ela também forjou o abolicionista adulto.⁵⁹⁹

Com apenas vinte anos de idade e já bacharel em direito, ele assumiu a defesa de um homem cativo chamado Thomas, acusado do assassinato de seu proprietário e, posteriormente, da morte de um dos guardas da cadeia onde foi detido. A experiência marcou o pensamento e a trajetória de Nabuco. Em seus escritos incompletos, publicados postumamente sob o título *A Escravidão*, ele concluiu que “*na origem desse processo, dois crimes sociais havia. Havia a escravidão, havia a pena de morte. Fora a escravidão que levava Thomas a praticar o primeiro crime, a pena de morte que o levava a perpetuar o segundo.*” Em uma narrativa repleta de inversões, Nabuco descreveu o homicídio como decorrência de um crime anterior: a própria escravidão. Em seguida, ele se voltou contra o judiciário e a pena capital, responsabilizados pelo segundo homicídio. Criticando duramente a legislação criminal escravista do país, à qual chamou de “*código negro*”, ele questionou as penas corporais previstas no artigo 60 do Código Criminal e a Lei de 10 de junho de 1835, que definiu como “*outra lei bárbara de exceção criminal.*” Contudo, o radicalismo do jovem Nabuco não chegou ao extremo de legitimar o crime de Thomas, pois, em suas palavras, “*o escravo não tem o direito de matar o senhor*”.⁶⁰⁰

Em sua crítica à escravidão e à pena de morte, Nabuco defendeu uma agenda ampla de reformas das instituições do país. Ele não estava sozinho. José do Patrocínio também distribuía sua munição contra o cadafalso e o cativo, embora mirasse também a monarquia. Filho de um vigário de Campos dos Goytacazes com uma mulher escravizada, ele viveu a infância e a juventude no limbo do não reconhecimento paternal,

⁵⁹⁹ As principais referências sobre Luiz Gama são Elciene Azevedo. *Orfeu de Carapinha: A Trajetória de Luiz Gama na Imperial Cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; e Lígia Fonseca Ferreira. *Lições de Resistência: Artigos de Luiz Gama na Imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2020. Da mesma autora, ver *Com a Palavra Luiz Gama. Poemas, Artigos, Cartas, Máximas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011; e ainda “De Escravo a Cidadão: Luiz Gama, Voz Negra no Abolicionismo.” In: Machado, Maria Helena; Castilho, Celso. (Org.). *Tornando-se Livre. Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo da Abolição*. São Paulo: EDUSP, 2015, v. 1, pp. 213-236. Sobre as trajetórias de André Rebouças e Joaquim Nabuco, ver Robert Toplin. *The Abolition of Slavery in Brazil*, pp. 58-130; Angela Alonso. *Flores, Votos e Balas*, pp. 23-50; e Jeffrey Needell. *The Sacred Cause*, pp. 52-94.

⁶⁰⁰ “A lei de 10 de junho de 1835 é outra lei bárbara de exceção criminal. Custe o que custar, a quem ler este livro a conhecer nossas teorias, devemos expô-las com franqueza: o escravo não tem o direito de matar o senhor, assim como não é atenuante a condição servil. Queremos concedê-lo, e será a última concessão: mas também não é ela um agravante. Punir no homicídio de um senhor o perigo de todos é o despotismo da força; não é a lei da razão, nem a da moralidade, que única deve regular a aplicação da pena. Estas ligeiras considerações bastam para definir nosso sentimento com respeito ao código negro.” Joaquim Nabuco. *A Escravidão*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1988, pp. 53-60.

mas usufruindo de pequenos privilégios. Os castigos eram frequentes nas fazendas e engenhos de açúcar onde viveu, mas foi ao reproduzir ele próprio a violência contra um homem cativo que Patrocínio forjou suas convicções contra a escravidão. No Rio de Janeiro, formou-se e atuou como farmacêutico. O casamento lhe permitiu ascender socialmente e adquirir o seu próprio jornal, que amplificou uma das vozes mais mordazes do abolicionismo na Corte. Republicano e simpatizante de teorias socialistas e positivistas, ele defendia uma agenda de reformas radicais, quando não abertamente revolucionárias. Em 1877, Patrocínio publicou *Motta Coqueiro*, um romance ficcional escrito na forma de ensaio e inspirado nos crimes de Macabu, que teriam levado à execução de um homem inocente. Hábil, o abolicionista se valeu de um caso de grande repercussão envolvendo vítimas brancas, tanto as dos crimes quanto a da força. Na personagem do carrasco negro, brutalizado pela escravidão e pela lei penal, jazia sua crítica mais contundente. Como definiria em outro texto, “*o Império e a escravidão são solidários. A sua legislação visa somente manter esta solidariedade.*”⁶⁰¹

Sob a batuta de Rebouças, o abolicionismo se transformou em um movimento social orgânico no final dos anos 1870, estendendo-se da imprensa aos teatros e galgando os degraus da política imperial com Joaquim Nabuco. Mas a ação orquestrada dos representantes do cativo barrou o avanço dos abolicionistas no parlamento nos primeiros anos década de 1880. Desiludidos, Rebouças e Nabuco deixaram o país e Luiz Gama faleceu em agosto de 1882. O fechamento das vias institucionais, contudo, foi a senha para a radicalização do movimento. O funeral de Gama se converteu em um ato político e, com a mão sobre o caixão, Antônio Bento jurou levar adiante a sua luta na província de São Paulo, com métodos menos ortodoxos. No Ceará, a recusa dos jangadeiros em transportar os negros escravizados pelo tráfico deu o tom da luta que culminaria na emancipação na província, alçando Francisco José do Nascimento, o

⁶⁰¹ “Ao lado desse rosto, cuja expressão fora amortecida pela desventura, contraste enorme, aparecia o carão negro, estúpido e truculento do carrasco, surgindo de sob o gorro vermelho como um vômito fuliginoso da garganta de uma fornalha. Fuzilava-lhe nas feições o garbo bestial do crime. Com a mão esquerda colocada à ilhargia e arqueado o braço seminu, espriava pela mó de basbaques meio aterrorada, o olhar sanhudo, coado através de umas pupilas negras, borradas numa córnea injetada de sangue. Pelas narinas carnudas e achatadas” José do Patrocínio. *Motta Coqueiro: Ou, A Pena de Morte*. Rio de Janeiro: Livraria F. Alves Editora, 1977. Sobre a trajetória de José do Patrocínio, ver Robert Toplin. *The Abolition of Slavery in Brazil*, pp. 58-130; Angela Alonso. *Flores, Votos e Balas*, pp. 23-50; e Jeffrey Needell. *The Sacred Cause*, pp. 52-94. Sobre a obra *Motta Coqueiro*, e a relação entre abolicionistas e a luta contra a pena de morte, Peter Beattie. *Punishment in Paradise: Race, Slavery, Human Rights, and a Nineteenth-Century Brazilian Penal Colony*. Durham: Duke University Press, 2015, pp. 200-226, com destaque para as páginas 212 a 214. *Gazeta da Tarde*, edição de 28 de agosto de 1882. Ver José do Patrocínio. *A Campanha Abolicionista: Coletânea de Artigos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996, pp. 50-54.

“Dragão do Mar”, ao panteão da abolição. Na capital do país, Patrocínio assumiu o protagonismo do movimento, estreitando laços entre os ativistas de diferentes províncias e mobilizando camadas populares, predominantemente negras, na capital.⁶⁰²

Quando Nabuco e Rebouças regressaram ao país, em 1883, deram novo fôlego ao movimento. Mas ele já não era o mesmo. Com a publicação d’*O Abolicionismo* naquele mesmo ano, Nabuco destilou sua erudição e apresentou as credenciais de seu ativismo, que seguia os passos “*de Wilbforce, Lamartine, e Garrison*”, e não os de “*Catilina ou de Espártaco, ou de John Brown*”. Era o abolicionismo moderado do Atlântico Norte a sua referência e mais uma vez ele reiterou que a sua propaganda não se dirigia aos escravizados, pois incitá-los à resistência e ao crime seria submetê-los “*a lei de Lynch, ou a justiça pública*”. Contudo os tempos eram outros e o movimento não lhe pertencia. Em uma máxima disseminada entre os radicais e atribuída a Luiz Gama, o cativo era o verdadeiro e único crime, e o escravizado que atentasse contra a vida de seu senhor o faria, sempre, em legítima defesa. Eram os termos de um outro abolicionismo, aquele de Espártaco e de John Brown—não à toa, heterônimos utilizados por Gama. Foram líderes de insurreições, livres ou escravizados, da Antiga Roma à Virgínia, as inspirações de sua luta. Enquanto Joaquim Nabuco ainda pregava a moderação, outros ativistas que sucederam a Luiz Gama arregimentavam reforços entre as massas urbanas davam os primeiros passos em direção às senzalas.⁶⁰³

A aliança entre abolicionistas e escravizados transformou a dinâmica da resistência, cada vez mais articulada à política nacional. As fugas coletivas se intensificaram. Contando com o apoio de uma rede de ativistas, grupos de dezenas de escravizados deixaram as fazendas em direção a centros urbanos, especialmente na província de São Paulo. À medida em que setores do movimento abolicionista elevaram o tom e passaram a apoiar a ação direta da população cativa, a insubordinação e os crimes adquiriram maior significado político. Os fazendeiros se valeram de seus veículos de

⁶⁰² Sobre a radicalização do movimento abolicionista, ver Maria Helena Machado. *O Plano e o Pânico*, pp. 133-226; Robert Conrad. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*, pp. 290-318; Robert Toplin. *The Abolition of Slavery in Brazil*, pp. 177-246; Angela Alonso. *Flores, Votos e Balas*, pp. 280-301; e Jeffrey Needell. *The Sacred Cause*, pp. 166-200.

⁶⁰³ Joaquim Nabuco. *O Abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 44. Sobre os heterônimos de Luiz Gama, ver Bruno Lima. “In the Emergence of Luiz Gama’s Pragmatic Normative Literature in 19th Century”. *Max Plack Institute for European Legal History Research Papers*, a ser publicado em 2021; e ainda “That is the Turpide of a White Man! Radicalization of the Public Sphere in Luiz Gama’s Black Abolitionism”, a ser publicado em 2021. Os textos compõem a Tese de Doutorado a ser defendida na Universidade de Frankfurt em 2021.

imprensa para responsabilizar o ativismo pela violência no campo, a fim de silenciá-los. Ao mesmo tempo, recorreram às instituições policiais e judiciais para preservar a ordem e, quando não eram atendidos, acionavam suas milícias e justiças particulares.

Desde meados da década de 1870, o aumento no número de fugas e de crimes foi interpretado por fazendeiros e autoridades públicas como um sintoma do descompasso entre a ordem escravista e a justiça imperial. A insubordinação dos escravizados, a ascensão do abolicionismo e a crise da pena de morte alimentaram sentimentos viscerais nas comunidades livres dos municípios agrícolas do Centro-Sul. Na ausência do cadafalso, jurados e proprietários passaram a burlar sistematicamente a lei nas cortes criminais, preferindo a jurisdição dos tribunais privados das fazendas. No entanto, não tardou para que até mesmo os pequenos proprietários e agregados se sentissem no direito de fazer justiça às próprias mãos.

Enquanto o assassinato cometido por Manoel e Gil ainda repercutia em Vassouras, um crime ocorrido em Itu tomou conta da opinião pública na província de São Paulo e na Corte. Assim como Campinas, o município compôs a principal zona açucareira paulista até meados do século, quando a cana foi substituída pelos pés de café e a população escravizada cresceu, abastecida pelo tráfico interprovincial. As tensões na lavoura frequentemente levavam a crimes violentos no Oeste paulista, mas nenhum teve a repercussão daquele ocorrido em fevereiro de 1879. Na manhã do dia 8, um homem negro chamado Nazário chegou à cidade e se dirigiu à cadeia, onde se confessou às autoridades policiais. Na fazenda onde vivia há pouco mais de um mês, ele assassinou seu senhor João Dias Ferraz da Luz. Em seguida, dirigiu-se à casa grande, onde matou suas duas filhas e uma mulher de idade que as acompanhava. A sua senhora foi gravemente ferida no ataque, mas sobreviveu, e apenas uma menina de 4 ou 5 anos se escondeu e escapou ilesa. Nazário então se dirigiu a uma venda próxima, bebeu um copo de cachaça e partiu em direção à cidade. Ele então narrou na delegacia como a crítica do senhor aos seus trabalhos motivou o ataque a golpe de machados. Julgando-se perdido, decidiu exterminar a família inteira. Segundo o registro público das autoridades, Nazário confessou o crime “*dando demonstrações de íntimo contentamento.*”⁶⁰⁴

⁶⁰⁴ *Gazeta de Campinas*, edição de 12 de fevereiro de 1879. Sobre o crime e o linchamento de Nazário em Itu, ver Jonas Marçal Queiroz. *Da Senzala à República*, pp. 225-248; e do mesmo autor “Escravidão, Crime e Poder: A “Rebeldia Negra” e o Processo Político da Abolição.” *Revista de História Regional*, pp. 7-45. Ver ainda as referências de João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, pp.302-303; e de Ricardo Pirola. *Escravos e Rebeldes nos Tribunais do Império*, pp. 279-280.

A notícia do crime se espalhou pela região. A *Gazeta Liberal de Campinas* insuflou ainda mais os ânimos. Os redatores se mostraram insatisfeitos que o assassino fosse “*entregue à justiça dos homens*” e que a punição lhe fosse preferível ao próprio cativo. Nas entrelinhas, clamavam por uma outra justiça e o seu desejo foi atendido. Às dez horas da noite do dia 10, uma multidão de cerca de 200 pessoas se aglomerou em frente à cadeia com o objetivo de se apoderar de Nazário. Houve um tiroteio entre os assaltantes e a força policial. Um soldado morreu e outro militar ficou ferido, e a multidão se dispersou. No dia seguinte, um número ainda maior de pessoas se somou à massa enfurecida, chegando a cerca de 300 indivíduos que investiram contra a cadeia às 3 horas da tarde. Os quatro oficiais remanescentes não puderam fazer frente à turba, que invadiu a prisão, arrombou a cela e retirou Nazário à força. Ele então foi morto a pedradas e seu cadáver foi arrastado pelas ruas da cidade numa marcha triunfal. Segundo relatos, o corpo ainda foi levado ao local dos assassinatos, antes de ser abandonado em frente à cadeia.⁶⁰⁵

Foi aberto o inquérito policial, mas o promotor alegou que não foi possível identificar nenhuma das centenas de pessoas envolvidas. O caso caiu como uma luva para o Clube da Lavoura de Campinas, que veio à desforra. Aberta a sessão da Câmara dos Deputados no dia 11 de fevereiro, Joaquim Antônio de Arruda, Barão de Atibaia, fez as vezes do porta-voz da associação escravista.

Em toda parte, e simultaneamente dão-se fatos de uma só ordem, revestidos de circunstâncias idênticas e manifestando sempre as mesmas tendências (...). Já não é raro neste município, bem como em todos os centros agrícolas, ver-se o escravo praticar crimes horrorosos, e desde logo apresentar-se à autoridade diante de quem exhibe a mais cínica e repugnante confissão. E, o que é mais, se a autoridade o inquirir sobre os seus meios de defesa, com uma calma imperturbável que bem revele o estado de seu espírito, ele responde com igual desprazo: Não quero defesa, porque praticado o crime, o fiz impelido pelo desejo de ficar pertencendo à justiça.⁶⁰⁶

A solução proposta pelo barão e pelo Clube da Lavoura de Campinas era simples: a revogação da Lei de 10 de junho de 1835. Promulgada para reprimir os delitos dos escravizados, ela teria perdido o caráter correcional, tornando-se um estímulo aos atentados. Nas palavras do barão, o tribunal do júri se encontrava preso a uma norma rigorosa que cerceava a liberdade de julgamento, vendo-se diante de duas difíceis

⁶⁰⁵ Idem; *Gazeta Liberal de Campinas*, edição de fevereiro de 1879, apud João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão* p. 303.

⁶⁰⁶ Sessão do dia 11 de fevereiro de 1879. Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1879, apud Cássio Marafante. *Trama e Crime Senhorial: Justiça e Direitos, Pactos e Poderes em Embates, Piracicaba e Oeste Paulista entre as Décadas de 1870-1880*. Dissertação de Mestrado defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2010, pp. 66-93.

alternativas: abdicar da verdade do processo para castigar o réu, negando-lhe a sanção penal que buscara; ou condená-lo nos termos da lei, aplicando a pena pretendida pelo criminoso. O barão assumia a ilegalidade como virtude e propunha que a jurisprudência marginal de Campinas recebesse, enfim, a forma da lei. O projeto pretendia ainda abolir a pena de galés para delitos cometidos por escravizados. Assim, o julgamento desses crimes seria devolvido à legislação comum, preservando-se os açoites previstos no artigo 60 do Código Criminal.⁶⁰⁷

No dia 18 de fevereiro, foi a vez do senador José Inácio Silveira da Motta levar o caso à câmara alta. Em um belíssimo exemplar da retórica escravista à brasileira, reconheceu que *“a escravidão é uma injustiça, uma violência”* e, sem tergiversar, concluiu: *“mas não há também meio de negar que a injustiça e a violência não se mantêm senão pela força da injustiça e da violência.”* A fórmula era simples. Se não queriam a violência da pena de morte, bastava abolir a escravidão. Portanto, *“enquanto esta não for abolida, não se poderá prescindir da lei excepcional.”* O senador então descreveu o linchamento de Itu como o resultado da combinação entre a criminalidade, a impunidade e as ilegalidades na região, com destaque para o município de Campinas.

Há muito tempo na cidade de Campinas, onde se têm reproduzido muitos assassinatos de senhores, feitores e administradores, a consciência pública já se tem revoltado a ponto de influir no tribunal do júri para que os jurados nunca imponham a pena do artigo 192, embora haja as circunstâncias agravantes do código, e sim a do artigo 193, grau médio ou mínimo, porque então o juiz de direito é obrigado a comutar a pena em açoites; e comutada a pena, verifica-se a lei de Lynch: o escravo é morto a açoites, único recurso que encontra a opinião desses lugares aterrada pela ameaça e perigo constante do assassinato. Portanto, a Lei de Lynch há muito tempo está aplicada no país, mas não com o cavalheirismo que teve a população de Itu, que o fez dando vivas à Justiça do povo, quando o cadáver do assassino foi arrastado até as portas da vítima.⁶⁰⁸

⁶⁰⁷ “O júri, sem liberdade de ação no julgamento, preso a uma norma traçada com o máximo vigor pela lei, e privado ao mesmo tempo da indispensável e salutar faculdade de graduar a pena conforme as circunstâncias vê-se muitas vezes colocado nesta difícil alternativa: Ou negar contra a sua consciência a verdade palpitante do processo, para assim castigar o delinquente, negando-lhe a sanção penal que ele ambiciosamente procura; Ou, cedendo aos ditames da consciência, afirmar a existência do fato criminoso, e nesse caso, visto que não há um meio termo, pedir a aplicação da pena que outra coisa não é se não a mesma aspiração do delinquente, a recompensa do ato criminoso.” Sessão do dia 11 de fevereiro de 1879. Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1879

⁶⁰⁸ “Se não querem a violência da pena de morte, então abulam a escravidão. Enquanto esta não for abolida, não se poderá prescindir da lei excepcional. Esta existe; a culpa não é a do legislador; mas de que serve se não é executada sistematicamente? O escravo que mata seu senhor conta com a comutação da pena; e que vai ter seu pedacinho de terras da Ilha de Fernando; com a faculdade de plantar e vender os frutos de seu trabalho; fazer pecúlio, gozando da liberdade somente restrita à zona da ilha” Sessão do dia 18 de fevereiro de 1879. Annaes do Parlamento Brasileiro. Senado. 1879. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1879. Sobre a fala de Silveira da Motta, ver João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, pp. 303-304; Ricardo Pirola. *Escravos e Rebeldes nos Tribunais do Império*, pp. 279-280; e Cássio Marafante. *Trama e Crime Senhorial*, pp.75-76

Em um breve ensaio, o senador apresentou seu diagnóstico e, não à toa, recorreu à língua inglesa. Nos anos anteriores, os jornais brasileiros estampavam os linchamentos que se espalhavam pelo Sul dos Estados Unidos desde a crise da Reconstrução. De acordo com o senador, era o segundo caso da mesma natureza, pois não havia muito tempo que *“um escravo que atentou contra a honra e a vida das filhas de seu senhor foi entregue, não à Justiça, porque o povo não quer aceitar as consequências das visitas a Victor Hugo, mas à Lei de Lynch, sendo esta horrorosamente aplicada.”* É provável que se referisse ao caso ocorrido em junho de 1875 no município de Leopoldina, na província de Minas Gerais, quando uma multidão invadiu a fazenda onde Sabino era interrogado, acusado da morte da filha de seu proprietário, e o assassinou. À época, a imprensa brasileira descreveu o acontecimento como o primeiro linchamento em território nacional. As semelhanças com a violência dos Estados Unidos foram evidentes, inclusive na suposta violação sexual que o motivou. Nas palavras de Silveira da Motta, as manobras do tribunal do júri e as punições extrajudiciais eram provas de que a Lei de Lynch já chegara ao país. No entanto, ele mesmo reconheceu que as multidões de Leopoldina e de Itu instituíram um novo precedente. A violência extrajudicial, que sempre fora sistêmica no escravismo brasileiro, agora desfilava à moda da América do Norte.⁶⁰⁹

A repercussão dos crimes de Itu recaiu sobre o governo e o poder moderador. Silveira da Motta concluiu seu discurso endossando a retórica dos republicanos paulistas, brandando *“acuso-o, eu, acuso-o”*, contra o imperador, por se colocar entre as leis escritas e sua execução. Enquanto deputados e senadores denunciavam principalmente o crime de Nazário, os abolicionistas fizeram de seu linchamento mais um exemplo das barbáries da escravidão. No mês de março de 1879, o abolicionista negro, Vicente de Souza, conduziu uma conferência no Teatro São Luiz, intitulada *“Império e Escravidão, o Parlamento e a Pena de Morte”*, oferecendo um contraponto radical aos discursos do legislativo. Referindo-se aos assassinatos cometidos por escravizados, acusou a escravidão de ser o crime original e denunciou a cumplicidade da monarquia e do Império. Sem deixar de reconhecer a gravidade do assassinato cometido por Nazário, ele denunciou o silêncio das autoridades sobre o segundo crime de Itu e a impunidade dos linchadores. Invertendo a

⁶⁰⁹ Sobre o linchamento ocorrido em Leopoldina, em 1875, ver Ricardo Pirola “Lynching, Abolitionism and Justice in Brazil (Nineteenth-Century)”. Manuscrito apresentado na conferência online “Current Trends in Slavery Studies in Brazil”, realizada pela Universidade de Bonn em dezembro de 2020. Sobre a crise envolvendo a pena de comutações da pena de morte, ver *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, pp. 191-251/299-313; e Ricardo Pirola. *Escravos e Rebeldes nos Tribunais do Império*, pp. 209-272. Sobre o antiescravismo e a luta contra a pena de morte, ver Peter Beattie. *Punishment in Paradise*, pp. 200-226.

máxima de Silveira da Motta, Vicente de Souza concluiu que a criminalidade era de fato um mal e, para cortá-la pela raiz, era preciso abolir tanto a pena de morte quanto a própria escravidão.⁶¹⁰

Pressionado pelas críticas de escravistas e abolicionistas, o então chefe do gabinete de ministros, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, reconheceu a crise, mas isentou o imperador. Afinal, “*não há muitos anos foram executados em Campos três escravos*”, concluiu. Foram cinco, na verdade, mas os números e vidas importavam menos do que a pretensa demonstração do rigor imperial. Por fim, ele prometeu uma reforma penal. No dia 20 de fevereiro, o Ministro da Justiça, Rodrigues Pereira Lafayette, apresentou um projeto de lei que substituiria a pena de galés pela de prisão celular com trabalhos, em isolamento e silêncio. Aos escravizados, uma nova lei de exceção, mas polida com o verniz de um iluminismo penal tardio. O governo respondeu ao senador Silveira da Motta em sintonia com as ideias de outras bandas da América do Norte, propondo um regime penal que combinava os regimes penitenciários da Pensilvânia e de Auburn. Mas o debate esfriou e a proposta jamais saiu do papel. A crise da pena de morte não encontrou solução negociada no parlamento ou no governo, e os conflitos se intensificaram nas fazendas e nos tribunais de primeira instância. Em pouco tempo, o espetáculo de violência chegaria ao coração da escravidão no Vale do Paraíba.⁶¹¹

No dia 9 de dezembro de 1880, quatro escravizados de Valeriano José do Valle assassinaram seu filho, José Melchíades do Valle, em sua fazenda na freguesia de Bemposta, em Paraíba do Sul. Havia menos de um ano que um feitor da mesma vizinhança fora morto pelo cativo Manoel, réu confesso do crime. Os sentimentos afloraram e o subdelegado da freguesia requisitou do delegado de polícia uma força policial para conduzir os presos da cadeia local à cidade. Não houve tempo suficiente. Na

⁶¹⁰ Vicente de Souza. *O Império e a Escravidão: o Parlamento e a Pena de Morte*. Rio de Janeiro: Typografia de Molarinho & Montalverne, 1879 (Fac-símile republicado São Paulo: Centro de Memória Sindical & Arquivo do Estado de São Paulo, 1986)

⁶¹¹ “Art. 1º As penas em que incorrer o réu escravo, estabelecidas pelo código ou por outra qualquer lei criminal, salvo a de morte, serão substituídas pelas seguintes. A saber: § 1º. A de galés perpétuas, de prisão perpétua com trabalho, e de prisão perpétua simples—pela de prisão celular com trabalho por 15 anos, com isolamento absoluto nos primeiros cinco anos, com trabalho em comum durante o dia, e silêncio nos 10 anos restantes. § 2º. A de galés e prisão com ou sem trabalho por 20 ou maior número de anos—pela de prisão celular com trabalho por metade de respectivo tempo, com isolamento absoluto e silêncio durante o primeiro terço do tempo da condenação, com trabalho comum de dia e silêncio nos dois restantes do mesmo tempo. § 3º. A pena de galés e de prisão com ou sem trabalho por tempo maior de 3 anos—pela pena estatuída no artigo 60 do Código Criminal, artigo que só nesta parte e para este efeito fica vigorando. Art. 2º. A pena de prisão celular, decretada nesta lei, será cumprida nas penitenciárias da província onde o delito houver sido cometido, e na falta, nas penitenciárias do estado. Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.” *O Município*, edição de fevereiro de 1879.

tarde seguinte, o corpo da vítima recebia os sacramentos na igreja de Bemposta, quando parte dos presentes deu início a um outro rito. O velório de um corpo branco se converteu no suplício de quatro corpos negros. Entre 100 e 300 pessoas invadiram a cadeia e assassinaram os acusados a pauladas. Fosse pela reincidência ou pela maior discricção dos fazendeiros do Vale do Paraíba, a repercussão do linchamento de Paraíba do Sul foi menor que o de Itu. O chefe de polícia da província fluminense se dirigiu ao município, mas apesar dos vínculos entre os assaltantes e a vítima, alegou não ter conseguido identificar os autores do atentado.⁶¹²

Dessa vez, os escravistas preferiram silenciar sobre o tema, enquanto os abolicionistas assumiram o front da narrativa. A repercussão dos linchamentos se provou uma arma mais eficaz para os críticos da escravidão do que para os adversários das comutações. Foi o linchamento de Paraíba do Sul que motivou Luiz Gama a escrever aquela carta a Ferreira de Menezes em dezembro de 1880. Em suas palavras, o acontecimento foi *“uma imitação de maior vulto, da tremenda hecatombe que aqui presenciou a fidelíssima, a jesuítica cidade de Itu”*. Sem deixar de lamentar a morte do infeliz fazendeiro, Gama enxergou a virtude no crime, pois os escravizados que assassinavam seus senhores cumpriam uma prescrição do direito natural. Antes de serem a propriedade de outrem, eram homens e detentores não do direito, mas do dever de resistir a quem atentasse contra sua liberdade. O abolicionista transcendeu o argumento da legítima defesa do escravizado para defender o dever legítimo de se assassinar o escravizador.⁶¹³

Nos termos de Gama, eram os negros nascidos livres as verdadeiras vítimas do crime de escravidão, mas quando se levantam contra seu senhor e são presos, *“trezentos concidadãos congregam-se, ajustam-se, marcham direitos ao cárcere; e aí (oh! é preciso*

⁶¹² Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1881; Relatório do Ministério da Justiça, 1881. Ver o mesmo relato em Ricardo Pirola. *Escravos e Rebeldes nos Tribunais do Império*, pp. 280-282; e do mesmo autor “A Lei de Lynch no Ocaso da Escravidão: Linchamentos, Justiça e Polícia (1878-1888)” In: Regina Xavier & Helen Osório (orgs.). *Do Tráfico ao Pós-Abolição: Trabalho Compulsório e Livre e a Luta por Direitos no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2018, pp. 454-481.

⁶¹³ Luiz Gama. Carta a Ferreira de Menezes, *Gazeta da Tarde*, edição de 16 de dezembro de 1880. Nas páginas d’*O Abolicionismo*, Joaquim Nabuco criticou novamente as leis de exceção que submetiam os réus escravizados, e questionou a *“crença de que os escravos (...) cometem crimes para se tornarem servos da pena”*, razão pela qual *“o júri no interior tem absolvido escravos criminosos para serem logo restituídos aos seus senhores, e a lei de Lynch há sido posta em vigor em mais de um caso.”* Em um manifesto publicado em 1883, a Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro denunciou a violência nas zonas escravistas, onde *“não conseguindo mais ver na praga pública o pelourinho e a forca, eles aplicam a lei de Lynch aos escravos, que perpetram o crime de homicídio. Rasgam assim as leis que instituíram o Júri, e investiram o Supremo Magistrado da Nação do direito de comutar as penas”*. Joaquim Nabuco. *O Abolicionismo*, p. 123; “Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro, 1883” In: *A Abolição no Parlamento: 65 Anos de Luta*, vol. 2, pp. 671-694.

que o mundo todo aplauda), a faca, a pau, a enxada, a machado, matam valentemente a quatro homens; menos ainda, a quatro negros; ou ainda menos, a quatro escravos, manietados em uma prisão!...” Findo o silêncio contemplativo das reticências, Gama arrebatou:

Não! Nunca! Sublimaram, pelo martírio, em uma só apoteose, quatro entidades imortais! Que! Horrorizam-se os assassinos de que quatro escravos matassem seu senhor? Tremem porque eles, depois da lutuosa cena, se fossem apresentar à autoridade? Miseráveis; ignoram que mais glorioso é morrer livre, em uma forca, ou dilacerado pelos cães, na praça pública, do que banquetear-se com os Neros, na escravidão.⁶¹⁴

A justiça da turba escravista se convertera no “*martírio dos quatro Espártacos*”. Em suas palavras finais, Luiz Gama cravou mais uma vez as referências de seu abolicionismo e concluiu que as vítimas de Paraíba do Sul “*não eram quatro homens, eram quatro ideias, quatro luzes, quatro astros; em uma convulsão sidérea desfizeram-se, pulverizavam-se; formaram uma nebulosa.*”. O abolicionista negro viria a falecer dois anos depois, mas seus sucessores levaram sua luta e suas palavras adiante, pois os corpos perecem, mas as ideias; essas são mais difíceis de morrer.

A Política da Abolição e a Lei de Lynch nos Trópicos

A década de 1880 começou turbulenta no país. Com o avanço dos abolicionistas nas cidades e na Corte, os fazendeiros se entrincheiraram cada vez mais em seus domínios rurais, onde enfrentavam a insubordinação crescente de seus escravizados. Depois de uma onda de assassinatos de feitores entre 1877 e 1879, o número de crimes capitais levados a júri declinou em Vassouras, mas o mesmo não ocorreu em seus municípios vizinhos ou na fronteira paulista do café. No mês de março de 1881, o Presidente da Província do Rio de Janeiro, Martinho de Campos, inaugurou uma seção em seu relatório anual intitulada “*Assassinatos de Senhores e Feitores por Escravos*”, onde listou os casos ocorridos em Valença, Cantagalo, Nova Friburgo e Resende. Ele ainda lamentou o linchamento ocorrido em Paraíba do Sul, assim como o desfecho da investigação policial que “*não conseguiu descobrir*” nenhum dos mais de cem “*autores de tão bárbaro atentado*”⁶¹⁵

Em um segundo relatório apresentado aquele mesmo ano, o presidente registrou ainda a descoberta de um plano de insurreição com o apoio de abolicionistas, que se estendia de Resende ao Vale do Paraíba paulista. As autoridades da província de São

⁶¹⁴ Luiz Gama. Carta a Ferreira de Menezes, *Gazeta da Tarde*, edição de 16 de dezembro de 1880.

⁶¹⁵ Ver os Relatórios dos Presidentes da Província de São Paulo, 1880 a 1882; Relatórios do Ministério da Justiça, 1881 e 1882.

Paulo também denunciaram as conspirações, revoltas e fugas em massa no Oeste Velho e no Oeste Novo, acusando os caifazes de incitar a população escravizada. Os crimes continuaram sendo levados a júri, enquanto as revoltas foram confrontadas pelas forças policiais que, na ausência do feitor, cumpriam com primor a sua vocação primeira. No entanto, os fazendeiros e as comunidades livres se mostravam cada vez menos constrangidos pelas fronteiras da lei, dispostos a preservar a ordem a qualquer custo.⁶¹⁶

Em maio de 1882, houve uma nova ameaça de linchamento em Paraíba do Sul. Uma multidão pretendia invadir a cadeia onde se encontrava um homem cativo acusado de homicídio, mas foi dissuadida por um destacamento policial enviado pelo governo da província. Meses antes, um homem foi arrancado da cadeia de Cantagalo e forçado acompanhar o cortejo da vítima que assassinara, antes de ser morto pelos familiares e amigos da vítima. Os nervos aflorados e a descrença com a justiça formal vitimaram dessa vez uma pessoa livre. Mas na crise da escravidão continuaram sendo os escravizados acusados da morte de senhores e feitores os alvos preferenciais dos linchadores. Paraíba do Sul havia inaugurado a Lei de Lynch no Vale do Paraíba, mas o espetáculo agora chegaria a Valença. Ainda em setembro de 1881, os redatores d'*O Tempo* se somaram às vozes do *Monitor Campista* e d'*O Município* ao denunciar a onda de crimes no município e o dilema entre “*A Pena de Morte e a Escravidão*”, título da publicação. O jornal ecoou o sentimento da comunidade livre, que responsabilizava o judiciário e o moderador pela criminalidade escrava. Bastou um crime de maior repercussão para que alguns valencianos inaugurassem a sua própria justiça.⁶¹⁷

No dia 4 de julho de 1883, pouco mais de um mês após o assassinato do fazendeiro Leandro de Souza Freitas em Vassouras, cinco homens escravizados assassinaram Augusto Pereira Nunes, administrador da fazenda Santa Clara, localizada na freguesia de Santa Thereza. Apenas Ignácio e Clemente se entregaram no quartel do destacamento policial e foram presos. Os réus eram reincidentes, tendo já sido condenados por outros crimes nos tribunais do júri de Paraíba do Sul e de Valença. No dia seguinte, às duas horas da tarde, um grupo de 50 a 60 pessoas entrou pela rua principal da freguesia, guardando

⁶¹⁶ Relatórios dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro, 1881 a 1883. Sobre os crimes ocorridos em Campinas, ver Maria Helena Machado. *Crime e Escravidão*, pp. 47-60; sobre as revoltas e fugas em massa no interior de São Paulo, ver da mesma autora. *O Plano e o Pânico*, pp. 97-226. Sobre o papel das forças policiais na repressão aos escravizados, ver ainda Leila Algranti. *O Feitor Ausente: Estudos sobre a Escravidão Urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

⁶¹⁷ *O Tempo*, edição de setembro de 1881, *apud* Gustavo Barros. Imprensa Valenciana. Valença: Jornal Local, 2012, pp. 98-99. Ver os Relatórios dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro, 1880 e 1881, e o Relatório do Ministério da Justiça, 1881.

a forma militar em marcha. Alguns vinham a pé e outros a cavalo, com os rostos cobertos por máscaras e lençóis e armados com paus, espingardas e espadas. Os três soldados que guardavam o quartel não puderam resistir e ele foi tomado de assalto. As armas do destacamento foram roubadas e eles se dirigiram ao xadrez. A multidão arrombou as celas e levou Ignácio e Clemente para fora, onde foram trucidados a pauladas. Outro escravizado se encontrava preso pelo homicídio de um feitor, mas foi deixado em sua cela. A vingança tinha alvos específicos. Aos gritos, juraram de morte os outros envolvidos, prometendo capturá-los nas matas. Na manhã seguinte, Vicente estava sendo conduzido preso pela estrada de Ubá, quando o grupo o tomou dos oficiais e o assassinou a pauladas. No mesmo dia, Malachias e Damião foram enviados às pressas para Valença e de lá transferidos para a casa de detenção Niterói, escapando à sorte de seus parceiros.⁶¹⁸

Os redatores da *Gazeta de Valença* descreveram o “*desvairamento da justiça popular*”, definindo o episódio como uma tragédia horrenda. Com base no relato de testemunhas, narraram o linchamento de Ignácio e de Clemente, e a fúria com que partiram em busca de Vicente e dos outros parceiros. “*O exemplo é dos mais horrorosos e tremendos, ao passo que a patenteia os vícios de nossa organização social*”, concluíram. O chefe de polícia da província chegou à freguesia de Santa Thereza no dia 8 e recebeu o apoio de fazendeiros e autoridades locais para restaurar a ordem pública. A investigação concluiu que os assaltantes eram liderados por parentes de Augusto Pereira Nunes, vindos de Paraíba do Sul. No entanto, as testemunhas hesitaram em identificar os suspeitos e apenas um homem de Valença foi pronunciado, mas se evadiu. O inquérito foi concluído, mas não há indícios de que alguém tenha sido punido pelos assassinatos.⁶¹⁹

Pela segunda vez em menos de três anos, o médio Vale do Paraíba, território dos conservadores fazendeiros fluminenses, sediou um espetáculo da justiça popular. No linchamento de Paraíba do Sul, houve a participação de familiares e amigos do jovem fazendeiro, mas no caso de Valença a vítima era um administrador e seus parentes provavelmente pertenciam à mesma camada social. Prepostos e feitores não pertenciam à mesma classe e, em muitos casos, tampouco à mesma raça dos fazendeiros. Mas compartilhavam de privilégios, embora desiguais, em relação à massa de escravizados. A

⁶¹⁸ *Gazeta de Valença*, apud *O Vassourense*, edição de 15 de julho de 1883. Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1883. Relatório do Ministério da Justiça, 1883. Ver o mesmo relato citado em Ricardo Pirola. *Escravos e Rebeldes nos Tribunais do Império*, pp. 280-282; e do mesmo autor “A Lei de Lynch no Ocaso da Escravidão: Linchamentos,” In: Regina Xavier & Helen Osório (orgs.). *Do Tráfico ao Pós-Abolição*, pp. 454-481.

⁶¹⁹ *Gazeta de Valença*, apud *O Vassourense*, edição de 15 de julho de 1883. Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1883. Relatório do Ministério da Justiça, 1883

ameaça da abolição anunciava a ruína dos proprietários, mas também esvanecia a barreira jurídica que separava os escravizados dos homens livres pobres, uma vez que a tez da pele geralmente os aproximava. Se o linchamento de Bemposta fora um expurgo dos fazendeiros, o de Santa Thereza foi a desforra dos agregados, que instituíram um novo precedente ao promover sua própria justiça à revelia da lei e dos grandes proprietários.

A violência rural respondia tanto aos crimes particulares quanto à ascensão dos abolicionistas naqueles anos. Enquanto setores do movimento se radicalizavam, o retorno de Joaquim Nabuco e de André Rebouças ao país reforçou a sua ala moderada. Eles costuraram alianças junto aos membros progressistas do Partido Liberal que chegaram ao poder com a nomeação de Manuel Souza Dantas para o ministério em julho de 1884. A subsequente eleição de Nabuco ao parlamento e a abolição no Ceará reforçaram a aposta do movimento nas vias institucionais. O novo governo levou ao legislativo um projeto de lei complexo, que combinava a proibição do tráfico interprovincial no país, a ampliação do fundo de emancipação e a alforria dos maiores de 60 anos de idade. Implicava, portanto, a libertação tardia de muitos africanos contrabandeados ao arrepio da lei a partir de 1831. A coalizão era moderada, mas nos recantos do cativeiro, todo antiescravismo era radical. O aceno do gabinete aos abolicionistas marcou mais uma ruptura entre o Estado e os fazendeiros, cada vez mais descrentes das instituições imperiais.⁶²⁰

Entre 1884 e 1885, as forças reacionárias se voltaram contra os abolicionistas e os escravizados, promovendo espetáculos de violência nos domínios rurais das províncias do Centro-Sul. Os jornais brasileiros repercutiam a escalada dos linchamentos no Sul dos Estados Unidos naquela década, assim como a liturgia da justiça popular e racial. A inspiração cruzou as fronteiras do continente e as multidões escravistas instituíram sua própria ritualística no Brasil. No dia 26 de abril de 1884, um fazendeiro foi morto por três escravizados seus em Resende e eles foram presos. O sol sequer havia nascido na manhã do dia 30, quando uma multidão de 300 a 500 pessoas cercou a cadeia, rendeu os guardas e arrombou as celas onde eles se encontravam. Os três foram levados para fora e mortos a pauladas. Houve relatos de tiveram os olhos arrancados e as orelhas e narizes cortados. O presidente da província chegou a mencionar os rumores sobre cenas de canibalismo, provavelmente exagerados. De todo modo, os linchamentos se tornavam mais

⁶²⁰ Sobre os abolicionistas e o Gabinete Dantas, ver Robert Conrad. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, pp. 255-266; Robert Toplin. *The Abolition of Slavery in Brazil*, pp. 177-193; Angela Alonso. *Flores, Votos e Balas*, pp. 236-279; e Jeffrey Needell. *The Sacred Cause*, pp. 122-165. Sobre a ação dos caifazes, ver Maria Helena Machado. *O Plano e o Pânico*, pp. 133-162.

performáticos. Em julho, a cadeia de Jaú, na província de São Paulo, foi assaltada por mais de 200 pessoas. Dela foi retirado o cativo Florêncio, acusado da morte de uma família inteira. Morto a pauladas e pedradas, seu corpo foi arrastado pelas ruas, como no linchamento de Nazário em Itu.⁶²¹

De volta à província fluminense, foi a vez os moradores do município de Rio Bonito darem o ar da graça. No dia 14 de outubro, o fazendeiro Martins da Fonseca Portella foi assassinado e seu cativo Manoel Samburá foi acusado pelo crime. Ele delatou seus parceiros Venâncio Grande, Felipe Ingobe e Manoel Rosa como cúmplices e todos foram presos. Boatos de que um grupo pretendia invadir a prisão chegaram às autoridades no dia 17, mas o assalto foi evitado. Para o desgosto da comunidade, apenas um dos acusados foi pronunciado pelo caso. Os quatro ainda se encontravam no cárcere quando, em dezembro, um bando armado tomou de assalto a cadeia. As celas foram arrombadas e três acusados foram levados para fora, enquanto outros presos aproveitaram para fugir. Em seu inquérito, o chefe de polícia descreveu o rito dos justiceiros.

(...) na noite de 9 de dezembro, foi a Villa surpreendida por um considerável grupo de homens armados, que tomaram a cadeia de assalto, e arrombando a prisão em que se encontravam os infelizes escravos, os arrastaram para fora e os trucidaram á golpes de machado e de foices e a pauladas, sendo até o cadáver de um deles esquartejado!⁶²²

Os linchadores exibiam com violência e simbolismo a superioridade da sua justiça popular. Desmoralizadas, as autoridades policiais e judiciais foram pressionadas pelo governo para restaurar o império da lei. Tanto em Resende quanto em Rio Bonito, foram indiciados suspeitos pelos linchamentos. Contudo, os jurados de ambas as cidades se solidarizaram com os réus e os absolveram, para o descrédito ainda maior do judiciário e do Ministério da Justiça. Em agosto de 1885, o presidente da província do Rio de Janeiro, José Cesarino de Faria Alvim, pronunciou-se sobre a crise no território fluminense. Dessa vez, não eram apenas os assassinatos cometidos por escravizados que perturbavam a tranquilidade pública, mas principalmente os *“assaltos a cadeias públicas, de onde o crime tem arrancado os detentos da lei para um julgamento apaixonado, sumaríssimo e bárbaro.”*

⁶²¹ Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1884. Relatório do Presidente da Província de São Paulo, 1884; Relatório do Ministério da Justiça, 1884. Ver os mesmos relatos em Ricardo Pirola. *Escravos e Rebeldes nos Tribunais do Império*, pp. 280-282; e do mesmo autor “A Lei de Lynch no Ocaso da Escravidão: Linchamentos,” In: Regina Xavier & Helen Osório (orgs.). *Do Tráfico ao Pós-Abolição*, pp. 454-481.

⁶²² Relatório do Chefe de Polícia da Província do Rio de Janeiro, 1885. Anexo ao Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1885.

Tivemos em 1883, o da cadeia de Santa Thereza de Valença, em 1884 o da de Resende e Rio Bonito. (...) É de presumir-se que fique, para magoa e vexame nossos, o audacioso e negro atentado, porquanto, mantida por dolorosa necessidade a instituição servil do trabalho a que devemos, cumpre proclamar, a má orientação do nosso espirito em todos os ramos da atividade nacional, é cedo, muito cedo ainda, infelizmente para que os nossos concidadãos se convençam de que o júri não é um tribunal de clemencia, e de que assume, perante Deus, a responsabilidade de um delito aquele que, chamado a julgá-lo, pede ao interesse próprio ou de terceiros a norma de procedimento que a própria consciente luta digladia para lhe impor.⁶²³

A violência das multidões tinha método. Foram principalmente homens negros escravizados acusados de crimes capitais as suas vítimas. Mas excepcionalmente elas atacaram pessoas brancas acusadas de violar a solidariedade entre os livres: abolicionistas e autoridades policiais e judiciais. Fazendeiros e seus capangas ameaçaram e expulsaram ativistas em Campos dos Goytacazes, Araraquara e Jacareí, enquanto juízes sofreram atentados em Franca e Serro entre 1884 e 1885. No entanto, a maioria dos casos sequer chegou às vias de fato. Ainda eram os escravizados os objetos do rito de expurgo escravista. Em março de 1885, no município de Mar de Espanha, em Minas Gerais, uma multidão de mais de 60 pessoas invadiu uma fazenda e assassinou Bernardo, acusado de cometer um crime. Três meses depois, cerca de 50 pessoas invadiram mais uma fazenda do município e mataram Raimundo sob a mesma alegação. De lá, a multidão se dirigiu a outra propriedade para linchar um outro homem escravizado, mas foram dissuadidos pela autoridade policial. Eles então partiram em direção à cidade, mas o preso que procuravam foi transferido às pressas para Juiz de Fora. Por fim, decidiram ir à residência de um português, acusado de comprar produtos furtados pelos escravizados. Ele foi morto e seu corpo foi arrastado pelas ruas da cidade. A vítima se colocara à altura dos cativos e sofreu o mesmo fim que os linchadores lhes reservavam.⁶²⁴

Os linchamentos se pretendiam uma demonstração de força nos municípios rurais, mas se tornaram um ponto fraco da política da escravidão nos centros urbanos. Embora os representantes do cativeiro criticassem as comutações da pena de morte, nenhum deles saiu em defesa dos linchadores. Isso não impediu, contudo, que os abolicionistas associassem, com maestria, a violência das multidões à essência da escravidão. Ainda em meados de 1884, José do Patrocínio contrastava as conquistas do movimento que libertara o Ceará e o Amazonas à *“efervescência escravagista, organizando clubes secretos,*

⁶²³ Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1885.

⁶²⁴ Relatórios do Ministério da Justiça, 1884 a 1886. Ver Ricardo Pirola. “A Lei de Lynch no Ocaso da Escravidão: Linchamentos,” In: Regina Xavier & Helen Osório (orgs.). *Do Tráfico ao Pós-Abolição*, pp. 454-481.

assalariando a imprensa, pondo cabeças a prêmio, desterrando magistrados, aplicando a Lei de Lynch a escravos que assassinavam senhores ou feitores'. Um ano depois, seus artigos seguiram denunciando a violência contra juízes e abolicionistas, assim como “*as execuções de Lynch*”. A retórica de Patrocínio insistia em diferenciar os abolicionistas de seus adversários na justiça da causa e na retidão dos métodos.⁶²⁵

Enquanto os abolicionistas se limitavam pela imprensa e pela tribuna a formar opinião, para dar uma solução legal por meio do parlamento ao problema inflamável da liberdade pessoal; os comissários de café e os seus assalariados políticos aconselhavam aos lavradores que se reunissem em clubes de lavoura, com estatutos secretos, com polícia especial, e aplaudiam a lei das causas perdidas ou das situações desesperadas — a Lei de Lynch. A consequência do emprego desses recursos era revelar nos centros rurais aos escravos o abalo da instituição servil, a fraqueza dos seus mantenedores, o que importava animar a insubordinação, incitar à desordem. Nas fazendas, os escravos estão hoje convencidos de que tudo depende de um pouco de esforço da parte deles; que podem escrever com as suas próprias mãos sua carta de emancipação. Os abolicionistas falavam ao espírito e ao coração dos senhores, apelando para a solidariedade na manutenção da honra nacional; os escravagistas falavam ao escravo, esporeando-lhes o desespero com a alucinação da esperança.⁶²⁶

A crença dos abolicionistas nas vias institucionais, no entanto, seria colocada à prova. O governo do gabinete de Manuel de Souza Dantas enfrentou a dura oposição dos escravistas de ambos os partidos. A aproximação com os abolicionistas moderados lhe custou capital político junto aos conservadores e também em setores do Partido Liberal. Em questão de meses, a oposição impôs uma crise de governabilidade e o imperador recuou da agenda progressista, destituindo o ministério em maio de 1885. A queda do gabinete foi a deixa para a radicalização definitiva dos abolicionistas, ainda mais após o liberal moderador José Antônio Saraiva ser substituído pelo Barão de Cotegipe. O político conservador era um representante feroz dos interesses escravistas e sua ascensão ao gabinete representou uma dura derrota para o abolicionismo moderado.⁶²⁷

Até mesmo monarquistas como Joaquim Nabuco e André Rebouças criticaram abertamente o imperador, enquanto o republicano José do Patrocínio rasgou a fantasia. Nas páginas do *Gazeta da Tarde*, Rebouças elevou o tom, descrevendo como a primeira máxima do movimento abolicionista que “*a escravidão é um crime*”, enquanto Nabuco

⁶²⁵ *Gazeta da Tarde*, edição de 30 de agosto de 1884. José do Patrocínio. *A Campanha Abolicionista*, pp. 66-70.

⁶²⁶ *Gazeta da Tarde*, edição de 11 de abril de 1885. José do Patrocínio. *A Campanha Abolicionista*, pp. 97-101.

⁶²⁷ Sobre a queda do Gabinete Dantas, ver Robert Conrad. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*, pp. 266-272; Robert Toplin. *The Abolition of Slavery in Brazil*, pp. 177-193; Angela Alonso. *Flores, Votos e Balas*, pp. 236-279; e Jeffrey Needell. *The Sacred Cause*, pp. 122-165.

acusava no seu *O Paíz* as contradições do monarca, soberano do Estado e da escravidão. Era nítida a aproximação com Patrocínio que, um mês depois da queda do gabinete Dantas, voltou sua ira contra o novo Ministro da Justiça, Alfonso Pena, congratulando-o ironicamente pela absolvição de linchadores nos tribunais do júri, pela prisão arbitrária de abolicionistas e pela violência dos povoados rurais.⁶²⁸

Não pode ser mais róseo o horizonte do escravagismo. A vermelhidão do assassinato a foiçadas e facadas pinta a desejada aurora da glória do ministério. O carrasco Simão, vendo sangrar a face de Maria Antonieta, não teve com certeza maior prazer do que o sr. Afonso Pena diante dos fatos do Rio Bonito, Campos e Mar de Espanha, bofetada tremenda dada na face da propaganda abolicionista.⁶²⁹

A estratégia era clara. Em primeiro lugar, ao abusarem do anglicismo e se referirem à Lei de Lynch, os abolicionistas expunham as contradições das ideologias raciais brasileiras, que descreviam o Sul dos Estados Unidos como a contraprova da pretensa harmonia entre brancos e negros no Império. A justiça popular branca da América do Norte era uma das inspirações dos linchadores tropicais, e os abolicionistas foram hábeis em mobilizar a opinião pública contra os rumos da violência racial no país. Em segundo lugar, não bastava associar os linchamentos à natureza da escravidão. Era preciso constranger o Estado, a justiça e a monarquia como cúmplices. Em meio às críticas ao ministério, Patrocínio se deixou levar pelo veio republicano ao se dirigir a Pedro II como *“rei de escravos; de hoje em diante o mundo civilizado deverá chamá-lo — imperador de linchadores.”*⁶³⁰

A ascensão de Cotegipe representou mais que um recuo na agenda abolicionista moderada. Era a nata do escravismo que voltava ao gabinete, contando com as prerrogativas de governo e a violência de Estado a seu lado. O projeto de lei de Manoel Dantas foi esvaziado em seu teor reformista, dando origem à Lei de 28 de setembro de 1885, que se limitou a libertar condicionalmente os escravizados sexagenários no país. Mais uma vez, os conservadores se beneficiavam do capital político de uma reforma que tocava o cativo sem ameaçá-lo. Os abolicionistas reagiram em duas frentes. Os líderes mais públicos promoveram uma oposição visceral na imprensa e no parlamento, enquanto figuras como Antônio Bento e Carlos Lacerda incentivaram à resistência dos escravizados

⁶²⁸ Sobre a radicalização dos abolicionistas a partir da queda do Gabinete Dantas, ver Robert Conrad. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*, pp. 290-318; Robert Toplin. *The Abolition of Slavery in Brazil*, pp. 177-246; Angela Alonso. *Flores, Votos e Balas*, pp. 280-301; e Jeffrey Needell. *The Sacred Cause*, pp. 166-200.

⁶²⁹ *Gazeta da Tarde*, edição de 27 de junho de 1885. José do Patrocínio. *A Campanha Abolicionista*, pp. 102-105

⁶³⁰ Idem.

no interior das províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro. O governo respondeu na mesma moeda, reprimindo o movimento nas cidades e acenando para a violência dos fazendeiros no campo. A crise da escravidão ensaiava os passos de uma guerra civil.⁶³¹

A resistência escrava, que sempre fora política à sua forma, respondia cada vez mais à dinâmica da macropolítica imperial, assistida por setores de um movimento social orgânico que se radicalizava. A possibilidade de uma revolução negra era real, mas as forças da escravidão ainda eram hegemônicas. Cientes das dificuldades e riscos de uma abolição vinda de baixo, as lideranças abolicionistas apostaram em um jogo duplo. Insistiram nas vias institucionais ao mesmo tempo em que mobilizaram a resistência nas fazendas, capitalizando politicamente com a violência das polícias, das milícias e dos linchadores, a fim de deslegitimar a escravidão perante a opinião pública. Ao estreitarem o laço com as senzalas, essa política da abolição se entrelaçou à política da resistência nas fazendas, pavimentando dois possíveis caminhos da nação: a revolução social ou a reforma das instituições pelo Estado. A cada evento de maior repercussão, as forças políticas moviam suas peças e, dessa vez, os abolicionistas ditaram o jogo.⁶³²

Como era de se esperar, foi novamente o Vale do Paraíba que ofereceu ao país o substrato de uma crise. Mais uma vez, o nome de Paraíba do Sul se tornou símbolo da violência escravista no país. No dia 29 de outubro de 1885, Roque, Laurindo, Thadeu, Benedito e Alfredo assassinaram o feitor da fazenda do Recreio, de propriedade de Domiciano Caetano do Valle e localizada na famigerada freguesia de Bemposta. Os cinco então se apresentaram ao delegado de polícia e confessaram o crime. O linchamento de 1880 ainda estava vivo na memória da vizinhança e houve rumores de que “*um grupo de indivíduos pretendia trucidá-los dispostos a invadirem a cadeia*”. As autoridades policiais evitaram o reincidente e escoltaram os presos até a Casa de Detenção de Niterói, onde aguardaram o julgamento. Eles voltaram a Paraíba do Sul para responder pelo crime no tribunal do júri e foram condenados. No entanto, apenas Roque foi sentenciado às galés perpétuas. Acusados de uma participação acessória, Alfredo, Tadeu, Benedito e Laurindo foram condenados a sofrer 300 açoites cada. Findas as seis parcelas diárias de

⁶³¹ Sobre a aprovação de Lei Saraiva-Cotegipe, ver Robert Conrad. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*, pp. 266-283. Para as perspectivas dos escravizados, ver Joceli Mendonça. *Entre a Mão e os Anéis: A Lei dos Sexagenários e os Caminhos da Abolição no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999. Para uma análise do trâmite institucional da lei, ver Jeffrey Needell. *The Sacred Cause*, pp. 166-200.

⁶³² Sobre a ação dos caifazes, ver Robert Conrad. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*, pp. 290-301; Maria Helena Machado. *O Plano e o Pânico*, pp. 133-162.

50 chibatas, eles aguardaram por mais alguns dias no cárcere até que foram entregues a um preposto que, em nome do proprietário, os levaria de volta à fazenda do Recreio.⁶³³

Johann Georg Grimm. Fazenda do Recreio em Bemposta, 1886. Óleo sobre Tela 81,9 x 124,3⁶³⁴

Assim como tantos outros réus confessos, os quatro condenados foram submetidos à procissão invertida, deixando a jurisdição do Estado em direção aos domínios privados dos fazendeiros. O destino da maioria é desconhecido, como no caso de Manoel e Gil em Vassouras. Mas a tragédia pública desses outros quatro Espártacos de Paraíba do Sul trouxe à luz se convencionou legar às sombras. No dia 27 de julho de 1886, eles deixaram a cadeia e foram amarrados pelos punhos e forçados a acompanhar a pé os empregados do fazendeiro, que seguiram a cavalo. Incapazes de manter o ritmo dos animais, foram severamente castigados durante o percurso, até que, nas proximidades da estação de Entre-Rios, Alfredo e Benedito sucumbiram. Os corpos foram deixados no percurso, enquanto Tadeu e Laurindo, gravemente feridos, seguiram viagem. Seu destino foi obscurecido pelas fronteiras privadas da fazenda do Recreio. No entanto, a exposição pública dos cadáveres de Alfredo e Benedito atraiu olhares inconvenientes e o relato do caso chegou à Corte.

⁶³³ Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1886.

⁶³⁴ Coleção particular. Fotografia de Vicente de Mello. Fonte: Carlos Levy. *Johann Georg Grimm e as Fazendas de Café*. Rio de Janeiro: Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Inepac), Instituto Cultural Cidade Viva e Instituto Light, 2010, p. 16.

Mapa da região de Paraíba do Sul e do percurso traçado entre a cadeia pública e a Fazenda Recreio.⁶³⁵

Foi a pena de Joaquim Nabuco que repercutiu, nas páginas de seu *O Paiz*, “*uma das mais terríveis tragédias da escravidão nesses últimos anos.*”

Cinco escravos do Sr. Caetano do Valle, da Paraíba do Sul, acusados de terem morto um feitor, foram condenados pelo júri, um a galés perpétuas e outros quatro a trezentos açoites cada um. Depois de açoitados, eles foram mandados à pé para a fazenda. A cena a que o nosso amigo assistiu ao passar no trem pela estação de Entre Rios foi esta: dois dos escravos estavam ali mortos, enquanto que os dois outros, moribundos, seguiam num carro de boi para o seu destino. Será triste para a Princesa Imperial ler esta notícia no dia dos seus anos, e eu sinto profundamente dever publicá-la hoje, mas esse quadro habilitará a futura imperatriz a conhecer a condição de nossos escravos e a compreender a missão dos abolicionistas no reinado de seu Pai.⁶³⁶

O caso era grave, mas de maneira alguma único. Um episódio similar ocorreu um ano antes em Barra Mansa, onde o administrador de uma fazenda decidiu por castigar exemplarmente, diante de seus parceiros, um escravizado que acabara de sofrer a pena pública de açoites. Duplamente condenado, o cativo foi ainda preso no tronco e veio a óbito dias depois. Temendo as consequências, o administrador confessou o ocorrido, mas o promotor público arquivou o caso. Ele argumentou que as penas aplicadas legitimamente na cadeia eram a única causa do ocorrido, à revelia do exame de corpo de delito. O juiz substituto da comarca discordou e determinou a abertura do processo, mas o réu foi absolvido pelo júri. Uma denúncia subiu ao Ministro da Justiça, José Cesarino de Faria Alvim, que demitiu o promotor e registrou o ocorrido no relatório anual de 1885.

⁶³⁵ Fonte: GoogleMaps, edição do autor.

⁶³⁶ *O Paiz*, edição de julho de 1885, conforme o discurso do Senador Souza Dantas, *apud A Abolição no Parlamento: 65 Anos de Luta*, vol. 2. Brasília, Senado Federal, pp. 315-322.

O crime não teve a mesma repercussão da morte de Alfredo e Benedito, possivelmente por ter ocorrido no espaço privado da fazenda. Além disso, os tempos eram outros nos idos de 1886. Os abolicionistas e a oposição estavam organizados e prontos para se aproveitar de cada episódio de violência e responsabilizar o governo Cotegipe pelo sangue derramado. No dia 30 de junho, as palavras de Nabuco ecoaram no salão do Senado na voz do Senador Manuel de Souza Dantas, que leu a matéria d' *O Paiz*.⁶³⁷

Eu sei, Sr. Presidente, que o nosso Código Penal adaptou a pena de açoites para os escravos. Ele mesmo no art. 60, creio, marcou esta pena para os casos ali determinados, determinando também que ela se execute de modo que em nenhum caso possa o escravo sofrer mais de 50 açoites por dia. É triste, Sr. Presidente! Eu mesmo me acanho de, neste século, neste ano da graça, numa nação livre, estar a falar em semelhante assunto; porque isto quer dizer que ainda temos escravos. Mas uma vez que os temos, uma vez que o País os possui, é força não deixar que essa condição, já de si terrível e triste, fique amais denegrida pela perversidade dos homens, daqueles que, longe de executarem a lei pelo modo por que ela o quer, mais a agravam e, em vez de punirem, querem supliciar e assassinar os escravos.⁶³⁸

Sob brados de apoio, o senador percorreu então a legislação criminal vigente, sugerindo a inconstitucionalidade da pena de açoites, nos termos do artigo 179 da magna carta. Em seguida, lembrou o teor do Aviso de 10 de Junho de 1861, que propôs o limite 200 açoites à pena e seria uma prova dos esforços dos estadistas contra as punições corporais. Mais adiante, acrescentou que a Lei de 28 de setembro de 1885 impôs um limite temporal ao cativo e alterou a natureza jurídica dos escravizados, que agora usufruiriam da condição de *statu liberi*. Portanto, não poderiam ser açoitados. Era a retórica de um direito antiescravista moderado, que lembrava as primeiras manobras retóricas de Luiz Gama nos tribunais. Por fim, o senador exigiu que o Ministério da Justiça investigasse os fatos, principalmente os excessos da pena imposta pelo judiciário à revelia do referido Aviso. Convocado pela casa, o Ministro Ribeiro da Luz se apresentou diante dos senadores e reiterou as informações do juiz de Paraíba do Sul, que assegurou que a pena fora cumprida nos termos da lei e que os réus estavam saudáveis quando foram libertados. O ministro ainda argumentou que o exame dos cadáveres indicou congestão

⁶³⁷ Sobre o caso ocorrido em Barra Mansa, ver o Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1885.

⁶³⁸ Sessão de 30 de julho de 1886. Annaes do Parlamento Brasileiro. Senado. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1879, *apud A Abolição no Parlamento: 65 Anos de Luta*, vol. 2. Brasília, Senado Federal, pp. 315-322. Sobre a politização do caso e o trâmite parlamentar, ver Robert Conrad. *Os Últimos Anos da Escravidão no Brasil*, pp. 287-289; Jeffrey Needell. "Politics, Parliament, and the Penalty of the Lash: The Significance of the End of Flogging in 1886". *Almanack*, (4), 2012, 91-100; do mesmo autor *The Sacred Cause*, pp. 174-178; Ricardo Pirola. "O Castigo Senhorial e a Abolição da Pena de Açoites no Brasil: Justiça, Imprensa e Política no Século XIX." *Revista de História*, (176), 2017, 1-34.

pulmonar como causa da morte, no que foi retorquido com risos e ironias pelos parlamentares.⁶³⁹

Fora do legislativo, o caso ganhou as páginas dos jornais, e os abolicionistas deram tom de indignação à opinião pública. No dia 31 de julho, foi a vez de José do Patrocínio destilar sua ironia nas páginas da sua *Gazeta da Tarde*, criticando a monarquia, o governo e os partidos conservador e liberal, para os quais o destino do escravizado era:

morrer, como os desgraçados da Paraíba do Sul, surrados barbaramente pela justiça pública, num país cuja Constituição aboliu terminantemente os açoites, e em seguida vitimados pelo arrocho das cordas que lhes privavam a circulação, ao passo que a marcha forçada a acelerava.⁶⁴⁰

Semanas depois, Patrocínio não hesitou em acusar de hipócrita o pretenso abolicionismo do imperador, ao apadrinhar um Ministro da Justiça que procurava “sepultar na sua insensibilidade os assassinatos da Paraíba do Sul, e amortilhar a justiça pública com a mesma toga dos magistrados que já fizeram dela mortalha para os dois infelizes escravos.” O concerto dos abolicionistas era claro. O objetivo era constranger a convivência do Estado com a violência escravista. Enquanto o governo culpava os prepostos do fazendeiro, os abolicionistas insistiram que a punição judicial fora a causa da morte de Alfredo e Benedito. A opinião pública se voltou majoritariamente contra a justiça e o gabinete, com a contribuição visual do cartunista Ângelo Agostini.⁶⁴¹

Ilustrações de Angelo Agostini sobre o crime de Paraíba do Sul publicadas na Revista Ilustrada⁶⁴²

⁶³⁹ Sessão de 30 de julho de 1886. Annaes do Parlamento Brasileiro. Senado, *apud A Abolição no Parlamento: 65 Anos de Luta*, vol. 2. Brasília, Senado Federal, pp. 315-322.

⁶⁴⁰ *Gazeta da Tarde*, edição de 31 de julho de 1886. Ver José do Patrocínio. *A Campanha Abolicionista*, pp. 148-153.

⁶⁴¹ *Gazeta da Tarde*, edição de 21 de agosto de 1886. Ver José do Patrocínio. *A Campanha Abolicionista*, pp. 154-157.

⁶⁴² *Revista Ilustrada*, edições de agosto e setembro de 1886.

No dia 2 de agosto, o senador Ignácio Martins propôs um projeto de lei a fim de abolir a pena de açoites. Seu artigo primeiro revogaria o artigo 60 do Código Criminal e a Lei de 10 de junho de 1835. Seria o fim do “código negro”, de que falara Nabuco. No dia 6, o senador Dantas retomou a pauta no parlamento. Mais uma vez ele recorreu a uma publicação d’*O Paiz*, na qual foi reproduzida a carta de uma testemunha de Paraíba do Sul. Segundo o documento, os açoites da justiça foram tão severos que um médico foi chamado para cortar “*nas nádegas dos escravos a carne apodrecida pela ação dos açoites, a fim de evitar a gangrena*”.⁶⁴³

Destes fatos parece decorrer o seguinte corolário – Dois foram os fatores da morte: um mediato—a aplicação, não de 300 açoites, até chegar ao estado de ser preciso retalhar-se a carne das míseras criaturas mas de 1.500 açoites a cada escravo, porque cada chicote tinha de 5 a 6 pernas de couro cru trançado!...É falso que os castigos fosse infligidos com a assistência de médico; este só foi chamado quando um dos escravos, no ato de ser açoitado, teve uma grande síncope ou espasmo cataléptico. Às primeiras relhadas começou a espadanar o sangue em grande quantidade, mandando o juiz reforçar as chicotadas que não eram bem puxadas. O outro fator da morte foi o fato de serem os escravos aqui ajoujados e debaixo do chicote sob um sol ardente.⁶⁴⁴

A retórica era precisa. A denúncia da violência do cativo agora equiparava a justiça criminal à barbárie escravista. Constrangido a prestar novos esclarecimentos, o Ministro da Justiça Ribeiro da Luz tentou novamente eximir as autoridades públicas e responsabilizar os condutores. Nos dias seguintes, a imprensa abolicionista e o senador Dantas denunciaram que a violência continuava à solta em Paraíba do Sul. Mais um cativo de Domiciano do Valle havia morrido na cadeia e um dos dois escravizados que sobreviveram ao retorno à fazenda do Recreio também havia falecido.⁶⁴⁵

Pressionado, o governo mudou a estratégia e passou a defender o projeto de lei contra os açoites. Os conservadores tentavam esvaziar a pauta de seus adversários, reduzindo o impacto da agenda e se apropriando do capital político de uma reforma moderada da escravidão. Como argumentou o historiador Jeffrey Needel, era o mesmo estratagema adotado na abolição do tráfico, na libertação do ventre e na recente

⁶⁴³ “Art. 1º Ficam revogados o art. 60 do código criminal e a Lei de nº 4 de 10 de junho de 1835. Parágrafo único. O réu escravo, que incorrer em pena que não seja a capital, será condenado na de galés pelo tempo da pena que lhe devia ser imposta; Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário. Sessão de 2 de agosto de 1886. Annaes do Parlamento Brasileiro. Senado, *apud A Abolição no Parlamento: 65 Anos de Luta*, vol. 2, pp. 328-330.

⁶⁴⁴ Sessão de 6 de agosto de 1886. Annaes do Parlamento Brasileiro. Senado, *apud A Abolição no Parlamento: 65 Anos de Luta*, vol. 2, pp. 330-336.

⁶⁴⁵ Sessão de 6 de agosto de 1886. Annaes do Parlamento Brasileiro. Senado, *apud A Abolição no Parlamento: 65 Anos de Luta*, vol. 2, pp. 336-340. Ver ainda Jeffrey Needell. “Politics, Parliament, and the Penalty of the Lash”. *Almanack*, pp. 91-100; e Ricardo Pirola. “O Castigo Senhorial e a Abolição da Pena de Açoites no Brasil.” *Revista de História*, pp.1-34.

emancipação dos sexagenários. Com o apoio do governo, o projeto percorreu os trâmites das duas casas. Um parecer da Comissão de Legislação entendeu que enquanto houvesse escravidão não convinha revogar a Lei de 10 de junho de 1835, mas votou favoravelmente à abolição dos açoites. Houve resistência entre os legisladores. O Senador Silveira da Motta levantou o risco de que os escravizados entendessem que a proibição se estendia aos castigos de seus senhores. Cria de Vassouras, o deputado Manoel Peixoto de Lacerda Werneck bradou, em tom de ameaça que, sem “*o regimen severo do castigo*”, prevaleceria a desorganização do trabalho e a anarquia das fazendas. Cotegipe e Ribeiro da Luz se apressaram em esclarecer que a lei se referia apenas aos açoites judiciários, sem qualquer jurisdição sobre o castigo moderado dos senhores, previsto no §6º do artigo 14 do Código Criminal. As interpretações, contudo, estavam em aberto na esfera pública.⁶⁴⁶

A inusitada convergência entre os esforços de abolicionistas, de políticos de oposição e do governo conservador levou à aprovação da Lei de 15 de outubro de 1886, que revogou o artigo 60 do Código Criminal e a Lei de 10 de junho de 1835 apenas na parte referente à pena de açoites. Entre os historiadores que se debruçaram sobre o tema, Robert Conrad ressaltou o papel do cenário internacional, devido ao isolamento do país após a abolição em Cuba. Jeffrey Needell, por sua vez, destacou a dinâmica político-partidária e institucional e a estratégia dos conservadores. Mais recentemente, Ricardo Pirola apontou os precedentes jurisprudenciais contra os açoites nos tribunais. Outra matriz historiográfica privilegiou a resistência dos escravizados como causa principal das reformas que antecederam a abolição. Essas interpretações iluminam dimensões complementares do fenômeno, mas perdem de vista um fator essencial. A violência judicial e extrajudicial fora constante ao longo do século, mas apenas em meados da década de 1880 houve uma articulação entre a resistência dos escravizados nas fazendas e uma política da abolição na Corte, orquestrada por abolicionistas, jornalistas e parlamentares. A estratégia da oposição no Senado e a contraofensiva arriscada do governo levaram à aprovação da lei que aboliu os açoites. Mas foi o concerto entre abolicionistas e a oposição parlamentar que transformou um crime brutal, mas corriqueiro no Vale do Paraíba, em um fato político incontornável.⁶⁴⁷

⁶⁴⁶ Jeffrey Needell. “Politics, Parliament, and the Penalty of the Lash”. *Almanack*, pp. 91-100. A fala do deputado Lacerda Werneck foi citada por Robert Conrad, em *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*, p. 288.

⁶⁴⁷ Ver o debate em Jeffrey Needell. “Politics, Parliament, and the Penalty of the Lash”. *Almanack*, pp. 91-100; e Ricardo Pirola. “O Castigo Senhorial e a Abolição da Pena de Açoites no Brasil.” *Revista de História*, pp.1-34.

O blefe de Cotegipe pretendeu criar uma lei pra chamar de sua, mas antes mesmo de ser aprovada, ela já lhe escapava entre os dedos. A despeito dos esclarecimentos do governo, a abolição da pena de açoites contribuiu para a derrocada da legitimidade da escravidão. O diploma legal cindiu uma rachadura no oligopólio da violência legítima que fundara a escravidão oitocentista. Sem proibir formalmente os castigos privados, o Estado abdicou das penas corporais como um resquício de incivilidade, legando a barbárie exclusivamente à classe dos senhores. Ao mesmo tempo, o discurso de que o Império abolira os açoites percorreu as ruas das cidades e as senzalas do interior, ecoando livre e convenientemente nos ouvidos de abolicionistas e escravizados. A interpretação de que o veto se estendia às relações domésticas extrapolava em muito o enunciado legal. Mas para uma nação fundada na ilegalidade, que transformou a Lei de 7 de novembro de 1831 em letra morta, era a vez dos inimigos do cativo se valerem do “não dito” por “dito” e fazerem da licença poética uma arma política.

A Era de Lynch marcou um novo e breve tempo da violência escravista no Vale do Paraíba e nas províncias do Centro-Sul. Os castigos e arbítrios foram comuns em todos os recantos do cativo no Brasil e mesmo durante situações excepcionais, como as insurreições e conspirações da primeira metade do século, a justiça de exceção sempre fora uma prerrogativa de classe dos fazendeiros. Durante a crise da escravidão, no entanto, multidões de pequenos proprietários e agregados se proclamaram os arautos de uma justiça popular e inauguraram um novo espetáculo da violência no país.

Mapa das Províncias do Centro-Sul, com cidades referenciais em amarelo e marcações vermelhas nos municípios onde ocorreram os linchamentos de escravizados entre 1875 e 1888.⁶⁴⁸

⁶⁴⁸ Fonte: GoogleMaps, edição do autor.

Os linchamentos de escravizados foram um fenômeno ocorrido entre os anos de 1879 e 1888, e que se concentrou nas zonas rurais das províncias de São Paulo, Minas Gerais e, principalmente, Rio de Janeiro, com destaque para a região do Vale do Paraíba. Eles foram mais comuns em freguesias afastadas dos centros urbanos, onde eram mais frágeis as instituições repressivas do Estado. As vítimas preferenciais foram homens negros escravizados acusados de crimes capitais contra senhores, feitores ou seus familiares. Na maioria dos casos, eram réus confessos que se entregaram voluntariamente às autoridades. Em poucos casos, os linchadores atacaram pessoas brancas e mesmo essas vítimas tinham alguma relação com a escravidão, fossem próximas dos cativos ou autoridades que os protegiam. O enredo comum à maioria dos linchamentos envolveu o cerco de uma multidão a uma cadeia local, de onde o prisioneiro foi arrancado das mãos das autoridades e morto em praça pública. Em apenas dois casos, a violência se deu nos domínios privados das fazendas. A morte das vítimas, por vezes, veio acompanhada da profanação dos cadáveres, arrastados pelas ruas dos pequenos centros urbanos ou levados aos locais dos crimes.⁶⁴⁹

Ao estabelecermos uma comparação com os linchamentos do Sul dos Estados Unidos no pós-abolição, há semelhanças e diferenças reveladoras. O primeiro contraste diz respeito aos números. A terra natal da Lei de Lynch sediou milhares de casos, enquanto apenas pouco mais de uma dezena de linchamentos foram identificados nas províncias do Centro-Sul do Brasil. É preciso ainda ressaltar que a violência comunitária e ritual remontava a uma longa tradição do colonialismo protestante na América do Norte, adaptada às hierarquias raciais no mundo da escravidão. A violência foi igualmente fundante na sociedade brasileira, mas tendeu a ser regida pelas hierarquias do catolicismo, das instituições e das oligarquias rurais. Os pesquisadores da violência racial nos Estados Unidos destacaram a competição econômica, política e sexual entre brancos e negros como a principal causa dos linchamentos. Em vista da condição escrava da maioria das vítimas no Brasil, essas variáveis devem ser matizadas. As pressões econômicas não

⁶⁴⁹ Um levantamento pioneiro dos linchamentos de escravizados foi realizado por Hamilton de Mattos Monteiro em “Aspectos políticos dos linchamentos no Rio de Janeiro (1880-1888).” *Mensário do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 5, n. 10, 1974, pp. 13-18. Uma segunda contribuição foram os escritos de Jonas Marçal Queiroz, como *Da Senzala à República*, pp. 225-248; e do mesmo autor “Escravidão, Crime e Poder: A “Rebeldia Negra” e o Processo Político da Abolição.” *Revista de História Regional*, pp. 7-45. Mais recentemente, Ricardo Pirola tem se dedicado ao tema. Do autor, ver Ricardo Pirola. *Escravos e Rebeldes nos Tribunais do Império*, pp. 280-282; “A Lei de Lynch no Ocaso da Escravidão.” In: Regina Xavier & Helen Osório (orgs.). *Do Tráfico ao Pós-Abolição*, pp. 454-481; e ainda “Lynching, Abolitionism and Justice in Brazil (Nineteenth-Century).” Manuscrito apresentado na conferência online “Current Trends in Slavery Studies in Brazil”, realizada pela Universidade de Bonn em dezembro de 2020.

levaram a disputas entre trabalhadores brancos e negros, mas incidiram sobre as tensões entre escravizados e seus feitores e senhores. As mudanças políticas certamente pesaram sobre os acontecimentos, mas não por terem promovido a concorrência entre eleitores e candidatos negros e brancos, como ocorreu nos Estados Unidos durante a Reconstrução. Foi a radicalização do movimento abolicionista que acelerou a crise da escravidão no Império, abalando estruturas e hierarquias sociais e raciais, e provocando reações apaixonadas daqueles que se sentiam ameaçados em seus privilégios.⁶⁵⁰

Resta uma dimensão central da justiça popular a ser considerada. Os observadores mais atentos aos espetáculos perceberam que não foram apenas as vítimas negras, mas também a própria justiça imperial que agonizou em praça pública. Não à toa, a maioria dos ritos se iniciaram com a rendição de autoridades policiais e o arrombamento de cadeias. Ao expropriar os réus da custódia do Estado, as multidões demonstravam o descrédito com as instituições públicas, ostentando a superioridade moral do tribunal popular. Os linchamentos representavam o ensaio de uma justiça democrática, que suspendia o império da lei quando uma violação era considerada grave demais pela comunidade e indigna das garantias formais do devido processo legal. No entanto, a definição do crime-limite variou em cada sociedade, condicionada pelos diferentes regimes culturais e raciais. A repercussão da Era de Lynch nos Estados Unidos do pós-abolição certamente influenciou os linchadores na crise da escravidão do Brasil e ambas as sociedades passavam por crises de seus regimes de justiça. Contudo, suas dissonâncias são ainda mais reveladoras.⁶⁵¹

Enquanto no Sul dos Estados Unidos, foram supostos crimes sexuais e o mito do estuprador negro que serviram de justificativa ideológica da justiça popular, os linchadores brasileiros legitimaram seus tribunais de exceção como respostas à reincidência dos crimes de escravizados e à alegada negligência do judiciário que abdicara da pena de morte. Há outra diferença fundamental. Na América do Norte, as multidões eram compostas predominantemente por cidadãos brancos pobres ou pequenos

⁶⁵⁰ A despeito dos esforços recentes de sociólogos e historiadores brasileiros, como José de Souza Martins e Ricardo Pirola, foram as ciências sociais nos Estados Unidos que fundaram as matrizes interpretativas do tema. O campo de pesquisas avalia causas culturais, demográficas, econômicas, políticas e sexuais, referentes à competição política, econômica e sexual entre brancos e negros. Ver o debate na conclusão do Capítulo 8 dessa tese, e ainda as referências de José de Souza Martins. *Linchamentos: A Justiça Popular no Brasil*. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2015; Stanley Tolnay, & E. Beck. *A Festival of Violence*, 1995; Michael Pfeifer. *Rough Justice*, 2004; e do mesmo autor, *The Roots of Rough Justice: Origins of American Lynching*. Urbana: University of Illinois Press, 2011; e “At the Hands of Parties Unknown? The State of the Field of Lynching Scholarship”. *The Journal of American History*, 101(3), 2014, 832-846.

⁶⁵¹ Ver essa perspectiva em Michael Pfeifer. *Rough Justice*, 2004.

proprietários, contemplados pela democracia e que contavam com a convivência de fazendeiros e autoridades. Os linchamentos no Brasil, por outro lado, foram um breve experimento das camadas médias rurais, marcadas pela miscigenação e geralmente subordinadas às redes do clientelismo. Eram pequenos fazendeiros e feitores que viviam próximos aos trabalhadores escravizados e, por isso, estavam mais sujeitos aos conflitos e crimes nas fazendas. Diante da crise das instituições imperiais e sentindo-se ameaçados pelo horizonte da abolição, eles fizeram dos linchamentos uma expressão de sua justiça, que não se subordinava à lei e nem ao poder dos latifundiários.

Essa forma de justiça popular promoveu uma breve convergência entre os tempos da violência racial no Vale do Paraíba e do Vale do Mississippi, ainda que velada no caso brasileiro. Enquanto as conspirações e crimes-limites eram confrontados pelo terror branco no Sul dos Estados Unidos, os linchamentos de escravizados contestaram a tradição hierárquica da violência escravista brasileira. No entanto, é preciso reconhecer que esse fenômeno foi raro, breve e excepcional no Brasil, onde os tribunais domésticos e as justiças de exceção dos fazendeiros permaneceram sendo a regra. Basta recordar que a onda de linchamentos se espalhou por freguesias afastadas e nunca chegou a municípios como Vassouras e Campinas, onde a violência extrajudicial foi regida pelos fazendeiros de forma silenciosa e ainda mais eficaz que as gritas de Valença e Paraíba do Sul.

Em última instância, a violência pública foi um sinal de fraqueza da escravidão. Os linchamentos responderam à resistência dos escravizados, à ascensão dos abolicionistas e à percepção de que o Estado desertara do front do cativo. A justiça popular restaurava momentaneamente a ordem nas comunidades rurais, mas se transformava em denúncia nas páginas abolicionistas, contribuindo para deslegitimar a escravidão nos centros urbanos e nos altos salões da política imperial. O direito à violência entrou no centro do debate público. De um lado, fazendeiros reivindicavam a pena de morte e a prerrogativa de seus açoites privados, enquanto linchadores delegaram-se a si próprios o poder de justiça. De outro, os abolicionistas radicais ressignificavam a escravidão como o crime e o crime-escravo como resistência. A escalada dos conflitos abriu a possibilidade de uma guerra civil em território nacional. A abolição se desenhava, mas não seria concedida. Nos levantes e nas fugas em massa que tomaram de assalto o país entre 1887 e 1888, os homens e mulheres que abandonaram as fazendas não se dirigiram mais às cadeias. Eles marcharam em direção aos territórios livres dos abolicionistas e apontaram, no horizonte de um império, o caminho de uma revolução.

A Revolução Abortada e a República dos Fazendeiros

Enquanto os abolicionistas se limitavam pela imprensa e pela tribuna a formar opinião, para dar uma solução legal por meio do parlamento ao problema inflamável da liberdade pessoal; os comissários de café e os seus assalariados políticos aconselhavam aos lavradores que se reunissem em clubes de lavoura, com estatutos secretos, com polícia especial, e aplaudiam a lei das causas perdidas ou das situações desesperadas — a Lei de Lynch. A consequência do emprego desses recursos era revelar nos centros rurais aos escravos o abalo da instituição servil, a fraqueza dos seus mantenedores, o que importava animar a insubordinação, incitar à desordem. Nas fazendas, os escravos estão hoje convencidos de que tudo depende de um pouco de esforço da parte deles; que podem escrever com as suas próprias mãos sua carta de emancipação. Os abolicionistas falavam ao espírito e ao coração dos senhores, apelando para a solidariedade na manutenção da honra nacional; os escravagistas falavam ao escravo, esporeando-lhes o desespero com a alucinação da esperança.⁶⁵²

Ainda eram os últimos meses do governo de Manoel Dantas e José do Patrocínio exibiam as faces de Janus do abolicionismo tardio. Na esfera pública, os ativistas responsabilizavam a violência dos escravistas pelos crimes dos escravizados e insistiam no caráter legalista do movimento. Nos bastidores, as lideranças faziam vistas grossas aos militantes mais radicais e passariam a apoiá-los abertamente após a ascensão de Coteigipe. Se antes os abolicionistas falavam ao coração dos senhores, agora se dirigiriam ao espírito dos escravizados. A província de São Paulo se tornou um dos epicentros da crise da escravidão, com levantes e fugas em massa assistidos pelos caifazes e Antônio Bento, que instituíram uma *underground railroad* brasileira entre as fazendas do interior, o quilombo do Jabaquara e a cidade livre de Santos. A resistência contribuiu para que os fazendeiros paulistas antecipassem a transição para a mão-de-obra assalariada, desertando aos poucos das fileiras escravistas, cada vez mais isoladas no Vale do Paraíba. Sediados na capital, os abolicionistas também tentaram levar sua luta ao interior da província fluminense. Diante das trincheiras dos cafeicultores, travaram suas batalhas na zona açucareira de Campos dos Goytacazes.⁶⁵³

Era a terra natal de Patrocínio, mas também de seu amigo de infância, Luiz Carlos de Lacerda. Filho de um médico, ele não pertencia à nata da classe escravista de Campos e, em meados dos anos 1880, tornou-se o seu maior inimigo. Em 1884, Lacerda fundou o jornal *Vinte e Cinco de Março* e assumiu a liderança do movimento na cidade. Foi o

⁶⁵² *Gazeta da Tarde*, edição de 21 de fevereiro de 1885. José do Patrocínio. *A Campanha Abolicionista*, pp. 79-81.

⁶⁵³ Sobre a radicalização do movimento abolicionista, ver Maria Helena Machado. *O Plano e o Pânico*, pp. 133-226; Robert Conrad. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*, pp. 290-318; Robert Toplin. *The Abolition of Slavery in Brazil*, pp. 177-246; Angela Alonso. *Flores, Votos e Balas*, pp. 280-301; e Jeffrey Needell. *The Sacred Cause*, pp. 166-200.

suficiente para que sofresse o primeiro de muitos atentados contra sua vida. As denúncias no periódico ecoavam na Corte pelas páginas da *Gazeta da Tarde*, atraindo a ira dos fazendeiros. A cada passo de Lacerda estava atenta a pena de Patrocínio, e a luta de Campos se fez nacional. Os abolicionistas da cidade transcenderam a cartilha legalista do movimento. Em uma oportunidade, eles arrombaram as senzalas de uma fazenda, de onde resgataram um escravizado que trazia um libambo preso ao corpo e expuseram as sevícias e o instrumento de tortura na tipografia do jornal. Por mais de uma vez, suas publicações beiraram a legitimação da resistência e dos crimes dos escravizados.

Quando não há lei, nem direito, nem justiça, unicamente para o crime se pode apelar. No dia em que o desespero nos levar a aconselhar ao escravo, que surre, mate também aos senhores, porque a lei para eles é uma mentira não se queixem, nem sobre nós atirem a responsabilidade das surras e assassinatos de senhores, administradores e feitores.⁶⁵⁴

Com a promulgação da Lei de 15 de outubro de 1886, celebrada pelo *Vinte e Cinco de Maio* como “o decreto da abolição imediata do Brasil”, os abolicionistas de Campos intensificaram as denúncias de violência nas fazendas, defendendo que a proibição legal dos açoites incluía os castigos privados. Na justiça, valeram-se da Lei de 28 de setembro de 1885 para impugnar a matrícula de 13 mil escravizados do município. Se acatada, a ação levaria à libertação do município e os fazendeiros reagiram.⁶⁵⁵

Na virada entre os anos de 1886 e de 1887, toda a região se converteu em um paiol de pólvora. Duas conferências realizadas em Campos foram alvos de atentados a tiros e os abolicionistas foram expulsos antes de realizarem um evento na cidade vizinha de Macaé. Desde janeiro, a insubordinação tomou conta das senzalas e os incêndios se alastravam pelos canaviais, atribuídos aos ativistas. Em uma fazenda de Campos, forças policiais confrontaram um levante de escravizados. Um amigo de Carlos Lacerda, também abolicionista, foi preso, acusado pelo crime de insurreição. Em maio, dezessete escravizados se apresentaram ao delegado de Macaé após assassinarem o fazendeiro José Joaquim de Muros. Apenas três foram pronunciados pelo crime e, quando os demais regressaram à fazenda, foram recebidos por uma multidão de mais de cem pessoas que espancou ao menos três deles. O linchamento de Macaé inaugurou o outubro sangrento.⁶⁵⁶

⁶⁵⁴ *Vinte e Cinco de Março*, edição de 12 de dezembro 1886. Ver ainda Tanize Costa. *Abolicionismo em Ação. O Jornal Vinte e Cinco de Março em Campos dos Goytacazes (1884-1885)*. Campos dos Goytacazes: Essentia, 2015.

⁶⁵⁵ *Vinte e Cinco de Março*, edição de 31 de outubro 1886.

⁶⁵⁶ O linchamento ocorrido em Macaé tem sido atribuído ao município de Valença, devido a um equívoco nos relatórios do Chefe de Polícia e da Presidência da Província do Rio de Janeiro de 1888. A análise dos relatórios da presidência da província do Rio de Janeiro e do Ministério da Justiça no período, não deixam dúvidas de que os fatos ocorreram na freguesia do Frade e na propriedade de José Joaquim Muros,

Em São Paulo, dezenas de escravizados abandonaram as fazendas de Capivari e seguiram pela estrada de Salto, travando uma dura batalha com as forças policiais de Itu. Vitoriosos, atravessaram as ruas da cidade onde Nazário fora linchado em 1879. A marcha triunfal dos negros insurretos performava um rito de inversão. Dias depois, um segundo confronto deixou mortos e feridos, mas a maioria dos rebeldes sobreviveu e seguiu pela estrada de Santos, encontrando abrigo no quilombo do Jabaquara. Enquanto isso, uma nova onda de incêndios em Campos motivou uma intervenção policial na tipografia do *Vinte e Cinco de Março*, que levou à destruição de equipamentos e à prisão arbitrária de abolicionistas. Na madrugada do dia 2 de novembro, um grupo de ao menos cinquenta homens negros cativos se reuniu a fim de arrombar a cadeia e libertá-los, mas foram dispersados pelo delegado de polícia antes que chegassem às vias de fato. Dessa vez, não era uma turba de linchadores. Eram dezenas de escravizados que afrontaram o judiciário para libertar aqueles que lutavam pela sua liberdade.⁶⁵⁷

A violência de outubro teve grande repercussão na imprensa e na Corte. No dia 31, José do Patrocínio se debruçou sobre os acontecimentos de São Paulo e de Campos, denunciando o arbítrio das forças policiais e tratando como heróis os rebeldes de Itu. As pressões recaíam sobre o gabinete de Cotegeipe, combalido pela anarquia que tomava o país. O governo perdeu ainda mais credibilidade após a publicação do ofício do Clube Militar que solicitou a dispensa da função de capturarem os escravizados fugidos e da “*injustiça clamorosa do morticínio decretado a homens que buscam a liberdade sem combate*”. Joaquim Nabuco elogiou os militares por abdicarem do papel indigno de capitães-do-mato, enquanto José do Patrocínio enalteceu “*a manifestação patriótica do Exército em prol dos cativos*”. O braço armado do Estado desertava dos flancos escravistas.⁶⁵⁸

localizadas em Macaé. Sobre o crime, o linchamento e os demais episódios mencionados ocorridos na região de Campos dos Goytacazes, ver os Relatórios dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro, 1887 e 1888. Relatórios do Ministério da Justiça, 1887 e 1888. Relatório do Ministério da Justiça, 1888.

⁶⁵⁷ Sobre a batalha de Itu, ver ainda em Itu, ver Robert Conrad. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*, pp. 305-306; Robert Toplin. *The Abolition of Slavery in Brazil*, pp. 194-224; Angela Alonso. *Flores, Votos e Balas*, p. 325. Sobre as fugas em massa de pessoas escravizadas no interior de São Paulo, ver Maria Helena Machado. *O Plano e o Pânico*, pp. 133-226. Sobre o ataque ao *Vinte e Cinco de Março*, ver Angela Alonso. *Flores, Votos e Balas*, p. 327; e ainda Tanize Costa. *Abolicionismo em Ação*, 2015.

⁶⁵⁸ “Demonstra, à luz da evidência, qual a orientação dada pela propaganda abolicionista à alma do escravizado, essa heroica mas serena atitude dos vencedores de Itu, passando pacificamente por entre uma cidade aterrorizada, e isto quando lhes sangravam ainda as feridas de um combate de que saíram triunfantes. Mais tarde, surpreendidos pela fome em meio ao seu êxodo, fustigados pela caçada desumana, que os farejava como a bestas feras, esses homens, em vez de lançarem mão do roubo em nome do direito à vida, confiam lealmente o seu destino à generalidade social. Não há uma violência, por mais insignificante, manchando essa página branca do êxodo de Capivari. Os heróis dessa tragédia só derramaram sangue com altivez e lealdade, batendo-se como beligerantes pela própria liberdade. Não cometem o mais leve crime;

No final de 1887, a região de Campos dos Goytacazes se tornou um campo de batalha. Em novembro, uma nova conferência abolicionista terminou em confrontos com fazendeiros, capangas e forças policiais. Os crimes e fugas se agravaram e os incêndios se espalharam novamente. Ainda no fatídico mês de outubro, quatro libertos condicionais foram castigados até a morte pelo administrador de uma fazenda do município vizinho de Santa Maria Madalena. No dia 2 de janeiro, o assassinato de uma fazendeira de Cambuci, nos arredores de Campos, provocou uma reação imediata de uma multidão que arrancou o suspeito das mãos das autoridades que o conduziam à cadeia. Ricardo foi assassinato e teve seu cadáver arrastado pela cidade, antes de ser lançado sobre uma fogueira. Pela primeira vez, os linchadores se valiam da mística do fogo na profanação do cadáver de um homem negro.⁶⁵⁹

Os abolicionistas reagiram à violência em tom de ameaça, convocando os escravizados à luta. Nas palavras que estamparam o *Vinte e Cinco de Março* em abril:

A abolição imediata será feita, ou pelos legisladores, ou pelos próprios escravizados, e a justiça da história quer que os louros caibam não aos que fazem o papel das aves do céu do Evangelho, mas aos trabalhadores que deram tudo pela santa causa da fraternidade.⁶⁶⁰

Enquanto a grita de Campos e de São Paulo ecoava na imprensa e no parlamento, um silêncio ensurdecedor emanava do médio Vale do Paraíba. No coração do cativo, o abolicionismo radical não tinha vez e a luta contra a hegemonia dos fazendeiros coube aos próprios escravizados. O número de fugas cresceu em Vassouras desde meados da década de 1870, assim como os crimes capitais, que foram frequentes entre 1877 e 1883, declinando a partir de então. Não há indícios de que as tensões tenham arrefecido, ainda mais contrastando-se com o que se passava na vizinha Valença. Na década de 1880, foram reportados ao menos 13 crimes capitais cometidos por escravizados no município, sendo que 8 casos se concentraram nos quatro anos finais do cativo. Naquele fatídico ano de 1887, quatro feitores e um capataz foram assassinados e, em ao menos dois desses casos, os responsáveis se apresentaram voluntariamente às autoridades policiais. No crime de maior repercussão, ocorrido em fevereiro, uma multidão cercou a cadeia da freguesia de

defendem-se. A essa nobreza de procedimento, a situação sanguinária responde pela destruição do Vinte e Cinco de Março, pelo espancamento de presos, pelo insulto a senhoras, pelo saqueio, pela ameaça à vida de um benemérito, pelo processo monstruoso nascido de uma provocação infame e baseado numa calúnia vil” *Cidade do Rio*, edição de 31 de outubro de 1887. Ver em José do Patrocínio. *A Campanha Abolicionista*, pp. 179-182.

⁶⁵⁹ Sobre o linchamento de Cambuci, ver Ver Ricardo Pirola. “A Lei de Lynch no Ocaso da Escravidão: Linchamentos,” In: Regina Xavier & Helen Osório (orgs.). *Do Tráfico ao Pós-Abolição*, pp. 454-481.

⁶⁶⁰ *Vinte e Cinco de Março*, edição de 22 de abril de 1888. Sobre a luta abolicionista e a violência em Campos dos Goytacazes, ver Robert Conrad. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*, pp. 319-328.

Santa Izabel do Rio Preto e, se não fosse a ação rápida do delegado que os escoltou os réus a outra prisão, Valença sediaria o seu segundo linchamento em quatro anos. A escalada da violência respondia à iminência da abolição e tudo indica que o mesmo ocorria em Vassouras, onde a resistência dos escravizados foi combatida à margem da lei, nas fazendas e nos porões da prisão. Já no início do derradeiro ano de 1888, um advogado denunciou os abusos das autoridades no pavimento inferior da Casa de Câmara e Cadeia.

Temos notado nos últimos meses muitos abusos cometidos por algumas autoridades policiais. A população dessa cidade, por exemplo, num certo dia de fevereiro último, ouviu por acaso, às 14:00, gemidos angustiados de negros detidos como fugitivos e chicoteados na prisão.⁶⁶¹

Dessa vez, não era apenas a omissão das autoridades públicas que vitimara os réus prisioneiros. Era a tortura judicial que se instaurara, à revelia do devido processo legal, na contramão do princípio da Lei de 15 de outubro de 1886 e ao arrepio da Constituição. Se essas foram as cenas finais do cativeiro na cadeia pública, no centro da cidade de Vassouras e às vistas da população, as condições das masmorras e senzalas das fazendas não eram mais promissoras. O império do cativeiro ruía, mas a princesa do vale não perdia a majestade. O silêncio de Vassouras contrastou com a avalanche de notícias vindas dos recantos onde a luta contava com a presença de abolicionistas, que responsabilizavam os fazendeiros e a conivência do governo e da monarquia pela violência. Mas um linchamento em particular, ocorrido em fevereiro de 1888, colocou em xeque o Estado imperial, contribuindo para a queda do combalido gabinete de Cotegeipe.⁶⁶²

Na região de Campinas e dos seus arredores convergiam tempos e mundos da escravidão. Na encruzilhada das fronteiras do açúcar e do café se encontravam os órfãos do Reino do Algodão. Finda a Guerra Civil, sulistas estadunidenses emigraram para o Brasil e se estabeleceram no interior da província de São Paulo, em municípios como Americana e Santa Bárbara do Oeste. Os ex-confederados James Hankins Ox Warne e John Jackson Klink adquiriram terras em Penha do Rio do Peixe, com o objetivo de restaurar seus domínios em uma outra América. A iminência da abolição os fez reviver antigos pesadelos e o sangue sulista ferveu quando Joaquim Firmino foi nomeado delegado de polícia na cidade. Ao não se alinhar com a classe proprietária, ele atraiu suspeitas. Não tardou para que lhe atribuíssem a pecha de abolicionista e rumores se espalharam, acusando-o de acoitar escravizados e incitá-los à revolta. Em uma reunião de

⁶⁶¹ *Apud* Stanley Stein. *Vassouras: Um Município Brasileiro do Café*, p. 297.

⁶⁶² Sobre os crimes ocorridos em Valença, os dados foram coletados nos Presidentes da Província do Rio de Janeiro, 1880 a 1888. Relatórios do Ministério da Justiça, 1880 a 1888.

fazendeiros, o agora “João” Klink acusou os brasileiros de terem sangue de barata, dizendo que em qualquer outro país, os acontecimentos recentes teriam provocado uma revolução. O espírito confederado continuava vivo.⁶⁶³

Liderado pelos ex-confederados e pelo fazendeiro David José Pereira da Silva, um bando invadiu a cidade, na madrugada do dia 11 de fevereiro, e se dirigiu à residência do delegado os gritos de “viva o Joaquim Firmino abolicionista” e “acorda Joaquim Firmino ladrão de negro”. Quando arrombaram as portas, o delegado escapou pela janela, mas foi cercado e morto em seu quintal. Escondida, sua esposa ouviu a voz de Pereira da Silva dizendo que o “acabaria à faca”, enquanto outra testemunha descreveu a “fúria louca” de James Warne, que esporeava com frenesi o cadáver da vítima. O linchamento de um delegado branco ultrapassou os limites toleráveis mesmo em círculos conservadores do Estado e os abolicionistas souberam tirar proveito do escândalo. Mais uma vez, José do Patrocínio capitalizou o episódio com sua pena ferina, mas foi Ângelo Agostini quem imortalizou a cena do crime em sua *Revista Ilustrada*.⁶⁶⁴

Ilustrações de Angelo Agostini sobre o linchamento de Penha do Rio do Peixe.⁶⁶⁵

⁶⁶³ Jácomo Mandato. *Joaquim Firmino: O Mártir da Abolição*. Tapira: Graphical, 2001. Os documentos originais mencionados constam transcritos na obra e na seção Apêndices, pp. 101-155. As falas atribuídas aos confederados foram publicadas no *Jornal do Comércio*, edição de 21 de fevereiro de 1888, conforme Angela Alonso. *Flores, Votos e Balas*, pp. 327-328, com destaque para a nota 95.

⁶⁶⁴ Jácomo Mandato. *Joaquim Firmino*, pp. 31-50.

⁶⁶⁵ *Revista Ilustrada*, edição de 18 de fevereiro de 1888.

As denúncias de violência contra negros frequentemente estampavam as páginas da revista, mas pela primeira vez Agostini retratava um linchamento. A imagem de um homem branco, oficial da lei, brutalizado em sua residência, tocou sensibilidades para além dos circuitos dos abolicionistas. O episódio foi explorado à exaustão em seus discursos e jornais. Dirigindo-se à princesa regente, José do Patrocínio se perguntou o que lhe reservaria a história, “*consentindo no Governo os corrêus dos assassinos que matam mulheres em Campos, espostejam cidadãos no Rio do Peixe, e levam a sanha a esporear cadáveres e a dar pontapés em crianças?*” O objetivo era novamente constranger a monarquia, ainda mais quanto a investigação patrocinada pelo governo resultou na absolvição dos envolvidos. Firmino de fato acoitava dois escravizados em sua casa, mas não era um ativista. Na morte, contudo, se transformou em mártir da causa, enquanto o capital moral dos fazendeiros desmoronava.⁶⁶⁶

Era outono de Cotegipe e do cativeiro no Brasil. Invertendo a máxima do governante, que bradara “os abolicionistas ou a lei”, Patrocínio provocou Isabel a escolher entre “*escravidão franca, ou abolicionismo sem máscara*”. No ocaso da escravidão, a monarquia tentou lavar as mãos e se livrar da inoportuna relação com os escravistas. A queda do gabinete e a nomeação do conservador moderado João Alfredo recolocaram a emancipação em pauta e trouxeram de volta os abolicionistas moderados à via institucional. André Rebouças recebeu carta branca nos bastidores e, em questão de meses, apresentou um conjunto de reformas, a começar pela redação enxuta do projeto de lei que declarou abolida a escravidão no país. As demais propostas versavam sobre as condições do trabalho no campo e a reforma agrária. Contemporizando com as críticas de conservadores e fazendeiros, o abolicionista ainda tratou da criação de colônias agrícolas penais, destinadas à correção de vadios. Por convicção ou estratégia política, ele criou um perigoso precedente, indicando o cárcere como solução para os supostos males que viriam da abolição. De todo modo, no coração do projeto estava a utopia de Rebouças: a democracia rural.⁶⁶⁷

Era a distopia dos fazendeiros. No final de março, mais de duzentos proprietários de Vassouras se reuniram na Casa de Câmara e Cadeia para discutir a iminente

⁶⁶⁶ *Cidade do Rio*, edição de 27 de fevereiro de 1888. Ver em José do Patrocínio. *A Campanha Abolicionista*, pp. 192-197.

⁶⁶⁷ Sobre a crise e a queda do Gabinete Cotegipe, ver Robert Conrad. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*, pp. 319-328; Robert Toplin. *The Abolition of Slavery in Brazil*, pp. 177-246; Angela Alonso. *Flores, Votos e Balas*, pp. 330-360; e Jeffrey Needell. *The Sacred Cause*, pp. 201-223. Sobre a atuação de Rebouças e os projetos de lei mencionados, ver do último autor as páginas 208 a 216.

emancipação. Sob a presidência de Manoel Peixoto de Lacerda Werneck, eles deliberaram sobre as agruras da lavoura. O receio de que a abolição levasse à anarquia os levou cogitarem a criação de uma polícia rural. As lideranças presentes buscavam acalmar os ânimos “*dos lavradores acabrunhados pelos últimos acontecimentos de São Paulo e Campos*”, assegurando que a lei e o Estado ainda estavam a seu lado. Quando um dos presentes propôs que alforriassem seus escravizados para convencê-los a permanecer nas fazendas, o clima esquentou. Um fazendeiro insistiu que Paulino Soares de Souza lhes garantira ao menos mais cinco anos de escravidão. Era no núcleo duro dos conservadores que apostavam novamente as suas fichas. Dessa vez, perderam.⁶⁶⁸

Os primeiros dias de maio foram o desalento dos fazendeiros e a festa nas senzalas. Enquanto as ruas da Corte arderam com a aprovação da Lei de 13 de maio de 1888, as notícias correram o interior da província e milhares de homens e mulheres abandonaram as fazendas. As passeatas cívicas e a celebrações oficiais conviveram com a confraternização profana de abolicionistas e libertos pelas ruas do Rio de Janeiro e das cidades do país. Por três dias e três noites, os batuques e festejos se espalharam pelas estradas do Vale do Paraíba. Uma procissão cívica tomou as ruas de Vassouras no dia 14, na qual o republicano e abolicionista Sebastião de Lacerda discursou a centenas de brancos e negros libertos que celebravam.

A escravidão (...), é um grande crime nacional e, assim como os indivíduos, as nações pagam os seus crimes com sanais de terrível expiação. Assim, nos Estados Unidos da América do Norte vivemos a mais sanguinolenta cruzada da liberdade; aí os cidadãos sacrificaram os seus bens e ofereceram a vida em holocausto para cortar os elos do cativeiro; (...). Mas enquanto a Nação Americana atravessou um mar de sangue para a conquista da liberdade, o Brasil oferece ao mundo um majestoso exemplo—a luta da liberdade empenha-se à sombra da lei, e sem um só ato violento, este povo, levado pela mais brilhante harmonia, dá golpe mortal na instituição que nos legaram nossos antepassados.⁶⁶⁹

Mesmo nas palavras de um abolicionista, toda a luta e violência do processo de abolição se esvanecia. No contraste com os Estados Unidos, enaltecia-se a abolição dentro da ordem, apagando-se o estado de guerra entre escravizados, abolicionistas e fazendeiros instaurado nas províncias do Centro-Sul naqueles anos. Os negros da região de Vassouras, por sua vez, não se esqueceram. Meses depois, uma Comissão dos Libertos de Pati do

⁶⁶⁸ *O Vassourense*, edição de 25 de março de 1888. Ignacio Raposo. História de Vassouras. Niterói: SEEC, 1978, p. 290. Ver ainda Marcelo Ferraro. *A Arquitetura da Escravidão nas Cidades do Café*, pp. 219-222.

⁶⁶⁹ *O Vassourense*, edição de maio de 1888.

Alferes se reportou diretamente ao governo, recordando que “a libertação partiu do povo que forçou a Coroa e o parlamento a decretá-la”.

Para fugir do grande perigo que corremos por falta de instrução, vimos pedi-la [educação] para os nossos filhos e para que eles não ergam mão assassina para abater aqueles que querem a República, que é liberdade, igualdade e fraternidade.⁶⁷⁰

Os libertos do Vale do Paraíba reivindicavam nada menos que a realização das promessas da Revolução de 1887-1888, paradoxalmente abortada pela Lei Áurea. Um ano depois, a festa acabou, a luz se apagou. Nada a não ser a liberdade, foi o que seu curto enunciado legal prescreveu, absolvendo o Estado de prepará-los para a cidadania. A carta se dirigia ao Ministro da Fazenda, Rui Barbosa. Realizada a abolição pela qual lutara, o jurista prezava agora pela moderação e pelo equilíbrio no governo, refutando os pedidos de indenização dos escravistas e fazendo vistas grossas ao pleito dos libertos. Com a chegada do primeiro aniversário da abolição, Barbosa se indispôs com a decisão do imperador de perdoar os escravizados que haviam sido condenados nos termos da Lei de 10 de junho de 1835. Em suas palavras, Pedro II sacrificava a segurança jurídica em nome do sentimentalismo. O contraponto veio de seu antigo aliado, José do Patrocínio, que lhe dedicou um artigo intitulado “*O Ódio Togado*”, cujas críticas e ironias se desdobraram em um ensaio interpretativo da justiça escravista imperial.

Inútil seria recordar aqui a história do júri durante a escravidão e provar que ele foi sempre de uma brandura extrema para com os linchadores de Itu, Rio Bonito e Resende, para os assassinos do Rio do Peixe, Madalena e Rio de Janeiro, ao passo que era de um rigor bárbaro contra os seus escravos que, ora eram condenados às galés, ora entregues aos senhores, a fim de que estes com a convivência judiciária pudessem iludir a demência do soberano. (...) A Constituição mandou que os cidadãos fossem julgados em tribunais de seus pares. A escravidão, porém, anulou a disposição fundamental. O escravo só era par dos seus juízes no ato em que estes deviam cominar-lhe a sanção penal. (...) A disparidade entre o tribunal e o acusado estava patente na desigualdade de condições. Demais, todas as circunstâncias absolutórias do código foram invertidas em agravantes, pela exceção odiosa da lei de 1835.⁶⁷¹

Em um jogo de inversões, Patrocínio navegou pelas contradições do tribunal do júri nas terras da escravidão, onde promoveu a solidariedade entre livres e o rigor contra os negros. Na interpretação sociológica do abolicionista, somente uma justiça de exceção sustentara o cativeiro. Bem o sabiam os escravistas que combatiam as comutações da

⁶⁷⁰ Comissão de Libertos de Paty do Alferes a Rui Barboza, abril de 1889, *apud* Flavio dos Santos Gomes. *Negros e Política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 10.

⁶⁷¹ *Cidade do Rio*, edição de 29 de abril de 1889. Ver em José do Patrocínio. *A Campanha Abolicionista*, pp. 261-263. Sobre o uso da expressão “nada a não ser a liberdade”, ver Eric Foner. *Nothing But Freedom*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2007.

pena de morte, pois como dizia um deputado “*a vida das galés não difere da das fazendas!*” Em um arroubo final, Patrocínio recordou o “*crime da Paraíba do Sul*” e como os representantes dos fazendeiros viram na abolição da pena de açoites “*a perturbação do regime agrícola e a abolição tácita do cativo, porque não se podia admitir a escravidão sem a disciplina desumana do chicote.*” Em seus termos, eram fatos eloquentes o bastante para comprovar que a origem e a causa dos crimes cometidos pelos escravizados eram o próprio cativo. Entre ironias e críticas ácidas, Patrocínio lamentou a perda de juízo do antigo companheiro de lutas e cobrou que o imperador não cedesse às maldições do escravismo ou ao formalismo jurídico de Rui Barbosa. O Decreto de 13 de maio de 1889 beneficiou os condenados cujas petições de graça chegaram ao moderador, mas a Lei de 10 de junho de 1835 não foi revogada. Sobreviveu como um totem à justiça de exceção que imperara no país e como um precedente para as exceções do porvir.⁶⁷²

Adversários na decisão de maio, Rui Barbosa e Pedro II enfrentavam juntos o ressentimento dos escravistas. Ainda na ressaca da abolição, representantes de Vassouras denunciaram a injustiça da abolição e enalteceram seus representantes que votaram contra a lei. No parlamento, Paulino Soares de Souza lembrou seus pares da importância “*das margens do Paraíba e dos vales*” para a riqueza da nação, pleiteando a indenização pela abolição da propriedade escrava. Coube ao Barão de Cotegipe, em tom de ameaça, denunciar o risco de que a emancipação trouxesse consigo a reforma agrária e a república. A profecia se concretizou apenas em parte e pelas mãos dos próprios fazendeiros, que aderiram a um republicanismo de conveniência.⁶⁷³

Em março de 1889, foi realizada uma conferência republicana em Valença. Quando os manifestantes chegaram ao teatro da cidade, foram recebidos com hostilidade por um grupo de homens negros. Casos semelhantes ocorreram em Campos, Paraíba do Sul e na Corte, onde os libertos formaram a Guarda Negra, em defesa do governo e da abolição. Até mesmo José do Patrocínio cedeu no seu antimonarquismo, queixando-se do “*republicanismo de relho e indenização, republicanismo do Rio do Peixe e de Itu.*” Quando os militares derrubaram a monarquia no 15 de novembro, os republicanos históricos hesitaram, enquanto a Câmara Municipal de Vassouras jurou lealdade ao governo provisório e o felicitou pelo glorioso acontecimento. Em uma sessão solene, a

⁶⁷² Sobre o fim da Lei de 10 de junho de 1835, ver João Luiz Ribeiro. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão*, p. 311; e Ricardo Pirola. *Escravos e Rebeldes nos Tribunais do Império*, pp. 270-288

⁶⁷³ Sessões de 12 e 13 de maio de 1888. Annaes do Parlamento Brasileiro. Senado. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1879, apud *A Abolição no Parlamento: 65 Anos de Luta*, vol 2, pp. 479-506.

Casa de Câmara e Cadeia se abriu ao som da Marselhesa. A nata dos convidados se juntou à população em um desfile pelas ruas da cidade e depois retornou para um baile. Os fazendeiros celebravam a sua república nos salões superiores, enquanto o cárcere dos negros e pobres permanecia sob seus pés.⁶⁷⁴

Nascia a república; não a democracia. Era o fim da escravidão, mas não das hierarquias raciais no Brasil. Jamais houve uma Reconstrução tropical. A experiência estadunidense foi contemporânea das lutas dos abolicionistas brasileiros e lhe serviu de inspiração. Mas foi no apagar das luzes da Reconstrução dos Estados Unidos que se deu a emancipação brasileira. Os mesmos ventos que anunciaram o início da Era Jim Crow na América do Norte chegaram ao Atlântico Sul junto da república dos militares e dos fazendeiros. A Constituição de 1891 mirou o regime estadunidense ao instituir o federalismo e o presidencialismo, mas preservou o nacionalíssimo precedente da Lei de 9 de janeiro de 1881, que restringira o direito de voto aos analfabetos. Nesse quesito, foram os brasileiros que fizeram escola, antecedendo os constituintes do Mississippi de 1890. O critério de escolaridade cerceou o exercício pleno da cidadania à grande maioria dos brasileiros, mas se provou um entrave ainda maior para os negros do país, como ocorreria também no Sul dos Estados Unidos. Não era a república fraternal imaginada pelos libertos da Comissão de Pati do Alferes e tampouco o regime sonhado por Patrocínio. Mas talvez fosse o de seus pesadelos.

Quando os militares voltaram à caserna em 1894, a presidência passou às mãos de Prudente de Moraes e, depois, de Campos Salles. Nos idos da década de 1870, as famílias de ambos os cafeicultores paulistas se viram envolvidas nas tramas de crimes e de retribuições à margem da lei. Os escravizados que assassinaram seus parentes foram condenados por crimes comuns, sofreram penas corporais e regressaram às fazendas, onde morrerem de forma suspeita. Prudente de Moraes atuou diretamente na defesa do réu escravizado de sua família que pereceu no tronco após o julgamento. O promotor que investigou o caso foi vítima de um atentado e não hesitou em acusá-lo como o responsável. Anos depois, ao presidir a província de São Paulo, Moraes endossou a mudança do nome do município de Penha do Rio do Peixe, cujas autoridades e fazendeiros pretendiam se livrar da pecha de linchadores. Na ata que oficializou o batismo

⁶⁷⁴ Ver as conferências republicanas e o embate com os libertos no Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1889; e no Relatório do Presidente do Ministério da Justiça, 1889. Sobre a experiência da Proclamação da República em Vassouras, ver Marcelo Ferraro. *A Arquitetura da Escravidão nas Cidades do Café*, pp. 222-223. Sobre a Guarda Negra, ver Flavio dos Santos Gomes. *Negros e Política (1888-1937)*, pp. 12-26.

da cidade como Itapira, constam as assinaturas de Prudente de Moraes e do então intendente da localidade, “João” Jackson Klink. Lado a lado, o linchador ex-confederado e o futuro presidente da República. Não foi literalmente o *republicanismo do Rio de Peixe e de Itu* que alçou os degraus do Estado, como antecipara Patrocínio, mas os republicanos de Piracicaba e de Campinas não deixavam por menos.⁶⁷⁵

Antes mesmo que as oligarquias rurais retomassem as rédeas do Estado brasileiro, um novo código criminal anunciou a pretensa modernidade do novo regime. A constituição republicana ainda era mero rascunho quando foi promulgado o Código Penal de outubro de 1890. De pronto, foram abolidas a pena de morte (salvo em tempos de guerra) e as galés, e a prisão se tornou a punição por excelência. O código apagou os resquícios formais da escravidão, mas ela sobreviveu sub-repticiamente nas seções destinadas ao controle e à disciplina dos egressos do cativo. Em meados da década de 1880, os redatores do *Vassourense* já clamavam por uma política de contenção da vadiagem, nos termos do artigo 295 do Código Criminal de 1830, a fim de forçar a permanência dos trabalhadores nas fazendas. Em seu relatório de 1888, o chefe de polícia da província fluminense registrou as reclamações de autoridades municipais, que pediam instruções para “*reprimir a vadiagem e forçar os libertos ao trabalho*”. Em suas palavras, o governo elaborava um projeto para “*prevenir os males da má compreensão do estado de liberdade que conseguiram os ex-escravos.*” O capítulo XIII do Código Penal de 1890 foi a resposta definitiva do Estado à questão. Os artigos 399 a 404 tipificaram a capoeiragem e a vadiagem, sujeitando os infratores à detenção e, em caso de reincidência, ao recolhimento por um a três anos nas “*colônias penais que se fundarem em ilhas marítimas, ou nas fronteiras do território nacional*” ou nos presídios militares.⁶⁷⁶

A legislação falava a linguagem abstrata do liberalismo penal, mas, como sempre, os criminalizados tinham cor. Em 1894, Nina Rodrigues publicou seu estudo *As Raças*

⁶⁷⁵ Sobre as conferências republicanas, ver o Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1889. Sobre os crimes envolvendo a família de Campos Salles, ver Maíra Chinelatto Alves. *Quando Falha o Controle*, pp. 161-183. Sobre os crimes envolvendo diretamente Prudente de Moraes, ver Cássio Marafante. *Trama e Crime Senhorial*, 2010. Sobre a renomeação de Penha do Rio do Peixe, ver a transcrição da ata oficial em Jacomo Mandato. *Joaquim Firmino*, p. 75.

⁶⁷⁶ *Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil, 1890*. Brasília: Senado Federal, 2004; *O Vassourense*, edições de 27 de julho de 1884, e de maio e de abril de 1888. Stanley Stein. *Vassouras: Um Município Brasileiro do Café*, pp. 309-310. “A dispersão dos grupos aglomerados nos centros da populações e nas estradas, os conselhos suasórios aos libertos para tomarem ocupação, a colocação dos mesmos libertos em lavoura que ofereçam boa e fácil remuneração, a obrigação de assinarem termo de bem viver e serem processados quando quebrem os mesmos, como dispõe o código de processo criminal e o regulamento n 120 de 31 de janeiro de 1842, foram medidas ordenadas por mim e repetidas circulares que remeti as autoridades policiais da província, e fiz publicar na imprensa, para mais fácil conhecimento elas e de todos.” Relatório do Chefe de Polícia da Província do Rio de Janeiro, 1888

Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil, atribuindo à degeneração da mestiçagem uma tendência biológica e sociológica à criminalidade. Apesar dos esforços de intelectuais e autoridades que encamparam os postulados da criminologia positivista, eles sucumbiram à flexibilidade das ideologias nacionais nas décadas seguintes. Diferentemente do que ocorria nos Estados Unidos, prevaleceu no Brasil uma releitura seletiva do racismo científico, que abdicou do segregacionismo em favor do discurso do embranquecimento ou do branqueamento. Essas ideologias preservaram a crença na superioridade da raça branca sem refutar a miscigenação. Pelo contrário. A mestiçagem seria a solução para o país, capaz de promover o apagamento gradual da negritude e a civilização da nação. Menos intelectualizada, e ainda mais eficaz, era a abordagem das instituições repressivas do Estado. Ao delegar à polícia a jurisdição sobre pequenos crimes e contravenções, a legislação criminal e processual submeteu os libertos e a população negra ao arbítrio de praças e delegados. Foram eles que fizeram o trabalho sujo de um Estado penal regido pelos racismos científico e vulgar à brasileira.⁶⁷⁷

Na década de 1890, o número de presos por vadiagem cresceu vertiginosamente na Casa de Detenção da capital, onde eram alojados os acusados de contravenções e crimes de menor potencial ofensivo que aguardavam decisão judicial. Em 1893, um decreto do governo de Floriano Peixoto determinou a criação de um estabelecimento correcional para vadios, vagabundos e capoeiras para a província do Rio de Janeiro, que foi instalada nas edificações de uma fazenda localizada na Ilha Grande. Inaugurada naquele mesmo ano, a Colônia Correcional de Dois Rios veio a ser desativada em 1897 por problemas de gestão, mas foi reaberta em 1903. O ciclo de revoltas populares que tomou a capital do país fez com que a população encarcerada saltasse a ponto de levar à superlotação da instituição seis anos depois. O modelo se espalhou pelas províncias do centro-Sul, com o estabelecimento das Colônias Correcionais da Ilha dos Porcos (Ilha Anchieta/São Paulo) e de Bom Sucesso (Minas Gerais). O projeto imaginado por Rebouças saía do papel, servindo ao propósito inverso de sua democracia rural.⁶⁷⁸

⁶⁷⁷ Sobre a relação entre criminalização e raça, ver Nina Rodrigues. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Bahia: Imprensa Popular, 1894. Para uma análise do tema, ver Lília Schwarcz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. A literatura sobre o racismo no Brasil é extensa. Para um exemplo que sintetiza o debate, ver Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. *Racismo e Antirracismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2009.

⁶⁷⁸ Sobre o código penal e o sistema carcerário da república, ver ainda Fernando Salla. *As Prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo: Annablume, 1999, pp. 143-189; e Marilene Antunes Sant'Anna. "Trabalho e Conflitos na Casa de Correção do Rio de Janeiro". In: Clarissa Maia et al. (orgs.). *História das Prisões no Brasil. vol. I*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, pp. 283-314. Sobre as colônias correcionais, ver os estudos de Myrian Sepúlveda dos Santos. "A Vida dos Ébrios, Capoeiras e Vagabundos no Início da Era

Quadro funcional da Colônia Correccional da Ilha dos Porcos (Ilha Anchieta, São Paulo)⁶⁷⁹

As três colônias penais foram instituídas em propriedades rurais cujas senzalas e edifícios funcionais foram adaptados para dar lugar às celas e aos espaços destinados aos trabalhos forçados dos condenados. As autoridades incorporaram não apenas as plantas, mas a própria ética das fazendas no que diz respeito à disciplina e à correção dos prisioneiros. Milhares de negros foram presos, acusados e julgados arbitrariamente pelas forças policiais pelo crime de vadiagem. Os juízes apenas proferiam a sentença final, a partir dos documentos apresentados pelos delegados de polícia. Os réus primários eram levados às casas de detenção, mas os reincidentes eram enviados para a Ilha Grande. Do interior das celas, instaladas nas antigas senzalas, os prisioneiros eram despertados toda manhã pelo sino, que anunciava a saída para os trabalhos na lavoura ou nas oficinas. Eles eram divididos em grupos de trabalhadores supervisionados, mas a natureza da ilha e o oceano também os constrangiam, assumindo as vezes do feitor. Oficialmente, os indisciplinados estavam sujeitos a punições como o confinamento celular e a alimentação a pão e água, mas os castigos corporais prevaleceram à margem do regulamento e da lei.

Republicana”. *Topoi*, v.5, n.8. 2004, pp. 138-169; e “Os Porões da República: A Colônia Correccional de Dois Rios entre 1908 e 1930.” *Topoi*, v.7. n.13, 2006, pp.445-476. Sobre a colônia correccional de Bom sucesso, ver Sérgio Luiz Milagre Junior. *Ideias Penais e Instituições Prisionais no Contexto Republicano: Uma Análise do Combate à Vadiagem por Meio da Colônia Correccional do Bom Destino em Minas Gerais (Sabará, 1895-1901)*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal de Juiz de Fora em 2016. Ver ainda Fernando Salla. *As Prisões em São Paulo: 1822-1940*, pp. 143-189; e Marilene Antunes Sant’Anna. “Trabalho e Conflitos na Casa de Correção do Rio de Janeiro”. In: Clarissa Maia et al. (orgs.). *História das Prisões no Brasil. vol. I*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, pp. 283-314. Marcos Bretas. “O que os Olhos não Vêem: História das Prisões do Rio de Janeiro” e In: Clarissa Maia et al. (orgs.). *História das Prisões no Brasil. vol. II*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, pp. 185-213.

⁶⁷⁹ Fonte: Sérgio Luiz Milagre Junior. *Ideias Penais e Instituições Prisionais no Contexto Republicano*, p. 72. Ver ainda a fotografia mais distante da Colônia Correccional de Dois Rios na página 71.

Para os libertos que passaram pelas colônias correcionais, a abolição significara o fim de um cativo e o início de outro.

A sociedade brasileira preservou e transformou a violência racial no pós-abolição, dentro e fora das instituições repressivas de Estado. Nos anos imediatos que se seguiram à emancipação, foram reportados linchamentos no interior de São Paulo que mimetizaram ainda mais a experiência do Sul dos Estados Unidos. Um mês e meio após a promulgação da Lei Áurea, o liberto João foi arrancado por centenas de pessoas da cadeia de São Carlos. Ele era acusado de espancar, roubar e matar uma jovem. A multidão o assassinou e deixou seu cadáver pendurado em uma árvore da praça matriz da cidade. Em novembro de 1889, dois homens foram linchados em Araraquara. Um deles era acusado de estuprar uma criança e outro do “rapto” da filha de uma família proeminente que, provavelmente, não consentia com a relação entre os dois. Eles foram espancados até a morte e seus cadáveres foram deixados numa árvore do pátio da cadeia.⁶⁸⁰

O linchamento mais impactante ocorreu em Santa Cruz das Palmeiras, em junho de 1893. O pardo Manoelzinho foi acusado de estuprar e matar Durcilla Correa, esposa do maquinista da fazenda onde trabalhava. O corpo da vítima foi encontrado nos arbustos do terreiro com os seios mutilados, possivelmente pelos porcos da propriedade. Isso não impediu que a condição do cadáver fosse atribuída à barbárie do criminoso, acusado de canibalismo e necrofilia. O caso teve grande repercussão e, uma semana após o crime, mais de mil pessoas cercaram a cadeia, exigindo a entrega do acusado “*para ser interrogado na praça pública*”. As autoridades policiais tentaram dissuadir a multidão, mas foram rendidas. Manoelzinho foi retirado da prisão e levado para a praça de Santa Cruz das Palmeiras. A menina Crysalda era a única testemunha do ataque e confirmou que o acusado era o “*preto completamente nu*” que invadira sua casa e levava sua mãe à força. A sentença do tribunal popular foi imediata. Manoelzinho foi levado ao cemitério, onde confessou o crime e foi morto a tiros, pauladas e facadas. Os linchadores então o castraram e arrastaram seu cadáver pelas ruas da vila.⁶⁸¹

O caráter ritual do linchamento de Manoelzinho revela a experiência de um tribunal popular que se enxergava à imagem e semelhança da justiça sumária e racial do

⁶⁸⁰ Karl Monsma. “Linchamentos Raciais no Pós-Abolição: Alguns Casos Excepcionais do Oeste Paulista.” In: Flavio dos Santos Gomes & Petrônio Domingues. *Políticas da Raça: Experiências e Legados da Abolição e da Pós-Emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, pp. 195-210.

⁶⁸¹ Subdelegado em comissão de Santa Cruz das Palmeiras a chefe de polícia, 1893; Correio Paulistano, edição de 28 de junho de 1893, *apud* Karl Monsma. *Linchamentos Raciais no Pós-Abolição: Alguns Casos Excepcionais do Oeste Paulista*. Texto apresentado no 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional em 2013, pp. 4-5.

Sul dos Estados Unidos. Os cadáveres pendurados nas árvores em São Carlos e em Araraquara reproduziam os estranhos frutos do Mississippi. Os linchamentos ocorridos no interior de São Paulo entre 1888 e 1893 destoaram dos precedentes do Vale do Paraíba na década de 1880. As vítimas não eram mais réus confessos de crimes contra feitores e fazendeiros, mas homens negros suspeitos de crimes sexuais contra mulheres brancas. A violência respondia às tensões provocadas pela abolição e o risco de que ela nivelasse brancos e negros, e as multidões certamente se inspiraram na liturgia dos linchamentos raciais estadunidenses. Contudo, assim como denunciado por Ida B. Wells naquele país, a alegação de violação sexual serviu como pretexto para o preconceito racial e para outros conflitos decorrentes da abolição. Em um outro caso ocorrido em Morro Pelado, em agosto de 1891, o liberto Antônio assassinou o fazendeiro que o contratara por terem discordado sobre a quantidade de café que colhera e pela qual seria pago. Preso, ele foi espancado por empregados e familiares da vítima que invadiram a guarnição policial. Nesse caso, foram as novas relações de trabalho na lavoura a causa do conflito, em que um negro livre reivindicava a compensação devida pelo fruto de seu trabalho. Mais uma vez, o Brasil se mirava no espelho da América do Norte, mas o reflexo foi passageiro.⁶⁸²

A era dos linchamentos de escravizados chegara ao fim em 1888, e os tribunais raciais do pós-abolição perderam fôlego em meados dos anos 1890. Os últimos casos se concentraram nos anos que se sucederam à dupla transição da abolição e da república. Os conflitos e violências raciais não desapareceram, mas se transformaram com a estabilização da política nacional, a partir da chegada dos fazendeiros paulistas ao poder em 1894. O declínio da cafeicultura no Vale do Paraíba levou à migração dos libertos rumo ao Rio de Janeiro, onde coube às forças policiais fazer as vezes do feitor, enquanto a justiça popular se tornou em um fenômeno das periferias urbanas e abdicou da ritualística racial do Sul dos Estados Unidos. A violência permaneceu endêmica no campo brasileiro, mas nem mesmo os conflitos entre imigrantes e libertos no interior de São Paulo, com expressões abertamente raciais, trouxeram de volta os linchamentos. Dentro dos marcos do coronelismo da Primeira República, os fazendeiros e as autoridades por eles instituídas restauraram oligopólio da violência como sua prerrogativa de classe. No

⁶⁸² Ver Karl Monsma. “Linchamentos Raciais no Pós-Abolição: Alguns Casos Excepcionais do Oeste Paulista.” In: Flavio dos Santos Gomes & Petrônio Domingues. *Políticas da Raça*, pp. 195-210; e do mesmo autor, *A Produção do Racismo: Fazendeiros, Negros e Imigrantes no Oeste Paulista, 1880-1914*. São Carlos: Edufscar, 2016, pp. 69-107. Ver ainda José de Souza Martins. *Linchamentos*, 2015.

fim, provaram-se mais eficazes que seus pares da América do Norte, ao preservarem a hierarquia e a violência racial, dissimulando sobre as raças.

O Ocaso de Lynch e a Violência Racial no Brasil

Em dezembro de 1899, Felipe Silva foi acusado da tentativa de estupro e do assassinado da esposa do pequeno fazendeiro Manoel Antônio, que o contratara para serviços na lavoura de sua propriedade localizada nas imediações do Rio de Janeiro. O agressor aproveitou a ausência do fazendeiro para investir contra a mulher, que resistiu e foi morta com um golpe de enxada na cabeça. Os filhos do casal intervieram e a menina Ubelina encontrou o mesmo fim da mãe. A imprensa repercutiu os acontecimentos de forma visceral e sensacionalista. Até mesmo o antigo abolicionista, Angelo Agostini, dedicou sua pena e sua ira ao episódio.

Não obstante o linchamento passar por ser um ato de brutalidade e anti civilizador, há ocasiões em quem sendo aplicado com justiça, enchemos de verdadeira satisfação. Com prazer veríamos torturar esse miserável Felipe Silva, esse negro repelente que cometeu um crime tão atroz! E que sentimentalismo imbecil é esse que aboliu a pena de morte de nossas leis? (...) Em um país (...) em que ainda ontem se martirizavam os escravos por qualquer pequena falta, esse sentimentalismo de nossos legisladores é por demais ridículo. Eu, que não sou capaz de matar um frango, sinto que teria o maior prazer em cortar em pedacinhos esse miserável negro!⁶⁸³

O mesmo autor da gravura que denunciara o linchamento de Penha do Rio de Peixe, agora clamava pela justiça sumária. Sem contradições. Agostini sempre conciliou o abolicionismo com seus preconceitos raciais. E não estava só. Os redatores do *Jornal do Comércio* descreveram o acusado como “*um negro de catadura criminosa, nariz chato, fossas largas e mal desenhadas, mandíbulas salientes e olhos raiados de sangue, como o dos alcóolicos.*” No fim de seu texto, Agostini conclamou a solidariedade de seus leitores e arrematou: “*uma fera destas não se manda para as galés; mata-se!*” Era supostamente a barbárie do crime que legitimaria a justiça popular, mas a descrição do criminoso não deixa dúvidas de que a sua negritude configurava um agravante.⁶⁸⁴

No final daquela década de 1890, as multidões que outrora tomavam de assalto as cadeias não atenderam à convocação de Agostini. Mesmo o racismo explícito de seu discurso cederia às entrelinhas mais veladas, típicas das ideologias raciais no país.

⁶⁸³ Angelo Agostini. “Crime Atroz”. Dom Quizote, edição de 23 de dezembro de 1899, *apud* Gilberto Maringoni de Oliveira. *Angelo Agostini: Ou Impressões de Uma Viagem da Corte à Capital Federal (1864-1910)*. Tese de Doutorado defendida na Universidade de São Paulo em 2006, pp. 235-237.

⁶⁸⁴ Idem; *Jornal do Comércio*, *apud* Gilberto Maringoni de Oliveira. *Angelo Agostini*, p. 236.

Enquanto os linchamentos se espalhavam pelo Sul dos Estados Unidos, eles arrefeceram no interior do Rio de Janeiro e de São Paulo. Se os legados da escravidão contribuíram para a violência na América do Norte, como compreender a abolição da pena de morte e a insignificância estatística dos linchamentos raciais no Brasil?

Em um país marcado por elevados índices de violência, os justicamentos não se destacaram particularmente e nem obtiveram a mesma atenção dos acadêmicos. Os estudos brasileiros são tributários da sociologia estadunidense e, explícita ou implicitamente, comparativos. Nossa principal referência são as pesquisas de José de Souza Martins, que contrastaram a justiça sumária nos dois países, destacando o caráter mais punitivo e vingativo dos linchamentos no Brasil, em contraponto ao papel pedagógico e moral predominante nos Estados Unidos. No esteio de Martins e de Michael Pfeifer, é possível acrescentar as diferenças entre a tradição comunitária e individualista puritana na América do Norte e a matriz católica da sociedade brasileira, regida por hierarquias sociais e institucionais. Ambos os pesquisadores interpretam a justiça popular como uma reação a mudanças sociopolíticas e de regimes de justiça. Nesse sentido, os linchamentos devem ser compreendidos como uma forma incipiente de participação democrática na refundação da sociedade, em que a soberania popular procura se sobrepor à racionalidade impessoal do império da lei.⁶⁸⁵

O ciclo de linchamentos ocorridos no sudeste do Brasil entre 1879 e 1893 compôs uma reação das comunidades rurais contra as mudanças provocadas pela iminência e pela concretização da abolição, e que foram agravadas pela queda da monarquia e pela instauração de um improvisado regime republicano. Os linchamentos de 1879 a 1888 ocorreram principalmente na Província do Rio de Janeiro (com destaque para o Vale do Paraíba) e tiveram por vítimas preferenciais homens escravizados acusados de cometer crimes contra senhores e feitores. Por sua vez, os casos ocorridos entre junho de 1888 e 1893 se concentraram no interior da Província de São Paulo e envolveram predominantemente libertos acusados de violações sexuais contra meninas e mulheres brancas. Se o primeiro ciclo respondeu à crescente insubordinação dos escravizados que ameaçavam as hierarquias do cativo, o segundo revela os anseios de que a ordem racial estivesse comprometida no pós-abolição. Tanto as motivações alegadas quanto a

⁶⁸⁵ Ver José de Souza Martins. *Linchamentos*, 2015; e Ricardo Pirola. “A Lei de Lynch no Ocaso da Escravidão: Linchamentos,” In: Regina Xavier & Helen Osório (orgs.). *Do Tráfico ao Pós-Abolição*, pp. 454-481. Sobre o tema, ver ainda Amy Chazkel. “A Lei de Lynch: Reconsidering the View from Brazil of Lynching in the United States”. In: Michael Pfeifer (org.). *Global Lynching and Collective Violence, Vol. 2: The Americas and Europe*. Champaign: University of Illinois Press, 2017.

ritualística dos últimos linchamentos reproduziam a etiqueta da justiça sumária do Sul dos Estados Unidos, divulgada massivamente pelos jornais do país à época. Contudo, a prática não adentrou a cartilha da violência racial brasileira. Os linchamentos migraram para as periferias das cidades brasileiras e perderam a liturgia explicitamente racial ensaiada em São Paulo no pós-abolição.

Ao se caminhar pelas mesmas variáveis explicativas da violência racial nos Estados Unidos, é possível compreender as particularidades do fenômeno no Brasil. Na esteira dos estudos de Stuart Tolnay e E. M. Beck sobre os linchamentos na América do Norte, é preciso avaliar o peso da economia e da competição entre trabalhadores no Sudeste brasileiro. A transição entre a monarquia escravista e a república não alterou a estrutura agrária da economia nacional. A cafeicultura, no entanto, consolidou-se em São Paulo, enquanto o Vale do Paraíba entrou em franco declínio e não conseguiu conter a emigração dos libertos ou atrair os imigrantes europeus. Nos anos 1890, a economia cafeeira não sofreu o mesmo abalo do algodão estadunidense, mas o mercado de trabalho também se tornou mais escasso à medida em que a chegada de imigrantes europeus se intensificava no interior paulista. Como demonstraram os estudos de Karl Monsma, foi nessa fronteira dinâmica do café que os principais conflitos decorrentes da abolição ocorreram, tanto entre libertos e fazendeiros, quanto entre trabalhadores negros e imigrantes.⁶⁸⁶

Os linchamentos de 1888 a 1893 ocorreram, portanto, em um período marcado pela insubordinação dos negros, que ameaçavam a hegemonia da classe proprietária, e pela chegada massiva de imigrantes, que contribuíram para o predomínio da população branca nos municípios rurais de São Paulo. Nesse breve intervalo de anos, as tensões raciais afloraram e contribuíram para uma momentânea solidariedade entre os brancos pertencentes a diferentes classes sociais, que se uniram contra os negros que violaram as hierarquias e fronteiras raciais. No entanto, a violência no campo abandonou a ritualística racial a partir de meados da década de 1890. Ela se restringiu a conflitos individuais entre trabalhadores imigrantes e libertos que competiam por empregos e por status. Em contraste com o que ocorria no Sul dos Estados Unidos, os brancos pobres que

⁶⁸⁶ Stanley Tolnay, & E. Beck. *A Festival of Violence*, 1995. Karl Monsma. “Linchamentos Raciais no Pós-Abolição: Alguns Casos Excepcionais do Oeste Paulista.” In: Flavio dos Santos Gomes & Petrônio Domingues. *Políticas da Raça*, pp. 195-210; e do mesmo autor “Desrespeito e Violência: Fazendeiros de Café e Trabalhadores Rurais no Oeste Paulista, 1887-1914”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n.21/22, 2005, pp.103-149; e *A Produção do Racismo*, pp. 69-173.

confrontavam seus pares negros não contaram com a solidariedade racial dos grandes fazendeiros ou a convivência das autoridades públicas.⁶⁸⁷

A variável política foi determinante. Diferentemente do que se passou nos Estados Unidos, a libertação dos escravizados não implicou o seu acesso à cidadania. Não houve uma Reconstrução brasileira. A transição para a República refreou o caráter revolucionário da abolição e reforçou a exclusão política dos negros por meio da proibição do voto aos analfabetos. Com a chegada dos cafeicultores de São Paulo à presidência, refundou-se o pacto político entre as oligarquias rurais e o Estado, assim como a promiscuidade entre os interesses da classe proprietária e as instituições públicas. A pacificação do país, a partir de meados dos anos 1890, silenciou as demandas providas de camadas médias e populares e restaurou a ordem social regida pelos fazendeiros. Mesmo na fronteira da cafeicultura em São Paulo, os latifundiários tinham pouco a ganhar com uma aliança racial com os imigrantes, uma vez que os estrangeiros não tinham direito de voto. Enquanto isso, os libertos dependiam do acesso à terra dos grandes proprietários e, consequentemente, estavam submetidos às redes do clientelismo. A preservação da estrutura agrária e a concentração fundiária contribuíram para que os coronéis conduzissem não apenas os rumos da política, mas também do judiciário e das forças policiais nos municípios rurais. Se os linchamentos representavam o ensaio, ainda que torpe, de uma justiça democrática, não havia espaço para a soberania popular na república dos fazendeiros.

No cerne das diferenças entre Brasil e Estados Unidos, estavam ainda a questão da sexualidade interracial e suas consequências sociais e ideológicas. Nas Américas inglesa e portuguesa, e posteriormente nos Estados Unidos e no Brasil, a violência sexual e o estupro de mulheres negras foram sistêmicos. O sexo interracial era um tabu na vida pública, ainda mais sob o protestantismo anglo-saxão, mas uma realidade permanente nos espaços domésticos do cativeiro por toda a América. As relações sexuais entre homens negros e mulheres brancas, por sua vez, sofriam uma interdição mais severa, por inverterem duplamente as hierarquias e os privilégios do patriarcado branco. No entanto, fatores demográficos e culturais contribuíram para a maior miscigenação no Brasil, enquanto as linhas raciais foram reforçadas com o passar dos séculos na América do Norte. Essa ordem sexual racialmente hierarquizada foi ameaçada pela abolição da escravidão e pelo horizonte da igualdade entre as raças. Não à toa, o mito do estuprador

⁶⁸⁷ Sobre a falta de interesses na solidariedade racial entre fazendeiros e brancos pobres e imigrantes, ver Karl Monsma. *A Produção do Racismo*, pp. 109-173.

negro se consolidou nos Estados Unidos nas décadas subsequentes à abolição e à Reconstrução, que momentaneamente nivelaram uma geração de brancos e negros em franca competição política, econômica e sexual. No Brasil, por outro lado, a emancipação dos negros esteve longe de lhes assegurar o direito à cidadania ou a igualdade com os brancos, preservando hierarquias sociais e etiquetas sexuais. No entanto, é no contraste entre as ideologias raciais e o grau de miscigenação que se explicam as diferenças em relação ao arquétipo do estuprador negro e à violência racial nessas duas sociedades.⁶⁸⁸

Essas divergências remetem às experiências coloniais e aos fatores culturais e demográficos que gestavam duas sociedades racialmente hierarquizadas, mas pautadas por ideologias raciais distintas. Enquanto o escravismo estadunidense cindiu brancos e negros, a prática da alforria e a formação de comunidades negras livres no Brasil contribuíram, junto da miscigenação, para relativizar as fronteiras entre as raças sem comprometer as hierarquias entre elas. A força do abolicionismo nos Estados Unidos levou os proprietários do Sul a construírem uma ideologia pró-escravista radical, enquanto os senhores brasileiros instituíram um discurso oblíquo na preservação do cativeiro e da ordem racial. No pós-abolição, sulistas estadunidenses reagiram ao trauma da derrota militar e à Reconstrução defendendo um discurso supremacista e segregacionista, enquanto os brasileiros promoveram a sua leitura seletiva do racismo científico, que originou as ideologias do embranquecimento. Em vez da segregação estanque e binária entre as raças, a assimilação subalterna de negros e mestiços. Ao menos no discurso oficial, o encontro sexual entre brancos e negros não era um tabu, mas o meio da civilização da nação pelo branqueamento—e base do futuro mito da democracia racial. Consequentemente, as ideologias em cada sociedade alimentaram sentimentos diversos entre negros e brancos, que se desdobraram em expressões de violência mais abertamente racistas nos Estados Unidos e mais veladas no Brasil.⁶⁸⁹

Seria um grave equívoco, contudo, concluir que os linchamentos e as execuções legais de negros sejam indícios de um racismo mais incrustado e violento nos Estados Unidos. O Brasil abriu mão do teatro da morte, enquanto a banalizou por trás das cortinas. A monarquia aboliu *de facto* a força, na década de 1870, a fim de contrabalancear o peso

⁶⁸⁸ Ver Angela Davis “Estupro, Racismo e o Mito do Estuprador Negro”. In: *Mulheres, Raça e Classe*, pp. 177-203. Sobre o caso brasileiro, ver Lélia González. “A Mulher Negra na Sociedade Brasileira” In: Luz, Madel. *O Lugar da Mulher*, 1982; Sueli Carneiro. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*, 2011; da mesma autora, *Mulher Negra*, 1895; Lamonte Aidoo. *Slavery Unseen*, 2018; e Sílvia Pimentel; Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer & Valéria Pandjarian. *Estupro: Crime ou “Cortesias”?*, 1998.

⁶⁸⁹ Entre a extensa literatura sobre o tema, ver a contribuição recente de Ariela Gross & Alejandro de la Fuente em *Becoming Free, Becoming Black*, 2020.

da escravidão sobre a imagem do país. A constituição republicana concretizou a abolição de direito da pena capital, salvo em tempos de guerra, enquanto Código Penal alçou o Brasil ao panteão do reformismo penal e da modernidade prisional. Mas havia distância entre as palavras e as coisas. Enquanto o Estado demolia o cadafalso, outras instituições públicas e privadas assumiram o posto. É preciso cautela para não se inflacionar o significado do número de negros executados pela justiça ou pelas multidões na América do Norte. Os espetáculos de violência obliteram uma orquestrada política da morte nos bastidores, muito mais eficaz e que vitimou milhares de pessoas negras por meio da marginalização, da brutalidade policial e do encarceramento. As diferenças entre o racismo e a violência racial no Brasil e nos Estados Unidos não são de grau, mas de forma, e remontam às formações históricas de dois regimes necropolíticos.⁶⁹⁰

A política da morte nos Estados Unidos sacrificava os negros no púlpito da democracia, às claras, nas cortes do judiciário e nas praças públicas da justiça popular. Ao mesmo tempo, tantos outros pereciam nas vielas e cárceres. A violência racial à brasileira, por sua vez, realizava a vocação de uma sociedade destinada ao autoritarismo e às sombras. O império da lei permaneceu um significante vazio nos dois hemisférios da América, embora mais palpável no Norte. Lá e cá, as periferias, becos e calabouços escondiam a violência que não convinha vir a público. O racismo é estrutural e estruturante em ambos os países, constitutivo da tessitura das instituições repressivas que vitimam negros na forma da lei e à sua margem. Mas nos Estados Unidos, a combinação entre um racismo aberto e uma democracia formal criou condições e espaços para a organização e a luta dos movimentos negros, que esgarçaram as contradições da república da liberdade. Mais ao Sul, a tradição autoritária e o racismo velado dos brasileiros realizaram, a seu modo, uma utopia racista nos trópicos.

O Estado que mais mata negros no continente se vangloria de ser a democracia das raças, sustentado por ideologias que entravam as identidades e a mobilização dos afrodescendentes. A pena capital foi abolida na letra da lei, mas nunca *de facto*, no Brasil; terra de uma política da morte institucional, sub-reptícia e anônima. O racismo estadunidense tem nome e sobrenome, enquanto os brasileiros se orgulham de seu racismo cínico, cujos negros mortos são vítimas de ninguém.

⁶⁹⁰ Ver Achille Mbembe. *Necropolítica*, 2018.

Conclusão

Abolição e Violência nas Américas

Os vales do rio Mississippi e do rio Paraíba do Sul sediaram a ascensão e a ruína do Reino do Algodão e do Império do Café. Ali se travaram algumas das derradeiras batalhas pelo fim da escravidão nas Américas. Desde que as matas e populações nativas cederam ao avanço das fronteiras agrícolas, foram os escravizados que se tornaram uma força de resistência. Nascidos da África ou no continente americano, milhões de pessoas negras viveram e morreram sob o jugo das correntes no Brasil e nos Estados Unidos. A resistência era constante; o sucesso de uma revolução, improvável. As forças da escravidão se estendiam das fazendas aos mais altos círculos da política e do mercado mundial. Mas tudo o que era sólido se desfez. As redes do capital seguiram por novos rumos, preterindo o escravismo atlântico por outros mercados, enquanto as reformas políticas cindiram brechas por onde movimentos sociais comprometeram a aliança entre as instituições de Estado e as classes escravistas. Foi então que uma nova geração do cativo, ao lado dos abolicionistas, aproveitou-se dos tempos de crise e tomou as rédeas da fortuna, conquistando para si e para seus descendentes a liberdade. Quando a tempestade perfeita se formou, esses homens e mulheres, ativistas e escravizados, fizeram a sua própria história.

Em meados do século, todavia, o céu sequer trovejara e as forças escravistas celebravam seu apogeu. O novo boom das commodities que alavancou as culturas do algodão e do café respondia à abertura de mercados e à reorganização do Império Britânico. Os fazendeiros do Vale do Mississippi e do Vale do Paraíba se beneficiaram imediatamente da alta dos preços de seus produtos. No entanto, a reorientação da economia-mundo em direção ao mundo Indo-Pacífico reduziu a importância dessas zonas agrícolas na divisão internacional do trabalho. As contradições também se fizeram sentir dentro dos territórios nacionais. Nos Estados Unidos e no Brasil, as classes escravistas ascenderam entrelaçadas às instituições de Estado. No entanto, as criaturas se voltaram contra os criadores. A expansão das burocracias e jurisdições estatais na coincidiu com o alargamento da esfera pública na segunda metade do século, abrindo espaço para novos setores e movimentos sociais. Confiantes que as instituições públicas eram suas fiadoras, os escravistas não perceberam que os abolicionistas as tomavam de assalto. Seguros de que os ventos do mercado mundial sopravam em seu favor, os fazendeiros não desconfiaram da reação nas senzalas. Na dialética dos tempos, a *Segunda Escravidão*

nascera em meio às primeiras emancipações nas Américas, e suas próprias contradições deram origem, décadas depois, a uma *Segunda Era da Abolição*.⁶⁹¹

Nas fazendas convergiram os estímulos contraditórios do mercado e da política. O aumento dos preços do algodão vitimou centenas de milhares de afro-estadunidenses do Norte e do Sul Superior nos Estados Unidos, forçados a migrarem em direção às zonas maduras de plantation no Vale do Mississippi e à fronteira agrícola no Texas. No Brasil, o tráfico interprovincial afetou principalmente as comunidades escravizadas do Norte. Seu destino foram as fazendas estabelecidas no médio Vale do Paraíba e as regiões de fronteira da cafeicultura na Zona da Mata Mineira e no Oeste de São Paulo. Nas sociedades escravistas maduras de Natchez e de Vassouras, as comunidades escravizadas sofreram com o poder disruptivo do tráfico e com a intensificação dos ritmos de trabalho na lavoura, agravados pelo desgaste do solo. Ao mesmo tempo, os dissensos entre as camadas dirigentes no Brasil e nos Estados Unidos chegaram às propriedades rurais, contribuindo para a politização das senzalas. Diante da ameaça aos precários direitos das economias morais das fazendas, e percebendo a cisão política entre os livres, os escravizados do Vale do Mississippi e do Vale do Paraíba deram início a um novo ciclo de resistência.

Nem todo crime foi um ato político. As lutas cotidianas nas fazendas raramente chegaram aos salões do júri e alguns casos levados à justiça eram meramente circunstanciais. Ainda que poucos crimes capitais tenham sido julgados nos tribunais de Natchez e de Vassouras, eles revelaram novos padrões de violência que, junto do aumento das fugas, demonstraram o incremento da resistência dos escravizados nas décadas finais do cativeiro. Nos casos ocorridos no Vale do Mississippi, na década de 1850, e no Vale do Paraíba, nos anos 1870 e 1880, os réus justificaram seus crimes pela violação de seus direitos nas fazendas, principalmente relacionados às famílias e aos trabalhos. Auxiliados por seus advogados, eles traduziram os termos dessa economia moral em teses de legítima defesa, jogando com as contradições do Estado de Direito nos mundos da escravidão. A extensão de garantias processuais e a constrição às penas corporais convidaram os escravizados a disputarem nos tribunais seus próprios sentidos da justiça, principalmente

⁶⁹¹ Sobre os tempos históricos, ver Reinhart Koselleck. *Extratos do Tempo*, 2014; e do mesmo autor *Futuro Passado*, 2006. Ver ainda Rafael Marquese, & Waldomiro da Silva Júnior. “Tempos Históricos Plurais.” *História Da Historiografia*, pp. 44-81. Sobre a reorientação da economia-mundo em meados do século XIX, ver Tâmis Parron. “The British Empire and the Suppression of the Slave Trade to Brazil”. *Journal of World History*, pp. 1-36. Sobre a Segunda Escravidão e a Segunda Era da Abolição, ver respectivamente Dale Tomich. “A ‘Segunda Escravidão’.” In: *Pelo Prisma da Escravidão*, pp. 81-97; e Alain El Youssef. *O Império do Brasil na Segunda Era da Abolição, 1861-1880*, pp. 1-7/270-274.

no Brasil. As comunidades cativas preservaram as estratégias de negociação e de conflito nas fazendas e passaram a recorrer com maior frequência à justiça, conformando uma nova política da resistência orquestrada a partir das senzalas e cada vez mais atenta ao dissenso no mundo dos livres.

Se os crimes revelaram a guerra particular nas fazendas, as sentenças e penas foram fenômenos que remeteram às políticas nacionais. Em nenhum momento, as justiças criminais arrefeceram no rigor penal contra os escravizados, fosse nos Estados Unidos ou no Brasil. A corte de Natchez manteve os altos índices de condenação na década de 1850 e, nos casos de maior repercussão, retomou os espetáculos públicos da pena de morte. Os réus escravizados também foram condenados com rigor no tribunal do júri de Vassouras entre os anos de 1860 e 1870. Ainda que a política de comutações tenha comprometido a execução da pena capital, as galés perpétuas estavam longe de representar uma justiça branda. No entanto, o aumento dos crimes coincidiu com o avanço do abolicionismo em ambos os países, aumentando as tensões nas comunidades rurais. Sob a pressão dos proprietários, os jurados e a corte de Vassouras subverteram a lei na década de 1880 e condenaram réus confessos por crimes menores, devolvendo-os à justiça privada das fazendas. Também em Natchez a força da lei não bastou para conter os ânimos às vésperas da Secessão. Aos olhos dos escravistas do Vale do Mississippi e do Vale do Paraíba, a antiga aliança firmada junto ao Estado estava comprometida. Diante da crise do oligopólio da violência legítima, abdicaram da lei para fazer justiça com as próprias mãos.

A violência foi endêmica à crise da escravidão nas Américas, mas exibiu cores e formas particulares nos Estados Unidos e no Brasil. O Vale do Mississippi foi varrido pelo terror branco de 1860-1863, com destaque para o regime inquisitorial instaurado em Natchez em 1861, enquanto o Vale do Paraíba se tornou um dos palcos da Lei de Lynch tropical entre 1879 e 1888. O Mississippi tinha os precedentes da década de 1830, quando comitês de vigilância e multidões confrontaram as supostas conspirações negras. No entanto, enquanto as autoridades e grandes fazendeiros tiveram dificuldade de controlar as massas brancas durante o Pânico de 1835, a ordem e a hierarquia foram preservadas pelos fazendeiros que conduziram o Terror Branco de Natchez em 1861. No Vale do Paraíba, ocorreu o processo inverso. Se nas décadas de 1830 e 1840, as investigações sobre as conspirações e as punições ficavam a cargo dos grandes fazendeiros e autoridades, os linchamentos da década de 1880 representaram uma relativa subversão das hierarquias. Pequenos proprietários e agregados assumiram momentaneamente os poderes de polícia e de justiça. Confrontados com ameaças reais e imaginárias, as

comunidades livres do Vale do Mississippi e do Vale do Paraíba reagiram à margem da lei, cada qual à sua forma. O último drama do escravismo nas Américas fez jus à tradição e os espetáculos da morte se tornaram o ato final de sua justiça de exceção.

A crise final do cativeiro se desdobrou em dois atos distintos nas Américas. Nos Estados Unidos, a Guerra Civil se iniciou como um dissenso entre brancos livres, mas a Proclamação da Emancipação em 1863 contribuiu para a deserção e o alistamento dos escravizados, que fizeram do conflito a sua revolução. Conquistada a liberdade, restava ainda a cidadania, que agarram com todas as forças durante a Reconstrução. No Brasil, a radicalização dos abolicionistas coincidiu com os levantes e as fugas em massa das fazendas, que deram o tom revolucionário do biênio 1887-1888. A Lei Áurea respondeu a uma realidade de fato conquistada por ativistas e escravizados. No entanto, a emancipação pelas vias institucionais serviu para a construção de mitos nacionais que apagaram o protagonismo negro e o caráter violento da abolição do país. Junto da Proclamação da República, a emancipação pura e simples conseguiu ainda refrear a agenda radical dos subalternos, impedindo a inclusão social dos libertos e a realização de uma reforma agrária que os livraria do cativeiro da terra. A escravidão deixara de existir nos dois países, mas permaneciam em aberto os sentidos da liberdade.

A abolição atlântica marcou o fim de uma longa era do cativeiro nas Américas; e o início de outra. Assim como na época das independências, as emancipações abriram uma rara oportunidade para a repactuação política nas Américas. As Emendas 13^a a 15^a promoveram uma revolução no constitucionalismo estadunidense, enquanto a derrocada da monarquia pavimentou o caminho para a construção de um novo regime político e jurídico no Brasil. Os mesmos ventos progressistas que conduziram a Reconstrução da América do Norte, impulsionaram os abolicionistas no hemisfério Sul. Mas a emancipação tardia coincidiu com a virada reacionária que regeu tanto a construção da República brasileira quanto o início da Era Jim Crow nos Estados Unidos. A nova constituição do Mississippi conciliou a segregação racial com as restrições indiretas ao sufrágio dos cidadãos negros. Enquanto isso, o republicanismo do 14 de maio se limitou a preservar os princípios da legislação eleitoral vigente nos últimos anos da monarquia brasileira, que proibiam o voto dos analfabetos. Tudo houve de mudar para que quase tudo retornasse ao seu lugar.

Nada a não ser a liberdade. Eis o legado da abolição aos egressos do cativeiro. Interditados seus direitos políticos e excluídos do acesso à terra e à educação, as populações afrodescendentes do Sul dos Estados Unidos e do Brasil foram legadas à

subcidadania e ao subemprego. Aqueles que permaneceram nas zonas rurais do Vale do Mississippi e Sudeste brasileiro tiveram de se submeter aos grandes proprietários e aos novos regimes de trabalho, em parte análogos à escravidão. Os que migraram para os centros urbanos sofreram com a marginalização e a pobreza. Em ambos os espaços, eles enfrentaram ainda as forças da repressão e as novas legislações criminais que tipificaram condutas como a vadiagem e endureceram as penas para contravenções e crimes de menor potencial ofensivo. Nas cidades, as forças policiais assumiram o papel dos antigos feitores, portando açoites modernos, enquanto as prisões fizeram as vezes dos calabouços e senzalas de outrora. Nas entrelinhas, os regimes penais do pós-abolição criminalizaram a própria negritude, submetendo os libertos a um novo e permanente estado de exceção. Para os milhares de afro-estadunidenses e afro-brasileiros, a exceção era a regra.⁶⁹²

Na encruzilhada da década de 1890, Brasil e Estados Unidos seguiram de mãos dadas por caminhos distintos. Os linchamentos raciais se tornaram epidêmicos e cada vez mais espetaculosos no Mississippi, enquanto perderam fôlego no interior do Rio de Janeiro e de São Paulo. As Leis Jim Crow e a justiça popular se tornaram símbolos da violência racial no Sul dos Estados Unidos e serviram aos propósitos dos próceres do racismo à brasileira. Eles ressignificaram esses fenômenos como a contraprova da suposta harmonia entre brancos, negros e mestiços no hemisfério Sul. No entanto, o racismo estadunidense nunca foi mais violento ou letal. Enquanto os brasileiros condenavam os tribunais de Lynch na América do Norte, silenciavam sobre tantas outras justiças de exceção que imperavam nos trópicos. O país que mais vitimou africanos na era do tráfico Atlântico permanece sendo o maior assassino de seus descendentes nas Américas séculos depois, e ostenta, orgulhosa e cinicamente, a falácia da democracia racial.

As raízes da violência racial nas Américas são profundas e diversas. Os linchamentos no Sul dos Estados Unidos remontavam às tradições da justiça comunitária protestante e à instauração precoce de uma democracia branca no país, em contraponto às hierarquias do catolicismo e das tradições políticas do Brasil. Além disso, a cisão entre brancos e negros sustentou ideologias mais segregacionistas na América do Norte, enquanto a incontornável miscigenação da população brasileira serviu de base à criação de discursos assimilacionistas, que foram da ideologia do embranquecimento ao mito da democracia racial. Consequentemente, cada sociedade deu origem a expressões

⁶⁹² Ver Giorgio Agamben. *Estado de Exceção*, 2004; e do mesmo autor *Homo Sacer*, 2007; e ainda Walter Johnson. “Resetting the Legal History of Slavery: Divination, Torture, Poisoning, Murder, Revolution, Emancipation, and Re-Enslavement”. *Law and History Review*, pp. 1089-1095.

particulares de violência racial, mais explícitas nos Estados Unidos. É preciso insistir, contudo, que os racismos são violentos em todas as suas formas, e talvez mais perversos nas suas versões latino-americanas. Enquanto os afro-estadunidenses se uniam para enfrentar os justiceiros brancos no Sul dos Estados Unidos, os brasileiros negros morriam vítimas de um terrorismo racial anônimo, contra o qual a mobilização política se provou um árduo desafio. Ainda assim, os afrodescendentes de ambos os países fizeram jus a seus antepassados e reeditaram, à luz de um novo tempo, as políticas da resistência negra.

Em meio a dissonâncias, o tom do racismo ainda vibra em uníssono. Os legados da escravidão e o racismo estrutural aproximam mais que afastam o Brasil e os Estados Unidos, especialmente em suas instituições repressivas. As particularidades históricas e culturais de cada sociedade deram origem a dois regimes necropolíticos distintos na forma, mas não na essência. Afinal, eram negras as vítimas da violência e do extermínio em suas mais variadas expressões. Contudo, ao falarmos em uma política da morte no pós-abolição, é preciso relacioná-la às dinâmicas de uma macroeconomia racial. O assassinato de negros nunca foi um fim em si, mas um dispositivo de controle social dentro de regimes de produção, escravistas ou não. A política da morte contribui para uma economia dos corpos, disciplinados e produtivos. Ontem, como hoje, a violência de Estado se fez o alicerce de um capitalismo histórico regido, em seus múltiplos tempos e faces, pelo signo da raça.⁶⁹³

Na dialética dos tempos, o fim da escravidão atlântica deu origem a novos cativos e regimes de violência nas Américas. Mas as contradições nunca cessam. Do ventre dos regimes raciais do século XX, nasceram seus antagonistas negros, mais mobilizados do que nunca. Traziam na pele o estigma do passado, mas contavam com o precedente de lutas daqueles que os antecederam. Quando a fortuna lhes sorriu, também eles fizeram sua própria história.

⁶⁹³ Ver Achille Mbembe. *Necropolítica*, 2018; e a publicação mais recente do mesmo autor. *Brutalisme*. Paris: La Découverte, 2020. Sobre o conceito Capitalismo Racial, ver Martin Legassick e David Hemson. *Foreign Investment and the Reproduction of Racial Capitalism in South Africa*. Londres: Anti-Apartheid Movement, 1976; Harold Wolpe. *Race, Class and the Apartheid State*. Trenton: Africa World Press, 1988; Cedric Robinson. *Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000; Walter Johnson. "To Remake the World: Slavery, Racial Capitalism, and Justice". *Boston Review*, 1, 2017, 11-143.

Fontes e Bibliografia

I. Fontes

1. Fontes Judiciais

Processos e Minutas de Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi

State v. Daniel, Billy, Mike. Term 1812.

State v. Nat. Term 1834.

State v. George. Term 1834.

State v. Peter. Term 1837.

State v. Eliza. Term 1837/Term 1838.

State v. David. Term 1846.

State v. Ike. Term 1850.

State v. Bill. Term 1852.

State v. Isaac. Term 1852.

State v. Frank. Term 1854.

State v. General. Term 1854.

State v. Henderson, Anderson, Reuben. Term 1857.

State v. Thomas, John, Reuben. Term 1857.

State v. Peter. Term 1858.

State v. Reuben. Term 1858.

State v. Israel. Term 1861.

Criminal Court Minutes, 1825-1861.

Processos das Cortes Superiores do Mississippi

State v. Jones. Term 1821.

Heirn v. Bridaul. Term 1859.

Mitchell v. Wells. Term 1859.

State v. Alfred. Term 1859.

State v. Wesley. Term 1860.

State v. Oliver. Term 1860.

Williams v. Mississippi. Term 1898.

Processos das Cortes Superiores da Carolina do Norte

State v. Mann. Term 1829.

State v. Will. Term 1834.

Processos da Suprema Corte dos Estados Unidos

Dred Scott v. Sanford. Term 1856.

Processos e Livros Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em Convênio com Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Rio de Janeiro, Vassouras.

Processo Criminal por Homicídio, réu Antônio Cabinda ou Caringadura, 1835.

Processo Criminal por Homicídio, réu João Congo, 1835.

Processo Criminal por Homicídio, réu Matheus Rebolo, 1835.

Processo Criminal por Homicídio e por Insurreição, réu Manoel Congo, 1835.

Processo Criminal por Insurreição, réus Manoel Congo, Justino Benguela, Antônio Magro, Pedro Dias, Belarmino, Miguel Crioulo, Canuto Moçambique, Afonso Angola, Adão, Mariana Crioula, Rita Crioula, Lourença Crioula, Brisida Crioula, Joana Mofumbe, Josefa Angola e Emília Conga, 1838.

Processo Criminal por Homicídio, réu José Moange, 1840.

Processo Criminal por Homicídio, réu Joaquim Moçambique, 1842.

Processo Criminal por Homicídio, réu Antônio Moçambique e Ciro Congo, 1844.

Processo Criminal por Homicídio, réus Juvenal Cabinda e Albino Crioulo, 1856.

Processo Criminal por Homicídio, réu Agostinho Monjolo, 1856.

Processo Criminal por Homicídio, ré Rita, 1863.

Processo Criminal por Homicídio, réus Sebastião, Lúcio, Francisco e Elias, 1866.

Processo Criminal por Homicídio, réu Manoel (Maranhão), 1870.

Processo Criminal por Homicídio (Tentativa), réu Antônio, 1872.

Processo Criminal por Homicídio, réu Marcos (Pelotas), 1875.

Processo Criminal por Homicídio, réu Thomas (Bahia), 1877.

Processo Criminal por Homicídio, réu Malachias Benguela, 1877.

Processo Criminal por Homicídio, réu Brás (Crioulo), 1877.

Processo Criminal por Homicídio (Tentativa), réu Graciano (Pernambuco), 1878.

Processo Criminal por Homicídio, réus Gil (Mina) e Manoel (Crioulo), 1879.

Processo Criminal por Homicídio, réus Bernado e Irineu, 1880.

Processo Criminal por Homicídio, réu Sebastião, 1880.

Processo Criminal por Homicídio, réu Simão (Rio Grande do Norte), 1881.

Processo Criminal por Homicídio, réu Sebastião Francisco de Correa, 1881.

Processo Criminal por Homicídio, réus José dos Santos Lima, Vicente, João do Governo e Constantino 1883.

Processo Criminal por Homicídio, réu Marçal, 1884.

Processo Criminal por Homicídio, réu João Crioulo, 1885.

Petição de Graça, réu Rogério, 1877.

Livre de Delinquentes de Vassouras (1835-1864).

2. Documentação Privada dos Fazendeiros

Diários de Plantations e Diários Pessoais:

Darden, Susan. Diário de Susan Sillers Darden. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi.

Jenkins, John Carmichael. Diário de John Carmichael Jenkins. Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi.

Magruder, Eliza. Diário de Eliza Magruder. *Magruder, E. L.. Diary, 1846-1857*. Westport: Greenwood Pub, 1973.

Minor, William. Diário de William J. Minor, 1861-1865. William J. Minor Papers, LSU, Baton Rouge, Louisiana.

Nevitt, John. Diário de John Nevitt. Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi.

O'Conner, Lemuel. Lemuel P. Conner's Records. Conner Family Papers. Louisiana State University.

Stratton, Joseph. Diário do Reverendo Joseph Stratton. Adams County Circuit Court Records, Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi.

Wade, Walter Ross. Diário de Walter Ross Wade. Historic Natchez Foundation, Natchez, Mississippi.

Wailes, Benjamin. Diário de Benjamin Wailes. Judge George W. Armstrong Library. Natchez, Mississippi.

Cartas Particulares:

- Farrar, Alexander. Carta a Henry Drake, setembro de 1857. Alexander Farrar Papers. Louisiana State University.
- _____. Carta a William Foules, 6 de dezembro de 1857. Alexander Farrar Papers. Louisiana State University.
- Farrar, Anne. Carta a Alexander Farrar, 3 de novembro de 1857. Alexander Farrar Papers. Louisiana State University.
- Scott, A. M. Correspondence and Papers Governor. 27 de outubro de 1832. Mississippi Department of Archives and History, Jackson, Mississippi.

3. Imprensa

Estados Unidos e Vale do Mississippi.

Pesquisa realizada no banco de dados dos jornais nacionais do país, disponíveis em newspapers.com. Periódicos Consultados:

- Mississippi Free Trader* (Natchez), edições de 1838 a 1865.
- The Natchez Weekly Courier* (Natchez), edições de 1837 a 1865.
- Natchez Daily Courier* (Natchez), edições de 1837 a 1865.
- The Natchez Weekly Democrat* (Natchez), edições de 1850 a 1865.
- Natchez Daily Courier* (Natchez), edições de 1837 a 1865.
- The Natchez Bulletin* (Natchez), edições de 1860 a 1880.
- The Concordia Intelligencer* (Vidalia), edições de 1840 a 1865.
- The Weekly Democrat* (Natchez), edições de 1865 a 1880.
- The Natchez Democrat* (Natchez), edições de 1865 a 1880.
- Vicksburg Whig* (Vicksburg), edições de 1837 a 1865.
- Vicksburg Weekly Sentinel* (Vicksburg), edições de 1837 a 1865.
- Vicksburg Tri-Weekly Sentinel* (Vicksburg), edições de 1837 a 1865.
- Vicksburg Daily Whig* (Vicksburg), edições de 1837 a 1865.
- Hinds County Gazette* (Raymond), edições de 1851 a 1858.
- The Weekly Mississippian* (Jackson), edições de 1860.
- The Liberator* (New York), edições de 1831 a 1865.
- New York Daily Tribune* (New York), edições de 1854.
- Frederick Douglass Papers* (New York), edições de 1850 a 1865.

Brasil e Vale do Paraíba.

Pesquisa realizada no banco de dados da Biblioteca Nacional, disponíveis em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Periódicos Consultados:

- O Município* (Vassouras), edições de 1877 a 1879.
- O Vassourense* (Vassouras), edições de 1886 a 1889.
- O Tempo* (Valença), edições de 1881.
- Gazeta de Valença* (Valença), edições de 1883.
- O Vinte e Cinco de Março* (Campos dos Goytacazes), edições de 1885 a 1888.
- Gazeta da Tarde* (Rio de Janeiro), edições de 1880 a 1886.
- Cidade do Rio* (Rio de Janeiro), edições de 1887-1889.

4. Documentação Impressa

- A Abolição no Parlamento: 65 Anos de Luta*, 2 Volumes. Brasília, Senado Federal, 2012.
- Acklen, Joseph. "Rules in the Management of a Southern Estate". *DeBow's Review*, Dec 1856; vol. I, p. 617.
- Affleck, Thomas. *The Cotton Plantation Record and Account Book*. New Orleans: Weld and Company, 1851.
- Aguiar, João Joaquim Ferreira. *Pequena Memória sobre a Plantação, Cultura e Colheita do Café*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I.P. da Costa. 1836.
- A Mississippi Planter (Anônimo). "Art. III. Management of Negroes upon Southern Estates: Rules and Regulations for the Government of a Southern Plantation". *DeBow's Review of the Southern and Western States*. Jun. 1851, p. 621.
- Andrade, Eloy de. *O Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Real Gráfica, 1989.
- Barrown, Bennet. *Plantation Life in the Florida Parishes of Louisiana, 1836-1846, as Reflected in the Diary of Bennet H. Barrow*. New York: Columbia University Press, 1943.
- Calhoun, John. "South Carolina Exposition and Protest (1828)". Ver Manisha Sinha. "South Carolina Exposition and Protest." In: Junius Rodriguez. *Slavery in the United States: A Social, Political, and Historical Encyclopedia*, vol. 2. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2007, 459-460.
- Chamberlain, Henry, *Vistas e Costumes da Cidade e Arredores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Cosmos, 1943.
- Cobb, Thomas. *An Inquiry into the Law of Negro Slavery in the United States of America*. Savannah: W. T. Williams, 1858.
- Dresser, Amos *Narrative of the Arrest, Lynch Law Trial, and Scourging of Amos Dresser: At Nashville, Tennessee, August, 1835*. Oberlin: Printed for the author, 1849.
- Douglass, Frederick. *In the Words of Frederick Douglass: Quotations from Liberty's Champion*. Ithaca: Cornell University Press, 2011.
- _____. *The Heroic Slave*. Newburyport: Dover Publications, 2019.
- _____. *The Essential Douglass: Selected Writings & Speeches*. Cambridge: Hackett Publishing Company, 2016.
- Grahan, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1956.
- Haviland, Laura. *A Woman's Life-Work*. Chicago: C. V. Waite, 1887.
- Howard, H. *The History of Virgil A. Stewart and his Adventure in Capturing and Exposing the Great "Western Land Pirate" and his Gang in Connexion with the Evidence*. New York: Harper, 1836.
- _____. *The history of Virgil A. Stewart and his adventure in capturing and exposing the great "western land pirate" and his gang in connexion with the evidence: Also of the trials, confessions, and execution of a number of Murrell's associates in the state of Mississippi during the summer of 1835 and the execution of five professional gamblers by the citizens of Vicksburg on the 6th July, 1835*. New York: Harper, 1842.
- Ingraham, Joseph. *The South-West by a Yankee, vol. II*. New York: Harper, 1835.
- "Instruções Gerais para a Administração das Fazendas, 23 de fevereiro 1870" (Manuscrito da Família do Barão de Nova Friburgo). In: Emanuel Araújo (org.). *Negro de Corpo e Alma. Mostra do Redescobrimento. Brasil 500 anos*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2000, pp. 108-110.
- Instruções para a Comissão Permanente nomeada pelos Fazendeiros do Município de Vassouras*. Rio de Janeiro: Typografia Episcopal de Guimarães & Cia, 1854.

- Jefferson, Thomas. *Jefferson's Notes, on the State of Virginia*. Baltimore: W. Pechin, 1800.
- Johnson, William. *William Johnson's Natchez: The Ante-Bellum Diary of a Free Negro*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1951.
- Laërne, Carl Frederik Van Delden. *Brazil and Java: Report on Coffee-Culture in America, Asia, and Africa*. London: W. H. Allen, 1885.
- Livingston, Edward. *Introductory Report to the Code of Prison Discipline: Explanatory of the Principles on Which the Code is Founded: Being Part of the System of Penal Law, Prepared for the State of Louisiana*. Philadelphia: Carey, Lea & Carey, 1827.
- _____. *Project of a New Penal Code for the State of Louisiana*. London: Baldwin, Cradock and Joy, 1824.
- Nabuco, Joaquim. *A Escravidão*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1988.
- _____. *O Abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, 2003.
- _____. *Narrative of the Barbarous Treatment of Two Unfortunate Females: Natives of the Parish of Concordia, Louisiana, whose Husband and Father were Inhumanely Murdered by Two Runaway Blacks: The Principal Instigator of which has since suffered at the Stake*. New York, Printed for the Publishers, 1843.
- Olmsted, Frederick Law. *A Journey Through Texas*. New York: Dix, Edwards & Co., 1857.
- _____. *A Journey in the Back Country*. New York: Mason Brothers, 1861.
- Patrocínio, José do. *Motta Coqueiro: Ou, A Pena de Morte*. Rio de Janeiro: Livraria F. Alves Editora, 1977.
- _____. *A Campanha Abolicionista: Coletânea de Artigos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996.
- Reis, Maria Firmino dos. *Úrsula e Outras Obras*. Brasília: Edições Câmara, 2018.
- Rodrigues, Nina. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Bahia: Imprensa Popular, 1894.
- Ribeyrolles, Charles. *Brasil Pitoresco, Tomo II*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1859.
- Taunay, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro*. Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional, 1839.
- Tschuddi, Johann Jakob von. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953.
- Siqueira, Alexandre Joaquim de. "Memórias Históricas do Município de Vassouras (1852)". In: Greenhalg H. Fria. *Vassouras de Ontem*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes, 1975, pp. 81-116.
- Smith, James McCune, *A Lecture on the Haytien Revolutions; with a Sketch of the Character of Toussaint L'Overture*. New York: Daniel Fanshaw, 1841.
- Souza, Vicente de. *O Império e a Escravidão: o Parlamento e a Pena de Morte*. São Paulo: Centro de Memória Sindical & Arquivo do Estado de São Paulo, 1879 (Fac-símile republicado São Paulo: Centro de Memória Sindical & Arquivo do Estado de São Paulo, 1986).
- Stowe, Harriet. *Uncle Tom's Cabin: Or, Life Among the Lowly*. Boston: Houghton, Mifflin and Company, 1891.
- Walker, David. *Appeal to the Coloured Citizens of the World*. Great Neck Publishing, 1829.
- Weld, Theodore Weld. *American Slavery as It is*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2011.
- Wells, Ida. *Crusade for Justice*. Chicago: University of Chicago Press, 1972.

- _____. *Southern Horrors: Lynch Law in all its Phases*. New York: New York Age Print, 1892.
- _____. *A Red Record: Tabulated Statistics and Alleged Causes of Lynchings in the United States, 1892-1893-1894*. Chicago: Donohue & Henneberry, 1895.
- _____. "Lynching and the Excuse for It". *The Independent*, Vol. 53, No. 2737, 16 May 1901, pp. 1133-1136.
- Werneck, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck (Barão Pati do Alferes). *Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985.
- Werneck, Luís Peixoto de Lacerda. *Ideias sobre Colonização Precedidas de uma Sucinta Exposição dos Princípios Gerais que regem a População*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1865.

5. Biografias de Pessoas Escravizadas

- Anderson, William. *Life and Narrative of William J. Anderson, Twenty-Four Years a Slave*. Chicago: Daily Tribune Book and Job Printing Office, 1857.
- Ball, Charles. *Slavery in the United States: A Narrative of the Life and Adventures of Charles Ball*. New York: John S. Taylor, 1837.
- Baquaqua, Mahommah Gardo. *Biography of Mahommah G. Baquaqua*. Detroit: Printed by the Author, 1854.
- Brown, John. *Slave Life in Georgia: A Narrative of the Life, Sufferings, and Escape of John Brown, a Fugitive Slave*. London: L. A. Chamerovzow, 1855.
- Brown, William Wells. *Narrative of William W. Brown, an American Slave*. London: Charles Gilpin, 1849.
- Campbell, Israel. *Bond and Free: Or, Yearnings for Freedom, from my Green Brier House*. Philadelphia: Published by the author, 1861.
- Davenport, Charlie. "Autobiography of an Enslaved". In: George Rawick. *The American Slave: A Composite Autobiography*. Supplement, Series 1, Volume 7, Mississippi Narratives, Part 2. Westport: Greenwood Press, 1973, pp. 558-573.
- Douglas, Frederick. *My Bondage and My Freedom*. New York: Miller, Orton & Mulligan, 1855.
- Equiano, Olaudah. *The Interesting Narrative of the Life of Olaudah Equiano*. London: Published by the Author, 1789.
- Hughes, Louis. *Thirty Years a Slave, From Bondage to Freedom*. Milwaukee: South Side Printing Company, 1897.
- Jacobs, Harriet. Ver Harriet Jacobs. *Incidents in the Life of a Slave Girl*. Boston: Published by the Author, 1861.
- Northup, Solomon. *12 Years a Slave: Narrative of Solomon Northup*. Auburn: Derby and Miller, 1853.
- Rollins, Mandy. "Entrevista de Mandy Rollins a Rouseff Baham (1937)". In: L. Tanner. *Chained to the Land*. Winston-Salem: Blair, 2014.

6. Constituições, Códigos e Legislações

Black Code: An act Prescribing the Rules and Conduct to be Observed with Respect to Negroes and Other Slaves of this Territory. New Orleans, 1806.

“Black Codes of Mississippi, 1865.” *The U.S. Justice System: An Encyclopedia*, 3, 2012, 856-859.

Bonifácio, José. *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil Sobre a Escravatura, 1823.* Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/518681>.

“Código Criminal do Império do Brasil”. *Coleção das Leis do Império do Brasil, 1830, Parte Primeira*, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1876.

“Constituição Política do Império do Brasil”. In: *Brazil, & Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Ministério da Justiça, 1974.

“Constitution Impériale d’Haïti (1801)” e “Constitution Impériale d’Haïti (1805)”. In: Horpst Dippel. *Constitutions of the World from the Late 18th Century to the Middle of the 19th Century: Sources on the Rise of Modern Constitutionalism*. America. Vol 10. München: K.G. Saur, 2005.

Constitution of the Confederate States. Champaign: Project Gutenberg; NetLibrary, 1990.

Constitution of the State of Mississippi, adopted November 1, 1890. Printed by authority. No place, unknown, or undetermined: E. L. Martin, convention printer, 1891.

Constitution of the United States; Declaration of Independence; and Washington's Farewell Address. Chicago, 1863.

Hutchinson, Anderson. *Code of Mississippi: Being an Analytical Compilation of the Public and General Statutes of the Territory and State, with Tabular References to the Local and Private Acts, from 1798 to 1848*. Jackson: State Printers, 1848.

Jefferson, Thomas Jefferson, & American Philosophical Society. *The Declaration of Independence: Thomas Jefferson's Manuscript Draft from the Collections of the American Philosophical Society*. Philadelphia: The Society, 2000.

“Lei de 10 de junho de 1835.” *Coleção das Leis do Império do Brasil, 1830, Parte Primeira*, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1876.

Niort, Jean François. *Code noir (Tiré à part; 3)*. Paris: Dalloz, 2012.

Poindexter, George. *The Revised Code of the Laws of Mississippi: In Which are Comprised All Such Acts of the General Assembly, of a Public Nature, as were in Force at the End of the Year 1823: With a General Index*. Natchez: Francis Baker, 1824.

Revised Code of the Statute Laws of the State of Mississippi. Jackson, Miss, E. Barksdale, State Printer, 1857.

The United States Bill of Rights. The Ten Original Amendments to the Constitution of the United States. Project Gutenberg, Disponível em <http://www.gutenberg.org/ebooks/2>.

7. Petições e Representações dos Fazendeiros Brasileiros

Representação que os Fazendeiros, e mais Moradores no Município da Freguesia de Nossa Senhora da Glória da Vila de Valença, dirigiram, a S. M. I. Rio de Janeiro. Typografia de Torres, 1831.

Representação dos Fazendeiros do Município de Vassouras a Respeito da Proposta do Elemento Servil, 22 de junho de 1871.

Representação dos Fazendeiros do Município de Cantagalo a Respeito da Proposta do Elemento Servil, 26 de julho de 1871.

Representação dos Fazendeiros do Município de Pirai a Respeito da Proposta do Elemento Servil, 28 de maio de 1871.

Representação dos Fazendeiros do Município de Valença a Respeito da Proposta do Elemento Servil 10 de junho de 1871.

Representação dos Fazendeiros do Município de Paraíba do Sul a Respeito da Proposta do Elemento Servil, 22 de maio de 1871.

Representação dos Fazendeiros do Município de Campinas a Respeito da Proposta do Elemento Servil, 21 de junho de 1871.

8. Relatórios Oficiais do Império do Brasil

Os Relatórios foram consultados no banco de dados dos relatórios imperiais da Center for Research Libraries (Global Resources Network).

Relatórios dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro, de 1838 a 1889.

Relatórios dos Chefes de Polícia da Província do Rio de Janeiro, de 1838 a 1889.

Relatórios dos Presidentes da Província do São Paulo, de 1860 a 1889.

Relatórios dos Chefes de Polícia da Província do São Paulo, de 1860 a 1889.

Relatórios do Ministério da Justiça, de 1838 a 1889.

II. Bibliografia

- Abreu, José Antônio Carvalho Dias de. *Os Abolicionismos na Prosa Brasileira: de Maria Firmino dos Reis a Machado de Assis*. Tese de Doutorado defendida na Universidade de Coimbra em 2013.
- Abreu, Martha. “O Caso Bracuí”. In: Hebe Mattos & Eduardo Schnoor. *Resgate: Uma Janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro, RJ: Topbooks, 1995.
- Agamben, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *Homo Sacer: o Poder Soberano e a Vida Nua I, II, III*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.
- Agostini, Camila. *Africanos no Cativo e a Construção de Identidades no Além-Mar: Vale do Paraíba, Século XIX*. Dissertação de Mestrado defendida na Unicamp em 2002.
- Aidoo, Lamonte. *Slavery Unseen: Sex, Power, and Violence in Brazilian History*. Durham: Duke University Press, 2018.
- Alberto, Paulina. *Terms of Inclusion Black Intellectuals in Twentieth-Century Brazil*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.
- Alencastro, Luiz Felipe de. *Trato dos Videntes, Formação do Brasil no Atlântico Sul, Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- Alexander, Michelle. *The New Jim Crow: Mass Incarceration in the Age of Colorblindness*. New York: New Press, 2010.
- Algranti, Leila. *O Feitor Ausente: Estudos sobre a Escravidão Urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.
- Almeida, Silvio. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.
- Alonso, Angela. *Flores, Votos e Balas: O Movimento Abolicionista Brasileiro (1868-88)*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2015.
- Alves, Maíra Chinelatto. *Quando Falha o Controle: Crimes de Escravos contra Senhores, Campinas, 1840/1870*. São Paulo, SP: Alameda, 2004.
- Anastasia, Carla. *A Geografia do Crime. Violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- Andrade, Marcos Ferreira de. *Rebeldia e Resistência: As Revoltas Escravas na Província de Minas Gerais (1831-1840)*. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Minas Gerais em 1996.
- _____. “Rebelião Escrava na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: O Caso Carrancas”. *Revista Afro-Ásia*, números 21-22, 1998-1999, 45- 82.
- _____. “A Pena de Morte e a Revolta dos Escravos de Carrancas: A Origem da “Lei Nefanda” (10 de junho de 1835)”. *Tempo*, vol.23, n.2, 2017, pp. 264-289.
- Andrade, Vera. Andrade, Vera. “A Soberania Patriarcal: O Sistema de Justiça Criminal no Tratamento da Violência Sexual Contra a Mulher”. *Direito Público*, 1(17), 2007, Vol.1 (17).
- Andrews, George. *Afro-Latin America: Black Lives, 1600-2000*. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

- _____. “Desigualdade Racial no Brasil e nos Estados Unidos: Uma Comparação Estatística”. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 22, pp. 47-84.
- Aptheker, Herbert. *American Negro Slave Revolts*. New York: Columbia University Press, 1943.
- Arendt, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *Eichman em Jerusalém: Um Relato sobre a Banalidade do Mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- Arrighi, Giovanni. *O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- Ashworth, John. *Slavery, Capitalism, and Politics in the Antebellum Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- Aufderheide, Patricia Ann. *Order and Violence: Social Deviance and Social Control in Brazil, 1780-1840*. Tese de Doutorado defendida na University of Minnesota em 1976.
- Ayers, Edward. *Vengeance and Justice: Crime and Punishment in the 19th Century American South*. New York: Oxford University Press, 1984.
- Azevedo, Celia. *Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites, Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- Azevedo, Elciene. *O Direito dos Escravos: Lutas Jurídicas e Abolicionismo na Província de São Paulo*. São Paulo: Unicamp, 2010.
- _____. *Orfeu de Carapinha: A Trajetória de Luiz Gama na Imperial Cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- Bailyn, Bernard. *As Origens Ideológicas da Revolução Americana*. Bauru: Edusc, 2003.
- Bancroft, Frederic. *Slave Trading in the Old South*. New York: Ungar, 1959.
- Baptist, Edward. *The Half Has Never Been Told: Slavery and the Making of American Capitalism*. Boulder: Basic Books, 2014.
- _____. “Toward a Political Economy of Slave Labor: Hands, Whipping-Machines, and Modern Power”. In: Sven Beckert, & Seth Rockman, (eds.). *Slavery's Capitalism: A New History of American Economic Development*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016, pp. 31-61.
- Barreto, Paulo Thedin. “Casas de Câmara e Cadeia”. In: *Arquitetura Oficial I. Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. São Paulo: FAU/USP, 1980.
- Batista, Nilo. “Pena Pública e Escravismo”. In: Gizlene Neder (org.). *História e Direito: Jogos de Encontros e Transdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Renavan, 2007, pp. 27-64.
- Beattie, Peter. *Punishment in Paradise: Race, Slavery, Human Rights, and a Nineteenth-Century Brazilian Penal Colony*. Durham: Duke University Press, 2015.
- Beckert, Sven. *Empire of Cotton: A Global History*. New York: Alfred A. Knopf, 2014.
- _____. & Rockman, Seth (eds.). *Slavery's Capitalism: A New History of American Economic Development*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

- Behrend, Julius. "Rebellious Talk and Conspiratorial Plots: The Making of a Slave Insurrection in Civil War Natchez." *The Journal of Southern History*, 77(1), 2011, pp. 17-52.
- Berbel, Marcia; Marquese, Rafael & Parron, Tâmis. *Escravidão e Política*, Brasil e Cuba, c.1790-1850. São Paulo: Hucitec, 2010.
- Berlin, Ira. *Generations of Captivity: A History of African-American Slaves*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2003.
- _____. *Many Thousands Gone: The First Two Centuries of Slavery in North America*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.
- _____. & Morgan, Philip. *Cultivation and Culture: Labor and the Shaping of Slave Life in the Americas*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1993.
- Bhattacharyya, Gargi. *Rethinking Racial Capitalism*. London: Rowman & Littlefield International, 2018.
- Birch, Kelly & Buchanan, Thomas. "The Penalty of a Tyrant's Law: Landscapes of Incarceration during the Second Slavery". *Slavery & Abolition*, 34(1), 2013, 22-38.
- Blackburn, Robin. *A Construção do Escravismo no Novo Mundo, do Barroco ao Moderno, 1492-1800*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- _____. *A Queda do Escravismo Colonial, 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- Blanchard, Peter. *Under the Flags of Freedom: Slave Soldiers and the Wars of Independence in Spanish South America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2008.
- Blassingame, John. *The Slave Community: Plantation Life in the Antebellum South*. New York: Oxford University Press, 1972.
- Blauner, Robert. *Racial Oppression in America*. New York: Harper & Row, 1972.
- Blight, David. *Frederick Douglass: Prophet of Freedom*. New York: Simon & Schuster, 2018.
- Block, Sharon. *Rape and Sexual Power in Early America*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006.
- Boler, Jaime Elizabeth. *City Under Siege: Resistance and Power in Natchez, Mississippi, 1719-1857*. Tese de Doutorado defendida na University of Southern Mississippi em 2005.
- Bosi, Alfredo. "A Escravidão entre Dois Liberalismos". *Estudos Avançados*, 2(3), 1988, 4-39.
- Bourdieu, Pierre. *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- _____. *A Distinção, Crítica Social do Julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.
- _____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- _____. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- Braudel, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II*. 2 Volumes. São Paulo: Edusp, 2016.
- Breeden, James. *Advice Among Masters: The Ideal in Slave Management in the Old South*. Westport: Greenwood Press, 1980.

- Bretas, Marcos. “O que os Olhos não Vêem: História das Prisões do Rio de Janeiro” e In: Clarissa Maia et al. (orgs.). *História das Prisões no Brasil. vol. II*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, pp. 185-213.
- Brown, Alexandra K., “‘A Black Mark on our Legislation’: Slavery, Punishment, and the Politics of Death in Nineteenth Century Brazil” in: *Luso-Brazilian Review*, 37 (2), 2000, pp. 95-121.
- Brown, Christopher. *Moral Capital: Foundations of British Abolitionism*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006.
- Brown, Vincent. *The Reaper's Garden: Death and Power in the World of Atlantic Slavery*. Cambridge: Harvard University Press, 2008.
- _____. “Social Death and Political Life in the Study of Slavery”. *The American Historical Review*, 114(5), 2009, 1231-1249.
- Bruchey, Stuart. *Cotton and the Growth of the American Economy, 1790–1860: Sources and Readings*. New York: Harcourt, Brace & World, 1967.
- Brundage, William. *Lynching in the New South: Georgia and Virginia, 1880-1930*. Urbana: University of Illinois Press, 1993.
- Camp, Stephanie. *Closer to Freedom: Enslaved Women and Everyday Resistance in the Plantation South*. The University of North Carolina Press, 2004.
- Campbell, James. *Crime and Punishment in African American History*. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2013.
- Campos, Thiago Campos. *A Indiscrição como Ofício: O Complexo Cafeeiro Revisitado (Rio de Janeiro, c. 1830-1888)*. Tese de Doutorado defendida na Universidade Federal Fluminense em 2015.
- Cardoso, Ciro Flamarion Cardoso, “Sobre os Modos de Produção Coloniais na América” e “O Modo de Produção Escravista Colonial na América”. In: Théo Araújo Santiago (org.). *América Colonial*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.
- Carneiro, Sueli. *Mulher Negra*. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1895.
- _____. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.
- _____. *Escritos de Uma Vida*. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- Carrigan, Willaim. *The Making of a Lynching Culture: Violence and Vigilantism in Central Texas, 1836-1916*. Urbana: University of Illinois Press, 2004.
- Carvalho, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial. Teatro das Sombras: A Política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- Castro, Antônio Barros de. “As Mãos e os Pés do Senhor de Engenho”: Dinâmica do Escravismo Colonial”. In: Paulo Sérgio Pinheiro (org.). *Trabalho Escravo, Economia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984, pp. 41-66.
- _____. *Sete Ensaio sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1971.
- Chalhoub, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *A Força da Escravidão: Ilegalidade e Costume no Brasil Oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

- Chazkel, Amy. "A Lei de Lynch: Reconsidering the View from Brazil of Lynching in the United States". In: Michael Pfeifer (org.). *Global Lynching and Collective Violence, Vol. 2: The Americas and Europe*. Champaign: University of Illinois Press, 2017.
- Clayton, James. *Antebellum Natchez*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1968.
- Clinton, Catherine. *Harriet Tubman: The Road to Freedom*. New York: Little, Brown, 2004.
- Collins, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge, 2009.
- _____. "Gender, Black Feminism, and Black Political Economy". *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 568(1), 2016, 41-53.
- _____. *Intersectionality as Critical Social Theory*. Durham: Duke University Press, 2019.
- _____. *Black Sexual Politics: African Americans, Gender, and the New Racism*. New York: Routledge, 2004.
- Conrad, Robert. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- Copper, William. *The South and the Politics of Slavery, 1828-1856*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1992.
- Cosgrove, Denis. "A Geografia está em toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas". In: *Paisagem, Tempo e Cultura*. Organizadores Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 1998.
- Costa, Emilia Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.
- _____. *Do Império à República*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2010.
- _____. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue: A Rebelião dos Escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *A Dialética Invertida e Outros Ensaio*s. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- Costa, Tanize. *Abolicionismo em Ação. O Jornal Vinte e Cinco de Março em Campos dos Goytacazes (1884-1885)*. Campos dos Goytacazes: Essentia, 2015.
- Costa, Vivian. *Codificação e Formação do Estado-Nacional Brasileiro: o Código Criminal de 1830 e a Positivização das Leis no Pós-Independência*, Dissertação de Mestrado defendida na Universidade de São Paulo em 2013.
- Cunha, Manuela Carneiro da. "Sobre os Silêncios da Lei: Lei Costumeira e Positiva nas Alforrias de Escravos no Brasil do Século XIX." In: *Antropologia do Brasil: Mito, História, Etnicidade*. São Paulo: Brasiliense: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- Dantas, Mônica. "Da Luisiana para o Brasil: Edward Livingston e o Primeiro Movimento Codificador no Império (o Código Criminal de 1830 e o Código de Processo Criminal de 1832)". *Anuario De Historia De America Latina*, 52(1), 2015, 174-205.
- _____. "Dos Statutes ao Código Brasileiro de 1830: O Levante de Escravos como Crime de Insurreição." *R. IHGB*, Rio de Janeiro, a.172 (452), 2011, 273-309.

- Davis, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- _____. *Women, Culture & Politics*. New York: Random House, 1989.
- _____. *Are Prisons Obsolete?* New York: Seven Stories Press, 2003.
- _____. *Abolition Democracy: Beyond Empire, Prisons, and Torture*. New York: Seven Stories Press, 2005.
- _____. *Violence Against Women and the Ongoing Challenge to Racism*. Latham: Kitchen Table, 1985.
- Davis, David Brion. *The Problem of Slavery in Western Culture*. New York: Oxford University Press, 1988.
- _____. *The Problem of Slavery in the Age of Revolution, 1770-1823*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- Davis, Roland. *The Black Experience in Natchez, 1720-1880*. National Historical Park: Mississippi, 1993.
- Dean, Warren. *Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. *A Ferro e Fogo. A História da Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Debbash, Yvan. “Au Coeur du ‘Gouvernement des Esclaves’, la Souveraineté Domestique aux Antilles Françaises (XVIIe-XVIIIe siècles)”. *Revue Française d’Histoire d’Outre-Mer*. LXXII, n° 266, 1985.
- Debord, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. São Paulo: Contraponto, 1997.
- De la Fuente, Alejandro. *A Nation for All: Race, Inequality, and Politics in Twentieth Century Cuba*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.
- _____. “Slavery and Claims-Making in Cuba: The Tannenbaum Debate Revisited”. *Law and History Review*, vol. 22, 2004, 339-69.
- _____. “Slaves and the Creation of Legal Rights in Cuba: Coartación and Papel”. *Hispanic American Historical Review*, vol.87, n.4 (Nov. 2007), 659-92.
- _____. & Gross, Ariela. “Comparative Studies of Law, Slavery and Race in the Americas”. *University of Southern California Legal Studies Working Paper Series*, 2010.
- _____. & George Reid Andrews. *Afro-Latin American Studies*. Cambridge University Press, 2018.
- _____. “Raça e Desigualdade em Cuba (1899-1981).” *Estudos Afro-Asiáticos*, n.25, 1981.
- Dias, Maria Odila. *A Interiorização da Metrópole e Outros Estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- Dolnikoff, Miriam. *O Pacto Imperial: Origens do Federalismo no Brasil do Século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.
- Drescher, Seymour. *Abolition: A History of Slavery and Antislavery*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- Dubois, Laurence. *Avengers of the New World: The Story of the Haitian Revolution*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2004.

- Du Bois, W. E. B.. *Black Reconstruction in America: An Essay Toward a History of the Part which Black Folk played in the Attempt to Reconstruct Democracy in America, 1860-1880*. New York: Oxford University Press, 2007.
- _____. *The Souls of Black Folk*. La Vergne: Dreamscape Media, 2018.
- _____. *The Suppression of the African Slave Trade to the United States of America*. New York: Oxford University Press, 2007.
- Elias, Norbert. *O Processo Civilizador vol. I: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- _____. *O Processo Civilizador, vol. II, Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- _____. *A Sociedade de Corte: Investigação sobre a Sociologia da Realeza e da Aristocracia de Corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- Elkins, Stanley. *Slavery: A Problem in American Institutional and Intellectual Life*. Chicago: University of Chicago Press, 2013.
- Eltis, David. *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. New York: Oxford Academic Press, 1987.
- Fanon, Frantz. *Black Skin, White Masks*. New York: Grove Press, 1967.
- Faust, Drew. *James Henry Hammond and the Old South: A Design for Mastery*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1982.
- _____. (org.). *Ideology of Slavery: Proslavery Thought in the Antebellum South, 1830-1860*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1981.
- Fernandes, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2006.
- _____. *Circuito fechado: Quatro Ensaio sobre o "Poder Institucional"*. São Paulo: Globo, 2010.
- _____. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 2 Volumes. São Paulo: Globo, 2008.
- _____. & Roger Bastide. *Branços e Negros em São Paulo*. São Paulo: Global, 2008.
- Ferraro, Marcelo. *A Arquitetura da Escravidão nas Cidades do Café*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade de São Paulo em 2017.
- _____. "Ordem e Disciplina na Sociedade do Café: Práticas Punitivas no Vale do Paraíba, Século XIX". In: *História e Economia, Revista Interdisciplinar*, v 15, n. 2, 2015, 125-142.
- _____. "As Práticas de Controle e Punição na Sociedade Escravista Cafeicultora do Brasil Oitocentista: Uma Análise à Luz do Pensamento de Michel Foucault." In: *Revista Epígrafe* (Universidade de São Paulo), Edição Zero, 2013.
- _____. "Capitalism, Slavery and the Making of Brazilian Slaveholding Class: A Theoretical Debate on World-System Perspective". *Almanack*, 23, 2019, 151-175.
- Ferreira, Ligia Fonseca. *Lições de Resistência: Artigos de Luiz Gama na Imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2020
- _____. *Com a Palavra Luiz Gama. Poemas, Artigos, Cartas, Máximas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

- _____. *Luiz Gama: Poeta e Cidadão. Memória da Luta Negra em São Paulo*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo / Secretaria Municipal da Educação / Coordenadoria do Negro, 2005.
- _____. “De Escravo a Cidadão: Luiz Gama, Voz Negra no Abolicionismo.” In: Machado, Maria Helena; Castilho, Celso. (Org.). *Tornando-se Livre. Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo da Abolição*. São Paulo: EDUSP, 2015, v. 1, pp. 213-236.
- Ferreira, Ricardo. *Crimes em Comum: Escravidão e Liberdade sob a Pena do Estado Imperial Brasileiro (1830-1888)*. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2011.
- Ferreira, Roquinaldo. *Dos Sertões ao Atlântico: Tráfico Ilegal de Escravos e Comércio Lícito em Angola 1830-1860*. Luanda: Kilombelombe, 2012.
- Fick, Carolyn. *The Making of Haiti: The Saint Domingue Revolution from Below*. Knoxville: University of Tennessee Press, 1990.
- Finnegan, Terence. *A Deed So Accursed: Lynching in Mississippi and South Carolina*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2013.
- Finkelman, Paul (org.). *His Soul Goes Marching On: Responses to John Brown and the Harpers Ferry Raid*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1995.
- Finley, Moses. *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- Flanigan, Daniel. *The Criminal Law of Slavery and Freedom, 1800-1868*. Tese de Doutorado defendida na Universidade de Rice em 1987.
- _____. “Criminal Procedure in Slave Trials in the Antebellum South.” *The Journal of Southern History*, 40(4), 1974, 537-564.
- Fleming, Walter. “The Negroes and the Negro Problem, Jefferson Davis”. *The Sewanee Review*, 16, 1908, 407.
- Florentino, Manolo. *Em Costas Negras: Uma História do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. & Góes, José Roberto. *A Paz das Senzalas: Famílias Escravas e Tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- Flory, Thomas. *Judge and Jury in Imperial Brazil, 1808-1871: Social Control and Political Stability in the New State*. Texas: University of Texas Press, 1981.
- Fogel, Robert & Engerman, Stanley. *Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery*. Boston: Little, Brown, 1974.
- Follet, Richard. *The Sugar Masters: Planters and Slaves in Louisiana's Cane World, 1820-1860*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2005.
- Foner, Philip. *History of Black Americans*. Westport: Greenwood Press, 1975.
- Foner, Eric. *Reconstruction: America's Unfinished Revolution, 1863-1877*. New York: Harper Perennial, 2014.
- _____. *Nothing but Freedom*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2007.
- _____. *Free Soil, Free Labor, Free Men: The Ideology of the Republican Party before the Civil War*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

- _____. *Gateway to Freedom: The Hidden History of the Underground Railroad*. New York: W.W. Norton & Company, 2015.
- _____. *The Second Founding: How the Civil War and Reconstruction Remade the Constitution*. New York: W.W. Norton & Company, 2019.
- Forret, Jeff. *Slave Against Slave: Plantation Violence in the Old South*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2015.
- Foucault, Michel. *Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Vozes, 2018.
- _____. *Segurança, Território, População: Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- Fox-Genovese, Elizabeth. *Within the Plantation Household: Black and White Women of the Old South*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1988.
- Franco, Maria Sylvia Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- _____. "As Ideias estão no Lugar." *Cadernos de Debate*, 1, História do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- Franco, Marielle. *UPP, A Redução da Favela a Três Letras: Uma Análise da Política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro*. São Paulo: n-1 Edições, 2018.
- Fragoso, João. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1983.
- _____. *Barões do Café e Sistema Agrário Escravista, Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- _____. *Homens de Grossa Ventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- _____. & Florentino, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil em uma Economia Colonial Tardia, Rio de Janeiro, c. 1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- Franklin, John Hope & Schweninger, Loren. *Runaway Slaves: Rebels on the Plantation*. New York: Oxford University Press, 1999.
- Freyre, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil*. São Paulo: Global, 2004.
- _____. *Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado e Desenvolvimento do Urbano*. São Paulo: Global, 2004.
- Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- Ghachem, Malick. "Montesquieu in the Caribbean: The Colonial Enlightenment between "Code Noir" and "Code Civil"." *Historical Reflections*, 25(2), 1999, 183-210.
- Garland, David. *Punishment and Modern Society: A Study in Social Theory*. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- _____. *Peculiar Institution: America's Death Penalty in an Age of Abolition*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2010.
- Garner, James. *Reconstruction in Mississippi*. New York, London: Macmillan, 1901.

- Garrigus, John. "Vincent Ogé "jeune" (1757-91): Social Class and Free Colored Mobilization on the Eve of the Haitian Revolution." *The Americas* (Washington, 1944), 68(1), 2011, 33-62.
- Gates, Henry Louis. *The Oxford Handbook of African American Citizenship*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- _____. *The Future of the Race*. New York: A.A. Knopf 1996.
- Geertz, Clifford. *O Saber Local: Novos Ensaios de Antropologia Interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- Genovese, Eugene. *From Rebellion to Revolution: Afro-American Slave Revolts in the Making of the Modern World*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1979.
- _____. *The World the Slaveholders Made: Two Essays in Interpretation*. Middletown: Wesleyan University Press, 1988.
- _____. *Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made*. New York: Pantheon Books, 1974.
- Gilmore, Ruth Wilson. *Golden Gulag: Prison, Surplus, Crisis, and Opposition in Globalizing California*. Berkeley: University of California Press, 2006.
- Gilroy, Paul. *O Atlântico Negro*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- Gomes, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas: Mocambos e Comunidades Escravas no Rio de Janeiro, Século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.
- _____. *Negros e Política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- Gonzalez, Lélia. "Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira." *Ciências Sociais Hoje*, n. 2, Anpocs, 1983.
- _____. "Mulher Negra, essa Quilombola." *Folha de São Paulo, Folhetim*. Domingo, 22 de novembro de 1981, p. 4.
- _____. "Por um Feminismo Afrolatinoamericano". *Cadernos de Formação do Círculo Palmarino*, n. 1, 2011.
- _____. "A Mulher Negra na Sociedade Brasileira" In: Luz, Madel (org.). *O Lugar da Mulher: Estudos sobre a Condição Feminina na Sociedade Atual*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- Gorender, Jacob. *O Escravismo Colonial*, São Paulo: Ática, 1978.
- Graham, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora de Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.
- Graham, Sandra Lauderdale. *Caetana Diz Não. Histórias de Mulheres da Sociedade Escravista Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.
- Gramsci, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- Grimstead, David. *American Mobbing, 1828-1861*. New York: Oxford University Press, 2003.
- Grinberg, Keila. *Liberata, a Lei da Ambiguidade. Ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no Século XIX*. Rio de Janeiro: Relumá/Dumará, 1994.

- _____. *O Fiador dos Brasileiros: Cidadania, Escravidão e Direito Civil no Tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____.; Borges, Magno Fonseca & Salles, Ricardo. “Rebeliões Escravas Antes da Extinção do Tráfico”. In: Keila Grinberg & Ricardo Salles (org.). *O Brasil Imperial, vol. I*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009, pp. 235-267.
- _____. “Alforria, Direito e Direitos no Brasil e nos Estados Unidos.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 27, p. 63-83, 2001.
- _____. & Sue Peabody. *Escravidão e Liberdade nas Américas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.
- _____. “Free Soil: The Generation and Circulation of an Atlantic Legal Principle”. *Slavery & Abolition*, 32(3), 2011, 331-339.
- _____. & Salles Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial. Volumes I, II e III*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- _____.; Fischer, Brodwyn & Mattos, Hebe. “Direito, Silêncio e Racialização das Desigualdades na História Afro-Brasileira.” In: De la Fuente, Alejandro; Andrews, Reid. *Estudos Afro-Latino-Americanos: Uma Introdução*. Buenos Aires: CLACSO, 2018, pp. 163-215.
- Gross, Ariela Gross. *Double Character: Slavery and Mastery in the Antebellum Southern Courtroom*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- _____. “The Law and the Culture of Slavery”. In: Waldrep, Christopher & Nieman, Donald (eds.). *Local Matters: Race, Crime, and Justice in the Nineteenth-Century South*. Athens; London: University of Georgia Press, 2001, pp. 92-124.
- _____. “Pandora's Box: Slave Character on Trial in the Antebellum Deep South”. *Yale Journal of Law & the Humanities*, 7(2), 1995, 267-316.
- _____. & De la Fuente, Alejandro. *Becoming Free, Becoming Black: Race, Freedom, and Law in Cuba, Virginia, and Louisiana*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.
- Guimarães, Antonio Sergio Alfredo. *Racismo e Antirracismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- _____. *Classes, Raça e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- Guimarães, Elione. *Violência entre Parceiros de Cativo: Juiz de Fora, Segunda Metade do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.
- _____. “Criminalidade e Escravidão em um Município Cafeeiro de Minas Gerais”. *Justiça & História*, v. 1, n.1-2, 2001, 1-23.
- Gutman, Herbert. *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925*. New York: Pantheon Books, 1976.
- _____. *Slavery and the Numbers Game: A Critique of Time on the Cross*. Urbana: University of Illinois Press, 1975.
- Hadden, Sally. *Slave Patrols: Law and Violence in Virginia and the Carolinas*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.
- _____. “Judging Slavery: Thomas Ruffin and State v. Mann.” In: Waldrep, Christopher & Nieman, Donald (eds.). *Local Matters: Race, Crime, and Justice in the Nineteenth-Century South*. Athens; London: University of Georgia Press, 2001.

- Hahn, Steven. *A Nation Under our Feet: Black Political Struggles in the Rural South from Slavery to the Great Migration*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2003.
- Hanchard, Michael. *Orpheus and Power: The Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil 1945-1988*. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- _____. *Party/Politics: Horizons in Black Political Thought*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- _____. *The Spectre of Race: How Discrimination Haunts Western Democracy*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2018.
- Harris, William. *Presidential Reconstruction in Mississippi*. Baton Rouge: Louisiana State University, 1967.
- _____. "Formulation of the First Mississippi Plan: The Black Code of 1865". *The Journal of Mississippi History*, 29(3), 1967, 181.
- _____. "Etiquette, Lynching, and Racial Boundaries in Southern History: A Mississippi Example". *The American Historical Review*, 100(2), 1995, 387.
- Harvey, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.
- Hasenbalg, Carlos. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Cor e Estratificação Social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.
- Hay, Douglas. *Albion's Fatal Tree: Crime and Society in Eighteenth-Century England*. New York: Pantheon Books, 1975.
- _____. & Snyder, Francis. *Labour, Law, and Crime: A Historical Perspective*. London: Tavistock Publications, 1987.
- Herring, Todd Ashley. *Natchez, 1795-1830. Life and Death on the Slavery Frontier*. Tese de Doutorado defendida na Mississippi State University em 2000.
- Hespanha, Antônio Manuel. *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- _____. (org.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620- 1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- _____. "A Punição e a Graça", in: Hespanha, Antônio Manoel (direção). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 215-218.
- _____. "Da Iustitia à Disciplina, Textos, Poder e Política Penal no Antigo Regime." *Anuario De Historia Del Derecho Español*, (57), 1987, 493-578.
- Hindus, Michael. *Prison and Plantation: Crime, Justice, and Authority in Massachusetts and South Carolina, 1767-1878*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1980.
- Hinton, Elizabeth, *From the War on Poverty to the War on Crime the Making of Mass Incarceration in America*. Cambridge: Harvard University Press, 2017.
- Hobbes, Thomas. *Leviatã ou a Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. São Paulo: Ícone, 2000.
- Hobsbawm, Eric. *A Era das Revoluções, 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- _____. *A Era do Capital, 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

- Holanda, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Holloway, Thomas. *Policing Rio de Janeiro: Repression and Resistance in a 19th-century City*. Stanford: Stanford University Press, 1993.
- Humez, Jean. *Harriet Tubman: The Life and the Life Stories*. Madison: University of Wisconsin Press, 2003.
- Ignatieff, Michael. *A Just Measure of Pain: The Penitentiary in the Industrial Revolution, 1750-1850*. New York: Pantheon Books, 1978.
- Jakobs, Gunther & Meliá, Manuel Cancio. *Direito Penal do Inimigo*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- James, Cyril. *Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- Jeffrey, Julie. *The Great Silent army of Abolitionism: Ordinary Women in the Antislavery Movement*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1998.
- Johnson, Walter. *River of Dark Dreams: Slavery and Empire in the Cotton Kingdom*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2013.
- _____. *Soul by Soul: Life Inside the Antebellum Slave Market*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- _____. "To Remake the World: Slavery, Racial Capitalism, and Justice". *Boston Review*, 1, 2017, 11-143.
- _____. "Resetting the Legal History of Slavery: Divination, Torture, Poisoning, Murder, Revolution, Emancipation, and Re-enslavement". *Law and History Review*, 29(4), 2011, 1089-1095.
- _____. "On Agency". *Journal of Social History*, 37(1), 2003, 113-124.
- Jordan, Winthrop. *White over Black: American Attitudes Toward the Negro, 1550-1812*. New York: Norton, 1977.
- _____. *Tumult and Silence at Second Creek: An Inquiry into a Civil War Slave Conspiracy*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1993.
- Kabengele, Munanga. *Origens Africanas do Brasil Contemporâneo: Histórias, Línguas, Culturas e Civilizações*. São Paulo: Global Editora, 2009.
- _____. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2004.
- Karasch, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- Kaye, Anthony. *Joining Places: Slave Neighborhoods in the Old South*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2007.
- _____. "Neighborhoods and Nat Turner: The Making of a Slave Rebel and the Unmaking of a Slave Rebellion". *Journal of the Early Republic*, 27(4), 2007, 705-720.
- _____. "The Second Slavery: Modernity in the Nineteenth-Century South and the Atlantic World". *The Journal of Southern History*, August 2009, Vol.75(3), 627-650.
- Kelley, Sean. *Los Brazos de Dios: A Plantation Society in the Texas Borderlands, 1821-1865*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2010.

- Kellow, Margareth. "Women and Abolitionism in the United States: Recent Historiography". *History Compass*, 11(11), 2013, 1008-1020.
- Klein, Herbert. *A Escravidão Africana na América Latina e no Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. & Francisco Vidal Luna. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2010.
- Koerner, Andrei. "Punição, Disciplina e Pensamento Penal no Brasil do Século XIX". In: *Lua Nova*. São Paulo, 2006, 68, 205-242.
- _____. "O Impossível 'Panóptico Tropical-Escravista': Práticas Prisionais, Política e Sociedade no Brasil do Século XIX." In: *Revista Brasileira de Ciências criminais*, 35, Ano 9, 2001, 211-224.
- Koselleck, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuições à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- _____. *Extratos do Tempo: Estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- Kowarick, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem: A Origem do Trabalho Livre no Brasil*. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1987.
- Lara, Silvia Hunold. "Legislação sobre Escravos Africanos na América Portuguesa". In: José Andrés-Gallego (coord.). *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*, Colección Proyectos Históricos Tavera, Madrid, 2000.
- _____. *Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1988.
- _____. "Castigos Físicos e Suplício Penal no Brasil do Antigo Regime". Texto apresentado na mesa-redonda "Passado e presente do Direito penal brasileiro". Simpósio "500 anos de Brasil", UNIFIEO, Centro Universitário FIEO, 2000.
- Larson, Kate. *Bound for the Promised Land: Harriet Tubman: Portrait of an American Hero*. Westminster: Random House Publishing Group, 2009.
- Leal, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- Lefebvre, Henri. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell, 2007.
- Legassick, Martin e Hemson, David. *Foreign Investment and the Reproduction of Racial Capitalism in South Africa*. Londres: Anti-Apartheid Movement, 1976.
- Lemos, Marcelo Sant'ana. *O Índio Virou Pó de Café?*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- Leong, Nancy. "Racial Capitalism". *Harvard Law Review*, 126(8), 2013, 2151-2226.
- Levy, Carlos. *Johann Georg Grimm e as Fazendas de Café*. Rio de Janeiro: Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Inepac), Instituto Cultural Cidade Viva e Instituto Light, 2010, 1-30.
- Lima, Bruno. "In the Emergence of Luiz Gama's Pragmatic Normative Literature in 19th Century". *Max Plack Institute for European Legal History Research Papers*, manuscrito.
- _____. "That is the Turpide of a White Man! Radicalization of the Public Sphere in Luiz Gama's Black Abolitionism", manuscrito.
- Linebaugh, Peter. *The London Hanged: Crime and Civil Society in the Eighteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

- Lovejoy, Paul. *Transformations in Slavery: A History of Slavery in Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- Machado, Maria Helena. *Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Edusp, 2014.
- _____. *O Plano e o Pânico: Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*. Rio de Janeiro: São Paulo: Edusp, 2010.
- Maia, Clarissa et al. (orgs.). *História das Prisões no Brasil*. 2 Volumes. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- Maier, Charles. *Leviathan 2.0: Inventing Modern Statehood*. Cambridge: Harvard University Press, 2012.
- Malerba, Jurandir. *Os Brancos da Lei: Liberalismo, Escravidão e Mentalidade Patriarcal no Império do Brasil*. Maringá: Editora da Universidade de Maringá, 1994.
- Mamigonian, Beatriz. *Africanos Livres: A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- Mandato, Jácomo. *Joaquim Firmino: O Mártir da Abolição*. Tapira: Graphical, 2001.
- Manin, Bernard. *The Principles of Representative Government*. Nova York: Cambridge University Press, 1997.
- _____. “O Princípio da Distinção.” *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 4. Brasília, julho-dezembro de 2010.
- Marafante, Cássio. *Trama e Crime Senhorial: Justiça e Direitos, Pactos e Poderes em Embates, Piracicaba e Oeste Paulista entre as Décadas de 1870-1880*. Dissertação de Mestrado defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Marques, Leonardo. *The United States and the Transatlantic Slave Trade to the Americas, 1776-1867*. New Haven: Yale University Press, 2016.
- Marquese, Rafael. *Factores do Corpo, Missionários da Mente: Senhores, Letrados e o Controle dos Escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. *Administração & Escravidão: Ideias sobre a Gestão da Agricultura Escravista Brasileira*. São Paulo: Hucitec. 1999.
- _____. “Revisitando Casas-Grandes e Senzalas: a Arquitetura das Plantations Escravistas Americanas no Século XIX.” *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 14(1), 2006, 11-57.
- _____. “Moradia Escrava na Era do Tráfico Ilegal: Senzalas Rurais no Brasil e em Cuba no século XIX”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, n. 2, jul.-dez. 2005, 165-188.
- _____. “A Dinâmica da Escravidão no Brasil: Resistência, Tráfico Negreiro e Alforrias, Séculos XVII a XIX”. *Novos Estudos*, CEBRAP, 74, 2006, 107-123.
- _____. “African Diaspora, Slavery, and the Paraíba Valley Coffee Plantation Landscape: Nineteenth-Century Brazil”. *Review Fernand Braudel Center*, Vol. 31, 2008, 195-216.
- _____. & Tomich, Dale. “O Vale do Paraíba Escravista e a Formação do Mercado Mundial do Café no Século XIX”. In: Grinberg, Keila & Salles, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial. Volume II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

- _____. “O Vale do Paraíba Cafeeiro e o Regime Visual da Segunda Escravidão: O Caso da Fazenda Resgate”. *Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material*, 18(1), 2010, 83-128.
- _____. “Governo dos Escravos e Ordem Nacional: Brasil e Estados Unidos (1820-1860)”. *Penélope: Revista de História e Ciências Sociais*, (27), 2002, 59-74.
- _____. “As Desventuras de um Conceito: Capitalismo Histórico e a Historiografia sobre a Escravidão Brasileira”. *Revista de História (USP)*, v. 169, 2013, 223-253.
- _____. “As Origens de Brasil e Java: Trabalho Compulsório e a Reconfiguração da Economia Mundial do Café na Era das Revoluções, c.1760-1840.” *História*, 34(2), 2015, 108-127.
- _____. “Coffee and the Formation of Modern Brazil, 1860 1914.” In: *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. Oxford: Oxford University Press, 2020, 1-21.
- _____. “Capitalismo, Escravidão e a Economia Cafeeira do Brasil no Longo Século XIX”. *Saeculum (UFPB)*, v. 29, 2013, 289-321.
- _____. “The Legacies of the Second Slavery. In United States Reconstruction across the Americas”. In: Link, William (ed.) *United States Reconstruction Across the Americas*. Gainesville: University Press of Florida, 2019.
- _____. “A Guerra Civil dos Estados Unidos e a Crise da Escravidão no Brasil”. *Afro-Ásia (UFBA)*, v. 51, 2015, 37-71.
- _____ & Salles, Ricardo. “A Cartografia do Poder Senhorial: Cafeicultura, Escravidão e a Formação do Estado Nacional Brasileiro”, 1822-1848. In: Muaze, Mariana & Salles, Ricardo. (Org.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão. Vol. 1*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.
- _____ & Salles, Ricardo (orgs.), *Escravidão e Capitalismo Histórico no Século XIX. Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- _____ & Silva Junior, Waldomiro da. “Tempos Históricos Plurais: Braudel, Koselleck e o Problema da Escravidão Negra nas Américas.” *História Da Historiografia*, V. 11, 2008, 44-81.
- Marretto, Rodrigo. *O Opulento Capitalista: Café e Escravidão na Formação do Patrimônio Familiar do Barão de Nova Friburgo (c. 1829-c.1873)*. Tese de Doutorado defendida na Universidade Federal Fluminense em 2019.
- Martins, José de Souza. *Linchamentos: A Justiça Popular no Brasil*. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2015.
- _____. “As Condições do Estudo Sociológico dos Linchamentos no Brasil” in: *Estudos Avançados* 9 (25), 1995, pp. 295-310.
- _____. “Linchamentos: o lado sombrio da mente conservadora” in: *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, 8(2), outubro de 1996, pp. 11-26.
- _____. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Contexto, 2013.
- Marx, Anthony. *Making Race and Nation: A Comparison of the United States, South Africa, and Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- Marx, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril, 1983.
- _____. *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

- Mattos, Hebe. *Das Cores do Silêncio: Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- _____. & Schnoor, Eduardo. *Resgate: Uma Janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- Mattos, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema: Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2011.
- Mattoso Kátia de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- Mauss, Marcel. *Sociologia e Antropologia* São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- Mbembe Achille. *Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção, Política da Morte*. São Paulo: n-1 Edições, 2018.
- _____. *Brutalisme*. Paris: La Découverte, 2020.
- McCann, Bryan. "The Whip and the Watch: Overseers in the Paraíba Valley, Brazil". *Slavery & Abolition*, 18(2), 1997, 30-47.
- McCurry, Stephanie. *Masters of Small Worlds: Yeoman Households, Gender Relations, and the Political Culture of the Antebellum South Carolina Low Country*. New York: Oxford University Press, 1995.
- McKibben, Davidson. "Negro Slave Insurrections in Mississippi, 1800-1865." *The Journal of Negro History*, 34(1), 1949, 73-90.
- McLaurin, Melton. *Celia, a Slave*. Athens: University of Georgia Press, 1991.
- McMichael, Philip. "Incorporating Comparison within a World-Historical Perspective: An Alternative Comparative Method". *American Sociological Review*, 55 (3): 385-97, 1990.
- McNair, Glenn. *Criminal Injustice: Slaves and Free Blacks in Georgia's Criminal Justice System*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2009.
- Mello, Pedro Carvalho de. *A Economia da Escravidão nas Fazendas de Café, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Programa Nacional de Pesquisa Econômica, 1984.
- Melossi, Dario, & Pavarini, Massimo. *O Cárcere e a Fábrica: As Origens do Sistema Penitenciário*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- Mendonça, Joceli Maria Nunes. *Entre as Mãos e os Anéis: A Lei dos Sexagenários e os Caminhos da Abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- Meneses, Ulpiano Toledo Bezerra de. "Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares", In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003, 11-36.
- Miki, Yuko. *Frontiers of Citizenship: A Black and Indigenous History of Postcolonial Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- Milagre Junior, Sérgio Luiz. *Ideias Penais e Instituições Prisionais no Contexto Republicano: Uma Análise do Combate à Vadiagem por Meio da Colônia Correccional do Bom Destino em Minas Gerais (Sabará, 1895-1901)*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal de Juiz de Fora em 2016.
- Mills, Michael. "Slave Law in Mississippi from 1817-1861: Constitutions, Codes and Cases". *Mississippi Law Journal*, 71(1), 2001, 153-240.
- Mintz, Sidney W. *O Poder Amargo do Açúcar. Produtores Escravizados, Consumidores Proletarizados*. Recife: Ed. Ufpe, 2003.

- Miranda, Bruno Fonseca. *O Vale do Paraíba contra a Lei do Ventre Livre, 1865-1871*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade de São Paulo, 2018.
- Monsma, Karl. *A Reprodução do Racismo: Fazendeiros, Negros e Imigrantes no Oeste Paulista, 1880-1914*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.
- _____. “Linchamentos Raciais no Pós-Abolição: Alguns Casos Excepcionais do Oeste Paulista.” In: Flavio dos Santos Gomes & Petrônio Domingues. *Políticas da Raça: Experiências e Legados da Abolição e da Pós-Emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, pp. 195-210.
- _____. *Linchamentos Raciais no Pós-Abolição: Alguns Casos Excepcionais do Oeste Paulista*. Texto apresentado no 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional em 2013, 1-15.
- _____. “Desrespeito e Violência: Fazendeiros de Café e Trabalhadores Ruais no Oeste Paulista, 1887-1914”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n.21/22, 2005, 103-149.
- _____. “Lutas Simbólicas e Violência Física: Fazendeiros e Trabalhadores Negros no Oeste Paulista, 1888-1914.” In: *Proceedings of the Brazilian Studies Association (BRASA) Eighth Conference*. Nashville: Brazilian Studies Association, 2007.
- _____. & Voigt, Lucas. “O Papel do Medo na História: A Heterofobia e a Paranoia Coletiva na Produção da Violência Racista”. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v.14, n.1, 2020, 100-122.
- Monteiro, Hamilton de Mattos. “Aspectos políticos dos linchamentos no Rio de Janeiro (1880-1888).” *Mensário do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 5, n. 10, 1974, 13-18.
- Moore, Jason. “Sugar and the Expansion of the Early Modern World-Economy: Commodity Frontiers, Ecological Transformation, and Industrialization.” *A Journal of the Fernand Braudel Center*, vol. 23, n. 3, 2000, 409-433.
- Morel, Edmar. *A Revolta da Chibata*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- Moreno, Breno. *Demografia e Trabalho Escravo nas Propriedades Rurais Cafeeiras de Bananal (1830-1860)*. Tese de Mestrado defendida na Universidade de São Paulo em 2013.
- _____. *Terra, Trabalho e Capital: Hierarquias Sociais no Médio Vale do Paraíba (Bananal, Século XIX)*. Tese de Doutorado a ser defendida na Universidade de São Paulo em 2021.
- Morgan, Edmund. “Slavery and Freedom”. *The Journal of American History*, 59, 1972, 5-29.
- Morgan, Philip. *Slave Counterpoint: Black Culture in the Eighteenth-Century Chesapeake and Lowcountry*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1998.
- Morris, Christopher. *Becoming Southern: The Evolution of a Way of Life, Warren County and Vicksburg, Mississippi, 1770-1860*. New York: Oxford University Press, 1995.
- Morris, Thomas. *Southern Slavery and the Law, 1619-1860*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1996.
- Motta, José Flávio. *Corpos Escravos, Vontades Livres. Posse de Cativos e Família Escrava em Bananal (1801-1929)*. São Paulo: Annablume, 1999.

- _____. *Slaves and the Rules of Evidence in Criminal Trials*. *Chicago-Kent Law Review*, v. 68, 1993, 1209-1240.
- Moura, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.
- _____. *Rebeliões da Senzala. Quilombos Insurreições Guerrilhas*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- _____. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- Muaze, Mariana de Aguiar Ferreira. *Memórias da Viscondessa, família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- _____. “O Vale do Paraíba e a dinâmica Imperial.” In: Lerner, Dina; Miszputen, Francis (Orgs). *Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense - fase III*. 1ed. Rio de Janeiro: INEPAC/ Instituto Cidade Viva, 2011, v. 3, 293-341.
- _____. & Salles, Ricardo. (Orgs.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão*. 1 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015,
- Muniz, Celia. *Os Donos Da Terra: Um Estudo sobre a Estrutura Fundiária do Vale do Paraíba Fluminense, Século XIX*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal Fluminense em 1979.
- Nascimento, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado*. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- _____. *O Negro Revoltado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1968.
- Nascimento, Álvaro Pereira do. *Cidadania, Cor e Disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- _____. “Do cativo ao Mar: Escravos na Marinha de Guerra”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, n.38, dez. 2000, 85-112.
- _____. “‘Sou Escravo de Oficiais da Marinha’: A Grande Revolta da Marujada Negra por Direitos no Período Pós-Abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 36, n. 72, 2016, 151-172.
- Nash, A. E.. “A More Equitable Past? Southern Supreme Courts and the Protection of the Antebellum Negro”. *North Carolina Law Review*, 48, 197, 1969.
- Neder, Gizlene (org.). *História e Direito: Jogos de Encontros e Transdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Renavan, 2007, pp. 27-64.
- _____. *Iluminismo Jurídico-Penal Luso-Brasileiro: Obediência e Submissão*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.
- Needel, Jeffrey. *The Party of Order: The Conservatives, the State, and Slavery in Brazilian Monarchy (1831-1871)*. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- _____. *The Sacred Cause: The Abolitionist Movement, Afro-Brazilian Mobilization, and Imperial Politics in Rio de Janeiro*. Stanford: Stanford University Press, 2020.
- _____. “Politics, Parliament, and the Penalty of the Lash”. *Almanack*, pp. 91-100.
- Newton, Michael. *The Ku Klux Klan in Mississippi: A History*. Jefferson: McFarland & Co., 2010.
- Nogueira, Oracy. “Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem”. *Congrès International Des Américanistes*, 31(1), 1954, 409.

- Novais, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777- 1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- Oakes, James. *Slavery and Freedom: An Interpretation of the Old South*, New York: Vintage Books, 1991.
- _____. *The Ruling Race*. Westminster: Knopf Doubleday Publishing Group, 2013.
- _____. “The Compromising Expedient’: Justifying a Proslavery Constitution”. *Cardozo Law Review*, 17(6), 1996, 2023-2056.
- Olds, Madelin Joan. *The Rape Complex in the Postbellum South*. Tese de Doutorado defendida na Carnegie-Mellon University, 1989.
- Oliveira, Francisco. *Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- Oliveira, Gilberto Maringoni de. *Angelo Agostini: Ou Impressões de Uma Viagem da Corte à Capital Federal (1864-1910)*. Tese de Doutorado defendida na Universidade de São Paulo em 2006.
- Olmstead, Alan & Rhode, Paul. “Biological Innovation and Productivity Growth in the Antebellum Cotton Economy”. *The Journal of Economic History*, 68(4), 2008, 1123-1171.
- Oshinsky, David. *Worse than Slavery: Parchman Farm and the Ordeal of Jim Crow Justice*. New York: Free Press, 1996.
- Paes, Mariana Armond Días. *Sujeitos da História, Sujeitos de Direito: Personalidade Jurídica no Brasil Escravista (1860-1888)*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade de São Paulo em 2017.
- Parron, Tâmis. *A Política da Escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*. Tese de Doutorado defendida na Universidade de São Paulo em 2015.
- _____. *A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- _____. “The British Empire and the Suppression of the Slave Trade to Brazil: A Global History Analysis”. *Journal of World History*, 29(1), 2018, 1-36.
- Patterson, Orlando. *Escravidão e Morte Social*. São Paulo: Edusp, 2008.
- Paton, Diana. *No Bond but the Law: Punishment, Race, and Gender in Jamaican State Formation, 1780-1870*. Durham: Duke University Press, 2004.
- _____. “Punishment, Crime, and the Bodies of Slaves in Eighteenth-Century Jamaica”. *Journal of Social History*, 34(4), 2001, 923-954.
- Pena, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos, Escravidão e a Lei de 1871*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- Pfeifer, Michael. *Rough Justice: Lynching and American Society, 1874-1947*. Urbana: University of Illinois Press, 2004.
- _____. *The Roots of Rough Justice: Origins of American Lynching*. Urbana: University of Illinois Press, 2011.
- _____. “At the Hands of Parties Unknown? The State of the Field of Lynching Scholarship”. *The Journal of American History*, 101(3), 2014, 832-846.

- Phillips, Ulrich. *American Negro Slavery: A Survey of the Supply, Employment and Control of Negro Labor as Determined by the Plantation Regime*. Baton Rouse: Louisiana State University Press, 1966.
- _____. *Life and labor in the Old South*. Columbia: University of South Carolina Press, 2007.
- Piketty, Thomas. *Capital in the 21st Century*. Cambridge Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.
- Pimentel, Silvia; Schritzmeyer, Ana Lúcia P.; Pandjarian, Valéria. *Estupro: Crime ou "Cortesia"? Abordagem Sociojurídica de Gênero*. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1998.
- Pinaud, João Luiz; et al. *Insurreição Negra e Justiça: Paty do Alferes, 1838*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura/OAB, 1987.
- Pirola, Ricardo. *Senzala Insurgente: Malungos, Parentes e Rebeldes nas Fazendas de Campinas (1832)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- _____. *Escravos e Rebeldes nos Tribunais do Império: Uma História Social da Lei de 10 de Junho de 1835*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.
- _____. "Escravos e Rebeldes na Justiça Imperial: Dois Casos de Assassinatos Senhoriais em Campos dos Goytacazes (RJ), 1873". *Afro-Ásia*, 51, 2015, 41-80.
- _____. "O Castigo Senhorial e a Abolição da Pena de Açoites no Brasil." *Revista de História*, 2017, n. 176, 1-34.
- _____. "Lynching, Abolitionism and Justice in Brazil (Nineteenth-Century)". Manuscrito apresentado na conferência online "Current Trands in Slavery Studies in Brazil", realizada pela Universidade de Bonn em dezembro de 2020.
- Prado Junior, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- Queiroz, Jonas Marçal. *Da Senzala à República: Tensões Sociais e Disputas Partidárias em São Paulo*. Dissertação de Mestrado defendida na Unicamp em 1995.
- _____. "Escravidão, Crime e Poder: A "Rebeldia Negra" e o Processo Político da Abolição." *Revista de História Regional*, 13(2), 2008, 7-45.
- Ralph, Michael, & Singhal, Maya. "Racial Capitalism." *Theory and Society*, 48(6), 2019, 851-881.
- Ranney, Joseph. *A Legal History of Mississippi: Race, Class, and the Struggle for Opportunity*. Jackson: University Press of Mississippi, 2019.
- Rasmussen, Daniel. *American Uprising: The Untold Story of America's Largest Slave Revolt*. New York: Harper Perennial, 2012.
- Rawick, George. *From Sundown to Sunup: The Making of the Black Community*. Westport: Greenwood Pub, 1972.
- Rediker, Marcus. *The Slave Ship: A Human History*. New York: Viking, 2007.
- Reis, João José. *Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. & Silva, Eduardo. *Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- Reséndez, Andres. *The Other Slavery: The Uncovered Story of Indian Enslavement in America*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2016.

- Reynolds, Daniel. *Texas Terror: The Slave Insurrection Panic of 1860 and the Secession of the Lower South*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2007.
- Ribeiro, João Luiz. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão: A Lei de 10 de Junho de 1835, Os Escravos e a Pena de Morte no Império do Brasil (1822 - 1889)*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2005.
- Robinson, Cedric. *Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000.
- Rodrigues, Jaime. *O Infame Comércio: Propostas e Experiências no Final do Tráfico de Africanos para o Brasil (1800 – 1850)*. Campinas: Ed Unicamp, 2000.
- _____. *De Costa a Costa: Escravos e Tripulantes no Tráfico Negreiro (Angola-Rio de Janeiro, 1780-1860)*. Tese de Doutorado defendida na Unicamp em 2000.
- _____. *De Costa a Costa: Escravos, Marinheiros e Intermediários do Tráfico Negreiro de Angola ao Rio de Janeiro, 1780-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- Rodriguez, Junius. *Ripe for Revolt: Louisiana and the Tradition of Slave Insurrection, 1803–1865*. Tese de Doutorado defendida do Departamento de História da Universidade de Auburn, 1992.
- Rosenthal, Caitlin. *Accounting for Slavery: Masters and Management*. Cambridge: Harvard University Press, 2018.
- Rothman, Adam. *Slave Country: American Expansion and the Origins of the Deep South*. Cambridge: Harvard University Press, 2005.
- Rothman, Joshua. *Flush Times and Fever Dreams: A Story of Capitalism and Slavery in the Age of Jackson*. Athens: University of Georgia Press, 2012.
- Rugemer, Edward. *Slave Law and the Politics of Resistance in the Early Atlantic World*. Cambridge: Harvard University Press, 2018.
- Rusche, Georg & Kirchheimer, Otto. *Punishment and Social Structure*. New York: Columbia University Press, 1939.
- Salla, Fernando. *As Prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo: Annablume, 1999.
- Salles, Ricardo. *E o Vale era Escravo, Vassouras, Século XIX, Senhores e Escravos no Coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. & Marquese, Rafael. “A Cartografia do Poder Senhorial: Cafeicultura, Escravidão e a Formação do Estado Nacional Brasileiro”, 1822-1848. In: Muaze, Mariana & Salles, Ricardo. (Orgs.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão, vol. 1*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.
- _____. & Marquese, Rafael (Orgs.). *Escravidão e Capitalismo Histórico no Século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- Salvatore, Ricardo; Aguirre, Carlos, & Joseph, Gilbert. *Crime and punishment in Latin America: Law and Society Since Late Colonial Times*. Durham: Duke University Press, 2001.
- Sant’Anna, Marilene Antunes. “Trabalho e Conflitos na Casa de Correção do Rio de Janeiro”. In: Clarissa Maia et al. (orgs.). *História das Prisões no Brasil. vol. I*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, pp. 283-314.

- Santos, Aldeci Silva dos Santos. *À Sombra da Fazenda: A Pequena Propriedade Agrícola na Economia da Vassouras Oitocentista*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Severino Sombra em 1999.
- Santos, Marco Aurélio dos. *Geografia da Escravidão no Vale do Paraíba Cafeeiro: Bananal, 1850-1888*. São Paulo: Alameda Editorial, 2016.
- Santos, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2009.
- Santos, Myrian Sepúlveda dos. “A Vida dos Ébrios, Capoeiras e Vagabundos no Início da Era Republicana”. *Topoi*, v.5, n.8. 2004, 138-169.
- _____. “Os Porões da República: A Colônia Correcional de Dois Rios entre 1908 e 1930.” *Topoi*, v.7. n.13, 2006, 445-476.
- Sayre, Gordon. “Plotting the Natchez Massacre”. *Early American Literature*, 37(3), 2002, 381-413.
- Scarborough, William. *Masters of the Big House: Elite Slaveholders of the Mid-Nineteenth-Century South*. Baton Rouge: LSU Press, 2006.
- _____. *The Overseer: Plantation Management in the Old South*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1966.
- Schafer, Judith. “Slaves and Crime: New Orleans, 1846-1862”. In: Waldrep, Christopher & Nieman, Donald (eds.). *Local Matters: Race, Crime, and Justice in the Nineteenth-Century South*. Athens; London: University of Georgia Press, 2001, pp. 53-91.
- Schmitt, Carl. *O Nomos da Terra no Direito das Gens do Jus Publicum Europaeum*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC Rio, 2004.
- _____. *A Crise da Democracia Parlamentar*. São Paulo: Scritta, 1996.
- Schritzmeyer, Ana Lúcia Pastore. *Jogo, Ritual e Teatro: Um Estudo Antropológico do Tribunal do Júri*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.
- Schwarcz, Lilia. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- Schwarz, Philip. *Twice Condemned: Slaves and the Criminal Laws of Virginia, 1705-1865*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1988.
- Schwarz, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades; Editora 34, 2012.
- Schwartz, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- _____. *Escravos, Parceiros e Rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001.
- Scott, Rebecca. *Degrees of Freedom. Louisiana and Cuba after Slavery*. Cambridge: Harvard University Press, 2008.
- _____. & Hébrard, Jean. *Freedom Papers: An Atlantic Odissey in the Age of Emancipation*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.
- Sernett, Milton. *Harriet Tubman: Myth, Memory, and History*. Durham: Duke University Press, 2007.
- Silva, Dorsia. “Williams v. Mississippi (1898). Race and Racism in the United States”. *An Encyclopedia of the American Mosaic*, 4, 2014, 1357-1358.

- Silva, Eduardo. *Barões e Escravidão: Três Gerações de Fazendeiros e a Crise da Estrutura Escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- Silva Junior, Waldomiro Lourenço da. *História, Direito e Escravidão: A Legislação Escravista no Antigo Regime Ibero-Americano*. São Paulo: Annablume, 2013.
- _____. *Entre a Escrita e a Prática: Direito e Escravidão no Brasil e em Cuba, c. 1760-1871*. Tese de Doutorado defendida na Universidade de São Paulo em 2015.
- Sinha Manisha. *The Slave's Cause: A History of Abolition*. New Haven: Yale University Press, 2016.
- _____. *The Counterrevolution of Slavery: Politics and Ideology in Antebellum South Carolina*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000.
- Skidmore, Thomas. *Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- Slenes, Robert. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850- 1888*. Tese de Doutorado defendida na Universidade de Stanford em 1976.
- _____. "Grandeza ou Decadência? O Mercado de Escravos e a Economia Cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888" In: I. del Nero (org.), *Brasil: História Econômica e Demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986, 103-155.
- _____. "Malungu, Ngoma Vem!: África coberta e descoberta do Brasil". *Revista USP*, (12), 1992, 48-67.
- _____. *Na Senzala, uma Flor: Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava, Brasil Sudeste, Século XIX*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Nova Fronteira, 1999.
- _____. "A Árvore de Nsanda Transplantada: Cultos Kongo de Aflição e Identidade Escrava no Sudeste Brasileiro (século XIX)". In: Douglas Libb. & Júnia Ferreira Furtado (orgs.). *Trabalho Livre, Trabalho Escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, 273-314.
- _____. "Senhores e Subalternos no Oeste Paulista". In: *História da Vida Privada*, vol. 2, 1997, 234-290.
- Smith, Eugene. "Edward Livingston, and the Louisiana Codes". *Columbia Law Review*, 2(1), 1902, 24-36.
- Smith, Mark. *Mastered by the Clock: Time, Slavery, and Freedom in the American South*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1997.
- Smith, Merrill. *Sex without Consent: Rape and Sexual Coercion in America*. New York: London: New York University Press, 2001.
- Soares, Márcio de Sousa. *A Remissão do Cativo: A Dádiva da Alforria e o Governo dos Escravos nos Campos dos Goytacazes, c. 1750-c.1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.
- Soares, Rodrigo Goyena. "Benefícios e Limites da Segunda Escravidão como Método para uma Razão Dialética". In: Muaze, Mariana; Salles, Ricardo. (Org.). *A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em Perspectiva Histórica*. 1ed. São Leopoldo: Casa Leiria / CNPq, 2020, pp. 223-241.
- _____. "Nem Arrancada, Nem Outorgada: Agência, Estrutura e os Porquês da Lei do Ventre Livre". *Almanack*, v. 9, 2015, 166-175.

- _____. “A Politização do Regresso ao Império dos Veteranos da Guerra do Paraguai.” *Saeculum (UFPB)*, v. 38, 2018, 147-171.
- _____. “Estratificação Profissional, Desigualdade Econômica e Classes Sociais na Crise do Império. Notas Preliminares sobre as Classes Imperiais. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 20, 2018, 446-489.
- _____. “Racionalidade Econômica, Transição para o Trabalho Livre e Economia Política da Abolição: A Estratégia Campineira (1870-1889)”. *História* (SÃO PAULO), v. 39, 2020, 1-30.
- _____. “Os Militares e os usos Políticos do Abolicionismo.” *Anos 90* (online) (Porto Alegre), v. 27, 2020, 1-15.
- Sommerville, Diana. *Rape & Race in the Nineteenth Century South*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004.
- _____. “The Rape Myth in the Old South Reconsidered”. *The Journal of Southern History*, 1995, vol. 61, no. 3, 481-518.
- Spierenburg, Peter. *The Spectacle of Suffering: Executions and the Evolution of Repression: From a Preindustrial Metropolis to the European Experience*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- Stamp, Kenneth. *The Peculiar Institution: Slavery in the Antebellum South*. New York: Knopf, 1956.
- Stauffer, John. *The Black Hearts of Men: Radical Abolitionists and the Transformation of Race*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.
- Stein, Stanley. *Vassouras: Um Município Brasileiro do Café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- Sydnor, Charles. *Slavery in Mississippi*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1966.
- _____. *A Gentleman of the Old Natchez Region, Benjamin L. C. Wailes*. Durham: Duke University Press, 1938.
- _____. “The Southerner and the Laws”. *The Journal of Southern History*, 6, 3. 1940.
- Tadman, Michael. *Speculators and Slaves: Masters, Traders, and Slaves in the Old South*. Madison: University of Wisconsin Press, 1996.
- Takaki, Ronald. *A Pro-Slavery Crusade: The Agitation to Reopen the African Slave Trade*. New York: Free Press, 1971.
- Tannenbaum, Frank. *Slave and Citizen: The Negro in the Americas*. New York: Alfred A. Knopf, 1947.
- Taylor, Joe. *Negro Slavery in Louisiana*. New York: Negro University Press, 1969.
- Telles, Augusto da Silva. “Vassouras, um Estudo da Construção Residencial Urbana”. *Revista do Patrimônio Histórico e Nacional*. Rio de Janeiro, v. 16, 1968, 9-135.
- Telles, Edward. *Pigmentocracies Ethnicity, Race, and Color in Latin America*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2014.
- _____. *Racismo à Brasileira: Uma Nova Perspectiva Sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

- Thompson, Edward. "The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century". *Past & Present*, 50(1), 1971, 76-136.
- _____. *Senhores e Caçadores: A Origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 3 Volumes. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- Tolnay, Stanley, & Beck, E.. *A Festival of Violence: An Analysis of Southern Lynchings, 1882-1930*. Urbana: University of Illinois Press, 1995.
- _____. "The Killing Fields of the Deep South: The Market for Cotton and the Lynching of Blacks, 1882-1930." *American Sociological Review*, 55(4), 1990, 526-539.
- _____ & Massey, James. "Black Lynchings: The Power Threat Hypothesis Revisited." *Social Forces*, 67(3), 1989, 605-623.
- Tomich, Dale. *Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho Capital e Economia Mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.
- _____; Funes, Reinaldo; Venegas, Carlos & Marquese, Rafael. *Reconstructing the Landscapes of Slavery: A Visual History of the Plantations in the Nineteenth-Century Atlantic World*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2021.
- Toplin, Robert. *The Abolition of Slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1972.
- Torget, Andrew. *Seeds of Empire: Cotton, Slavery, and the Transformation of the Texas Borderlands, 1800-1850*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2015.
- Tushnet, Mark. *The American Law of Slavery, 1810-1860*. Princeton: Princeton University Press, 1981.
- Vandal, Gilles. *Rethinking Southern Violence: Homicides in Post-Civil War Louisiana, 1866-1884*. Columbus: Ohio State University Press, 2000.
- Velasco, Ivan de Andrade. *As Seduções da Ordem: Violência, Criminalidade e Administração da Justiça (Minas Gerais, Século XIX)*. São Paulo: Edusc/Anpocs, 2004.
- Wacquant, Loic. *Punir os Pobres: A Nova Gestão da Miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Renavan, 2003.
- _____. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- _____. "From Slavery to Mass Incarceration," *New Left Review*, (13), 41-60, 2002.
- Waldrep, Christopher. *Roots of Disorder: Race and Criminal Justice in the American South, 1817-80*. Urbana: University of Illinois Press, 1988.
- _____. *Lynching in America: A History in Documents*. New York: New York University Press, 2006.
- _____. "Black Political Leadership: Warren County, Mississippi". In: Christopher Waldrep & Donald Nieman (eds.). *Local Matters: Race, Crime, and Justice in the Nineteenth-Century South*. Athens; London: University of Georgia Press, 2001, pp. 225-249.

- _____. & Nieman, Donald (eds.). *Local Matters: Race, Crime, and Justice in the Nineteenth-Century South*. Athens; London: University of Georgia Press, 2001.
- _____. *The Many Faces of Judge Lynch: Extralegal Violence and Punishment in America*. New York: Palgrave Macmillan, 2002.
- Waldstreicher, David. *Slavery's Constitution: From Revolution to Ratification*. New York: Hill and Wang, 2009.
- Wallerstein, Immanuel. *O Sistema Mundial Moderno I*. Porto: Afrontamento, 1993.
- Watson, Alan. *Slave Law in the Americas*. Athens: University of Georgia Press, 1989.
- Wayne, Michael. *Death of an Overseer*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- _____. *The Reshaping of Plantation Society: The Natchez District, 1860-1880*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1983.
- Weber, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva, Volume 1*. Brasília: Editora UnB, 1999.
- _____. *A Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- White, Deborah. *Ar'n't I a Woman?: Female Slaves in the Plantation South*. New York: Norton, 1985.
- Williams, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- Wilson, Theodore. *The Black Codes of the South*. University: University of Alabama Press, 1965.
- Wish, Harvey. "The Slave Insurrection Panic of 1856". *The Journal of Southern History*, 5(2), 1939, 206-222.
- Wissenbach, Maria Cristina Cortez. *Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas: Escravos e Forros em São Paulo (1850-1888)*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- Wolpe, Harold. *Race, Class and the Apartheid State*. Trenton: Africa World Press, 1988.
- Wood, Amy. *Lynching and Spectacle: Witnessing Racial Violence in America, 1890-1940*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2009.
- Wright, Gavin. *Slavery and American Economic Development*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2006.
- Wyatt-Brown, Bertram. *Honor: Ethics and Behaviour in the Old South*. Oxford: Oxford University Press, 1982.
- Youssef, Alain El. *Imprensa e Escravidão: Política e Tráfico Negro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2016.
- _____. *O Império do Brasil na Segunda Era da Abolição, 1861-1880*. Tese de Doutorado defendida na Universidade de São Paulo em 2019.
- Zafaroni, Eugenio Raul. *O Inimigo no Direito Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.